



ARIOVALDO U. DE OLIVEIRA
BERNADETE CASTRO OLIVEIRA
PHILIP M. FEARNSIDE
JOAQUIM ARAGÃO
ROMULO ORRICO
JAN ROCHA
WILSEA FIGUEIREDO
ARNALDO CARNEIRO FILHO
JOSÉ ARBEX JR.
MAURÍCIO TORRES (ORG.)

Amazônia revelada

Os descaminhos ao longo da BR-163

prefácio CARLOS ALBERTO PITTALUGA NIEDERAUER
apresentação ALEXANDRE GAVRILOFF (COORD. DE PESQUISA)

The background of the entire page is a dark, monochromatic image showing numerous cross-sections of wood. These sections are arranged in a way that creates a dense, textured pattern. A thin, bright red line is drawn across the lower right portion of the image, starting from the right edge and extending towards the center, following a slightly irregular, wavy path.

Amazônia revelada

Os descaminhos ao longo da BR-163

Amazônia revelada



© CNPq, 2005

COORDENADOR DA PESQUISA Alexandre Gavriloff
PROJETO GRÁFICO Flávia Castanheira
REVISÃO Mauro Feliciano e Lílían do Amaral Vieira
REVISÃO TÉCNICA Ariovaldo Umbelino de Oliveira
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO Tatiana dos Santos
PRODUÇÃO EDITORIAL Clarice Alvon e Maria Luíza Camargo
PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS Lana Nowikow
EDIÇÃO DE TEXTOS Sérgio de Souza
SERVIÇOS EDITORIAIS Editora Casa Amarela
FOTO DA CAPA E SOBRECAPA Maurício Torres
IMAGEM DAS GUARDAS O mapa foi feito por Dona Sandra, agente de saúde de Novo Progresso, e registra as famílias às quais presta atendimento nas proximidades do km 1.040 da BR-163. Outubro de 2004.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163
Organizador: Maurício Torres.
Brasília: CNPq, 2005.
Bibliografia.
496 p., fotografias.

1. Amazônia - Condições econômicas 2. Amazônia - Condições sociais
3. BR-163 (Rodovia) 4. Política ambiental - Amazônia
5. Posse da terra - Amazônia 6. Povos indígenas - Amazônia
7. Transportes - Amazônia 1. Maurício Torres.

ISBN 858682163-2
05-3591 CDD 388.109811

Índices para catálogo sistemático:
1. Amazônia : Rodovia BR-163 : Impactos : Política de transportes
388.109811
2. BR-163 : Rodovia : Impactos : Amazônia : Política de transportes
388.109811

ARIOVALDO U. DE OLIVEIRA
BERNADETE CASTRO OLIVEIRA
PHILIP M. FEARNside
JOAQUIM ARAGÃO
ROMULO ORRICO
JAN ROCHA
WILSEA FIGUEIREDO
ARNALDO CARNEIRO FILHO
JOSÉ ARBEX JR.
MAURÍCIO TORRES (ORG.)

Amazônia revelada

Os descaminhos ao longo da BR-163

prefácio CARLOS ALBERTO PITTALUGA NIEDERAUER
apresentação ALEXANDRE GAVRILOFF (COORD. DE PESQUISA)

A Dorothy Stang

É fácil fazer uma estrada, mesmo na selva, como foi o caso da Cuiabá-Santarém.

Isso não é nenhuma epopéia.

Epopéia mesmo é fazer com que o poder público interiorize os seus mecanismos de assistência e promoção humana, de valorização do homem [...].

Isso é quase impossível...

Cel. José Meirelles, comandante do 9º Batalhão
de Engenharia e Construção do Exército na construção da BR-163.

Prefácio

O que é uma rodovia? Quais são seus benefícios? Existem prejuízos? Quais são as implicações para a sociedade? Em uma visão simplória, uma rodovia é apenas uma obra de engenharia. É uma via destinada ao tráfego de veículos autônomos que se deslocam sobre rodas, ensina o Dicionário Aurélio. Só isso? Não. Uma rodovia é muito mais do que uma obra de engenharia por onde transitam veículos. Por uma rodovia transitam pessoas, seres humanos que interagem com outras pessoas e lugares. A vida pulsa ao redor de uma estrada. Do ponto de vista de engenharia, a construção de uma rodovia utiliza técnicas e processos de domínio público, sem grandes novidades. Contudo, na atualidade, a construção de uma rodovia é mais complexa e vai além da obra de engenharia.

Vista por outro ângulo, uma rodovia é uma intervenção do homem no meio ambiente. E, quando uma rodovia cruza a floresta Amazônica, a intervenção ganha contornos mais complexos e delicados. Esse é o caso da estratégica BR-163, rodovia que liga Cuiabá a Santarém. Inaugurada em 1973, no ufanismo desenvolvimentista, ela está hoje, em sua maior parte, em péssimo estado de conservação. Percorrer seus quase 2.000 km é, em vários trechos, uma grande aventura, principalmente na estação das chuvas.

Há agora um plano para pavimentar a rodovia, obra há muito reclamada tanto pelos setores empresariais e produtivos quanto pelas populações que habitam sua área de influência. Estamos falando de uma área que abrange cerca de 1.231,8 milhão de km² e 71 municípios. Estima-se que sua pavimentação implique investimentos superiores a 1 bilhão de reais.

Ciente do caráter estratégico da rodovia, e dos problemas da região, o Governo Federal criou no início de 2004 um grupo de trabalho interministerial especificamente para

tratar do assunto. Esse grupo tem a missão de gerar um plano de desenvolvimento sustentável para a área de influência da rodovia. É uma clara demonstração de que a BR-163 não é uma simples rodovia. Ao contrário, trata-se de quebra de paradigma em termos de construção de estradas. Há a firme convicção de que a pavimentação da BR-163 deve estar associada à conservação dos recursos naturais e à inclusão social da população residente. Essa visão, inovadora e holística, suplanta a visão de mercado, na qual a pavimentação é a forma de escoar, com maior agilidade e redução de custo, a produção agrícola de Mato Grosso destinada à exportação.

Nesse sentido, esta publicação é uma contribuição valiosa, não somente para o projeto de pavimentação da rodovia, mas para a sociedade em geral. Em suas páginas, o leitor encontrará registros ricamente ilustrados realizados por uma equipe de profissionais abnegados que, ao percorrer a BR-163, revelaram as várias faces da estrada. Do agronegócio de alta tecnologia das plantações de soja de Mato Grosso aos conflitos pela posse de terra na porção paraense da rodovia, a equipe transitou do século 21 ao século 16. Trata-se de trabalho de alto nível que mostra a intrincada e delicada complexidade social, econômica e ambiental da região. São trazidas a público questões candentes como grilagem de terras, loteamentos irregulares, desmatamento desordenado e ilegal, trabalho escravo e invasão de terras indígenas. O trabalho tem a felicidade de reunir em um único documento dados e informações que, em geral, recebemos pela mídia de forma fragmentada e, não raramente, distorcidas. Ora são notícias de trabalho escravo, por vezes reportagens sobre caminhoneiros ilhados em atoleiros, ou de exploração ilegal de recursos naturais, como a biopirataria. Mas é difícil ao cidadão comum formar uma opinião completa sobre a temática. É isso que o livro permite. São comentários e depoimentos que mostram a problemática da BR-163 em toda a sua plenitude.

A obra se completa com artigos e ensaios de especialistas no assunto. A partir dos registros da equipe que percorreu a 163, profissionais e pesquisadores das mais variadas formações e convicções apresentam suas opiniões, revelando seus pontos de vista e provando que a pavimentação será, sob qualquer ângulo, uma empreitada de grande envergadura, na qual a obra de engenharia é apenas mais um componente.

É contada a história de colonização e ocupação da Amazônia e o caldo cultural que se formou ao longo de décadas de ocupação. São identificados os vários grupos de interesse

existentes e como sua intervenção social e econômica moldou a geopolítica regional. Especula-se sobre os desdobramentos da presença/ausência do Estado ao longo dos anos. Sugere-se que a rodovia seja uma articuladora do desenvolvimento sustentável. Enfim, o trabalho apresenta uma visão inovadora sobre gestão regional e populacional. Cada autor propõe, dentro de sua área de conhecimento, soluções e recomendações que merecem ser consideradas por aqueles que irão levar avanti a empreitada de pavimentação da rodovia. Por tudo isso, já é um referencial obrigatório para futuros estudos e pesquisas.

O leitor chegará à conclusão de que é possível conciliar crescimento econômico com justiça social, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais sem agredir o meio ambiente. As visões dos autores são inteligentes e oportunas, o problema está mapeado, delimitado. O que se busca, com a pavimentação da rodovia, não é apenas exportar grãos a um custo mais baixo. O que se quer, também, é a melhoria da qualidade de vida da população. O desafio é executar um modelo sustentável que gere riqueza e bem-estar social. Acima de tudo, a BR-163 corta uma região de sonhos e esperanças, daqueles que lá nasceram ou para lá se dirigiram. Cabe ao Governo, em parceria com empreendedores privados e a sociedade organizada, transformar tais sonhos e esperanças em realidade.

CARLOS ALBERTO PITTALUGA NIEDERAUER

APRESENTAÇÃO

De sangue e de soja, um asfalto sobre corpos

No começo era o café. Há exatos cem anos, esse era o “ouro verde”. Assim como a soja, herdeira da alcunha, o café não era alimento, gerava divisas de exportação e, já à época, tinha o escoamento estrangulado. A maior estrutura portuária do país, a do Rio de Janeiro, era obsoleta e subdimensionada para a pretensão de catalisar a atividade econômica nacional. Os almejados transatlânticos eram incompatíveis não só com o porto, mas com as vias para transporte de carga.

O engenheiro Pereira Passos, prefeito da capital, busca então no barão de Haussmann o molde à fluidez que a nova dinâmica comercial demandava. Sob inspirações parisienses na elucubração de seus meandros, gaba-se do “conhecimento de ponta” para adaptar o espaço carioca ao modelo europeu. Passado um século, o fruto de sua política é claro. Com um dos mais violentos atos de expropriação, Passos assistiu ao nascimento das primeiras favelas.

Com ensandecida fúria, pôs abaixo uma enormidade de habitações para a abertura das novas vias. Uma grande multidão de desfavorecidos sociais, uma população marginalizada, não só ficou desabrigada. Além do espaço, toda a vida do pobre foi desestruturada. A ação do governo agrediu toda a sua cultura e seu cotidiano. Enfim, o trânsito da mercadoria determinou o dos cidadãos. Eram as políticas sociais e a tecnologia postas, na mais autêntica subserviência, a serviço dos interesses econômicos da pequena elite.

Cem anos depois, a economia brasileira aposta na exportação e, novamente – ou melhor – ainda, depara com gargalos no escoamento. O país desponta como um dos maiores exportadores mundiais de uma soja que em grande parte é colhida no norte de Mato Grosso, roda alguns milhares de quilômetros para o sul, embarca nos enfiados

portos de Santos ou Paranaguá, para navegar os mesmos tantos 1.000 quilômetros para o norte e chegar à mesma linha de latitude. Há décadas esse produtor, a dois passos do rio Amazonas, sonha com a possibilidade de “atender pela porta da frente”, muito mais próxima aos consumidores europeus e asiáticos (pelo canal do Panamá). Isso seria uma realidade, não fosse a intrafegabilidade da BR-163, a lendária Cuiabá-Santarém.

Os trinta anos de espera pela conclusão da rodovia não se devem apenas a uma convicta vocação da política brasileira pelo inconcluso. A estrada é um polêmico projeto que corta ao meio a Amazônia. Passa por reservas indígenas e ambientais, áreas de garimpo e regiões de graves conflitos fundiários. Grilagem de terras, expropriação de antigos habitantes e populações indígenas, extração criminosa de madeira e minério, ausência do Estado, trabalho escravo, desmatamento, organizações criminosas entrelaçam-se, são íntimas, e têm em comum a violência contra o mais fraco, seja ele o índio, o camponês ou o mogno.

Sem a adoção das devidas medidas prévias, a conclusão da rodovia pode vir a acelerar e potencializar o ritmo de degradação socioambiental da região.

Este trabalho pretende, exatamente, colaborar com essa discussão e incentivá-la. São textos interdisciplinares, que lêem a região e a rodovia segundo diversas óticas e, não raro, apontam caminhos diferentes, oferecendo uma considerável pluralidade de opiniões. Apesar disso, os autores acabam por traçar um fio de unidade entre si: a denúncia sobre o estado de generalizada ilegalidade local. Chama-se, por meio de diversos aspectos, a atenção ao fato de que a BR-163 atravessa uma região de fronteira, uma área de conflitos.

Poucos conhecem a história dessa fronteira como Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Em “BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização”, ele levanta o histórico e a dinâmica da ocupação de cada um dos municípios mais afetados pela rodovia. Essa exposição embasa uma acurada análise sobre as transformações recentes que ocorrem na forma de ocupação da terra naquela região. A construção das relações de poder e o controle da terra emaranham-se e, ao lado do prejuízo social, a formação de imensos latifúndios sobre terra pública traz consigo a degradação ambiental.

A tentativa de apropriação dessas terras acompanha-se do desmatamento e, com este, anda junto o trabalho escravo. Em “Trabalho escravo: presente, passado e futuro”, Jan Rocha mostra como, na Amazônia, a modernidade tecnológica mais pungente (como o

melhoramento genético de rebanhos e sementes) se encontra com o mais obscuro traço do arcaico: o trabalho escravo. Um amplo levantamento de dados ilustra a trágica condição de milhares de trabalhadores escravizados e os processos pelos quais isso acontece.

O desmatamento gerado pela grilagem de terras não é o único grande impacto ambiental nesse quadro. Philip Fearnside escreve “Carga pesada: o custo ambiental de asfaltar um corredor de soja na Amazônia” e analisa minuciosamente os danos ao meio ocasionados pela falta de controle do Estado. A ampla leitura da situação atual fundamenta uma perspectiva para a região caso persistam a falta de governança e o não cumprimento das leis ambientais. Assumindo uma posição enfática, Fearnside sustenta que a pavimentação da estrada deverá ser precedida por profundas medidas estruturais.

Ainda sob a preocupação ambiental, Arnaldo Carneiro Filho desenvolve uma detalhada análise. Em “Temos um esplêndido passado pela frente?”, atenta às peculiaridades das diferentes paisagens ao longo da área de influência da rodovia. O autor discute e lança propostas que envolvem serviços ecológicos importantes e situações específicas, tais como atividades econômicas em Unidades de Conservação e devastação ambiental em terras indígenas.

A degradação do meio e das populações tradicionais avança rápido e a simples perspectiva do asfaltamento da rodovia potencializa, em muito, essa grande perda para todo o país. Unidades de Conservação têm se mostrado o meio mais eficiente de deter tal processo. Porém, o futuro das florestas e populações tradicionais condiciona-se à eficiência de como as áreas de proteção são concebidas e implementadas e – obviamente – da relação dessas unidades com as populações de seu interior e entorno. No capítulo “Yellowstone Paroara” tem-se uma avaliação sobre a disposição geográfica das Unidades de Conservação, em conjunto com questões sociais importantes para a gestão de áreas protegidas, Wilsea Figueiredo e Maurício Torres discutem como tais áreas podem servir para a garantia da preservação tanto ambiental em longo prazo na região quanto do modo de vida das populações.

O CNPq debruçou-se a estudar bem mais do que a mera realização de uma estrada para exportar grãos, integrando na pesquisa especial atenção a um corpo social que sempre foi translúcido: o habitante local. Muitas vezes, visto primeiro como obstáculo, depois,

como resíduo do progresso, acabava por ser culturalmente – ou até factualmente – dizimado. Ora, como chamar de progresso o crescimento econômico de uma ínfima minoria em detrimento de toda uma massa de pobres? Progresso, avanço tecnológico, desenvolvimento não podem ser privilégio de classes. Essa discussão é desenvolvida em “‘Terra sem povo’, crime sem castigo”, onde José Arbex Jr. vai a fundo nas construções da Amazônia no imaginário do resto do país e do mundo e, assim, trabalha os mecanismos para a criação de estereótipos e estigmas. O autor desmistifica a exotização da Amazônia e como essa “colonização do imaginário” precedeu a colonização do território. Dentre as falácias saídas do ideário construído sobre a região, talvez a pior seja a concepção de que a Amazônia é um “vazio”, um “espaço sem gente”. Essa idéia já causou suficiente estrago quando, estrategicamente usada pela Operação Amazônia, legitimou o incentivo à “ocupação da Amazônia”, capítulo vergonhoso de entrega da região ao grande capital, e sedimentou a dinâmica da expropriação dos povos antigos da floresta que vemos, ainda hoje, em pleno vigor. Além disso, a classificação “terra sem gente” é investida de uma carga xenófoba: nega o *status* de “gente” a mais de 170 povos indígenas e a alguns milhões de antigos habitantes.

Populações indígenas. Não há como negar que a elas coube o grande ônus do processo de abertura de rodovias na Amazônia. Bernadete Castro de Oliveira analisa em “Todo dia é dia de índio: terra indígena e sustentabilidade” essas populações contextualizando suas peculiaridades em relação à lei, à terra e ao meio ambiente.

Pauta freqüente na mídia, notícias sobre a rodovia Santarém-Cuiabá sempre ressaltam o estado de abandono que é ilustrado com caminhões carregados de madeira, gado ou soja enterrados na lama. Não é esse o grande abandono que Maurício Torres encontrou ao longo da BR-163. Em “Fronteira, um eco sem fim” vê-se que muito mais cruel do que o alardeado prejuízo para a produção é a situação que obriga uma mãe a ver os filhos de menos de 10 anos serem contratados por grileiros vizinhos. E essa realidade fala pouco da trafegabilidade da rodovia, mas, antes, da expansão de um modo de vida em que o poder econômico dominante se revela com suas crueldades potencializadas na mais absoluta ilegalidade.

Não raro o Estado justifica o abandono a que submete esse povo com o argumento do isolamento a que está sujeito em decorrência das condições da estrada. Romulo Orrico

escreve “Transporte e desenvolvimento: uma reflexão sobre a BR-163” e, avaliando as condições de transporte dos municípios ao longo da rodovia, vai além desses clichês e mostra como tais “populações isoladas” operam um sistema de conexões, ainda que extra-oficial, que permite abastecimento e transporte dos vários locais cortados pela estrada para qualquer lugar do país.

Orrico ainda assina, com Joaquim Aragão, o capítulo “Infra-estrutura de transportes e desenvolvimento: elementos para um modelo de gestão e mobilização da BR-163”. Os autores discutem a concepção de um modelo de gestão e mobilização do *Plano BR-163 Sustentável* que dê suporte à sua implantação e manutenção em médio e longo prazos. Aragão e Orrico relacionam a gênese desse projeto de infra-estrutura de transportes, suas dinâmicas de financiamento e os anseios de desenvolvimento econômico, com preocupação nos âmbitos social e ambiental.

Pretendeu-se, no projeto de pesquisa que originou este livro, um trabalho particularmente atento às comunidades locais. Intentou-se um fruto de pesquisa que voltasse a essas populações para alimentar suas participações na discussão e colaborar para que resolvam sua aplicação. Mesmo porque a BR-163 (como qualquer outra estrada) não é apenas uma via por onde passam mercadorias. Também e essencialmente, transporta tempo e espaço, uma vez que por ela passam pessoas. Que, carregadas de experiências, interagem com a vivência local. À medida do fortalecimento da sociedade civil e da sedimentação das identidades comunais se dará o combate a estigmas arraigados. Daí depende o fruto desse encontro: repetição da nossa tão conhecida degradação da população local, ou uma interação construtiva.

Se, de fato, a opção dessa gente for o asfaltamento da Santarém-Cuiabá, que a matemática da economia ceda lugar a uma concepção de estrada que antes de tudo seja concebida como artéria social. Pois a BR-163 requer mais do que tecnologia para a realização de uma obra de engenharia, mais do que um leito de concreto e asfalto. Exige que se quebre um círculo de quinhentos anos de repetição, no qual o Estado se afina ao grande capital e governa para ele contra toda uma população.

Sumário

“TERRA SEM POVO”, CRIME SEM CASTIGO	21
<i>Pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia</i>	
JOSÉ ARBEX JR.	
BR-163 CUIABÁ-SANTARÉM	67
<i>Geopolítica, grilagem, violência e mundialização</i>	
ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA	
TEMOS UM ESPLÊNDIDO PASSADO PELA FRENTE?	185
<i>As possíveis consequências do asfaltamento da BR-163</i>	
ARNALDO CARNEIRO FILHO	
TODO DIA É DIA DE ÍNDIO	201
<i>Terra indígena e sustentabilidade</i>	
BERNADETE CASTRO OLIVEIRA	
TRABALHO ESCRAVO	237
<i>Presente, passado e futuro</i>	
JAN ROCHA	
FRONTEIRA, UM ECO SEM FIM	271
<i>Considerações sobre a ausência do Estado e exclusão social nos municípios paraenses do eixo da BR-163</i>	
MAURÍCIO TORRES	
YELLOWSTONE PAROARA	321
<i>Uma discussão sobre o papel das Unidades de Conservação e o exemplo do Parque Nacional da Amazônia</i>	
MAURÍCIO TORRES E WILSEA FIGUEIREDO	
CARGA PESADA	397
<i>O custo ambiental de asfaltar um corredor de soja na Amazônia</i>	
PHILIP M. FEARNSIDE	
TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO	425
<i>Uma reflexão sobre a pavimentação da BR-163</i>	
ROMULO ORRICO	
INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO	461
<i>Elementos para um modelo de gestão e mobilização da BR-163</i>	
ROMULO ORRICO E JOAQUIM ARAGÃO	

“Terra sem povo”, crime sem castigo

JOSÉ ARBEX JR.

Pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia

Para a imensa maioria dos brasileiros, a idéia do que significa a Amazônia não difere muito do quadro que os colonizadores portugueses do século 16 faziam do Brasil como um todo. Para os geógrafos da corte de Lisboa, o Brasil era um grande sistema ecológico natural, um território maravilhoso, região de riquezas infindáveis, mas também habitada por canibais e bestas indomáveis. Essa visão do Novo Mundo foi moldada pela tradição européia criada pelos cronistas dos descobrimentos.

Mas a imagem da fabulosa natureza do Brasil não se limitou a inspirar religiosos, poetas e escritores. Teve uma função muito útil de instrumento diplomático, ao servir de base para as negociações entre Portugal e Espanha sobre a conformação das colônias nas Américas. O mito da Ilha Brasil dava legitimidade “natural” às pretensões de posse da coroa portuguesa, nos marcos das negociações com a Espanha, consagradas pelo Tratado das Tordesilhas. Lisboa reclamava direitos

sobre uma suposta unidade ecológica formada por um todo de florestas, bacias hidrográficas e acidentes geográficos, enfim, uma ordem natural que expressava a vontade de Deus.

Essa idéia de Brasil como dádiva da natureza seria incorporada como narrativa pela coroa portuguesa, no quadro da disputa imperial, e abraçada depois pelos próprios brasileiros, à medida que a nação ia se constituindo. Estabelecia-se, assim, uma suposta identidade entre o Brasil histórico e o Brasil natural, como se um fosse a perfeita expressão do outro, mito que aparece tanto na obra de historiadores e antropólogos, a partir de Pero Vaz de Caminha (“terra chã e formosa”), quanto na linguagem corrente (“país abençoado por Deus”).¹

A idéia fundamental da Ilha Brasil será, com formas diferentes, adequadas às várias épocas históricas, um traço dominante da produção cultural até, pelo menos, o início do século 20, quando a identidade brasileira passará a ser questionada e problematizada por artistas e intelectuais (como os que organizaram a Semana de Arte Moderna em 1922). Aquela percepção naturalista da história, explorada à exaustão pelos sucessivos governos da era republicana, particularmente pela ditadura militar, é hoje um dos principais obstáculos à compreensão do que está em jogo na Amazônia.

A IMAGINAÇÃO MEDIEVAL:

O “SELVAGEM” E A AMAZÔNIA EXÓTICA

O mito da Ilha Brasil foi representado, na forma humana, pelos povos originários: à natureza “virgem e inculta” correspondia a figura do “selvagem nu e não civilizado”. Ambos teriam de ser “domesticados” pelo

homem branco europeu cristão. A famosa Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei dom Manuel de Portugal reflete exatamente esse estado de espírito:

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhe quiserem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons. E Ele para nos aqui trazer creio que não foi sem causa. E portanto Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação deles. E prazerá a Deus que com pouco trabalho seja assim!

Eles não lavram nem criam. Nem há aqui boi ou vaca, cabra, ovelha ou galinha, ou qualquer outro animal que esteja acostumado ao viver do homem. E não comem senão deste inhame, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos.

[...] Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em algu-

mas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos – terra que nos parecia muito extensa.

Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!

Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que não houvesse mais do que ter Vossa Alteza aqui esta pousada para essa navegação de Calicute bastava. Quanto mais, disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa fé!²

Nos séculos seguintes, as crônicas e as artes plásticas ofereceram testemunhos importantes do imaginário europeu sobre a América e o Brasil em geral e a Amazônia em particular. As narrativas refletiam as diferentes perspectivas assumidas pelos colonizadores e religiosos. Os espanhóis tinham a intenção de construir um império, e isso implicou uma estratégia de destruição das grandes civilizações encontradas na região que depois seria conhecida como a América hispânica (maias, incas, astecas). Os portugueses queriam

enriquecer com a exploração dos recursos naturais e voltar à sua terra. Apostavam na existência de imensas reservas de riquezas, como ouro e pedras preciosas, que poderiam ser investidas na expansão do domínio marítimo lusitano.

Franceses e holandeses tiveram participação menor no processo de colonização. Os contatos que tiveram com os povos originários foram proporcionados, principalmente, pelo comércio do pau-brasil e do açúcar, no início do século 16, comércio que os conduziria, nos séculos seguintes, a guerras e conflitos com os portugueses. Os holandeses tiveram mais contato com os povos daqui do que os franceses pelo fato de os portugueses empregarem marinheiros dos Países Baixos (e, em menor escala, italianos, ingleses, franceses e alemães) na “rota do açúcar”.

Além disso, um número elevado de flamengos fixou-se no nordeste do Brasil, como senhores de engenho, comerciantes, marceneiros, soldados, prostitutas, todos estimulados pelo domínio da Holanda sobre a capitania de Pernambuco, entre 1630 e 1654. Devemos aos holandeses boa parte dos registros daquela época, já que Maurício de Nassau (administrador da região, nomeado pela Companhia das Índias Ocidentais, entre 1637 e 1641) foi o responsável pela vinda de artistas como Frans Post e Albert Eckhout, os primeiros europeus a retratar sistematicamente cenas e paisagens do cotidiano brasileiro.

Como resultado de todos esses contatos, multiplicaram-se as narrativas sobre o “novo mundo” como um lugar exótico e os índios como seres fantásticos. A curiosidade pela América estimulou a publicação de vários e preciosos relatos de viagem (textuais e pictóricos) na Antuérpia, em Frankfurt, Paris e outros cen-

tros europeus da época. Lisboa, curiosamente, publicou uma quantidade muito menor de obras desse tipo. Autores como Luís de Camões e Gil Vicente, por exemplo, praticamente ignoraram as comunidades indígenas e o cenário americano. Muitos acreditam que isso se deva ao fato de que os portugueses da época se sentiam muito mais atraídos pela aventura no mar e pelos grandes impérios do Oriente.

Durante o século 16, apenas sete obras sobre o Brasil foram publicadas em Portugal, três das quais de autoria de jesuítas, que descrevem os costumes ameríndios e se autoglorificam ao narrar as desventuras da catequese, tais como as dificuldades da vida na colônia, a ferocidade dos indígenas, ou então a ingenuidade ou relutância deles em aceitar a palavra de Deus. Pedro Magalhães de Gandavo escreveu, em 1576, a *Historia da Prouíncia Sãcta Cruz a qui Vulgarmete Chamamos Brasil* e, entre 1584 e 1602, a narrativa sobre o naufrágio de Jorge de Albuquerque Coelho (*Naufragio, que Passou Jorge de Albuquerque Coelho, Capitão e Governador de Pernambuco*). Alguns manuscritos permaneceram inéditos até a segunda metade do século 19.

Em compensação, nas demais potências coloniais européias houve até um certo *boom* de documentos. André Thevet e Giovanni Battista Ramusio descreveram o cotidiano dos tupinambás. O terceiro volume da coleção *Grandes Viagens*, organizada por Theodor de Bry, traz os relatos de Hans Staden e Jean de Léry. Na maior parte das vezes, os povos originários são representados de forma alegórica, como seres primitivos que corporificam a força da natureza em oposição à civilização. Nos quadros e gravuras, portam vestimentas e instrumentos que não são típicos de sua cultura (não importa: nesse sentido alegórico, “índio é ín-

dio”). São também mostrados de maneira caricatural, como monstros de perversão sexual e sadismo. Um bom exemplo é o quadro *O Inferno*, de autor anônimo (provavelmente, flamengo), do início do século 16, exposto no Museu de Arte Antiga de Lisboa: Satã sentado sobre o seu trono, portando cocar e penas, submete colonizadores e jesuítas a sofrimentos sem fim, incluindo a prática do canibalismo e tortura.

Apenas algumas obras fogem à regra, como os registros pictóricos de Albert Eckhout e Frans Post, que, pela primeira vez, tiveram a preocupação de mostrar os momentos de trabalho e lazer de indígenas e escravos, a “humanidade do selvagem”, a existência de mestiços, a riqueza das paisagens. Curiosamente, o “índio brasileiro” chamou a atenção de intelectuais franceses como Montaigne, Rabelais e Ronsard, que, inspirados por uma imagem idealizada do “selvagem”, criticaram o artificialismo da vida aristocrática no Antigo Regime.

Os relatos de viagem e representações pictóricas não mexiam com a vida dos povos originários, mas serviam de instrumento de luta entre católicos e protestantes europeus. Vários processos da Inquisição católica pretendiam demonstrar a adesão de protestantes às práticas “demoníacas” indígenas. E os protestantes, por seu lado, acusavam portugueses e espanhóis (católicos) de praticar atrocidades contra as populações indígenas. Outro ponto de tensão importante quando se trata de representar o índio foi produzido pelas diferenças entre a atitude dos colonizadores e a dos jesuítas. Enquanto os primeiros tinham todo o interesse em propagar a imagem do índio como ser sem alma, filho do demônio etc., para justificar sua escravização, os religiosos – em particular, os portugueses – comparavam ao índio a “criança” que não havia tido ainda a oportu-

nidade de ouvir a palavra de Deus, mas poderia ser salva.

O papa pressionava os colonos, afirmando que os índios deveriam ser conquistados “mansamente” pela palavra de Deus. Uma bula papal de 1537 proclamava a liberdade dos índios das Américas. A estratégia católica era voltada para a criação de uma grande nação indígena cristã, sob total controle da Companhia de Jesus, ampliando com isso o poder de barganha da Igreja junto às monarquias. Os jesuítas também queriam transformar os índios num ser dócil e produtivo, organizados em aldeamentos e “reduções”. Em conformidade com essa estratégia, José de Anchieta escreveu em 1595 sua *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*, o tupi. Foi a primeira tentativa de construir uma sistematização de uma linguagem indígena.

No Brasil, a atitude dos colonos para com os indígenas foi de extrema ferocidade, em particular a partir dos anos 1530, quando o rei dom João III optou por explorar e povoar o território. A introdução da lavoura canavieira e a montagem de engenhos de açúcar, a partir da segunda metade do século 16, foram realizadas com base na mão-de-obra escrava indígena, dando início a uma nova e próspera empresa: a caça ao índio, prática consagrada pelos bandeirantes. Ao longo do século 17, as atividades econômicas dos colonos dependiam em grande parte do trabalho escravo indígena, utilizado nos sítios e fazendas, e do transporte de produtos (em São Paulo, por exemplo, os índios foram fundamentais na ligação entre o planalto e o litoral). Esse quadro foi alterado no final do século, quando o tráfico de escravos africanos começava a gerar grandes lucros – em muitas ocasiões, superiores



Autor desconhecido. *O Inferno*. Primeira metade do século 16.

Reprod.: color. In: *Museu de Arte Antiga, Lisboa*. Lisboa: Verbo, 1977. p. 67.

A introdução da lavoura canavieira e a montagem de engenhos de açúcar, a partir da segunda metade do século 16, foram realizadas com base na mão-de-obra escrava indígena, dando início a uma nova e próspera empresa: a caça ao índio, prática consagrada pelos bandeirantes.



BRY, Theodor de (ed.). *America*, v. 3: Dritte Buch Americae, Darinn Brasilia durch Johann Staden von Homberg. München: Konrad Kölbe, 1970.

aos ganhos obtidos com a exportação de açúcar e gêneros tropicais. Além disso, os povos nativos não poderiam continuar fornecendo mão-de-obra por muito mais tempo, após os inúmeros massacres, as mortes provocadas por pestes e doenças, as fugas para o interior do sertão e também como resultado da resistência armada.

O contato entre colonizadores e indígenas deixou marcas profundas na cultura nacional, em grande parte graças à miscigenação racial. Houve numerosos casamentos ou simples acasalamentos entre lusitanos e índios, principalmente nas primeiras décadas do século 16. Muitos colonizadores foram integrados à vida nas aldeias, passando, ao longo dos anos, a viver nus e a se comportar como os indígenas. Para os portugueses, tal fato tinha a vantagem de permitir a mobilização dos indígenas (agora considerados seus “parentes”) no trabalho de exploração do pau-brasil em troca de bijuterias, espelhos, facas. Um dos resultados desse processo foi o surgimento de uma sociedade fortemente miscigenada, onde a bastardia ocorreu em grande escala.

Os séculos seguintes foram um tempo de esquecimento e marginalização. Em parte, a marginalização dos povos originários deu-se sob a forma de sua idealização romântica, por exemplo, na literatura nativista de José de Alencar, que representava o herói índio como uma espécie de ser obediente aos códigos de honra adequados aos cavalheiros medievais europeus (caso clássico de Peri, do romance *O Guarani*) ou uma donzela que poderia freqüentar a corte lisboeta (caso de *Iracema*). A idealização “positiva” continuava sendo uma recusa ao reconhecimento da humanidade complexa do nativo, ainda mais em um contexto instrumental que servia para ocultar a chaga da escravidão negra.

O lugar ocupado pelos povos originários começou a ser reavaliado tardiamente, no âmbito das universidades e círculos mais intelectualizados, com as obras de antropólogos como Darcy Ribeiro e os irmãos Villas-Boas, bem como com as contribuições de pesquisadores estrangeiros, por exemplo, Claude Lévi-Strauss. Também a ação da Igreja Católica contribuiu para divulgar os problemas e vicissitudes que afligem os povos originários brasileiros, especialmente após a intensificação do processo de ocupação da Amazônia promovido pela ditadura militar, nos anos 60 e 70.

Mas não tardou até que os nativos passassem a ser considerados habitantes “indesejados” das florestas, ou por resistir ao progresso ou – na versão de setores mais nacionalistas das Forças Armadas e da sociedade civil – por representar uma via de entrada à penetração de estrangeiros, principalmente sob a forma de missionários. O seguinte texto, intitulado *Amazônia – para esclarecimento geral dos internautas* é bastante representativo dessas correntes de pensamento:

A questão indígena: integrar ou segregar o índio? Até há poucos anos a tendência era de integrar. Hoje, é de segregar, a pretexto de preservar a sua cultura. Que extensão deve ter uma terra indígena? Daí as perguntas: por que a área ianomâmi é tão grande? Por que a área do Alto Rio Negro dos tucanos é enorme? Quais os critérios para demarcar uma reserva indígena? Ainda não temos respostas. Há indícios da pressão de ONGs (organizações não-governamentais) para que não se chegue a uma solução. Hoje, as ONGs fazem política quanto a explorar ou não as riquezas de uma área indígena.

A Constituição de 1988 permite que áreas muito grandes sejam exploradas, mas isso precisa ser regulamentado, o que até o presente momento não aconteceu. O assunto está sendo discutido no Congresso Nacional.

A população indígena no Brasil é pouco mais de 1% da população brasileira, mas o que é de se observar é que este 1% dispõe de 11% do território nacional.

No Amazonas, 21% do Estado são de terras indígenas; 20% do Pará são, também, e, o pior, Roraima não existe como Estado, pois 58% de seu território são de terras indígenas.

Essas áreas indígenas constituem na Amazônia um conjunto maior que Portugal, Espanha, Alemanha, Bélgica e Majorca.

O G7 e as ONGs desejam que a Amazônia seja preservada exatamente como está e permaneça como patrimônio da humanidade. É essa a nossa grande preocupação.³

Mas, mesmo quando antropólogos e organizações não-governamentais eram movidos pelas melhores intenções, e tentavam desenvolver um olhar íntegro e não-estatístico em relação aos destinos das nações originárias, faltou uma compreensão mais profunda sobre os seus direitos e respeito aos valores. Do ponto de vista do Estado, a relação com as nações indígenas foi marcada por forte sentido paternalista e autoritário, mesmo no âmbito dos debates travados na Assembléia Constituinte de 1988.

A relação conflituosa e preconceituosa com as nações indígenas nunca foi satisfatoriamente resolvida, como se reafirmou triste e sintomaticamente em abril do ano 2000, durante as comemorações dos qui-

nhentos anos de Brasil: a cidade de Porto Seguro, na Bahia, transformou-se em praça de guerra, quando forças policiais foram mobilizadas para reprimir manifestantes indígenas, negros e sem-terra que apresentavam suas reivindicações. Como diz Marcos Terena, uma liderança que se destacou nos debates políticos nacionais sobre essa questão:

Essa política indigenista criou sistemas de coerção à liberdade indígena quando diz assim: o índio tem de ser protegido. O índio realmente precisava de proteção nessa relação com o branco, mas transformaram os índios em incapazes e surgiu a figura do tutor do índio, o governo federal, que anulou todo o potencial indígena. Em nome dessa proteção, o índio não podia ir pra escola e foi criado um muro, e todo índio que se rebelava era castigado.⁴

Os debates sobre o destino da Amazônia, que ganharam impulso nos anos 90, especialmente após a realização, no Rio de Janeiro, da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, em 1992 (Eco-92), deram nova visibilidade à “questão indígena”. Isso se combinou com o processo complicado e trabalhoso de retomada das tradições e mobilizações dos povos originários, que hoje lutam por direitos assegurados pela Constituição de 1988. Mas isso tudo não quer dizer, necessariamente, que sua situação tenha melhorado de forma significativa. Ao contrário, há sinais claros de que a sociedade brasileira ainda cultiva uma mentalidade discriminatória.

Talvez isso seja interessante do ponto de vista daqueles que vêm na Amazônia apenas uma grande oportunidade de ganhar bilhões de dólares.

A CONSTRUÇÃO DA AMAZÔNIA NO REGISTRO ERUDITO

A percepção da América como uma dádiva da natureza moldou a atitude do europeu em relação ao hemisfério americano, e a do próprio brasileiro em relação à Amazônia. Essa percepção é marcada por dois modos distintos e complementares de agir: de um lado, o maravilhamento, o desejo, a busca do desconhecido; de outro, a ação colonizadora, nota o historiador Nicolau Sevcenko:

[...] a prática propriamente agressiva do ato ou da intervenção colonizadora, e que implica o contato direto, físico, com esse meio – em função da extração daquilo que se veio buscar pelo ato da colonização: o vegetal tropical ou o minério. E, nesse sentido, o que o colonizador tem diante de si não é mais paisagem, o que ele tem diante de si é a mata ou o sertão bravo – e a ênfase aí vai na expressão bravo, porque o ato realmente dignificante desse indivíduo é o do desbravamento.⁵

[...] O fato é que essas duas atitudes, a da percepção sensual da paisagem com projeção desejante e essa prática agressiva, essa ação interveniente predatória do desbravador – juntamente com os contatos e as relações que se estabelecem entre si –, são muito interessantes. Em grande parte nós somos os caudatários, os herdeiros desse impasse e dessa hesitação entre dois modos europeus diferentes de perceber uma mesma situação.⁶

No mundo contemporâneo, essa dupla atitude está na base de grande parte dos comportamentos ex-

tremos, bem exemplificados, de um lado, pelo radicalismo de determinadas entidades ambientalistas de defesa da Amazônia, que lutam pela preservação intocada de um “santuário natural”, e de outro pela fúria das madeireiras e exploradores das riquezas, que pouco se importam com os impactos ecológicos e culturais resultantes de suas atividades predatórias.

Está na base também das expedições ao “mundo desconhecido”, iniciadas com caráter científico, em 1743, pelo francês Charles-Marie La Condamine, autor do *Journal du Voyage Fait par Ordre du Roi à l'Équateur*. Para a ciência europeia do século 18, a Amazônia apresentava-se como um troféu a ser conquistado, mais ou menos como a Lua no século 20. La Condamine iniciou a jornada pelo Peru, e foi na viagem de volta, em 1743, que navegou durante quatro meses pelo rio Amazonas, até atingir a foz. Os trabalhos de La Condamine inauguraram o processo de descrição técnica da região.

Na mesma linha, o naturalista brasileiro formado em Portugal Alexandre Rodrigues Ferreira percorreu a bacia do Amazonas, entre 1783 e 1792. O arquivo contendo suas observações foi enviado a Portugal e saqueado por ordem de Napoleão Bonaparte quando invadiu o país com suas tropas. Napoleão designou o naturalista Geoffroy de Saint-Hilaire para se apropriar dos dados colhidos por Rodrigues Ferreira, tal seu interesse por aquilo que a flora e a fauna da Amazônia poderiam oferecer. Outro explorador importante foi o barão Alexander von Humboldt, um naturalista prussiano que visitou grande parte da América do Sul e da Central. De 1799 a 1805, Humboldt explorou a costa da Venezuela, os rios Amazonas e Orinoco, além do Peru, Equador, Colômbia e

México, coletando espécimes de plantas, animais e minerais, e produziu mapas detalhados.

As expedições de reconhecimento da Amazônia teriam um *boom* a partir de 1808, quando dom João VI determinou a abertura dos portos. A região foi visitada por cientistas e naturalistas de todo o mundo, destacando-se entre eles o barão Georg Heinrich von Langsdorff, médico e membro da Academia de Ciências de São Petersburgo, nomeado em 1813 cônsul-geral da Rússia no Rio de Janeiro. Sua aventura em território amazônico foi marcada pela grande quantidade e excelente qualidade do material biológico e etnográfico que recolheu, incluindo o registro feito pelos pintores franceses Adrien Taunay e Hercule Florence. A expedição Langsdorff foi feita em toscas canoas de madeira através do rio Tietê, no Estado de São Paulo, passando pelo Pantanal mato-grossense, baixo Amazonas, até Belém do Pará, num percurso de aproximadamente 6.000 quilômetros.

Coube ao português José Maria Ferreira de Castro escrever um dos livros mais fortes sobre as terríveis condições de vida dos trabalhadores dos seringais, *A Selva*, de 1930. Em 7 de janeiro de 1911, Ferreira de Castro embarcou em Leixões, Portugal, a bordo do vapor *Jerôme*, com destino ao Pará. Viveu, entre 1911 e 1914, no seringal chamado Paraíso (circunstância que ele descrevia como irônica, dada a situação infernal dos que lá trabalhavam e viviam), nas margens do rio Madeira, território da tribo parintintim.

A Amazônia foi tema também de brasileiros de fora da região. Em 1908, o pernambucano Alberto Rangel escreveu *Inferno verde* (1908, contos), com prefácio de Euclides da Cunha. O próprio Euclides, autor de *Os sertões* (1902), escreveu *A margem da Histó-*



FLORENCE, Hercule. "Vista de Santarém". 1828.

Reprod.: color. In: COSTA, M.; DIENER, P.; STRAUSS, D. (orgs.). *O Brasil de hoje no espelho do século XIX*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p. 74. [Traz as inscrições: "agosto 1828 / Vista de Santarém sobre o rio Tapajós, tomada do lado oeste / Hercule Florence fecit".]



TAUNAY, Adrien. "Palmeiras buriti". 1827.

Reprod.: color. In: COSTA; DIENER; STRAUSS, op. cit., p. 41. [Traz as inscrições: "Palmeiras conhecidas como 'Buritis', desenhadas em Quilombo / em junho de 1827 / Adrien Taunay".]

ria (1909), após uma estadia na Amazônia a convite do barão do Rio Branco, em 1904, como chefe da Comissão de Reconhecimento das Nascentes do Rio Purus, no quadro do processo de consolidação das fronteiras nacionais. O livro, que deveria se chamar *Paráíso perdido* (Euclides morreu em 1909, antes de completar o projeto), compõe-se de quatro partes: "Na Amazônia, terra sem História" (sete capítulos), "Vários estudos" (três capítulos, assuntos americanos), "Da independência à república" (ensaio histórico) e "Estrelas indecifráveis" (crônica).

O carioca Gastão Cruls lançou, em 1925, o romance *A Amazônia misteriosa*. O potiguar Peregrino Júnior escreveu três livros de contos tendo como cenário a Amazônia: *Puçanga* (1930), *Matupá* (1933) e *Histórias da Amazônia* (1936). Mas o mais famoso herói amazônico, Macunaíma, foi criado por Mário de Andrade, com base na obra do alemão Theodor Koch-Grünberg, *Vom Roraima zum Orinoco* (*Do Roraima ao Orinoco*), publicada, em cinco volumes, entre 1916 e 1924.

A Amazônia, todavia, já pode se orgulhar dos seus próprios escritores, desde que Terneiro Aranha (1769-1811), o mais antigo poeta autóctone, escreveu seus versos, a maioria extraviados no tempo. Alguns escritores da Amazônia até alcançaram projeção nacional, como o crítico e historiador José Veríssimo, que escreveu *Cenas da vida amazônica* (1886), primeiro livro de contos amazônicos de que se tem notícia; Inglez de Souza – *O missionário* (1891, romance); Abguar Bastos – *Terra de Icamiba* (1934); Dalcídio Jurandir – *Chove nos campos de cachoeira* (1940); Benedicto Monteiro – *Verde vagomundo* (1972, romance); Ha-

roldo Maranhão – *Rios de raiva* (1987, romance); Ildefonso Guimarães – *Senda bruta* (1965, contos); Sant'Anna Pereira – *Invenção de onira* (1988, romance); Alfredo Garcia – *O livro de Eros* (1998, contos).^[7] Foi, todavia, um gaúcho – Raul Bopp – quem escreveu o livro “amazônico” por excelência (1931, *Cobra Norato*, poesia), a ele se ombreando apenas o *Repertório selvagem* (1998, poemas) e *Berço esplêndido* (2001, poemas), ambos de Olga Savary, e *Viagem a Andara*, o livro invisível, monumental obra ficcional e poética que Vicente Franz Cecim vem edificando há 24 anos.⁸

AMAZÔNIA, ESTADO E ECONOMIA NO SÉCULO XX

As primeiras incursões sistemáticas do tema Amazônia nos jornais estavam associadas às riquezas produzidas pela cultura da borracha, um comércio em processo de crescimento mundial desde a descoberta da vulcanização, em 1839. No final do século 19, o auge da economia cafeeira no Sudeste brasileiro coincidiu com a expansão da indústria de extração do látex das seringueiras da floresta amazônica. O novo comércio atraiu dezenas de milhares de migrantes nordestinos e índios e o interesse de companhias extrativistas. Entre 1872 e 1920, a população regional cresceu 4,3 vezes, passando de pouco mais de 330.000 para quase 1,5 milhão de pessoas. O crescimento mais acentuado aconteceu entre 1900 e 1920, quando a população mais que dobrou. Foi o primeiro grande empreendimento comercial levado a cabo no Brasil sem a utilização de trabalho escravo. Beneficiada pelos altos preços da borracha no mercado mundial, a economia regional cresceu em ritmo vertiginoso.



FORENCE, Hercule. “Índia Apiaká em Diamantino do Mato Grosso”. 1828.

Reprod.: color. In: COSTA; DIENER; STRAUSS, op. cit., p. 49. [Traz as inscrições: “Índia Apiaká em Diamantino do Mato Grosso / fevereiro de 1828 / Hercule Florence, fecit”]



FORENCE, Hercule. “Índio Munduruku”. 1828.

Reprod.: color. In: COSTA; DIENER; STRAUSS, op. cit., p. 49. [Traz as inscrições: “Índio Munduruku. Feito perto do Salto Augusto, onde alguns índios achavam-se de passagem / maio de 1828 / Hercule Florence, fecit”]

Com Vargas, pela primeira vez a Amazônia e demais regiões brasileiras seriam, nos anos seguintes, pensadas em termos de integração a um Estado nacional

Os novos-ricos que viviam em Manaus, e em menor escala Belém do Pará, não tendo onde gastar todo o dinheiro que ganhavam, promoviam orgias financeiras, cujo símbolo maior foi a construção do Teatro Amazonas, inaugurado em 1896. Construído com materiais e artistas trazidos da Europa, sua nave central, em formato de harpa, comporta 640 pessoas na platéia. A parte rica da cidade ganhou ares europeus, com muitas construções em réplica de edificações inglesas, como o dique flutuante do porto e seus edifícios nas áreas adjacentes. O Palácio da Justiça foi inspirado pela arquitetura francesa e o Mercado Municipal pela *art nouveau*. Manaus era então chamada a “Paris dos trópicos”, título que denunciava o ufanismo provinciano de sua elite.

Após três décadas de prosperidade, aconteceu o inevitável declínio econômico graças à incompetência do governo brasileiro (que jamais fez qualquer esforço no sentido de aprimorar o método rudimentar de coleta de látex em seringueiras dispersas pela imensa floresta) e à esperteza de empresários britânicos (que roubaram sementes da seringueira, só encontradas em terras brasileiras, para aclimatá-las com o objetivo de permitir o seu plantio nas colônias britânicas na Ásia). As seringueiras, cultivadas no sistema de *plantations*, adaptaram-se formidavelmente bem em áreas do sul e sudeste asiáticos, que se transformaram nas grandes produtoras mundiais de borracha natural. Em menos de uma década, o Brasil tornou-se um produtor medíocre (atualmente, produz menos de 1% da borracha natural do mundo).

Com a decadência da exploração da borracha, muitos migrantes retornaram a seus locais de origem. Isso fica patente quando se analisam os dados sobre a

população regional. Assim, entre 1920 e 1940, a população da região teve um acréscimo de pouco mais de 30.000 habitantes, ao passo que no período anterior (1900-1920) o aumento havia sido de cerca de 750.000 pessoas.

População da Região Norte (1872-1940)	
ANO	POPULAÇÃO ABSOLUTA
1872	332.847
1890	476.370
1900	695.112
1920	1.439.052
1940	1.462.420

Fonte: IBGE.

A discussão sobre os destinos da Amazônia volta à pauta da mídia após a Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas inicia o processo de reforma do Estado brasileiro. Vargas queria construir um aparelho de Estado nacional politicamente centralizado, em oposição ao sistema estabelecido pela República Velha, em que reinavam oligarquias regionais que tratavam cada Estado da Federação como uma espécie de feudo. Com Vargas, pela primeira vez a Amazônia e demais regiões brasileiras seriam, nos anos seguintes, pensadas em termos de integração a um Estado nacional.

O novo governo começou a montar um aparato burocrático-administrativo destinado a implementar suas decisões, nomeando arbitrariamente interventores para governar os Estados, contra as pressões dos grupos regionais. Refletida na economia, essa ação consubstanciou-se na criação de conselhos técnicos, encarregados de dar início a estudos para racionalizar e modernizar o sistema produtivo. Em 1941, o governo federal dividiu o Brasil em cinco

grandes regiões, com base no critério de “região natural” ainda hoje adotado (com pequenas variações provocadas por conveniências e estratégias políticas), o Norte integrado pelos Estados do Amazonas e do Pará, além do então Território do Acre (depois seria acrescentado o Estado do Tocantins, criado em 1988)⁹. A Amazônia foi definida a partir do recobrimento da floresta.

O uso do conceito de região natural, além de atender bem às preocupações com levantamentos estatísticos e de planejamento, servia para lançar um novo modo de ver o espaço nacional, minimizando as disputas e divergências regionais. Iná de Castro acredita que o reconhecimento apenas das paisagens naturais na percepção das diferenças do território brasileiro implica também reforçar o mito da unidade territorial como suporte da unidade política e da coesão social do nacionalismo, já que reconhecer outras diferenças poderia abalar essa crença.

[...] Econômica e politicamente, a Amazônia sempre esteve mais articulada com os Estados e países vizinhos. Nos dois governos Vargas, a região passou a ser considerada área prioritária nos planos de desenvolvimento e integração nacionais. Entre o final da década de 1920 e os anos 30 haviam proliferado propostas de redivisão territorial do Brasil, pautadas por diversos critérios. Na maioria das propostas, a região amazônica era retalhada em várias unidades menores com *status* de territórios, o que significaria a intervenção direta do governo federal na área. Mas apenas em 1943 procede-se à criação de cinco territórios federais, três deles na Amazônia (Amapá, Guaporé e Rio Branco). [...] O conjunto de medidas de Getúlio Vargas para a

Amazônia, dentro da sua política de integração e articulação das regiões, fundamentou-se, a partir da ótica das “vocações regionais”, no estabelecimento de uma vocação extrativista para a Amazônia. A partir disso, as metas para o desenvolvimento da região foram elencadas: navegação e transportes, colônias agrícolas e “batalha da borracha”.¹⁰

As maiores realizações de Vargas no setor industrial – a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (1941), da Vale do Rio Doce (1942) e da Petrobrás (1953) – simbolizavam, a um só tempo, o desenvolvimento econômico doméstico e a afirmação da soberania nacional, tendo como pressuposto uma política agressiva de exploração dos recursos naturais da Amazônia. O objetivo era tirar o Brasil do estágio incipiente de sua indústria, que obrigava o país a “exportar minério de ferro para importar trilhos para as ferrovias”. Essa estratégia também determinou a criação das colônias nacionais em Dourados (MS), Ceres (GO) e a do Parque do Xingu, depois da expedição Roncador-Xingu, organizada pelos irmãos Villas-Boas. Mas o primeiro governo Vargas, cujo fim coincidiu com o da Segunda Guerra Mundial, embora deixasse como legado um Estado moderno centralizado e o início de um parque industrial poderoso, não conseguiu transformar fundamentalmente a paisagem amazônica. O Estado pós-Vargas manteve no horizonte a perspectiva de explorar e povoar a região, como demonstra a criação, pela Constituição de 1946, de um mecanismo destinado a garantir o investimento de 3% da receita tributária federal, durante vinte anos, em programas de desenvolvimento regional na Amazônia Legal.

O governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) construiu Brasília e as rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho, que se constituiriam nos dois principais eixos de ocupação da Região Norte nas décadas seguintes. A história da construção de Brasília, aliás, é repleta de motivações que dialogam intensamente com idéia de “desbravamento” da Amazônia e da Ilha Brasil. JK gostava de se imaginar como um moderno bandeirante, encarregado de levar a civilização para as áreas mais incultas e longínquas do país. Um de seus autores de cabeceira foi o professor gaúcho Viana Moog, cujo livro *Bandeirantes e pioneiros* enaltece o esforço “civilizatório” dos bandeirantes paulistas.

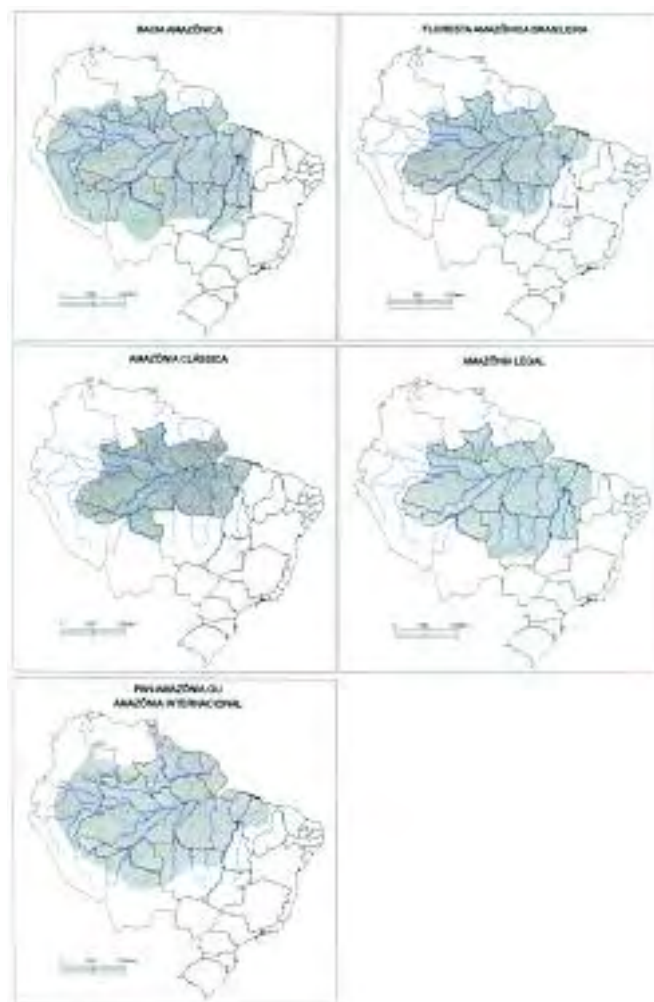
Para Moog, o “espírito bandeirante” poderia “curar” o povo brasileiro de seus males tradicionais, entre eles o “desamor ao trabalho” e o cultivo de um “espírito lúdico” acima de todas as preocupações. O Estado, portanto, poderia e deveria reinventar a nação. Foi, precisamente, o que JK ambicionou fazer no plano ideológico. A forma pela qual ele próprio descreve a missa inaugural de Brasília lembra muito as crônicas sobre a primeira missa celebrada pela expedição de Pedro Álvares Cabral, em 1500. JK dizia que, na missa inaugural, “carajás vestidos de penas” se misturavam às “elegantes da sociedade carioca, exibindo as últimas criações dos costureiros de Paris”.

Com a construção de Brasília, JK dava impulso à “Marcha rumo ao oeste” enunciada por Getúlio Vargas nos anos 40. Vargas queria estimular o fluxo migratório do campo para os centros urbanos em formação, arregimentando mão-de-obra para a indústria. JK queria levar a indústria para o campo. Brasília atrairia para o Centro-Oeste um conjunto de investimentos em infra-estrutura (rodovias, ferrovias, cons-

trução civil, alimentos etc.), gerando fluxos migratórios. Coerente com sua estratégia de “interiorizar o desenvolvimento”, o governo JK implementou o Plano Quinquenal (1955-1960), no quadro do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criado em 1953 (no segundo governo Vargas), supervisionado pela Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), organismo de planejamento regional que antecedeu a Sudam.

O plano de metas de JK anunciava a ideologia desenvolvimentista que marcaria a história brasileira nos anos 60. O regime militar, implantado a partir do golpe de 1964, combinaria “desenvolvimentismo” e doutrina de segurança nacional, enfatizando os aspectos geopolíticos do processo de ocupação da Amazônia (o lema era “integrar para não entregar”). Mediante o uso de critérios políticos e administrativos, instituiu, em 1966, a Amazônia Legal, compreendida pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda por áreas de Mato Grosso, Goiás e Maranhão. No mesmo ano criou a Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), além de organismos para a captação de créditos e incentivos, como o Banco da Amazônia S.A. (Basa). Por fim, induziu um processo de desenvolvimento do setor industrial na parte ocidental, com a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Ao longo dos anos 70, a ditadura implantou o Projeto Radam (Radares para a Amazônia) e construiu a infra-estrutura viária (Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho-Manaus, Manaus-Rio Branco, Perimetral Norte), ferroviária (Carajás-Itaquí) e energética (usinas hidrelétricas de Tucuruí, Balbina e Samuel). Além disso, o governo criou empresas



Amazônia delimitada a partir de diferentes critérios.

FONTES: SUDAM. *Amazônia: tipos e aspectos*. 2. ed. Rio de Janeiro: GB; SUDAM, 1966. MATTOS, C. M. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. Apud BUENO, Magali Franco. *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH, USP.

estatais que se associaram ao capital privado nacional e transnacional, como no Projeto Grande Carajás.

As rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre tornaram-se eixos vetores de ligação entre a área mais industrializada e economicamente desenvolvida (o Centro-Sul) e a “grande fronteira de recursos do país” (a Amazônia). Segundo os ideólogos do regime, a construção dos eixos viários, que, *grosso modo*, eram paralelos à calha do Amazonas, serviria para aplacar os conflitos agrários da Região Nordeste, que se tornavam ainda mais agudos quando da ocorrência das secas, além de oferecer oportunidades para todos os que quisessem cultivar a terra e enfrentar o desafio da nova fronteira para “fazer a vida”.

Juntamente com a implantação dessa malha viária, previa-se um sistema planejado de colonização ao longo da Transamazônica. Desse sistema fariam parte as agrovilas (pequenos núcleos residenciais com cerca de cinquenta famílias), as agrópolis (núcleos de tamanho médio, circundados por vinte agrovilas) e as rurópolis (cidades já existentes com maiores recursos em serviços). Na BR-364 (rodovia Cuiabá-Porto Velho), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) implementou projetos de assentamentos dirigidos e projetos integrados de colonização, responsáveis pela atração de muitos migrantes, originários especialmente do Sul, Centro-Oeste e Nordeste, causando o explosivo crescimento da população de Rondônia na década de 1970.

Também foram instalados grandes projetos agropecuários e de extração mineral. Os de caráter agropecuário foram desenvolvidos por grupos estrangeiros e nacionais beneficiados por incentivos da Sudam. Dentre os projetos estrangeiros, o mais famoso

foi o Jari Florestal e Agropecuário, localizado no vale do rio Jari, junto aos limites dos Estados do Pará e Amapá. Idealizado e iniciado pelo milionário estadunidense Daniel Keith Ludwig, acabou passando para o controle de um consórcio de empresas nacionais em meados dos anos 1980. No setor mineral, o Projeto Grande Carajás foi convertido, na década de 1980, no Plano de Desenvolvimento da Amazônia Oriental.

A partir de 1985, o governo federal iniciou a implantação do Projeto Calha Norte, que visava a criação de uma extensa rede de bases militares das Forças Armadas junto às fronteiras do Brasil com a Colômbia, Venezuela e Guianas. Tratava-se de estabelecer o controle militar sobre a área, na qual as fronteiras internacionais não estavam precisamente demarcadas. Além disso, as ações militares na região teriam a função de disciplinar a atuação de garimpeiros, inibir a ação do narcotráfico, garantir a integridade territorial das reservas indígenas e prestar apoio às populações ali localizadas.

No início dos anos 1990, o governo anunciou o início dos estudos para a implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Projeto Sivam), para vigiar a Amazônia Legal por meio de uma rede integrada de comunicações envolvendo o uso de aviões, radares fixos e satélites que forneceriam dados e informações destinados a controlar o tráfego aéreo, coibir atividades ilegais como o contrabando, a ação de narcotraficantes e identificar focos de queimadas, e aprimorar o conhecimento sobre o potencial de riquezas da região amazônica.

Naquilo que nos interessa mais de perto neste estudo, o período de ocupação da Amazônia a partir das iniciativas do regime militar deu-se sob a égide de um aforismo emblemático associado a esta estratégia:

“Uma terra sem homens (Região Norte) para homens sem terra (Região Nordeste)”. Sintomaticamente, repete-se o lema adotado pelo movimento sionista internacional, no final do século 19, para justificar a pretensão de instalar um Estado judeu na Palestina. A suposta “terra sem povos” a que se referiam os sionistas abrigava, de fato, uma população árabe (e um pequeno percentual de judeus) que ali vivia havia milênios.

A analogia, no nosso caso, não é forçada. Como era possível ignorar a existência do povo árabe palestino? A resposta é tão simples quanto trágica: mediante a exclusão de sua cultura, identidade e história – isto é, mediante a exclusão de sua humanidade intrínseca (exatamente como, séculos antes, portugueses e espanhóis ignoraram os direitos dos povos originários). A ditadura militar reproduziu o mesmo esquema mental, psicológico e imagético; construiu uma imagem da Amazônia como se fosse uma nova “terra de oportunidades” exposta apenas à ousadia e determinação de aventureiros; celebrou a “força do homem contra a natureza”, simbolizada pela motosserra e por grandes obras como a Transamazônica; acentuou os traços mais perniciosos e catastróficos da mentalidade colonialista com relação à Amazônia.

Essas concepções não desapareceram após o fim do regime militar. Ao contrário, boa parte da propaganda sobre o agronegócio, apenas para citar um exemplo, tem como conteúdo, hoje, a idéia do progresso civilizatório sobre áreas incultas, gerando riqueza pelo bem da nação e alimentos para a humanidade. As conquistas tecnológicas da biogenética (em particular, no caso dos alimentos transgênicos) são apresentadas, em tom triunfal, como a possibilidade de erradicar a fome do planeta, antes mesmo que tenha de-



Exemplo típico de uma publicação de natureza empresarial contemporânea que repete, quase que exatamente, todos os argumentos e motivos utilizados pela ditadura militar para fazer propaganda da Amazônia como nova fronteira de oportunidades e riquezas.

FONTE: *Para Investimento*. Belém: Agência Amazônia de Notícias Ltda., ano 1, n. 1, set. 2004.

corrido um período suficientemente longo para comprovar na prática os seus efeitos.

UM LEGADO DA DITADURA

A partir de meados dos anos 80, coincidindo com o processo de ocupação predatória da Amazônia, multiplicaram-se imagens da região na mídia mundial (documentários, séries de aventura e programas de debate na televisão, filmes, história em quadrinhos, publicações especializadas, jornais, semanários, revistas). Predominam tanto as imagens que realçam as maravilhas do “paraíso” quanto as cenas de destruição por queimadas e atividades predatórias, junto a reflexões sobre o futuro do “pulmão do mundo”, imagem criada pelos viajantes do século 19 e cultivada, em tom ufanista, durante os anos da ditadura.

Até super-heróis de HQ querem o botim. Só isso? Nem pensar. O Homem-Aranha, numa revista em quadrinhos, já organizou sua turma e lutou, claro que vencendo, contra posseiros, fazendeiros e o governo do Brasil. O Super-Homem, também em quadrinhos, em vez de voltar para Krypton, dedicou-se numa aventura inteira a enfrentar os madeireiros que destruíram a Amazônia. O Robocop, esse assassino de metal, em episódio transmitido pela televisão, levou os dez minutos iniciais do filme desaparecido. Ao chegar, perguntaram onde estava, respondeu: “Na guerrilha da Amazônia”. Ingênuos *kits* distribuídos nas cadeias mundiais de vender hambúrgueres mostraram dois meninos conversando sobre sanduíches, quando um indaga: “Você sabe que o Brasil queima um campo de futebol por segundo?”

Por falar em fogueiras, um restaurante londrino estampa mensagens em toalhas descartáveis, uma delas recomendando: “Lute pelas florestas! Queime um brasileiro!” Há comerciais institucionais transmitidos pela televisão do Primeiro Mundo, inclusive a CNN, onde a repórter Marina Mirabella mostra as maravilhas da fauna e da flora amazônicas para, em seguida, apresentar cenas de devastação, sujeira e imundície, e concluir: “São os brasileiros que estão fazendo isso! Até quando? A Amazônia pertence à humanidade e o Brasil não tem competência para preservá-la!”¹¹

No cinema, além de dúzias de filmes de aventura e até “erotismo” (em uma das histórias da série *Emanuelle*, a “heroína”, sintomaticamente, encontra canibais na floresta), destaca-se a produção *The Burning Season*, de John Frankenheimer, traduzida como *Amazônia em chamas*, filme no qual o ator Raul Julia interpreta Chico Mendes, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (Acre) assassinado em 22 de dezembro de 1988, por ordem de latifundiários.

Um olhar apressado sobre esse tema poderia levar à conclusão de que se trata meramente de imagens produzidas para fim de entretenimento, sem qualquer intenção política. É um equívoco. Numerosos estudos demonstram que as técnicas contemporâneas de propaganda política (pelo menos desde a máquina idealizada por Josef Goebbels na Alemanha nazista) encontram no cinema e na televisão um meio indispensável quando se trata de construir formas de perceber situações e problemas, especialmente no caso de temas de grande complexidade.

A veiculação da imagem da Amazônia na mídia

internacional experimentou um surto no início dos anos 90, coincidente com a já citada Eco-92. Claramente, duas pautas organizavam o encontro: uma oficial, que tratava da biodiversidade, do efeito estufa, do “desenvolvimento sustentável” etc.; outra, oficiosa, mas presente em todos os debates importantes, sobre a internacionalização da Amazônia. Era abertamente discutida a suposta “incompetência” do Brasil e países vizinhos em preservar uma região de interesse vital para o planeta.

Essa idéia foi cultivada e defendida por personalidades políticas representativas do mundo globalizado ao longo das últimas décadas do século 20, na forma que variava de propostas de negociação da dívida externa brasileira em troca da entrega da Amazônia para organismos multilaterais, como a ONU, até ameaças veladas de intervenção militar:

“Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje se não tiverem à sua disposição os recursos naturais do planeta. Terão de montar um sistema de pressões e constrangimentos garantidores da consecução de seus intentos.” (Secretário de Estado dos Estados Unidos Henry Kissinger, 1979)

“Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios, suas fábricas.” (Primeira-ministra da Grã-Bretanha Margaret Thatcher, 1983)

“Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós.” (Vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore, 1989)

“Só a internacionalização pode salvar a Amazônia.” (Grupo dos Cem – associação de intelectuais e escritores latino-americanos em defesa do meio ambiente, 1989)

“O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia.” (Presidente da França François Mitterrand, 1989)

“O Brasil está sobrecarregado por uma dívida externa impressionante. Num programa de troca da dívida, o Brasil poderia trocar conservação de parte da floresta por uma parte da dívida – um argumento que beneficiaria os ambientalistas e a economia brasileira.” (Senadores estadunidenses Timothy E. Wirth e Henry John Heinz à revista *Christian Science Journal*, 1989)

“Os países que constituem o G7 precisam buscar um acordo com o governo brasileiro a fim de que as regras para a administração da Amazônia sejam estabelecidas.” (Primeiro-ministro da Alemanha Helmut Kohl, 1991)

“O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes.” (Presidente da União Soviética Mikhail Gorbachov, 1991)

“As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum de todos no mundo. As campanhas ecologistas internacionais que visam a limitação das soberanias nacionais sobre a região amazônica estão deixando a fase de propaganda para dar início a uma fase operativa que pode, definitivamente, ensejar intervenções militares sobre a região.” (Primeiro-ministro da Grã-Bretanha John Major, 1992)

“Quando o meio ambiente está em perigo, não existem fronteiras.” (Secretária de Estado dos Estados Unidos Madeleine Albright, 1997)

“Caso o Brasil resolva fazer uso da Amazônia, que ponha em risco o meio ambiente nos Estados Unidos, temos de estar prontos para interromper esse processo, imediatamente.” (General Patrick Hughes,

A maneira sem cerimônia com que os líderes mundiais falam sobre a apropriação da região é consequência da forma adotada pela ditadura para promover a ocupação da Amazônia

diretor da Central de Inteligência das Forças Armadas dos Estados Unidos, 1997)

“Proponho que os países que têm dívida externa com os Estados Unidos troquem essas dívidas por suas florestas tropicais.” (Candidato à presidência dos Estados Unidos George Bush filho, 2000).¹²

Se as idéias genéricas, muitas equivocadas, de que a Amazônia constitui uma espécie de “celeiro do mundo” deriva de fantasias e idealizações que datam do século 16, por outro lado a maneira sem cerimônia com que os líderes mundiais falam sobre a apropriação da região é consequência da forma adotada pela ditadura para promover a ocupação da Amazônia. Um de seus efeitos mais nocivos foi a construção de uma “terra de ninguém”, o total descaso às estruturas jurídicas, que deveriam assegurar o respeito à lei e ao meio ambiente. Nesse clima de barbárie floresce hoje a cultura do “bague-bague”, vale a lei do mais forte. É a cultura do crime organizado.

O CRIME TOMA CONTA DA AMAZÔNIA

É possível identificar, basicamente, cinco grandes áreas de atuação do crime organizado na Amazônia brasileira:

FINANCEIRA – Grupos locais, associados às redes e operações de fraudes financeiras e práticas lesivas ao Tesouro Nacional, incluindo a evasão de divisas.

NARCOTRÁFICO – Máfias que promovem o tráfico de drogas proibidas por lei, como maconha e cocaína, muito mais como transportadores do que como centros produtores (caso de Colômbia, Bolívia e Peru).

BIOPIRATARIA – “Ato de aceder a ou transferir recurso genético e/ou conhecimento tradicional associa-

do à biodiversidade sem a expressa autorização do Estado de onde for extraído o recurso, ou da comunidade tradicional que desenvolveu e manteve determinado conhecimento ao longo dos tempos. Envolve ainda a não-repartição justa e equitativa – entre Estados, corporações e comunidades tradicionais – dos recursos advindos da exploração comercial ou não dos recursos e conhecimentos transferidos.”¹³

MADEIREIRAS – Praticantes da extração e do comércio ilegal de madeira nativa. Entre agosto de 2001 e agosto de 2002, foram desmatados 25.500 km² de floresta (o equivalente a 5 milhões de campos de futebol, ou à área ocupada pelo Estado de Sergipe). No ano seguinte, o ritmo caiu um pouco, para 23.000 km². Grande parte do estrago é causada pela ação de pelo menos 3.000 madeireiras, cerca de 80% ilegais (principalmente no comércio do mogno). O desmatamento é agravado pela ação de pecuaristas, no processo de grilagem das terras para confirmar suas “posses”.

ATIVIDADES ASSOCIADAS – Formas de comércio ilegal que vive do e para o crime organizado, eventualmente praticado por bandos locais: tráfico de armas, pedras preciosas, material destinado à indústria de alta tecnologia (incluindo nuclear), exploração da prostituição, trabalho escravo, comércio de carros roubados, roubo de carga de caminhões.

O conceito de “crime organizado” não é sinônimo de “organização do crime”. Uma quadrilha que age local ou regionalmente, por mais poderosa que seja, não constitui, por si só, crime organizado. Este tem necessariamente uma atuação muito mais ampla. Segundo estimativas da ONU, o crime organizado movimenta anualmente, no mundo, cerca de 1 trilhão de dólares (duas vezes o PIB do Brasil), e tem como o principal

motor o narcotráfico. Os grupos mafiosos que, no passado, tinham uma tradição de atividades limitadas às suas próprias regiões de origem começaram a se associar, provavelmente no final dos anos 80, com o objetivo de estender sua influência. Com isso, a estrutura do crime organizado passou a ter caráter transnacional.

Como definir e identificar o crime organizado? Essas questões foram debatidas por uma conferência da ONU em dezembro de 2000, em Palermo, Itália. Apesar de a conferência ter aprovado um protocolo de ação contra o crime organizado (assinado pelo Brasil em 12 de dezembro de 2000 e ratificado em 29 de janeiro de 2004), o conceito é de difícil apreensão. Ao cabo de uma pesquisa feita junto a estudiosos e instituições internacionais (incluindo órgãos da ONU, o FBI, a Polícia Federal brasileira), o sociólogo Adriano Oliveira, da Universidade Federal de Pernambuco, nota que:

A Academia Nacional de Polícia Federal do Brasil enumera dez características do crime organizado: 1. planejamento empresarial; 2. antijuridicidade; 3. diversificação de área de atuação; 4. estabilidade dos seus integrantes; 5. cadeia de comando; 6. pluralidade de agentes; 7. compartimentação; 8. códigos de honra; 9. controle territorial; 10. fins lucrativos.

O professor de direito penal da Universidade de Frankfurt, Winfried Hassemer, afirma que dentre as características de atuação das organizações criminosas estão a corrupção do Judiciário e do aparelho político. [...] Mingardin aponta quinze características do crime organizado. São elas: 1. práticas de atividades ilícitas; 2. atividade clandestina; 3. hierarquia organizacional; 4. previsão de lucros; 5. divisão do tra-

Trabalhadores em contrabando em situação análoga à de escravos na fazenda Tirol, no Tiersa moadônia.

no Brasil (maio de 2012). Informante e Polícia Federal a caminho da fazenda Tirol.

NOTA: João Roberto Rayer / Imagem Humana



balho; 6. uso da violência; 7. simbiose com o Estado; 8. mercadorias ilícitas; 9. planejamento empresarial; 10. uso da intimidação; 11. venda de serviços ilícitos; 12. relações clientelistas; 13. presença da lei do silêncio; 14. monopólio da violência; 15. controle territorial.

Chama-me a atenção de que em todas as características apontadas, a não ser as enumeradas pela Academia Nacional de Polícia Federal do Brasil, a relação entre Estado e crime organizado está presente. Portanto, uma das características do crime organizado é buscar apoio para a sua atuação no âmbito institucional – instituições do Estado. Um outro ponto importante é que as ações do crime organizado têm como engrenagem o sistema capitalista. Por meio dos benefícios do capitalismo, como, por exemplo, a interação dos mercados financeiros, é possível tornar as atividades das organizações criminosas bastante lucrativas. A interação dos mercados financeiros proporciona, é importante ressaltar, a lavagem de dinheiro.¹⁴

O Brasil não está aparelhado juridicamente para enfrentar o crime organizado, segundo opinião de juristas e estudiosos das leis brasileiras. Não há na legislação do país uma tipificação adequada do que seja o crime organizado, e isso faz com que o Estado não esteja suficientemente aparelhado para combatê-lo. Acrescente-se o fato de que muitas vezes é difícil saber se determinado bando atua apenas localmente, sem vínculos com uma estrutura maior, ou se está direta ou indiretamente vinculado a máfias internacionais e ao aparelho de Estado. Por outro lado, a prática de “pequenos crimes”, que aparentemente só têm conec-

xão com grupos locais, pode indicar a presença de uma estrutura organizada muito maior.

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, Giovanni Quaglia, responsável pelo Escritório da ONU contra Drogas e Crime (Unodc) no Brasil e Cone Sul, afirma que, não raro, os diversos grupos do crime organizado, ou mesmo os distintos “braços” de uma mesma organização, fazem as suas transações sem recorrer ao dinheiro:

O grupo que trata de drogas freqüentemente está vinculado a tráfico de armas, sobretudo porque é um negócio que não envolve dinheiro, só mercadorias. Eu te dou 20 kg de cocaína em troca de uma metralhadora. Isso acontece na fronteira entre Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai, sobretudo com o produto do roubo de carga, carros e caminhões. Muitas vezes não tem dinheiro no meio. Por isso, o crime organizado funciona mais como *holding* do que como negócio setorializado. No caso da prostituição, freqüentemente as pessoas são usadas para distribuir droga a seus clientes. É assim no mundo inteiro. Quem de alguma forma revolucionou tudo isso foi a máfia russa, que começou a traficar de tudo sistematicamente.¹⁵

Por outro lado, as características tecnológicas do crime organizado contemporâneo abolem a idéia de “região geograficamente distante”, pois ele se integrou a todas as atividades do circuito financeiro internacional. Assim, no dia 17 de agosto de 2004, o Estado do Pará foi abalado pela notícia de que a Polícia Federal prendera oito importantes empresários de Belém, no âmbito da Operação Farol da Colina,

desencadeada em todo o Brasil com o objetivo de desbaratar um esquema de remessa ilegal de divisas e sonegação fiscal, o chamado “escândalo Banestado”, responsável pela evasão de pelo menos 30 bilhões de dólares, entre 1997 e 2002. A operação mobilizou oitocentos policiais, auditores fiscais e outros servidores públicos em oito Estados.

Nenhuma das quatro pessoas visadas no Paraná, centro das operações, foi presa; dos 54 mandados de prisão expedidos para São Paulo, apenas 22 foram cumpridos; no Rio de Janeiro, foram presas nove das 28 pessoas procuradas. No total, foram presas 63 pessoas. E ficou claro que grupos paraenses faziam parte de uma mesma rede criminosa, integrada por alguns dos mais importantes empresários brasileiros.

A novidade foi a prisão do empresário Fernando Yamada, vice-presidente do grupo Y. Yamada, o maior do mercado varejista da Amazônia e o principal empregador privado do Pará. Não só Fernando foi preso, como seu apartamento foi revirado pelos policiais federais, que levaram dinheiro, jóias e papéis.

Não chegaria a ser original descobrir que um empresário acumula muitos dólares e os envia clandestinamente para o exterior. Milhares fazem isso. Mas agora as autoridades não só estão comprovando o delito, que antes era motivo apenas de conversas, chegando aos que o praticam e dimensionando o tamanho da rapinagem praticada contra o país, como estão puxando fios até então invisíveis desse imenso novelo de ilicitudes.

[...] Utilizando suas empresas regulares do segmento, que se orgulham de manter 800.000 cartões de crédito no cadastro, Fernando Yamada teria ingressado no circuito financeiro clandestino para escoar dinheiro

de origem incerta dos seus clientes? Só dos clientes? Não haveria dinheiro do próprio empresário? Ele teria recebido em suas contas, monitoradas pela polícia, R\$ 250 milhões entre 1999 e 2002 e transferido, no mesmo período, R\$ 130 milhões.

Se a inclusão do nome de Fernando Yamada nos mandados de prisão expedidos pelo juiz federal de Curitiba foi uma surpresa, não menos surpreendente foi a exclusão do empresário Marcos Marcelino, apontado nos inquéritos da PF como o maior aplicador do Pará em Foz do Iguaçu. Empresas de Marcos Marcelino foram vasculhadas no dia 17, mas seu dono, que estava viajando e ainda se mantém em local ignorado, não foi incomodado. Ao menos por enquanto.¹⁶

Haverá outras ramificações, ainda não reveladas ou descobertas, envolvendo esses poderosos grupos de Belém? Impossível afirmar, mas razoável supor. Aliás, a operação de “abafamento” das notícias referentes ao caso, denunciada acima pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto, sugere a existência de outras pessoas e/ou grupos envolvidos e não interessados no aprofundamento das investigações. Casualmente, a eclosão de outro escândalo evidenciou a existência, em pelo menos um caso concreto, de vínculos entre os doleiros do “esquema Banestado” e a exploração ilegal de pedras preciosas em Minas Gerais e na Amazônia, como mostra a seguinte reportagem da revista *IstoÉ*:

Na salada que mistura lavagem de dinheiro via Banestado, o banco americano MTB e investigação policial daqui e dos EUA, o ingrediente mais nobre é a venda de um diamante rosa de 80 quilates, no valor de US\$12 milhões em estado bruto, para um comerciante de

Hong Kong. A pedra especial – conhecida como *fancy color* – foi negociada pelos irmãos Gilmar Campos e Geraldo Magela Campos, donos de garimpos em Minas. O diamante avaliado em US\$ 30 milhões depois de lapidado saiu clandestinamente do país dentro de um maço de cigarros rumo a Nova York.

[...] A incrível história do diamante cor-de-rosa e do poder de fogo do doleiro carioca Dario Messer, que movimentou a fortuna que os irmãos garimpeiros ganharam com a pedra, é contada pelo próprio Gilmar Campos: “Durante mais de cinquenta anos, quando não era possível a exportação de pedras, Messer foi o responsável por trazer para o país todo o dinheiro do contrabando de diamantes para o exterior”. Campos está sendo investigado pela PF por suspeita de envolvimento com o contrabando de pedras da Reserva dos Índios Cintas-largas em Rondônia. E Messer, prestes a completar 90 anos, só teve suas atividades criminosas descobertas no ano passado, durante as investigações da máfia dos fiscais, denunciada por *IstoÉ*, que mostrou as atividades nada públicas do ex-fiscal Rodrigo Silveirinha e sua quadrilha. Ele ajudou os fiscais a mandar US\$ 30 milhões para a Suíça. Mas o doleiro, segundo documentos do MTB comprovam, operou mais de US\$ 200 milhões com o contrabando de pedras preciosas retiradas de reservas indígenas e de garimpos ilegais do país.¹⁷

A referência à Reserva dos Índios Cintas-largas de Rondônia remete a outra tragédia, ocorrida em 7 de abril de 2004, quando um grupo de cintas-largas promoveu o massacre de 29 garimpeiros que exploravam ilegalmente diamantes em suas terras (hoje consideradas uma das maiores, ou talvez a maior reserva

de diamantes do mundo). Nunca foram completamente esclarecidas as circunstâncias que desembocaram na tragédia: quem, exatamente, eram os garimpeiros e quais as relações que eles mantinham (se havia alguma) com os índios; quem eram os intermediários entre os garimpeiros (e, eventualmente, os índios) e os comerciantes de jóias, na outra ponta da linha; e a responsabilidade e o papel dos agentes do governo do Estado e os da Funai nisso tudo.

O massacre levantou, mais uma vez, uma questão candente e de proporções ainda desconhecidas: o contrabando de pedras preciosas. Não se trata, absolutamente, de uma questão secundária, especialmente quando se recorda que o circuito internacional do comércio de diamantes, que tem os seus principais pólos na África do Sul, Bélgica, Holanda, Israel e Estados Unidos, é um dos grandes responsáveis pelos horríveis e continuados morticínios verificados no sul da África.

O direito de exploração das riquezas situadas em reservas indígenas é, sem dúvida, uma das questões mais espinhosas e explosivas do atual estágio de debates sobre o futuro da Amazônia. Mas não é objetivo deste trabalho apresentar a polêmica, e sim indicar a maneira pela qual as redes do crime organizado eventualmente dirigem os seus tentáculos para esse comércio, integrando-o à *holding* de que fala Giovanni Quaglia. Participam da mesma rede doleiros, banqueiros, políticos, empresários e comerciantes respeitados em suas comunidades, em todo o Brasil.

Do ponto de vista dessa *holding*, ainda segundo Quaglia, até mesmo a posição geográfica da Amazônia é um capital negociável: a proximidade com os principais produtores de drogas faz com que os preços sejam muito baixos. Os distribuidores brasileiros que contro-

Para a coleta de espécimes animais e vegetais, com fins de pesquisa científica, é necessária autorização emitida pelo Ibama. Todo o material colhido na natureza deve ser enviado a instituições brasileiras credenciadas. Ao lado, mamíferos coletados no Parque Nacional da Amazônia, taxidermizados para depósito em coleção científica. Fevereiro de 2005.

FOTO: Maurício Torres



lam o “corredor amazônico” podem cobrar uma parte do carregamento como pagamento por seus serviços, e vender sua “cota” por preços várias vezes multiplicados nos mercados do Sul e Sudeste do Brasil.

QUAGLIA: O Brasil está no percurso entre os produtores e os países europeus de destinação final do produto. Mas já não é só rota. Nos últimos cinco anos, o consumo aumentou. Dados do Cebride [Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas] mostram que, de 87 a 97, os estudantes de ensino médio e fundamental passaram a consumir seis vezes ou mais: anfetaminas (150% a mais), maconha (325%), cocaína (700%). Criou-se no Brasil um mercado interessante para os traficantes, porque eles não precisam pagar com dinheiro os serviços que prestam aos seus colegas na Europa e nos EUA. Em um carregamento de 100 kg de cocaína que entra no Brasil, os brasileiros se encarregam de despachar 80 kg para fora e ficam com 20 para distribuir aqui. A droga no Brasil é barata.

FOLHA: Por quê?

QUAGLIA: Porque está perto dos produtores. E aqui o traficante faz o preço dependendo do poder aquisitivo do cliente. O Brasil é parte de uma escala. Você pode comprar 1 kg de cocaína na fronteira entre Brasil e Bolívia por US\$ 1.500, a um nível de pureza de 70%. Depois, vende esse quilo nas favelas do Brasil entre US\$ 5 mil e US\$ 7 mil, com o mesmo nível de pureza. O mesmo produto – com pureza entre 30% e 50% – chegará aos clientes da classe média alta a US\$ 20 mil/kg, US\$ 20/grama. O fator de multiplicação é de quase trinta vezes. A mesma cocaína, que vem da Colômbia, da Bolívia, passa pelo Brasil e

continua para Europa e EUA, será vendida em grandes quantidades por US\$ 30 mil a US\$ 50 mil/kg, chegando ao consumidor final por algo entre US\$ 100 mil e US\$ 150 mil.¹⁸

A intrincada estrutura do narcotráfico vincula as organizações chefiadas por Fernandinho Beira-Mar (Rio de Janeiro), João Arcanjo Ribeiro (Mato Grosso), coronel Hildebrando Pascoal (Acre) e tantos outros nomes que, eventualmente, aparecem nas páginas dos jornais. Reproduzimos, em seguida, algumas reportagens que permitem visualizar como essas relações são tecidas. Mostram-se, no caso, a interconexão entre o tráfico de drogas na Amazônia e os bingos no Nordeste.

Pelo menos dois grandes chefões do crime organizado no Brasil possuem ramificações na Paraíba: o traficante Fernandinho Beira-Mar e o “Comendador” João Arcanjo Ribeiro usaram serviços no Estado para lavar dinheiro sujo e fazer transportes de drogas para o Nordeste. A conexão entre os dois está sendo investigada sob forma de sigilo pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal. As investigações transcorrem em segredo, mas, ontem, algumas informações mantidas a sete chaves começaram a ser reveladas.

Segundo informações da Procuradoria Geral da República em Cuiabá, o chefe do crime organizado em Mato Grosso, o “Comendador” João Arcanjo Ribeiro, teria utilizado os serviços de bingos paraibanos para lavar dinheiro sujo do grupo comandado por ele e de outras organizações criminosas do país. É aí que os nomes dos dois criminosos se cruzam. O pedido de ajuda para as investigações desembarcou há cerca

de um mês na Procuradoria Geral da República e na superintendência da Polícia Federal no Estado.

“Nós temos essa impressão, porque a movimentação bancária é muito grande, mais de R\$ 500 milhões, sem declaração de imposto de renda. E as empresas, entre aspas lícitas, não têm aporte para a movimentação”, afirmou em entrevista o procurador da República em Cuiabá, Pedro Taques, que conduz as investigações com o objetivo de desmontar o esquema.

Taques se refere aos negócios do “Comendador” João Arcanjo Ribeiro, acusado de ser o líder do crime organizado em Mato Grosso e de sonegar da Receita Federal R\$ 842 milhões. [...] As conexões de Beira-Mar e do “Comendador” no Nordeste começaram a aparecer há dois anos, com as denúncias surgidas durante a CPI do Narcotráfico instalada na Assembléia Legislativa sob o comando do agora deputado federal Luiz Couto (PT). A assessoria de comunicação social da Polícia Federal, em Brasília, confirmou que há investigações sobre a estrutura mantida por Beira-Mar e o “Comendador” na Paraíba e em mais três Estados: Mato Grosso, Rio de Janeiro, Minas Gerais e ainda no Distrito Federal. O principal foco das investigações é a lavagem de dinheiro.¹⁹

Uma das mais promissoras áreas de atuação do crime organizado na Amazônia é a biopirataria, terceiro negócio ilegal mais lucrativo do mundo, só perdendo para o de armas e o de drogas: movimenta, anualmente, algo em torno de 60 bilhões de dólares, segundo estudos feitos pelo Ibama²⁰. Em 2003, a biopirataria teria faturado cerca de 16 milhões de dólares por dia na Amazônia. Só por intermédio do tráfico de animais – sem contar, portanto, outros tipos de material

A intrincada estrutura do narcotráfico vincula as organizações chefiadas por Fernandinho Beira-Mar (Rio de Janeiro), João Arcanjo Ribeiro (Mato Grosso), coronel Hildebrando Pascoal (Acre) e tantos outros nomes que, eventualmente, aparecem nas páginas dos jornais



Aranha caranguejeira, encontrada no leito da BR-163. Além de valiosas no mercado de animais de estimação, as caranguejeiras possuem veneno com propriedades farmacológicas de interesse para a indústria farmacêutica.

FOTO: Maurício Torres

biólogo –, o Brasil perde por volta de 1 bilhão de dólares ao ano. Eis o que afirma Ilse Walker, especialista em ecologia aquática na região da bacia do rio Negro e integrante do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa):

Em um pequeno igarapé tem mais espécies de peixes que a Inglaterra e a Escócia juntas. Na floresta, por hectare, você chega acima de 100-150 espécies de árvores. [...] Um bom exemplo de biopirataria é o da aranha-caranguejeira, que é vendida pelos nativos a R\$ 1,00 (um real) cada e, se chegar viva a seu destino, pode chegar a valer US\$ 500,00 (quinhentos dólares), dependendo do espécime, pois algumas aranhas dessa espécie possuem um veneno que aumenta o seu valor.²¹

Eventualmente, a biopirataria conta com a participação de instituições oficiais de pesquisas e universidades, como concluiu, em 2003, o relatório de 161 páginas de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados sobre tráfico de plantas e animais silvestres. A CPI, criada em setembro de 2002, ouviu depoimentos de 112 cientistas, especialistas, pesquisadores e representantes de instituições de vários Estados brasileiros. Assim como acontece no caso do crime organizado em geral, comprovou-se a necessidade tanto de adequar a legislação brasileira ao problema existente (não há punição para quem comete esse tipo de delito) quanto dotar os organismos fiscalizadores de mais recursos humanos e técnicos e integrar os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário no combate à biopirataria.

No total, o relatório pediu ao Ministério Públi-

co Federal a investigação das atividades de 83 pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras suspeitas de envolvimento com a biopirataria, extração ilegal de madeira com a participação de servidores públicos de órgãos ambientais e membros de organizações não-governamentais (ONGs). Entre os suspeitos citados no documento estava o pesquisador holandês do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) Marcus Gerardus Maria van Roosmalen e familiares, assim como a ONG por eles comandada, a Associação Amazônica para Preservação de Áreas de Alta Biodiversidade (AAP).

A deputada amazonense Vanessa Grazziotin, sub-relatora das denúncias de extração ilegal de madeira na Amazônia e especificamente destacada para cuidar do “Caso Roosmalen”, pediu o enquadramento do pesquisador nos crimes de prevaricação, biopirataria e falsidade ideológica, “por utilizar indevidamente o nome da instituição em atividades paralelas exercidas por ele”; e abertura de processo de demissão do instituto e cassação da cidadania brasileira. O colombiano Henri Porras Ardila, que vive no Brasil e atua no ramo de pescado no Estado do Amazonas, também é citado na CPI da Biopirataria como suspeito de prática de exportação ilegal de peixes.

As principais informações sobre o pesquisador holandês, colhidas por Vanessa, vieram do processo de sindicância instaurado pelo Inpa e do próprio depoimento de Roosmalen à CPI do Tráfico de Animais e Plantas Silvestres. Servidor do instituto desde 31 de dezembro de 1986, nos últimos anos, o primatologista ficou mundialmente conhecido por meio de descobertas inéditas de animais e plantas na Amazônia

brasileira. Descobriu mais de vinte espécies de macacos, oito animais silvestres de grande porte, um mamífero aquático e, no mínimo, cinquenta árvores novas para a ciência.

Por conta de suas descobertas, ganhou prêmios importantes nos Estados Unidos, do governo e da família real holandesa. Van Roosmalen naturalizou-se brasileiro em setembro de 1987 e em 1999 fundou a AAP, ONG brasileira com o objetivo de criar e manter reservas particulares de patrimônio natural (RPPN).

O suposto envolvimento do primatologista com a biopirataria só veio à tona em julho do ano passado, quando foi autuado por fiscais do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), no município de Barcelos (a 396 km de Manaus), transportando ilegalmente e sem autorização da instituição quatro macacos e quatro espígones de orquídea. Roosmalen foi multado em R\$ 5 mil e responde a um processo penal, conforme determina a Lei de Crimes Ambientais.

[...] O filho mais novo do pesquisador, Thomas van Roosmalen, faz doutorado na Universidade de Colúmbia, em Nova York, e trabalha com seqüência genética de DNA de macacos-barrigudos, existentes apenas na Amazônia. A coleta é feita por meio das fezes, material enviado ilegalmente pelo pai, Marcus Gerardus. [...] Em depoimento à CPI, em Brasília – 19 de dezembro do ano passado –, Marcus van Roosmalen (que compareceu à sessão escoltado por um agente da Polícia Federal do Amazonas) declarou que seus projetos extra-institucionais são credenciados no Inpa desde 1997 e que são financiados pela Conservation International do Brasil e Margot Marsh Biodiversity Foundation.

Aos membros da comissão também admitiu possuir

um *site* na Internet onde divulgava o envio de material genético para o exterior; realizava trabalhos como guia turístico e cobrava dinheiro para registrar nomes nas espécies descobertas. Os valores variavam de US\$ 10 mil a US\$ 1 milhão, o equivalente a R\$ 30,5 mil e R\$ 3,5 milhões.²²

O professor da Universidade Federal do Amazonas Frederico Arruda, há vinte anos dedicado ao estudo da biodiversidade brasileira, denunciou à CPI o convênio não autorizado pelo governo entre a indústria Stracta, ligada à estadunidense Gladson, com a Universidade Federal do Pará, destinado a dar cobertura à retirada ilegal de extratos vegetais da floresta amazônica e da Mata Atlântica. Os extratos são enviados ao laboratório da Gladson no exterior.

Segundo Frederico Arruda, existem vários convênios similares ao da Gladson no país, sem que haja qualquer controle por parte das autoridades brasileiras. Cita, como exemplo, a página na Internet de um pesquisador francês que anuncia abertamente estar montando um herbário na Amazônia; e informações de que o laboratório suíço Roche fornecia medicamentos para tratamento de malária aos índios do Programa de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde, em retribuição aos conhecimentos a respeito do poder de cura das plantas que os índios ianomâmis têm repassado. Frederico Arruda defende a tese de que a biopirataria afronta a soberania nacional e deveria ser criminalizada.²³

Uma das grandes dificuldades encontradas pelo combate à biopirataria, além da insuficiência doutrinária e de pessoal do aparato jurídico, é que ela se traveste sob a forma de atividades aparentemente ino-

fensivas e legítimas, como o turismo ecológico e o montanhismo:

O alemão Joaquim Thiem, que visitava a Amazônia supostamente a serviço de um guia de montanhismo, foi pego no fim de agosto [de 2003] com 21 sementes nativas quando voltava de uma excursão ao Parque Nacional do Pico da Neblina, fronteira com a Colômbia. Na mesma semana, outro alemão, Marc Baungarte, foi preso no Amazonas com um carregamento de aranhas-caranguejeiras. Esses são apenas os casos mais recentes de biopirataria na Amazônia, onde sementes, insetos e flores podem significar ouro para a indústria farmacêutica e de cosméticos.

[...] O destino são laboratórios do exterior, que compram o material para pesquisas no desenvolvimento de medicamentos, cremes ou perfumes. Só uma parcela ínfima realmente se transforma em produto, mas o potencial é tentador, assim como o lucro obtido pelos biopiratas.

Um grama de veneno da aranha-armadeira, que tem características analgésicas, pode valer US\$ 40 mil no mercado negro internacional, exemplifica José Carlos Araújo Lopes, da Diretoria de Proteção Ambiental (Dipro) do Ibama.

Ele reluta em revelar valores, para não correr o risco de incentivar ainda mais a atividade. “O fato é que o tráfico é intenso, e o Brasil perde muito dinheiro com isso”, diz.

Calcular o valor exato desse prejuízo é quase impossível, dadas as sutilezas da atividade e a dificuldade de fiscalização. “O material coletado é tão pequeno que pode ser escondido facilmente na roupa ou na bagagem”, explica Lopes.

A estimativa do Ibama diverge de outras divulgadas anteriormente porque separa a biopirataria propriamente dita do tráfico de animais silvestres – que, com um movimento anual de US\$ 12 bilhões, ocupa o quarto lugar no *ranking* das atividades ilícitas.

Apesar de na prática as duas compartilharem muitas características, cada atividade tem uma finalidade distinta. O tráfico de animais é direcionado para colecionadores, *pet shops* e zoológicos, enquanto a biopirataria tem como objetivo a obtenção de patentes e produtos com base nas substâncias extraídas do material coletado.²⁴

Os esquemas mais “pesados” e bem articulados da biopirataria são montados pela indústria farmacêutica. Segundo o especialista João Calixto, professor de farmacologia da Universidade Federal de Santa Catarina, estimativas indicam que 40% das drogas disponíveis hoje foram desenvolvidas com base em produtos naturais. A ciclosporina, importante imunossupressor, foi obtida a partir do fungo *Tolypocladium inflatum*. A digoxina, usada no tratamento de insuficiência cardíaca, surgiu da planta *Digitalis purpurea*, e a toxina botulínica, vulgo Botox, foi obtida da bactéria *Clostridium botulinum*. Da biodiversidade brasileira nasceu o captopril, um dos anti-hipertensivos mais usados no mundo, isolado do veneno da jararaca.

Uma dificuldade suplementar vem do fato de que nem sempre é possível determinar claramente a ocorrência de biopirataria, mesmo quando uma indústria usa um produto extraído da mata nativa. O captopril, por exemplo, foi patenteado legitimamente por estrangeiros com base em informações publicadas por cientistas brasileiros, que não contavam com infra-estrutura ou financiamento necessários para de-

82% do total da madeira extraída da Amazônia e comercializada no mundo são ilegais. O prejuízo que isso causa à floresta é incomensurável, ocorre de forma gradativa e cada vez mais destrutiva.

envolver o produto no país. Outros exemplos de patentes estrangeiras obtidas com base na biodiversidade brasileira incluem o extrato de espinheira-santa, para problemas estomacais, uma planta da *ayahuasca*, mistura alucinógena de rituais indígenas; a pilocarpina, da planta pilocarpa (*Jaborandi pilocarpus*), para glaucoma; o curare, veneno transformado em relaxante muscular; e uma substância da pele do sapo *Epipedobates tricolor*, usada pela indústria como anestésico.

O conceito moderno de biopirataria só surgiu em 1992 com a Convenção sobre Diversidade Biológica e até hoje não há uma definição legal para a atividade na Organização Mundial do Comércio que possa servir de base para a contestação dessas patentes.

“De qualquer forma, são todos casos de exploração da biodiversidade brasileira”, diz a advogada Cristina Assimakopoulos, do Núcleo de Propriedade Intelectual da Universidade Federal de SP (Unifesp). “E todos possuem indicações de uso do conhecimento tradicional indígena. Caso contrário, dificilmente teriam chamado a atenção dos laboratórios.”

A questão ganhou destaque recentemente com o episódio do cupuaçu, fruto amazônico que teve o nome registrado como marca pela empresa de alimentos japonesa Asahi Foods, que também patenteou um processo de fabricação de cupulate, ou chocolate de cupuaçu.

A marca está sendo contestada por organizações amazônicas e há suspeitas de que o processo do cupulate tenha sido copiado ilegalmente de uma patente da Embrapa, de 1990.²⁵

A extração e comercialização da madeira – em

particular, a do mogno – constitui uma das atividades mais destrutivas a partir do crime organizado. Segundo dados divulgados pela organização Greenpeace, o metro cúbico de mogno serrado vale hoje, em média, 7.200 reais no mercado internacional, mas custa apenas 25 na floresta. Uma árvore de mogno, com cerca de 5 m³ e mais de duzentos anos de idade, é comprada ilegalmente por madeireiros em terras indígenas do sul do Pará por 125 reais – quando não é roubada. Após a industrialização, a árvore, reduzida a 3 m³ de madeira serrada, é vendida por mais de 10.000 reais. Esse volume de madeira permite a produção de doze a quinze mesas e cadeiras de mogno. Uma única dessas sofisticadas mesas é vendida na rede de lojas Harrods, de Londres, por 25.000 reais. A mesma árvore de 125 reais na Amazônia virou 370.000 reais em mesas britânicas.²⁶

A maior parte desse comércio é feita de forma predatória e ilegal. Um relatório do Ibama publicado no ano 2000 indicava que o volume de madeira que poderia ser explorada por projetos considerados aptos chegava a 4,5 milhões de m³, quando o volume efetivamente explorado anualmente atinge 30 milhões de m³. Isto é, 82% do total da madeira extraída da Amazônia e comercializada no mundo são ilegais. O prejuízo que isso causa à floresta é incomensurável, ocorre de forma gradativa e cada vez mais destrutiva. Os técnicos do Greenpeace descrevem da seguinte forma esse processo:

Primeiro, os madeireiros exploram as espécies mais valiosas, como o mogno, ipê e cedro. Para isso, eles abrem estradas, e então selecionam e derrubam as melhores árvores. Tratores são usados para arrastar as

toras do interior da floresta para pátios de estocagem na margem das estradas. Nos pátios, as toras são embarcadas em caminhões, que seguem para as fábricas (serrarias, fábricas de lâminas e compensados).

[...] Alguns anos depois – dependendo da região, o prazo varia de cinco a dez anos –, os madeireiros voltam para extrair as árvores menores das espécies mais valiosas e outras espécies como jatobá e maçaranduba. Em cinco a quinze anos, toda a madeira de valor da floresta é retirada em dois ou três eventos de exploração. No auge da exploração, até cem espécies podem ser exploradas em uma dada região. A intensidade média de extração é de cinco a dez árvores por hectare, o que equivale a cerca de 40 a 50 m³ de madeira. A intensificação da exploração resulta em danos maiores, já que requer a construção de mais estradas, o uso de equipamentos de extração maiores e, conseqüentemente, a abertura de pátios maiores. A derrubada de várias árvores grandes sem planejamento leva à abertura de grandes clareiras. As clareiras ficam ainda maiores durante o arraste, quando toras de até 25 m são puxadas para os pátios. Um estudo em Paragominas, PA, mostrou que, para cada árvore extraída, outras 59 árvores com diâmetro acima de 10 cm foram destruídas ou danificadas.

Os impactos secundários da exploração também são drásticos. A floresta explorada intensivamente é altamente suscetível a incêndios. A luz penetra no interior da floresta através das clareiras e seca a matéria orgânica morta (folhas, troncos e galhos), tornando-a combustível. Os incêndios florestais têm sido muito frequentes na Amazônia. O fogo usado para a limpeza de áreas desmatadas e pastagens escapa para áreas exploradas. Um primeiro incêndio florestal rasteiro

pode matar 40% das árvores restantes. A morte destas árvores cria mais combustível (galhos e troncos caídos) que pode resultar em um incêndio devastador subsequente. Neste caso, mais de um século seria necessário para a recuperação da floresta original.²⁷

Acrescente-se aos danos ambientais a ação corruptora das madeireiras nas localidades onde se instalam, incluindo a cooptação de autoridades locais (prefeitos, juízes, promotores, policiais), além dos mecanismos de intimidação (ameaças e assassinatos), graças à ação de jagunços. Não raro, as madeireiras empregam trabalho escravo. Em 3 de novembro de 2004, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, admitiu que a ocorrência de trabalho escravo na Amazônia “é grave”, ao comentar uma reportagem publicada pelo jornal britânico *The Independent*, segundo a qual há 25.000 pessoas em situação de escravidão trabalhando no desmatamento da floresta.

Refletindo a preocupação do governo federal, o presidente Lula promulgou, em novembro de 2004, um decreto que define como reservas extrativistas (Resex) as regiões de Verde Para Sempre, em Porto de Moz, e a de Riozinho do Anfrísio, na região da Terra do Meio, no Pará, com área superior a 2 milhões de ha, muito cobiçada pelas madeireiras que já esgotaram o valor comercial de outras regiões.

No dia 23 de agosto de 2004, a Polícia Federal no Amapá acrescentaria novo capítulo à história do crime organizado na Amazônia, ao anunciar a apreensão, no Estado, de uma carga ilegal de 600 kg de urânio e tório, minérios com potencial radiativo. Pela primeira vez, um carregamento desse tipo era interceptado no país. A mercadoria, de valor avaliado em 1,4 milhão de

reais, fora apreendida no mês anterior, mas a PF preferiu não divulgar nada até ter em mãos o resultado da perícia no material, realizada pelo Instituto de Radioproteção e Dosimetria, no Rio de Janeiro, RJ, e pelo Instituto Nacional de Criminalística, de Brasília, DF. As jazidas desse tipo de minério são de propriedade exclusiva da União e, por lei, devem ser rigorosamente controladas.

O urânio e o tório estavam acondicionados em uma caminhonete, que foi parada por uma fiscalização de rotina da Delegacia de Repressão aos Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, entre os municípios de Pedra Branca do Amapari e Porto Grande, próximo à reserva de onde os minérios foram retirados, a cerca de 120 km de Macapá.

No veículo estavam o suposto dono da carga, que fugiu numa mata fechada no momento da abordagem dos agentes, e o motorista, que foi preso. O material foi mandado para análise devido a suas características: escuro e denso. Inicialmente, a suspeita era que se tratava de tantalita e cassiterita, minérios explorados no Estado.

DESTINO

“Pelas investigações, descobrimos que a carga iria para São Paulo, de navio. De lá, muito provavelmente, seguiria para o exterior”, disse o delegado Tardelli Cerqueira Boaventura, da PF no Amapá.

A polícia já identificou o dono da carga, que pode ser preso a qualquer momento e já está indiciado por crime ambiental e crime de usurpação de matéria pertencente à União – ele pode cumprir pena de até seis anos de prisão.

Segundo as investigações, o motorista recebeu R\$ 20



Em setembro de 2004, margens da BR-163 nas proximidades de Moraes de Almeida, Novo Progresso, PA.

FOTO: Maurício Torres

pelo trabalho. Ele foi liberado. Os minérios, em textura granulada, estavam em sacos plásticos, prontos para ser comercializados.²⁸

A Polícia Federal já tinha conhecimento de que estrangeiros faziam pesquisas sobre a existência de urânio e nióbio na região. Em outubro de 2002, durante uma operação para destruir pistas de pouso clandestinas na fronteira do Brasil com a Guiana e o Suriname, a PF colheu depoimentos sobre o assunto de 26 garimpeiros que extraíam ouro ilegalmente nas proximidades da serra do Acari, limite entre os três países. No primeiro dia da Operação Guisu – junção das siglas Guiana e Suriname –, os garimpeiros confirmaram a informação de que estrangeiros entraram em território brasileiro de helicóptero e colheram amostras de solo para identificar a presença de urânio e nióbio. O delegado Mauro Spósito, coordenador da operação, disse ter encontrado embalagens para armazenar esses dois tipos de metal, além de anotações sobre a área a ser pesquisada.

Um dos garimpeiros contou que estrangeiros contrataram-nos para abrir picadas no meio da floresta, mas não estavam interessados em ouro. “Os gringos falavam para os garimpeiros que eles podiam garimpar à vontade, pois eles não queriam aquilo, e sim coisas mais valiosas”, afirmou o garimpeiro, cujo nome é mantido em segredo pela PF. “Vamos abrir inquérito para saber como foi a entrada dos estrangeiros. Temos informação de que uma empresa brasileira estaria por trás disso”, informou Spósito.

Segundo a Polícia Federal, pelo menos uma das oito pistas que estavam sendo utilizadas pelo narcotráfico

foi aberta pelos pesquisadores. [...] Segundo o delegado, a exploração ilegal de ouro e as pesquisas que foram realizadas nesta área causaram um dos maiores danos ambientais já conhecidos na Amazônia. O prejuízo ecológico ficou constatado por aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) durante a operação. “Não temos a dimensão desse desastre, mas é muito maior do que pensávamos”, diz o delegado.

O escritório do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) no Pará informou que apenas uma empresa brasileira tinha autorização para pesquisas de nióbio, ouro e outros metais na região, mas não havia nada registrado sobre urânio. Segundo a chefe do escritório do DNPM em Boa Vista, Cléa Maria de Almeida Dore, é possível a presença dos dois minérios na região da serra do Acari. “Existe realmente a potencialidade da existência do urânio e nióbio, mas não há estudos confirmando isso”, diz Cléa.²⁹

A apreensão da carga de urânio e tório pela PF no Amapá, dois anos depois, indica, no mínimo, o progresso das atividades do crime organizado. Por razões óbvias, esse é um dado extremamente grave, já que tais minérios podem ser utilizados para a fabricação de armas de grande poder de destruição. Desde o desmembramento da União Soviética, no começo dos anos 90, a hipótese de que o crime organizado consiga produzir ou negociar esse tipo de arma – não importa se mediante o assalto puro e simples aos arsenais desorganizados da antiga URSS, ou se mediante a contratação de cientistas e técnicos altamente qualificados e desempregados ou por qualquer outro meio – tornou-se um dos grandes pesadelos da polícia mundial.

O sinal de alarme do “tráfico nuclear” foi aciona-

do em 1992, quando a Interpol (Polícia Internacional) detectou e interceptou um grupo formado por dois espanhóis e um colombiano que transportavam plutônio, ilegalmente, num voo entre Moscou e Munique. Não foi possível estabelecer um vínculo entre o contrabando de plutônio e os cartéis da droga da Colômbia, mas a mera possibilidade de que possa existir algo dessa natureza já era, obviamente, um indício alarmante. Em maio de 1993, foi apreendida em Vilna, Lituânia, uma carga ilegal de 4,4 t de berílio (usado em sistemas de mísseis teleguiados, em aviões de alta *performance* e em materiais óticos de precisão). Uma investigação de cinco meses realizada pela rede de TV CBS provou, irrefutavelmente, pela primeira vez, que o crime organizado estava por trás da carga ilegal. Ela seria vendida a “coreanos” por 24 milhões de dólares, o equivalente a dez vezes o seu valor de mercado.

Outras modalidades de atividades criminosas – tráfico de seres humanos, trabalho escravo, prostituição infantil – estabelecem uma relação com o crime organizado, que, na maioria das vezes, é de colaboração subordinada. Sabe-se, por exemplo, que os postos de gasolina e serviços ao longo das estradas rodoviárias são pontos comuns de exploração da prostituição infantil, e que esses pontos, não raro, funcionam também para distribuir drogas. Com razão, aliás, o governo Lula mobilizou os esforços da Polícia Rodoviária Federal para fiscalizar tais pontos. Mas jamais foi comprovada a existência de uma rede nacional ou mesmo regional de exploração da prostituição infantil. O mesmo vale para os centros de arregimentação de trabalho escravo: embora a prática seja nacionalmente disseminada e amplamente utilizada por latifundiários e comerciantes locais, dificilmente o con-

Outras modalidades de atividades criminosas – tráfico de seres humanos, trabalho escravo, prostituição infantil – estabelecem uma relação com o crime organizado, que, na maioria das vezes, é de colaboração subordinada.



Setenta trabalhadores rurais foram libertados da fazenda nessa Senhora Aparecida, de propriedade de José Vão da Costa, em Xingó, no sul do Pará, em 2002.
FOTO: João Roberto Ripper / Imagem Humana

ceito de crime organizado poderia ser aplicado propriamente a essa prática.

CONCLUSÃO

Esperamos ter demonstrado que todo o processo de construção imaginária da Amazônia, bem como os métodos empregados para sua ocupação, até o momento obedeceram à lógica do colonizador, no contexto histórico específico que marcou a própria formação da nacionalidade brasileira, ancorada na idéia de uma natureza dada pela divina providência aos portugueses, e depois apropriada pelos brasileiros. O problema básico reside no fato de a elite brasileira (aqui entendida como governo, mídia, empresários, intelectuais), em geral, olhar para a Amazônia sob a mesma perspectiva com que, antes, a corte de Lisboa olhava para o Brasil. Trata-se de uma lógica radicada nos processos históricos que deram forma à nação brasileira.

Historicamente, a transição da condição de colônia para império e depois para república foi operada, sem rupturas revolucionárias, por uma elite que soube preservar o seu poder à custa de manter na miséria a imensa maioria da população, como demonstra a condição brasileira de recordista mundial de desigualdade social. Essa mesma elite, sempre subordinada aos interesses do capital internacional (Lisboa, Londres, Washington), incapaz historicamente de construir um projeto genuinamente integrador dos potenciais criativos dos brasileiros das várias classes econômicas, encarou e encara o país como um enorme quintal à sua inteira disposição (isso também se reflete, por exemplo, nos mecanismos destinados a assegurar a impunidade dos mais ricos).

Nos anos 90, as imagens e percepções sobre os destinos da Amazônia ganharam mais sofisticação, em comparação ao discurso primário e triunfalista da época da ditadura, graças aos embates entre as várias forças que disputam o controle sobre a região ou acreditam ter algo a dizer sobre o seu destino. Entre as várias forças, são mais facilmente identificáveis:

- as nações originárias, grupos de pressão e ONGs a elas associados (incluindo missionários religiosos, brasileiros e estrangeiros), que reclamam os seus direitos e a demarcação de suas terras, com todos os problemas e conseqüências que isso acarreta;

- ambientalistas genuínos (aqueles que de fato se preocupam com a preservação do equilíbrio ambiental e amam a região por aquilo que ela é, e não por aquilo que pode representar em termos de rapina e investimentos);

- setores nacionalistas das Forças Armadas brasileiras, que denunciam as pressões pela internacionalização da Amazônia, incluindo, segundo eles, as missões religiosas que se colocam ao lado dos indígenas na reivindicação pela demarcação de terras e territórios;

- empresas transnacionais e nacionais, incluindo madeireiras, farmacêuticas, mineradoras etc., que enxergam na Amazônia um espaço a ser explorado;

- empresas vinculadas ao agronegócio, em particular exploração da soja e outras monoculturas de exportação;

- governos internacionais, particularmente Estados Unidos, Japão e europeus, que já manifestaram publicamente sua vontade de ver a Amazônia internacionalizada, seja pela eventual venda do território em troca da dívida externa, seja por ocupação militar;

- governo brasileiro, que proclama sua vontade de combater as queimadas e as atividades predatórias, mas se prova incapaz de aplicar uma estratégia realista.

A mídia é o campo de batalha por excelência, onde essa disputa intensa acaba adquirindo os seus contornos e conteúdos mais visíveis. Estamos longe, portanto, do momento simplificador e extremamente unilateral em que a ditadura militar controlava a produção de imagens e discursos sobre a Amazônia. Enfrentamos um jogo muito mais sofisticado e elaborado de forças, onde muitas vezes é difícil até mesmo identificar o articulador de determinado discurso, e mais ainda identificar seus propósitos reais. Não será necessário reproduzir neste trabalho as imagens contemporâneas que ilustram tal jogo de forças – elas estão por todas as partes, em qualquer banca de jornal.

A Amazônia vive uma encruzilhada histórica, um momento singular que decidirá o seu futuro. A região, de certa forma, sintetiza o drama colocado para toda a nação: ou bem reafirma a sua soberania e volta-se para as necessidades reais das populações locais, integradas a um projeto de desenvolvimento nacional sustentável (e a BR-163 pode cumprir um papel extremamente relevante nesse sentido), ou bem reafirma a prioridade dos interesses da elite associada ao capital estrangeiro e alienada em relação à própria nação (e a BR-163 pode também cumprir um papel extremamente relevante nesse sentido).

NOTAS

- 1 A mesma idéia marcará a letra do Hino Nacional, como se verifica nas seguintes estrofes: “Deitado eternamente em berço esplêndido, / Ao som do mar e à luz do céu profundo, / Fulguras, ó Brasil, florão da América, / Iluminado ao sol do Novo Mundo! // Do que a terra mais garrida / Teus risinhos, lindos campos têm mais flores; / Nossos bosques têm mais vida, / Nossa vida no teu seio mais amores.
- 2 CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta*. Versão baseada na *Carta a El Rei D. Manuel*. São Paulo: Dominus, 1963. Disponível em: <www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html>. Acesso em: 30 out. 2004.
- 3 BARBOSA, [General] Hélio Carvalho. *Amazônia – para esclarecimento geral dos internautas*. Disponível em: <www.incorreto.com.br/amazonia_geral.html>.
- 4 TERENA, Marcos. “Fomos transformados nos mudos da História”. *Caros Amigos*, São Paulo, n. 37, abr. 2000. Entrevista.
- 5 SEVCENKO, Nicolau. “O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura”. *Revista USP*, São Paulo, n. 30, jun.-ago. 1996. p. 110.
- 6 Ibid., p. 112.
- 7 Acrescentaríamos, ainda, entre os autores da Amazônia, o escritor Milton Hatoum, autor de *Relatos de um certo Oriente e Dois irmãos*, que aborda a influência da imigração árabe na região amazônica.
- 8 SENA, Nicodemos. “Amazônia: texto e contexto”. *O Estado de Tapajós*, 31 out. 2004. Disponível em: <www.oestadodotapajos.com.br/nicodemos.htm>. Acesso em: 31 out. 2004.
- 9 O critério atualmente adotado é o das regiões polarizadas feito pelo IBGE, em 1968.
- 10 BUENO, Magali Franco. *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- 11 CHAGAS, Carlos. *O Planalto se rende e entrega a Amazônia*. Disponível em: <www.incorreto.com.br/planalto_amazonia.html>. Acesso em: 8 nov. 2004.
- 12 Todas as citações foram extraídas da palestra “Soberania questionada”, proferida pelo coronel de engenharia do Exército brasileiro, Hiram Reis e Silva, disponível em: <www.amazoniaenossa selva.com.br/Pal2.asp?Cod=7&Sld=1>.
- 13 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Marina no Senado – 2001*. Brasília, 2002. Disponível em: <www.amazonlink.org/biopirataria/biopirataria>.
- 14 OLIVEIRA, Adriano. “Crime organizado: é possível definir?”. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 34, mar. 2004. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/034/34 coliveira.htm>.
- 15 “Crime organizado funciona como *holding*, diz estudioso”. *Folha de S. Paulo*, 4 maio 2003. Caderno Cotidiano. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u74202.shtml>.
- 16 PINTO, Lúcio Flávio. “Farol no mundo do crime”. *Jornal Pessoal*, 6 set. 2004. Disponível em: <www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=13684>.
- 17 RIBEIRO JR., Amaury; DUSEK, André (fotos). “A incrível história do diamante cor-de-rosa”. *IstoÉ On Line*. Disponível em: <www.terra.com.br/istoe/1823/brasil/1823_diamante_cor_rosa_01.htm>.
- 18 “Crime organizado funciona como *holding*, diz estudioso”. *Folha de S. Paulo*, 4 mai. 2003. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u74202.shtml>.
- 19 “Lavagem de dinheiro nos bingos da Paraíba”. *O Norte*, João Pessoa, 9 abr. 2003. Disponível em: <www.onorte.com.br/paraiba/?9054>.
- 20 DREYER, Diogo. “Os piratas da natureza”. *E.educacional – Notícias Comentadas*, 18 set. 2003. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/noticiacomentada/030918_notoi.asp>.
- 21 WALKER, Ilse. “Biodiversidade e biopirataria na Amazônia”. Disponível em: <www.fmt.am.gov.br/imprensa/biopirataria.htm>.
- 22 PAULO, Antônio. “Ministério Público Federal vai investigar biopirataria”. *A Crítica*, Manaus, 30 jan. 2003. Disponível em: <www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=57235>.
- 23 “Convênios escondem biopirataria”. *Agência Câmara dos Deputados*, 28 nov. 2002. Disponível em: <www.farolbrasil.com.br/arquivos/re_biopirataria.htm>.
- 24 ESCOBAR, Herton. “Biopirataria, um negócio de US\$ 60 bilhões”. *O Estado de S. Paulo*, 8 set. 2003. Disponível em: <www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=12583>.
- 25 Id.
- 26 GREENPEACE. *A exploração de madeira na Amazônia: a ilegalidade e a destruição ainda predominam*. [Relatório técnico]. Set. 2001.
- 27 Id.
- 28 “Polícia Federal apreende carga de urânio

no Amapá”. *Portal Amazônia* [com informações da *Agência Folha*], 24 ago. 2004. Disponível em: <portalamazonia.globo.com/apresentanoticias.php?idN=11232&cidLingua=1>.

- 29 LUIZ, Edson. “PF descobre prospecção ilegal de urânio na Amazônia”. *O Estado de S. Paulo*, 16 out. 2002. Disponível em: <www.farolbrasil.com.br/arquivos/re_uranio_amazonia.htm>.

BIBLIOGRAFIA

- ARBEX JR., José; SENISE, Maria H. V. *Cinco séculos de Brasil*. São Paulo: Moderna, 2000.
- ARBEX JR., José. *Showrnlismo – a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2000.
- BRANCO, Samuel Murgel. *O desafio amazônico*. São Paulo: Moderna, 1991.
- BUENO, Magali Franco. *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na República de Weimar ao 3º Reich*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginário geográfico e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Moderna; Unesp, 1997.
- OLIVEIRA, Adriano. *Crime organizado: é possível definir?*. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 34, mar. 2004.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *Amazônia: mono-*

pólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 1987.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

_____. *Orientalism*. New York: Random House, 1978.

PERIÓDICOS E MATERIAIS CONSULTADOS

Publicações e documentos das seguintes organizações:

Organização das Nações Unidas

Câmara dos Deputados do Brasil

Associação Brasileira dos Jornalistas Investigativos (Abraji)

Agências de notícias

Agência Latino-Americana de Informação (Alai)

Agência Frei Tito de Informação (Adital)

Jornais e revistas

Folha de S. Paulo, São Paulo.

O Estado de S. Paulo, São Paulo.

Valor Econômico, São Paulo.

O Norte, João Pessoa.

Diário de Cuiabá, Cuiabá.

A Crítica, Manaus.

Jornal Pessoal, Belém do Pará.

Vêja, São Paulo.

Isto É

Época

Revista Espaço Acadêmico

Caros Amigos, São Paulo.

O Estado de Tapajós

Realidade

Cruzeiro

Manchete

Revista USP, São Paulo.

Portais da Internet

Amazônia (<www.amazonia.com.br>)

Exército Brasileiro (<www.exercito.gov.br>)

Mundo Jurídico

(<www.mundojuridico.adv.br>)

O Farol (<www.farolbrasil.com.br>)

Organização das Nações Unidas

(<www.unodc.org>)

BR-163 Cuiabá-Santarém:

ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA

Geopolítica, grilagem, violência e mundialização

No início de século 21, a Amazônia continua sendo importante tema de debates em escala nacional e mundial e cada vez mais investigada por gente que já a conhece ou que nunca esteve lá. Brasileiros e brasilianistas se empolgam com os contrastes entre a grandeza e a abundância com que a natureza dotou essa região onde vivem menos de 10 milhões de pessoas; com a modernidade expressa de forma contraditória por uma Zona Franca de Manaus; com a presença de civilizações indígenas (em geral, violentadas); com a grilagem dos maiores latifúndios que a história da humanidade já presenciou; com a luta – muitas vezes mortal – dos posseiros, colonos e retirantes pela terra; com a beleza das matas e a sua destruição criminosas; com a guerra entre as empresas de mineração e os garimpeiros.

A história desses contrastes é a marca fundamental da formação territorial da Amazônia e eles têm entre si um elo comum: a rapidez com que os grupos econômicos se apoderam das riquezas naturais dessa

imensa região. A extração da borracha, em fins do século 19 e início do século 20, é apenas um exemplo desse processo; depois, em versão moderna, vieram os projetos Jari, Carajás e Sivam, a exploração madeireira e, sua entrada na rota da soja.

Não vamos contar a longa história de expropriação a que a região vem sendo submetida, mas apenas tratar de sua chamada etapa moderna, marcada pela ação do Estado, em parte durante os governos militares, em parte pelos governos civis que vieram com a redemocratização, e o processo de aprofundamento da inserção econômica do país no interior da economia capitalista mundializada.

O processo de ocupação da Amazônia apresenta vários níveis. O primeiro refere-se aos caminhos do acesso à titulação da terra, o comércio desses títulos e o conseqüente envolvimento dos segmentos sociais que ocupavam o poder no Estado. Assim foram desenhados os mecanismos de grilagem e corrupção que envolvem as diferentes rotas de acesso à terra. Em seguida, os projetos agropecuários e agroindustriais incentivados pela Sudam, que, em grande parte, se constituíram em golpes contra o erário público. Depois, a contra-reforma agrária com a implantação dos projetos de colonização privados e públicos, e, ironicamente, o processo de implantação da reforma agrária do I PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária – de 1985. E, finalmente, a grande expansão madeireira e a chegada da agricultura dos grãos do agronegócio. Por esse processo todo passa a violência contra os povos indígenas, posseiros, garimpeiros, colonos, peões e, sobretudo, contra a natureza.

Assim, a história da região também passa pelo diagnóstico da atual situação das diferentes formas de

assentamentos humanos na Amazônia brasileira, de um lado ditado pela lógica capitalista de apropriação privada da terra e dos recursos naturais; e de outro pela utopia camponesa da conquista da terra liberta.

A concepção teórica assumida é de caráter geográfico e baseia-se nos dois processos de “corrida” pelo controle da Amazônia: o monopólio da propriedade privada do solo, e o monopólio sobre os recursos minerais do subsolo. Embora obedeçam à mesma lógica, eles têm características, temporalidade e territorialidade distintas.

E esses dois mecanismos estão relacionados, por um lado, à articulação entre as políticas territoriais do Estado (abertura de eixos rodoviários, incentivos fiscais etc.) e à implantação dos grandes projetos agropecuários, e, de outro, ao acesso dos grupos econômicos nacionais e ou internacionais aos recursos minerais da região.

Parte-se, portanto, do princípio de que a abertura das novas frentes de ocupação na Amazônia traz consigo o caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira. Ou seja, o processo que leva os grandes capitalistas a investir na fronteira obriga a sua abertura aos trabalhadores do campo. Igual, simultânea e contraditoriamente, o processo que abre acesso aos recursos minerais da região aos grupos econômicos abre-se também aos garimpeiros. Não vamos tratar as questões que envolvem a corrida pelo subsolo, pois, ainda que áreas garimpeiras decadentes estejam na origem de ocupação de vários pontos na área de influência da BR-163, os minérios hoje não movimentam capitais significativos.

Assim, a análise das políticas públicas implantadas na Amazônia, particularmente a partir dos go-

vernos militares pós-64, começou pela transformação da SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – em Sudam, e isso originou uma nova lógica de valorização da região. Toda a consolidação da ideologia da segurança nacional criada na Escola Superior de Guerra estava assentada nos acordos militares assinados entre o Brasil e os Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, sobretudo nos vinte anos de governos militares, a economia brasileira foi alimentada por e para essa ideologia, com destaque para a geopolítica da integração nacional, em que o desenvolvimento das três grandes regiões geoeconômicas brasileiras – Centro-Sul, Nordeste e Amazônia – previa diversas estratégias. O Centro-Sul deveria solidificar os processos de industrialização e agricultura modernizada, além de participar do esforço nacional de “desenvolvimento do Nordeste”, via industrialização, e da ocupação, via “Operação Amazônia”, da região amazônica.

Os militares entendiam que o desenvolvimento regional só seria possível pela reestruturação dos órgãos de planejamento regional, o que aconteceu com a Sudene e com a Sudam, sucessora da SPVEA. As justificativas partiram de uma concepção da Amazônia como um “vazio” a ser “rapidamente” ocupado. E assim se justificou a lei 5.173, de 27/10/66:

Os problemas com que se defronta o Nordeste emanam de fatores próprios, tais como as pressões sociais geradas em uma região de solo e clima adversos, onde se agita uma população de cerca de 25 milhões de habitantes. Já na Amazônia, os traços dominantes do seu meio físico estão contidos na exuberante cobertu-

ra florestal e no emaranhado de grandes rios que a cortam; excluído o Estado do Maranhão, a região é, quanto às dimensões geográficas, quase quatro vezes maior que o Nordeste, e seus escassos 3 milhões de habitantes não alcançam sequer a densidade demográfica de um por km².

Além dessas características regionais, a Amazônia apresenta os seguintes aspectos que a tornam inconfundível no quadro geral do país:

- um imenso vazio demográfico que se oferece à atenção mundial como possível área de reserva, à medida que aumentam as justas preocupações com o fenômeno da explosão populacional;
- uma extensa área de fronteira, virtualmente desabitada, confinando com cinco países estrangeiros e dois territórios coloniais;
- o extrativismo vegetal, como forma ainda predominante de atividades econômicas.

Como se vê, as justificativas baseavam-se no princípio de que a solução para os problemas sociais do Nordeste estava na migração para a Amazônia. A estratégia do desenvolvimento passava a ser concebida como necessariamente concentrada, polarizada, sendo que a tarefa geopolítica da ocupação das fronteiras do país ficaria por conta das populações regionais. À iniciativa privada coube um papel singular: deveria atuar em todos os setores rentáveis das atividades econômicas, ficando para o Estado as atividades deficitárias, porém necessárias à política de desenvolvimento.

Definida a estratégia, a ação começou pela Operação Amazônia, consubstanciada na ideologia que serviu de lema ao Projeto Rondon, “integrar para não entregar”. “Integrar” significava abrir cami-



Armazéns, silos e secadores de grãos formam o cenário do eixo da BR-163 no cerrado do norte de Mato Grosso, muitas delas "heranças" do sistema cooperativo.
FOTO: Mauricio Torres

Historicamente, a colonização no Brasil, particularmente na Amazônia, constituiu-se na alternativa utilizada pelas elites para, ao mesmo tempo, evitar a reforma agrária nas regiões de ocupação antiga, e suprir de mão-de-obra seus projetos econômicos na fronteira.

nhos, criar condições para a exploração dos recursos naturais pelos grandes monopólios nacionais e multinacionais.

Historicamente, a colonização no Brasil, particularmente na Amazônia, constituiu-se na alternativa utilizada pelas elites para, ao mesmo tempo, evitar a reforma agrária nas regiões de ocupação antiga, e suprir de mão-de-obra seus projetos econômicos na fronteira.

Assim, por meio dos projetos de colonização tanto oficiais quanto particulares, ou mesmo da abertura das posses, os trabalhadores do campo procuram romper com o processo de expropriação a que estão submetidos. Buscam, a todo custo, a reconquista da terra para o trabalho da família.

Nesse aspecto estrutural, Estado e capital privado caminham juntos. Este, por meio da venda da terra aos camponeses nos seus projetos de colonização, além do lucro com a venda, foi formando os “viveiros de mão-de-obra” para utilização nos próprios projetos. O Estado ficou com a tarefa de conter as tensões sociais e fez dos projetos de colonização e dos assentamentos de reforma agrária “válvulas de escape” das áreas de tensão social. Essa é a raiz histórica da “marcha para o Oeste”, da implantação dos projetos agropecuários, da colonização e da expansão do agronegócio na fronteira. Entretanto, contém uma característica específica: o corte monopolista do processo, quer dizer, o processo de ocupação recente traz novas formas de atuação. Não se está diante da lógica ditada pela disputa livre no mercado, há tão-somente a imposição dos monopólios. A mercadoria que comanda esse processo de ocupação é a propriedade privada da terra. Assim, a produção da cidade,

de certa forma, precede o campo, ainda que a propaganda indique que o campo possa estar sendo vendido primeiro. São as cidades que se impõem nessa porção da Amazônia atravessada pela BR-163, em Mato Grosso primeiro, e agora no Pará. É a lógica dos monopólios privados, que se instauram e determinam a lógica do campo. Portanto, a história é outra e, como ela, a geografia desenhada na ordenação territorial produzida também é outra. Isso acontece porque a economia brasileira ingressou na era dos monopólios, internacionalizou-se, mundializou-se. E a economia brasileira mundializada requeria a elevação das taxas de produtividade da agricultura e o aumento do poder de competitividade. Como a fronteira não reunia condições para isso, a chamada modernização do campo começou pelo Sudeste e Sul. Nessas regiões é que ocorreram as transformações nas relações de produção e de trabalho. O trabalho assalariado (bóia-fria) expandiu-se pelo país todo, ao mesmo tempo em que aumentou a produtividade do trabalho familiar decorrente do avanço tecnológico.

Contraditoriamente, no final dos anos 1950 e início dos 1960 o campo brasileiro começava a conhecer os movimentos populares de luta pelo acesso à terra das Ligas Camponesas, do Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra) no Rio Grande do Sul, entre outros. Assim, do Nordeste ao Sul, os trabalhadores rurais faziam da luta seu instrumento pela conquista da terra que a história lhes tinha negado.

Os governos militares pós-64 reprimiram os movimentos populares e deram todo o apoio aos investimentos privados, transformando capitalistas nacionais e internacionais em grandes latifundiários, por meio

do programa de incentivos fiscais da Sudam para projetos agropecuários na Amazônia. É por isso que a Amazônia abriga os maiores latifúndios da história da humanidade.

A DÉCADA DE 1970

Assim, para dar apoio a esse processo, foram implantadas políticas territoriais como o Programa de Integração Nacional (com a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém), o Proterra, o Polamazônia, o Polocentro, o Polonoroeste, entre outros. O território capitalista na Amazônia foi estabelecido sob a lógica dos monopólios, produzindo frações territoriais, regiões distintas na Amazônia brasileira. O norte mato-grossense é exemplo dessa diferença histórica. Cada parte daquela imensa região teve ou ainda tem “dono”: Sinop é de Ênio Pipino; Alta Floresta, de Ariosto da Riva; Matupá, dos Ometto; Juara, de Zé Paraná etc.

O centro-norte de Mato Grosso formou-se como região caracterizada pela presença de grandes projetos agropecuários, por áreas de posseiros regularizadas ou não pelo Incra, por projetos privados de colonização e pelas terras indígenas. A região é área de influência da rodovia Cuiabá-Santarém. Nela se impuseram, de um lado, a lógica da articulação entre as empresas de colonização particulares e os colonos e, do outro, a expansão das empresas agropecuárias. Na transversal, a expansão da atividade madeireira. Mas vingou a lógica da colonização como determinante histórico. A expansão recente da cultura da soja trouxe novo componente para a parte sul da região, mas não alterou a lógica anterior.

O processo histórico da ocupação dessa imensa área, coberta ao norte pela floresta amazônica e ao sul pelo cerrado, contém as marcas dos desmatamentos feitos pelos projetos agropecuários financiados pela Sudam, que têm apresentado baixos resultados econômicos em face de vasta destruição do ecossistema, e esse processo trouxe conseqüentemente o aprofundamento da concentração fundiária.

Em contrapartida, há inúmeros enclaves de posseiros, que praticam uma agricultura camponesa e às vezes sofrem a intervenção do governo, visando regularizar tais terras. As áreas dos projetos de colonização implantados por empresas privadas e/ou cooperativas de colonização estão também ocupadas por uma agricultura camponesa rentável e equilibrada do ponto de vista ecológico. São regiões onde há uma melhor distribuição da propriedade da terra e da renda, com prósperos centros urbanos, caso de Sinop.

Soma-se a essas características gerais a presença do garimpo de ouro, que trouxe à tona conflitos e contradições entre os agentes sociais que o dominam, estabelecendo novas inter-relações e novos papéis qualificando e requalificando papéis anteriores. Foi assim que os colonizadores se transformaram em proprietários de garimpos, e políticos tradicionais *idem*. Os latifundiários foram pelo mesmo caminho. Enquanto isso, posseiros e colonos se transformaram em garimpeiros.

A compreensão desse processo histórico é fundamental para uma avaliação das diferentes formas de assentamento humano, tendo em vista, inclusive, propostas que permitam um desenvolvimento mais justo e equilibrado na região.

A ocupação começou na década de 1940, no go-

verno Vargas. Conhecida como Marcha para o Oeste, a política oficial de ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia contou com a primeira expedição na região do Araguaia, a Expedição Roncador-Xingu, que, por meio do Serviço de Proteção ao Índio, o SPI, estabeleceu contato com os povos indígenas da região. Da epopéia participaram os irmãos Villas Boas, que depois se tornaram importantes na luta pela implantação do Parque Nacional do Xingu (VILLAS BOAS, 1994).

Entretanto, coube à Fundação Brasil-Central, entidade governamental que depois se transformou em Sudeco – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste –, a tarefa de organizar o processo de ocupação da região. A partir de 1945, particularmente a região do Araguaia mato-grossense passou a ser mais ocupada por posseiros, migrantes de Minas Gerais, Goiás e de Estados nordestinos. Seguindo os rios, em geral foram se instalando nas margens, onde surgiram povoados, chamados de patrimônios. Com a chegada dos grandes fazendeiros do Centro-Sul, a partir da década de 1960, e com as políticas públicas da Sudam, a região se tornou um “barril de pólvora”, palco de inúmeros conflitos entre índios, posseiros e grileiros. Até então, a porção central do Estado de Mato Grosso e o oeste do Pará eram territórios indígenas, como pode ser visto no mapa da parte centro-norte de Mato Grosso, cortada pela BR-163 (figura 1).

Essa região era parte dos territórios dos Bororo, Bakairi, Kayabi, Suiá, Manitsauá e Panará (Kren Aka-rore) em Mato Grosso. E, no Pará, dos Panará, Kaya-pó, Kube-Kra-Noti, Yuruayá, Kuruáya, Sipayá, Munduruku, Guahuará, Arara, Yuruna, Sipáy, Maué, dentre outros (figura 2).

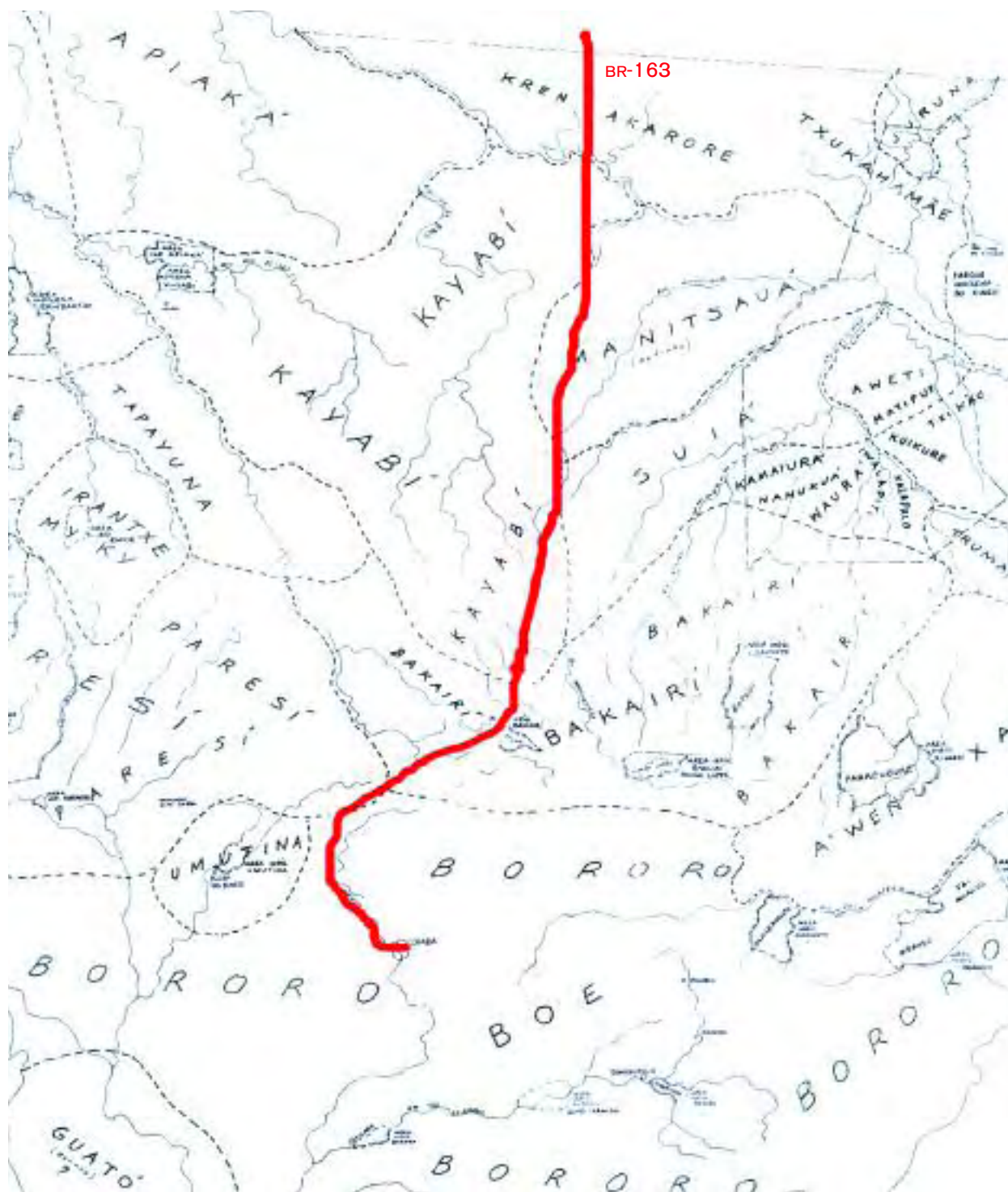


Figura 1. Territórios indígenas originais em Mato Grosso.

Fonte: BARCELLOS, Maurílio. OPAN, 1984. Org. A. U. Oliveira.

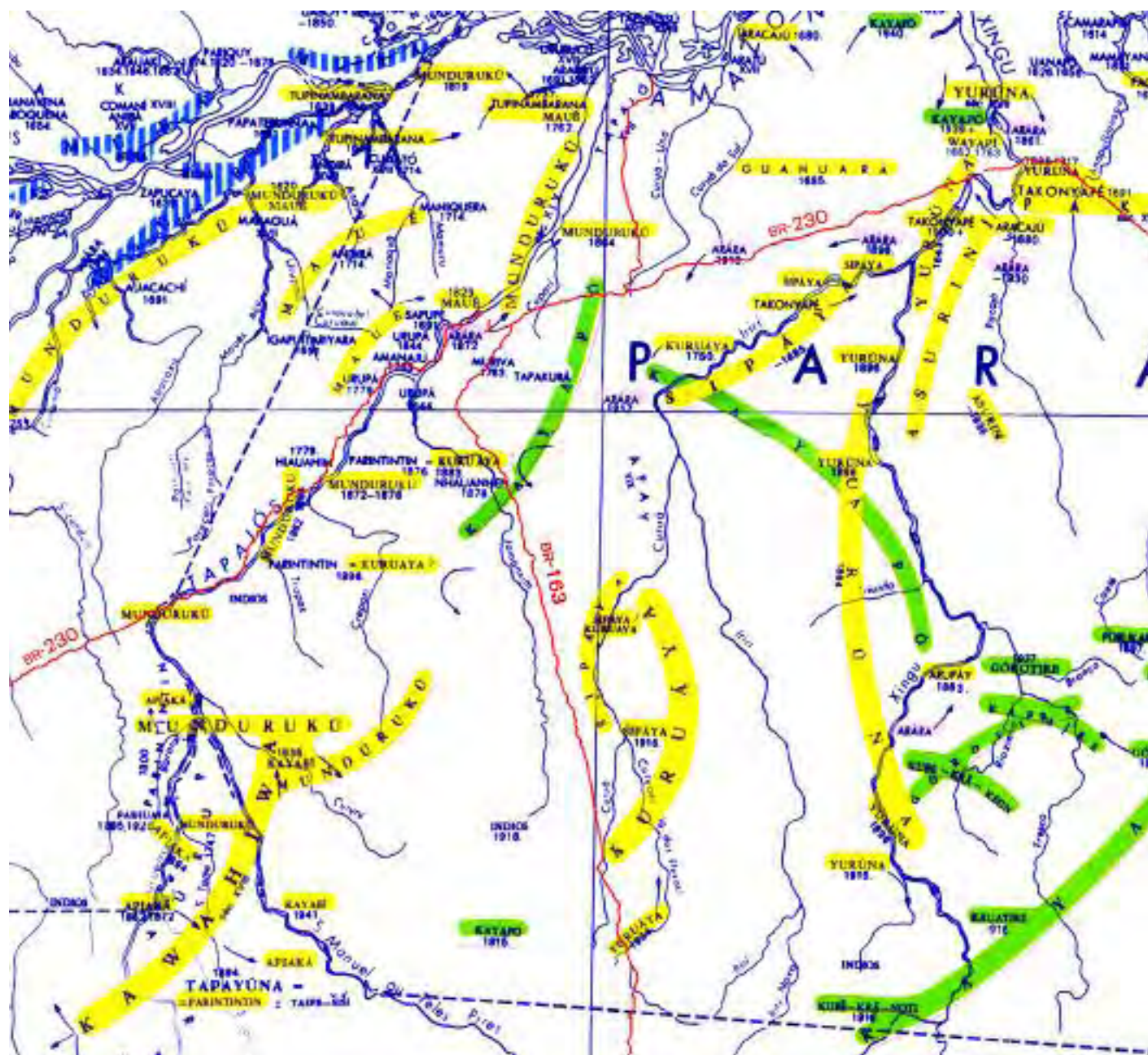


Figura 2. Territórios indígenas originais no Pará.

Fonte: IBGE. "Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes". Adaptado do mapa de Curt Nimuendaju de 1944. Rio de Janeiro, 2002. Org.: A. U. Oliveira

A região do centro-norte de Mato Grosso cortada pela BR-163, Cuiabá-Santarém, no final da década de 1960

No final dos anos 60, a microrregião homogênea do Brasil de número 332 formava a área centro-norte de Mato Grosso que foi cortada pela BR-163. Ela correspondia ao que o IBGE denominava “Norte de Mato Grosso”. Segundo o IBGE (1970, p. 522), a microrregião era a menos povoada do Estado, e a presença de não-índios se concentrava mais ao sul. Do ponto de vista econômico, o produto extraído de maior valor era a borracha, que, embora em quantidade diminuída, representava mais de 90% dentro do Estado, seguida pela castanha-do-pará e pelo tucum (amêndoa), e “nota-se também o aproveitamento dos fracos pastos naturais dos cerrados para a escassa criação extensiva de gado”. “A atividade agrícola restringe-se a culturas de subsistência em pequena escala, sobressaindo as de cana-de-açúcar, mandioca, arroz, milho e banana.”

Quanto à estrutura fundiária, é uma microrregião onde predominam as grandes propriedades, com área média acima de 1.000 ha. Em relação à infraestrutura viária, o IBGE registrou que “ela se caracteriza por uma ausência quase total de modernas vias de circulação. Nas suas partes sul e sudoeste se serve do trecho Cuiabá-Porto Velho da rodovia Brasília-Acre, cujo percurso se faz tangenciando-as”. Tratava-se, portanto, de uma região em que o acesso se dava exclusivamente pelos rios.

A região amazônica e os planos geopolíticos dos governos militares

A criação da Sudam constituiu o principal eixo da política do Estado para a região amazônica. Ela

nasceu da transformação da SPVEA e tinha como principais objetivos a adoção de uma política de incentivos fiscais e creditícios visando a atração de capitais nacionais e internacionais para a região; concentração dos investimentos em áreas selecionadas; e definição de espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado. A atuação da Sudam se fez via um fundo de investimentos (Fidam) e o Basa – Banco da Amazônia S/A. Foi por intermédio da Sudam que grandes grupos econômicos investiram em projetos agropecuários e agroindustriais na Amazônia.

O Programa de Integração Nacional – PIN – foi o principal programa a alimentar as políticas territoriais do Estado na Amazônia. Em 1970, o governo militar o implantou com três diretrizes importantes:

- abertura de duas rodovias na Amazônia:
 - Transamazônica (ligando o Nordeste e a Belém-Brasília à Amazônia ocidental -Roraima e Acre);
 - Cuiabá-Santarém, ligando Mato Grosso à Transamazônica e ao próprio porto de Santarém, no rio Amazonas;
- a implantação, em faixa de terra de 10 km de cada lado das novas rodovias, de um programa de “colonização e reforma agrária” e o início da primeira fase do plano de irrigação do Nordeste;
- transferência de 30% dos recursos financeiros dos incentivos fiscais oriundos de abatimento do imposto de renda para aplicação no programa.

Dessa forma, o PIN era instrumento para a implantação na Amazônia de um novo Plano Nacional

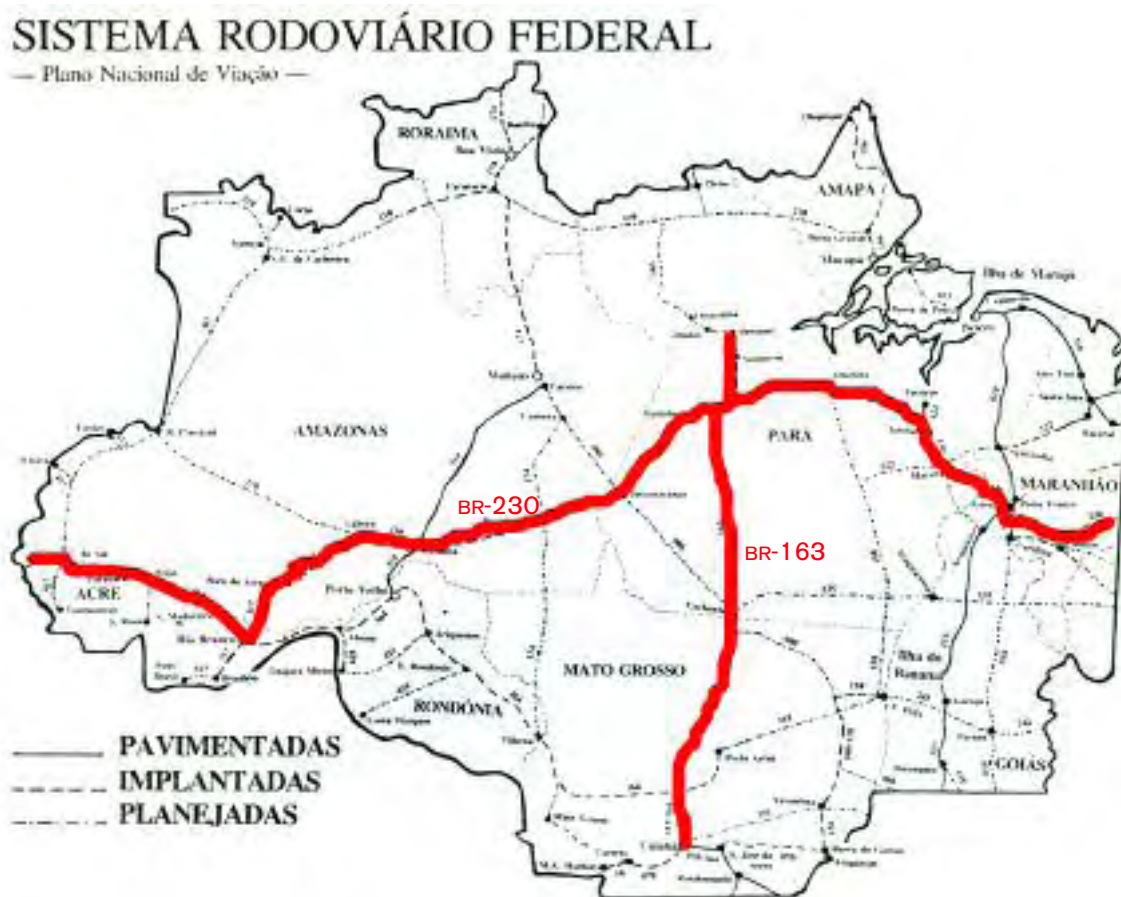


Figura 3. 1970 – Plano nacional de viação.
Fonte: "Amazônia", ano III, n. 33. p. 11.

de Viação, visando um grande sistema viário federal na região, como pode ser observado na figura 3.

A história foi contada em 1984 – catorze anos após o início da obra a cargo do 8º e do 9º BEC, Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, em 3 de setembro de 1970 –, por um dos comandantes da operação, o coronel José Meirelles, em entrevista ao jornalista Oscar Ramos Gaspar, do jornal *Correio Varzeagrandense*, de Mato Grosso (figura 4):

É fácil fazer uma estrada, mesmo na selva, como foi o caso da Cuiabá-Santarém. Isso não é nenhuma epopéia. Epopéia mesmo é fazer com que o poder público interiorize os seus mecanismos de assistência e promoção humana, de valorização do homem e da família. Isso é quase impossível [...].

O desabafo poderia até soar vazio, inócuo, não fosse feito pelo coronel José Meirelles, 62 anos, o grande construtor de toda a rodovia Cuiabá-Santarém [...]

Citando a *Nova Geopolítica Brasileira*, do General Golbery, com quem diz concordar – “neste aspecto”, apressa-se em lembrar, “o coronel Meirelles diz que com a Cuiabá-Santarém Mato Grosso perdeu o seu alto grau de continentalidade”, rompendo com um secular ciclo de estagnação que transformava a região norte do então uno Estado num quintal abandonado. Ao garantir uma saída para o mar – de uma distância de 3.000 quilômetros para o porto de Santos, para 700 desde o centro geográfico da região, Colíder, até o porto de Santarém –, a BR-163 não só teria motivado um repentino processo de ocupação, mas oferecido a maturidade para que o Norte suportasse a divisão (e a criação do Estado de Mato Grosso do Sul) sem sofrer traumas maiores.

No decorrer de 1971 [...] começariam os trabalhos topográficos da [...] BR-163. Em 1972, quando dezenas de topógrafos e auxiliares já escreviam, com suor e sangue – ao todo, a malária “engoliu” dez trabalhadores do 9º BEC –, o traçado da Cuiabá-Santarém (uma equipe saiu do rio Verde para o norte, em busca da serra do Cachimbo, e outra veio em direção ao sul, buscando Posto Gil), chegaria o “grosso” do equipamento rodoviário de que a unidade necessitava para implantar a [...] rodovia que à época era apenas um grande e inusitado desafio imaginado no coração da mata.

A presença indígena na região cortada pela BR-163 e outras rodovias abertas na Amazônia era tão evidente, que até o início da década de 1970, quando começava a construção da estrada, o Estado de Mato Grosso apresentava na sua porção norte – por onde a estrada passou – apenas os municípios de Nobres,



Figura 4. A história contada.

Fonte: Arquivo Cel. José Meirelles (*Correio Varzeagrandense*, ano 1, n. 49, 2 a 8 dez. 1984. p. 10-11).



Figura 5. O início das obras da BR-163 (1972).

Fonte: Arquivo Cel. José Meirelles (*Correio Varzeagrandense*, ano 1, n. 49, 2 a 8 dez. 1984. p. 10-11).

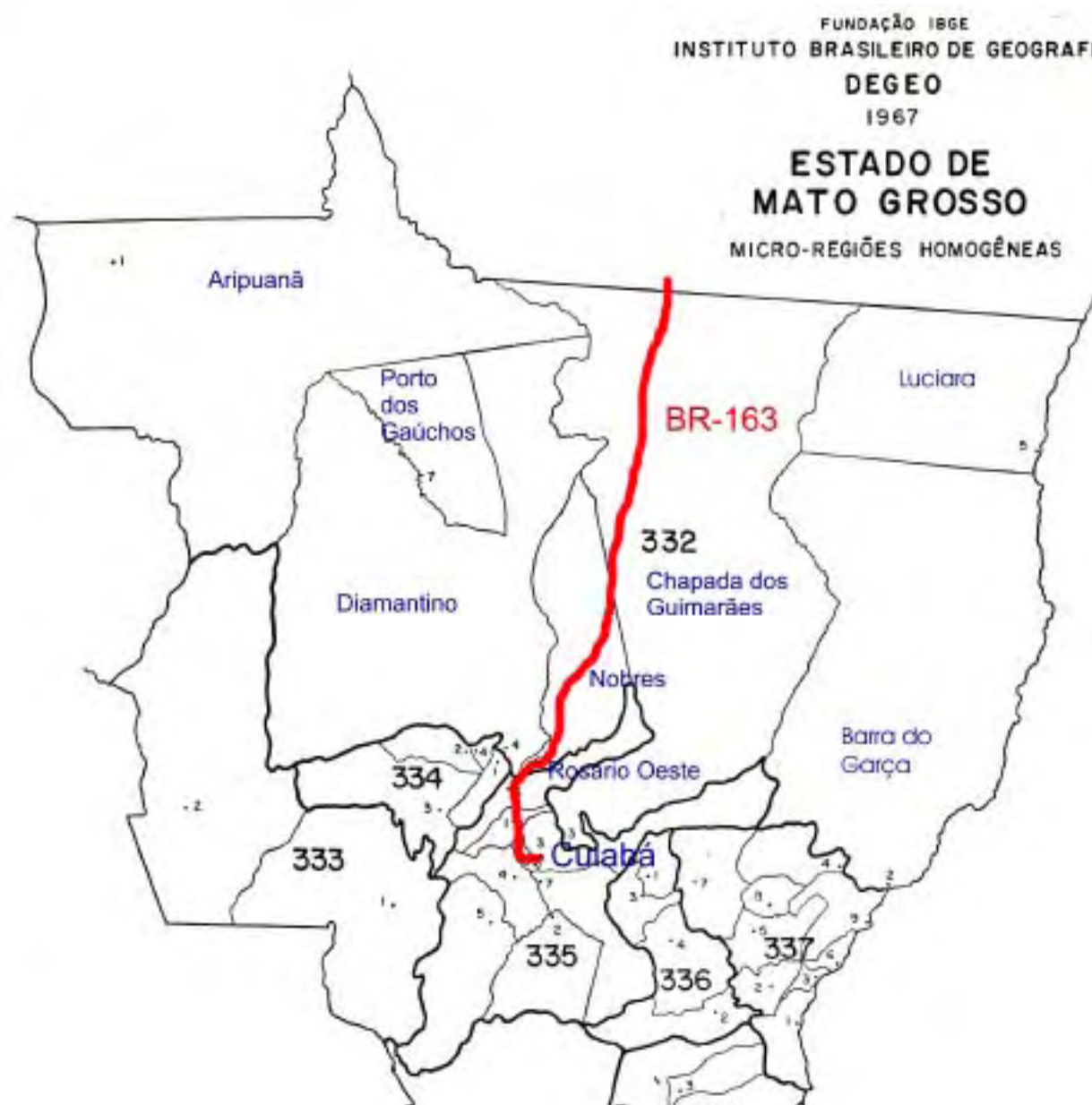


Figura 6. Divisão municipal do Estado do Mato Grosso – 1967.

Fonte: IBGE, 1970. Org.: A. U. Oliveira.

Diamantino e Chapada dos Guimarães. Este último, com seus limites ao norte até a divisa com o Estado do Pará (figura 6). E ao norte de Mato Grosso havia os municípios de Barra do Garça e Luciara; a leste, Aripuanã; e a oeste, Porto dos Gaúchos. Situação idêntica ocorria no Pará, onde a porção oeste era ocupada principalmente pelos municípios de Aveiro, Itaituba, Santarém, Prainha e Altamira. A ocupação restringia-se exclusivamente aos cursos dos rios Amazonas, Tapajós e Xingu (figura 7).

Quanto aos programas de pólos de desenvolvimento, o Estado de Mato Grosso foi área de atuação de quatro programas (Polamazônia, Polocentro, Polonoroeste e Prodeagro) e o Pará de um (Polamazônia). Entretanto, foi o Polamazônia um dos que mais recursos carregaram para a região, por haver criado vários pólos de desenvolvimento agropecuário. Durante o tempo em que a construção da Cuiabá-Santarém ficou praticamente interrompida no sul do Pará pelos militares que controlavam a base militar do Cachimbo, em Mato Grosso, foi criada uma rede de rodovias estaduais ligando a BR-163 às demais localidades no Estado.

Como consequência da implantação do PIN, a migração para a região mato-grossense da BR-163 foi crescente. E Mato Grosso ostentou posição privilegiada no processo de ocupação da Amazônia, pois foi contemplado com recursos de praticamente todos os programas governamentais. Calcula-se que mais de 90% dos projetos particulares de colonização estivessem no Estado. Seus compradores vieram principalmente do Centro-Sul do país.

No campo do Centro-Sul do Brasil estavam em marcha as transformações nas relações de produção, a modernização da agricultura, gerando a necessidade

histórica do novo processo migratório para os filhos de camponeses daquela região.

Os dados sobre migração interna mostram que 57% dos migrantes que foram para Mato Grosso na década de 1970 vinham do Centro-Sul do país, especialmente do Paraná. No total, mais de 456.000 pessoas migraram para Mato Grosso, fazendo a população do Estado crescer 86% entre 1970 e 1980.

A revista *Amazônia*, fundada pela Associação dos Empresários da Amazônia, com sede em São Paulo, na edição de novembro de 1976 registrou – na ótica dos empresários que lá investiam nos projetos agropecuários e agroindustriais incentivados pela Sudam – a inauguração da BR-163, rodovia Cuiabá-Santarém (figura 8). A visão dos empresários já revelava seus interesses logísticos:

A rodovia Cuiabá-Santarém – inaugurada no dia 20 de outubro de 1976, com a presença do presidente Geisel – está predestinada a exercer importante papel no desenvolvimento econômico e social de extensa área da Amazônia Legal. Com 1.777 km de extensão, de Cuiabá (MT) a Santarém (PA), atravessa regiões variadas de cerrados leves e densas florestas, de solo cultivável em vários trechos e rico em minérios ou apropriados a pastagens em outras áreas.

Trata-se de uma estrada de primeira classe, que no total chega até a fronteira com o Suriname, com metade de sua extensão em cada Estado, Pará e Mato Grosso. Aproximadamente 30.000 pessoas já estão instaladas ao longo de seu percurso, que inclui também a presença de grandes projetos agropecuários. Figurando no Plano Rodoviário Nacional como BR-163, a rodovia inclui dois trechos comuns com a BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) e com a BR-230 (Transamazôni-

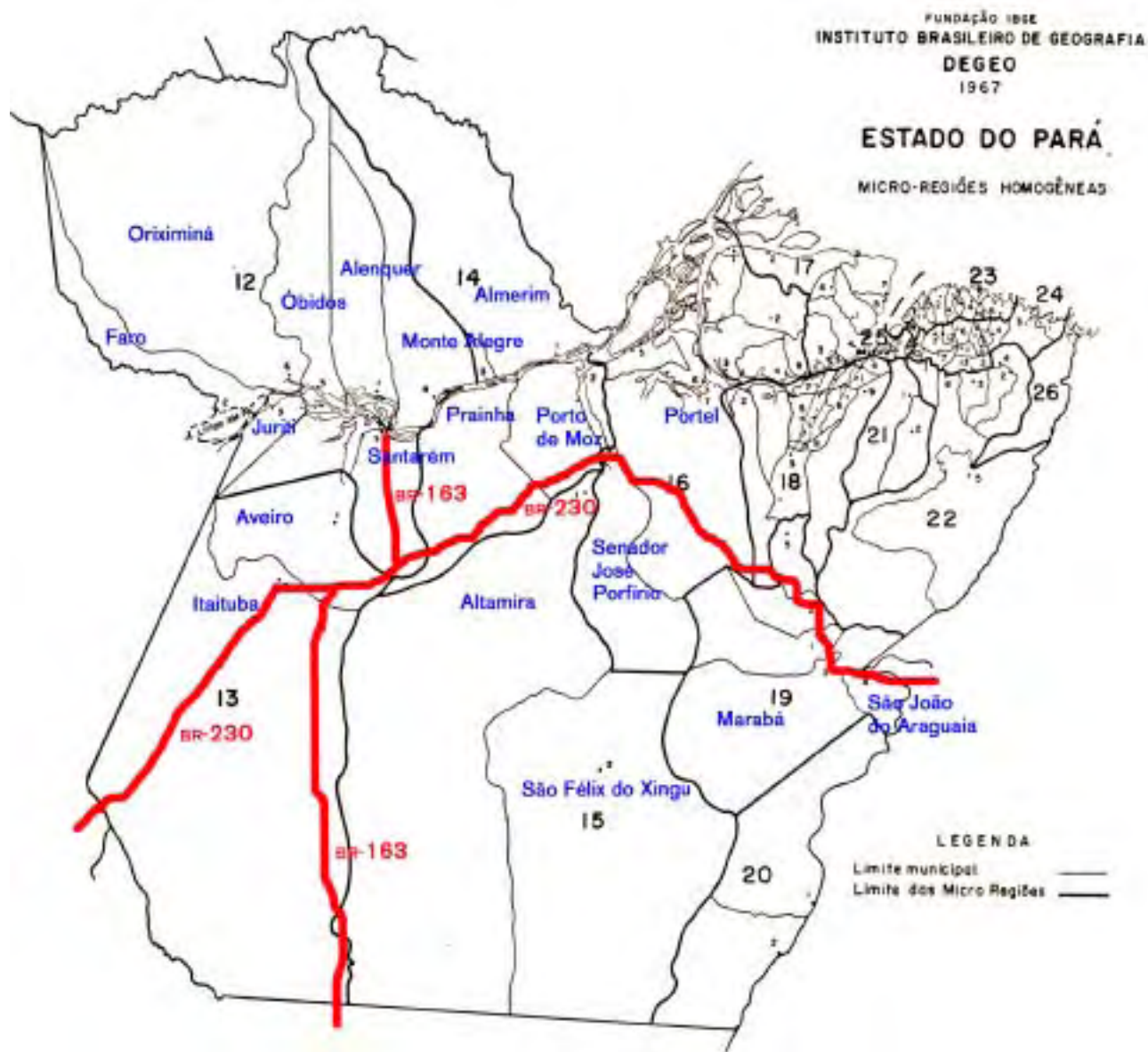


Figura 7. Divisão municipal do Estado do Pará – 1968.

Fonte: IBGE, 1970. Org.: A. U. Oliveira.

ca). Uma das principais finalidades da Cuiabá-Santarém é a abertura para a exportação de todo o Centro-Oeste, através do bem equipado e estratégico porto fluvial de Santarém, no Rio Amazonas.

Sua construção, iniciada em setembro de 1970 pelos 8º e 9º Batalhões de Engenharia e Construção do Exército, representou “uma epopéia de 2.239 dias na selva”, segundo registra a imprensa brasileira. Sua importância já era sentida desde 1884, oportunidade em que foi apresentado o primeiro projeto para a construção de uma ferrovia que escoasse a produção da região central para o Atlântico. Tão importante como meio de escoamento, será sua função de via de penetração dos produtos de que a região necessita, como adubo, sal, veículos, máquinas e outros equipamentos para um desenvolvimento mais acelerado do Centro-Oeste brasileiro. (AMAZÔNIA, 1976a)

Os membros do governo militar, caracterizando a rodovia como “instrumento de ocupação”, destacaram essa função:

Ao falar em nome do Governo Federal, na cerimônia em que o presidente Geisel inaugurou a rodovia, na localidade de Curuá (km 877), o ministro dos Transportes, Dirceu Nogueira, assinalou que “a estrada passa a se constituir em instrumento valioso de ocupação de novos territórios e de interligação das regiões Amazônica e Centro-Oeste, devendo desempenhar papel de suma relevância no povoamento de áreas extremamente favoráveis e no desenvolvimento de projetos profundamente significativos, tanto na agropecuária quanto na mineração. [...]

Graças às possibilidades que irão ser exploradas em



Figura 8. A inauguração da BR-163 – 1976.

Fonte: Amazônia, ano II, n. 21, nov. 1976. p. 17.

toda a extensa área de influência desta estrada, criaremos condições propícias para bem situar o Brasil como fonte de alimentos e de recursos minerais, justamente setores onde possivelmente deverão ocorrer futuras crises de abastecimento, em um mundo cada vez mais superpovoado e carecedor daqueles bens essenciais. Essa possibilidade poderá vir a converter o porto fluvial de Santarém em grande centro exportador, criando-se, por meio dessa estrada, todo um complexo corredor de transporte voltado para o mercado fora de nossas fronteiras. (AMAZÔNIA, 1976a)

Mas já em 1976 os empresários manifestavam sua preocupação com a “grilagem de terras”. Os acusados sempre foram os posseiros. É óbvio que os empresários nunca discutiam a procedência dos títulos de suas terras na região:

Instrumento útil no processo de ocupação social e econômica da Amazônia, a colonização ao longo da Cuiabá-Santarém, contudo, já começa a preocupar algumas autoridades governamentais e empresários da Amazônia. Com efeito, bem recentes são as conturbadas experiências de ocupação ao longo de outras estradas na região, com a inevitável presença de grileiros e profissionais da “indústria da posse”, o que tem gerado disputas e choques violentos, freqüentemente com vítimas fatais. (AMAZÔNIA, 1976a)

Na edição de junho daquele ano, a mesma revista informava:

Os empresários manifestaram ao presidente Ernesto Geisel sua disposição de colaborar com o Gover-

no, na elaboração e execução dos planos de colonização. Especialmente os empresários mostraram a necessidade de que seja mantida a fiscalização do Exército, na área, de sorte a serem evitadas invasões que certamente comprometerão os esforços no sentido de uma colonização ordenada e racional de sorte a permitir a presença de pequenas, médias e grandes propriedades. (AMAZÔNIA, 1976b)

A década de 1980 e os escândalos nos projetos agropecuários

O processo de ocupação do norte mato-grossense pelos projetos agropecuários incentivados e financiados pela Sudam se fez por meio da grilagem das terras indígenas, o que provocou verdadeiros etnocídios e genocídios das nações Tapayuna, Panará, Kayaibi, Xavante, Tapirapé, Carajá e outras. A maioria dos povos indígenas teve suas terras tomadas à força pelos especuladores, que lançavam mão de documentos falsos (certidões ou declarações atestando que não havia índios ou posseiros), e assim foram obtendo títulos de terras dos vários governos que ocuparam o poder em Mato Grosso. Qualquer pesquisa elementar naqueles documentos (ainda hoje) atesta a imensidão de títulos falsos presentes nos processos. O ponto alto na grilagem das terras indígenas está na figura do procurador. Este, munido de procurações, muitas vezes falsas, obtinha títulos de áreas contíguas, burlando a Constituição Federal, que impedia a venda, sem prévia autorização do Senado, de área superior a 10.000 ha (1946), 3.000 ha (1967) e 2.500 ha (1988), estabelecendo gigantescos latifúndios na região. Como pode ser observado na figura 9, as propriedades têm linhas divisórias retas e em forma de quadra-

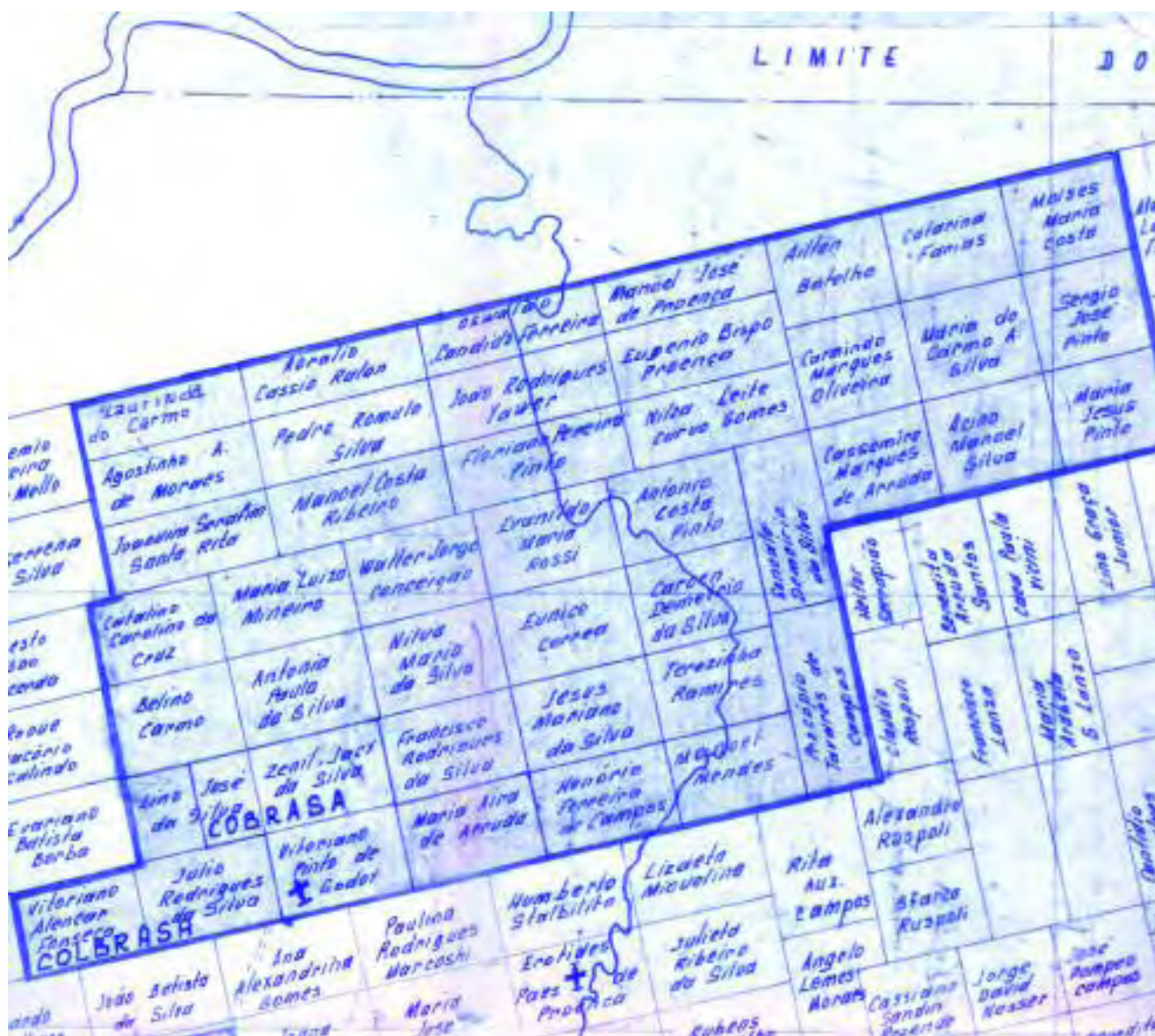


Figura 9. Área titulada (azul escuro) no norte de Mato Grosso cujos títulos pertencem a um mesmo procurador.

Fonte: ETERB. Mapa cadastral de Barra do Garça. Cuiabá-MT, s/d.



*Acampamento do MST ao longo da Chiada Sarará, no trecho mangroveense:
resposta dos camponeses sem terra à concentração da terra em decorrência da agricultura
PECU: Ana eia Tere*



Figura 10. Mapa fundiário do município de Chapada dos Guimarães, norte de Mato Grosso.

Fonte: ETERB. Mapa cadastral de Chapada dos Guimarães. Cuiabá-MT, s/d.

do ou retângulo, como se não existisse um rio com largura superior a 200 m.

A figura 10 mostra o mapa fundiário do município de Chapada dos Guimarães, também no norte de Mato Grosso, com a rede de títulos emitidos por processo ilegal, pois foram obtidos sem prévia demarcação em campo, onde povos indígenas ocupavam territórios.

Com a tomada de seus territórios, os povos indígenas foram sendo destruídos e gradativamente tiveram de ir em direção das terras indígenas e parques. Um exemplo da ação desses especuladores ocorreu com um grupo de fazendeiros do Alto Xingu, que entrou com processo judicial contra a União, visando indenização referente às terras do Parque Nacional do Xingu, que alegam ser suas. O processo traz laudo técnico falso assinado por dois peritos, procurando provar que não havia índios na área do atual Parque Nacional do Xingu quando ele foi criado:

Saque contra a União – Governo e fazendeiros de Mato Grosso pedem indenização de US\$ 102 bilhões por desapropriação de áreas indígenas.

Podem chegar a US\$ 102 bilhões – mais de um terço do PIB brasileiro – as 54 ações contra a União no Supremo Tribunal Federal, todas elas reivindicando indenização por desapropriações em áreas indígenas. Como há pelo menos mais dezesseis ações que ainda não chegaram ao STF, conclui-se que a soma seria suficiente para pagar toda a dívida externa do Brasil. A União já perdeu duas ações, no valor de 6 milhões, pois os autores, de posse de títulos de terra concedidos pelo Estado de Mato Grosso, conseguiram provar que nunca existiram índios por lá – nem mesmo no

Parque do Xingu. Com essa jurisprudência, todas as demais ações teriam o mesmo destino, não fosse a Procuradoria Geral da República. Ela iniciou o combate a uma indústria de desapropriação indireta, provando a óbvia falsidade dos laudos periciais, que instruem os processos.

O argumento utilizado em todas as ações é similar. Alega-se que a União se apossou indevidamente de terras devolutas do Estado ao demarcar as reservas indígenas e, portanto, deve uma indenização ao próprio Estado ou a quem dele tenha adquirido tais terras. Como as Constituições, desde 1934, dizem que as terras devolutas onde haja índios são propriedade da União, elas só poderiam ser do Estado (e, portanto, vendidas a particulares) se provada a inexistência de posse imemorial indígena sobre as áreas em questão. Essa prova é dada por um laudo pericial pedido pela Justiça para peritos por ela indicados, e determina a condenação da União a pagar ou não a indenização pedida.

Na primeira ação julgada, impetrada por Oswaldo Daunt, envolvendo 9.758 ha em pleno Parque do Xingu, o laudo pericial declara que não há vestígios de índios na gleba. Citando o etnógrafo alemão Von Den Steinen (que visitou a área no século 19), chega a dizer que, na verdade, todos os índios da região estavam entre os paralelos 13 e 14. Fora, portanto, do parque, criado em 1961. Segundo o perito Air Praeiro, os índios do Xingu teriam sido todos transferidos para dentro do parque após sua criação. Isso significa que a União não era dona das terras, pois não havia índios. Logo, o Estado podia vendê-las, e a União deve uma indenização. O mesmo argumento está em todas as outras ações relativas ao Xingu e às

demais áreas indígenas. O azar dos autores da ação foi que o procurador da República, encarregado do caso, sabe alemão. E foi diretamente à fonte – o livro *Durch Central Brasilien* –, de Von Den Steinen. Descobriu que as informações do etnógrafo foram adulteradas. Na verdade, Steinen localiza índios desde 13°57'2" latitude sul (o que ainda ampliaria o limite do Xingu). Além disso, o procurador tem uma prova adicional: um mapa do Departamento da Aeronáutica Civil (DAC), de 1954, localiza índios entre os paralelos 14 e 9. O procurador, portanto, desmente o laudo pericial e suspeita das intenções dos que negaram a existência dos índios. As irregularidades dos laudos, entretanto, ultrapassam a falsidade de informações.

Há outras irregularidades. Ao estudar as ações, o procurador descobriu, por exemplo, que na de nº 265, também no Xingu, o lote sobre o qual se pleiteava indenização fora vendido pelo Estado em 1964. Ou seja, depois da criação do parque. Além disso, a Procuradoria teve acesso a mapas oficiais do próprio Estado de Mato Grosso. Eles indicam que o Estado não só vendeu as terras do Parque do Xingu após sua criação, como o fez várias vezes. Os mapas indicam que há vários títulos para um mesmo pedaço de terra. No Xingu há casos em que o Estado chegou a vender um terceiro andar do parque. Aliás, trabalho do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira informa que, em 1954, logo após o início do movimento para a criação do parque, justamente porque havia índios lá, já três quartos da área pretendida pelo Xingu estavam vendidos ou em processo de venda – pela primeira vez. A superposição de títulos significa que os autores das ações contra a União nem sequer podem afirmar-se

como legítimos proprietários das terras em questão. (SENHOR, 1987, p. 42-44)

Tem sido esse o processo de grilagem das terras indígenas na Amazônia como um todo. A região cortada pela Cuiabá-Santarém tem em sua raiz um processo fraudulento de titulação das terras julgadas devolutas pelos Estados de acordo com o que lhes outorgou o artigo 64 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. Porém, a partir da Constituição de 1934, o artigo 129 garantia aos indígenas o direito sobre suas terras, e aos posseiros até 10 ha (art. 125), bem como limitou em 10.000 ha a área máxima para as terras devolutas alienadas (art. 130). A Constituição de 1937 manteve os mesmos direitos; a de 1946 alterou apenas a área máxima para posse de 25 ha; a de 1967 de novo alterou essa área, para 100 ha, e reduziu a das terras devolutas alienadas para 3.000 ha; e a Constituição de 1988 reduziu a área máxima das posses para 50 ha e a das terras devolutas para 2.500 ha.

Cabe esclarecer que a Constituição de 1988 incluiu nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias o artigo 51, que expressa:

Artigo 51 – Serão revistos pelo Congresso Nacional, através de comissão mista, nos três anos a contar da data da promulgação da Constituição, todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a 3.000 hectares, realizadas no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987.

§ 1º No tocante às vendas, a revisão será feita com base exclusivamente no critério de legalidade da operação.

§ 2º No caso de concessões e doações, a revisão obedecerá aos critérios de legalidade e de conveniência do interesse público.

§ 3º Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, comprovada a ilegalidade, ou havendo interesse público, as terras reverterão ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Portanto, existe o instrumento legal para que sejam reparados os atos ilegais cometidos na concessão, doação e venda de terras públicas. Ressalte-se que os crimes cometidos contra o patrimônio da União são imprescritíveis. Como desde a Constituição de 1934 as terras indígenas são parte do patrimônio da União, títulos que rezem o contrário são passíveis de nulidade. Cabem, também, processos contra os atos ilegais de emissão desses títulos pelos órgãos competentes. Dessa forma, a maior parte da titulação das terras na Amazônia brasileira não resiste a uma investigação jurídica profunda. Aliás, mesmo as posses após o decreto-lei 9.760, de 5/9/1946, não podem ser regularizadas sobre as terras públicas, pois o artigo 200 as tornou não sujeitas ao usucapião.

Os projetos agropecuários

Um grande número de empresas agropecuárias implantou projetos na Amazônia. Foram mais de 580 projetos, a maioria concentrada na região do Araguaia mato-grossense e paraense e no atual Estado de Tocantins. Aliás, Mato Grosso e Pará foram os Estados que receberam o maior número de projetos agropecuários incentivados pela Sudam – mais de 400, 72% do total. Depois aparece a porção leste do Pará (área de Paragominas) e, com menor incidência, o Amazonas,

na área próxima a Manaus, em direção a Roraima e ao Pará. A distribuição espacial dos projetos demonstra que a região do Araguaia mato-grossense corresponde a uma das áreas de sua maior concentração.

Distribuição dos projetos aprovados pela Sudam

ESTADO	NÚMERO	%
Pará	212	37%
Mato Grosso	207	35%
Goiás	52	9%
Amapá	29	5%
Maranhão	24	4%
Amazonas	22	4%
Acre	18	3%
Rondônia	11	2%
Roraima	6	1%
TOTAL	581	100%

Fonte: SUDAM. Org.: A. U. Oliveira

Foram 947 projetos, distribuídos entre os vários setores da economia da seguinte forma: 581 agropecuários, 40 agroindustriais, 274 industriais e 274 no setor de serviços. Desse total, a Sudam registrava, no final da década de 1980, 166 implantados (25%), sendo 94 agropecuários e agroindustriais e 72 industriais e de serviços, cerca de 71% estavam em implantação e 4% haviam sido cancelados.

Esses incentivos fiscais significaram um total de 62.061.540 OTN (Obrigações do Tesouro Nacional), mais ou menos 15 bilhões de cruzados em maio de 1987. Os 4% dos projetos cancelados significaram um prejuízo ao Tesouro Nacional de mais de 1 bilhão de cruzados, ou 4.552.053 OTNs. Isto tudo em moeda da época em que o incentivo foi concedido. O valor hoje seria aproximadamente 28 bilhões de reais.

A questão dos incentivos, que provocou grande escândalo, tem origem na legislação, que até 1984 dizia que todos os projetos que não cumprissem as normas poderiam ser cancelados. Se isso ocorresse, os responsáveis deveriam devolver o dinheiro ao Tesouro Nacional pelos valores históricos, ou seja, a mesma quantia recebida.

Foi por essa razão que a maioria dos grandes grupos econômicos, nacionais ou estrangeiros, criou suas agropecuárias, pois assim podiam descarregar/desviar dinheiro do imposto de renda.

Entre os projetos que nunca foram implantados está o da Agropecuária Suiá-Missu, em São Félix do Araguaia, MT. Aprovado pela Sudam em 1966, foi vendido a um grupo multinacional italiano em 1972. Ele previa a construção de duas cidades: Liqüilândia e Suiá. Em Suiá seriam construídos um grande frigorífico e um aeroporto internacional, por onde escoaria a produção de carne para a Itália. Nada foi feito. No lugar de Liqüilândia havia apenas um curral e no lugar de Suiá só a sede da fazenda (AMAZÔNIA, 1975, p. 8).

A área ocupada pelos projetos agropecuários e agroindustriais na Amazônia Legal abrangeu mais de 9 milhões de ha, sendo que a média da área deles era de 7.000 ha no Amazonas, 14.100 ha em Tocantins, 16.300 ha no Pará e 31.400 ha em Mato Grosso.

O objetivo principal era aumentar o rebanho bovino em 6,2 milhões de cabeças, criando para isso 36.600 empregos. A relação de bovino por área ocupada é em média de 1,5 por ha, enquanto a média de trabalhador por área ocupada é de uma pessoa para cada 250 ha.

A implantação dos projetos agropecuários obedeceu a uma lógica ditada pelos mecanismos de aces-

so à terra. Em primeiro lugar, ela estava ocupada pelos índios ou pelos posseiros e, quando os latifundiários chegavam para formar as fazendas, encontravam essa realidade. Isso ocorria porque o processo de obtenção da terra se estribava na grilagem “legalizada”. Aquele que se dizia proprietário recebia o título sem nunca ter pisado nas terras. O encontro de posseiros ou índios nessas terras comprovava a burla contínua da lei, e então se usava a violência. Inicialmente com o intuito de assustar, depois como necessidade “imperiosa” da sobredeterminação da propriedade privada da terra.

A partir da década de 1960, a Amazônia Legal conheceu a expansão da pecuária. A frente de expansão que caracterizava a maior parte de seu território, composta basicamente de posseiros vindos de Goiás e do Nordeste, passou a compartilhar o espaço com novos personagens sociais. Não se tratava de latifundiários tradicionais, a nova frente era formada por empresários do Centro-Sul, fortes grupos econômicos nacionais ou multinacionais. Essa ocupação representou uma expansão acelerada do capitalismo na região, por meio de vultosos projetos agropecuários. Linhas de crédito foram fornecidas pelo governo e chegavam a cobrir até 70% do capital das empresas, pela política de incentivos fiscais da Sudam, além da isenção de impostos e outras vantagens. Como contrapartida, as empresas teriam deveres e obrigações, como: ampliação e criação de novos empregos na região; formação de pastagens e criação de determinado número de cabeças de gado, em prazo preestabelecido, no geral dez anos; e a construção de obras de infra-estrutura para possibilitar o desenvolvimento regional.

Entretanto, a maior parte dessas co-responsabilidades ficou no papel. O que ocorreu, salvo raras exceções, foi apenas a ocupação, por meio da grilagem legalizada, das terras indígenas e dos posseiros.

As relações e as condições do trabalho

Na implantação dos projetos agropecuários, os trabalhos foram realizados em grande parte pelos peões vindos de Goiás e do Nordeste. Vinham trabalhar com a promessa de receber salários e vantagens. Mas em geral não conseguiam ver o dinheiro. Tratava-se da peonagem, em que o trabalhador é contratado por um salário mas nunca chega a recebê-lo, pois desde a saída de seu local de origem contrai uma dívida com o empreiteiro de mão-de-obra, o “gato”, que o contrata. Como, na maioria das vezes não consegue saldar a dívida, fica “preso” ao empreiteiro.

Em geral, inicia-se uma agropecuária com um grupo reduzido de peões que ajudam o topógrafo ou um agrimensor no levantamento das divisas. O trabalho deles consiste em fazer as picadas – limpeza de uma trilha feita na mata seguindo o balizamento das divisas ou demarcações de lotes para a demarcação da fazenda. Depois vão fazer outras aberturas na mata para a construção do campo de pouso e algumas casas da fazenda. Essa etapa é denominada “abrir serviço”. Em seguida, passam a fazer as picadinhas para dividir a fazenda em lotes e fica tudo preparado para a contratação das derrubadas.

No caso, a derrubada é a limpeza de uma área de mata para plantar capim, trabalho feito em duas etapas: corta-se com a foice o mato mais fino; depois as árvores são derrubadas com motosserra ou outros instrumentos, como o correntão (correntes de algumas

toneladas puxadas por dois tratores que trabalham em paralelo), ou por tratores de esteira etc. Concluída a derrubada, espera-se o mato secar por no mínimo um mês, para a queimada. Depois da queimada, semeia-se capim que formará o pasto. As derrubadas no cerrado são feitas com tratores especiais.

Em geral, as derrubadas são realizadas de janeiro a junho, e em agosto é feita a queimada. Em seguida, semeia-se o capim, sobre as cinzas, que receberão as primeiras chuvas “de inverno”. Em geral usa-se o avião para semear.

A proteção dos pastos com cercas só é feita depois que eles estiverem formados. Na construção das cercas há três tipos de trabalho: abrir picadas, tirar lascas para a cerca e fazer a cerca propriamente dita. Depois de pronta, são feitos os aceiros – a limpeza de uma faixa de 1 a 2 m de largura em cada lado da cerca para evitar alastramento do fogo durante as queimadas de pasto. O pagamento pelo trabalho de confecção das cercas é realizado de formas distintas, já que a tiragem de lascas é por quantidade e a cerca por quilômetros levantados.

Com o passar do tempo, cresce no pasto a juquira, vegetação natural nascida no meio do capim que o gado rejeita. Quando a juquira fica densa, tem de ser feita a limpeza com foice, depois queimar novamente o pasto para o capim renascer. Diz-se que com duas ou três juquiras o pasto fica finalmente formado, precisando apenas dessa limpeza de tempos em tempos. O pagamento pelo trabalho da juquira é por hectare. É comum as agropecuárias cultivarem milho e arroz para consumo próprio, e para isso também empregam os peões no plantio, colheita e ensacamento.

As agropecuárias mantêm duas formas de remuneração dos trabalhadores: por período de tempo (em geral, mensal) de realização de um trabalho, são os mensalistas; e os que recebem por produção, no regime de empreitada.

Os mensalistas são contratados com carteira assinada e em tese são amparados pela legislação. Entre estes estão o gerente ou administrador-geral, o contador, o auxiliar de escritório, o capataz (que é responsável pelo manejo do gado), os vaqueiros, os tratoristas e seus auxiliares, os operadores de motosserra, o fiscal geral (que fiscaliza e recebe os serviços empreitados pelos “gatos”). Para controlar a peonagem, as fazendas costumam manter jagunços, que formam o aparelho repressor. Em geral são profissionais da violência a serviço dos intermediários para garantir a superexploração dos peões. Muitas vezes aparecem nas fazendas de forma escamoteada, assumindo o papel de “fiscal”.

Os trabalhadores contratados por empreitada ficam sujeitos a outro conjunto de leis. Porém, nos confins da Amazônia Legal, como em outras regiões do Brasil, pouco ou quase nada da legislação é posto em prática. E os peões acabam sofrendo as consequências da desobrigação trabalhista que as fazendas têm com os “gatos” (CEDI, 1983, p. 19-20).

Os projetos agropecuários e o desmatamento

Assim, o governo federal, através da Sudam, passou a intensificar o financiamento das “empresas rurais”, que aplicariam técnicas mais avançadas, iam gerar empregos e forneceriam divisas ao país. A conjuntura internacional era propícia para tal política, pois a car-

ne estava muito valorizada no mercado mundial, particularmente a carne magra, de gado zebu. (VALVERDE, 1980, p. 38)

A estratégia era tornar o Brasil, em curto tempo, um grande exportador de carne. Então, uma faixa periférica no sudeste da hileia amazônica, estendendo-se de Mato Grosso até a divisa entre o Maranhão e o Pará, foi a região escolhida para receber maior quantidade de incentivos fiscais, destinados à implantação de tais projetos.

De acordo com as normas aprovadas pela Sudam, as pessoas físicas ou jurídicas beneficiadas com esses incentivos fiscais se comprometiam, no contrato, a proporcionar aos trabalhadores e suas famílias assistência médica (em ambulatório ou médico visitante) e escola primária, além de instalar benfeitorias, como: casas de alvenaria, cercas, luz elétrica...

Os financiamentos eram pagos em quotas: a primeira, para a derrubada e queimada; a segunda, para a formação das pastagens, construção de cercas e demais benfeitorias; e a terceira, para formar o plantel. É óbvio que o recebimento de cada quota dependeria da satisfação das exigências relativas à quota anterior. E à Sudam, por meio de seus técnicos, cabia fiscalizar o fiel cumprimento das normas. (VALVERDE, 1980, p. 38)

As autoridades municipais, estaduais e federais têm agido como cúmplices dos grileiros quando estes alegam direitos sobre extensas glebas, falsificando documentos, como a declaração de ausência de índios e posseiros. Entre esses grileiros estão os procuradores

de empresas nacionais e multinacionais. Na região do Araguaia, particularmente, quando eles chegam para ocupar as terras, ocorrem conflitos com os posseiros e os índios.

Com a expansão espacial dos projetos agropecuários, contraditoriamente, aumentou a área devastada pelos próprios posseiros. Valverde lembra que existe uma relação dialética entre grileiros e posseiros, já que estes constituem, até agora, uma força social quase única em oposição oposta ao alastramento tranqüilo das vastas pastagens, embora quase sempre derrotada.

O conjunto das técnicas de desmatamento tem evoluído. Por exemplo, na década de 1960,

no projeto chamado Novo Paraná, no vale do rio Arinos, próximo de Porto dos Gaúchos, MT, cerca de 1.000 homens trazidos do ABC São Paulo derrubaram a mata, durante três meses e meio, usando apenas machado e foice. Para depois, num só incêndio, os restos da floresta serem consumidos e, após uma colheita de mandioca, plantar-se capim-colonião. Atualmente, os fazendeiros preferem empregar motoserra em suas derrubadas, especialmente porque aproveitam as madeiras de lei. O correntão é outra técnica mais intensiva de devastação. Como já apontamos, resume-se em uma corrente de 100 m de comprimento, pesando 11 t, presa em cada extremidade a um trator pesado. É empregado principalmente em terras de cerradão, matas de troncos finos ou matas secundárias e capoeirões previamente desbravados por posseiros. O dano ecológico provocado por essa técnica é mais destruidor. Na região do Araguaia, somente em 1979, a Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu S.A. fez derrubar a correntão, por emprei-

As autoridades municipais, estaduais e federais têm agido como cúmplices dos grileiros quando estes alegam direitos sobre extensas glebas, falsificando documentos, como a declaração de ausência de índios e posseiros.

tada, 20.000 ha de mata do nordeste de Mato Grosso. (VALVERDE, 1980, p. 40-41)

Dessa maneira, à medida que o tempo vai passando, o processo de devastação tem se acelerado, pois, a machado e foice, seis lenhadores levam de seis a oito dias para derrubar 1 ha da mata de terra firme (conforme o porte da mesma), mas, com motosserra, um homem derruba 1 ha em dois dias. Com o correntão, uma equipe de cinco homens pode derrubar de 40 a 50 ha de mata em um só dia. E, usando desfolhante químico, um piloto de avião (do tipo Ipanema) pode destruir cerca de 100 ha de floresta em meio dia de trabalho (VALVERDE, 1980, p. 41) .

Mato Grosso não ficou fora desse processo destruidor, pois representava em 1990 o terceiro Estado da região em desmatamento, com mais de 8,4 milhões de ha devastados. Em 1975 apresentava menos de 1 milhão de ha de cobertura vegetal alterada (922.000 ha), chegando em 1978 a 2,6 milhões de ha, e em 1988 a 6,7 milhões de ha. Assim, mais de 10% da superfície de Mato Grosso foi derrubada nos quinze primeiros anos de implantação dos projetos agropecuários.

Sobre os resultados é importante reafirmar as características principais desses projetos: baixa rentabilidade econômica e baixos níveis de emprego. Em 1979, o maior projeto agropecuário de Mato Grosso, em São Félix do Araguaia, tinha um rebanho de 100.000 bovinos em 200.000 ha de capim-colônia, o que equivalia a 0,5 reses/ha (VALVERDE, 1980, p. 45). Já em 1992, esse rebanho estava reduzido a 32.000 bois, e em 1993 a empresa abandonou as atividades, loteando e leiloando as terras da fazenda. No ano anterior, 1992, assinou protocolo com a Funai, devolvendo parte das

terras ainda com mata aos índios Xavante. Motivo alegado para sair da atividade agropecuária: o fim da política de incentivos fiscais.

De qualquer maneira, o desmatamento desenfreado decorreu da forma de utilização da terra na região, assentada no incentivo à pecuária extensiva. A consequência foi o aprofundamento da concentração fundiária, repetindo na fronteira o caráter concentrador da estrutura fundiária do país.

Assim, as empresas agropecuárias e seus latifúndios formam a territorialidade oposta às posses dos posseiros, que lutam desesperadamente para encontrar um pedaço de chão na imensidão grilada das terras da Amazônia brasileira.

A concentração dos projetos de colonização na BR-163 em Mato Grosso

A colonização em Mato Grosso deriva de vários fatores: do processo de transformação na agricultura brasileira e da lógica da mercadoria terra como instrumento gerador de riqueza; da necessidade de força de trabalho para possibilitar os projetos capitalistas de desenvolvimento; da vontade histórica dos latifundiários, mais preocupados em criar um mercado de terras; das contradições estruturais da agricultura camponesa no Sul do Brasil, que, sem condição de viabilizar a reprodução da família, sonha com o horizonte distante da terra farta; e, por fim, deriva das políticas públicas que o Estado brasileiro executou nos últimos quarenta anos. O processo de colonização resulta, portanto, da combinação contraditória dessas causas estruturais. Não se trata de privilegiar um ou outro, muito menos encontrar o determinante em última instância. O caminho deve ser o que permite o jogo flexível das causas.

Não resta dúvida de que há uma lógica de desenvolvimento capitalista que impõe simultaneamente o mundial, nacional, regional e local. Assim, evidentemente, é essa lógica geral que desenvolve em Mato Grosso, por exemplo, a cultura da soja ou o garimpo. Mas é fundamental o entendimento tanto da ação desencadeada pelas elites políticas cuiabanas quanto do fascínio que a utopia camponesa exerce sobre o colono, tornando-o estradeiro, retirante.

Entretanto, há uma dimensão territorial nesses processos sociais, políticos, econômicos etc. que abre a possibilidade de compreender as relações entre cidade e campo nas diferentes temporalidades que a realidade impõe. Por isso é necessário detectar o caráter monopolista do processo de colonização no norte de Mato Grosso e a transformação da cidade antes mesmo que a ocupação do campo se consolide: não se trata da produção do campo pela cidade ou da cidade pelo campo, mas da possibilidade de realização rentista da renda capitalista da terra. Realização essa que abre para os proprietários de terra a possibilidade de se tornarem capitalistas. Numa palavra, a colonização é *locus* da produção do capital.

A característica monopolista desse processo gera um conjunto de inter-relações que garante a construção e a expansão do território capitalista contraditoriamente. Lado a lado estão os camponeses e os latifundiários. A necessidade de um viabiliza o desejo do outro. O campo ordena-se territorialmente esboçando tais contradições. O fato de grandes empresas industriais e financeiras terem investido no Estado não permite por si só interpretar que o caráter industrial da produção da mercadoria dominou e aprisionou a agricultura e com ela o campo. Longe disso. Certamente

não há cálculo econômico que consiga saldo positivo nos investimentos realizados em projetos agropecuários. Entretanto, a mata continua vindo abaixo para plantar capim. Os colonos também atenderam aos apelos publicitários e marcharam para o norte de Mato Grosso. A questão fundamental é que a riqueza produzida foi na direção da concentração, enquanto a fração da maioria dos trabalhadores diminuiu.

Não se trata de abordar em detalhe cada projeto de colonização, mas capturar seus elementos fundamentais e suas articulações territoriais na direção da formação de redes urbanas e de regiões diferenciadas.

Antes de mais nada, é preciso esclarecer que Mato Grosso concentrou a maioria das empresas privadas de colonização do país. O Incra autorizou 36 delas a operar no Estado. Essas empresas, via grilagem ou via aquisição, obtiveram terras a preços simbólicos. Os projetos de colonização são a marca histórica da década de 1980 em Mato Grosso e de certa forma sucedem os projetos agropecuários da década anterior. Essas empresas implantaram mais de meia centena de projetos em diferentes porções do Estado.

Apesar de todos os problemas sociais, financeiros e legais vivenciados pelos novos personagens das regiões pioneiras da Amazônia, entre os projetos de colonização de algum sucesso em Mato Grosso estão os realizados pela iniciativa privada. Praticamente todas as terras ao norte do Estado foram entregues aos grupos privados que desenvolveram seus projetos particulares de colonização. E o Estado procurava, simultaneamente, se isentar da responsabilidade de promoção da colonização assentando e sustentando por um período os colonos. Por outro lado, permitia aos proprietários de terra a realização da renda fundiária e a sua

conversão em capital. Talvez a região seja uma das mais exemplares áreas de produção do capital via metamorfose da renda da terra no Brasil.

Principalmente no norte de Mato Grosso, dia a dia foram crescendo várias de suas principais cidades, como Sinop e Alta Floresta, ambas fruto de investimentos empresariais. Reprodução ampliada monopolista da produção da terra mercadoria. Versão moderna da colonização igualmente capitalista do Paraná e de Mato Grosso do Sul. As duas cidades têm servido de base para todos os empreendimentos do gênero em quase toda a região norte, em decorrência da franca ascensão do comércio e da facilidade na obtenção de recursos por meio dos organismos de crédito oficiais (Banco do Brasil e Banco da Amazônia) e privados. Em função da posição e da lógica geopolítica, as duas cidades se transformaram em capitais regionais. São, certamente, exemplos capitalistas da expansão da fronteira agrícola brasileira.

As características da ocupação da região pelas frentes de expansão e pioneiras passam pela capacidade de improvisação e, às vezes, “burlas” de seus empreendedores.

Na mata, dizem eles, pouco interessam as exigências burocráticas, valem muito mais a inventividade dos “empresários” e a força de que dispõem para sustentar os projetos.

Traduzindo: não houve, não há e dificilmente haverá em Mato Grosso qualquer projeto de colonização que não tenha esbarrado em delicadas questões de regularização de terra. Em quase todos os casos, nas grandes, médias ou pequenas cidades formadas pela ação de empresários (ou “empresários”) do setor, os colo-

nos sofreram consideráveis momentos de pavor ao descobrirem que seus investimentos em busca de uma vida melhor estavam assentados apenas em promessas, geralmente sem fundamento legal. Dentro desse contexto, surgiram verdadeiras “painéis de pressão” em plena selva ou cerrado amazônicos, aplacadas pela ação emergencial dos organismos federais de controle fundiário, que, por sua vez, ao resolverem um problema, criavam outros.

A tecnocracia de Brasília foi definitivamente alijada desse processo de ocupação, sendo substituída pelos poderes da influência política. Quem tinha ou tem poder acaba vendo seu projeto se desenvolver – apesar das barreiras da ilegalidade. Quem não o teve ou não tem simplesmente perde espaço. (MATO GROSSO S/A, p. 13)

É praticamente impossível dissociar Mato Grosso do entendimento do processo de colonização pelo qual esse Estado passou a partir de meados do século 20 em diante. Toda a sua vida tem girado em torno da ocupação, pelos colonos, de boa parte das terras. Assim, todos os benefícios, tais como o aumento da produção, e os problemas decorrentes da defasagem da infra-estrutura e do crescimento demográfico, têm a mesma origem.

Em pouco mais de vinte anos nasceram mais de cinquenta novas cidades na Amazônia mato-grossense. De certo modo, como decorrência do avançado estágio da diferenciação social verificada na região Centro-Sul do país – onde tem ocorrido a expulsão de muita gente no processo de concentração de terras –, o latifúndio se fortalece ocupando as terras dos camponeses.

A esse processo estrutural da agricultura capitalista juntaram-se as políticas territoriais do Estado. Os vários programas de apoio ao desenvolvimento agrícola foram implantados pelo governo federal por meio da Sudeco e da Sudam (Mato Grosso faz parte das duas), com recursos altamente subsidiados à disposição dos produtores. Programas ou projetos governamentais como Polocentro, Proterra, Pronazem, Procal, Probor, Prodecet, Polonoroeste e Prodeagro, de uma forma ou de outra, garantiram aos colonos interessados em ocupar Mato Grosso recursos e dispositivos técnicos inexistentes em outras regiões. Um exemplo: durante a vigência desses programas, de fins da década de 1960 até fins dos anos 1970, os juros bancários mantiveram-se na casa dos 25% ao ano, em circunstâncias normais. Pelos programas aplicados em Mato Grosso, os juros não ultrapassavam os 10%, além da oferta de todo um conjunto de facilidades estimulantes.

Os programas eram desenvolvidos com recursos obtidos pelo governo federal junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – ou ao Banco Mundial. Na década de 1970, o Estado de Mato Grosso foi o que mais cresceu em termos de população: o Censo de 1980 registrou um acréscimo populacional de 90% na área que sobrou para Mato Grosso depois da divisão do Estado em 1977. Ela foi rapidamente ocupada pelos sulistas e pelos estrangeiros, em função das riquezas minerais e principalmente das incríveis facilidades na obtenção de terra e crédito para a produção. Evidentemente, isso gerou um contexto de “terra de ninguém”, também proporcionando o surgimento de problemas fundiários, muitos deles ainda insolúveis, e que criaram violentos conflitos. Isso tudo

contribuiu para disseminar e reforçar a imagem de violência na Amazônia brasileira. Os povos indígenas foram as maiores vítimas desse processo.

Em termos gerais, a colonização de Mato Grosso pode ser dividida pelas regiões que foram se configurando naquela fração do território capitalista. No sul, mais perto dos centros desenvolvidos do país, surgiram as colonizações gaúchas, na região de Rondonópolis. No leste, de novo os gaúchos, trazidos por cooperativas e grupos colonizadores. Com eles, mais de dez cidades foram assentadas sobre os cerrados. No nordeste foi onde a colonização assumiu seus contornos mais violentos, pois é a área onde grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros instalaram seus projetos agropecuários, expulsando, em muitos casos, índios e posseiros.

No centro ficaram as colonizações mais antigas, quase todas seculares e com origem nas riquezas minerais. No oeste, também uma região ocupada por grandes grupos agropecuários, a colonização ocorreu e ainda ocorre em função de estradas como a que liga Cuiabá a Porto Velho. É uma das áreas menos povoadas, situação que começou a se inverter rapidamente com o asfaltamento da BR-364 (MT-RO), com recursos do Polonoroeste financiados pelo BID e, atualmente, com a expansão da soja.

Finalmente, nos extremos norte e noroeste, já se vêem as matas fechadas da floresta amazônica sendo ocupadas rapidamente pelos colonos do sul brasileiro, em uma corrida em busca da expansão da fronteira agrícola nacional que guarda em si fascinantes histórias de pioneirismo, com traumas, vitórias e violência. É, por excelência, a região onde hoje a ocupação se faz.

A chegada dos pioneiros ao norte mato-grossense viu florescer, no pós-1950, uma sociedade calcada nas tensões sociais geradas pela inércia dos órgãos governamentais, na ambição e falta de escrúpulos de muitos homens do próprio Estado e dos que chegaram àquela verdadeira terra de ninguém.

Os problemas fundiários e as colonizadoras

As questões fundiárias são causadas, na maioria das vezes, pela superposição dos lotes nos mapas topográficos – preparados por “colonizadores” e grileiros – arranjados por meio da má-fé ou suborno no órgão público competente. Assim é que há mais proprietários do que terras para serem ocupadas. Aí está a origem dos conflitos em Mato Grosso.

Os colonos que planejam migrar para a Amazônia mato-grossense têm de tomar todos os cuidados com os trambiques fundiários, tão comuns nestes e em outros tempos. Em função dessa realidade, há décadas, o Estado procura criar mecanismos que permitam aos compradores de terras se certificarem da situação legal das áreas que pretendem adquirir. O processo pode ser agilizado com a instrumentalização do Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), que deve atestar a veracidade dos registros topográficos, e a criação da Secretaria de Assuntos Fundiários, destinada a levar o governo a intervir diretamente nos casos mais problemáticos.

Muitos dos projetos de colonização apresentam sérios problemas quanto à veracidade jurídica dos títulos que atestavam o direito de propriedade, dando margem à ação dos chamados grileiros e ao surgimento de áreas de tensão onde os choques armados entre as partes se sucederam, provocando centenas de mortes. Partindo da premissa de que essas situações eram comuns nas regiões de avanço pioneiro, pouca coisa foi feita no sentido de evitá-las, nos anos mais trágicos da ocupação (décadas de 1960 e 1970). Em muitos casos, os próprios aparelhos do Estado, particularmente os órgãos policiais, agiram repressivamente e sempre em favor dos mais poderosos, abrindo espaço para que a

Justiça fosse deixada de lado. A chegada dos pioneiros ao norte mato-grossense viu florescer, no pós-1950, uma sociedade calcada nas tensões sociais geradas pela inércia dos órgãos governamentais, na ambição e falta de escrúpulos de muitos homens do próprio Estado e dos que chegaram àquela verdadeira terra de ninguém.

Visando estabelecer mecanismos de controle sobre as terras, o governo de Mato Grosso elaborou legislação pertinente e criou o Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso (DTC), com a intenção de regularizar a emissão de títulos de propriedade sobre as terras devolutas.

De nada adiantou, pois a corrupção estava no interior dos próprios órgãos do Estado. Isso demonstrava que o problema era muito mais complexo: o governo não tinha e não queria ter instrumentos para o controle da situação. Não havendo controle de fato mas apenas de direito, os sistemas de registro tornaram-se extremamente vulneráveis à ação dos grileiros (MORENO, 1993).

O próprio ex-secretário de Assuntos Fundiários do governo de Júlio Campos, na década de 1980, Nelson Reu, afirmava não proceder a informação divulgada em Mato Grosso e no país de que o Estado tinha vendido mais terras do que possuía: “Não. Não vendeu. O que pode ter feito é ter titulado mais terras do que havia. Isso se deve principalmente ao fato de que antigamente, nos tempos do Departamento de Terras e Colonização, os processos eram pouco precisos”. Segundo Reu, o sistema de registro de propriedade utilizado na época funcionava de forma bastante superficial:

Veja bem: a pessoa requeria a terra e essa requisição gerava, de imediato, a concessão de venda. Ou seja: a

pessoa procurava a terra devoluta e ela mesma trazia para o governo de Mato Grosso os pontos de amarração de sua nova propriedade, os acidentes geográficos que serviam de divisa, tudo enfim que era necessário para o mapeamento topográfico a distância.

Feita a descrição da área pelo próprio interessado, que às vezes contratava topógrafos práticos dispostos a tudo, firmava-se um compromisso entre o governo e o interessado na posse:

O Estado passava a acreditar nas informações que a pessoa trazia, mas teoricamente essa pessoa passava a ser responsável por essas informações. Em tese, se um dos itens apresentados não fosse real ou mesmo qualquer uma das cláusulas do contrato firmado não fosse cumprida, o interessado perdia o direito pela área, que voltava a ser livre, sem qualquer direito a indenizações ou ressarcimento do que já havia sido pago ao governo.

Depois desse passo, ainda conforme as informações do secretário de Assuntos Fundiários, fixavam-se as prestações a ser pagas e, após o pagamento da metade do total, o governo fornecia o título provisório da área. Provisório porque, ainda em tese, o título caducaria se alguma irregularidade fosse constatada.

Foi por causa dessa situação que houve muita superposição de terras. O governo não tinha, naquele tempo, recursos humanos e materiais para fiscalizar no local a veracidade das informações a ele fornecidas pelo interessado. A terra era uma só, mas com o andamento desse sistema de registro, muitos casos de



*Trimbá (PA), centro comercial, em frente ao desembarque das balsas no rio Tapajós
foi centro da atividade grimpadeira no sudoeste do Pará.*
FOTO: Mariana Terra

dois ou mais proprietários para a mesma terra surgiram em poucos anos. (MATO GROSSO S/A, p. 7)

Sem receber uma avaliação que nem sempre se ancorava nos preceitos jurídicos, quando esses casos chegavam à Justiça, muita disputa e violência geravam e ainda hoje geram. São exemplos o

...caso de uma dupla titulação para a mesma terra, ganhava o que tivesse primeiro chegado – desde que a terra continuasse inaproveitada por ambos os proprietários ou desde que ela estivesse sendo aproveitada pelo que chegou primeiro; o segundo interessado, isto é, o que chegou depois, somente ganhava o direito à área em questão se tivesse ocupado efetivamente a terra, que nesse caso estaria abandonada pelo primeiro litigante.

Os registros existentes no governo de Mato Grosso mostram que grande parte dos pioneiros que chegaram a Mato Grosso nos tempos do Departamento de Terras e Colonização agiu corretamente quando do fornecimento de informações e, por isso, não sofreu depois a incerteza da propriedade real. Já os que omitiram dados importantes ou solicitaram indevidamente terras que já haviam sido registradas geraram problemas que até hoje continuam em pendência judicial. É impossível definir quantos desses processos existem atualmente nas comarcas mato-grossenses, mas um levantamento preliminar mostra que há muitos, em todas as regiões do Estado. (MATO GROSSO S/A, p. 7)

Muitos foram os expedientes utilizados pelos grileiros – várias vezes chamados de “pioneiros” pela

imprensa e estudiosos de Mato Grosso –, que imputaram famosos golpes na titulação de terras. Ainda segundo Nelson Reu:

...um outro expediente muito usado era a comercialização do título provisório fornecido pelo DTC: “Isso era proibido por cláusula contratual, mas o governo não tinha como controlar o cumprimento efetivo desse item. Quando hoje nos chega alguém reclamando seus direitos sobre uma área comprada por procuração, por exemplo (aqui, uma explicação: venda por procuração ocorria quando, impossibilitado de vender o título provisório cedido pelo governo, sem poder fazer a transferência completa, o cidadão vendia a terra e passava uma procuração autorizando o 'comprador' a tocar os trâmites junto a governo), nos já sabemos que se trata de alguém que foi enganado pelos aventureiros. Quem comprou a terra e hoje não a encontra logicamente procura o governo para responder por seu problema. Nós pedimos, então, que ele acione aquele de quem comprou a terra, e assim por diante, comprador por comprador, vendedor por vendedor, até que normalmente chegamos ao primeiro de todos. Localizado esse primeiro, responsável por todos os problemas, ele é então acionado pelo Estado. O primeiro, o aventureiro, logicamente nunca vem ao governo reclamar”.

Houve muitos casos também de terras vendidas várias vezes, através do sistema de procuração – muita gente perdeu dinheiro em benefício de uns poucos aventureiros: “É simples: de posse do título provisório, inegociável, o aventureiro vende a terra e fornece ao 'comprador' uma procuração. Mais tarde, esse aventureiro pode muito bem retomar a terra sem que

o 'comprador' tenha qualquer direito, que o título continua no nome do primeiro, que pode agir assim várias vezes, impunemente, enganando os incautos e terminando, no final da história, como o legítimo proprietário da terra". Durante esses onze anos, de 1966 a 1977 prossegue o secretário de Assuntos Fundiários, "houve uma grande evolução tecnológica e o Estado passou a ter à sua disposição recursos como a aerofotogrametria e as informações vindas por satélite. Em 1977 foi criado o Instituto de Terra de Mato Grosso, o Intermat, e aí sim passamos a responder por todos os atos desse órgão que já contava, então, com melhores recursos para verificar a veracidade das informações que lhe eram trazidas".

O novo processo: o interessado localiza a área, faz a solicitação ao governo e a área recebe, então, a visita dos técnicos credenciados pelo Intermat: "É um pessoal que, embora não seja funcionário direto do governo, presta serviço. É um pessoal que não brinca em serviço, pois podem perder o credenciamento. Acabou a história de se fazer o levantamento topográfico das áreas requeridas sem se sair de cima da prancheta. Em vista disso, hoje já há segurança documental, além da garantia do satélite, que, se acionado, pode verificar e provar a existência de uma casa que seja, em qualquer área do Estado". (MATO GROSSO S/A, p. 7-8)

Assim, tudo indica que entre as causas da ação dos grileiros estava a forma pela qual o Departamento de Terras e Colonização cuidava dos registros. Mas é evidente que isso não era suficiente, pois muitas foram as ações perpetradas pelos políticos mato-grossenses para se apoderar de imensas áreas do Estado. O

trabalho de Gislaene MORENO (1993) está repleto de exemplos recentes:

Depois de instalado esse quase caos fundiário em Mato Grosso, com o conseqüente surgimento de conflitos generalizados por todo canto do Estado, o governo resolveu extinguir o Departamento de Terras e Colonização, que, teoricamente, deveria funcionar como controlador da ocupação territorial, mas na prática estava servindo como azeitador principal da gigantesca máquina de trambiques que havia sido montada na Amazônia mato-grossense.

"O governo estadual descobriu, então, que o método de acreditar sem checar nas palavras dos interessados o deixava à mercê dos aventureiros e por isso achou por bem fechar de vez o DTC", historia Nelson Reu. A partir de 1966 e até 1977 – ou seja, durante onze anos –, nenhuma terra devoluta foi titulada pelo governo, "principalmente porque não havia nenhum órgão específico para tratar de assuntos fundiários". Durante onze anos, os problemas foram se acumulando, sem que o governo respondesse legalmente pelos atos do extinto Departamento de Terras e Colonização. Foi em função desse alheamento oficial que se agravaram os inúmeros problemas, chegando ao extremo de desencadear verdadeiras guerras no interior. (MATO GROSSO S/A, p. 8)

Assim, embora atualmente haja garantias teóricas quanto à questão do registro de propriedade de terras, muitos colonos ou pequenos empresários rurais que investem em terras são vítimas de outro tipo de golpe. Os órgãos do governo sabem que há "colonizadoras" que vendem terras que não possuem em Mato

Grosso para interessados em outras regiões do país. Trata-se do golpe da chamada venda por protocolo, muito similar à já antiga venda por procuração.

Conforme os registros existentes na Secretaria de Assuntos Fundiários de Mato Grosso, não são poucos os casos de pessoas logradas nessa jogada, “a grande maioria delas composta por pequenos empresários agrícolas do Sul do país”, segundo o secretário Nelson Reu. É que são esses pequenos empresários os que geralmente possuem recursos disponíveis para investimentos em mais terras: “Veja bem: o cidadão possui uma determinada área de terra lá no Sul, no Paraná, em São Paulo ou no Rio Grande. Então, chega a ele essa colonizadora fantasma e lhe oferece terra em Mato Grosso a um preço baixo (as terras daqui valem bem menos que as de outras regiões). O que esse empresário faz: acredita na documentação apresentada pela empresa, que na maioria das vezes nada mais é do que o simples protocolo de um processo que deu entrada no governo de Mato Grosso, vende 1 alqueire de sua propriedade no Sul e acredita estar comprando vários alqueires aqui”.

É o “golpe do protocolo”, fruto da burocratização excessiva a que chegou o sistema governamental brasileiro. Um protocolo, na verdade, não vale de forma alguma como documentação, principalmente porque simboliza apenas que o processo deu entrada no governo — não se sabe, portanto, se será ou não aprovado (o governo, a partir da entrada do processo, põe em funcionamento todo aquele processo de verificação *in loco* da veracidade das informações fornecidas, que podem ser falsas e fornecidas apenas para a obtenção do protocolo).

Esse protocolo, mais algumas fotografias de uma região qualquer, informações falsas sobre produtividade, coisas assim compõem as armas do crime. E pronto: dentro de algum tempo, esse empresário virá a Mato Grosso à procura de suas terras, não as encontrará e procurará o governo do Estado, buscando solução. Nasce aí, como tantos outros já nascidos, mais um problema fundiário que o governo dificilmente conseguirá resolver. (MATO GROSSO S/A, p. 8)

O próprio Intermat tem informado sobre procedimentos a ser adotados para evitar novas vítimas desse golpe. Mas verificar os muitos casos conhecidos de golpes no Estado, isso jamais. Pois é quase certo que a maioria das elites políticas poderia estar envolvida neles.

O que fazer, então: primeiro, verificar junto ao Incra se a empresa vendedora está efetivamente registrada como colonizadora; segundo, entrar em contato com a própria secretaria de Assuntos Fundiários do governo de Mato Grosso para verificar se a dita empresa, mesmo que exista documentalmente como colonizadora no Incra, apresentou um anteprojeto de colonização no Intermat (esse anteprojeto é básico para que as terras sejam liberadas para revenda aos colonos) e se ele foi aprovado. A própria Secretaria poderá fornecer maiores detalhes sobre a região e os aspectos legais a ela relacionados. Se não houver registro da empresa no Incra — ou mesmo se houve mas não tiver registrado nenhum anteprojeto no Intermat —, só há uma saída: chamar a polícia e deixar o resto com as autoridades.

Essa consulta ao governo do Estado pode ser feita

através de um simples telefonema, um telex, uma carta, “de qualquer maneira”, segundo o secretário Nelson Reu. Ele conclui: “O Estado não pode fiscalizar esse tipo de atividade. Quem tem que ficar atento e verificar todos os aspectos é o interessado, o comprador. Afinal, trambicagem não existe apenas no ramo fundiário, mas em todos os ramos. É preciso muita atenção para evitar a proliferação desse tipo de atividade ilícita”. (MATO GROSSO S/A, p. 8)

Assim, são muitos os problemas com a titulação de terras envolvendo aqueles que participam da corrida pelas terras na Amazônia mato-grossense. E ainda havia o agravamento das questões fundiárias em Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e a visão de que na Amazônia seria encontrada terra abundante e fácil, barata e fértil, distante, mas compensadora. Estava colocada a contradição que acabou levando os camponeses para a Amazônia. O capital recriava as condições para a reprodução camponesa em terras distantes.

As grandes e tradicionais empresas de colonização, acostumadas a fazer surgir uma cidade num simples estalar de dedos, descobriram o filão que estava à disposição nas terras mato-grossenses, ao singelo preço de arrojo e pioneirismo. Verdadeiras metrópoles amazônicas já existem hoje, cerca de vinte anos depois de deflagrado definitivamente o processo ocupacional, mas a história registrada entre o ontem e o hoje traz consigo muitos traumas e poucas alegrias, marcas cravadas no desbravamento da Amazônia, essa quase mitológica parte do mundo quase desconhecida.

E o mundo descobriu a Amazônia mato-grossense. Ao lado dos brasileiros mestiços, camponeses do Sul, os estrangeiros passaram a partilhar da penetração. Primeiro foram os alemães, que aplicaram muito dinheiro no norte do Estado em terras e seringais. Depois vieram os americanos, trabalhando com as riquezas minerais.

É uma história violenta, semelhante à folclorizada ocupação do oeste americano, só que bem real no oeste brasileiro. Foram muitos os que descobriram que as terras em Mato Grosso não eram tão fáceis como se imaginava de início e morreram na luta por ela. Uma luta que prossegue acirrada até hoje: Mato Grosso possui muitos pontos de conflito fundiário, enquanto a Justiça local pouco pode fazer porque não acompanhou, em momento algum, o crescimento verificado ao seu redor. Nesse mosaico de disputas desiguais – porque divide em dois lados o poder do dinheiro e a força da produção – agrupa-se um número de lavradores desterrados que já chegam a 200.000, todos eles, sem exceção, carregados para a Amazônia pelas levadas migratórias que se tornaram diárias após o fenômeno da colonização.

A chegada dos fazendeiros sulistas incluiu as terras indígenas, por maior controle que os governos estadual e federal digam ter sobre elas, na especulação imobiliária que definitivamente se instalou em Mato Grosso há anos. E nem mesmo os projetos de infra-estrutura do governo, destinados a fornecer um mínimo de conforto aos pioneiros, respeitaram as reservas indígenas. É o caso de estradas como a BR-364, que em seu novo traçado aberto para o asfaltamento literalmente cortou ao meio as reservas dos índios Nambikwara, na região oeste do Estado. (MATO GROSSO S/A, p. 9-10)

Os caminhos da colonização

Os povos indígenas da região norte de Mato Grosso foram, portanto, os primeiros a enfrentar a avassaladora tomada de suas terras. Os massacres foram muitos, apenas mudaram os personagens da execução, quase sempre sumária. Em geral, as rodovias aparecem como verdadeiros “caminhos da ocupação”. A BR-163 é um exemplo:

As rodovias que ligam Cuiabá aos recantos mais afastados do Estado, em qualquer de suas regiões, são as principais responsáveis por essa verdadeira “invasão” verificada no território amazônico. A principal delas, já conhecida como “estrada dos colonos”, a rodovia Cuiabá-Santarém, a BR-163, ao longo da qual se desenvolveram quase todos os projetos de assentamento de colonos do norte.

Aberta com o propósito de servir como corredor de exportação, ligando boa parte do país ao porto de Santarém, no Pará, na prática a BR-163 nunca chegou efetivamente a ser utilizada nesse sentido. A outra br, a 364, que liga Cuiabá a Porto Velho (daí até Manaus pela BR-319), se transformou, rapidamente, no mais viável caminho de exportação. A BR-163 ficou, então, sendo a estrada dos colonos.

Foi a partir dessa rodovia, que já se transformou na espinha dorsal do desenvolvimento de Mato Grosso, que surgiram cidades como Sinop, Colíder, Alta Floresta, Terra Nova, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sorriso e Peixoto Azevedo. O próprio asfaltamento da BR-163, da localidade de Nova Mutum até Sinop, já em vias de conclusão, representará o peso final para que o panorama do norte mato-grossense se altere com muito maior rapidez, segundo prevêem as colonizadoras.

A constituição rápida de uma malha viária em condições de tráfego permanente sempre foi considerada estratégica para a ocupação da Amazônia, segundo a ótica do governo federal. Tão estratégica, que os executores dos projetos rodoviários são, pelo menos no início de qualquer implantação, os Batalhões de Engenharia e Construção do Exército. As empreiteiras entram sempre no trabalho de complemento ou aperfeiçoamento da malha já implantada.

Aberta a BR-163, começaram a surgir, então, os primeiros grandes núcleos de colonização. Primeiro surgiu Sinop, cidade que levou o nome da mesma colonizadora que detinha em seu currículo a formação de grandes e importantes cidades durante a ocupação do norte paranaense. Antes disso, já existiam ocupações como Porto dos Gaúchos, localidade colonizada pela Conomali (Colonizadora Noroeste Mato-grossense S/A), que levou para uma clareira fértil, aberta às margens do rio Arinos, toda uma cultura oriunda da mescla brasileiro-européia do Sul do Brasil. Os primeiros passos de Porto dos Gaúchos já foram dados em meados da década de 50, quando ninguém previa a verdadeira explosão demográfica e cultural pela qual passaria aquela região, duas décadas mais tarde.

Para regiões como a de Porto dos Gaúchos foi fundamental a abertura da BR-163, pois esse caminho representou a redução das dificuldades de acesso que lhe eram impostas pela distância. Graças a essa melhora, Porto dos Gaúchos – cuja economia sempre foi baseada na produção de café e borracha – desmembrou-se em mais dois projetos: Novo Horizonte, que se desenvolve a passos rápidos, e Juara, que surgiu depois e atualmente é uma das cidades mais populosas e promissoras da região. Todo esse complexo colonizador

tem duas opções de escoamento de safra e colonos: a própria BR-163, através do entroncamento de Sinop, e a chamada “Estrada da Baiana”, que também desemboca na BR-163, só que já em seu final, nas proximidades do Posto Gil. (MATO GROSSO S/A, p. 13-14)

Sorriso (que pertenceu ao município de Nobres) também nasceu na esteira da produtividade descoberta no cerrado que margeia a rodovia, diferente das demais colonizações por ser formada por colonos com mais recursos. Sorriso é hoje a “capital da soja” título disputado com Nova Mutum, situada também à beira da BR-163.

A “estrada dos colonos” também fez progredir Peixoto Azevedo, exclusivamente em função do ouro existente nos arredores do rio que deu nome à cidade.

A colonização e a modernidade

Ao contrário do que se pode supor, o recorte moderno da sociedade brasileira mundializada está presente também na fronteira. As imagens da poeira que marca o período seco e da lama em que se transforma no período das chuvas torrenciais contrasta com o movimentado comércio nas cidades que se multiplicam. A nova realidade aparece com o avanço pioneiro de colonização, depois de mais de duzentos anos de garimpos de ouro e de diamante, que produziram povoados em geral pobres. Hoje, as frentes pioneiras chegam com rádio FM e televisão. E tudo o que a tecnologia produziu nas últimas décadas chega às frentes pioneiras da Amazônia. Fala-se com a Bolsa de Chicago, ou assiste-se à televisão via satélite. Parabólicas contrastam com falta constante de energia elétrica, mas são verdadeiros símbolos para a venda de terras na fronteira.

Os povos indígenas da região norte de Mato Grosso foram, portanto, os primeiros a enfrentar a avassaladora tomada de suas terras.

Os massacres foram muitos, apenas mudaram os personagens da execução, quase sempre sumária.

A lógica do acesso à tecnologia abre sua influência sobre as cidades e projetos de colonização de Mato Grosso, que passam a viver os benefícios e os problemas da urbanização. Graças à especulação imobiliária, agora há pouco espaço para o colono tradicional, de poucos recursos. Em Alta Floresta ou em Sinop, um terreno na área central já custa caro. Para quem tem pouco dinheiro, a alternativa é buscar novas áreas. Isso vai formando a rede urbana das cidades principais: Paranaíta, Apiacás, Nova Monte Verde, Nova Bandeirantes, Carlinda, para Alta Floresta; ou Vera, Carmem, Cláudia, Itaúba e Sorriso, para Sinop.

As colonizadoras privadas e seus projetos

Entre as colonizadoras em Mato Grosso, merece destaque a Conomali -Colonizadora Noroeste Matogrossense S/A, dos irmãos Mayer, de Santa Rosa, RS, que em 1956 colonizaram a gleba Arinos, de mais de 240.000 há, e lá fundaram Porto dos Gaúchos, a 750 km ao norte de Cuiabá. A cidade ganhou importância por ter sido o primeiro projeto autorizado no Estado. Sua implantação provocou muitos choques com os índios Tapayuna, os Beíço-de-Pau. Como o acesso se dava pelo rio Arinos, os barcos eram alvos constantes das flechas: os índios defendiam seu território da invasão branca. Muitos deles foram mortos a bala ou chumbo grosso, outros envenenados com arsênico misturado ao açúcar. Os colonos pioneiros contam essa história com reserva. Hoje, os colonos têm no cultivo da seringueira uma importante fonte de renda. Grande parte deles também produz arroz, feijão, milho e café. A pecuária é a outra atividade econômica importante em Porto dos Gaúchos.

Concebidos como projetos de colonização voltados para os agricultores de menos posses, os demais projetos implantados naquela região, como Novo Horizonte do Norte, Tabaporã, São João e principalmente Juara, conheceram diferenças profundas em relação a Porto dos Gaúchos.

Assim acontecem as históricas disputas entre as opções pela pequena propriedade e pelo latifúndio. A viabilidade de ambas tem seus adeptos, mas o choque entre as opções é evidente. Situada a apenas 50 km de distância de Porto dos Gaúchos, em plena floresta amazônica, Juara, que nasceu na década de 1970, tem pouco mais de 21.000 habitantes e está baseada na pequena propriedade acessível aos colonos, particularmente paranaenses. Já Porto dos Gaúchos, colonizada quase exclusivamente por alemães oriundos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tem grandes propriedades e, apesar de ser mais antiga, em 1991 sua população era de apenas 4.500 habitantes. Nessa época, até Novo Horizonte do Norte – desmembrada de Porto dos Gaúchos – já tinha uma população de 4.200 habitantes.

Juara nasceu de um projeto de colonização comandado por José Pedro Dias, o Zé Paraná, e vive principalmente da exploração madeireira, da produção da lavoura branca, e do café, que tem importância relativa. Curiosamente, Zé Paraná foi funcionário da Conomali de Porto dos Gaúchos e, quando saiu de lá, montou sua própria colonizadora (Zé Paraná Empreendimentos Imobiliários Ltda.) para fundar Juara.

Colono vira colonizador

O senhor José Pedro Dias teve muita sorte e trabalhou muito quando chegou à Amazônia, há quase

trinta anos. Veio para Mato Grosso investir no projeto Porto dos Gaúchos, no noroeste, e ali permaneceu durante muitos anos. Até que, há cerca de dez anos, resolveu fazer a sua própria colonização. Implantou Juara, a 800 km de Cuiabá, hoje próspero município com mais de 20.000 habitantes.

Não há quem não conheça, ali, o José Pedro. Mais fácil ainda se for chamado pelo apelido que o tornou um dos homens mais conhecidos de todo o norte mato-grossense: Zé Paraná. “Se eu puder, faço tudo de novo. A terra sendo boa e você trabalhando com gente de bem, mais a experiência que já tenho, acho que tudo isso faz com que eu tenha vontade de voltar a ser pioneiro e a colonizar outra região”, diz Zé Paraná. (MATO GROSSO S/A, p. 17)

A Incol – Imóveis e Colonizadora Ltda., pertencente à família Briante, divulga em seus folhetos de propaganda o fato de ter colonizado uma área de mais de 1 milhão de ha e fundado as cidades de São José do Rio Claro, Nova Maringá e Brianorte. Também difundiu a cultura da seringueira como estratégia de uso agroflorestal da região. Como praticamente só tem uma única ligação rodoviária com a BR-364, aposta no futuro com vistas à articulação viária da BR-163 com a região da soja.

A Colonizadora Sinop S/A, de Ênio Pepino, implantou quatro cidades numa gleba de 650.000 ha no eixo da Cuiabá-Santarém: Sinop, Vera, Santa Carmem e Cláudia. Também implantou uma usina para a produção de álcool de mandioca, que nunca conseguiu atingir produção satisfatória e faliu. Tratou-se de mais um escândalo dos incentivos fiscais e com certeza é um dos mais caros “monumentos” da cidade

(VIDIGAL, 1992). Sinop é, inegavelmente, o centro urbano de maior desenvolvimento no centro-norte do Estado e tem na indústria madeireira sua atividade econômica básica. Suas serrarias e indústrias de laminados ocupam mais de 10 km na extensão da BR-163. Nessa região central do Estado, a exploração madeireira e a colonização têm gerado novos municípios, como Itaúba, Marcelândia, União do Sul, Feliz Natal e Nova Ubiratan.

A 500 km de Cuiabá, a história de Sinop tem apenas três décadas, mas é cheia de aspectos interessantes, diferentes de outros projetos de colonização.

...é Sinop, hoje, o ponto de apoio para surgimento de novos empreendimentos por todo o norte do Estado. Isto é, qualquer colonização que se implante na área de influência da BR-163 tem obrigatoriamente que depender do apoio logístico de Sinop, um dos projetos de ocupação mais bem-sucedidos da região amazônica [...]. Sua população, composta na maioria por gaúchos, paranaenses e catarinenses – a maior parte representada, lógico, pelos paranaenses, já que a colonizadora foi a mesma que implantou Maringá e outras cidades, no norte do Paraná [...] Sinop foi, aos poucos, definindo a sua vocação comercial e industrial para ser cidade de apoio a outras regiões, que antes dependiam exclusivamente de Cuiabá.

Por isso, entre residências e estabelecimentos comerciais [...] já conta com todo o sistema de comunicação estruturado: emissora de rádio AM/FM, televisão, telefone, telex, jornal etc. As esperanças de Sinop, porém, estão calcadas principalmente sobre uma usina de álcool carburante de mandioca, inaugurada há cerca de três anos e que, apesar de já estar produzindo,

não convence a todos sobre a sua viabilidade. Tecnicamente é viável, todos concordam. O problema é a produtividade do solo com relação à mandioca, segundo alguns. (MATO GROSSO S/A, p. 21)

Na gleba de 650.000 ha pertencente à Colonizadora Sinop, a estratégia para definição do loteamento foi mista. Além dos lotes residenciais, foram planejadas chácaras na área periférica, com terrenos entre 5 e 10 ha, exclusivamente para hortifrutigranjeiros. Na zona rural, os lotes tinham no mínimo 60 ha e foram projetados centros de convergência social, com igrejas, escolas e outros equipamentos. Em 2000, a população era de mais de 74.000 habitantes.

A Indeco S/A – Integração, Desenvolvimento e Colonização, de Ariosto da Riva (ex-sócio do grupo Ometto na Agropecuária Suiá-Missu), diz ter adquirido em 1971, 500.000 ha da gleba Raposo Tavares, por Cr\$ 15,00 o hectare (o que na época dava para comprar seis maços de cigarro Hollywood). Dois anos depois, comprou outra área do governo do Estado contígua à anterior, de 400.000 ha, por apenas Cr\$ 50,00 o ha. Nessa área de quase 1 milhão de ha implantou três projetos de colonização: Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás. Alta Floresta foi um dos projetos mais badalados pela imprensa e por parte dos intelectuais. O discurso competente (e inverso) de Ariosto da Riva, construído sobre a lógica da colonização, do desenvolvimento agrícola, da fixação do homem à terra, convenceu muita gente. Só que a contundência do discurso não tinha correspondência econômica para os colonos no dia-a-dia. Na abertura dos lotes, a venda da madeira garantiu entradas monetárias que a produção agrícola não manteve. Assim, enquanto defendia a co-

lonização e o trabalho na terra, repudiava o garimpo do ouro, mas até os garçons dos restaurantes das cidades sabiam de histórias em contrário. O certo é que, enquanto cresceu o garimpo do ouro, a cidade cresceu. Com a sua decadência no início dos anos 1990, Alta Floresta, que havia crescido 15% na década anterior, chegou a 2000 com uma população de menos de 47.000 habitantes. Muito pouco para uma cidade que em décadas anteriores havia apresentado os mais espetaculares índices de crescimento do país. Certamente o ouro, de controle monopolista, sempre foi o principal gerador da riqueza em Alta Floresta.

Muitas são as histórias, de sucessos e fracassos, contadas por colonos de Alta Floresta:

Com 70 anos de idade, Hideo Yamashita escolheu a região de Alta Floresta para executar seu maior projeto agrícola. Agricultor com larga tradição no café, Hideo saiu de Assis Chateaubriand, no Paraná [...] rumo à desconhecida Amazônia. Gostou, se entrosou bem com a colonizadora de Alta Floresta (a Indeco) e resolveu ficar, após comprar um dos lotes modulares da zona rural de Alta Floresta. Não deu outra: em pouco tempo, o velho japonês, natural de Osaka, esqueceu completamente o Paraná e hoje possui mais de 4.000 ha. (MATO GROSSO S/A, p. 17)

O senhor Ernesto Roman e sua esposa Irma Ganhaci Roman, ambos de São José do Cedro, em Santa Catarina, foram para a região de Alta Floresta em busca de terra fácil para plantar. Ernesto conta que veio a Mato Grosso sozinho, antes da família, e aqui comprou a posse de uma área de 5 alqueires nas proximidades de Alta Floresta. Voltou para Santa Catarina buscar a fa-

mília: “Nós tínhamos perdido tudo na enchente de 83, por isso o vislumbre de poder ter terra numa região onde não há enchente, não há seca, não há geadas, para nós era o mesmo que entrar no paraíso”.

Uma ilusão que durou pouco: já quando voltava à Amazônia, trazendo mulher e cinco filhos (ao todo, são catorze, diz a mulher, rindo), seu Ernesto foi surpreendido com a informação de que a terra que ocupava tinha dono e, portanto, não poderia ficar. “Foi um desconsolo” diz ele, quase desesperado. “Ficamos sem ter o que fazer aqui, a milhares de quilômetros de qualquer amigo”.

O pior é que seu Ernesto havia investido todo o dinheiro que possuía, “em torno de 300 mil cruzeiros”, nos trabalhos em sua posse, além de uma parte dada ao antigo posseiro como sinal de compra de posse: “Caí no conto. Agora, não sei o que fazer. Estou trabalhando na terra dos outros, como empregado, até conseguir me ajustar de novo”.

De Santa Catarina, Ernesto e família dizem não querer nem saber como estão as coisas lá: “Nós vamos, nem que seja a 10.000 km de distância, em busca de novas chances, mas não voltamos. Aquilo lá não é vida pra gente bem”, afirma, lembrando as perdas na enchente de 1983. (MATO GROSSO S/A, p. 16)

O dilema cotidiano da agricultura e da mineração revela cada vez mais que Alta Floresta vive direta ou indiretamente em função da extração do ouro nas dezenas de frentes de garimpo. O garimpo avança, enquanto a agricultura, que era o principal objetivo dos colonizadores pioneiros, sofreu as influências da crise nacional. Assim, em vez de cultivar os campos, os colonos venderam ou arrendaram suas terras e foram

para o garimpo, em busca do enriquecimento fácil, que dificilmente se realizou, mas que continuou atraindo levas de interessados. Hoje, eles se reestruturaram para conviver com a crise do garimpo.

Dois projetos de colonização drenaram o maior fluxo de novos colonos em Alta Floresta: Paranaíta, a 60 km – com pouco mais de 10.000 habitantes em 2000, e Apiacás, mais distante, com 6.000.

A contradição entre garimpo e colonização tem levado as empresas colonizadoras a caminhar na direção das mineradoras, que, aliás, já estavam em Alta Floresta.

O grupo Ometto, depois de vender a Agropecuária Suiá-Missu, em São Félix do Araguaia, para o grupo multinacional Liquifarm, implantou, por meio da Agropecuária do Cachimbo, o projeto de colonização de Matupá, em área superior a 250.000 ha no extremo norte do Estado, no entroncamento da BR-163 com a BR-080 – uma cidade no centro da antiga aldeia principal dos índios Panará. Boa parte do projeto foi arrasada pela exploração garimpeira. Junto com Peixoto Azevedo, a grande favela do garimpo que virou município (uma das maiores taxas de crescimento, 38%, na década de 1980), Matupá sofreu os efeitos da queda do preço internacional do ouro na década de 1990. A cidade ganhou projeção na imprensa nacional e internacional em função da barbárie que lá ocorreu, envolvendo linchamento de garimpeiros.

A Colonizadora Líder implantou projetos que deram origem às cidades de Colíder e Nova Canaã. A empresa grilou terras da União e as vendeu aos colonos do Sul do país uma área três vezes maior do que possuía. Nada aconteceu aos proprietários, pois o Incra tomou para si a tarefa de regularizar a titula-

ção das terras e hoje são importantes cidades ao norte do Estado, localizadas em área com muitas pequenas propriedades.

Caso típico dessa situação foi o verificado em Colíder, cidade surgida sob os auspícios de um motorista de caminhão que, de repente, se investiu de empresário do setor fundiário e vendeu terras que não eram suas, embora não tivessem donos declarados. Colíder viveu momentos de tensão em fins da década de 70, quando se descobriu que a grande maioria de seus habitantes estava assentada ilegalmente – ou seja, sem os títulos definitivos de posse da terra. Essa situação perdurou explosiva, até que em 1982 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, do Ministério do Interior, viu-se obrigado a desapropriar para fins sociais a cidade inteira, que já naquela época despontava como grande fonte produtora de alimentos [...] A intervenção do Incra na questão Colíder acabou gerando, porém, um problema paralelo: a criação de um grande mercado de posse ilegal nos arredores do projeto, baseado na certeza de que o surgimento de situações de tensão certamente atrairia a ação governamental, da qual sempre sobra um saldo financeiro volumoso, que sai dos cofres públicos. (MATO GROSSO S/A, p. 13)

O grupo Herbert Levy, por meio da Mutum Agropecuária Ltda., implantou o projeto Nova Mutum numa área superior a 100.000 ha no seio do cerrado mato-grossense, ao longo da Cuiabá-Santarém. Desde o início, Mutum desenvolveu a agricultura mecanizada, produzindo arroz e soja, e cresce solidamente.

Localizado no km 254 da BR-163, o projeto é composto por agricultores já capitalizados que adquiriram lotes de 50, 250 e 500 ha, quase sempre vendidos em pares.

Segundo o diretor-presidente da Mutum Agropecuária, José Aparecido Ribeiro, “nós já estamos com três anos de experiência no plantio de grãos nesta área, de arroz, milho e principalmente soja”. A grande maioria dos colonos é proveniente do Rio Grande do Sul e do Paraná e a eles está sendo dada também a opção pela cultura da seringueira. Aproximadamente 360.000 seringueiras estão perto de entrar no período viável para extração. A pecuária da região também pode ser explorada, segundo os colonos, já existindo algo em torno de 20.000 cabeças de gado na área do projeto.

O distrito de Nova Mutum, que já tem uma sede urbana que conta com razoável estrutura social, investe também na sua proximidade com as usinas de calcário do município de Nobres, distante apenas 100 km. Isso, mais as características da terra, garante uma boa produtividade, segundo conta um dos colonos pioneiros, Francisco Silva Cavalcante, de Cascavel, PR, que também trabalha como corretor: “Eu só vendia terras, mas agora também estou plantando. Nós chegamos a tirar 69 sacas por hectare aqui, o que representa um índice de produtividade espantoso. No Paraná costuma-se colher 30 ou 35 sacas de soja por hectare plantado”, diz ele. (MATO GROSSO S/A, p. 39)

Sorriso nasceu em meados da década de 1970, sob a responsabilidade da Colonizadora Sorriso Ltda., de um grupo de gaúchos, numa área de 100.000 ha,

às margens da BR-163, e tem esse nome porque dizem que seus colonos pioneiros enfrentaram o “sofrimento do desbravamento sempre com um sorriso”.

O ideal era um só: ampliar as fronteiras produtivas de seus empreendimentos particulares. Em função da crise, o caminho desses empresários se cruzou no cerrado brasileiro da BR-163 (figuras 11 e 12).

A Colonizadora Feliz – formada pelos gaúchos que chegaram primeiro – começou por volta de 1976 a realizar seus primeiros testes com a variedade da soja mais adaptada à região, que passou a ser desde então a grande vedete dessa colonização.

Sorriso e Nova Mutum têm uma característica peculiar quando comparadas aos demais projetos de colonização: são compostas, sem exceção, por empresários agrícolas de outras regiões. Como os lotes são maiores, as lavouras de soja são extensas e mecanizadas e seus proprietários sulistas têm experiência na agricultura nacional.

As cooperativas e a colonização

A presença de cooperativas como empresas de colonização também é uma das características da ocupação do norte mato-grossense.

A primeira delas foi a Coopercol – Cooperativa 31 de Março Ltda., fundada pelo pastor luterano Norberto Schwantes em Tenente Portela, RS. Ela implantou projetos de colonização que deram origem às cidades de Canarana e Água Boa, no cerrado do médio Araguaia mato-grossense. A cooperativa beneficiou-se da amizade do pastor com o então presidente Geisel, que via no projeto de colonização uma resposta oficial (capitalista) aos efeitos da guerrilha e da luta dos posseiros no vale do Araguaia.



Figuras 11 e 12. Sorriso no início da colonização.
Fonte: Folheto publicitário da Colonizadora Sorriso, 1984.

Após a disputa entre um grupo de colonos pioneiros, liderados por Orlando Roewer, e o pastor pela hegemonia na cooperativa, Norberto Schwantes criou a Coopercana – Cooperativa Agropecuária Mista de Canarana Ltda., em Carazinho, RS, transferindo-a depois para Água Boa. Com o aumento da disputa política pelas cooperativas, o pastor abandona-as e cria a sua própria empresa privada de colonização, a Conagro – Colonização e Consultoria Agrária S/C Ltda., em sociedade com um funcionário do Incra na região, Sérgio Bertone. A empresa colonizou e produziu arroz em mais de 200.000 ha de terras na região. Entrou em processo de decadência na década de 1970.

O grupo liderado por Orlando Roewer assumiu a Coopercana e tratou de encerrar as atividades da Coopercol. Após sucessivas crises e falências, mas ainda assim com a proteção do Estado, a Coopercana foi chamada pelo próprio governo federal para implantar o projeto de colonização de Terra Nova. Esse projeto visava assentar no norte mato-grossense (a 650 km de Cuiabá, no eixo da Cuiabá-Santarém) os colonos que haviam sido expulsos da reserva indígena de Nonoai, no Rio Grande do Sul. Implantada numa área de mais de 200.000 ha, Terra Nova logo teve problemas com a malária e com a distância dos centros consumidores do país. Assim, o projeto foi uma espécie de marco para o processo de retorno dos gaúchos que haviam sido trazidos para Mato Grosso. O retorno, que já se manifestara em Sinop e Canarana, teve em Terra Nova o seu auge, e menos de 15% dos colonos pioneiros ficaram no projeto. Terra Nova do Norte tornou-se município, e recentemente um de seus distritos, Nova Guarita, também se emancipou.

De 1975 a 1978, três anos depois de chegar a primeira leva de colonos, cerca de 1.500 famílias foram assentadas no Médio Araguaia pela Coopercol e pela Coopercana, sem contar com outras centenas que vieram com recursos próprios e instalaram grandes agropecuárias em todo o vale.

Apesar do grande êxito inicial, a Coopercana mergulhou em grande crise financeira. Precisou socorrer centenas de famílias gaúchas de posseiros, expulsas de áreas indígenas no Rio Grande do Sul, em 1978. Dispostos a aceitar o “convite” de implantação de novo projeto de colonização no Estado de Mato Grosso, os dirigentes da cooperativa abriram mão de recursos próprios para viabilizar um novo projeto. Em menos de um mês – tempo necessário para uma empresa com *know-how* adquirido em outros programas do tipo –, a estrutura estava montada. E Terra Nova aparecia no mapa mato-grossense, com 1.050 famílias assentadas à margem da BR-163, a Cuiabá-Santarém. (MATO GROSSO S/A, p. 46)

Mais tarde, na esteira da Coopercana, a Cotrel – Cooperativa Tritícola de Erechim Ltda. implantou o projeto Peixoto Azevedo, em parceria com o Incra, em área de 100.000 ha. A CAC – Cooperativa Agrícola de Cotia e o Incra implantaram em Alta Floresta o projeto Carlinda, em área de quase 100.000 ha. A Coomajul – Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Ltda. instalou no município de Nobres o projeto de colonização Ranchão.

O Estado e a colonização pública

O governo federal, através do Incra, tem dois grandes projetos de colonização no norte do Estado.

No primeiro, localizado no eixo da Cuiabá-Santarém, na porção do extremo norte, já na divisa com o Pará, nasceu Guarantã do Norte, hoje emancipada. O município conheceu dois projetos do Incra implantados em terras dos índios gigantes Panará (Kren-Akarore). O PAC – Peixoto Azevedo, com 120.000 ha –, executado em convênio com a Cotrel –, visou transferir colonos do sul do Brasil (áreas de tensão) para a região. Já o projeto Braço Sul (105.000 ha) visou regularizar a situação fundiária de posseiros da região e assentar quinhentas famílias de brasiguaios que viviam no Paraguai em terras inundadas pela represa de Itaipu. A expansão do garimpo desarticulou completamente a produção dos colonos, provocando um crescimento urbano de 40%, o maior do Estado na última década. Recentemente, também o município de Novo Mundo se emancipou.

O segundo grande projeto de colonização do Incra em Mato Grosso é Lucas do Rio Verde, com área de 240.000 ha, localizado no eixo da Cuiabá-Santarém, a 250 km da capital, entre Sorriso e Nova Mutum, em pleno cerrado. É um dos maiores escândalos da colonização oficial no país e anti-símbolo da luta pela reforma agrária. A origem do projeto remonta ao início da década de 1980, quando milhares de colonos sem terra iniciaram o grande acampamento da Encruzilhada do Natalino, no município de Ronda Alta, RS. Para desmobilizar o movimento, o então ministro extraordinário para Assuntos Fundiários e membro do Conselho de Segurança Nacional, general Danilo Venturini, convocou o major Curió para lá atuar. Após várias tentativas de repressão e frente à resistência dos colonos, o governo resolveu oferecer-lhes terras em Mato Grosso. Em maio de 1982, 213 famílias de

acampados aceitaram o deslocamento para Lucas do Rio Verde. O projeto foi concebido para assentar novecentas famílias em lotes de 200 ha. O escândalo tem passagens fantásticas. O primeiro executor do Incra no projeto (ligado a grupos políticos de Cuiabá) passou a articular, junto a um dos maiores posseiros da área (os posseiros do lugar receberam seus lotes do Incra) e com o então gerente do Banco do Brasil em Diamantino, uma verdadeira arapuca para os colonos recém-chegados. Como o governo queria fazer do projeto um “efeito demonstração” aos colonos que continuavam acampados na Encruzilhada do Natalino, abriu mais crédito do que seria necessário para desapropriar e fazer a reforma agrária no próprio Estado do Rio Grande do Sul para os acampados. Dessa forma, chegando ao Incra, em Lucas, os colonos eram enviados a Diamantino para obter os financiamentos. Agindo “por fora”, o gerente do banco avisava os colonos para contratarem os serviços da “empresa de trabalhos agrários” controlada pelo ex-posseiro. A partir daí, a “empresa destocava o terreno, arava, plantava, pulverizava, colhia e vendia”, depois “recebia o pagamento do próprio banco”. Ao colono só restava “ficar sentado na porta da cozinha pela manhã e só se mudar para a porta da sala porque o sol mudava de lugar”.

Resultado: a maioria dos colonos abandonou o projeto e voltou para o Sul. Em 1984, das 213 famílias que foram para lá, restavam dezoito; em 1987, menos de dez. Muitos entregaram os lotes em troca da passagem de volta para o Rio Grande do Sul. Outros os venderam por uma ninharia.

Mas quem foram os “compradores”? Um grupo articulado pelo então executor do Incra. Ao certo,

Ponto de fiscalização na divisa entre Pará e Mato Grosso. O gado está em trânsito no sudoeste do Pará e a madeira sai, para o sul, via BR-263.

ICVTV: Maria Rita Torres



Enfim, Lucas do Rio Verde é uma das grandes falcatruas da colonização oficial e há quem diga que tem “gente grande de Brasília no meio da muamba”.

ninguém consegue saber quem são os verdadeiros proprietários, pois os lotes continuam em nome dos primeiros colonos e os atuais proprietários “funcionam” como seus “procuradores” que “cultivam soja para os colonos”. Além disso, o próprio executor do Incra cuidou de distribuir os demais lotes para pessoas que se comprometeram a não ocupar de fato as terras e depois fazer a “devolução” para ele próprio. Enfim, Lucas é uma das grandes falcatruas da colonização oficial e há quem diga que tem “gente grande de Brasília no meio da muamba”.

Segundo a legislação em vigor, o Incra poderia anular a concessão dos títulos, que são provisórios. Entretanto, o ex-executor do Incra, demitido por processo administrativo, partiu para a articulação política, criando um diretório do PMDB em Lucas e apoiando o ex-governador e senador Carlos Bezerra. Em troca, pediu, simplesmente, a “anistia” para tudo o que ocorreu em Lucas do Rio Verde. Conclusão: a oficialização do escândalo.

Mas a luta do MST também chegou a Lucas. Lá, no longínquo cerrado mato-grossense, nasceu o primeiro acampamento dos sem-terra de Mato Grosso, depois transformado em uma associação que lutou pela reforma agrária em um projeto de colonização do governo federal.

Uma cidade fora da lei

Em Mato Grosso, as cidades nascem da noite para o dia. Surgem do meio do cerrado ou da Amazônia, construídas sob o signo da violência. Nesta reportagem, a história de Lucas do Rio Verde: um município que está nascendo de um projeto do Incra, onde a corrupção andou solta. E ainda anda? A noite só se

vê algumas luzes fracas de um dos lados do km 680 da BR-163. As luzes parecem distantes. De dia é uma cidade pequena, com casas de madeira nascendo no meio do mato, ruas carregadas de poeira ou lama, conforme a estação, muitos homens de chapéu nas ruas. Possui algumas características exclusivas das cidades de colonização recente do cerrado ou da Amazônia. O grande número de novas construções revela uma atividade febril. São os sulistas, com seus cabelos loiros. Mas não é só progresso que a paisagem esconde. Por trás do cenário é possível desvendar uma história de medo, corrupção, politicagem e falcaturas. Em 1985, Lucas do Rio Verde foi elevada à condição de distrito de Diamantino (médio norte de Mato Grosso). Agora se prepara para virar município: são cerca de 3.000 km² colonizados por agricultores sem-terra, parceiros, posseiros, grandes fazendeiros, comerciantes de terras públicas, pequenos e médios comerciantes, políticos conhecidos e desconhecidos, policiais violentos, funcionários do Incra, padres. Uma população dividida em facções que se odeiam mutuamente. De qualquer maneira, é um bom exemplo de como nasce uma cidade no Centro-Oeste brasileiro. Tudo começou em 1979, quando 26 posseiros resolveram ocupar a região. As dificuldades de transporte seriam compensadas pela grande quantidade de terras disponíveis, calculavam eles. Naquela época, a BR-163, rodovia Cuiabá-Santarém, não passava de um sonho, pois, durante o tempo das águas, o médio norte e o norte de Mato Grosso ficavam praticamente isolados. Próximos à área que depois foi destinada ao projeto do Incra já existiam grandes latifúndios, alguns de propriedade de nobres europeus. A Cooperlucas – Cooperativa Lucas do

Rio Verde, por exemplo, recentemente adquiriu uma fazenda de um nobre alemão. Essas fazendas, como se verá adiante, cumpriram importante papel na história de Lucas. Nelas, os parceiros pobres encontravam a possibilidade de pelo menos não morrer de fome. Irineu Antônio Piveta foi um dos primeiros a chegar. Veio com cinco irmãos de Faxinal do Soturno, Rio Grande do Sul. A primeira posse dos Piveta era de 1.600 ha. Como a terra do cerrado é muito ácida e exige investimento alto em correção do solo, além do desmate, enleiramento etc., eles resolveram trocar esta por uma posse menor. Atualmente possuem 600 ha que estão em nome de um dos irmãos. Esta propriedade corresponde a três lotes individuais do Incra, que os Piveta compraram de parceiros que no começo de 1982 foram assentados no projeto Lucas do Rio Verde. O negócio que fizeram é ilegal. As terras de projetos do Incra não podem ser comercializadas livremente. Sobre elas incide uma “cláusula resolutiva”, que determina que a terra não pode ser vendida durante cinco anos após a data de registro no cartório imobiliário. A lei é clara e o seu descumprimento também. Um comerciante chamado Derbi, que está levantando uma lanchonete em Lucas, disse: “Aqui, nesta cidade, tudo é frio. Esta é uma cidade fria. Ninguém tem documento de nada. Eu não tenho também”. É verdade. “Se fôssemos aplicar a lei com rigor, toda a cidade iria parar na cadeia”, constata, desconsolado, um funcionário do Incra. Enquanto a lei não é aplicada continuam as negociatas com as terras públicas. E são tão evidentes que em Lucas do Rio Verde funcionam algumas imobiliárias, que compram e vendem terras. O Incra, que é a maior autoridade em Lucas, tolera a existência das imo-

biliárias. Apesar disso, legalmente só ele tem o poder de distribuir lotes urbanos ou rurais. Quando o projeto for emancipado, assim que completar cinco anos, a autoridade máxima passará a ser a prefeitura de Diamantino e posteriormente uma prefeitura própria. Na verdade, o Incra também é apontado como uma das fontes dos negócios ilegais. A história de Lucas começa longe de Mato Grosso. Em 1981, milhares de agricultores sem-terra do Rio Grande do Sul e Santa Catarina iniciaram um movimento espontâneo, que perturbou a paz dos militares que estavam no poder. (RDM, s/d., p. 14-15)

A cooperativa de Lucas do Rio Verde – Cooperlucas – chegou a ser uma das maiores do país. Atuava no município e vizinhança (Nova Mutum, Sorriso e Tapurah) como comercializadora da produção de soja da região. Buscou diversificar a área de ação implantando também uma área de criação de suínos e um frigorífico.

As terras onde está Lucas do Rio Verde são públicas, fazem parte do rol das arrecadadas pelo Incra no Estado e, pela legislação em vigor, não podem ser destinadas aos que se dizem seus “proprietários”: eles não se enquadram na legislação para receber terras em projetos de colonização pública ou de assentamentos de reforma agrária. Se eles de fato obtiveram os títulos, o procedimento está eivado de atos ilícitos. Esse é um dos principais problemas que aparecem em Lucas, presente em muitas outras áreas da BR-163.

Os garimpos e a colonização

Peixoto Azevedo é uma cidade ícone da ação do garimpo no extremo norte mato-grossense:

Toda a história da ocupação de Mato Grosso pelos pioneiros, a começar pela entrada da primeira bandeira, liderada por Pascoal Moreira Cabral e Miguel Sutil de Oliveira (paulistas de Sorocaba), que culminou com a fundação de Cuiabá, 265 anos atrás, passa pelo ouro e pelo diamante. A região de Diamantino, por exemplo, surgiu em função de grandes jazidas dessa pedra preciosa encontrada nas proximidades do rio Paraguai. Outras regiões diamantíferas foram depois descobertas: Poxoréu e Guaratinga, há cinco décadas; Paranatinga e Tesouro, nos anos 50.

Se na fase das bandeiras as riquezas minerais foram importantes e determinaram o surgimento de Mato Grosso, agora elas criam problemas. [...] Mas continuam preponderantes no surgimento de colonizações. No eixo da rodovia Cuiabá-Santarém, a BR-163, nasceu há cerca de cinco anos Peixoto Azevedo, lugar que recebeu o nome do rio que o corta, hoje um dos principais centros produtores de ouro do Brasil e em vias de conseguir a sua emancipação politico-administrativa de Colíder, município ao qual pertence. Peixoto possui, atualmente, uma população de aproximadamente 25.000 pessoas, fixadas de forma definitiva na zona urbana e vivendo exclusivamente do ouro. É uma das mais ricas cidades da Amazônia colonizada, com um incrível comércio que conta, hoje, com mais de quinhentos estabelecimentos, em grande parte bares e boates. Além da população fixa, há cerca de 35.000 garimpeiros que habitam Peixoto Azevedo de forma temporária – isto é, somente permanecem ali nos seis meses em que o garimpo nos rios é possível, nos períodos de seca.

É o mais exemplar dos casos de colonização surgidos em função da mineração, já que nos demais se verifi-

ca, hoje, um choque entre a ilusão do ouro e a crise na agricultura. Garimpeiros são reprimidos em regiões como a de Alta Floresta, porque a colonizadora, a exemplo do que ocorre em outras áreas de iguais características, diz preferir investir na agricultura. (MATO GROSSO S/A, p. 11)

No final da década de 1970, a descoberta de ouro ao norte de Mato Grosso fez com que acontecesse uma autêntica corrida para os garimpos dentro dos próprios projetos de colonização. Foi assim que Guaranã do Norte, Matupá, Terra Nova e Colíder aprenderam a conviver com os garimpos dos rios Peixoto Azevedo e Teles Pires. E também Carlinda, Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás, “onde ninguém entrava ou saía sem controle” dos garimpos fechados de Alta Floresta.

Aliás, os garimpos de Alta Floresta ficaram famosos, pois o proprietário da colonizadora Indeco desde 1972 sabia que havia ouro em suas terras. Mas foi no final de 1978 que a notícia se espalhou por meio de dois garimpeiros que entraram na área vindos do Pará pelo rio Juruena. Como consequência, uma avalanche de aventureiros correu para a região e outra parte largou a agricultura em troca do garimpo. A violência passou a fazer parte do dia-a-dia, e a busca do “enriquecimento fácil” tomou conta de Paranaíta e Alta Floresta. Estima-se que mais de trezentos garimpeiros foram mortos na disputa pelo ouro. De um lado, as empresas de mineração e a colonizadora, e do outro, como elo frágil, os garimpeiros. O ouro – segundo afirmou uma repórter do jornal *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, que lá esteve desde 1979 – é vendido a comerciantes de São Paulo por preço que

ninguém sabe. Os hotéis da cidade (praticamente todos) são o *locus* privilegiado das operações de contrabando do metal.

Dessa forma, as colonizações envolvidas com garimpo são exemplos vivos da encruzilhada em que se encontram muitos desses projetos na Amazônia: entre a agricultura – em geral, com pouca assistência dos governos – e a febre do ouro dos garimpos. A colonização no norte mato-grossense, portanto, constituiu-se em um paraíso para o capital, os especuladores e os grileiros que atuaram livremente com o “apoio” do próprio governo. Nessa região da Amazônia, verdadeiros latifúndios continuam sendo entregues “de graça” para os grandes grupos econômicos promoverem especulação.

Os novos personagens sociais

Assim, novos personagens sociais aparecem formando as novas regiões do norte mato-grossense.

Quem são esses novos personagens do Centro-Oeste brasileiro, trazendo para cá toda a influência de uma cultura europeizada que colonizou o Sul brasileiro? Quem são afinal, os “polacos”, esses homens de pele clara, cabelos e sobrancelhas alourados, enfrentando o inédito (para eles) calor dos trópicos e formando verdadeiras cidades amarelas de grandes olhos azuis?

Definir o perfil do colono em Mato Grosso não é tarefa fácil, muito menos explicar os motivos que o trazem a um lugar tão diferente de suas origens, tão distante de suas tradições. Não é fácil, porque cada projeto de colonização tem a sua característica, cada colonizadora tem o seu público. Há, *grosso modo*, dois tipos de colono: o que tinha capital no Sul e resolveu

investir em Mato Grosso e o que nada tinha como alternativa a não ser abandonar os sonhos do passado e buscar novos ramos para sobrevivência de sua família. Uma coisa, porém, todos têm em comum: tradições agrícolas que tentam trazer para Mato Grosso, desencadeando a partir das primeiras experiências um lento e sofrível processo de decepção que, por absoluta falta de pesquisa agropecuária, já fez milhares deles desistirem no meio da empreitada.

Todos os cantos de Mato Grosso estão sendo “invadidos” por esses estranhos personagens – estranhos para o caboclo nativo, de cabelo e pele escuros –, os “europeus” da nova época que ganham espaços e implantam aqui a sua cultura. Não há choque de culturas, principalmente porque a que vem de fora é infinitamente mais forte, embora igualmente rica, por estar há séculos sendo cultivada, organizada sobre tradições antropológicamente encravadas na história de seus avoengos.

É por isso, por exemplo, que existem pelo interior de Mato Grosso dezenas de centros de tradição gaúcha – os famosos CTGs –, que em qualquer das novas cidades já são ponto de referência para qualquer iniciativa. [...] Em todos os aspectos, enfim, os sulistas se organizam. Gaúchos e paranaenses já têm times de futebol formados, disputando as categorias inferiores do futebol mato-grossense. E a torcida é forte: início do ano, o Internacional de Porto Alegre jogou em Cuiabá, contra o Operário, e a torcida gaúcha conseguiu lotar mais da metade do estádio de 35.000 lugares. Há torcidas organizadas do Grêmio de Futebol Porto-Alegrense em Sorriso e Sinop. Nas demais áreas ocorre o mesmo, como em Alta Floresta, onde o repórter da televisão local aparece aos domingos apresentando

duplas sertanejas típicas do Sul, microfone numa mão e cuia de chimarrão na outra, bombacha e chapéu crioulo. São paranaenses, catarinenses e gaúchos ocupando espaço na geopolítica amazônica. É Mato Grosso de pé vermelho, tomando mate e dançando vanerão. (MATO GROSSO S/A, p. 15-16)

Assim, o processo geral que traz novos personagens destrói outros. As primeiras vítimas foram as nações indígenas e as segundas serão os próprios trabalhadores – colonos, peões ou garimpeiros.

O crescimento da população entre 1980 e 1990 foi de mais de 90%. A migração interna teve em Mato Grosso uma de suas bases de atração. Pelo Censo Demográfico de 1980, de um total de 632.000 pessoas não naturais do município onde moravam, mais de 72% estavam lá havia menos de nove anos. Essa é mais uma característica do corte monopolista desse processo de colonização: o deslocamento rápido de grandes contingentes populacionais. A maioria das empresas de colonização montou seus escritórios de representação no Sul do país, sobretudo no norte e oeste paranaenses (Maringá, Cianorte, Umuarama, Assaí e outras cidades).

De acordo com o Censo Demográfico de 1991, a população total no Estado de Mato Grosso atingiu 2.027.231 habitantes, 1,8 vez maior em relação à década anterior. O Censo apontou uma taxa de crescimento de 5,38%. Na população urbana, entre 1980 e 1991, foi de 7,73% e na área rural de apenas 1,04%.

No contexto do país, em 1980, Mato Grosso ocupava a 22ª posição entre os Estados, concentrando 0,96% da população total. Em 1991 passou para a 19ª posição (1,38% da população total).

O crescimento demográfico alcançado em 1991 foi de 888.540 habitantes, correspondendo a um acréscimo de 78,03%, e confirmando a tendência da década de 1980. O acréscimo de 830.158 habitantes na população urbana (126,75%, em relação a 1980) resultou no aumento da taxa de urbanização, que passou de 57,52% em 1980 para 73,26% em 1991. Esse incremento ocorreu por três fatores: o próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas; a migração, sobretudo no próprio Estado, para a área urbana; e a incorporação de áreas antes rurais.

Em termos gerais, a história da ocupação da região norte de Mato Grosso é a da abertura de estradas e, sobretudo, a das pessoas que formaram as frentes de expansão e pioneiras modernas, de um lado; e, de outro, a história do sofrimento dos povos indígenas.

Mais uma vez a história se repetiu. Toda colonização traz consigo os mesmos mecanismos estruturais: primeiro, projeta-se nos mapas a fração do território a ser tomada. Depois, todos os meios são válidos para justificar a conquista. Esse processo traz em seu bojo o conflito entre etnias e/ou classes ou frações de classes que sempre acabam culturalmente domesticadas e conseqüentemente dominadas. Dominação que se estrutura por meio das empresas de colonização e se consolida com a sua transformação em municípios. Os proprietários das colonizadoras tornam-se os novos “coronéis da política local”.

Os projetos de colonização na BR-163 e na Transamazônica, no Pará

O Estado do Pará conheceu a ação de órgãos oficiais de colonização desde a década de 1940, no entanto foi com o PIN – Programa de Integração Nacional – que

a colonização na área da Transamazônica se desenvolveu. Entre os projetos oficiais mais importantes na década de 1970 estão Altamira, Marabá, Itaituba e Pacal.

O primeiro Projeto Integrado de Colonização (PIC) de Altamira, implantado em 1970, representa a fase da colonização na Transamazônica, e envolveu uma área de 2.795.250 ha na região cortada pela rodovia. Foi proclamado com ufanismo pelo governo militar do general Médici como exemplo de “reforma agrária pacífica” etc. Recebeu os primeiros colonos assentados em 1970, dois anos depois atingiu o pico de implantação, e daí em diante foi praticamente abandonado, sendo retomado no início dos anos 1980. Por essa época estava com 6.000 colonos. Desde o início, o projeto recebeu mais nordestinos do que colonos de outras regiões do país, 65%, mas, de maneira geral, apenas metade do total permaneceu no projeto. Do projeto originaram-se os municípios de Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas e Rurópolis.

O Projeto Agroindustrial Canavieiro Abraham Lincoln (PACAL) foi instalado no município de PRAINHA, em 1973, numa área de 15.300 ha. Em dois anos recebeu 150 famílias, que foram para lá plantar cana-de-açúcar, tendo por meta o abastecimento de açúcar e álcool na região. Ele está localizado no atual município de Medicilândia.

O Projeto Integrado de Colonização (PIC) de Itaituba foi implantado em 1972, na faixa da Transamazônica, cobrindo 1.026.679 de ha, nos municípios de Aveiro e Itaituba, no oeste paraense. Em dez anos recebeu perto de 3.400 famílias para assentamento, e o que diferencia esse projeto dos demais é o fato de metade dos colonos ter vindo da própria Região Norte. Dele originou-se o município de Trairão.



Figura 13. A inauguração do asfalto da BR-163 em Mato Grosso.

Fonte: *Correio Varzeagrandense*, ano 1, n. 49, 2 a 8 dez. 1984.

O asfaltamento da BR-163 em Mato Grosso

Em decorrência da mudança na orientação do Incra, que, com apoio do Banco Mundial passou a estimular os projetos de colonização em Rondônia, os projetos de colonização no eixo da Cuiabá-Santarém em Mato Grosso prosperaram. Dessa forma, a pressão política passou a ser direcionada no sentido de criar o Estado de Mato Grosso do Norte. Era a ação dos novos personagens do cenário político que queriam dividir o “Nortão”, como era chamado, em um novo Estado. O que não ocorreu, porém; um representante dos migrantes sulistas, Blairo Maggi, elegeu-se governador do Estado em 2002.

O governo tratou de investir no asfaltamento da BR-163, inicialmente até Sinop, depois até Santa Helena e desta até Alta Floresta.

Com a implantação do sistema de rodovias, Mato Grosso tratou de articular o norte a partir de Cuiabá. Assim, a rede urbana foi se formando e criando uma rede de capitais regionais. A pavimentação da BR-163 desempenhou papel fundamental no processo de drenagem econômica do centro-norte do Estado.

A revogação do decreto-lei 1.164

No final dos anos 1980, o então presidente José Sarney editou o decreto-lei 2.375 com dois objetivos fundamentais: o primeiro foi revogar o decreto-lei 1.164, de 1/4/1971, que declarava “indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal”. Dessa forma, a União devolvia aos Estados o direito de legislar sobre as terras devolutas ainda existentes nas faixas referentes ao decreto-lei. O segundo objetivo referia-

se ao fato de que o decreto também “dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências”. Isso quer dizer que ele estabelece legislação específica para as terras públicas na Amazônia e manteve o espírito do decreto-lei revogado no parágrafo único do artigo 1º, para as terras públicas devolutas que estejam “incluídas, cumulativamente, na faixa de fronteiras” e aquelas “contidas nos municípios de Humaitá, AM, São Gabriel da Cachoeira, AM, Caracaraí, RR, Porto Velho, RO, Ji-Paraná, RO, Vilhena, RO, Altamira, PA, Itaituba, PA, Marabá, PA e Imperatriz, MA”.

Assim, as terras públicas devolutas existentes nos municípios de Marabá, PA, Altamira, PA e Itaituba, PA, passaram integralmente para o domínio da União (figura 14). Ou seja, a área integral do atual município de Itaituba – mais as dos municípios de Jacareacanga, Novo Progresso e Trairão –, a área integral do município de Altamira e a área atual do município de Marabá – mais as dos municípios de Eldorado dos Carajás, Curionópolis, Parauapebas, Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte – constituíram-se em municípios após a edição do decreto-lei 2.375, cujo texto integral é o seguinte:

Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987.

Revoga o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências. O Presidente da República no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, incisos I e II, e tendo em vista o artigo 89, inciso III e parágrafo único, da Constituição, Decreta:

Art. 1º Deixam de ser consideradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais as atuais terras públicas devolutas situadas nas faixas, de cem



Figura 14. Área sob jurisdição da União – decreto-lei 2.375, de 24/11/1987.

Fonte: IBGE, 1970. Org.: A. U. Oliveira.

quilômetros de largura, em cada lado do eixo das rodovias, já construídas, em construção ou projetadas, a que se refere o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, observado o disposto neste artigo.

Parágrafo único. Persistem indispensáveis à segurança nacional e sob o domínio da União, dentre as terras públicas devolutas em referência, as que estejam:

- I – incluídas, cumulativamente, na Faixa de Fronteiras;
- II – contidas nos Municípios de Humaitá, AM, São Gabriel da Cachoeira, AM, Caracaraí, RR, Porto Velho, RO, Ji-Paraná, RO, Vilhena, RO, Altamira, PA, Itaituba, PA, Marabá, PA, e Imperatriz, MA.

Art. 2º Incluir-se-ão, vigente este decreto-lei, entre os bens do Estado, ou Território, no qual se situem, nos termos do artigo 5º da Constituição, as terras públicas devolutas às quais retirada, pelo artigo anterior, a qualificação de indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais.

1º Permanecerá inalterada a situação jurídica das terras públicas, não devolutas, da União, existentes nas faixas a que alude o artigo 1º, *caput*.

2º Constituirão terras públicas não devolutas, abrangidas pelo § 1º, aquelas que, na data de publicação deste decreto-lei, estejam:

- I – afetadas, de modo expresso ou tácito, a uso público, comum ou especial, ou a fim de utilidade pública;
- II – sob destinação de interesse social;
- III – a configurar objeto de situações jurídicas, já constituídas ou em processo de formação, a favor de alguém;
- IV – registradas, na forma da lei, em nome de pessoa jurídica pública.

3º Para os efeitos deste decreto-lei:

- I – consideram-se afetadas a uso público, ou a fim de uti-

lidade pública, as terras públicas sob uso ou aplicação pela União, pelos Estados, Municípios, Territórios e respectivos entes descentralizados, inclusive os que atuem por outorga ou mediante delegação do Poder Público;

II – reputam-se sob destinação de interesse social as terras públicas vinculadas à preservação, à conservação, ou à restauração, dos recursos naturais renováveis e dos recursos ambientais;

III – caracterizam situações jurídicas, já constituídas ou em processo de formação, aquelas em que as terras públicas tenham sido objeto de:

- a) concessão, alienação, ou simples ocupação ou uso permitidos, por parte da União, seus entes e órgãos, mediante título definitivo ou provisório, expedido diretamente por uns e outros ou através de convênios por eles celebrados;
- b) posse lícita, por motivo outro, previsto em legislação federal, pendente de titulação;
- c) projetos de colonização, loteamento, assentamento e assemelhados, a cargo do Poder Público Federal, inclusive os de que trata o Decreto nº 68.524, de 16 de abril de 1971;
- d) regularização fundiária em curso, sobretudo nas hipóteses em que revertidas ao domínio da União por força de cancelamento do registro imobiliário, promovido pelo particular interessado.

Art. 3º A União afetará a uso especial do Exército, terras públicas federais, atualmente devolutas, contidas nos Municípios a que alude o inciso II do parágrafo único do artigo 1º.

1º Poderão ser a tal uso afetadas, também, se necessário, terras públicas federais não devolutas, nos Municípios em alusão, como, na Faixa de Fronteira, quaisquer terras públicas federais.

2º Essas terras serão utilizadas como campo de instrução por unidades militares localizadas na Amazônia Legal e para a instalação de novas organizações militares a serem criadas, dentro do plano de expansão da Força Terrestre.

Art. 4º Efetivada a afetação de que trata o artigo anterior, as terras públicas devolutas remanescentes nos Municípios de Humaitá, AM, São Gabriel da Cachoeira, AM, Caracaraí, RR, Porto Velho, RO, Ji-Paraná, RO, Vilhena, RO, Altamira, PA, Itaituba, PA, Marabá, PA e Imperatriz, MA, não situadas na Faixa de Fronteira, descaracterizar-se-ão como indispensáveis à segurança nacional, incluindo-se entre os bens do Estado, ou Território, no qual se localizem.

Art. 5º A União transferirá, a título gratuito, ao respectivo Estado ou Território, terras públicas não devolutas que, nas faixas mencionadas no *caput* do artigo 1º, lhe pertençam, condicionada, a doação, a que seu beneficiário vincule o uso daquelas áreas aos objetivos do Estatuto da Terra e legislação conexa.

1º Será também possível, à União, transferir, ao Estado, ou Território, onde se situem, terras públicas a ela pertencentes, localizadas na Faixa de Fronteira, inclusive para os objetivos aos quais se refere o *caput* deste artigo.

2º A transferência de que trata este artigo somente poderá ocorrer após a afetação prevista no artigo 3º.

3º São insuscetíveis dessa transferência as terras públicas que constituam objeto das hipóteses referidas nos incisos I, II e III, do § 2º do artigo 2º deste decreto-lei.

Art. 6º Os Estados e Territórios poderão arrecadar terras públicas devolutas de seu domínio, observado, no que couber, o artigo 28 da Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976.

Parágrafo único. Em se tratando de terras públicas devolutas incorporadas ao patrimônio de Estado, ou Território, por força deste decreto-lei, a arrecadação instruir-se-á, necessariamente, com certidão expedida pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – Mirad, na qual se ateste não estar, a área arrecadada, em qualquer das situações previstas no § 2º do artigo 2º.

Art. 7º Os termos, contratos e títulos, expedidos pela União, pelos Estados, Municípios, Territórios, ou entes de sua administração descentralizada, que se destinem a instrumentalizar a alienação, concessão, arrecadação ou o reconhecimento de domínio sobre terras públicas rurais, terão, para todos os efeitos, valor e eficácia de escritura pública.

Art. 8º Todos os imóveis rurais pertencentes à União, desde que se destinem aos fins do Estatuto da Terra e legislação conexa, somente podem ser concedidos, alienados por venda ou qualquer outra forma, dados em uso, ou ocupação, aos ocupantes ou pretendentes, por intermédio do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – Mirad.

Art. 9º O Ministro de Estado do Exército indicará, ao Presidente da República, identificando-as, em prazo não superior a cento e vinte dias, contado da publicação deste decreto-lei, as terras públicas federais a receberem afetação nos termos do artigo 3º.

Art. 10. O Presidente da República editará, nos noventa dias seguintes à publicação deste decreto-lei, ato no qual disciplinará a transferência de terras referida no artigo 5º, fixando-lhe o procedimento concernente e estipulando, quanto àquelas situadas na Faixa de Fronteira, requisitos específicos.

Art. 11. Revogam-se o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de

abril de 1971, e demais disposições em contrário.

Art. 12. Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

José Sarney

Também se constitui em legislação pertinente à questão das terras na Amazônia a lei 6.431 de 11/7/1977, que autoriza a doação de porções de terras devolutas a municípios incluídos na região da Amazônia Legal, regulamentada pelo decreto 3.743, de 5/2/2001.

A Constituição de 1988 e a questão agrária no Brasil

A década de 1980 terminou com a edição da Constituição de 1988, chamada de “Constituição cidadã”, por incluir em seus artigos direitos até então negados aos brasileiros. No que se refere à questão agrária, trouxe para seu texto apenas parte dos princípios presentes na lei 4.504, de 30/11/1964, que editou o Estatuto da Terra. Sob pressão da bancada ruralista do Congresso Nacional, o texto constitucional capitulou frente à questão da desapropriação das terras produtivas. O capítulo III, referente à política agrícola e fundiária e à reforma agrária, traz o seguinte texto:

Art. 184 – Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real,

resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º – As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro [...]

Art. 185 – São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I – a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II – a propriedade produtiva.

Parágrafo Único – A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social.

Art. 186 – A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Art. 188 – A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º – A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

§ 2º – Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior

as alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária.

Art. 189 – Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo Único – O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Art. 190 – A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.

Art. 191 – Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Parágrafo Único – Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Dessa forma, o artigo 188 garantiu constitucionalmente a destinação das terras públicas e devolutas para o plano nacional de reforma agrária, bem como o artigo 191 garantiu o direito de posse e em seu parágrafo único expressou a impossibilidade dos imóveis públicos serem adquiridos por usucapião.

A essa questão somou-se a questão indígena, cujo texto constitucional garantiu aos índios o pleno direito sobre suas terras, imprescritíveis, inalienáveis e indisponíveis, como reza o texto constitucional:

Art. 231 – São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens [...]

§ 4º – As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis [...]

§ 6º – São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

Também com relação ao meio ambiente, a Constituição de 1988 deixou registrada a necessidade urgente de sua preservação e garantiu a destinação das terras devolutas ou arrecadadas à proteção dos ecossistemas naturais:

Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações [...]

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão per-

Mesmo depois do fim da ditadura, a geopolítica militar continuou prevalecendo na Amazônia. Foi assim com o projeto Calha Norte no governo Sarney e com o Sistema de Vigilância da Amazônia, o Sivam, no governo FHC.

mitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

§ 4º – A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º – São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

Finalmente, quis o legislador incluir na parte relativa aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias o artigo 51, em cujo texto está expresso que o Congresso Nacional, por meio de uma Comissão Mista, faria a revisão de todas as terras públicas doadas, vendidas ou concedidas entre 1/1/1962 e 31/12/87 com superfície superior a 3.000 ha.

Assim, esse conjunto de legados jurídicos, somados aos já existentes, garante à União direitos e soberania sobre as terras públicas e as devolutas sob sua jurisdição. Esse conjunto legal é instrumento fundamental para a ação do Estado na área de influência da BR-163.

A DÉCADA DE 1990: A ECO-92, A REFORMA AGRÁRIA E A EXPANSÃO DA SOJA

A década de 1990 iniciou-se sob o signo da movimentação internacional contra o desmatamento da Amazônia, a luta pela reforma agrária e a expansão do agronegócio da soja, particularmente em Mato Grosso. Essas ações estavam inscritas em um momento his-

tórico marcado pela mundialização do capitalismo e pelo fim do socialismo nos países do Leste europeu. As nações endividadadas passaram a adotar as medidas de cunho econômico e financeiro neoliberais impostas pelo FMI – Fundo Monetário Internacional.

O desmatamento na Amazônia e a Eco-92

Em 1992 foi realizada na cidade do Rio de Janeiro a Eco-92, reunião internacional que tratava de assuntos ecológicos, na qual foram feitas denúncias sobre o desmatamento na Amazônia. Os dados eram implacáveis e traduziam uma realidade que não podia continuar: em 1974, 120.000 km²; 1978, 152.200 km²; 1988, 377.500 km²; 1989, 401.400 km²; 1990, 415.200 km²; 1991, 426.400 km².

Os 42,6 milhões de ha desmatados levaram o país a adotar políticas para frear essa ação. Mesmo assim, além de não diminuir, ultrapassou os 60 milhões de ha no início do século 21. As razões básicas para isso são a atividade madeireira e a expansão da pecuária.

Outra questão discutida na Eco-92 foi a biodiversidade e a não-assinatura pelos Estados Unidos dos protocolos do acordo. Somaram-se a esses problemas as propostas do governo FHC: o “Brasil em Ação” e o “Avança, Brasil”. Com esses programas de investimentos, novos problemas entraram no dia-a-dia da região amazônica:

- a expansão da soja na Amazônia;
- as hidrovias – Madeira, Araguaia-Tocantins e Tapajós;
- as rodovias – a Venezuela e a saída para o Caribe e a saída para o Pacífico;

- o oleoduto Bolívia-Brasil;
- o Sivam;
- a demarcação das terras indígenas;
- a alteração do Código Florestal e a possibilidade de redução da área desmatada nas propriedades na Amazônia;
- o narcotráfico e o contrabando de minérios;
- a pirataria da biodiversidade e as ONGs;
- o efeito estufa e o CDM (Clean Development Mechanism) ou em português MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) e o Protocolo de Kyoto; o reflorestamento, a floresta amazônica e o confisco de carbono pela vegetação;
- as reuniões dos representantes de nações indígenas (pajés) em Brasília, exigindo legislação de proteção “dos saberes tradicionais” sobre uso da biodiversidade na cura e na saúde.

A geopolítica territorial na Amazônia

Mesmo depois do fim da ditadura, a geopolítica militar continuou prevalecendo na Amazônia. Foi assim com o projeto Calha Norte no governo Sarney e com o Sistema de Vigilância da Amazônia, o Sivam, no governo FHC. Este tem como tarefa principal observar e controlar os 5,2 milhões de km² da Amazônia. É um projeto que integra o programa Sipam – Sistema de Proteção da Amazônia.

O Sivam constitui-se de uma rede integrada de telecomunicações baseadas no sensoriamento remoto, que processa imagens obtidas por satélites e sensores instalados em aviões. As informações ficarão armazenadas em banco de dados sediado em Brasília, que operará interligadamente com três centros de vigilância a serem instalados em Manaus, AM, Belém, PA e Porto Velho, RO.



No município de Novo Progresso, Pará, a presença de migrantes sulistas indica que eles são também personagens da grilagem de terras públicas na região.
Foto: Márcio Iório

Entre seus objetivos, explicitados pelo governo, em primeiro lugar está o controle do tráfego aéreo (a região era a única área do país ainda não coberta totalmente pelo sistema Cindacta). Depois, o controle de atividades ilegais como o tráfico de drogas, contrabando, vôos clandestinos e atos “hostis”, o mapeamento de bacias hidrográficas, jazidas de minérios e outros recursos naturais; e a proteção ambiental (atuando no combate ao desmatamento, queimadas e mineração ilegal).

Durante o governo FHC, os programas de seus dois mandatos continham propostas que de certo modo articulavam estratégias geopolíticas e de alteração no sistema de transportes para a região amazônica. Nesse caminho foi implantada a hidrovía do Madeira. Outras duas propostas de hidrovias não saíram dos planos (Tapajós e Araguaia-Tocantins).

Esses projetos geopolíticos tinham a ver com a transformação da infra-estrutura de transportes da região e a alteração profunda da questão logística. No centro estava a criação de condições para que a região deixasse de ser a pior e passasse a ser a mais bem localizada do ponto de vista do acesso ao mercado externo. Afinal, a soja ou a carne produzida em Mato Grosso tinham de sair ou pelo porto de Paranaguá, PR, ou por Santos, SP.

A ferrovia Ferronorte tem exatamente esse objetivo, mas sua implantação vem sendo feita em ritmo lento. O governo FHC construiu a gigantesca ponte rodoferroviária que conectou o sistema ferroviário paulista da Ferrobán, em Santa Fé do Sul, SP, no extremo noroeste do Estado, com a ponta dos trilhos da Ferronorte em Aparecida do Taboado, MS. Em 1999 foi inaugurado o primeiro trecho da Ferronorte, com

421 km, ligando Aparecida do Taboado, MS, a Alto Taquari, MT, e em abril de 2002 foram concluídos mais 90 km, interligando Alto Taquari a Alto Araguaia, em Mato Grosso, com 511 km. Em 2004, a empresa transportou mais de 6 milhões de toneladas de soja, o equivalente a 50% do total desse grão saído do porto de Santos.

A Ferronorte vai atravessar o Estado no sentido leste-oeste e chegar a Porto Velho, em Rondônia, e a partir de Cuiabá até Santarém, no eixo da BR-163. O projeto compreende duas etapas: o trecho Alto Araguaia-Rondonópolis (extensão de 270 km, que já possui o licenciamento ambiental); e o trecho Rondonópolis-Cuiabá (em fase de licenciamento ambiental e com o EIA-RIMA concluído).

Segundo a Brasil Ferrovias, entre os

benefícios previstos com a expansão da Ferronorte estão: redução do custo logístico para carga de exportação: soja e derivados (Mato Grosso), até o porto de Santos, SP; redução do custo final dos insumos agrícolas; aumento da competitividade de produtos agrícolas brasileiros no cenário internacional; aumento da capacidade de captação de carga; aumento da participação do modo ferroviário na matriz de transportes brasileira; e redução no consumo de combustíveis. (www.brasilferrovias.com.br)

Outro projeto de infra-estrutura implantado na Amazônia que interessa a Mato Grosso foi a hidrovía do Madeira, nos Estados de Rondônia e Amazonas. O projeto foi executado pelo grupo Maggi, que centralizou suas atividades em Sapezal, MT, município por ele criado na década de 1990. Sapezal está locali-

zado no noroeste do Estado, na pior posição logística do ponto de vista dos custos de transporte. O grupo Maggi implantou um projeto multimeios para reduzir esses custos: passou a utilizar a rodovia pela MT-235, de Sapezal a Comodoro, MT, e dali até Porto Velho, RO, a BR-364, cobrindo uma distância de 1.150 km. Em Porto Velho, às margens do rio Madeira, construiu um terminal graneleiro de passagem, para alimentar a frota fluvial composta de empurradores e barcas graneleiras. Em associação com a Hermasa Navegação da Amazônia S/A, constituíram a Hermaggi Agroindustrial Ltda. para operar a navegação nos rios Madeira e Amazonas até Itacoatiara, AM, onde foi implantado um porto graneleiro com transbordo para navios. Nos últimos anos, a hidrovía movimentou mais de 1 milhão de toneladas de soja, mais de 300.000 t de fertilizantes e mais de 30 milhões de toneladas de óleo diesel (www.grupomaggi.com.br).

A expansão da soja e da pecuária em Mato Grosso

A expansão da pecuária no centro-norte de Mato Grosso é bastante expressiva, o que pode ser verificado pelo aumento da área de pastagem e do rebanho bovino: em 1985 era de 1.493.864 ha e uma década depois chegou a 5.457.755 ha.

Em 1970, o rebanho bovino da região era de 77.291 cabeças; em 1985, de 696.719; e em 2003 chegou a 9.384.573 cabeças. Em termos estaduais, o centro-norte participa com 38% do rebanho total do Estado.

Entre os projetos com forte interferência na Amazônia Legal está o Proceder – Programa de Desenvolvimento do Cerrado –, assinado pelo general Geisel em 1974, que visava tornar agricultáveis os 60

milhões de hectares de cerrado do Brasil central. Esse projeto é o responsável pela expansão da soja na região da BR-163. Já no Estado de Mato Grosso, o Prodeagro – Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso –, do governo estadual, era voltado para realizar investimentos em diversos setores, no valor de 270 milhões de dólares. Dos recursos financeiros aplicados, 75% vieram do Banco Mundial a título de empréstimo, e os governos estadual e federal entraram equitativamente com os outros 25%. Fundamentalmente, o projeto visava articular a necessidade de desenvolvimento com a exigência da preservação dos recursos naturais. O item referente à proteção e ao controle das áreas indígenas e o combate a qualquer alternativa que implicasse a necessidade de desmatamento tiveram importante papel no projeto.

Pelos dados do IBGE de 1975, apenas quatro produtores plantaram soja em Mato Grosso (3 ha) e dois no Pará (1 ha); em 1980, foram oito no Pará (29 ha) e 270 em Mato Grosso (56.514 ha). Em 1985, 153 plantaram soja no Pará (397 ha) e 3.040 em Mato Grosso (822.821 ha). Em 1995/96, os produtores no Pará diminuíram para 138 (190 ha) e em Mato Grosso para 2.746. Porém, a área plantada mais do que dobrou: 1.740.392 ha. Isso quer dizer que ocorreu uma mudança no processo de expansão da soja e outras lavouras no centro-norte mato-grossense. Os dados de 1985 indicavam que 637.352 ha de terras estavam ocupados com lavouras permanentes e temporárias, como o milho (41.131 ha), arroz (125.842 ha) e soja (257.572 ha). Ou seja, a soja já ocupava 40% da área das lavouras e estava concentrada na microrregião Parecis-Alto Teles Pires (municípios de Nobres e Diamantino), com

238.576 ha (37%). Assim, fora esses dois municípios, apenas São José do Rio Claro, com 16.374 ha, e Sinop, com 2.392 ha, se destacavam na área plantada com soja. Comparando com a pecuária, verifica-se que a área das lavouras ocupava 42% da área da pecuária e a soja 17%. Em Parecis-Alto Teles Pires, a área de pastagem em 1985 era de 777.695 ha, enquanto a área das lavouras era de 401.314 ha. Isso quer dizer que nessa microrregião a lavoura ocupava 52,5% da área da pecuária, sendo que a área da soja era de 31% da área da pecuária, mas 59% da área das lavouras. Sem contar

que outros 13% eram ocupados pelo arroz, que é sempre a primeira cultura depois que o cerrado é derrubado para o plantio de soja ou para a formação de pastagens. Em 1989, a soja já ocupava 797.000 ha nessa mesma microrregião (Parecis, 438.000, e Alto Teles Pires, 359.000). Enquanto em Sinop a área plantada era de apenas 12.700 ha.

Analizando os dados sobre a expansão da soja na década de 1990 em Mato Grosso, verifica-se um crescimento de 150% em dez anos no Estado e de 40% em termos nacionais (figura 15).

Figura 15. Soja – Área plantada total (em 1.000 ha)

	90/91	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00
Pará	-	-	-	-	-	-	-	2,6	1,6	2,3
Mato Grosso	1.100,0	1.452,0	1.713,4	1.996,0	2.295,4	1.905,2	2.095,7	2.600,0	2.548,0	2.800,0
Brasil Total	9.742,5	9.582,2	10.717,0	11.501,7	11.678,7	10.663,2	11.381,3	13.157,9	12.995,2	13.507,8

Fonte: IBGE

Figura 16. Soja – Volume da produção (em 1.000 t)

	90/91	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00
Pará	-	-	-	-	-	-	-	5,5	3,3	4,9
Mato Grosso	2.607,0	3.484,8	4.197,8	4.970,0	5.440,1	4.686,8	5.721,3	7.150,0	7.134,4	8.456,0
Brasil Total	15.394,5	19.418,6	23.042,1	25.059,2	25.934,1	23.189,7	26.160,0	31.369,9	30.765,0	32.344,6

Fonte: IBGE

Figura 17. Soja - Produtividade (em kg/ha)

	90/91	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00
Pará	-	-	-	-	-	-	-	2.115	2.038	2.120
Mato Grosso	2.370	2.400	2.450	2.490	2.370	2.460	2.730	2.750	2.800	3.020
Brasil Total	1.580	2.027	2.150	2.179	2.221	2.175	2.299	2.384	2.367	2.395

Fonte: IBGE

Quanto ao volume de produção, o crescimento em Mato Grosso foi muito maior, pois, na década, foi de 225%, para um ritmo nacional de 110% (figura 16).

Esse crescimento decorreu de ganhos de produtividade acima da média nacional na década de 1990, o que permitiu elevar Mato Grosso à condição de maior produtor de soja, com 8,456 milhões de toneladas, na safra 1999/2000, superando o Paraná (7,134 milhões de toneladas). Enquanto a média nacional, no início da década, era de 1580 kg/ha, em Mato Grosso já era de 2.370 kg/ha. No final da década, quando a média nacional cresceu para 2.395 kg/ha, a média mato-grossense atingiu 3.020 kg/ha (figura 17).

Assim, Mato Grosso ingressou no século 21 como Estado líder na produção de soja, fechando a década com uma participação de 20,7% no total da área cultivada no país. Entre as mesorregiões do Estado, a do norte alcançou 61,2% da área cultivada estadual e 12% da nacional. Entre as microrregiões no norte, o destaque ficou para Parecis, 30,9% e 6%, e Alto Teles Pires, 25,6% e 5%, respectivamente, em termos estaduais e nacionais, demonstrando forte concentração da área cultivada nessas microrregiões. Dentre os municípios produtores de soja destacou-se Sorriso, com 11,6% da produção estadual e 2,3% da nacional. Quanto ao volume da produção, a concentração foi semelhante.

A pressão social pela reforma agrária e os assentamentos

Em seu programa de governo no primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso propôs assentar

260.000 famílias, entendendo que a reforma agrária deveria ter apenas finalidade social, ou seja, retirar parte das pessoas marginalizadas dessa condição. Os massacres de Corumbiara, RO, e Eldorado dos Carajás, PA, fizeram com que essas metas fossem refeitas e ampliadas no segundo mandato. Ao final de oito anos, o governo anunciou ter assentado mais de 600.000 famílias, 60% delas na Amazônia Legal.

No governo Collor de Melo, das 40.000 famílias assentadas, 63% se estabeleceram na região amazônica, e Mato Grosso ficou com 2.250 delas. No governo Itamar Franco, a Amazônia ficou com 43% das 4.800 famílias assentadas, e Mato Grosso não teve nenhuma. No primeiro mandato de FHC, 61% de um total de 276.000 famílias foram assentados na Amazônia, sendo que Mato Grosso ficou com 12,5% delas (34.450). Assim, a década de 1990 terminou com forte pressão social dos movimentos de luta pela terra para a realização da reforma agrária. Porém, no segundo mandato de FHC, o ritmo de assentamentos foi reduzido e apenas mais 10.000 famílias foram assentadas em Mato Grosso.

Entretanto, a pressão social aumentou significativamente, pois nos programas Acesso à Terra e Reforma Agrária pelo Correio, Mato Grosso teve 70.000 famílias inscritas, ficando em primeiro lugar em número de inscrições. Esse programa foi lançado de forma midiática por FHC, transformando-se em um programa de “reforma agrária virtual”, que só serviu para iludir os camponeses. A mídia em geral foi cúmplice dessa ação do governo FHC, porque veiculou em horário nobre essa propaganda virtual. Assim, a década termina com uma forte pressão social dos movimentos de luta pela terra por reforma agrária.

A nova configuração territorial do Estado de Mato Grosso

Na última década do século 20 foi criada meia centena de novos municípios em Mato Grosso. Essa realidade territorial mostra como está se dando a rápida ocupação da Amazônia Legal.

Toda a estrutura territorial do Estado está sofrendo ações de processos diferenciados. A expansão da soja no cerrado é o elemento econômico mais dinâmico na atualidade. Grandes grupos econômicos exploram-na em grande escala e dois deles têm novos projetos para a área central do Estado. O primeiro grupo, Ferrovias do Brasil, desenvolve a Ferronorte, que inicialmente ligará Rondonópolis, importante pela concentração dos armazéns e silos, ao Centro-Sul do país, particularmente São Paulo e o porto de Santos. O segundo projeto, a construção de um porto graneleiro em Itacoatiara, no rio Amazonas, por uma empresa mista – Estado do Amazonas (47%) e grupo Maggi (53%) –, abriu a possibilidade de a soja da região central de Mato Grosso ser escoada via BR-364 até Porto Velho e de lá até Itacoatiara em balsas. Assim, desenhou-se um novo corredor de exportação, que, de acordo como o que se assegura, economiza de 30 a 50 dólares por tonelada de soja em frete. Esse corredor intensificou a expansão da soja no cerrado, na direção oeste de Mato Grosso e para o cerrado de Rondônia.

A pavimentação da BR-163 vai impor novos mecanismos de conformação territorial em Mato Grosso: Sinop ganhará finalmente a condição de capital regional, e poderá passar a comandar a articulação da rede urbana do norte de Mato Grosso e do sudoeste do Pará.

A expansão espacial do processo de colonização, a implantação dos projetos agropecuários e a recente expansão da soja geraram uma nova configuração territorial que o Estado está consolidando: Barra do Garça, Rondonópolis, Sinop, Cáceres e provavelmente Tangará da Serra serão cidades de segunda grandeza comandadas por Cuiabá, que rapidamente vai se tornando metrópole regional. Esses centros urbanos desenvolvem redes de cidades que estruturam regiões. Por certo, cada uma delas comandará espaços específicos de Mato Grosso, com velocidades distintas de desenvolvimento.

Esse processo gerou o surgimento de grande número de pequenos centros urbanos, que gradativamente vão se tornando novos municípios. Estes, por sua vez, trouxeram para a cena política novos personagens que abalaram a estabilidade das “velhas” oligarquias cuiabanas conseguida depois da divisão do Estado no final da década de 1970.

Entre os centros regionais ganham importância Colíder, Juara, Alta Floresta e Guarantã do Norte – este, pela importância estratégica no extremo norte, que está drenando para Mato Grosso a porção sudoeste do Pará, inclusive uma expressiva parte da economia de Novo Progresso.

O garimpo e a expansão da pecuária no sudoeste do Pará

A Amazônia concentra a maioria das áreas garimpeiras do país, sobretudo as de ouro e diamante. A população garimpeira do Brasil é estimada em cerca de 300.000 trabalhadores, sendo que 80% estão na Amazônia e a metade destes, no Estado do Pará. Entre as principais regiões garimpeiras estão Tapajós,

Cumaru e Serra Pelada, no Pará; e Alta Floresta, Peixoto de Azevedo e Juína, em Mato Grosso.

Na década de 1980, essas regiões foram responsáveis por 25% da produção, mas, em função do ouro desviado do controle oficial, acredita-se que essa participação chegava a 85% do total nacional. O maior problema enfrentado pelos garimpeiros sempre foi a pressão exercida pelas empresas de mineração, que buscavam assumir a exclusividade da exploração mecanizada do ouro e do diamante. Essa pressão sempre gerou conflitos. O maior exemplo é o de Serra Pelada, onde os garimpeiros chegaram a se organizar em uma cooperativa. Mas a regra sempre foi a da violência física empregada pelos seguranças das mineradoras, ajudados pela Polícia Militar na expulsão dos garimpeiros.

Na década de 1980, empresas como Mineração Gradaús e Mineração Ouro Norte disputaram com os garimpeiros a extração do ouro na região do Tapajós, no Pará. Em Peixoto de Azevedo, Mato Grosso, as empresas Thomin e Engemil fizeram o mesmo (CONAGE, 1984, p. 21).

O norte de Mato Grosso, por exemplo, foi uma das regiões garimpeiras que tentaram “esconder” os massacres. José Renato Schaefer registrou em livro passagens dessa violência:

A CPT, ouvindo demoradamente colonos e garimpeiros da área e também garimpeiros expulsos pela polícia e jagunços de Ariosto da Riva, presidente da Indeco, colheu os seguintes dados: os colonos nada têm contra os garimpeiros, pois na área onde moram não existe garimpo. A garimpagem estava sendo feita em área não-colonizada. Inclusive, alguns colonos sofre-

ram ameaças e repressões por terem acolhido garimpeiros corridos e espancados pela polícia e jagunços. Desmentem também que garimpeiros tenham faltado com o respeito às famílias dos colonos.

Grande parte dos garimpeiros expulsos de Paranaíta está no garimpo do Peixoto, situado na rodovia Cuiabá-Santarém, BR-163. Inúmeros deles foram ouvidos. Eis aqui, em resumo, o que passou: receberam um aviso para desocuparem a área por etapas. Isto é, aproximadamente trinta pessoas por vez. Na medida em que saíam da mata, eram apanhados por um grande número de jagunços e alguns policiais fardados. Eram obrigados a entregar todo o ouro que possuíam ao delegado de polícia de Sinop, José César Conte, e entrar na fila; os documentos pessoais eram queimados sob o pretexto de que documentos do Maranhão e outros Estados não valem em Mato Grosso; em seguida, eram obrigados a se despir e deitar de bruços. Os que não obedeciam apanhavam ou morriam ali mesmo. Qualquer movimento bastava para levar uma rajada. Quase todos os garimpeiros (cerca de 3.500) foram torturados pelos bandidos. Em alguns, introduziam o cano do mosquetão ou outros objetos no ânus, outros eram pendurados pelos pés (muitos até morreram), outros eram obrigados a manter relações sexuais com os próprios companheiros. As mulheres eram violentadas na presença dos maridos pelos policiais e jagunços. Chegou-se ao ponto de colocar gasolina na vagina e em seguida atear fogo. Davam coices de mosquetão nas mulheres grávidas. Dificilmente alguém escapou sem ser espancado. Depois da carnificina eram carregados numa tombeira. O embarque procedia da seguinte maneira: um dos companheiros, que havia sido surrado até sair sangue e cujas costas

Desde a descoberta até a década de 1980, a produção de ouro no Tapajós continuou crescendo: em 1979 chegou perto de 20 t, tornando-se a maior produtora de ouro no país.

foram esfregadas com sal, era colocado diante da tombeira. Este obrigatoriamente tinha que ser usado como degrau pelos demais companheiros, pulando-se com os dois pés em cima dele para o embarque. Em seguida eram despejados na beira do rio Teles Pires, na travessia da balsa da Indeco.

Calcula-se em trezentos o número de mortos. Quem caminha naquelas matas não raro encontra cadáveres já praticamente decompostos. E diga-se que no mês de novembro um grupo de garimpeiros encontrou dezoito cadáveres amontoados, mortos recentemente. Isso significa que a matança naquela região ainda não chegou ao fim. (SCHAEFER, 1985, p. 150-1)

Como no norte de Mato Grosso, o garimpo também foi uma das principais atividades econômicas no sudoeste do Pará desde a década de 1960. A partir da descoberta, em 1958, por Nilson Pinheiro, os garimpos de Tapajós conheceram diferentes etapas no que se refere às relações sociais e técnicas de trabalho e produção. A região conheceu a cata manual nos aluviões, a dragagem pelas balsas nos leitos dos rios e o desmonte pelos “bico-jatos”. Desde a descoberta até a década de 1980, portanto, a produção de ouro no Tapajós continuou crescendo: em 1979 chegou perto de 20 t, tornando-se a maior produtora de ouro no país.

Gabriel GUERREIRO escreveu:

Durante todos esses anos de evolução criaram-se mecanismos próprios e regras bem estabelecidas nas relações de trabalho que acabaram por gerar um sistema ético peculiar com especificidades tapajônicas. Venceram-se as distâncias e a inacessibilidade através

do uso do avião, apostou-se em tecnologias novas e criou-se uma verdadeira competência gerencial do próprio sistema que garantiu a vida ativa e o suprimento adequado do complexo garimpo. Espalhados em uma área aproximada de 250.000 km², os garimpeiros têm ponto de convergência na cidade de Itaituba, onde se localiza o centro operacional e financeiro do complexo. Dispondo de mais de 150 locais de atividades, cada um com sua pista de pouso, ativas ou não, espalhadas na floresta, os garimpeiros do Tapajós são a maior experiência mineira de cunho estritamente nacional e popular que já tivemos neste país. Desta experiência temos muito que aprender. (CONAGE, 1984, p. 88)

A vida nessa província garimpeira correu livremente, movida pelos momentos de expansão ou retração decorrentes das flutuações do preço do ouro. Nessa região, praticamente nunca ocorreu intervenção do poder público na vida do garimpo.

Itaituba, porém, foi ao longo desses anos profundamente marcada pela atividade garimpeira. Sua vida passou a depender dessa atividade, em especial no que concerne ao aspecto econômico-social. As forças políticas foram influenciadas por essa nova atividade; entretanto, a influência se deu de modo lento e gradativo, gerando uma perfeita simbiose entre o poder local e os novos contingentes que aportaram ao longo do tempo atraídos pela garimpagem. O surgimento de novas lideranças foi normal e evolutivo, sem grandes choques de forças entre as oligarquias locais e as novas lideranças emergentes. Após o advento do garimpo uma nova composição de poder se estabele-

ceu, porém sem confronto com a anteriormente existente. Isso diferencia de modo marcante o processo de Tapajós daquele que se desenvolveu no sul do Pará, em especial no caso de Serra Pelada, que afetou drasticamente o poder político de Marabá e circunvizinhanças.

No caso de Itaituba, o novo poder se estabeleceu lentamente à medida que surgiam novas fortunas advindas do ouro. Aqui, a mudança se deu na mesma velocidade em que se dava o enriquecimento de alguns e se firmavam novos poderes econômicos. Foi desse modo que o pioneiro Nilson Pinheiro acabou sendo prefeito de Juruti e depois deputado estadual, e continuou militando na política de Itaituba.

O poder daqueles que se tornaram senhores em Itaituba é evidenciado na época de eleições não só pelos votos que lá existem, mas, e principalmente, pela ajuda financeira que alguns políticos recebem para atender interesses diversos, como proteção ou, no mínimo, para não incomodarem os interessados. Não é raro se ver casos de homens ricos, profundamente ligados ao garimpo, que nas eleições ajudam financeiramente políticos de diferentes partidos, garantindo seu espaço, qualquer que seja a composição vitoriosa. O quadro político da região do Tapajós foi, portanto, muito diferente daquele de Serra Pelada e suas constantes intervenções lideradas pelo Major Curió: “Neste caso, o poder político veio pelo uso da força através de um processo intervencionista, autoritário e prepotente, independente do poder econômico e sem qualquer ingerência da oligarquia local. O novo poder político em Marabá veio de fora, imposto pelo Conselho de Segurança Nacional, para resguardar interesses diversos em uma área de intensos conflitos e

grande instabilidade social [...]” O processo de ocupação através de métodos intervencionistas, adotados pelo Governo Federal, engendrou os mecanismos dos conflitos políticos e sociais na Amazônia. Esses conflitos estão aflorados nas disputas entre os posseiros e os fazendeiros; entre os madeireiros e os castanheiros; entre os garimpeiros e mineradores; enfim, entre os latifúndios castanheiros tradicionais e os novos latifúndios fazendeiro-madeireiros que invadem a Amazônia e que são os frutos maiores do processo intervencionista. A ação no garimpo de Serra Pelada fez parte desse contexto e integra o mesmo conflito. Essa é a proposta do Governo Federal atual para ocupar a Amazônia, não se importando se isso representa a desgraça de sua gente e a dilapidação completa de seu patrimônio natural inestimável para o futuro.

Gabriel GUERREIRO desenhava, assim, o processo de ocupação pelo garimpo e a posição do Estado frente a esse processo, ressaltando que até 1984 nada se fez na Amazônia que não fosse por interesse do governo militar. Dessa forma, os interesses das empresas de mineração de um lado, de outro o dos fazendeiros e madeireiros e, no pólo frágil do conflito,

os interesses dos posseiros sem terra, vindos aos enxames de todos os cantos do país, atrás das “terras sem homens”, mas não sem “donos” [...] Há um contingente de desocupados, sem paradeiro e sem destino certo, cujas únicas opções são se apossar de um pedaço de terra ingressando na luta dos posseiros, se tornar garimpeiro, ou ser assalariado temporário nas derrubadas das fazendas, como peão, sem nenhum direito e às vezes até escravo sem nome. O

aparecimento do garimpo representa um catalisador desse contingente de deserdados da sociedade. (CONAGE, 1984, p. 94)

A região garimpeira do Tapajós sempre sofreu a influência do garimpo do sul do Pará.

Levas de homens que não encontravam oportunidade na área do sul do Pará arriscavam-se na busca até o Tapajós. Itaituba recebeu um grande contingente de desocupados que somente em doses pequenas eram transferidos para as áreas verdadeiramente garimpadas. A maioria transformou a cidade em um caos ainda maior do que o seu estado normal. Mas essa leva humana deslocada para o Tapajós não foi sozinha, levou consigo todo o caldo das doenças e da miséria. O garimpo do Tapajós, que estava estabilizado e produzindo ouro em um sistema equilibrado há mais de vinte anos, foi sacudido pela febre da “Amazônia garimpão”. [...] Nenhuma grande jazida de ouro foi revelada no Tapajós, apesar de seus 25 anos de produção. Uma área como esta, evidentemente, é uma excelente oportunidade para o garimpo. Essa vocação está inclusive provada na prática histórica da região. Isso nos permite dizer que no Tapajós deve ser mantida a garimpagem, porém com a perspectiva de sua estruturação em bases produtivas mais racionais e mais humanas [...] No nosso entender, um estudo das formas variadas, das estruturas garimpeiras no Tapajós, nos permitiria aprender muito, desde o ponto de vista da tecnologia, quanto das relações de trabalho e das diferentes formas de convívio social nos garimpos. Não conhecemos experiência mais rica em variedade de organização social e econômica

no Brasil. As especificações, diferenças e semelhanças das comunidades garimpeiras que se distribuem em mais de uma centena de aglomerados humanos e à volta das pistas de pouso fazem do Tapajós um exemplo sem paralelo. Não temos dúvidas de que é lá que devemos buscar as bases para um modelo mais adequado, tanto para avançar na produção como nas relações sociais das comunidades garimpeiras. (CONAGE, 1984, p. 101ss.)

As atividades garimpeiras deixaram raízes da estruturação do espaço do sudoeste do Pará na década de 1980. A crise no mercado mundial do ouro no início dos anos 1990 levou a atividade ao declínio, mas não ao fim. Ao contrário, o garimpo ainda existia em muitas áreas. Das pistas de pouso dos aviões que abasteciam os garimpos, muitos povoados nasceram. Alguns chegaram a distrito e um a município.

Mas a década de 1990 também assistiu a outro processo no sudoeste do Pará: a expansão da pecuária e da atividade madeireira. A significativa expansão da pecuária no oeste e sudoeste do Pará também é revelada pelos números: em 1970, o rebanho bovino era de 253.010 cabeças nas microrregiões do Médio Amazonas Paraense (Santarém); de 50.719 cabeças do Baixo Amazonas; de 3.363 cabeças do Xingu (Altamira); e de 5.837 cabeças na então denominada microrregião do Tapajós (Itaituba, 751, e Aveiro, 5.086).

Em 1985 havia 395.038 cabeças na então denominada microrregião do Médio Amazonas Paraense; 108.459 cabeças na microrregião do Baixo Amazonas; 91.169 cabeças na microrregião do Xingu e 46.666 na então denominada microrregião do Tapajós (Itaituba, 33.524, e Aveiro, 13.142).

Em 2003, essas microrregiões já estavam com 923.406 cabeças no Baixo e Médio Amazonas; 1.961.026 cabeças na mesorregião Sudoeste: a microrregião de Altamira com 1.422.148 cabeças e a de Itaituba com 538.878 (Itaituba, 168.641, Jacareacanga, 30.187, Aveiro, 19.957, Rurópolis, 59.599, Trairão, 28.753, e Novo Progresso, 231.741).

Esse crescimento está diretamente relacionado à grilagem das terras públicas no processo da crise no garimpo. Ou seja, as terras foram cercadas por grileiros vindos, na maioria, do norte de Mato Grosso. Assim, os colonizadores que tiveram acesso à terra via projetos de colonização contraditoriamente gestaram uma geração de grileiros para ocupar o Pará e o Amazonas. Muitos controlaram garimpos ou o comércio de ouro, quase sempre clandestino. Eles se põem na região como os novos civilizadores do sertão.

Na onda da grilagem vieram aventureiros, fazendeiros, madeireiros, comerciantes, camponeses sem terra etc., formando uma sociedade atravessada pelas contradições do mundo moderno. Sua articulação com o garimpo decadente e com a extração da madeira em expansão formou o tripé que constitui a base social da região.

Embora o Pará concentre o maior número de pólos madeireiros (24), com a presença de mais de 1.200 empresas que em 1998 exploraram 11.280.000 de m³ de madeira, poucos se destacam no sudoeste – apenas os pólos de Santarém, Itaituba, Novo Progresso e Altamira.

O contrário ocorre em Mato Grosso, pois quinze dos 23 pólos madeireiros que concentram mais de setecentas empresas – que em 1998 exploraram 10.070.000 m³ de madeira – estão no norte do Esta-

do, a grande maioria no eixo da BR-163. Daí o poder de atração da madeira do sudoeste do Pará, especialmente a de Novo Progresso e de Castelo dos Sonhos, sobre os madeireiros do norte de Mato Grosso.

Em 1998, Pará e Mato Grosso responderam por 75% (respectivamente, 40% e 35%) da produção de madeira na Amazônia Legal. O sudoeste do Pará fica em uma área de fronteira madeireira que pode ser caracterizada como nova. É evidente que o asfaltamento da BR-163 vai influir no processo de ampliação dessa fronteira.

De acordo com estudos do Imazon, a BR-163 vai atingir cinco zonas madeireiras – duas no Pará e três em Mato Grosso.

Entre o total da madeira processada no Pará em 1998, 77% foram comercializados como madeira serrada, 6% aparelhada e 17% sob a forma de laminados e compensados. Em Mato Grosso, esses percentuais foram respectivamente de 69%, 11% e 20%.

Assim, o binômio madeira-pecuária está no centro do processo de grilagem no sudoeste do Pará. A exploração da madeira funciona como uma espécie de acumulação primitiva que permitirá ao grileiro juntar dinheiro para investir no cercamento e controle da terra que pretende abocanhar. O dinheiro também servirá para formar as pastagens, pois a pecuária é o instrumento de alegação da “posse produtiva” das terras públicas griladas.

As décadas de 1970 e 1980 foram pródigas nessas ações no norte de Mato Grosso; depois, a partir da década de 1990, o sudoeste do Pará e o leste do Amazonas é que são objeto da sanha dos latifundiários grileiros do país. Não há como negar que o asfaltamento da BR-163 interferirá nesse processo. De um lado estarão

sempre os grileiros (madeireiros e pecuaristas) a “clamar pelo desenvolvimento em nome dos trabalhadores que não têm nada”; e de outro o Estado, com o poder de, pela primeira vez na história do Brasil, fazer justiça impedindo a grilagem.

A nova configuração territorial do oeste do Pará

O oeste do Pará tem sua estrutura regional e territorial marcada de um lado pelos rios Amazonas e Tapajós e de outro pelas BR-230 – Transamazônica – e BR-163 – Cuiabá-Santarém. A herança histórica da ocupação pelos rios impôs o transporte fluvial. A construção das duas rodovias alterou a estruturação do Estado, porém as suas péssimas condições de tráfego contribuíram para que o transporte fluvial ainda resistisse à hegemonia rodoviária.

Santarém é a capital regional do oeste paraense, a ela se articulam os municípios ribeirinhos de Faro, Óbidos, Juriti, Oriximiná, Terra Santa, Alenquer, Belterra, Curuá, Monte Alegre, Prainha, Almeirim, Porto de Moz e no eixo rodoviário Rurópolis e Placas. Altamira, por sua vez, tem em sua área de influência Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. A outra região de menor expressão é de Itaituba, que articula Aveiro, Jacareacanga, Trairão e Novo Progresso.

Assim, são três os tipos de município que aparecem na região: 1) os ribeirinhos; 2) os que nasceram da colonização promovida pelo Incra na Transamazônica e na Cuiabá-Santarém (tais como Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Rurópolis e Trairão, todos com uma história comum de migração de sem-terra de toda parte do país em busca de terra; formaram-se

a partir de assentamentos realizados pelo Incra e possuem uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade); e 3) os municípios como Novo Progresso e os distritos como Moraes Almeida e Castelo dos Sonhos, nascidos do garimpo.

Sobre essa nova ordenação territorial deve-se levar em conta que os municípios ribeirinhos seguiram a lógica histórica e nasceram sob a presença do Estado, enquanto os segundos foram produto da colonização pública. Mas o terceiro tipo nasceu da conjunção ilegal de grileiros de terra, madeira e minérios, que se travestiram da ordem legal ao criar municípios e distritos. Cidades como Novo Progresso nasceram e se constituíram como parte do Estado, na ilegalidade praticada contra o patrimônio público. E, agora, os que cometeram as ilegalidades contra as terras públicas se colocam como defensores da ordem pública.

Inversão total. O Estado que ali se constituiu nasceu da ilegalidade das ações. Os defensores desse Estado foram os que o grilaram. A ordem é a desordem e a desordem é a ordem. Enquanto isso, o governo do Pará parece ignorar tudo, inclusive divulgando no seu *site* oficial uma história aparentemente ingênua de Novo Progresso:

Origem Histórica – Foi de suma importância para o surgimento do Novo Progresso a construção da rodovia Cuiabá-Santarém, que em 1973 rasgou a floresta amazônica. Em 1983, já se percebia um pequeno povoado, com uma igreja e um campo de futebol. O ano de 1984 representou a mudança total na economia do lugar, com a descoberta de um rico filão de ouro, atraindo milhares de pessoas à localidade. Nessa época, o povoado chamava-se Progresso. Surfurino

Ribeiro promoveu venda de lotes, sendo que o primeiro foi vendido para Antônio Reginaldo Araújo, que ergueu um bar e restaurante, atendendo ônibus e viajantes, com alimentos e camas para dormir. Dentre os pioneiros se destacam Otávio Onetta, comerciante e vereador da primeira legislatura; as professoras Nilda Araújo Prazeres e Doralina Ruato. Também marcaram época Inácio de Lima e Valmor Dagostim. A comissão Pró-emancipação foi criada em 1985, sendo presidente o sr. Laurindo Blatt. O povoado foi elevado à categoria de Município, pela lei estadual nº 5.700, de 13 de dezembro de 1991, com território desmembrado de Itaituba e instalado em 1º de janeiro de 1993, com denominação de Novo Progresso, que ensaie vida nova e desenvolvimento econômico e cultural. (www.pa.gov.br/turismo)

Em primeiro lugar, de fato o povoado nasceu da construção de uma pista de pouso para os aviões que abasteciam os garimpos; segundo, a venda das terras foi absolutamente ilegal, pois todas pertencem ao patrimônio público; e, terceiro, o crescimento econômico é consequência, principalmente, da exploração clandestina de madeira de terras públicas controladas pelo Incra, Funai e Ibama.

O mesmo acontece nos distritos de Moraes Almeida e Castelo dos Sonhos, apenas mudam os nomes envolvidos. Por isso é necessário saber qual o interesse do Poder Legislativo do Estado do Pará em criar um município baseado na ilegalidade. Deputados e os políticos em geral certamente não desconheciam o quadro. Porém, tudo indica que a ação política da criação do município e dos distritos funciona como instrumento de pressão sobre o fato consumado – e, assim,

Plantações de algodão irrigado com pivô central, em Mato Grosso, formam o florescente agromegálio do cerrado que fica, também, sobre terras públicas, como indica a figura 18.

Foto: Munício Torres



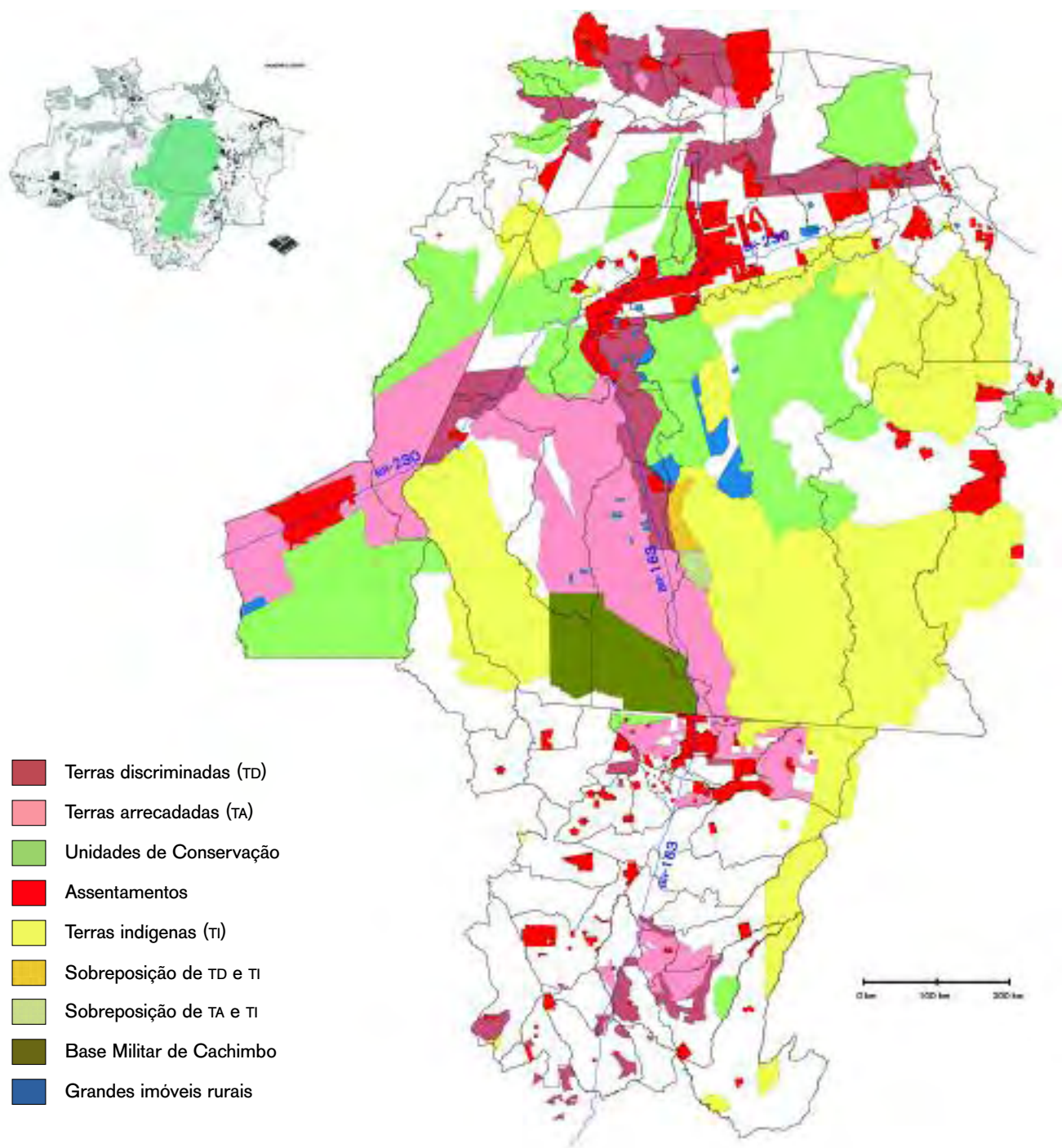


Figura 18. Mapa das terras públicas do Incra ao longo do eixo da BR-163 no Pará.

Org. Mauricio Torres. Fonte: Incra (out. 2003) e Ministério do Meio Ambiente (2005).

o poder público federal não tem alternativa a não ser tornar legal a ilegalidade. Esse parece ser o principal fio condutor da lógica estruturante da região sudoeste do Pará e de várias outras regiões do Estado e da Amazônia.

A figura 18 contém parte do mapa da Amazônia Legal elaborado pelo Incra com as terras discriminadas e arrecadadas por aquele órgão público. Essas terras constituem parte do patrimônio público e, pela Constituição de 1988, devem ser destinadas à reforma agrária. Sobre essas terras, a legislação em vigor no país não admite a posse por usucapião.

O SÉCULO 21 E A EXPANSÃO DA SOJA

O mercado mundial de grãos

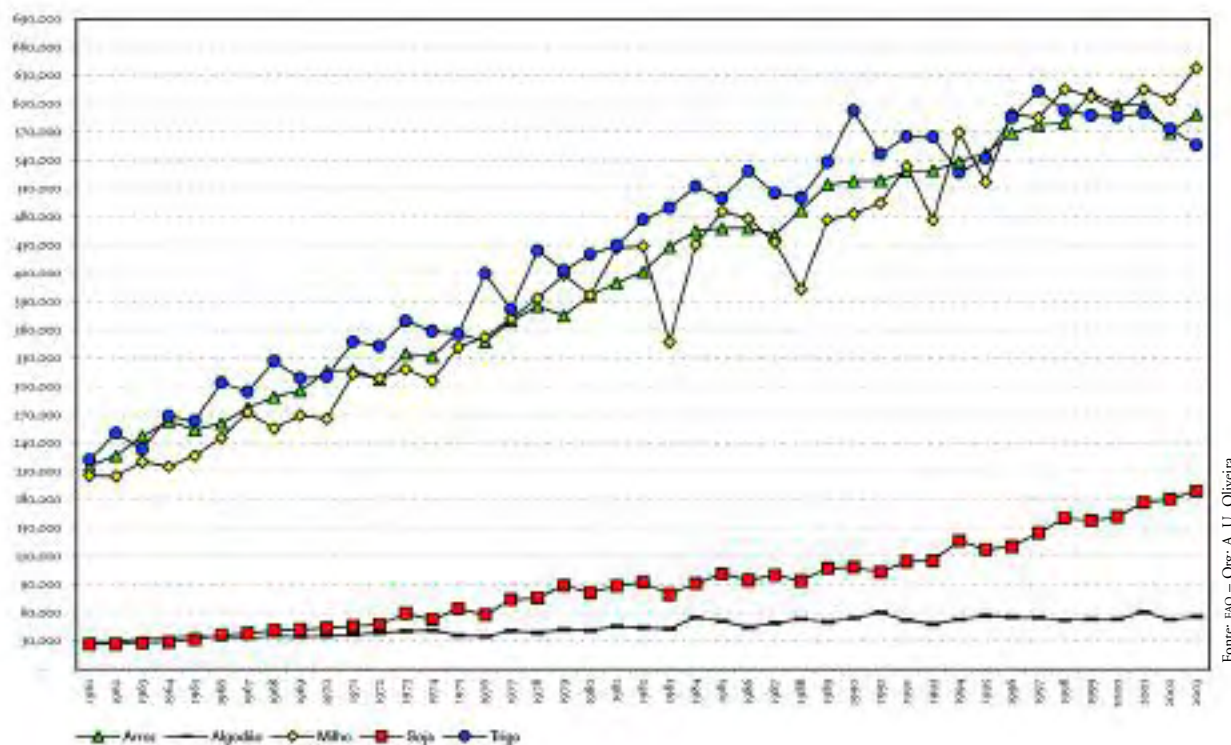
O início do século 21 foi marcado sobretudo pelo avanço do agronegócio nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país. A expansão da cultura da soja, e depois do algodão, transformou várias regiões no interior da Amazônia. A figura 19 contém o gráfico da evolução da produção mundial dos principais *commodities* agrícolas. Em 2003, o milho atingiu o primeiro lugar em volume da produção, seguido pelo arroz, trigo, soja e algodão. Entre as principais *commodities*, as três primeiras formam a base alimentar da maior parte da população e em 2003 sua produção mundial somou 1,78 bilhão/t, sendo que a soja participou com apenas 10,6%. Isso quer dizer que, no conjunto da produção de grãos no mundo, a da soja ainda é relativamente menor.

Pode-se verificar que a produção de soja apresenta uma tendência crescente nos três últimos anos, após relativa estabilidade no mesmo período anterior (1998,

1999 e 2000). Dessa forma, os últimos treze anos apresentaram quatro períodos de crescimento: 2001 a 2003, 1997 e 1998, 1994 e 1992. Estes períodos de crescimento representaram uma expansão da produção no período indicado de 86 milhões/t, ou seja, a passagem de uma produção de 103 milhões/t em 1991 para 189 milhões/t em 2003. Comparativamente, o milho cresceu no mesmo período, 144 milhões de t (passou de 494 para 638 milhões/t), enquanto que o algodão decaiu em 4 milhões/t (passou de 60 para 56 milhões/t).

Entre 1961 e 2003, a produção mundial de milho cresceu 433 milhões/t, a produção de arroz 373 milhões e a produção de trigo 334 milhões. Enquanto isso, a produção mundial de soja cresceu 162 milhões/t e a de algodão 29 milhões. Entretanto, quando se altera o período comparado, observa-se a posição crescente da soja em relação aos demais grãos. Assim, tomando o período dos últimos vinte anos da série histórica (1984/2003), a produção mundial de milho cresceu 187 milhões/t, arroz 124 milhões, trigo 44 milhões e, enquanto isso, a produção de soja cresceu 98 milhões, superando o crescimento da produção do trigo. Nos últimos dez anos (1994/2003), a produção de milho aumentou 69 milhões/t, arroz 50 milhões, trigo 29 milhões e soja 53 milhões. Mas, para comprovar o crescimento proporcionalmente mais expressivo da soja entre os grãos no mercado mundial, verificou-se nos últimos cinco anos (1999/2003) a diminuição de 31 milhões/t na produção do trigo e de 22 milhões/t na produção do arroz. Porém, no mesmo período ocorreu o crescimento da produção de soja em 31 milhões/t, superando o próprio crescimento da produção do milho, que foi de 30 milhões/t. Assim, a soja vai gradativamente aumentando sua importância na produ-

Figura 19. Produção agrícola mundial – Principais produtos (em 1.000 t)



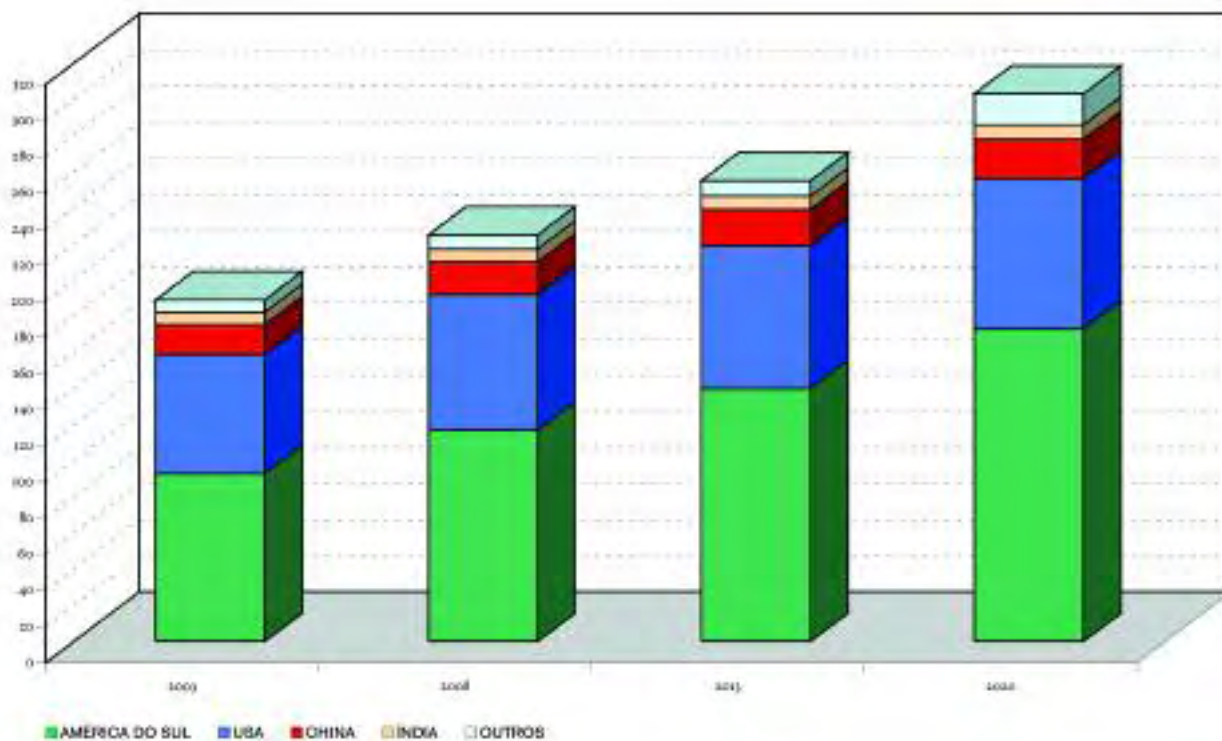
ção mundial de grãos. Para a safra 2004/2005, a expectativa mundial é de uma produção de 224,5 milhões/t para um consumo potencial de 210,4 milhões/t.

A análise da participação dos principais países produtores de soja no crescimento do mercado mundial, tomando os três períodos anteriores, é ainda mais importante. No período de 1984/2003, o Brasil abasteceu com 36 milhões/t a mais o mercado mundial, ficando com praticamente 35% do total. A Argentina ficou com 28 milhões/t, os Estados Unidos 15 milhões (a safra de 2003 apresentou quebra de 10 milhões/t na soja norte-americana), a China 7 milhões, a Índia 6 milhões, o Paraguai 3,4 milhões, a Bolívia 1,5 bilhão e

o Canadá 1,3 milhão. Já no período de 1999/2003, o quadro foi claramente favorável aos países do Cone Sul da América: o Brasil participou com 20,5 milhões/t no crescimento da produção mundial, ou seja, praticamente 50% do total. Depois veio a Argentina, com 14,8 milhões, a China, 2,2 milhões, o Paraguai, 1,3 milhão, e a Bolívia, 0,6 milhão. Os Estados Unidos, em decorrência da quebra de safra em 2003, reduziu sua participação em 6,4 milhões/t no período, o Canadá, 0,6 milhão, e a Índia, 0,3 milhão.

Assim, o Brasil tem aumentado significativamente sua participação no mercado mundial. Tomando o período de 1991 a 2003, o país aumentou sua par-

Figura 20. Produção mundial de soja – 2003/2020



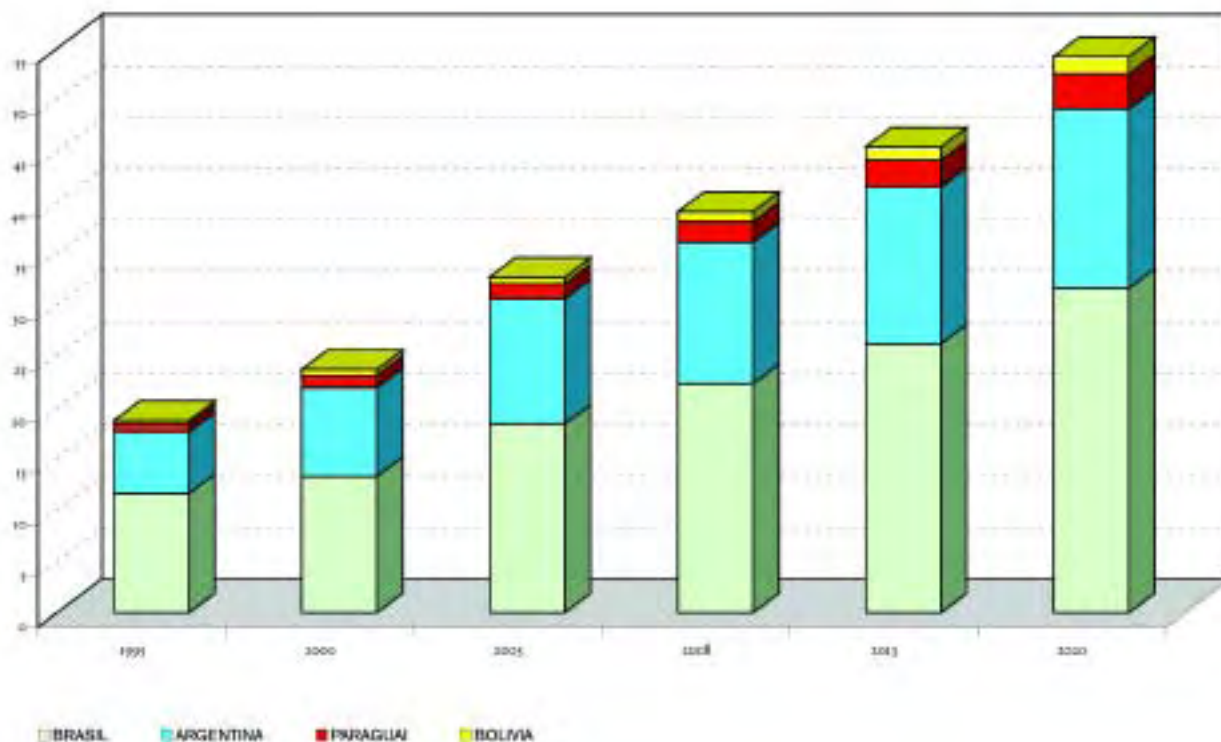
Fonte: DROS, 2004, p. 38.

ticipação no mercado mundial da soja em 36,6 milhões/t, passando de 14,9 para 51,5 milhões/t. Portanto, o Brasil ficou com 42,6% do crescimento da produção mundial de soja nesse período. Os EUA, por sua vez, primeiro produtor mundial, absorveu 13,6% do crescimento desse período, e a Argentina, terceiro produtor mundial, 27,9%. Esse quadro mostra de forma clara que é na América do Sul que está a principal região de expansão da soja no mundo.

Estudo realizado por Jan Maarten Dros para a WWF Forest Conversion Initiative, *Managing the Soy Boom: Two Scenarios of Soy Production Expansion in South America*, indica também que será na América

do Sul a área de crescimento da produção mundial da soja neste início de século. A expansão da produção mundial de soja projetada para três cenários (2008, 2013 e 2020) indica claramente que a produção dos EUA e da China, primeiro e quarto produtores mundiais, não crescerá significativamente, ficando, pois, para a América do Sul a principal parcela desse crescimento. Segundo a WWF, o mercado global da soja está apresentando mudanças significativas do ponto de vista territorial, pois a soja, que sempre foi uma leguminosa cultivada tradicionalmente em larga escala em regiões temperadas e subtropicais do mundo, está desde o final do século 20 se expandindo para as regiões

Figura 21. América do Sul – Soja – Área cultivada (em 1.000 ha)



Fonte: DROS, 2004. p. 40.

tropicais. Os EUA são os maiores produtores mundiais e ficaram com 35% do total (65 milhões/t) da safra 2003/2004. O Brasil é o segundo, com 27% (51 milhões/t). A Argentina está em terceiro, com 34 milhões/t (17%), o Paraguai participou com 2% e a Bolívia com 1%. A China produziu 9% e a Índia 2%, porém essa produção está prioritariamente voltada para o consumo interno.

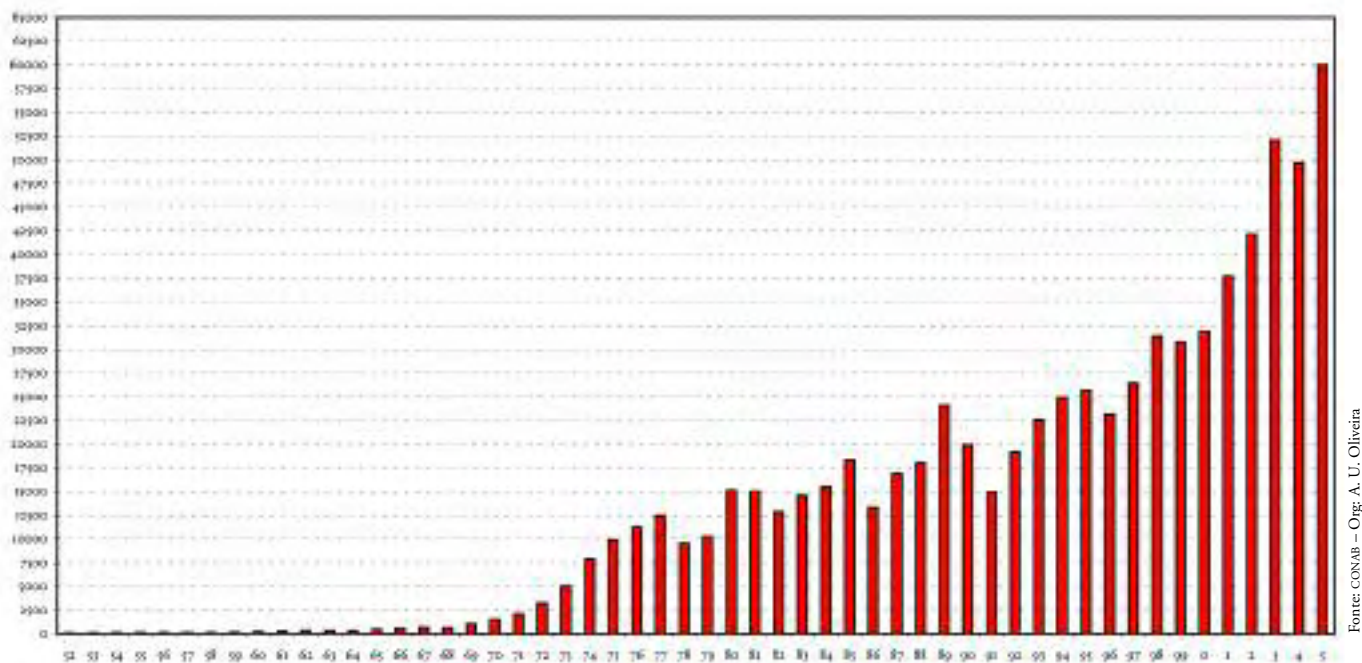
Em termos de fornecimento para o mercado mundial, EUA, Brasil e Argentina dominam o fornecimento da soja, com praticamente 90% do total em 2003. Neste ano, o Brasil superou os EUA, que sempre foram o principal exportador de soja do mundo. O

Brasil ficou com 31% do mercado em 2003, os EUA com 29% e a Argentina com 28%.

O estudo do consumo mundial de soja em 2003 (figura 20) indicou que

os EUA são o principal importador global de soja, seguido pela China, que tem experimentado forte crescimento na importação. Em 2003, os EUA importaram 36,9 milhões/t de grãos e de soja processada. A China importou 19,4 milhões/t dos produtos da soja, dos quais 18 milhões/t em grãos e 1,4 milhão/t de óleo. Japão, México, Formosa, Tailândia, Indonésia e Coreia do Sul são outros principais importadores de

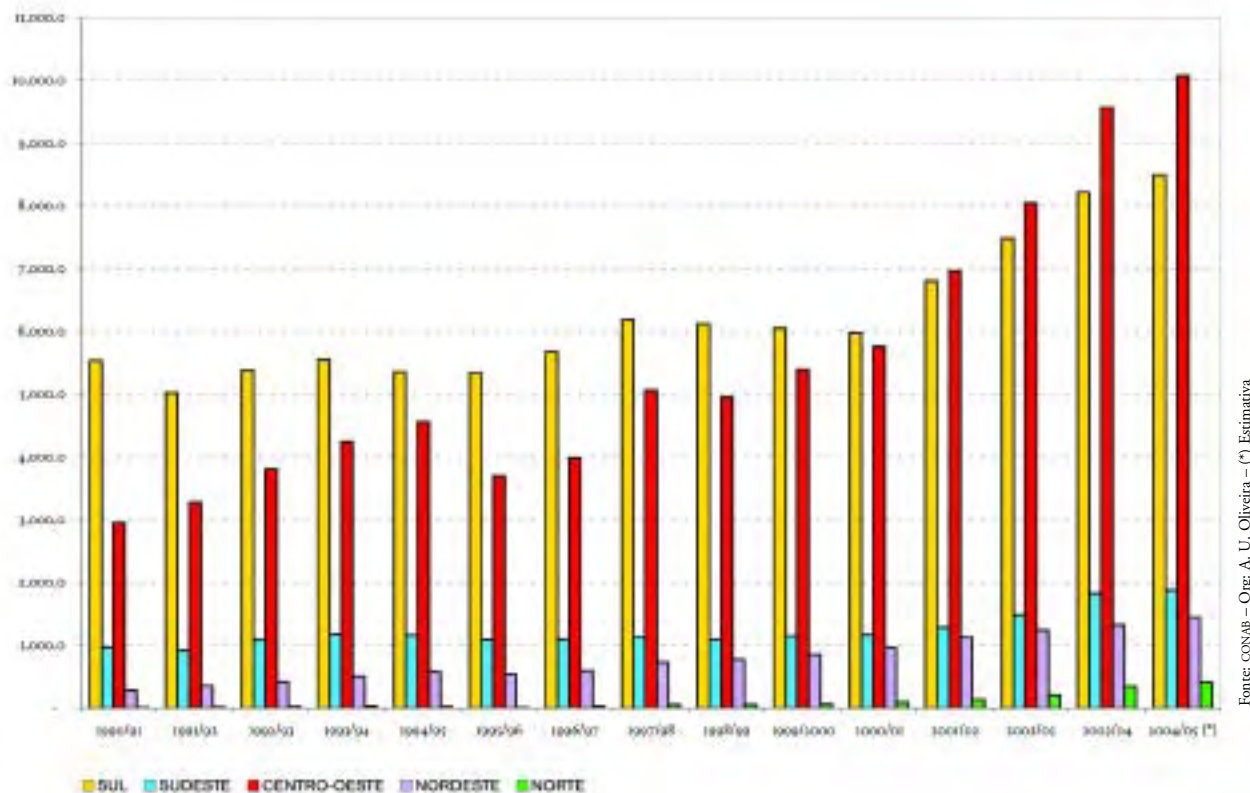
Figura 22. Volume da produção de soja no Brasil (em 1.000 t)



grãos e de soja processada. Os principais importadores de óleo são Irã, Bangladesh, Rússia, Marrocos e Egito. Em decorrência do crescimento da população e do aumento da renda *per capita*, a demanda global por soja deverá elevar-se 60%, ou seja, poderá chegar a 300 milhões/t em 2020. Nesse período, a China e os EUA estarão importando anualmente cerca de 40 milhões/t de produtos derivados de soja. No conjunto das relações do comércio mundial, os EUA sempre foram o tradicional e principal fornecedor de soja para a Europa e a Ásia. As exportações totais ficaram estáveis nos últimos anos porque o crescimento da produção foi absorvido pelo crescimento do consumo

doméstico. Como 80% da colheita dos EUA são de soja geneticamente modificada (GM), a parcela das importações européias de soja norte-americana declinou. Como no Brasil plantar GMOs era legalmente proibido, ocorreu o crescimento na sua parte do mercado, que corresponde agora ao fornecimento de 63% da soja importada pela Europa. Em razão de a Argentina ter 98% da produção de soja geneticamente modificada (GM-gm), a Europa cortou pela metade suas importações desse produto do país e, assim, quase todas as exportações argentinas em 2003 foram dirigidas para os mercados asiáticos. As exigências de estar etiquetando os GMOs para a alimentação animal po-

Figura 23. Expansão da área plantada com soja no Brasil (produção por região, em 1.000 ha)



dem reduzir ainda mais a demanda européia de soja para alimentação animal importada da Argentina e aumentar a demanda para a alimentação em geral da soja brasileira livre dos GMOS. (DROS, 2004, p. 8)

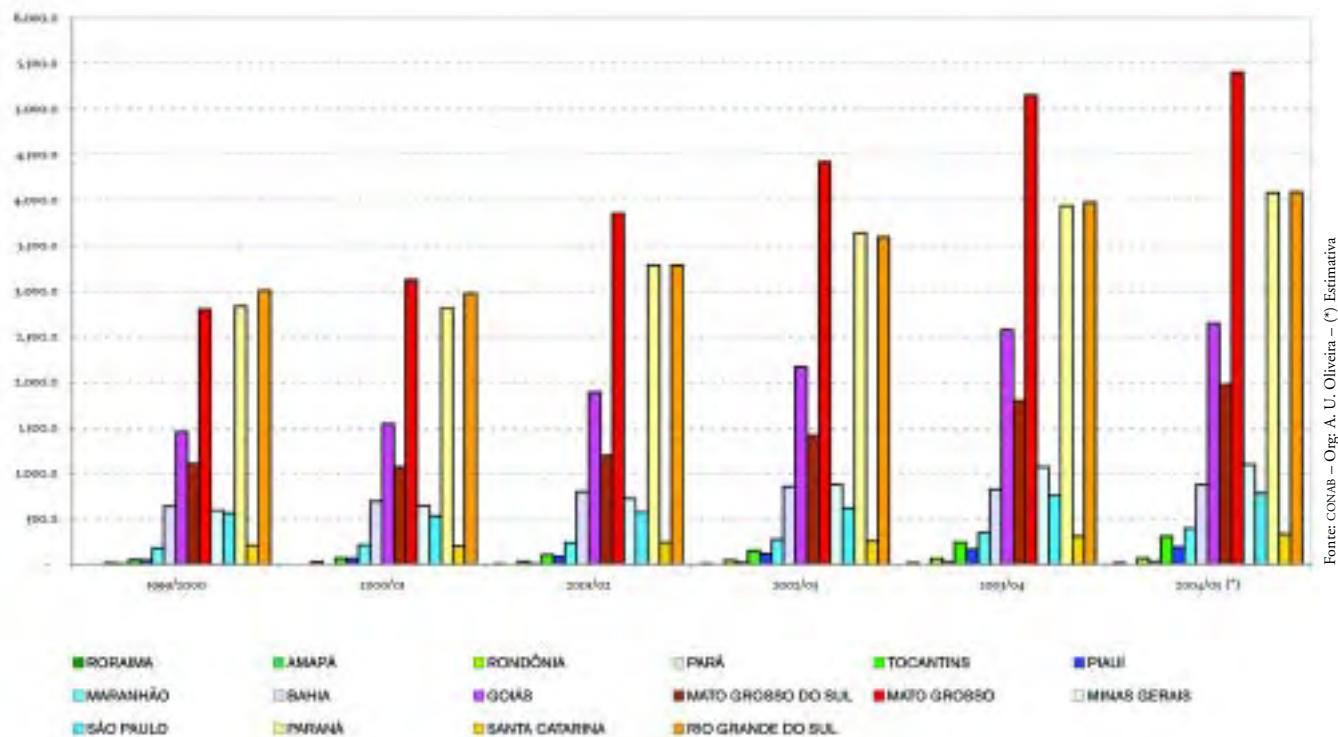
Este estudo elaborado pela WWF indica, portanto, que, mesmo diante destas contradições, Brasil e Argentina responderão pelo principal crescimento da área cultivada e do volume da produção de soja nos próximos quinze anos. Assim, o Brasil passaria de 21 milhões de ha cultivados em 2004 para 31 milhões em 2020, ou seja, a área plantada cresceria em 50%. A figura 21 mostra esses três cenários futuros.

A figura 22 mostra a expansão da soja no Brasil

e revela, a partir de 1998, o aumento da produção. Porém, foi nas safras de 2001, 2002 e 2003 que o crescimento disparou, quer quanto à área plantada, quer quanto à produção. A área plantada que conheceu forte crescimento até a safra 2003/2004 tem uma previsão para 2004/2005 menor, algo em torno de 3,5% a 6%, de certo modo recuperando a produtividade perdida com a seca no Sul e o excesso de chuvas no Centro-Norte do país.

Essa expansão da área cultivada de soja no território brasileiro se fez a partir da Região Sul, por isso, a posição de destaque desta no conjunto da produção e sua hegemonia até o final da década de 1990 (figu-

Figura 24. Expansão da área plantada com soja no Brasil (por Estado, em 1.000 ha)

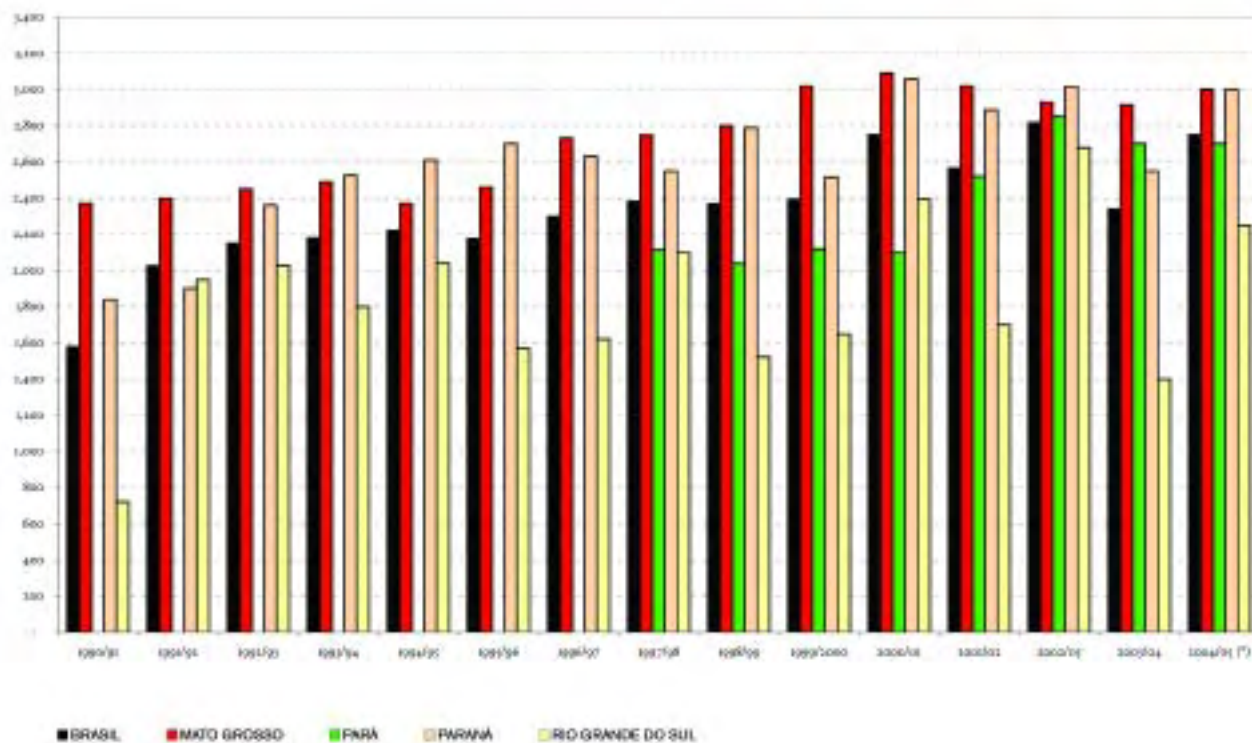


ra 23). Nesta primeira década do século 21, a expansão da área cultivada de soja está sendo feita, sobretudo, no ecossistema do cerrado, tornando a Região Centro-Oeste a principal produtora nacional. Entre a safra 1990/2001 e 2003/2004, a área plantada com soja cresceu 225%. Além desta região, aparecem as regiões Sudeste e Nordeste com crescimento expressivo, 85% e 370%. A Região Norte é a de menor expressão nacional, na extensão da área cultivada com soja, e sua participação tem crescido em decorrência, sobretudo, do plantio em Tocantins, particularmente na área do cerrado deste Estado. Tomando a área total da expansão da soja nesse período, o Centro-Oes-

te ficou com 58%, o Sul 23%, o Sudeste 7%, o Nordeste 9% e o Norte 3%.

Na Região Centro-Oeste, o Mato Grosso vem se destacando como primeiro produtor nacional nesta primeira década do século 21, superando Paraná e Rio Grande do Sul, que detinham a hegemonia nacional no setor. O Estado ampliou a área cultivada com soja entre a safra 1999/2000 e 2003/2004 em 84%. (figura 24). Goiás e Mato Grosso do Sul também vêm apresentando expansão significativa da área plantada com a soja, ampliando seu espaço respectivamente, em 77% e 62%. Quanto à participação percentual no total do crescimento da área cultivada com soja, Mato

Figura 25. Brasil – Soja – Evolução da produtividade (kg/ha)



Fonte: CONAB – Org. A. U. Oliveira – (*) Estimativa

Grosso ficou com 30%, o Paraná 14%, Rio Grande do Sul 12%, Goiás 14%, Mato Grosso do Sul 9%, Minas Gerais 6%, Bahia 2% e Pará 0,3%.

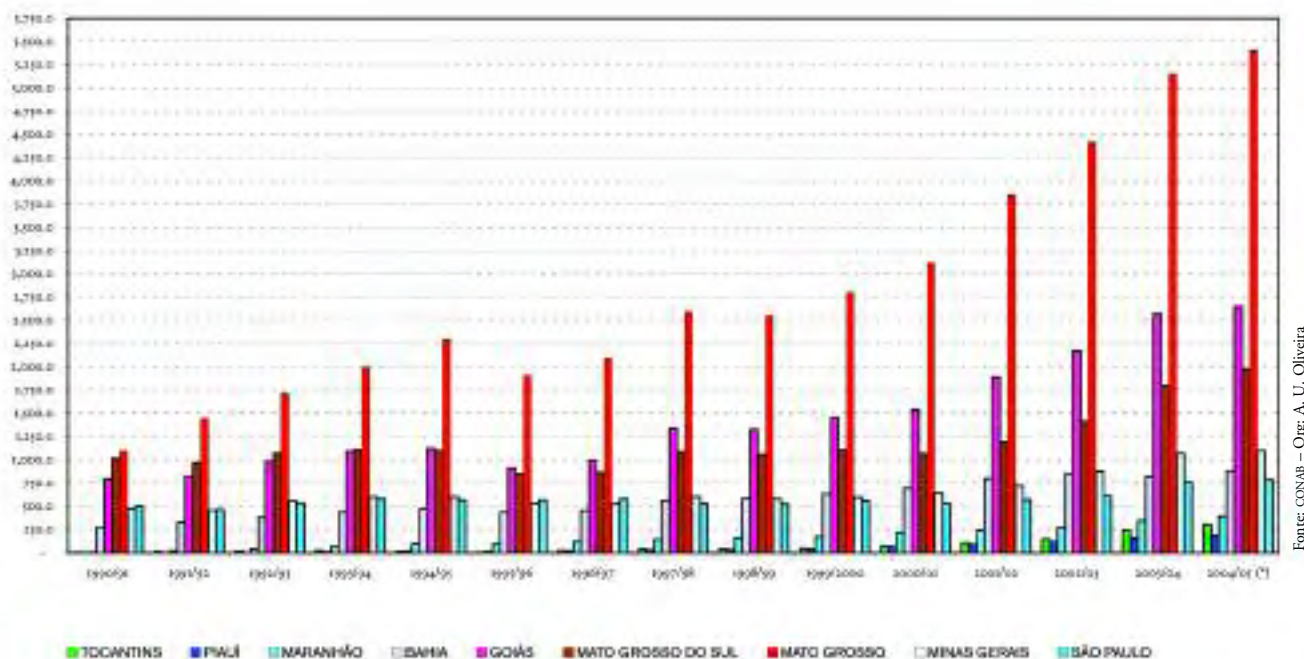
A distribuição territorial da produção de soja no Brasil revela a posição de destaque de Mato Grosso, e a região cortada pela BR-163 está entre as principais áreas produtoras do Estado. Na estimativa para a safra 2004/2005, nota-se que a soja plantada em Mato Grosso e no Paraná apresenta resultados próximos e acima da média nacional. O Rio Grande do Sul, ao contrário, tem apresentado produtividade irregular, devido sobretudo às alternâncias climáticas que o Estado tem sofrido. Especial destaque deve ser dado à

produtividade do Pará, que, embora tenha uma reduzida área de plantio, vem apresentando altos níveis de produtividade, acompanhando a média nacional (figura 25). Cabe observar que nas últimas safras a produtividade da soja no Brasil tem sido maior que a norte-americana desde a safra 2000/2001, com produção entre 2,8 e 3 t por hectare. A média norte-americana tem ficado na casa das 2,6 t por hectare.

A expansão da soja no cerrado e na Amazônia brasileira e a crise na safra 2004/2005

Analisando a expansão da soja pelo Brasil, verifica-se que é na área do ecossistema do cerrado que ela

Figura 26. Área cultivada com soja nos Estados do cerrado brasileiro (em 1.000 ha)



mais cresce. A bacia Platina (Paraná, Uruguai e Paraguai) concentra na atualidade grande parte da produção de soja do Cone Sul da América. Em Mato Grosso há uma parte da soja sendo cultivada nessa bacia, porém a maior parte da área cultivada com soja naquele Estado está na bacia amazônica.

A expansão da soja no cerrado brasileiro, na última década, pode ser constatada na figura 26, onde se destacam os Estados de Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul na Região Centro-Oeste, e Bahia, Maranhão e Piauí na Região Nordeste.

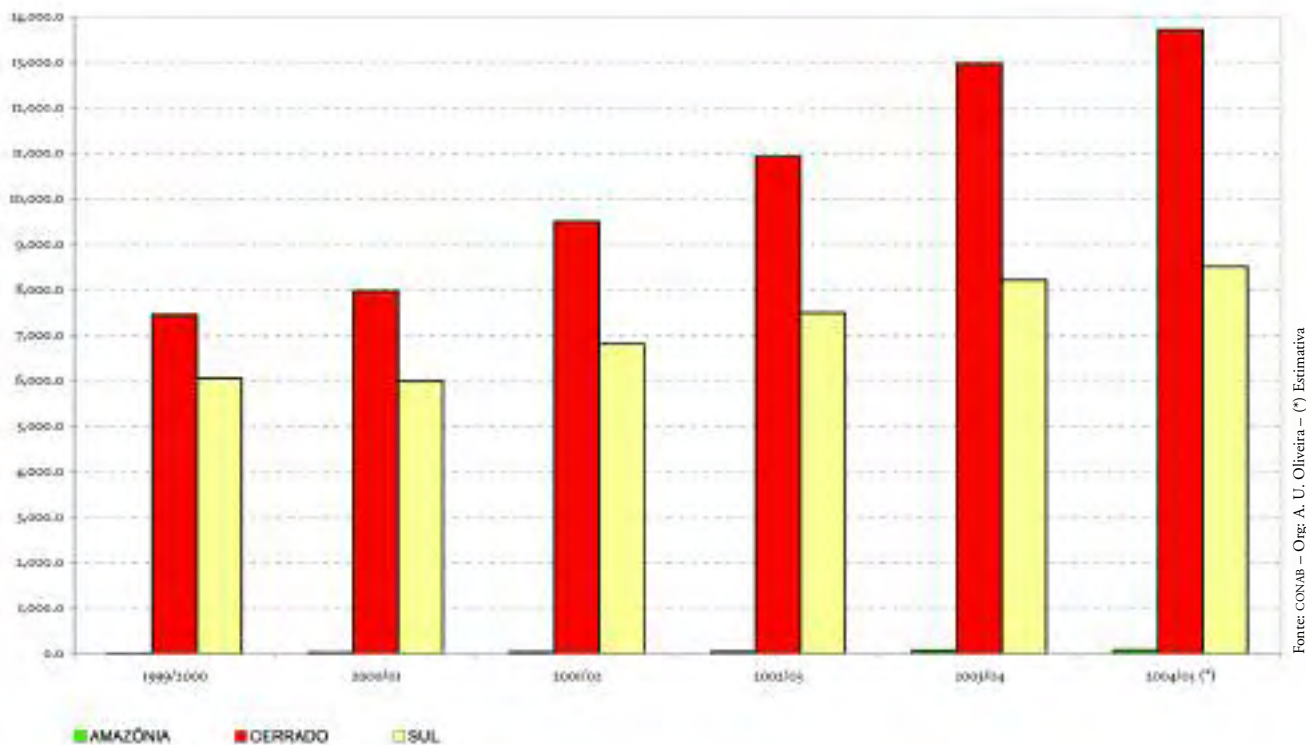
Portanto, os dados referentes à participação relativa dos Estados na produção nacional da soja indi-

cam que Mato Grosso passou de 23,92% para 24,24% no que se refere à área cultivada e de 24,89% para 30,18% no volume da produção nas safras 2002/2003 e 2003/2004. Quanto à primeira previsão da safra 2004/2005, é esperado um crescimento para Mato Grosso entre 5% e 8% da área plantada, ou seja, entre 250.000 e 400.000 ha.

Tal crescimento se faz com a expansão da soja em médias e grandes propriedades, onde a velocidade da derrubada do cerrado é elevada.

Assim, o ecossistema do cerrado está sendo destruído rapidamente. A figura 27 mostra a expansão da área plantada com soja no Sul do Brasil (ex-floresta

Figura 27. Brasil – Soja – Expansão da área plantada (ha)



subtropical e de araucária), para o cerrado, na área da floresta amazônica, que não é sequer representativo no gráfico, pois o total cultivado em área de floresta equatorial chega a apenas 100.000 ha. Incluindo nesse total a soja cultivada em Rondônia, que está sobretudo em área de cerrado no sul do Estado, e em Roraima, onde aparece na área do lavrado (um tipo de vegetação parecida com o cerrado).

Outro ponto que merece ser discutido é se de fato a expansão da soja se fará também sobre área da floresta amazônica. O estudo da WWF indica que sim, embora informando que ela ocorrerá nas áreas já desflorestadas ocupadas principalmente por pastagens, o

que em tese não redundaria em novas derrubadas para plantio da soja. As áreas de expansão na Argentina estão nas províncias de Entre Rios e Chaco. No Brasil, os maiores percentuais de crescimento e as direções da expansão voltam-se para a área da BR-163, no oeste do Pará.

Essa discussão deve começar pela análise dos dados utilizados para elaboração do cartograma. É verdade que o percentual de crescimento entre 1995 e 2003 é elevado em Roraima, Pará e Rondônia, mas precisa-se ponderar que os números absolutos que geram os relativos (% elevadas) são baixíssimos: de 1.800 para 12.000 ha em Roraima (566% de cresci-

mento); de 2.600 para 26.200 ha no Pará (900%); e de 4.800 para 59.500 ha em Rondônia (1.140%). Dessa forma, o cartograma contém uma deformação técnica da informação estatística. O correto seria fazer, para o caso brasileiro, a representação a partir da participação percentual da área ampliada total em cada unidade estadual. Portanto, utilizou-se, conscientemente ou não, um subterfúgio cartográfico para tentar passar uma visão da expansão da soja em áreas de florestas equatoriais.

Ampliando a discussão sobre a possibilidade da expansão da soja na área da floresta equatorial cortada pela BR-163, é necessário analisar a situação do Pará nas últimas safras. A presença da soja nesse Estado iniciou-se na safra 1997/1998, quando foram plantados 2.600 ha no Estado. Apenas na safra 2002/2003 é que a área cresceu para 15.500 ha e na safra 2003/2004 para 26.800 ha. Esse crescimento é indicador significativo, porém torna-se necessário relativizá-lo, pois o Pará foi responsável por apenas 0,08% da área plantada com soja na safra 2002/2003, e de 0,13% na 2003/2004. A segunda previsão para 2004/2005 indica que será mantida a mesma área plantada na safra anterior. Rondônia foi o Estado que apresentou o percentual mais elevado, 0,33%, na safra 2003/2004. A Região Norte, exceto o Tocantins, apresentou na safra 2003/2004 uma participação de apenas 0,57% na área cultivada da soja. Na segunda previsão para a safra 2004/2005, o total esperado é de 100.000 ha e deverá ser igual à de 2003/2004, tendo Rondônia como principal produtor.

É importante analisar a distribuição territorial pelos municípios paraenses do crescimento da área cultivada com a soja. Esse indicador, conforme as ta-

Ponto que merece ser discutido é se de fato a expansão da soja se fará também sobre área da floresta amazônica.

Figura 28.
Municípios paraenses com maiores áreas plantadas com soja (em ha)

MUNICÍPIOS	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Altamira	-	-	-	150	150	150	300
Belterra	-	-	-	-	-	150	1.400
Santarém	50	150	620	50	25	200	4.600
Uruará	-	-	-	5	-	-	-
Sudeste do Estado	525	1.693	1.295	2.020	830	2.148	9.200
TOTAL	575	1.843	1.915	2.225	1.005	2.648	15.500

Fonte: www.sagri.pa.gov.br

Figura 29.
Municípios paraenses com maior produção de soja (2003)

MUNICÍPIOS MAIORES PRODUTORES	PRODUÇÃO MUNICIPAL (t)	PRODUÇÃO PARÁ (t)	PARTICIPAÇÃO %	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Santarém	12.420	43.251	28,72	2.700
Paragominas	8.640		19,98	2.880
Ulianópolis	7.150		16,53	3.280
Dom Eliseu	4.125		9,54	3.300
Belterra	3.780		8,4	2.700

Fonte: www.sagri.pa.gov.br

belas das figuras 28 e 29, sinaliza que a principal área plantada com soja no Pará está no sudeste, com 9.200 ha plantados em 2003. Enquanto isso, na região de influência da BR-163 há um total de 6.300 ha de soja plantada, com destaque para os 4.600 ha em Santarém. Certamente, o terminal portuário da Cargill nesse município contribui para isso. Dessa forma, Santarém produziu 12.420 t de soja em 2003, o que lhe valeu o primeiro lugar entre os municípios produtores do Pará.

Somados à conjuntura internacional de super-produção da safra norte-americana 2004/2005, esses dados certamente diminuirão o processo de cresci-

mento da soja na região amazônica. As justificativas para essa previsão são que “o aumento de área verificado se deve muito mais ao fato de não haver opção de troca para o produtor do que, efetivamente, por ser atrativo plantar soja. A soja, mesmo com a redução das cotações internacionais e o aumento dos custos de produção, ainda é apontada como a cultura de melhor rentabilidade” (CONAB, 2004, p. 10).

Para a safra 2004/2005, as três principais culturas – soja, milho e algodão – apresentam um cenário marcado pela crise provocada com a queda dos preços na Bolsa de Chicago, originada na boa safra norte-americana depois de duas quebras seguidas. A propa-

ganda do agronegócio dos últimos anos está chegando ao fim. A bolha do crescimento originada no vácuo da crise conjuntural das duas últimas safras acabou. Agora, a produção de grãos, particularmente de soja, terá de enfrentar a realidade do mercado mundial. Por isso, o quadro desenhado pela mídia especializada para a safra 2004/2005 é realista:

O país deverá perder, em 2005, parte da força do motor da agricultura, responsável por uma boa fatia do crescimento econômico que se alastrou pelo interior do Brasil nos dois últimos anos e gerou investimento, produção e empregos num ritmo mais acelerado do que nas grandes capitais. A safra de grãos, que já começa a ser colhida no Centro-Sul, promete bater mais um recorde de volume, puxada pela produção da soja, que deve dar um salto de 25%: vai sair de 49,2 milhões de t em 2004 para 61,5 milhões neste ano.

A receita e a rentabilidade total dos grãos, no entanto, vão despencar, arrastadas ladeira abaixo pelos preços em queda das principais *commodities* agrícolas, diante da maior oferta mundial. E, também, pela elevação dos custos de produção. Para piorar a situação, a valorização do real em relação ao dólar agravou o efeito dos preços baixos, especialmente da soja, a principal lavoura de exportação. Isso faz com que o agricultor embolse neste ano menos reais pelo grão e o consumo no interior se retraia. Tanto é, que várias cidades cuja atividade principal é a agricultura já começaram a sentir a desaceleração do campo.

Entre algodão, arroz, feijão, milho, soja e outros grãos, a safra de 2005 poderá superar a casa de 130 milhões de t, ante 120 milhões em 2004, segun-

do cálculos da consultoria MB Associados. A renda estimada com base nos preços de mercado deve atingir R\$ 59,7 bilhões ou US\$ 21,5 bilhões, com recuo de 16% e de 12%, respectivamente, ante 2004, depois de seis anos consecutivos de alta. Se a previsão se confirmar, a receita deste ano em reais será a menor desde 2002, observa o economista da MB Associados, Glauco Carvalho. Em dólar, a renda volta ao nível de 2003. “Saímos de um céu de brigadeiro para uma situação extremamente desfavorável.” Essa avaliação é compartilhada pelo presidente da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudeste de Goiás – Comigo –, Antonio Chavaglia, Estado que responde por 13% da produção de soja. “Pela primeira vez neste ano”, diz Chavaglia, “os agricultores não contaram com os recursos da indústria, que até 2004 comprava cerca de 30% da produção antecipadamente. Como houve agricultores que romperam os contratos de ‘soja verde’ na safra passada, quando o preço do grão explodiu, a indústria não quis arriscar”.

Para o economista da MS Consult, Fábio Silveira, é ilusório adotar mecanismos de desvalorização do real para elevar a receita do campo. “Se o real for desvalorizado, o efeito será de bumerangue”. Num primeiro momento, pode até resultar numa renda maior. Mas, como o país é um dos formadores dos preços da soja, a maior oferta derruba as cotações. (CHIARA, 2005, p. B1)

O artigo escrito por Raymond Colitt para o *Financial Times* e publicado por *O Estado de S. Paulo* em 10/2/2005 traz o quadro vivido pelos produtores de soja de Mato Grosso em 2005, com um título provocativo:

Dias de ouro da soja brasileira acabaram – Uma caravana incessante de caminhões carregando soja se arrasta pela rodovia BR-364 no Estado de Mato Grosso, a caminho dos portos atlânticos do Brasil, 1.500 km a sudeste. Outra safra recorde de soja está sendo colhida. Mas, apesar da produção, os agricultores de Mato Grosso – uma região que tem sete vezes o tamanho da Inglaterra e é a maior produtora de soja do Brasil – estão preparados para sua pior crise financeira desde que começaram a cultivar essa região em meados dos anos 1980.

O colapso dos preços internacionais da soja e um grande aumento nos custos de produção apanharam desprevenidos os fazendeiros altamente endividados de Mato Grosso, mergulhando muitos deles em grandes prejuízos depois de anos de altos lucros.

Em consequência disso, duas décadas de expansão no estilo “corrida do ouro” nessa fronteira agrícola estão chegando ao fim. “O agronegócio brasileiro está transbordando... somos vítimas de uma crise de abundância”, disse o secretário de Desenvolvimento Rural de Mato Grosso, Otaviano Pivetta, a centenas de agricultores que protestaram em Cuiabá na semana passada.

Este ano, os fazendeiros deverão perder mais de US\$ 500 milhões em sua colheita, segundo a Federação Agrícola do Estado (Famato). Sem dinheiro, eles provavelmente plantarão menos em setembro, reduzindo ainda mais as perspectivas de exportação de soja em grão e derivados, que chegou a US\$ 10 bilhões em 2004. Um dos maiores fazendeiros do Estado, Orcival Gouveia Guimarães, prevê perdas de mais de US\$ 1,5 milhão aos preços atuais, em sua plantação de 21.000 ha de soja, arroz e algodão. “Não só não have-

rá crescimento, como haverá uma redução na área cultivada este ano”, ele disse.

O preço da soja, impulsionado pela grande demanda da China no ano passado para cerca de US\$ 16 a saca, caiu pela metade em meio a um crescente superabastecimento do mercado. Os agricultores brasileiros também tiveram de enfrentar uma valorização da moeda de 20% e um aumento de 28% nos custos de produção. Eles também não tiveram os generosos subsídios concedidos a seus homólogos nos Estados Unidos. Os custos totais, incluindo a depreciação da terra e o preço crescente de fertilizantes e máquinas, hoje estão em US\$ 10,30 a saca, segundo a Famato. Problemas de transportes também reduziram a competitividade do que era considerado um dos produtores agrícolas de menor custo do mundo.

“A volatilidade dos preços faz parte da agricultura, mas ninguém pode enfrentar essas variações na proporção preço-custo”, diz Álvaro Salles, um agricultor de Rondonópolis. “Se os preços não se recuperarem, alguns agricultores irão à falência”. Pior ainda, somente 10% da colheita de soja foram protegidos contra flutuações de preço. Normalmente teriam sido 60%. Mas, no ano passado, quando os preços começaram a cair, as companhias negociadoras não ofereceram contratos, dizem os agricultores. “Elas nos financiaram, mas não compraram nosso produto, agora que vale a metade do que valia”, diz Rodrigo Stechow, diretor da associação rural de Campo Verde.

Tudo isso atinge Mato Grosso especialmente, porque nos últimos anos os fazendeiros reinvestiram o grosso de seus lucros para aumentar a produção, na esperança de aproveitar ao máximo o mercado pujante. “Parecia uma corrida do ouro aqui [...] não economiza-

mos dinheiro para os maus tempos e em vez disso compramos mais terra para crescer mais depressa. Todos precisamos repensar isso agora,” diz Benigno Busnello, que em vinte anos quadruplicou o tamanho de sua fazenda perto de Primavera do Leste.

Muitos fazendeiros admitem que foram ingênuos. “Precisamos nos profissionalizar; não podemos continuar suscetíveis a crises desse tipo”, diz José Rogério Salles, diretor da Aprosoja, a associação dos plantadores de soja fundada na semana passada. A Aprosoja quer mais soja processada em produtos de valor agregado, como ração animal para a criação de aves e suínos. Os fazendeiros também estão formando cooperativas para ganhar alavancagem em suas negociações de vendas e compras, e sonham com um cartel como o grupo de petróleo Opep para ajudar a estabilizar os preços.

Os agricultores pioneiros de Mato Grosso vão perseverar. Ninguém está pensando em ir embora ainda. “Nós transformamos essa terra árida em um oásis, construímos estradas, escolas e casas. Não vamos abandonar isso”, diz Stechow. Mas eles também sabem que a corrida do ouro agrícola talvez tenha terminado para valer. “Era fácil ganhar dinheiro a US\$ 16 a saca [de soja], mas talvez nunca mais vejamos isso. Agora está na hora de provar que o Brasil ainda pode produzir os melhores e mais baratos produtos agrícolas do mundo”, diz Pivetta. (COLITT, 2005)

Esse quadro de crise, como se pode avaliar, derivou das oscilações do preço da soja no ano de 2004, quando atingiu em abril a mais elevada cotação na Bolsa de Chicago, e nesse mesmo ano, em novembro, alcançou seu mais baixo preço. Dessa forma, o com-

portamento do mercado mundial passa a ser agora regulado por certa normalidade da produção mundial de grãos que cresce. Esse novo quadro, motivado pelo crescimento gradativo esperado da demanda de soja, imporá novos marcos regulatórios para a expansão da soja no Brasil em geral e particularmente em Mato Grosso. É nesse momento que a pavimentação da BR-163 pode funcionar como um elemento novo na redução dos custos de transportes e no ganho de competitividade da produção de grãos do Brasil face ao mercado mundial.

Há que se buscar a compreensão de que somente a redução constante de custos pode fazer frente ao quadro de crise que será a normalidade do mercado mundial. Afinal, a queda relativa dos preços das matérias-primas agrícolas é a única realidade certa deste mercado. Qualquer alternativa vai aprofundar a crise que volta a fazer parte do cotidiano do mercado nacional de grãos, como está sendo registrado pela imprensa:

...a queda na receita é generalizada entre os produtos da safra de verão (algodão, arroz, feijão, milho e soja). Diante da elevação de custos, isso significa que boa parte desses agricultores deve ter prejuízo, exceto quem não se endividou e investiu para aumentar a produtividade. Um levantamento feito pela consultoria MB Associados nas regiões produtoras mais importantes para cada lavoura no país revela que, de oito áreas pesquisadas, os agricultores estão no prejuízo em seis delas. A única região em que o produtor ainda se mantém no azul é em Londrina, PR. A rentabilidade da soja na região é de 13% do preço em relação ao custo operacional. Na safra passada, esse indicador estava em 80%.



A pecuária de corte é atividade em expansão no sudoeste do Pará. O município de Novo Progresso, próximo à divisa com Mato Grosso, é exemplo do desmatamento recente para a formação das pastagens em terras públicas, como indica a figura 18.

FONTE: Município Terra

O economista responsável pelo estudo, Glauco Carvalho, diz que, nesse caso, a proximidade do porto de Paranaguá e a melhor infra-estrutura para o escoamento do produto compensam, de certa forma, a queda de preços. “Londrina é a nata da produção de soja”, afirma. Apesar do melhor desempenho da soja em Londrina ante as demais, o economista ressalta que esse é o menor índice de rentabilidade alcançado pelo produto desde 1999 na região. Carvalho observa que o problema para o agricultor não é o fato de a receita ser baixa, desde que a rentabilidade seja boa. Acontece que, neste ano, com a elevação dos custos, os dois indicadores recuaram, o que é um sinal de descapitalização do campo. Em dezembro de 2003, o agricultor precisava de 13,7 sacas de soja para comprar 1 t de adubo. Em dezembro passado, eram necessárias 23,4 sacas para adquirir a mesma tonelada. “A subida de custos ocorreu não só para a soja, como para o algodão e o milho”, diz Fábio Silveira, da MS Consult. Ele ressalta que a pressão do petróleo na cadeia dos itens nitrogenados derivados da nafta puxou as cotações do fertilizante.

Os preços da soja e de outros grãos, em reais, despencaram. No início deste ano, a cotação do algodão em pluma caiu 39% em reais, do arroz, 31%, da soja, 30%, e do milho, 13%, na comparação com o mesmo período de 2004. Silveira ressalta, no entanto, que em dólar a cotação da soja, voltou este ano para o patamar histórico de US\$ 10 a saca. Em 2003 e 2004, a situação foi atípica. Diante do recuo da receita, uma alta expressiva da produção para 2006 irá depender de maior participação do governo no financiamento da safra, prevê o economista. (*O Estado de S. Paulo*, 2005, p. B3)

Em praticamente todas as análises da conjuntura do agronegócio para o Brasil e particularmente para Mato Grosso, o quadro é crítico:

Enquanto o Brasil praticamente parava durante os festejos do carnaval, os preços da soja continuavam em deterioração. Durante os feriados, o preço da saca em Sorriso, na região médio-norte de Mato Grosso, perdeu o patamar de R\$ 20,00. Na quarta-feira de cinzas não havia comprador com indicação de preço acima de R\$ 19,80 na região. É consenso no mercado que não há perspectiva de alta para o produto – pelo menos no curto ou no médio prazos.

O preço atual praticado em Sorriso é 43% inferior ao pago pela saca de soja na primeira semana de fevereiro do ano passado. A baixa é praticamente a mesma em relação a 2003. O preço, contudo, ainda é superior à média histórica para a região, até 2002, antes da bolha que inflou os preços da soja em todo o mundo. A diferença é que os custos de produção também aumentaram desde então e o produtor mato-grossense não tem conseguido pagar sua lavoura com a venda da mercadoria pelos preços vigentes.

A pressão sobre os preços mantém a comercialização da soja lenta, ao mesmo tempo em que a colheita avança tanto na Região Centro-Oeste como no interior do Estado do Paraná. “O produtor está tendo prejuízo, mas reluta em vender, na expectativa de que algum milagre aconteça”, resumiu um corretor de Cuiabá.

A consultoria Céleres informa que 30% da produção nacional prevista para este verão tinha sido comercializada até o dia 4, em comparação com os 54% registrados na mesma data do ano passado e os 43%

na média de cinco anos para o período. A lentidão na comercialização é mais acentuada nas praças da Região Centro-Oeste, que são também mais sensíveis à pressão dos fretes. Como a colheita ainda é inicial, em baixo volume, tal pressão ainda não se manifestou.

Mas os consultores da Céleres alertam que os fretes tendem a reduzir ainda mais o preço da soja ao produtor, bem como a capacidade insuficiente de armazenagem. Quanto mais longe está a lavoura da indústria ou dos portos, maior o desconto aplicado ao preço em razão do frete. (BAUMER, 2005)

Há também que levar em conta – no conjunto das informações disponíveis para efetuar uma projeção do quadro de crise do agronegócio – a questão dos subsídios agrícolas recebidos pelos produtores norte-americanos e europeus, que certamente irá aprofundar ainda mais a crise provocada pela queda no preço das *commodities*:

...o Ministério da Agricultura americano prevê uma elevação para US\$ 24 bilhões em 2005 e US\$ 19,8 bilhões em 2006 [...] Isso ocorre porque os subsídios nos EUA são contracíclicos, ou seja, quanto mais os preços caem, mais os produtores recebem para garantir determinada remuneração ao agricultor. Como o preço da maioria das *commodities* agrícolas está em queda – com exceção do açúcar e do café –, os subsídios vão aumentar significativamente.

Os subsídios americanos ao algodão vão quase quadruplicar este ano, passando de US\$ 1,4 bilhão para US\$ 4,8 bilhões, e os incentivos para o milho vão passar de US\$ 2,3 bilhões para US\$ 7,5 bilhões. Neste

ano, cada produtor de algodão dos EUA vai receber US\$ 195.000, em média. No ano passado, cada um recebeu US\$ 57.000 [...] o caso mais dramático é a soja. Os subsídios do governo americano aos produtores de soja, que foram de US\$ 610 milhões em 2004, vão chegar a US\$ 1,5 bilhão em 2005 e US\$ 3,25 bilhões em 2006. O que inevitavelmente potencializará a queda dos preços.

Os produtores de países como EUA e os membros da União Européia (UE) recebem subsídios, seja na forma de pagamentos mínimos ou cheques complementares em épocas de baixos preços. Como têm esses pagamentos garantidos, os agricultores continuam expandindo a produção ou as vendas mesmo quando os preços estão baixos. Isso deprime ainda mais os preços.

Se o mercado funcionasse sem intervenções, os fazendeiros reduziriam a produção quando os preços estivessem em baixa, o que levaria o mercado a se ajustar e os preços a subir. Com os subsídios, o produtor continua produzindo no mesmo ritmo quando o preço cai e isso agrava a baixa cíclica do preço.

Para os produtores de soja brasileiros, essa é uma péssima notícia. Eles já tiveram de enfrentar uma queda de 43% nos preços nos últimos doze meses. Queda que deve se aprofundar por causa dos subsídios dos EUA.

No fim de janeiro, em Botucatu, SP, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, afirmou que o produtor estava informado dos riscos e a saída era “enfrentar o mercado”. O ministro ressaltou que vinha alertando os produtores, desde agosto passado, de que os custos seriam crescentes e os preços no mercado internacional estariam caindo. (MELLO, 2005)

Assim, a realidade do mercado mundial continua rondando a produção do agronegócio em Mato Grosso e no Brasil: por isso ele aparece como moderno, quando, contraditoriamente, de fato é a reprodução reatualizada do passado recente do país. É necessário, assim, compreender o processo de mundialização do capitalismo que marca essa etapa da história da humanidade; em sua lógica de desenvolvimento estão os instrumentos teóricos para compreender a vitalidade e a crise do agronegócio no Brasil e no mundo.

A mundialização do capitalismo

A mundialização do capitalismo na década de 1990 redefiniu o lugar do Brasil no mundo capitalista. Mudaram a geografia do mundo e a do Brasil. Consolidou-se a fase monopolista por meio das empresas multinacionais e das classes sociais nacionais. Os capitalistas das multinacionais estão em todos os países onde elas atuam – e o mercado delas não é só o dos países industrializados. A mundialização do capitalismo uniu dialeticamente o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais, de média ou pequena presença industrial. O centro do capitalismo não está localizado só nos países ricos, está em todo lugar do mundo onde as empresas multinacionais se encontram. Essa, sim, é a nova ordem internacional criada pelo capitalismo monopolista, que por sua vez gesta uma nova divisão internacional do trabalho, redesenhando uma nova organização territorial em escala mundial do capitalismo. O centro está onde for possível conectar interesses nacionais, internacionalizando-os.

A mundialização assumiu, portanto, as características básicas do capitalismo monopolista no final do

século 20, integrando o capital na escala mundial, criando as empresas mundiais. Ou seja, a ordem é produzir em “qualquer lugar do mundo” onde as possibilidades de redução de custo e o acesso ao patamar tecnológico sejam possíveis.

As multinacionais são, portanto, a expressão mais avançada do capitalismo que moldou novas formas de organização interna e de relações de produção e de trabalho, o que permitiu superar as contradições geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais e estrangeiras. O domínio e a expansão das empresas multinacionais envolvem três processos relacionados: necessidade de movimentos internacionais de capitais; produção capitalista internacional; e existência de ações de governos em nível internacional.

O processo desencadeado pelas multinacionais norte-americanas, européias e sobretudo japonesas aprimorou o sistema e elas, de maneira integrada, formam hoje um sistema financeiro internacional e, conseqüentemente, um mercado internacional de capitais. Assim, a economia capitalista monopolista engendrou sua própria mundialização – que é muito mais do que uma pura e simples internacionalização ou multinacionalização da economia. A internacionalização decorreu dos processos de evolução dos diferentes setores industriais a partir da integração dos conhecimentos técnicos, matérias-primas, bens intermediários, produtos e serviços finais por diversos países. A multinacionalização originou-se da transformação das empresas nacionais em internacionais e multinacionais pela abertura de filiais, aquisições, fusões, associações etc. em diferentes países.

No interior dessa lógica do desenvolvimento do

capitalismo mundializado acontece a inserção cada vez maior do Brasil no agronegócio: exporta para importar e importa para exportar. O agronegócio e suas *commodities* são expressões objetivas dessa inserção capitalista das elites brasileiras no mercado mundial.

O passado é o moderno no campo brasileiro: o agronegócio

No início de 2005, o *site* do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informou sobre a Balança Comercial do Agronegócio no Brasil:

Em 2004, as exportações do agronegócio totalizaram US\$ 39,016 bilhões, um recorde histórico para o setor. O superávit comercial do agronegócio foi de US\$ 34,135 bilhões. Em relação a 2003, as exportações apresentaram uma variação de US\$ 8,377 bilhões (27,3%). Com isso, as exportações do agronegócio corresponderam a 40,4% das exportações totais brasileiras no período, que totalizaram US\$ 96,4 bilhões. As importações apresentaram variação anual de 1,9%, totalizando US\$ 4,880 bilhões.

Entre os fatores que explicam o desempenho exportador positivo do agronegócio se encontram: o elevado crescimento da economia mundial, que implicou uma maior demanda por bens e o aumento dos preços das *commodities*; a ocorrência de problemas sanitários em importantes exportadores do mercado mundial de carnes, que propiciou uma maior procura e a elevação dos preços do produto; e a abertura de novos mercados. O crescimento do valor exportado resultou de um aumento de 11% nos preços e de um crescimento de 15% na quantidade exportada.

Praticamente todos os produtos contribuíram positi-

Assim, a realidade do mercado mundial continua rondando a produção do agronegócio em Mato Grosso e no Brasil: por isso ele aparece como moderno, quando, contraditoriamente, de fato é a reprodução reatualizada do passado recente do país.

vamente para o aumento das exportações, numa indicação de que o excepcional desempenho exportador do agronegócio em 2004 foi generalizado. Quanto à composição por grupos de produtos, verifica-se que os setores que mais contribuíram para o incremento das exportações foram: o complexo soja; carnes; açúcar e álcool; e madeiras e suas obras. Juntos, esses setores explicam 71% do incremento das exportações do agronegócio. (BRASIL, 2004)

Dessa forma, a moderna agricultura brasileira continua fazendo o que sempre fez: produz matérias-primas e alimentos para exportação. Por isso, o agronegócio é a reprodução ampliada e atualizada do passado histórico do país. Agronegócio é, pois, sinônimo de produção para o mundo. Mas, assim como exportar em larga escala, o Brasil precisa importar trigo, borracha, arroz, feijão, milho, leite, soja em grãos, farelo e óleo de soja, algodão em pluma etc., todos matérias-primas com larga possibilidade de produção no próprio país. Mas o mercado é implacável, cada vez mais não se regula pelo nacional. Mundializado, ele destrói qualquer possibilidade de constituir bases nacionais e lança o país nas teias da rede de produção capitalista mundial.

A distribuição territorial do agronegócio se dá praticamente em todo o país, mas, entre todas as regiões, destaca-se o Centro-Oeste a ser cortado pela BR-163, que cada vez mais se torna uma área de expansão do Sul e Sudeste. Em 2004, entre os cem principais produtos, a região exportou 79 do agronegócio: soja, carne bovina, algodão, carne de frango, milho, madeira, carne suína, açúcar, couros, sorgo, sementes forrageiras, café, milho verde, derivados do tomate, giras-

sol, queijo, leite em pó etc. E importou carne bovina, batata-inglesa, alho, trigo, azeitona, ervilha, azeite de oliva, feijão, peixe etc.

A Região Norte, que também será cortada no sudoeste paraense pela BR-163, teve em sua pauta de exportação madeira, pasta de celulose, soja, pimenta seca, carne bovina, camarão, castanha-do-pará, palmito, sucos de frutas, óleo de dendê, pescado, lagosta, couros, peixes ornamentais etc. Importou trigo, papel etc.

O Sudeste exportou café, pasta de celulose, açúcar e álcool, carne bovina, suco concentrado de laranja, soja, carne de aves, couros e calçados etc. E importou trigo, borracha, papel-jornal, pasta de celulose, arroz etc. O Sul, que é o grande paraíso do agronegócio, entre os vinte primeiros produtos exportados, teve catorze oriundos do agronegócio: soja, carne de frango, fumo, couro e calçados, madeira, milho, carne suína, trigo, açúcar, café, carne bovina, pasta de celulose etc. Importou trigo, soja, pasta de celulose, couro e derivados, arroz, milho, borracha, cebola, azeitona, papel etc. O Nordeste também exportou. Da região saíram açúcar e álcool, soja, castanha de caju, pasta de celulose, camarão, couro natural e calçados, cacau, lagosta, melão, manga, uva, café, algodão, sisal, ceras vegetais, suco de laranja, banana, sucos de frutas, cravo-da-índia etc. Enquanto isso importou trigo, cacau, algodão, óleo de soja, papel, bacalhau, arroz, álcool, óleo de dendê, carne bovina etc.

Esse é, pois, o quadro territorial do agronegócio no país. O mercado mundial tem sido sua meta e seu limite. Assim, cria-se no Brasil uma nova burguesia internacionalizada que deseja o ingresso do país na ALCA – Área de Livre Comércio das Américas. Quanto mais inserção internacional, maiores as possibilida-

des de lucros. E assim, em 2003, o Brasil ocupou o sétimo lugar entre os países exportadores agrícolas.

O lugar do agronegócio brasileiro no capitalismo mundializado

Em 1964, ano do golpe militar, as exportações brasileiras renderam 1,430 bilhão de dólares, dos quais os produtos agrícolas representaram 85,4%, os semimanufaturados 8% e os manufaturados apenas 6,2%. Em 1984, último ano do governo militar, o país exportou mercadorias no valor de 27,005 bilhões de dólares, nos quais a participação dos produtos básicos foi de apenas 32,2%, dos semimanufaturados 10,6% e dos manufaturados 56%. Esses dados mostram que foi nos governos militares que se acelerou o processo de inserção do Brasil no capitalismo internacional e, com isso, o crescimento da dívida externa. Era, pois, necessário aumentar as exportações para pagar os juros. A dívida, que era de US\$ 2,5 bilhões em 1964, aumentou para US\$ 102 bilhões até 1984. Cabe salientar que, entre 1981 e 1984, o governo militar pagou US\$ 30,7 bilhões de juros da dívida externa, ou seja, mais de 30% de seu montante.

No governo Sarney, as exportações continuaram crescendo e o país chegou ao final de 1989 totalizando US\$ 34,3 bilhões em exportação (27,8% de produtos básicos, 26,9% de semimanufaturados e 54,2% de manufaturados). Entretanto, mesmo com o pequeno período da declaração da moratória da dívida externa, ela chegou aos US\$ 115,5 bilhões. No governo Sarney foram pagos US\$ 67,2 bilhões de juros da dívida externa, ou seja, 58,2% do total devido.

Assim, a crise econômica e a impossibilidade de pagamento da dívida foram a justificativa para que o Brasil entrasse, via reunião do Consensos de Washing-

ton, no neoliberalismo. No final do governo Collor/Itamar, as exportações atingiram US\$ 43,5 bilhões (25,4% de produtos básicos, 15,8% de semimanufaturado e 57,3% de manufaturados). Como consequência, a dívida externa chegou a US\$ 148,2 bilhões em 1994. Nesse período, US\$ 80,2 bilhões foram destinados para o pagamento dos juros, o equivalente a mais de 54% do total da dívida.

No governo FHC, o cenário não foi diferente. O crescimento da dívida e do pagamento dos juros continuou ocorrendo junto ao aumento das exportações, que em 2002 atingiram US\$ 60,3 bilhões (28,1% de básicos, 14,9% de semimanufaturados e 54,7% de manufaturados). Por sua vez, a dívida externa cresceu até 1998, quando atingiu US\$ 241,6 bilhões em plena crise do real (a moeda). A partir de então, com a transferência de parte da dívida pública para a iniciativa privada pela privatização das estatais, a dívida externa passou a declinar. Entretanto, durante os oito anos do governo FHC, foram pagos US\$ 102,4 bilhões de juros, ou seja, 45% do total da dívida. É importante registrar que FHC montou sua política econômica através do crescimento da dívida pública interna, que passou de R\$ 31,6 bilhões em janeiro de 1995, para R\$ 557,2 bilhões em 2002. Em reais, a dívida externa federal era também, no final de 2002, de R\$ 269,7 bilhões. O total da dívida pública federal (interna mais externa) era, pois, de R\$ 826,9 bilhões.

Dessa forma, no segundo mandato do governo FHC foi pago um total de R\$ 1 trilhão e 42,4 bilhões referentes à dívida pública federal (em 1999, R\$ 288,8; em 2000, R\$ 248,3 bilhões; em 2001, R\$ 248,9 bilhões; e em 2002, R\$ 256,4 bilhões). Logo, mais de quatro vezes a dívida. (cf. dados do *site* do Ministério da Fazenda)

Do governo Sarney até o governo FHC, o país pagou US\$ 250 bilhões de juros da dívida externa. Somando as amortizações realizadas entre 1985 e 2002 (US\$ 385,7 bilhões), chega-se a um total de US\$ 635,7 bilhões pagos. Ou seja, em menos de vinte anos de neoliberalismo (1985 a 2002), o Brasil pagou uma quantia em dólares equivalente a várias vezes o total da dívida.

É nessa teia que entram as exportações do agro-negócio. Entre 1985 e 2002, as exportações geraram um superávit comercial de US\$ 143,4 bilhões para um déficit, entre 1995 e 2000, de US\$ 24,3 bilhões, o que dá um saldo líquido de US\$ 119,2 bilhões. Assim, o saldo das exportações brasileiras não chegou, no período, à metade do montante pago como juros da dívida externa, por isso a dívida cresceu, embora o que foi pago desse para quitá-la várias vezes. É o cachorro correndo atrás do próprio rabo, ou seja, quanto mais se exportou, mais a dívida cresceu e mais se pagou de juros.

A quem interessa essa lógica perversa é a pergunta que se impõe. A resposta é: ao setor financeiro internacional e nacional que se beneficiam com os juros e aos grupos nacionais e internacionais que aumentam seus lucros com o crescimento das exportações e das importações.

Durante o primeiro ano do governo Lula, a balança comercial brasileira fechou 2003 com US\$ 73 bilhões em exportações. As importações alcançaram US\$ 48,2 bilhões, permitindo, assim, um superávit comercial de US\$ 24,8 bilhões. As exportações cresceram 21,1% em relação a 2002, com aumento absoluto de US\$ 12,7 bilhões. Entre o total exportado, os produtos básicos ficaram com 33,2%, os semimanufaturados com 15,6% e os manufaturados com 54,3%.

Por grupos de produtos, o material de transporte (veículos de carga, automóveis, autopeças, pneumáticos e motores) foi o que gerou a maior receita de exportação, com vendas de US\$ 10,6 bilhões, correspondendo a 14,6% das exportações. O segundo lugar, com 11,1% do total, ficou com a soja, com exportações de US\$ 8,1 bilhões; o terceiro lugar ficou com o setor metalúrgico, com US\$ 7,3 bilhões, 10% de participação.

Lula recebeu o país com uma dívida externa de US\$ 227,6 bilhões e até o fim de 2003 tinha de amortizar 34,31 bilhões e pagar 13 bilhões de juros. Segundo o Banco Central, a dívida externa no final de 2003 chegou a US\$ 219,9 bilhões. Em reais, a dívida pública federal total, que inclui o endividamento externo, passou de R\$ 826,9 bilhões em dezembro de 2002 para 965,8 bilhões no final de 2003, um crescimento de 16,8%. A quantia de juros paga também cresceu e chegou a 145,2 bilhões. Segundo o Ministério da Fazenda, o total de pagamentos foi de R\$ 332,3 bilhões, sendo 293,2 bilhões da dívida interna e 39,1 bilhões (US\$ 13 bilhões) da externa. Dessa forma, como o total da dívida no final de 2003 cresceu, foi necessário aumentar mais a dívida para pagar o que venceu. Resumindo, o país devia, em dezembro de 2002, R\$ 826,9 bilhões, que, somados à quantia paga em 2003, de R\$ 332,3 bilhões, dá R\$ 1 trilhão e 159,2 bilhões. Logo, o governo Lula pagou em torno de 40% da dívida e, mesmo assim, em janeiro de 2004, ela cresceu 21% nesses dois anos (Ministério da Fazenda).

O pagamento efetuado até o final de 2003 foi 30% maior do que em 2002; e o percentual do crescimento da dívida, 5% maior. O relatório do Banco Central sobre a dívida pública divulgado em 14/1/2004 apenas enfatizou a mudança do seu perfil,

deixando de lado o que era fundamental: o seu contínuo crescimento (Ministério da Fazenda).

No segundo ano do governo Lula (2004), a dívida pública federal total (interna mais externa) passou de R\$ 965,8 bilhões em dezembro de 2003 para R\$ 1 trilhão e 3,1 bilhões no final de 2004, com um crescimento de 3,9%. A quantia de juros paga foi de R\$ 59,7 bilhões. Segundo o Ministério da Fazenda, o total de pagamentos feitos foi de R\$ 337,9 bilhões, sendo 292,1 bilhões para a dívida interna e 45,7 bilhões (US\$ 17 bilhões) para a externa. Assim, repetiu-se o que aconteceu em 2003 – como o total da dívida aumentou, foi necessário aumentar a dívida para pagar o que venceu. Resultando, o país devia em dezembro de 2003 R\$ 965,8 bilhões, que, somados à quantia paga em 2004, de R\$ 337,9 bilhões, alcançou R\$ 1 trilhão e 303,7 bilhões. Logo, embora o governo Lula pagasse 40% da dívida em 2003 e 35% da dívida em 2004, ela já era 21,3% maior em janeiro de 2005 (Ministério da Fazenda). A dívida externa diminuiu 7,8% em relação a 2003, ficando em R\$ 203,9 bilhões. Dessa forma, entre 2003 e 2004, ela foi reduzida em R\$ 23,7 bilhões (10,5%).

Com referência ao comércio exterior, a balança comercial brasileira fechou 2004 com US\$ 96,4 bilhões em exportações. As importações alcançaram US\$ 62,7 bilhões, permitindo um superávit comercial de US\$ 33,7 bilhões. As exportações cresceram 31% em relação a 2003, com aumento absoluto de US\$ 23 bilhões. Entre o total exportado, os produtos básicos ficaram com 29,6%, os semimanufaturados com 13,9% e os manufaturados com 56,5%.

Dessa forma, o superávit da balança comercial do agronegócio – de US\$ 34,1 bilhões, e saldo geral de 23 bilhões – vai permitindo o pagamento da dívida ex-

terna, enquanto a interna cresce. Por outras palavras, continua prevalecendo a lógica de que o aumento da produção de riqueza não é suficiente para cobrir a dívida que cresce.

Essa é a ciranda financeira da mundialização do capitalismo. Quanto mais se paga, mais se deve. O Brasil tem agora um novo lugar no mundo do capital: tornou-se plataforma privilegiada de exportações do setor de transportes, além de continuar sendo um dos principais fornecedores mundiais de produtos básicos, que vão do minério de ferro à soja. Agora é parte importante do capitalismo mundializado e a burguesia brasileira está, portanto, igualmente internacionalizada.

É, pois, necessário desvendar o papel das exportações brasileiras no comércio mundial e, em seu interior, o papel do agronegócio. Os dados referentes a 1980-1985 indicavam, respectivamente, que as exportações brasileiras representavam 1,21% e 1,37% das exportações mundiais, e as exportações do agronegócio 0,48% e 0,47%. Já os números de 1990-1995 mostram que as exportações brasileiras representaram 0,93% e 0,92% das exportações mundiais e as do agronegócio 0,25% e 0,26%. Em 2002-2003, as exportações brasileiras representaram 0,96% e 1% das exportações mundiais, e as do agronegócio 0,39% e 0,42%.

Assim, pode-se afirmar que as exportações do agronegócio não atingiram ainda o patamar de 1980 nas exportações mundiais. Isso quer dizer que se amplia a produção para continuar, em termos percentuais, com uma participação menor do que antes. O Brasil de 2003 teve participação inferior nas exportações mundiais em termos percentuais em relação a 1980: 1,2% contra 1%. O mesmo ocorreu com o agronegócio, cuja participação em 1980 era de 0,48% das expor-

Figura 30. Posição do Brasil no mercado mundial do agronegócio

ANO	1965	1970	1975	1976	1977	1980	1984	1985	1990	1995	2000	2001	2002	2003
RANK	7º	5º	5º	4º	4º	5º	4º	5º	10º	8º	12º	7º	7º	7º
%	2,5	3,0	3,2	3,7	4,0	3,1	3,7	3,6	2,1	3,0	2,3	2,9	2,8	3,1

tações mundiais e em 2003, no auge da sua mitificação pela mídia, representa apenas 0,42% das exportações mundiais. Inclusive, a posição que o Brasil ocupava em 2003 no mercado mundial do agronegócio também é inferior à dos anos 1970 e 1980. Em 1976, 1977 e 1984, o país ocupou a quarta posição no mercado mundial e em 2003, apenas a sétima (figura 30). A mesma situação aparece quando se compara a participação percentual do agronegócio brasileiro no mercado mundial – em 1977 exportou 4% do total das exportações agrícolas do mundo, enquanto em 2003, no auge midiático do endeusamento do agronegócio, sua participação foi de 3,1%. Isso demonstra que existe muita propaganda em relação ao agronegócio, para antepô-lo aos movimentos sociais em luta pela reforma agrária.

Na realidade, o crescimento do agronegócio no campo brasileiro, quando se comparam 1965 e 2003, apresentou um salto de 1.596%, superior à média mundial, que foi de 1.173% e mesmo ao da China, 1.557%, do Reino Unido, 1.415%, do Canadá, 1.000%, da Argentina, 894%, e dos Estados Unidos, 868%. Porém, quando se verifica o crescimento dos demais países exportadores agrícolas, o crescimento do Brasil torna-se pequeno, pois tem-se na Holanda 2.192%, na França 2.220%, a Itália cresceu 2.778%, a Espanha 4.795% e a Alemanha 5.147%.

É um mito, portanto, o papel do agronegócio no Brasil e na economia capitalista mundial.

As empresas mundiais do agronegócio

As quatro maiores empresas multinacionais do setor de grãos são a ADM (Archer Daniels Midland), Bunge, Cargill e Louis Dreyfuss. Elas controlam 43% da capacidade de esmagar soja no Brasil e quase 80% na França e na União Européia. As três primeiras controlam 75% do mercado norte-americano de soja e dessa forma são beneficiadas pela venda do grão às empresas do setor alimentar humano e animal. A ADM e a Bunge estão entre as quinhentas maiores empresas do mundo e formam o seletor conjunto que controla a circulação e o mercado mundial de grãos. Na edição especial da revista *Exame* “Melhores e Maiores” (jul. 2004), que analisou as quinhentas maiores empresas do Brasil, as multinacionais de grãos aparecem entre as empresas nacionais que operam no setor. Além delas, há mais 53 empresas de agronegócio.

Só em Mato Grosso se encontram a ADM, Amaggi, Bunge, Caramuru, Cargill, Coinbra, Friboi e Usina Itamaraty, entre outras. No Pará, em meio a um grande número de empresas do setor madeireiro, também aparecem a Bunge e a Cargill.

Entre as multinacionais, a ADM, que começou as

suas atividades em Decatur, no Estado americano de Illinois, há cem anos, lidera o processamento de soja, milho, algodão, trigo e canola nos Estados Unidos e na Europa, e mantém escritórios e unidade fabris em mais de sessenta países. Atua

no processamento de sementes oleaginosas, moagem de grãos, é líder mundial no processamento de cacau, bioprodutos, especialidades protéicas, saúde e nutrição humana e animal, fabricação de produtos à base de amendoim, comercialização de cereais, transportes de alimentos, cultura aquática, hidroponia, reciclagem, entre outras atividades. (www.admbr.com.br)

A ADM tem importante atuação na América do Sul, onde

é uma das maiores exportadoras de soja do Brasil, Paraguai e Bolívia, com centenas de pontos de recebimento e armazenagem. Atualmente, a sua atuação vem crescendo na América do Sul, com a expansão das atividades na Argentina, Colômbia, Peru e Venezuela. No Paraguai movimenta de 40% a 45% do mercado de soja. Na Argentina, a empresa tem um escritório em Buenos Aires, atuando no comércio de trigo, milho e soja. No Uruguai opera no porto de Nueva Palmira. Na Bolívia tem uma fábrica de processamento, refino e envasamento de soja e girassol em Santa Cruz de la Sierra. Com as operações bolivianas, a empresa exporta soja e farelo de soja para os mercados da Venezuela e da Colômbia. (www.admbr.com.br)

No Brasil, a ADM

iniciou suas atividades em dezembro de 1997 e em 2000 já era a terceira maior processadora de soja do país e a maior exportadora da soja brasileira. Tem seis fábricas de processamento de soja, das quais quatro possuem refinaria, e é uma das maiores processadoras de cacau do Brasil, com uma fábrica em Ilhéus, na Bahia. Além disso, possui uma misturadora de fertilizantes em Catalão, GO, e está construindo mais uma fábrica em Rondonópolis, MT. (www.admbr.com.br)

Outra importante multinacional do agronegócio é a Bunge.

A empresa nasceu em 1818, quando foi fundada a Bunge & Co., em Amsterdã, Holanda, por um negociante de origem alemã, Johannpeter G. Bunge, para comercializar produtos importados das colônias holandesas e grãos. Alguns anos depois, a sede da empresa muda-se para Roterdã e são abertas subsidiárias em outros países europeus. Em 1859, a convite do rei do recém-criado Reino da Bélgica, a Bunge transfere sua sede para Antuérpia, tornando-se o braço comercial da expansão internacional do novo reino. Inicia negócios na Ásia e África, já sob o comando de Edouard Bunge, neto do fundador. Em 1884, Ernest Bunge, irmão de Edouard, muda-se para a Argentina, onde, com outros sócios, cria uma empresa coligada com o nome de Bunge Y Born, com o objetivo de participar do mercado de exportação de grãos do país. Em 1905, a Bunge participa minoritariamente do capital da S.A. Moinho Santista Indústrias Gerais, empresa de compra e moagem de trigo de Santos, SP. É o início de uma rápida expansão no país, adquirindo diversas empresas nos ramos de alimentação, *agri-*

business, químico e têxtil, entre outros. Em 1923 compra a empresa Cavalcanti & Cia., em Recife, que resultou na formação da Sanbra, posteriormente denominada Santista Alimentos. Passou a operar nas atividades de mineração de rocha fosfática, industrialização e comercialização de fertilizantes, matérias-primas e nutrientes fosfatados em 1938, com a constituição da Serrana S.A. de Mineração, para explorar uma reserva de calcário na serra do Mar. Em 1997 adquire a Ceval Alimentos, líder no processamento de soja e produção de farelo e óleos. Em 2000 compra a indústria de fertilizantes Manah, uma das maiores do setor, e constitui a Bunge Fertilizantes, união da Serrana, Manah, Iap e Ouro Verde, e depois a Bunge Alimentos, união da Ceval e da Santista. Cria em 1998 a Bunge Global Market, uma empresa de atuação mundial responsável pelo comércio internacional de *commodities* da empresa, firmando-se cada vez mais como uma empresa globalizada.

Em 2001, no Brasil, a Bunge reestrutura o capital acionário das empresas Bunge Alimentos e Bunge Fertilizantes, criando a Bunge Brasil S.A. A nova empresa nasce como a maior produtora de fertilizantes da América do Sul, maior processadora de trigo e soja da América Latina e maior fabricante brasileira de margarinas, óleos comestíveis, gorduras vegetais e farinha de trigo.

Na Argentina, ainda em 2001, a Bunge adquire a La Plata Cereal, uma das maiores empresas de *agribusiness* do país, com atividades no processamento de soja, industrialização de fertilizantes e instalações portuárias. Com a aquisição, a Bunge torna-se a maior processadora de soja da Argentina. Em 2002, ela inicia a compra do controle acionário da Cereol, empresa de *agribusiness* com forte atuação na Europa e Estados

Unidos. Com a aquisição, amplia seus negócios na área de ingredientes, fortalece sua atuação no setor de óleos comestíveis e abre acesso a novas áreas de negócio, como o *biodiesel*. Em 2003, a Bunge anuncia uma aliança com a DuPont, constituindo a Solae – que atua na área de ingredientes funcionais de soja.

Na década de 90, concentra sua atuação mundial em três áreas, que se complementam: fertilizantes, grãos e oleaginosas e produtos alimentícios. Em 1999, muda sua sede para White Plains, Nova York, EUA, e em agosto de 2001 abre seu capital na bolsa de Nova York. Atualmente, a Bunge tem unidades industriais, silos e armazéns nas Américas do Norte e do Sul, Europa, Austrália e Índia, além de escritórios da Bunge Global Markets em vários países europeus, americanos, asiáticos e do Oriente Médio. (www.bunge.com.br)

A Cargill, fundada em 1865 como empresa fornecedora internacional de alimentos e produtos agrícolas, hoje atua em 59 países. Sua sede fica em Minneapolis, EUA, onde é a maior empresa norte-americana de capital fechado (lucro líquido de US\$ 1,33 bilhão em 2003). Iniciou suas atividades no Brasil em 1965, atuando no segmento do agronegócio e como uma das mais importantes indústrias de alimentos do país. Sua matriz fica em São Paulo, SP, e possui fábricas e escritórios em mais de 160 cidades. No ano de 2003, seu faturamento chegou a R\$ 10,8 bilhões (www.cargill.com.br).

O grupo francês Louis Dreyfus opera no Brasil desde meados do século 20, no comércio de grãos, com a Coinbra: “Dessa maneira, a Coinbra cresceu num ambiente econômico de grandes mudanças e hoje atua nas principais regiões brasileiras produto-

ras de soja, laranja, café, algodão, cana-de-açúcar e milho”. Possui

sete esmagadoras de oleaginosas, duas usinas de açúcar, duas fábricas de suco de laranja, postos de compras e filiais, quarenta armazéns, 12.000 ha de pomares cítricos, 30.000 ha de cana-de-açúcar. A Coinbra também conta com unidades em quatro portos brasileiros e um escritório central na cidade de São Paulo, o que faz dela uma das maiores empresas de exportação do país. Suas sete unidades de processamento de grãos estão localizadas nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e São Paulo.

O grupo Louis Dreyfus, fundado por Leopold Louis-Dreyfus em 1851, é um conglomerado de empresas mundiais controlado pela *holding* S.A. Louis-Dreyfus & CIE, sediada em Paris, França. A *holding* é propriedade exclusiva da família Louis-Dreyfus. O grupo atua em comercialização internacional de *commodities* agrícolas e de energia, esmagamento e refino de sementes oleaginosas, processamento de frutas cítricas, manufatura de aglomerados de madeira, exploração, refino e comercialização de petróleo e de gás natural, telecomunicações, administração de frotas de navios oceânicos, projetos imobiliários e serviços financeiros. Os principais escritórios da companhia localizam-se em São Paulo, Buenos Aires, Memphis, Wilton, Nova York, Londres, Paris, Roterdã e Cingapura. Ao todo, mais de 75 escritórios em 53 países sustentam a presença do grupo na economia global. As empresas do grupo faturam cerca de US\$ 20 bilhões por ano.

Na Argentina, o grupo possui a maior fábrica de madeira aglomerada do país, a maior processadora de

soja e o maior silo do mundo. No Brasil, além da Coinbra e da Coinbra-Frutesp, o grupo Louis-Dreyfus controla a empresa madeireira Placas do Paraná. A Coinbra está presente em quase todas as regiões produtoras de soja do Brasil. São mais de trinta armazéns e seis fábricas esmagadoras produzindo farelo de soja, óleo degomado, óleo refinado e outros derivados da soja. As seis unidades de processamento estão estrategicamente localizadas em Ponta Grossa e Londrina, PR, Cruz Alta, RS, Orlândia, SP, Jataí, GO, e Bataguassu, MS. A sétima fábrica, cuja construção foi iniciada em 2002, em Alto Araguaia, MT, aumentará a capacidade de esmagamento da empresa em 30%, atingindo 10.000 t diárias de grãos. A companhia está entre as quatro maiores esmagadoras de soja do Brasil. (www.coinbra.com.br)

Entre os mais importantes grupos nacionais estão o Caramuru, Amaggi e o Frigorífico Friboi.

O grupo Caramuru atua há quarenta anos, com empreendimentos em Goiás, Paraná, Mato Grosso, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Ceará. Dedicase à industrialização de grãos, desde a produção de sementes, armazenagem, de germinação, pré-cozimento de milho, extração e refino de óleos vegetais de soja, milho, girasol e canola e na produção de farelos. Exporta para os países da Comunidade Econômica Européia, Ásia e África. A Caramuru Alimentos tem sede em Itumbiara, GO, e filiais em São Simão, GO, Petrolina, PE, e Apucarana, PR, onde processa soja e milho. Tem unidades logísticas em Alto Taquari, MT, e em Anhembi, Pederneiras e Santos, SP. Atua principalmente em Goiás, Mato Grosso e Paraná, onde conta com dezessete armazéns gerais próprios e 37 locados de terceiros, com capacida-

de total de 1.831.200 t (www.caramuru.com).

Amaggi Exportação e Importação é a empresa líder do grupo André Maggi. Nasceu em 1977, com a Sementes Maggi. Possui seis fazendas no sul de Mato Grosso, três na Chapada dos Parecis e uma grande fazenda na região de Querência. Produz 580.000 t de algodão e grãos (370.000 t de soja e 167.000 t de milho). Cultiva 113.000 ha de soja, 40.000 de milho e 14.000 de algodão, tem unidades empresariais no setor de logística (hidrovia do Madeira) e unidade de geração de energia elétrica (www.grupomaggi.com.br).

O Frigorífico Friboi é líder em exportações, abate e processamento de carne bovina no Brasil desde 2002. Atua em todo o território nacional e exporta para mais de 60 países. Processa 10.000 cabeças de gado por dia. “Constituído por empresas de capital nacional, o Frigorífico Friboi nasceu em 1953, na cidade de Anápolis, GO, centro-oeste brasileiro.” Possui unidades industriais em Andradina, SP, Goiânia, GO, Barra do Garças, MT, Várzea Grande, MT, Campo Grande, MT, Araputanga, MS, Cáceres, MT, Iturama, MG, e dois centros de armazenagem, distribuição e vendas em São Paulo e Guarulhos (www.friboi.com.br).

Dessa forma, grupos empresariais nacionais somam com os grupos mundiais no processo de produção, industrialização e exportação de matérias-primas oriundas do agronegócio. Junto com muitos outros de menor porte econômico, articulam-se em Mato Grosso e outros Estados brasileiros no sentido de controlar a produção de grãos e de outras *commodities*. O grupo Amaggi, operando a hidrovia do Madeira, a Caramuru, com suas unidades estrategicamente colocadas na hidrovia Tietê-Paraná, no terminal graneleiro da Ferromonte, em Alto Taquari, e no porto de Santos. A

construção do terminal graneleiro da Cargill em Santarém e o acordo da Bunge com a Brasil Ferrovias colocam no centro do debate, em Mato Grosso, o asfaltamento da BR-163. Não há como negar a importância geopolítica e estratégica da rodovia na conexão com o rio Amazonas e o oceano Atlântico.

Comparada à soja argentina e norte-americana, a soja brasileira gasta US\$ 3 a mais em despesas portuárias e US\$ 21 a mais no frete até o porto. Assim, o escoamento da produção pelo eixo da Cuiabá-Santarém reduzirá significativamente esses custos, ao mesmo tempo em que encurtará a distância entre a região e o oceano Atlântico. O asfaltamento é uma espécie de conclusão tardia do principal objetivo dessa rodovia desde a sua abertura.

O quadro territorial do centro-norte de Mato Grosso

Do ponto de vista territorial, Mato Grosso apresenta na porção sul da área de influência da BR-163 uma das principais áreas de concentração do plantio de soja no cerrado. Do total plantado, 25,48% estão na região de Sorriso, Lucas e Mutum, que ficam no cerrado, área bem superior à das regiões de Sinop, Colíder e Alta Floresta, que estão em área de floresta.

Sinop, considerado centro regional do norte do Estado, vive a decadência da atividade madeireira – no passado, sua principal atividade econômica. Muitas das madeireiras estão mudando para o Pará, especialmente para Castelo dos Sonhos, Novo Progresso, Moraes Almeida e Itaúba, pequenos centros urbanos que surgiram da atividade garimpeira e que serão muito beneficiados pela BR-163.

Os municípios mais ao norte de Mato Grosso, no

eixo da BR-163, que derivaram de projetos de colonização pública e privada, têm hoje na criação de gado leiteiro sua sustentação econômica básica. Esses pequenos criadores de gado leiteiro conseguiram estabelecer uma integração com a pecuária de corte típica dos médios e grandes proprietários. Assim, na pequena propriedade realiza-se a etapa da cria, e nas médias e grandes a cria e engorda. A presença do garimpo, que no passado tanto interferiu na vida local e regional, deixou algumas heranças que podem ser notadas em Peixoto Azevedo e Guarantã do Norte, esta principal centro distribuidor de bens e serviços para a porção norte da BR-163 no Pará.

Assim, desenha-se um novo ordenamento territorial no Pará, fazendo com que a influência de Guarantã do Norte, aliada ao fluxo de migrantes vindos também do norte de Mato Grosso, drene parte das atividades econômicas da região. A exploração da madeira – em geral, clandestina – alimenta serrarias que destinam o produto principalmente para o mercado nacional e cujo caminho passa por Mato Grosso. Uma parte menor é exportada via Santarém, em meio a processos ilícitos de obtenção da madeira e das “guias” do Ibama, que se tornaram “moeda” cara e muito procurada na região.

O quadro territorial do sudoeste do Pará

O processo de ocupação do eixo do sudoeste paraense da BR-163 é uma espécie de expansão da ocupação do norte de Mato Grosso. Apenas não é ligado aos projetos de colonização. Trata-se de uma frente de expansão ligada à grilagem de terras públicas. Esse processo combina duas outras atividades ilegais, a madeira e o garimpo, que ainda persiste em algumas áreas e está chegando às terras indígenas e às florestas nacionais. Dessa forma, a grilagem avança e as cercas das

“propriedades” podem ser vistas por toda a extensão da rodovia, da divisa de Mato Grosso até pelo menos o rio Aruri. Ao sul da rodovia, a partir do município de Trairão, os projetos de assentamento e de colonização compõem outra realidade, com sua pequena criação de gado de leite combinada com a exploração da madeira, onde ela ainda existe.

O quadro territorial de parte do sudeste do Amazonas no início do século 21

A porção do Amazonas na área de influência da BR-163 é formada pelo prolongamento da BR-230, a Transamazônica, e fica no sudeste do Estado. Com baixa densidade populacional, a área se destaca pelos projetos de colonização e assentamento da reforma agrária, realizada pelo governo federal. Suas atividades econômicas estão voltadas para a agricultura de autoconsumo e pecuária de leite que vão ocupando as pequenas propriedades existentes.

É uma região bastante visada por grileiros, muitas vezes estimulados por representantes do poder público, como é o caso de Apuí. Na faixa da rodovia, em decorrência do decreto-lei de 1971, que federalizou as terras devolutas ao longo das estradas federais na Amazônia Legal, praticamente todo o território é patrimônio público. Portanto, essas terras não podem ser apropriadas pelo estatuto jurídico do usucapião.

Com baixíssimo índice de ocupação, a área pode e deve ser objeto de políticas protecionistas no campo da preservação ambiental.

BIBLIOGRAFIA

- AB'SABER, A. N. *Amazônia: do discurso à prática*. São Paulo: Edusp, 1996.
- ALBERTIN, Catherine (org.). *Fronteiras*. Brasília: Ed.UnB; Paris: Orstom, 1988.
- AMAZÔNIA. “Cuiabá-Santarém: leque aberto para o Atlântico”. São Paulo: Ed. Empresários da Amazônia Ltda., ano 2, n. 21, dez. 1976.
- _____. São Paulo, ano 2, jul. 1976b.
- _____. “Projeto Suiá-Missú”. São Paulo, ano 1, n. 26, mar. 1975.
- _____. “Transportes: uma avaliação dos caminhos da Amazônia”. São Paulo, ano 3, n. 33, nov. 1977.
- BAUMER, João. “Preço da soja já está 43% menor”. *O Estado de S. Paulo*, 11 fev. 2005. Caderno Economia, p. b16.
- BECKER, B. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria de Planejamento Agrícola. *Anais do Seminário Agricultura-horizonte 2000: perspectivas para o Brasil*. Brasília, 1983.
- _____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Balança Comercial do Agronegócio*, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>.
- CARVALHO, Murilo. *Sangue da terra: a luta armada no campo*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- CASALDALIGA, Dom Pedro. *Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Prelazia de São Félix do Araguaia-MT, 1971.
- CEDI. “Povos Indígenas no Brasil 80, 83 e 84”. In: *Aconteceu especial*. São Paulo: Sagarna, 1981-85.
- CEM (Centro de Estudos Migratórios). *Migrações no Brasil: o peregrinar de um povo sem terra*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- CHIARA, Márcia De. “Motor da agricultura ameaça ratar”. *O Estado de S. Paulo*, 20 fev. 2005. Caderno Economia, p. B1.
- COLITT, Raymond. “Dias de ouro da soja brasileira acabaram”. *O Estado de S. Paulo*, 10 fev. 2005.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. “Lucas do Rio Verde”. *Informativo*, Cuiabá: CPT-MT; CDTI; ASCCMT, jul. 1984.
- _____. “Colono troteia ou sai da estrada”. *Cadernos CPT*, Cuiabá, ano 1, n. 1, fev. 1982.
- COMISSÃO PASTORAL da Prelazia de São Félix do Araguaia-MT. *Peões e garimpeiros: terra e trabalho no Araguaia*. São Paulo: CEDI, 1983. (Cadernos, n. 11).
- CONAB. *Segundo levantamento de intenção de plantio – Safra 2004/2005*. [Brasília]: dez. 2004.
- CONAGE (Coordenação Nacional dos Geólogos). *Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- CORREIO VARZEAGRANDENSE. “História viva da BR-163, segundo seu construtor”. *Várzea Grande-MT*, ano 1, n. 49, 2 a 8 dez. 1984.
- COUTO E SILVA, Golbery do. *Conjuntura política nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil*. 3. ed., Rio de Janeiro: José Olímpio, 1981.
- DAVIS, Shelton H. *Vitimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DROS, Jan Maarten. *Managing the Soy Boom: two scenarios of soy production expansion in South America*. WWF, 2004. Disponível em: <<http://www.wwf.org>>.
- ESQUEMA. “Para Custer e Roberto, índio bom é índio morto”. Cuiabá, ano 11, n. 18, 1983.
- ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- EXAME. [São Paulo]: Ed. Abril, Edição especial “Melhores e Maiores”, 30 jul. 2004.
- FEARNSIDE, P. M. “Agriculture in Amazônia”. In: PRANCE, G. T.; LOVEJOY, T. E. (eds.). *Amazônia*. Oxford: Pergamon, 1984. p. 393-418.
- _____. “Deforestation in Brazilian Amazonia”. In: WOODDELL, G. M. (ed.). *The Earth in Transition: patterns and processes of biotic impoverishment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. “Rethinking continuous cultivation in Amazonia”. *Interciência*, São Paulo, n. 37, p. 209-214, 1992.
- _____ et alli. “Jari and Development in the Brazilian Amazon”. *Interciência*, São Paulo, n. 5, p. 146-156, 1980.
- FORTUNE, Europe edition, n. 14, July 28, 2003.
- POWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da frente pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HÉBETTE, Jean (org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis: Vozes; Belém: FASE; NAEA-UFGA, 1991.
- IANNI, Octávio. *A luta pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). *Colonização em dados*. Brasília, 1983.
- IBGE. *Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas – 1968*. Rio de Janeiro, 1970.
- _____. *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*. Adaptado do mapa de Curt Nimuendaju de 1944. Rio de Janeiro, 2002.
- ISA (Instituto SocioAmbiental). *Povos indígenas no Brasil 1991-1995*. São Paulo, 1996.
- _____. *Povos indígenas no Brasil 1985-1986*. São Paulo, 1996.
- KIRCHHOFF, Volker W. J. H. *Queimadas na Amazônia e efeito estufa*. São José dos Campos: INPE; São Paulo: Contexto, 1992.
- KOTSCHO, Ricardo. *O massacre dos posseiros*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- LENTINI, M.; VERÍSSIMO, A.; SOBRAL, L. *Fatos florestais da Amazônia 2003*. Disponível em: <www.imazon.org.br>.
- LEROY, Jean-Pierre. *Uma chama na Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes; FASE, 1991.
- MARTINS, Edílson. *Nossos índios, nossos mortos*. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.
- _____. *Nós, do Araguaia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Amazônia, a última fronteira*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *Fronteira*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MATO GROSSO S/A. “Colonização: paraíso e purgatório no inferno verde”, ano 1, n. 3, maio-jun. s/ano.
- MEGGER, Betty J. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- MELATTI, J. C. *Índios do Brasil*. São Paulo: Hucitec; Brasília: UnB, 1987.
- MELLO, Patrícia Campos. “Subsídios nos EUA vão crescer US\$ 14 bi”. *O Estado de S. Paulo*, 13 fev. 2005. Caderno Economia, p. B1.
- MORENO, Gislaine. *Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- O ESTADO DE S. PAULO. “FMI: cabide de empregos”. 18 ago. 1986.
- _____. 20 fev. 2005. Caderno Economia, p. B3.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papirus, 1987.
- _____. *Integrar para não entregar: políticas públicas na Amazônia*. Campinas: Papirus, 1988.
- _____. “Paraíso e inferno na Amazônia legal”. *Travessia*, ano 1, n. 3, jan.-abr. 1989.
- _____. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- _____. *A fronteira amazônica norte-matogrossense: grilagem, corrupção e violência*. São Paulo, 1997. Tese (Livre-docência em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 2002.
- OPAN; CIMI. *Índios em Mato Grosso* (Dossiê). Cuiabá, 1987.
- PANDOLFO, Clara. *Ecologia e desenvolvimento da Amazônia*. Belém: Sudam, 1982.
- PEREIRA, O. D. *Política mineral do Brasil*. Brasília: CNPq, 1987.
- PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- RDM (Revista dos Municípios Mato Grosso). “Reassentamento de fazendeiros”. Cuiabá, ano 1, n. 4, s/d.
- _____. “Corrupção e violência no Cerrado”. Cuiabá, ano 1, ago. 1986.
- RIBEIRO, J. C. *Pioneiros gaúchos: colonização norte mato-grossense*. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- RIBEIRO FILHO, Evaristo. *Recursos minerais da Amazônia*. São Paulo: Anpes; Itau, 1979.
- SAN MARTIN, Paulo; PELEGRINI, Bernardo. *Cerrados, uma ocupação japonesa no campo*. Rio de Janeiro: Codecri, 1984.
- SCHAEFER, José Renato. *Migrações rurais e implicações pastorais*. São Paulo: Loyola, 1985.
- SENHOR. “Saque contra a União”, n. 353, 22 dez. 1987.
- SILVA DIAS, G. L.; CASTRO, M. C. *A colonização oficial no Brasil*. São Paulo: IPE-USP, 1986.
- SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Matuchos: exclusão e luta*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- VALVERDE, Orlando et alii. *O problema florestal da Amazônia brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. et alii. *A organização do espaço na faixa da Transamazônica*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1979.
- _____. *Frontes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- VIDIGAL, Circe da Fonseca. *Sinop, a terra prometida: geopolítica da ocupação da Amazônia*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- VILLAS BOAS, O.; VILLAS BOAS, C. *A marcha para oeste: a epopéia da expedição Roncador-Xingu*. São Paulo: Globo, 1994.

SITES

- ADM Brasil (www.admbr.com.br)
- Brasil Ferrovias (www.brasilferrovias.com.br)
- Bunge (www.bunge.com.br)
- Cargill (www.cargill.com.br)
- Coimbra (www.coinbra.com.br)
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento (www.conab.gov.br/previsõesdesafra)
- Frigorífico Friboi (www.friboi.com.br)
- Grupo Caramuru (www.caramuru.com)
- Grupo Maggi (www.grupomaggi.com.br)
- Governo do Estado do Pará (www.pa.gov.br)
- Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia - Imazon (www.imazon.org.br)
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (www.agricultura.gov.br)
- Ministério da Fazenda (www.fazenda.gov.br)

Temos um esplêndido passado pela frente?

ARNALDO CARNEIRO FILHO

As possíveis consequências do asfaltamento da BR-163

A impressão que permanece desde os primeiros contatos com a discussão sobre a pavimentação do trecho da BR-163 entre as cidades de Guarantã do Norte (MT) e Santarém (PA) é a de que ela não se resume a mera obra de engenharia em mais uma estrada. Trata-se de empreendimento de consideráveis consequências socioambientais, capaz de produzir importantes transformações numa grande porção amazônica.

O estado precário da rodovia Cuiabá-Santarém tem prejudicado tanto o setor do agronegócio quanto as populações locais. Daí que sua pavimentação tem sido insistentemente reclamada por setores produtivos (até por empresários de atividades ilícitas), assim como pelas populações que vivem em sua área de influência e dela necessitam tanto para o escoamento de seus produtos quanto para o atendimento de suas demandas de assistência básica, reivindicação antiga e nunca alcançada. Mais recentemente, com o fulgurante crescimento do setor agrícola no Estado de Mato

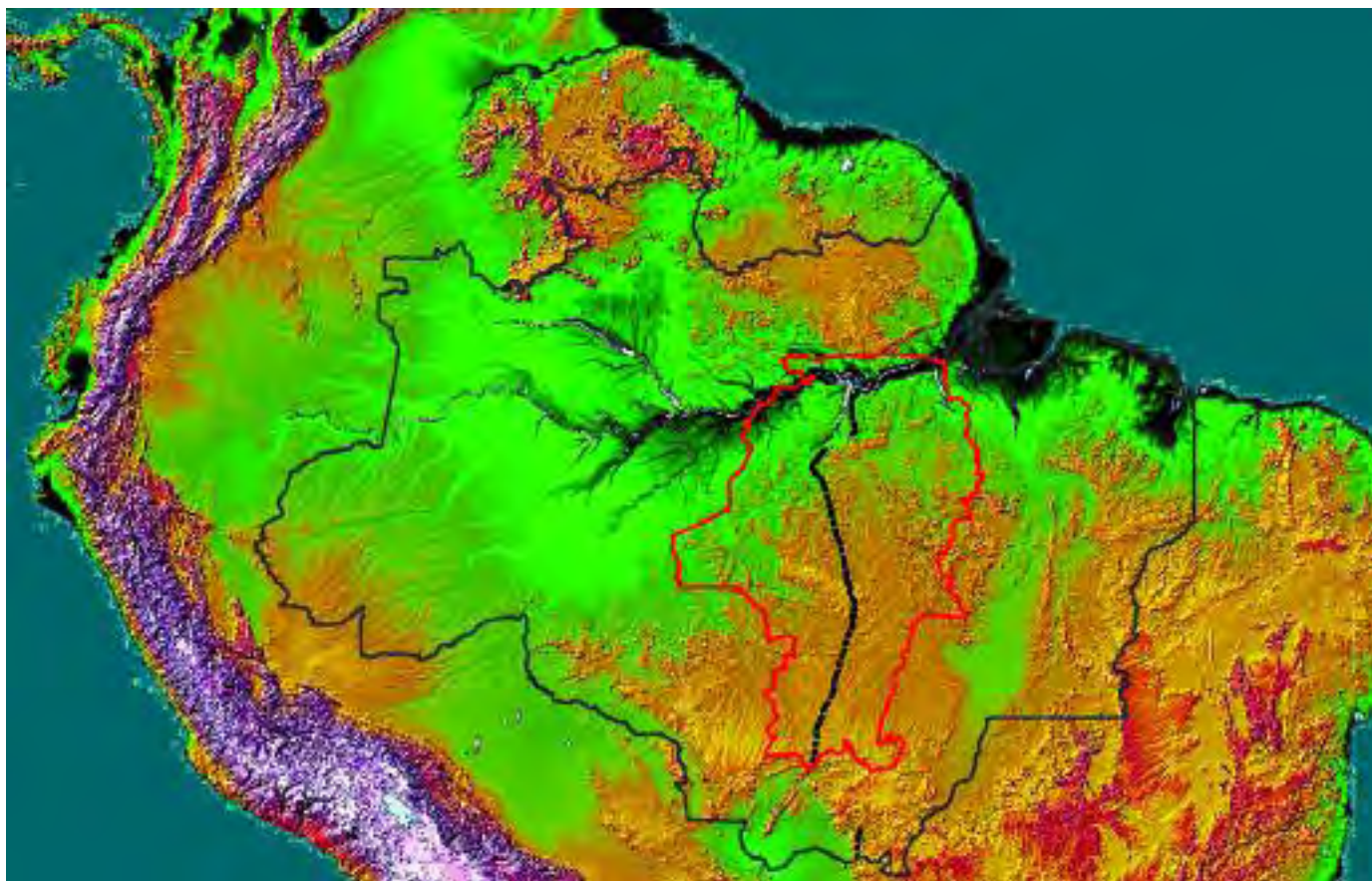


Figura 1. Localização da área de influência da BR-163 (limite vermelho) no interior da Amazônia Legal (limite negro). A BR-163 aparece no centro do polígono vermelho, como uma linha negra no sentido norte-sul. Nos documentos oficiais, essa área de influência foi assumida como algo em torno de 950.000 km², envolvendo 65 municípios, repartidos entre os Estados do Pará (27 municípios), Mato Grosso (31 municípios) e Amazonas (sete municípios). (BRASIL, 2004)*

Fonte: modificado pelo autor a partir de imagem SRTM - NASA.

* Na versão de abril de 2005 do *Plano BR-163 Sustentável*, o número de municípios abrangidos pela área de influência da rodovia aumentou para 71 (37 em Mato Grosso, 28 no Pará e seis no Amazonas), totalizando uma área de 1.231,8 mil km². [N. do org.]

Grosso, voltado para o mercado internacional e associado à permanente necessidade de redução de custos num mercado cada vez mais competitivo, surgiu um novo grupo de interesse e pressão pela pavimentação da BR-163 – o grupo dos produtores de grãos, dos quais a soja é a mais importante.

O projeto abarca ainda interesses extra-regionais, como a necessidade de reduzir os custos de transporte dos produtos fabricados na Zona Franca de Manaus, atualmente levados em balsas até Belém e que poderiam ter um escoamento mais rápido via BR-163.

Não há dúvida de que o asfaltamento trará benefícios e problemas, desde alguns até então desconhecidos na região, como outros já bastante anunciados. Nas últimas décadas, assistimos a sucessivos erros na gestão da ocupação dirigida na Amazônia, quando estratégias planejadas se converteram em processos de migração em massa, com controle parcial do aparelho do Estado e enormes estragos ambientais. Assim foi no caso exemplar da Transamazônica, BR-174, Polonoroeste em Rondônia e outros tantos projetos de assentamento do Incra que serviram de estopim para intensos processos desordenados de ocupação e desmatamento.

A questão fundamental por trás do asfaltamento diz respeito às dimensões sociais e ambientais consequentes do contexto local de extrema ausência e/ou fragilidade das instituições públicas, sejam elas de ordenamento, repressão, gestão e monitoramento do território e seus recursos.

O histórico indesejável de outras obras desse porte na Amazônia alimenta grande desconfiança sobre a capacidade dos órgãos públicos em gerir um empreendimento dessa dimensão. Cabe, portanto, inter-

rogar que sinais tem dado o governo atual, capazes de desfazer tal desconfiança.

CUIABÁ-SANTARÉM, UMA ESTRADA A MÚLTIPLAS PAISAGENS

Nas análises que seguem vamos considerar uma divisão baseada num critério apenas simplificador e estruturante das paisagens vistas no trecho entre Cuiabá e Itaituba (figura 2).

A divisão maior das paisagens confunde-se com os limites políticos. Na verdade, esses limites interestaduais (Mato Grosso e Pará) foram construídos segundo barreiras geográficas estruturais, no caso, a serra do Cachimbo. A crista da serra no seu lado sul serviu de base para o traçado do limite estadual entre Mato Grosso e Pará. Além disso, a serra delimita os grandes conjuntos paisagísticos da região, que da mesma forma condicionaram distintos padrões de uso da terra:

1. A REGIÃO AO SUL DA SERRA DO CACHIMBO, inteiramente no Estado de Mato Grosso, composta de 68 municípios, por onde se esparrama uma fronteira agrícola em vias de consolidação, e com dinâmica própria de transformação das paisagens de cerrado, floresta seca e pasto em campos de soja e culturas consorciadas. Dotada de um relevo suavemente ondulado, com solos e estrutura favorável, a região se presta perfeitamente aos moldes de exploração agrícola altamente tecnificada, como é o caso da soja e culturas associadas, em franca expansão na região, que tem como epicentros as cidades de Sinop, Lucas do Rio Verde e Sorriso. Predominam sistemas agrícolas com alto nível tecnológico, infra-estrutura viária, cidades razoavel-

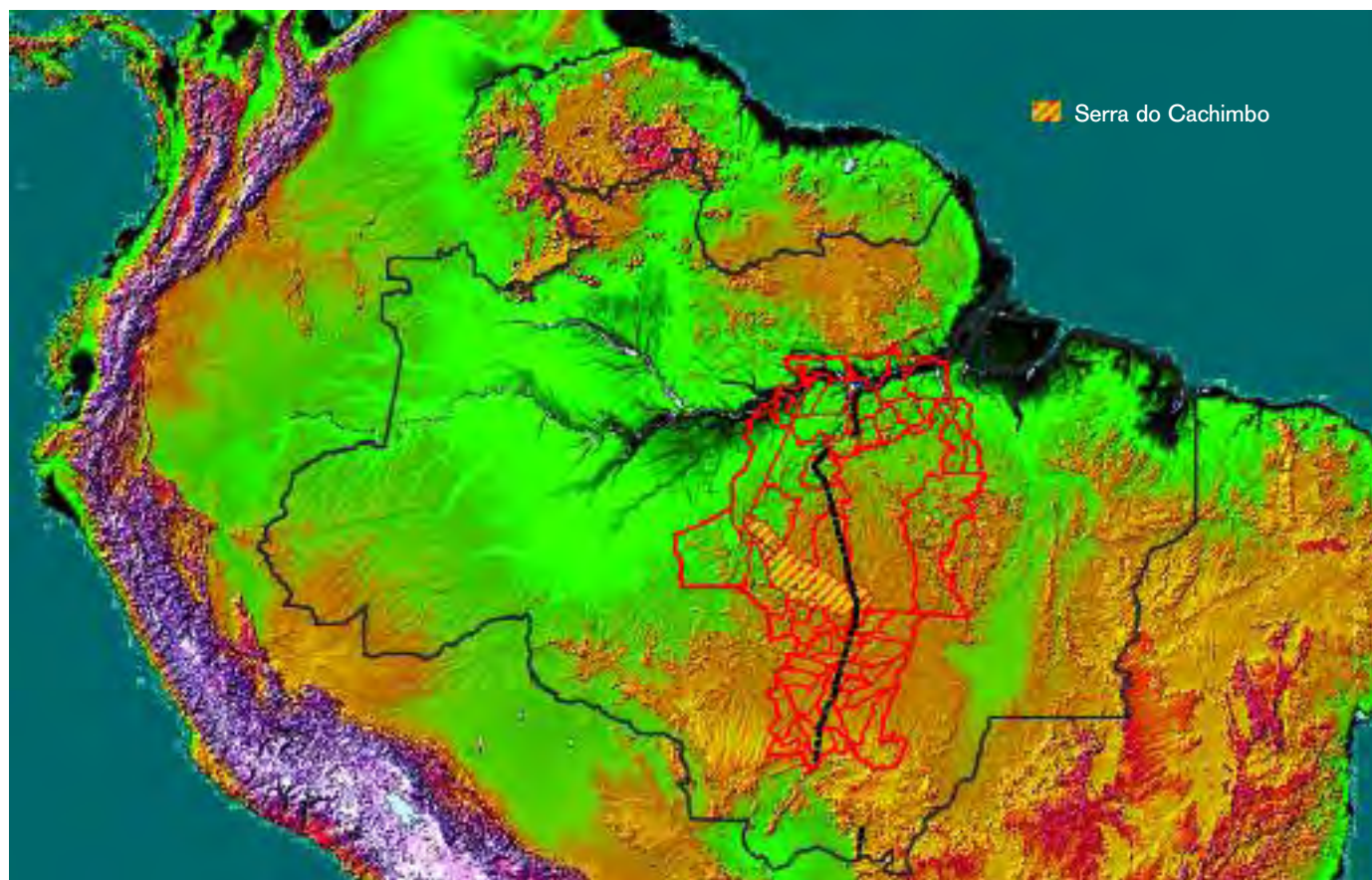


Figura 2. Divisão municipal na área de influência da BR-163.

Fonte: modificado pelo autor a partir de imagem SRTM - NASA.

mente estruturadas e um padrão fundiário de médios e grandes produtores.

Atualmente, em especial o setor centro-norte de Mato Grosso, abriga um dos pólos agrícolas mais produtivos do país, com destaque para a produção de soja, que na última década se consolidou na região. Extensas áreas anteriormente ocupadas por pecuária vêm rapidamente se convertendo em áreas de plantio de soja.

A exploração madeireira também representa importante atividade econômica na região, em particular nas áreas de expansão agrícola e desmatamento. Por exemplo, o extremo norte de Mato Grosso, outra área de colonização também muito recente, tendo como principais pólos Guarantã do Norte e Alta Floresta. Ali predominam a exploração madeireira e a conversão de floresta em pasto. Segundo estudos do Imazon (LENTINI et al., 2003), há cerca de cem empresas madeireiras operando nessa porção da BR-163. A região possui grande vocação madeireira.

2. NA REGIÃO AO NORTE DA SERRA DO CACHIMBO, a partir dos seus contrafortes, já no Estado do Pará (29 municípios), evolui uma zona essencialmente madeireira. Ali, o garimpo de ouro foi a principal atividade econômica até os anos 1980. Hoje, ainda que acanhadamente, as atividades garimpeiras estão presentes a noroeste de Novo Progresso (rodovia Transgarimpeira). Toda uma cadeia de ações ilícitas atinge a região, das quais a grilagem se destaca em termos econômicos. Nessas áreas de grilagem, a pecuária e a exploração florestal não se caracterizam como atividades econômicas-fim, mas simplesmente como estratégias intermediárias nas sucessivas etapas de apropriação

ilegal de terras. Nos anos 1990, registraram-se intensas explorações ilegais de mogno.

A região inclui ainda as áreas pertencentes à Transamazônica Ocidental, principalmente distribuídas no Estado do Amazonas. De escasso povoamento, tem como núcleos principais os municípios de Apuí, AM, e Jacareacanga, PA. Ambos de economia baseada principalmente em projetos de assentamento do Incra, com agricultura familiar de pequenos e médios produtores. Na atualidade, a região sofre intenso assédio de grileiros organizados, que a partir da BR-163 promovem a venda de lotes entre Nova Aripuanã, Apuí e Jacareacanga.

PAVIMENTAÇÃO EM VISTA –

DESMATAMENTO EM ALTA

Nos anos de 1978 e 1979, quando a ocupação da Amazônia ainda era recente, as taxas de desmatamento anual eram da ordem de 0,54%, área equivalente a 21.000 ha. A recessão econômica da década de 80 impossibilitou que recursos públicos e privados mantivessem os caros e ambiciosos programas de desenvolvimento para a Amazônia. Esses fatores podem explicar o declínio das taxas de desmatamento observado nos anos seguintes. Em 1990/91, essa taxa caiu para 0,30%, menos de 11.000 ha ao ano. Nos anos seguintes, entretanto, ela voltou a crescer, alcançando seu pico no período 1994/95, quando o programa de estabilização macroeconômica do Plano Real permitiu nova fase de expansão econômica. Já o período 1995/96 apresentou taxa substancialmente menor, acompanhando a tendência econômica recessiva do país. Embora a área de desmatamento atual seja não mais que 16% da área to-

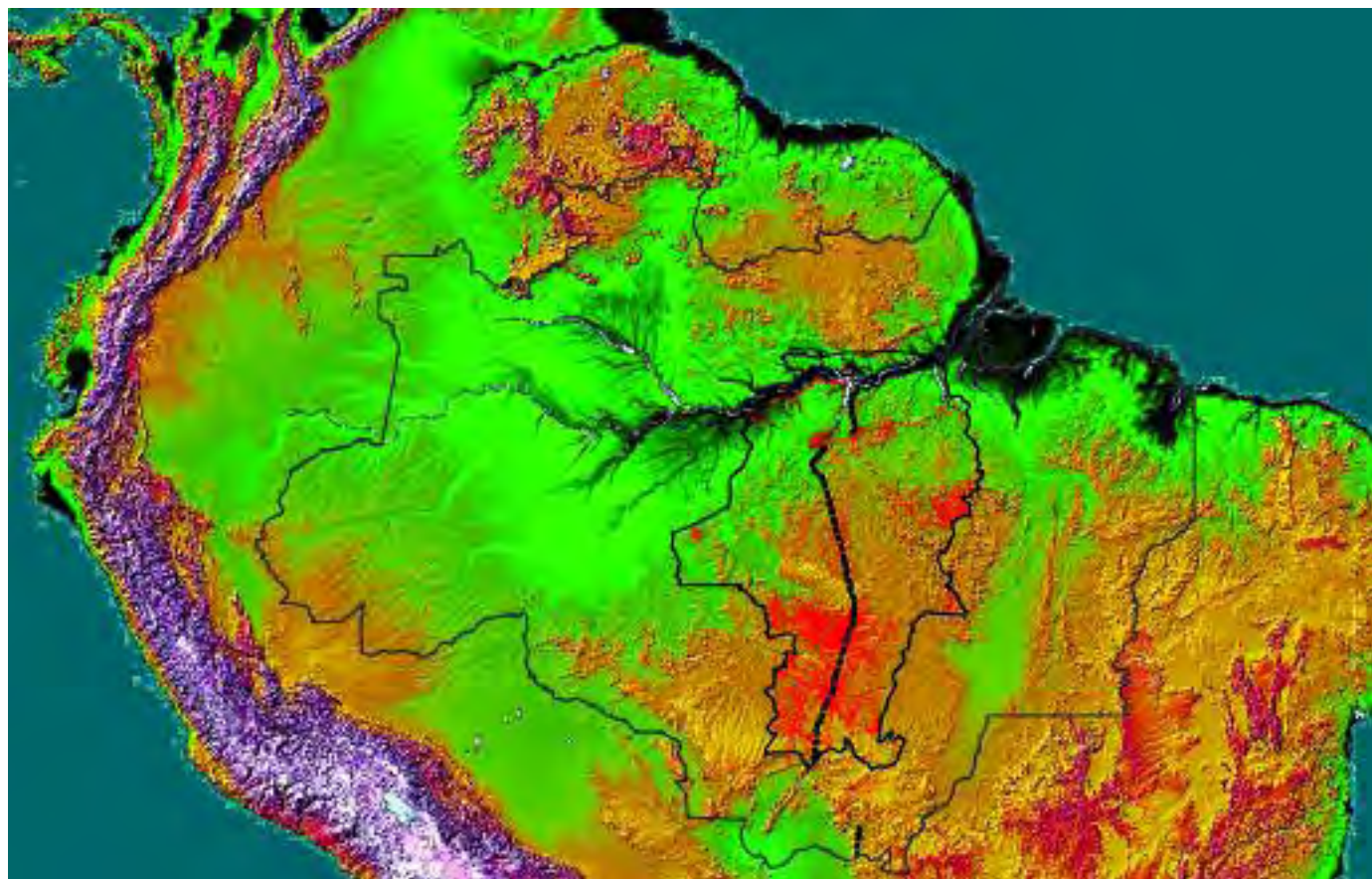


Figura 3. Desmatamento observado até agosto de 2003.

Fonte: INPE, Prodes, 2003

tal original, ela corresponde, aproximadamente, ao tamanho da França. Estados de fronteira, tais como Acre, Rondônia, Mato Grosso, Pará e Maranhão, ainda em muito contribuem para o processo de desmatamento. No entanto, taxas crescentes no Amapá, Roraima e, mais recentemente, no Amazonas podem indicar novas áreas de expansão, o que significa que o processo de desmatamento está seguindo seu curso.

Apesar dos propósitos dos órgãos públicos envolvidos com o controle e gestão dos recursos naturais na Amazônia, as taxas de desmatamento estimadas em 2004 continuam crescentes (figura 3). Na área de influência da BR-163, o desmatamento medido em 2003 correspondia a 799.900 ha (INPE, Prodes, 2003), enquanto no ano seguinte se observou um aumento de aproximadamente 50%, estimado em 1.201.300 ha (INPE, Deter, 2004).

Vale lembrar que no ano de 2004 o desmatamento total na Amazônia foi estimado em aproximadamente 2.200.000 ha. Somente a área de influência foi responsável por 55% desse total.

Outro aspecto relevante na dinâmica do desmatamento é a existência de fortes conexões entre a grilagem e as diferentes frentes de expansão amazônicas no interior da área de influência da BR-163. Tais conexões não estão inteiramente associadas ao desmatamento atual, pois hoje elas configuram principalmente processos de apropriação ilegal de terras (grilagem), mas num futuro próximo certamente se traduzirão em desmatamento.

Ainda que incompletas enquanto conexões físicas, as frentes de grilagem que partem de São Félix do Xingu e atingem o rio Iriri, na área conhecida como Terra do Meio, podem em médio prazo se conectar



Figura 4. Localização das áreas de conexão da grilagem no trecho entre Apuí e São Félix do Xingu.

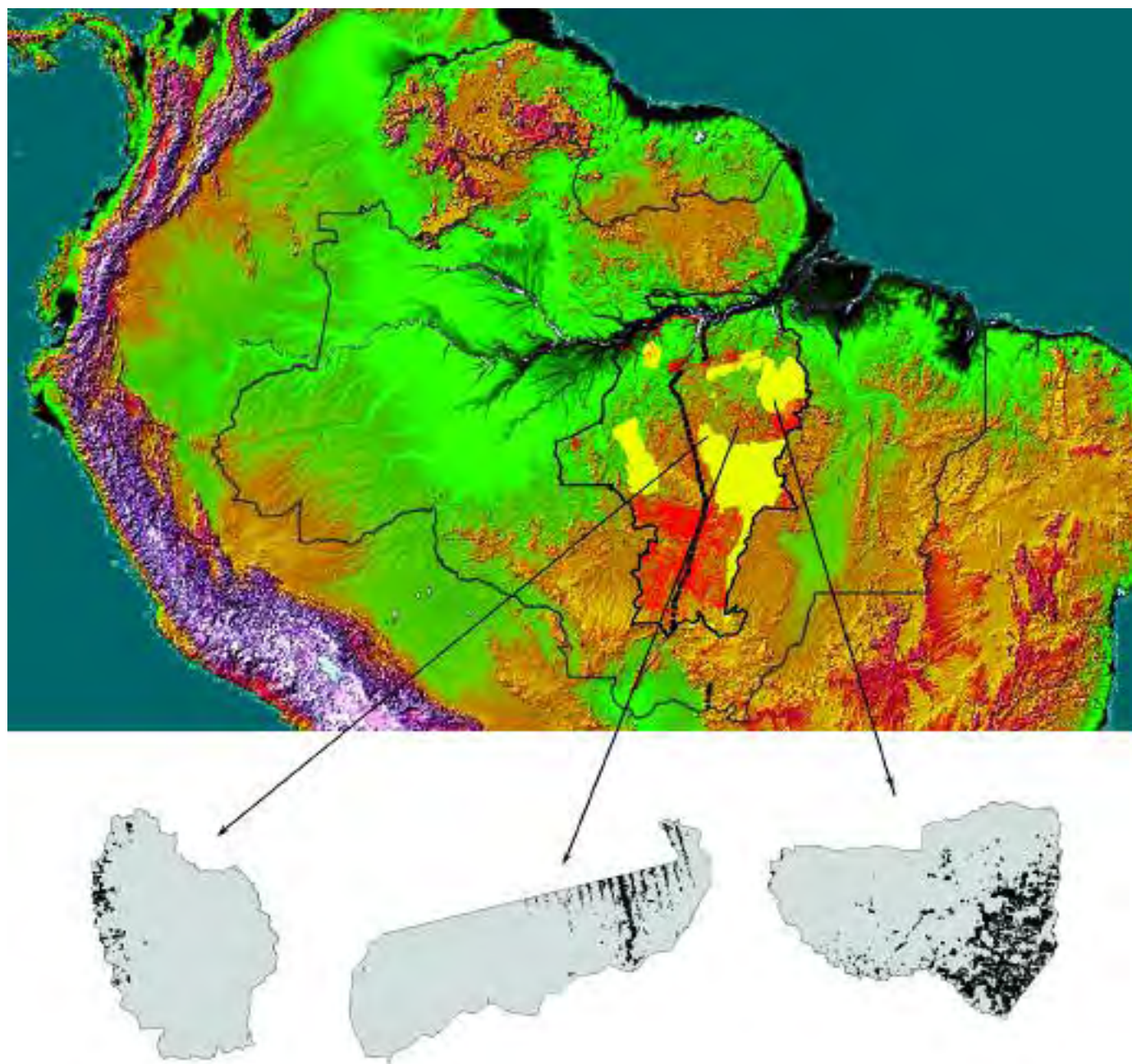


Figura 5. Terras indígenas na área de influência da BR-163, com destaque para as TIs Cachoeira Seca, Baú e Apiterewa. As manchas no interior das terras indígenas são áreas desmatadas.

com as que se dirigem em sentido inverso das margens da BR-163 em Novo Progresso. Vale lembrar que a referida região já foi objeto de intensa exploração madeireira, baseada principalmente no mogno, que deixou para trás uma relativamente densa rede de estradas endógenas que já servem de suporte para a expansão das frentes que partem de São Félix do Xingu (figura 4).

Um novo surto de grilagem irradia-se por mais de 1.000 km via estradas federais. A partir da BR-163, essas frentes de apropriação do território alcançam o sul do Amazonas, tendo como referência os municípios de Apuí e Novo Aripuanã.

Mantidos a fragilidade dos órgãos do Estado e o padrão, já descrito, de expansão por meio de estradas endógenas, a conexão viária entre São Félix do Xingu e Novo Progresso deverá concretizar-se em futuro próximo. Possíveis cenários podem ser previstos: a) as frentes de grilagem se expandiriam ainda mais na direção oeste da BR-163; possíveis pontos de conexão seriam a “rodovia Transgarimpeira”, que parte da BR-163 e se alongaria para atingir Jacareacanga, na Transamazônica; b) outro acesso a partir da BR-163 para Apuí seria a “rodovia do Estanho”, consolidando a ligação entre Apuí e Colnisa, em Mato Grosso. Caso essas conexões viárias se concretizem, os processos clássicos de grilagem, exploração ilegal de recursos e expansão de desmatamento prosseguiriam, como aconteceu em muitas áreas de floresta amazônica já destruídas.

A tendência futura do desflorestamento nessa região dependerá principalmente de condições políticas e econômicas que assegurem uma revisão constante dos fatores que induzem ao desmatamento. Uma mudança radical no direito de propriedade e a

introdução de incentivos econômicos para atividades sustentáveis podem desempenhar papel importante nesse processo.

FRAGILIDADE DAS TERRAS INDÍGENAS

A situação das terras indígenas também merece cuidados especiais, visto que a própria construção da BR-163 nos anos 1970 já foi motivo de diversos conflitos de interesses referentes a essas terras. Algumas delas foram objeto de constantes invasões, tanto da parte de madeireiros e garimpeiros quanto de colonos e fazendeiros (figura 5). Exemplos desses fatos:

1) A Terra Indígena (TI) Cachoeira Seca, com 793.489 ha, sofreu uma primeira fase de invasão feita pelos exploradores de mogno e, num segundo momento, pelos colonos da Transamazônica, deixando um saldo de ocupação da ordem de 29.890 ha;

2) a Terra Indígena Apiterewa, cuja área apresenta 992.507 ha, sofreu uma expansão da colonização ilegal no interior da Terra do Meio que penetrou os seus limites e gerou um desmatamento da ordem de 148.881 ha, ou seja, 15% da área indígena;

3) a Terra Indígena Baú, com 1.905.982 ha, da mesma forma sofreu invasões vindas a partir de estradas construídas pelos madeireiros nas vicinais da BR-163. A área desmatada no interior da área indígena é da ordem de 54.031 ha.

Os valores acima referem-se apenas ao desmatamento por corte raso. Como a extração madeireira (desmatamento invisível) é uma das principais atividades de exploração nas TIs, em ambos os casos a

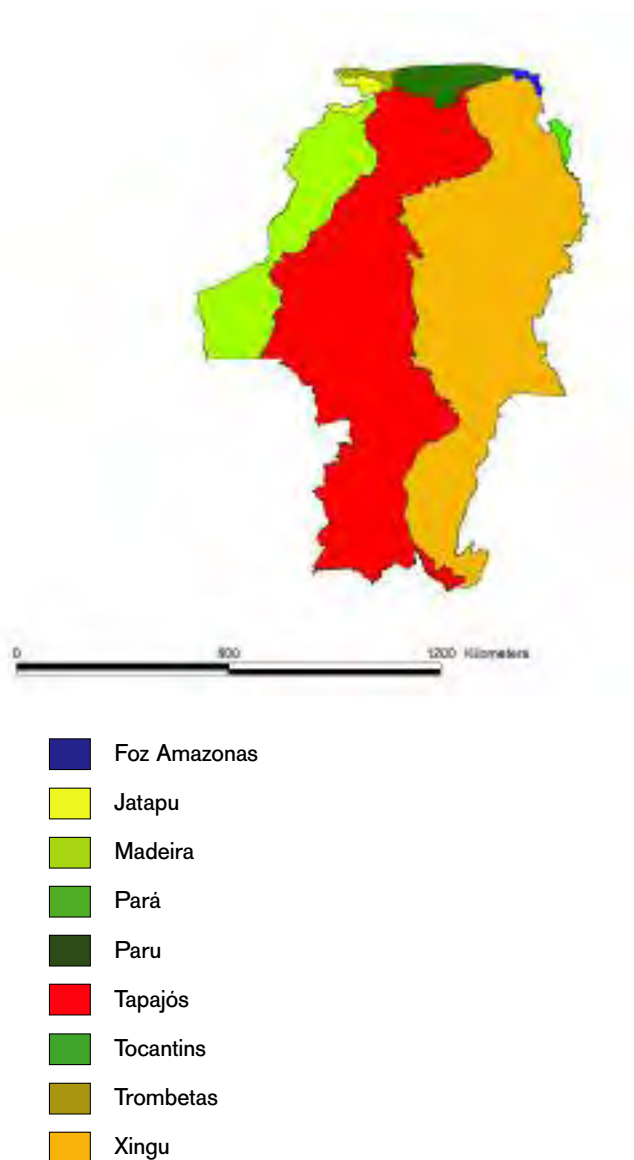


Figura 6. Bacias hidrográficas contidas na área de influência da BR-163.

área invadida e explorada deve ser ainda maior.

As Terras Indígenas Baú e Apiterewa tiveram seus limites revistos, sendo que parte da área invadida deverá ser suprimida dos limites originais dessas mesmas terras. Novamente a fragilidade do Estado, enquanto órgão de tutela (Funai), não oferece sinais otimistas de capacidade de gestão do problema e de alternativas que mantenham os direitos dos povos indígenas. As invasões tiveram início antes do ano 1997, quando aparecem os primeiros dados de monitoramento do desmatamento na Amazônia. Na queda-de-braço, perderam os indígenas, que tiveram os limites de suas terras revistos.

GESTÃO DAS ÁGUAS NOS DOMÍNIOS DA BR-163

Outro aspecto importante a ter em conta na matriz ambiental e seus possíveis impactos seriam os mananciais de água da região. As bacias hidrográficas são apropriadas para o exercício de gestão comum. Além de serem unidades ecológicas funcionais, elas possuem fronteiras que nem sempre correspondem aos limites políticos, merecendo, portanto, ações conjugadas de gestão envolvendo municipalidades, Estados e União.

A área de influência da BR-163 interage com pelo menos três grandes bacias hidrográficas (Madeira, Tapajós e Xingu), alguns setores da foz do Amazonas, além de outras nove bacias de menor porte (figura 6).

Nas últimas décadas, a bacia amazônica vem sofrendo ampla alteração, principalmente na sua vertente sul, onde se localiza o arco do desmatamento. Ainda que os limites do desmatamento apenas rocem as

cabeceiras de drenagem, seus impactos na capilaridade das redes de drenagem podem ser disseminados para os setores a jusante da bacia.

Na região do arco do desmatamento, os impactos associados à cobertura vegetal são evidentes, com destaque para a alteração no ritmo de vazão do rio Tocantins, alteração na hidrogeoquímica do rio Ji-Paraná, em Rondônia, e mudanças na dinâmica de transporte de sedimentos em microbacias ao norte do rio Solimões.

Existem 215 sub-bacias cujas nascentes se encontram na área de influência da BR-163, e drenam para as grandes bacias citadas. Bacias menores são evidentemente mais suscetíveis. Avanços indiscriminados sobre as matas ciliares e cabeceiras de drenagem podem assorear os canais, e assim provocar perturbações no ritmo de escoamento dos rios, com efeitos que se irradiam pela bacia.

Outros elementos naturais importantes a ser considerados seriam as 28 sub-bacias que têm suas cabeceiras de drenagem nos contrafortes da serra do Cachimbo (figura 7). Essa área mereceria cuidado redobrado, pois apenas parte da serra está protegida pela área militar.

EXPLORAÇÃO MADEIREIRA ILEGAL E FLONAS DE PAPEL

Analisemos rapidamente o setor madeireiro e suas estratégias de exploração: se considerarmos apenas o trecho entre Guarantã do Norte e Itaituba, teremos mais de cem empresas madeireiras operando, num raio espacial da ordem de 8.000.000 de ha, distribuídos por centenas, senão milhares de quilômetros de

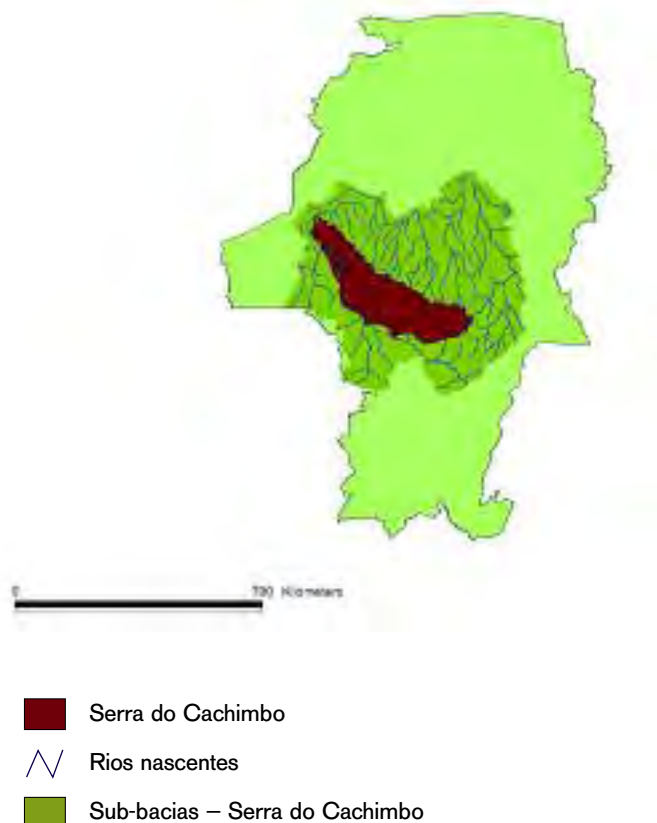


Figura 7. Sub-bacias hidrográficas com nascentes na serra do Cachimbo.



Figura 8. Florestas nacionais e áreas de exploração madeireira.

Tabela 1 - Distribuição da exploração madeireira na área de influência da BR-163

PÓLOS MADEIREIROS	EMPRESAS MADEIREIRAS	MADEIRA PROCESSADA (1.000 m³)	RENDA BRUTA (US\$ milhões)
Santarém	33	170,3	58,8
Itaituba	22	124,7	34,6
Novo Progresso	19	109,6	26,7
Guarantã	66	233,5	41,3
Alta Floresta	44	216,9	41,8
Cláudia	35	282	52,8
Sinop	100	647,2	124,3
Sorriso	33	161,3	21,2
TOTAL	352	1.945,5	401,5

Fonte: LENTINI et al., 2003

estradas federais, estaduais, municipais e endógenas (figura 8 e tabela 1).

Apesar da facilidade logística de ter toda a produção madeireira escoando por uma única rodovia, o monitoramento e a fiscalização de tal extensão, ainda que amparados pela melhor tecnologia satelitária, pareceu ser tarefa extremamente complicada, dadas as condições operacionais de que dispõem os órgãos competentes.

Mais do que montar sistemas de controle baseados unicamente no eixo da BR-163, o importante seria aproximar o controle das áreas de exploração. O embargo de madeira ilegal identificada nos postos de controle é apenas um paliativo, se considerarmos que a madeira já foi extraída. A proximidade entre controle e exploração evitaria mais eficientemente essa extração ilegal.

Cabe ainda interrogar se não seria mais eficaz, enquanto estratégia de gestão de recursos, promover a implementação das florestas nacionais (Flonas) existentes na área de influência da BR-163 (Altamira, Saracá-Taquera, Tapajós, Itaituba I e II, Xingu e Pau-Rosa). Nelas, que somam 5.800.000 ha, os órgãos públicos têm todas as condições de gerir, criar infra-estrutura e monitorar o setor, cuidando da manutenção dos estoques.

ÁREAS PROTEGIDAS E SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

A área de influência está coberta por um número razoável de unidades de conservação, se considerarmos as reservas recém-criadas. Estas se encontram distribuídas em diversas categorias, conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (figura 9).

Talvez haja uma distorção a ser corrigida, no que diz respeito à distribuição dessas áreas. Curiosamente, Mato Grosso está fracamente representado por unidades de conservação. Lá existem apenas um minúsculo parque nacional (Chapada dos Guimarães), algumas pequenas terras indígenas e duas APAs. Estas últimas, a rigor, são apenas unidades de gestão, não oferecendo qualquer garantia de conservação diante de um quadro de intensa pressão como é o caso de Mato Grosso.

O entorno da serra do Cachimbo é outra área que merece cuidado. Trata-se de importante ressalto da paisagem, que apresenta desníveis de relevo da ordem de algumas centenas de metros. Ele é todo marcado pela presença de belas cachoeiras, que, por sua beleza cênica, deveriam fazer parte de uma unidade de conservação. Ademais, esses contrafortes da serra são importantes nascentes de rios que alimentam 28 sub-bacias pertencentes às bacias dos rios Madeira, Tapajós e Xingu. Pode-se pensar numa linha de contorno de algumas dezenas de quilômetros no entorno da serra, o que garantiria a proteção desses mananciais. Se pensarmos na conectividade das unidades presentes, poderemos propor uma pequena unidade de conservação conectando a área militar do Cachimbo com as Terras Indígenas Baú e Panará. Nesse ponto, a estrada estaria restrita ao eixo viário que atravessaria um corredor de conservação, a exemplo da BR-174 no trecho em que atravessa a Reserva Waimiri-Atroari. Essa conectividade permitiria manter um corredor ecológico entre a Terra Kaiapó e a TI Munduruku.

Outro aspecto importante na região seria a zona de mares de morros que bordeja a serra pelos dois lados, norte e sul. Nesses mares de morros, repletos de lapas e/ou lajeiros de pedra, há abundante material ar-

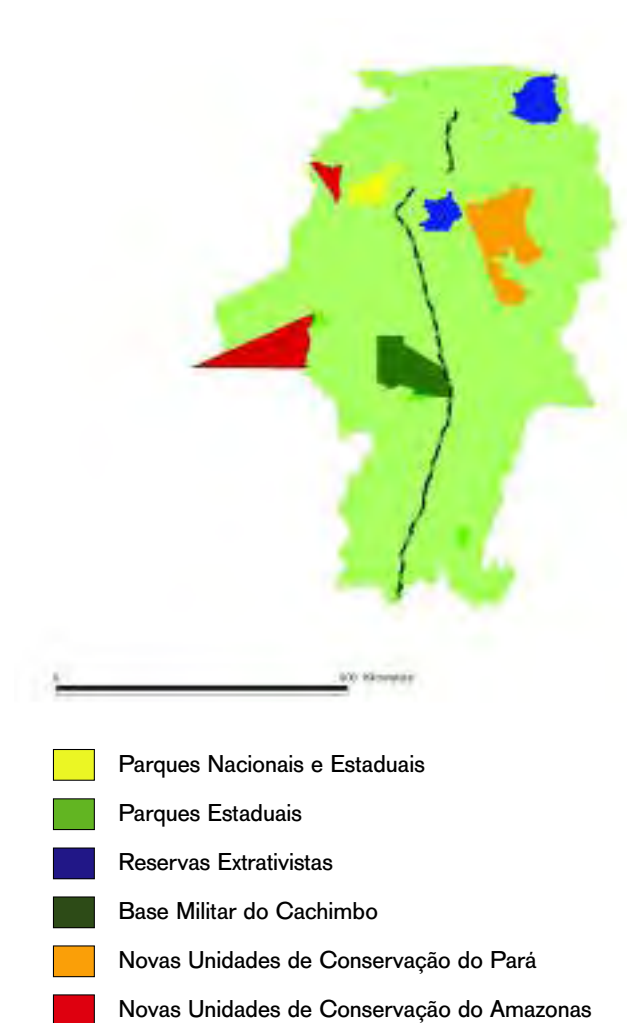


Figura 9. Unidades de conservação.

queológico, indicando que muitas dessas zonas foram freqüentadas por pré-colombianos. Seria importante pensar num mosaico de pequenas unidades de proteção de sítios arqueológicos, que da mesma forma serviria como atrativo turístico da região.

CONCLUSÕES

Sem desprezar os potenciais benefícios sociais e econômicos, a grande envergadura da obra de pavimentação da BR-163, com investimentos previstos da ordem de 1 bilhão de reais e com potencial de afetar uma imensa área, levanta preocupações quanto aos possíveis impactos socioambientais que trará, como a aceleração das migrações desordenadas, grilagem, ocupação ilegal de terras públicas, concentração fundiária e aumento do desmatamento. A presença ainda insuficiente do poder público na região não garante o sucesso da empreitada – bem ao contrário, gera insegurança quanto à possibilidade de se repetirem velhos erros cometidos na história recente da Amazônia.

O Plano BR-163 Sustentável tem obrigatoriamente que ampliar a presença do Estado na região, além de estabelecer o pleno Estado de direito na área de influência da rodovia. Nesse sentido, deverão ser realizadas ações prévias e concomitantes à implementação do plano nas áreas de ordenamento territorial, gestão ambiental, fomento a atividades produtivas sustentáveis, inclusão social e infra-estrutura, observando a diversidade socioeconômica e ambiental. Estruturas ora vigentes, que consistem na manutenção da ilegalidade (grilagem, exploração ilegal de recursos naturais...) devem ser efetivamente combatidas. O resgate do patrimônio público e dos recursos nele presentes é condição *sine qua non*

para a continuidade da empreitada. Ações conjugadas entre as forças repressivas (Exército, polícias Federal e Estadual), associadas aos órgãos de gestão fundiária (Incra) e gestão ambiental (Ibama) são imprescindíveis e necessárias dentro da mais absoluta urgência.

A exploração florestal tem de estar restrita às Flonas, num espaço de escala mais reduzido, em que os órgãos públicos teriam melhor capacidade de gestão e monitoramento. A manutenção do sistema pulverizado de planos de manejo florestal só contribui para a perenização da ilegalidade no setor madeireiro. É necessário que as Flonas presentes na região sejam urgentemente implementadas por meio de soluções negociadas com o setor. Os madeireiros cuja ação anterior é passível de enquadramento na lei de crimes ambientais estariam automaticamente proibidos de participar dessa nova ordem. Isso permitiria alavancar o setor, estimulando aqueles que vêm já há algum tempo procurando soluções ambientalmente sustentáveis e socialmente justas.

Enfim, no que envolve a BR-163, os planos do PAS devem ser concretamente implementados e promover uma regionalização que resulte num espectro variado de prioridades, baseado nas características essenciais das sub-regiões; a organização da ação do Estado e da sociedade civil a fim de promover:

- ordenamento territorial e gestão ambiental;
- produção sustentável com competitividade e inovação;
- inclusão social e cidadania;
- infra-estrutura para o desenvolvimento.

Essas ações devem, prioritariamente, ser postas em prática na chamada Terra do Meio, onde os pro-

cessos de grilagem, trabalho escravo, violência e desmatamento ilegal são recorrentes. É preciso que ações urgentes por parte dos órgãos públicos resgatem e tragam novamente para a legalidade essa área.

Devem ser mantidas e estimuladas as estratégias de implementação que visem mobilizar a sociedade civil, reduzindo assim o grau de conflito entre os diversos setores sociais e buscando consensos que se traduzam em políticas públicas verdadeiras e participativas.

Para enfrentar tal desafio, é preciso reverter padrões históricos de exploração não-sustentável dos recursos naturais na região, muitas vezes relacionados a ciclos econômicos de expansão e colapso, e conflitos sociais que têm beneficiado apenas uma minoria da população.

Outra área que merece atenção é a chamada Transgarimpeira, situada a noroeste de Novo Progresso e que parte da BR-163 no rumo oeste. Essa região é reivindicada pelos garimpeiros como reserva garimpeira. Deve ser buscada uma solução negociada com eles, na forma de uma reserva de exploração mineral, a exemplo da Resex. Nesse caso, um investimento no capital humano na área permitiria trazer um importante contingente de garimpeiros para a legalidade, utilizando técnicas limpas de exploração mineral, sob os cuidados técnicos da CPRM e DNPM.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial BR-163 Sustentável. *Plano de desenvolvimento regional sustentável para a área de influência da rodovia BR-163*. (Versão preliminar). Brasília, 2004.
- LENTINI, M.; VERISSIMO, A.; SOBRAL, L. *Forest facts in the Brazilian Amazon*. Belém: Imazon, 2003. 96 p.
- INPE. Prodes, 2003. Disponível em: <www.obt.inpe.br/prodes>.
- INPE. Deter, 2004. Disponível em: <www.obt.inpe.br/deter>.

Todo dia é dia de índio

BERNADETE CASTRO OLIVEIRA

Terra indígena e sustentabilidade

*Antigamente tinha muita natureza.
Na época, tudo falava, animal falava,
pássaro falava, e o céu era baixinho lá.
E aí se reuniram todos os pássaros para levar
o céu para cima, mas precisou muita força.
Aí, nesse tempo, também os Tenetehara e todos
já falavam, apesar que havia só uma pessoa
com o poder da natureza.*
(Cosmologia Tenetehara, apud RUFFALDI, 2002)

A aldeia é território indígena, o espaço onde se organiza a vida dos índios, incluindo as casas, o centro – o importante local de reuniões e rituais –, e se estende para as roças, as matas, os caminhos, os rios e lagos, e mais o céu e o mar para os grupos que vivem na costa.

A terra, na concepção indígena, é o próprio cosmos, vida e morte, corpo e espírito, peixes e estrelas se encerram nela. É uma visão do todo, onde cada parte tem seu lugar e existência definida e arranjada; onde a desarticulação de uma das partes ameaça o todo.

Muitas vezes, essa totalidade é entendida como equilíbrio homem/natureza e passamos a idealizar o mundo do índio como o paraíso: visão romântica que reduz as vicissitudes internas das sociedades indígenas e faz entendê-las como sociedades simples, arcaicas, fadadas ao desaparecimento, ou, pior que isso, fase anterior de desenvolvimento social, prestes à integração ao mundo “civilizado”.

Mas lá se vão quinhentos anos e isso ainda está por acontecer e, se depender dos índios, vai continuar assim por mais quinhentos, pois o que assistimos hoje é a um aumento da população indígena no Brasil; e a luta por seus territórios e direitos crescer dia a dia.

É claro que o contato com o branco leva novos elementos culturais às aldeias, que são reelaborados e incorporados. Apesar do genocídio que a colonização representou para os povos indígenas, a vida de vários dos grupos segue com a mesma organização social básica.

São sociedades sem Estado, baseadas na chefia indígena, regulada por princípios que diferem do mundo branco, e cuja hierarquia segue as regras estabelecidas pela tradição do parentesco, do consenso, da coragem e outros requisitos que estruturam uma forma de poder diversa da sociedade industrial, de conhecimento técnico prepotente e baseada no princípio da acumulação.

A posse material dos bens, a começar pelo alimento, obedece regras que regulam a distribuição visando a sobrevivência do grupo: quando acumulados, entram num circuito de distribuição que inclui o parentesco, e são consumidos em rituais de forma coletiva.

A terra como posse coletiva do grupo, dos clãs, tem seu uso definido de acordo com as regras de parentesco, determinando quem entra na aldeia, quem sai, constituindo sempre novos núcleos, novas aldeias, uma estratégia interna e contínua de expansão territorial. O uso da terra e de seus recursos não fica restrito às aldeias, mas se amplia na busca da caça, da coleta etc., seguindo trilhas e caminhos que indicam a concepção de um território móvel.

Isso cria conflitos dentro da sociedade brasileira, pois o modo de produção e consumo das sociedades indígenas se torna uma ameaça ao estatuto da propriedade privada da terra, delimitada e cercada. São dois mundos, onde as concepções sobre o desenvolvimento e o progresso não são as mesmas.

O processo de desenvolvimento econômico do Brasil foi exterminando a população indígena e cercando suas terras, transformando-as em “ilhas” rodeadas de empreendimentos agropecuários como no caso dos Xavante, Pareci e Nambiquara em Mato Grosso; empreendimentos madeireiros e mineradores, como no caso dos Waiãpi/AP; pela expansão urbana, com os M'byá Guarani, na Grande São Paulo. Neste caso, as represas Billings e Guarapiranga, as ferrovias, as rodovias Anchieta e Imigrantes, o Parque Estadual da Serra do Mar e os loteamentos clandestinos são alguns dos elementos que cercam os territórios indígenas das comunidades da Barragem e do Krukutu e seccionam as trilhas por elas utilizadas.

O cerco das terras indígenas é um processo tão violento como as missões e aldeamentos, pois deteriora a cultura da mesma forma: restringe as áreas de caça e coleta, dificulta a livre circulação dos índios, altera e degrada o meio ambiente no entorno das aldeias. Isso reflete nas atividades de sobrevivência, diminuindo a população ou espécies animais e vegetais, contamina rios e córregos, causando degradação ambiental e cultural.

Diminuindo as alternativas de obtenção de alimento, portanto alterando a vida material do grupo e conseqüentemente suas práticas sociais, em muitas aldeias os índios são “forçados” a trabalhar, criando gado ou plantando para os fazendeiros vizinhos no re-

gime de parceria, tornando-se assalariados ao realizar menores tarefas; e até negociando madeiras nobres – como o antigo escambo na exploração do pau-brasil.

Tal subordinação representa não só a continuidade do modelo de exploração do indígena imposto desde o período colonial, como também parece integrá-lo à sociedade branca na categoria de trabalhadores pobres.

O processo de “cercamento das terras indígenas” no Brasil está bem documentado na literatura antropológica, geográfica e sociológica, em que os dados de pesquisa, teses e relatórios de interferências mostram que as terras indígenas, mesmo não sendo atingidas dentro de seus limites, mas no entorno, por empreendimentos públicos ou privados, atividades agropecuárias ou ocupação humana, vão sendo exauridas no seu potencial físico-natural, de “fora para dentro”.

Essa fragilização do entorno das terras indígenas é tão fatal como a invasão direta, pois compromete os rios e nascentes, degrada a vegetação e impede a circulação/procriação da fauna – complementos indispensáveis da dieta indígena –, levando a um empobrecimento da composição alimentar e resultando em altos índices de desnutrição.

A execução de empreendimentos públicos ou privados ou ações que causem interferências no modo de vida indígena têm necessariamente de passar pelo diálogo com essas comunidades, garantindo sua manifestação e incorporando suas demandas. É importante que o diálogo se faça ainda na fase de consecução dos projetos, para que o posicionamento dessas comunidades quanto aos quesitos que as afetam possa ser considerado na análise e avaliação dos dados.

TERRA INDÍGENA E PRERROGATIVAS LEGAIS

A definição de terra indígena tem caráter jurídico e encontra sua defesa na esfera do Estado, uma vez que é considerada como um bem sob domínio da União. O direito indígena sobre suas terras teve reconhecimento desde a época colonial, quando, em 1609, as cartas régias de Filipe III asseguravam o pleno domínio territorial aos índios sobre as áreas que ocupavam e também sobre as terras de aldeamentos alocadas a eles – as sesmarias concedidas pela coroa não podiam se sobrepor aos direitos originais dos índios, naturais senhores de suas terras.

As prerrogativas legais que regem o direito indígena à terra constituem um direito especial diferente da posse e da propriedade, pois se referem à doutrina do indigenato, reconhecido e legítimo desde o Alvará de 1º de Abril de 1680.

MENDES JÚNIOR (1912), em seu trabalho sobre os direitos políticos e individuais dos indígenas no Brasil, faz uma distinção entre ocupação como título adquirido, diferente do indigenato como título congênito. Os índios aí aparecem como primários e senhores de suas terras ao lado de um regime de posse territorial definido pelo regime de sesmarias, que até 1695 se referia ao usufruto, garantindo os domínios das terras à coroa.

Quando se permitiu a apropriação legal do respectivo domínio aos concessionários pela Real Ordem de 1695, o alvará que tratava do indigenato esclareceu que mesmo as terras que fossem ocupadas por particulares teriam de ser disponibilizadas em favor dos índios.

Em 1775, a lei pombalina reafirmou os direitos territoriais indígenas fazendo-os prevalecer sobre os direitos de colonos brancos, pois a pacífica posse das

No período colonial, a política de aldeamento significou clara restrição ao uso e domínio dos indígenas sobre seu território original – representou o início do processo de confinamento dos índios a um “espaço administrado”.

terras pelos índios lhes garantia inteiro domínio e de seus descendentes como direito anterior ao estabelecimento das sesmarias.

Marco Antônio Barbosa, em seu trabalho sobre direitos e terras indígenas no Brasil, identifica os princípios contidos no Alvará de 1680 ao parágrafo 6º do artigo 231 da atual Constituição Federal, que “declara nulos todos e quaisquer atos jurídicos incidentes sobre terras ocupadas por índios” (BARBOSA, 2001, p. 69).

Tomando como exemplo a aldeia M’bya Guaraní do Krukutu/SP, a sentença judicial garantiu a essas famílias indígenas permanência dentro dos limites territoriais reconhecidos pelos índios. Tal sentença refere-se ao processo nº 907/84-R, 3ª Vara Cível do Fórum Regional de Santo Amaro, São Paulo, SP, tendo como juiz o dr. Antônio Rulli Júnior:

O artigo 198 da Constituição Federal é auto-aplicável e absorveu a figura do indigenato. O indigenato é instituto de origem luso-brasileira, como se vê nos ensinamentos de João Mendes Júnior (in *Os indígenas do Brasil, seus direitos individuais e políticos*, 1912). O indigenato aparece no Alvará Régio de 1º de Abril de 1680, na lei de 6 de junho de 1775, onde se firmou o princípio de que nas terras outorgadas por particulares seria sempre reservado o direito dos índios, primários e naturais senhores delas. A lei 601, de 18 de setembro de 1850, e o decreto de 1854 deram igual tratamento ao indigenato previsto no Alvará de 1680. O indigenato foi sempre considerado direito congênito e, portanto, legítimo por si, não se confundindo com a ocupação, com a mera posse. O indigenato é fonte primeira e congênita da posse territorial, enquanto que a ocupação é título adquirido. Existe, portanto,

em nosso sistema o direito congênito e o direito adquirido. [...] A posse e a propriedade geram direitos para particulares. O indígenato é insuscetível de gerar direitos para particulares [...]. (RULLI JR., 1986, p. 10-1)

No período colonial, a política de aldeamento significou clara restrição ao uso e domínio dos indígenas sobre seu território original – representou o início do processo de confinamento dos índios a um “espaço administrado”. Se havia superposição dos aldeamentos sobre as aldeias originais, de certa forma se substituiu aos poucos a terra originária dos índios às formas diversas de apropriação territorial e exploração desses indígenas, pois os aldeamentos eram administrados por alguma ordem religiosa, governamental ou particular.

Em 1819, a carta régia de dom João VI, indicando como inalienáveis as terras das aldeias indígenas, também afirmava que estas não se constituíam em terras devolutas. Entretanto, a Lei de Terra de 1850, mesmo não considerando como devolutas as terras ocupadas por grupos indígenas, permitiu que se estimulasse a colonização em terras dos índios e a sua apropriação privada, uma vez que não havia demarcação.

Em 1910 foi criado o SPI – Serviço de Proteção ao Índio –, cujo decreto garantia autonomia ao modo de vida indígena, assim como a necessidade da demarcação de suas terras. Na Constituição de 1934 ficava impedida a remoção de grupos indígenas de suas terras e a legislação sobre questão indígena ficou delegada à União.

Na Carta Constitucional de 1946 foi reconhecida a posse imemorial dos grupos indígenas sobre suas terras. Em 1967, as terras ocupadas pelos índios passaram a integrar o patrimônio da União.

Entretanto, apesar das constantes pressões sobre

as comunidades indígenas, inclusive genocídios, houve significativa mudança nas concepções sobre a terra indígena: estabeleceram-se limites precisos das áreas ocupadas, o modo de vida desses grupos demarcou um espaço mais amplo, além das divisas administrativas, caracterizando um território que se estende e engloba áreas contíguas e não contíguas às aldeias utilizadas na reprodução material e cultural da comunidade – correspondente ao “habitat de um povo”. (NUNES LEAL apud FRANCHETTO, 1985)

Desse modo, a questão das terras indígenas encontra-se associada a “variantes culturais da vida indígena”, não reduzida apenas a direito patrimonial, entendido que o direito de propriedade é do Estado, mas o direito de posse é do indígena. (BASTOS, 1985)

Tanto o conceito de posse imemorial quanto o de habitat remanescente tornam a terra indígena revestida de um caráter antropológico e sociológico, como se vê no capítulo 2, artigo 23 do Estatuto do Índio (lei 6.001, de 19/12/1973): “considera-se posse do índio ou silvícola a ocupação efetiva da terra, que, de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, detém e onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil”.

Firmando essa concepção de habitat, pode-se inferir que terra indígena corresponde também a ambiente ecológico, conforme reitera o artigo 24 do Estatuto do Índio, ou seja, que o usufruto de terras assegurado aos índios compreende o direito de posse, o uso e percepção das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas: uso dos mananciais, das águas das vias fluviais, da caça e pesca, e da flora.

Para os grupos indígenas, a construção de seu espaço de vida implica uma percepção do território en-



Peixe arau.
Foto: Carlos Brandão

quanto “domínio histórico”: áreas onde se encontram os recursos naturais fundamentais à sua reprodução econômica e cultural; trilhas e caminhos; cemitérios e as aldeias onde viveram seus antepassados. É um espaço construído pelas relações sociais materiais e simbólicas com a natureza, com os outros grupos indígenas e também com a sociedade nacional.

Isso não é apenas a concepção indígena da terra, encontra-se formulado no artigo 231, parágrafo 1º, da Constituição Federal de 1988. Nesse parágrafo 1º consideram-se as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as utilizadas para suas atividades produtivas; as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários à sua reprodução física e cultural, segundo usos, costumes e tradições.

A estreita relação entre o modo de vida indígena e as formas de apropriação dos recursos naturais torna indissociável a concepção de terra indígena e preservação ambiental. No artigo 46 do Código Florestal, o conceito de floresta permanente é fixado em relação ao índio, referindo-se a ela como destinada a “manter o ambiente necessário à vida das populações indígenas”.

Pode-se inferir, portanto, que os atos de terceiros contra ecossistemas que correspondem às florestas permanentes, cerrado etc., onde populações indígenas têm seu hábitat, são atos que interferem no modo de vida indígena.

O capítulo VIII, Dos Índios, artigo 231, da Constituição Federal de 1988, ressalta que é competência da União demarcar as terras indígenas, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens. Uma vez reconhecido o direito do índio à terra como direito originário, suas práticas em relação ao meio físico natural e todo o referencial simbólico que as acompanha, se reconhecem

também suas “tradições ancestrais”. A concepção de território indígena, portanto, está ancorada nesses pressupostos.

Terra indígena não é toda a terra brasileira, visão simplista que se apóia no entendimento pré-colonial de que a terra toda pertencia aos índios. E muito menos pode ser entendida como qualquer terra, pois ela só pode ser definida no contexto de uma tradição cultural construída e vivida pelo grupo, constituindo um território que, por sua vez, se define por um espaço/tempo/cultura. Por exemplo, a trajetória dos Guarani da Barragem e do Krukutu/SP é traçada pelos seus antepassados na busca da terra indicada por Nhanderu para construir suas aldeias, incorporando um território extenso não contíguo, englobando desde o litoral do Sudeste e Sul do país, áreas do planalto em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e países vizinhos – Uruguai, Argentina e Paraguai.

Outra fonte de concepções errôneas está na questão da tutela, muitas vezes entendida como “incapacidade civil” dos índios. Essa visão da sociedade nacional em relação à população indígena coloca-se como um bloqueio ao entendimento dos direitos dos índios, destituindo de legalidade suas ações em casos em que são tomados como parte interessada. Nesse sentido, tanto o artigo 232 da Constituição Federal de 1988 quanto o artigo 37 do Estatuto do Índio reiteram que as comunidades indígenas são partes legítimas para defesa de seus direitos em juízo, cuja assistência deve ser feita pelo Ministério Público Federal ou pela Funai.

Além da interpretação depreciativa que a tutela representa, outro grave problema se refere à descaracterização étnica dos grupos indígenas como forma de

destituição de seus direitos. “Índio misturado”, “índio integrado”, “índio aculturado” e outras visões preconcebidas indicam a aceitação por grande parte da sociedade nacional de critérios de etnicidade, como se houvesse aquele que é mais índio do que outro pelas suas relações interativas com a sociedade nacional. Ser mais ou menos índio é como ser mais ou menos branco – não tem fundamento antropológico plausível, pois parte do etnocentrismo.

Não se pode partir da idéia de que uma cultura tem de ser íntata e preservar sem alterações suas características iniciais para ser tomada como “pressuposto para definir um grupo étnico”, quando a cultura, ela mesma, é produto deste. (CARNEIRO DA CUNHA, 1987)

O critério cultural de caracterização étnica diz respeito ao pertencimento de um indivíduo a um determinado grupo étnico: como ele se vê e como é reconhecido pelo grupo (o indivíduo se identifica e é identificado).

A antropologia jurídica entende hoje que é necessária uma “abordagem sintética” em relação às diferenças culturais entre sociedades indígenas, tradicionais e modernas. O que significa dizer que qualquer uma delas é dotada de regras, lógicas internas e ordenamentos morais ou jurídicos próprios, podendo se constituir enquanto parte competente na defesa de seus direitos. (DALARI, 1983)

EXPANSÃO DA FRONTEIRA E CONFLITO

Em fins do século 19 e início do 20, o Estado de Mato Grosso se articulava à economia nacional a partir de atividades extrativas destinadas ao mercado externo – borracha e erva-mate. Nas proximidades da capital, o

plantio da cana-de-açúcar às margens do rio Cuiabá gerou uma aristocracia rural de peso na política local. E a pecuária se expandiu como atividade de interesse econômico orientada pelos mercados consumidores do Sudeste, cuja formação de pastagens só se efetivaria depois de 1930.

O desenvolvimento capitalista urbano-industrial que se alastrou no Sudeste brasileiro correspondeu a um avanço sobre as terras “livres” do Centro-Oeste e Amazônia, como alternativa para os setores sociais que se tornavam excluídos dos centros dinâmicos da economia nacional.

A ocupação das terras de Mato Grosso e particularmente da região de Cáceres foi sempre um “entroncamento” de migrações, desde os séculos 18 e 19, para garantir a ocupação da fronteira pelo governo português nos limites do território castelhano. Grande número de sesmarias existentes nas áreas de povoamento mais antigo demonstra um regime de distribuição de terras no regime português que acolhia populações de escravos e mestiços. Também ocorreu a formação de núcleos de índios Chiquitos e Moxos nas proximidades de Cáceres e territórios quilombolas de Vila Bela da Santíssima Trindade.

A aquisição de terras públicas no Estado de Mato Grosso continuou a ser feita por intermédio do Departamento de Terras e Colonização – DTC, que concedia títulos individuais aos compradores de lotes, obedecendo às limitações constitucionais (não ultrapassar a 10.000 ha, segundo a Constituição Federal de 1946). Obtida a titulação definitiva, os títulos individuais passam então, por meio de compra simulada, a pessoa ou grupo, nacional ou estrangeiro, interessado nas terras. Isso favoreceu a formação de imensos lati-

fúndios, ultrapassando as limitações constitucionais e permitindo ao capital privado apropriar-se de vastas extensões de terras públicas.

Ao permitir a utilização de instrumento particular de compra e venda, por valor simbólico registrado em cartório e sem escritura pública com matrícula nos Cartórios de Registro de Imóveis, estimulou a fraude de documentos e, conseqüentemente, a grilagem de terras. É necessário lembrar que a ocupação de terras na Amazônia Legal, como em Mato Grosso em geral, obedece a momentos distintos que caracterizaram, numa perspectiva histórica, formas diferenciadas de relação com a própria terra – das sesmarias à propriedade privada empresarial e particular.

As sociedades tribais foram as primeiras a sofrer o impacto do mundo dos brancos que se deslocou para oeste, num processo de rapinagem do meio natural, invadindo as terras indígenas e domesticando sua cultura. É o caso dos Nambikwara, chamados anteriormente de Cabixis, que ocupavam todo o vale do Guaporé e sul de Rondônia, numa área de 5.500.000 ha. Os contatos se iniciaram com o ciclo do ouro mato-grossense até a formação de quilombos, como a aldeia Carlota.

Em seguida vieram os posseiros, seringueiros (em regime de posse), e a invasão esmagadora na década de 1970 com as agropecuárias – cuja implantação utilizava certidões negativas fornecidas pela Funai –, culminando com a transferência do grupo Nambikwara para área de cerrado por volta de 1976. A política adotada foi a do confinamento em reservas ou parques, o que, em muitos dos casos, contribuiu para a destruição dos antigos territórios indígenas.

Após os anos 1920, o eixo Rondonópolis-Cuiabá-Cáceres já havia recebido populações que foram de

Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Nordeste, e se estabeleceram como posseiros, pequenos proprietários e criadores de gado.

Antes dos anos 70, a região rural possuía um contingente populacional composto por posseiros, pequenos e médios sitiantes e grandes proprietários. A criação de gado, embora caracterize tanto as atividades dos sitiantes como a dos grandes proprietários, encerra condições de produção substancialmente diferentes.

No caso dos sitiantes, estes residem na propriedade com a família, eventualmente contratam mão-de-obra assalariada em períodos de colheitas e/ou adotam regime de parceria na abertura da mata e formação do pasto. Os sítios possuem agricultura de subsistência, ao lado das pequenas criações, onde o gado é o produto de venda: negocia-se o bezerro macho, deixando a vaca para a cria e produção do leite.

Já os grandes proprietários, geralmente ausentes, utilizam o mesmo processo de formação das pastagens (a parceria é adotada nos primeiros dois ou três anos após a derrubada da mata), destinando-as para a cria, recria, engorda ou arrendando parte da terra para a lavoura comercial. Muitos desses grandes proprietários, residentes em cidades do oeste paulista e mesmo de Mato Grosso, possuem altos recursos financeiros, podendo comprar bezerro dos sitiantes, formando e engordando os rebanhos para o abate, formação de invernadas e instalação de frigoríficos.

Por causa de suas grandes extensões, as terras públicas e devolutas atraíam contínuas correntes migratórias. Trabalhadores rurais sem terra, desempregados urbanos, peões procuravam o Estado em busca de trabalho e terra, com a intenção de ali se fixar. Paralelamente, o desenvolvimento econômico dos anos 50 do sécu-

lo passado colocava diretrizes políticas para o crescimento regional, visando a integração das regiões discriminadas como “vazio demográfico e vazio econômico”

A partir dos anos 70, uma nova fase recobriu os interesses no Estado com a política de ocupação de terras, no sentido de atender as exigências dos empreendimentos agropecuários e da colonização (particular e oficial). Organizada sob a doutrina da “segurança e desenvolvimento”, essa fase associava interesses estatais e particulares, nacionais e estrangeiros. Passou-se a relacionar como área de interesse do capital, contingentes de mão-de-obra não absorvidos no Nordeste, Sudeste e Sul do país, por meio de programas como Polocentro, Polamazônia, Polonoroeste etc.

As regiões onde anteriormente se formavam frentes de expansão começaram a sofrer, em contato com o latifúndio (projetos agropecuários), uma grande onda de conflitos, muitos sem solução até hoje, demonstrando a resistência de posseiros, índios, ribeirinhos e trabalhadores rurais em geral.

Os personagens se misturam numa rede de relações conflitantes: de um lado, o Estado, os especuladores de terra, o grande capital; e do outro os sitiantes, parceiros e posseiros, recriados a partir da formação de relações de produção nos campos paulista, mineiro, paranaense e gaúcho. Os latifúndios se expandiram, cercando a terra, concentrando a propriedade, semeando o capim ou simplesmente deixando-a à espera da valorização, típica atitude especulativa.

O posseiro, o colono tombam o cerrado, derrubam a mata, expulsam as comunidades indígenas, e o grande capital “limpa a área”. Foi essa a política adotada pelo chamado “desbravamento da fronteira mato-grossense” que serviu para preparar a marcha do

As sociedades tribais foram as primeiras a sofrer o impacto do mundo dos brancos que se deslocou para oeste, num processo de rapinagem do meio natural, invadindo as terras indígenas e domesticando sua cultura



Imagem de satélite mostra a Terra Indígena Sangradouro-Volta Grande, uma ilha verde cercada pela devastação ambiental.

Fonte: FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE; ASSOCIAÇÃO XAVANTE WARÃ. *Diagnóstico etno-ambiental da terra indígena Sangradouro e Volta Grande*. São Paulo, 2002.

capital em direção à Amazônia. Crescimento esse já projetado no sentido Cuiabá-Santarém nos anos 80, com as migrações do Sul do país e desbravamento do cerrado e matas pela monocultura da soja e pela exploração madeireira e mineral.

EXEMPLO XAVANTE EM MATO GROSSO: TSÓ'REBTUNÁ RO HÁ! SALVE O CERRADO!

Como já é possível identificar, os principais problemas do entorno da TI Sangradouro/Volta Grande (MT) são o desmatamento e a agricultura intensiva de grãos. Com o desmatamento vêm as queimadas, a perda da biodiversidade, e com a agricultura intensiva a contaminação da água.

A imagem de satélite TM-LANDSAT 5 mostra a TI Sangradouro como uma “ilha” verde em meio à devastação provocada pelas plantações de grãos e algodão e fazendas de gado. A degradação ambiental é causada pelo desmatamento do entorno da reserva por agricultores e criadores de gado, e pela invasão e desmatamento da própria área indígena por fazendeiros que tentaram arrendar ilegalmente as terras de uma associação A'úwē Xavante.

Uma vez que a população indígena da TI Sangradouro/Volta Grande tem sua vida material e cultural assentada sobre o ambiente de cerrado, todo e qualquer desmatamento pode acarretar o desaparecimento de várias matérias-primas essenciais. Por exemplo, as plantas medicinais usadas nas curas, que englobam grande diversidade de espécies vegetais (raízes, folhas, cascas, frutos), garantindo a sobrevivência desse grupo no enfrentamento de vários problemas de saúde, já que não recebem assistência médica frequente.

A atividade de coleta no cerrado implica ainda uma grande variedade de frutas que complementam a dieta alimentar de crianças e adultos, mesmo estando sujeitos à sazonalidade (caju, araticum, jabuticaba-do-mato, gabioba etc.)

As casas são também construídas com a matéria-prima local, que, dada a diversidade de vegetação no cerrado, oferece desde troncos para a sustentação das casas até folhas de palmeira para a cobertura. Também os instrumentos de caça confeccionados pelos homens e os cestos feitos pelas mulheres compõem um vasto artesanato criado a partir dos recursos do cerrado.

A prática da agricultura no entorno da TI tem provocado o deslocamento de bandos de animais de uma área para outra, adensando em alguns pontos e rarefazendo em outros, conseqüentemente alterando as atividades de caça. A carne, como complemento da dieta alimentar indígena, está cada vez mais escassa, pois a mudança do hábitat desses animais também muda seu comportamento na busca de alimento; além disso, altera seus ciclos reprodutivos – conforme depoimento de um chefe indígena, “a carne às vezes falta para celebração da festa, aí não pode ter festa” (cacique Irani Hiwaimã, TI Sangradouro/Volta Grande-MT. Depoimento, 1999).

A utilização das espécies vegetais em celebrações rituais entre os A'úwē Xavante garante a sobrevivência de práticas que resguardam traços fundamentais de sua cultura, por meio das quais se garante a coesão do grupo, assegurando a reprodução do patrimônio cultural a seus descendentes. O conhecimento A'úwē Xavante das espécies vegetais e animais do cerrado, bem como sua utilização representam prova concreta sobre o do-



Projeto de criação de galinhas caipiras na TI Sangradouro - MT, 2002.



Roça indígena, TI Volta Grande - MT, 2002.

FOTOS: Arioaldo U. de Oliveira

mínio da biodiversidade do meio ambiente que ocupam, assim como oferece alternativas possíveis de uso e auto-sustentabilidade nos cerrados de Mato Grosso.

O relacionamento dos A'úwẽ Xavante com o cerrado é muito importante, pois ele não é apenas um tipo de ambiente, mas está na cosmologia Xavante. O cerrado é uma propriedade material e simbólica para eles e, por meio dessa interação, sobrevivem física e culturalmente. Há uma cultura A'úwẽ Xavante sobre o cerrado; consolidada, recriada e transmitida geração a geração:

Este saber abrangente sobre o cerrado pode ser notado por uma única palavra com a qual os A'úwẽ Xavante englobam o cerrado, a terra, as plantas, os animais e os homens que vivem nele, qual seja "RÓ", que pode ser traduzido como "tudo" ou "mundo". (CARRARA, 1997)

Os produtos coletados são raízes, cocos, frutas, folhas e certos materiais que, diante da sedentarização, limitação territorial, desmatamento regional e aumento populacional, tornaram-se escassos.

Para o povo A'úwẽ Xavante, o cerrado, o RÓ, é central em suas vidas e cultura. Para eles e outros povos indígenas, é o próprio mundo no qual se pode nascer e renascer a cada dia. Nas suas próprias palavras:

O A'úwẽ (Xavante) depende do cerrado e o cerrado depende do A'úwẽ (Xavante). Os animais dependem do cerrado e o cerrado depende dos animais. Os animais dependem do A'úwẽ (Xavante) e o A'úwẽ (Xavante) depende dos animais. Isso é o RÓ. RÓ significa tudo para os caçadores A'úwẽ (Xavante): o cerrado, os animais, os frutos, as flores, as ervas, o rio e tudo mais. Nós queremos preservar o RÓ. Através do RÓ garantiremos o fu-



Colheita de titopré no Cerrado da TI Sangradouro - MT, 2002.

FOTO: M. L. Gomide



Colheita de titopré no Cerrado da TI Sangradouro - MT, 2002.

FOTO: M. L. Gomide

turo das novas gerações: a comida, os casamentos, os rituais e a força de ser A'úwẽ (Xavante). Se estiver tudo bem com RÓ continuaremos a ser A'úwẽ (Xavante). O caçador anda no RÓ e aprende a amá-lo. As mulheres aprendem a amá-lo porque o casamento depende do RÓ e porque também andam lá para pegar as frutas.

Antigamente o RÓ era assim: havia a aldeia, em volta a roça, em volta as frutas, em volta a caça junto com os espíritos, em volta mais caça e mais caça sempre junto com os espíritos. Os espíritos ajudavam a descobrir os segredos que o RÓ escondia: onde estava a força do caçador, onde estava a caça, onde tinha cobra e outros segredos. Os caçadores iam pegar a caça mais longe da aldeia, assim os animais fugiam em direção à aldeia. Depois, os caçadores iam a outro lugar longe da aldeia. Assim, os filhotes iam crescendo sempre e esqueciam a tragédia da caçada. Mais longe que isto só estavam o céu e a outra aldeia onde moram os mortos. Mas hoje os rapazes não estão aprendendo a amar o RÓ, nunca andaram, caçaram, nem sabem cuidar dele, querem plantar arroz e soja. Hoje, as novas gerações querem comprar comida de fora, esqueceram que a comida vem do RÓ, não da cidade. As mulheres A'úwẽ (Xavante) continuam a amar o RÓ, sabem que só se ele existir poderão se casar e casar seus filhos e filhas. (Adão Top'tiro e Thiago Tseretsu, trad. Hipáridi Top'tiro apud ASSOCIAÇÃO XAVANTE WARÁ, 2000)

ÁGUA: BEM DA NATUREZA, BEM DA VIDA

O desmatamento extensivo é preocupante, com queimadas dentro das terras indígenas e seu entorno, que vêm destruindo o seu patrimônio natural, base material

de sua própria sobrevivência e a de seus descendentes.

Como na agricultura comercial mecanizada e em larga escala se recorre frequentemente ao uso de insu-mos químicos e agrotóxicos, técnicas adversas à agricultura das populações indígenas, inevitavelmente ocorrerá ameaça de poluição das nascentes ou das águas que correm nos vales.

As aldeias normalmente se situam próximas aos rios e córregos e, como utilizam aquela água para o consumo e usos domésticos (banho, lavar roupa, utensílios etc.), haverá o risco de contaminações.

A água, como os demais elementos da natureza, faz parte de um patrimônio cultural herdado e compartilhado pela comunidade.

O conhecimento indígena sobre a natureza não está dissociado do mundo invisível dos espíritos, os quais desempenham nesse mundo importante papel quanto à sua preservação e reprodução social.

Em várias etnografias, como CARRARA (1997) e GIACCARIA (1972), o uso da água aparece como aspecto fundamental para os A'úwẽ Xavante, como categoria do ambiente, da cultura e das relações sociais.

A água é considerada para os A'úwẽ Xavante sob dois aspectos, com significados simbólicos: a dos rios, identificada com água corrente (água viva), representada pela palavra *õ*; e pela dos lagos, lagoas, identificada pela água parada (ou água morta), representada pela palavra *u*. Existem, portanto, os espíritos associados a esses ambientes, que são os seus donos, mantendo com a comunidade relações de aproximação ou afastamento.

Os donos da água viva dos rios são os *Ötedewa*, que cumprem um papel na orientação dos adolescentes, alertando contra os perigos dos rios, a cura para certas doenças, controlam peixes e jacarés, mostrando-se



Aldeia Abelhinha, TI Sangradouro - MT, 2002.

FOTO: M. L. Gomide

generosos. Já os *Utedewa*, donos das águas paradas, habitam o fundo de certos lagos e são hostis aos A'úwẽ Xavante, os quais, nos rituais que precedem a pesca nos lagos, precisam lhes pedir permissão para pescar.

Esses espíritos habitam uma zona intermediária entre a superfície da água e o solo, no fundo dos rios e lagos, que, uma vez secando, os libertarão.

Isso vem ampliar a interpretação sobre preservação ambiental, a partir da concepção indígena, indicando “zonas frágeis” para proteção, diante dos processos de transformação pelos quais passam tais áreas – a significação simbólica do território oferece um importante referencial para a pesquisa.

Essa divisão dos ambientes naturais em áreas de acesso e de restrição requer uma investigação mais detalhada, para compreender a territorialidade da cultura A'úwẽ Xavante, na respectiva terra indígena, quanto aos seus usos, potencialidade natural e limites físicos e simbólicos.

Diferente das tipologias científicas, o conhecimento indígena sobre o meio ecológico indica áreas específicas reconhecidas pela comunidade, tomando como base a diversidade que as compõe e os recursos que oferecem (POSEY, 1986). São categorias êmicas, que dividem o ambiente natural em “ecozonas”, ou níveis de recursos específicos quanto à heterogeneidade biológica e potencialidades. O que caracterizaria as lagoas e rios para os A'úwẽ Xavante, no ambiente de cerrado, como verdadeiras “unidades de recursos” (POSEY, 1986), espacialmente distribuídas dentro da terra indígena.

Desconhecer esses princípios classificatórios, ou não considerá-los no mapeamento etnoambiental, pode acarretar um entendimento equivocado do meio natural e os seus usos e necessidades para a sociedade A'úwẽ Xa-



Buritizal da fazenda Paulistinha nos limites da TI Sangradouro - MT, 2002.



Lagoa Encantada no rio das Alminhas, TI Sangradouro - MT, 2002.
FOTOS: B. Castro Oliveira

vante. Por exemplo, a área onde está a Lagoa Encantada representa não apenas recurso da pesca, mas refúgio de capivaras e ocorrência de pequenas nascentes (olhos-d'água), que, estando na linha limite da cultura da soja, serão contaminadas pela presença de agrotóxicos e expostas pelo desmatamento de seu entorno, constituindo-se em uma “área crítica” de fragilidade ambiental.

O quadro antropológico representado pelo significado da Lagoa Encantada e seu entorno, somado ao quadro natural complexo e instável, indica que a área deveria ser objeto de preservação integral do conjunto formado pela lagoa, áreas alagáveis em torno da ilha de sedimentos cultivada e a própria área ocupada pela cultura da soja na fazenda Lagoa Encantada. Assim, seria possível criar uma área de proteção à lagoa e a todo o ecossistema que a rodeia e a integra, pois se trata de uma verdadeira unidade de recursos, na concepção indígena.

CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL

O desenvolvimento de projetos e obras públicos e privados e as ações decorrentes da ocupação das áreas da fronteira econômica em Mato Grosso e Pará afetam a sobrevivência de povos indígenas dessa região, causando conflitos pela terra, degradação de recursos naturais e mesmo desnutrição (pela extinção de recursos alimentares).

Também o moroso processo de regularização das terras indígenas, por não contar com um cronograma e metas, deixa em aberto as possibilidades de invasão, desmatamento e exploração mineral, o que estimula os conflitos. Na maior parte das vezes, a ação planejada dos invasores objetiva aliciar a chefia indígena para colaborar com seus interesses, trazendo para as aldeias

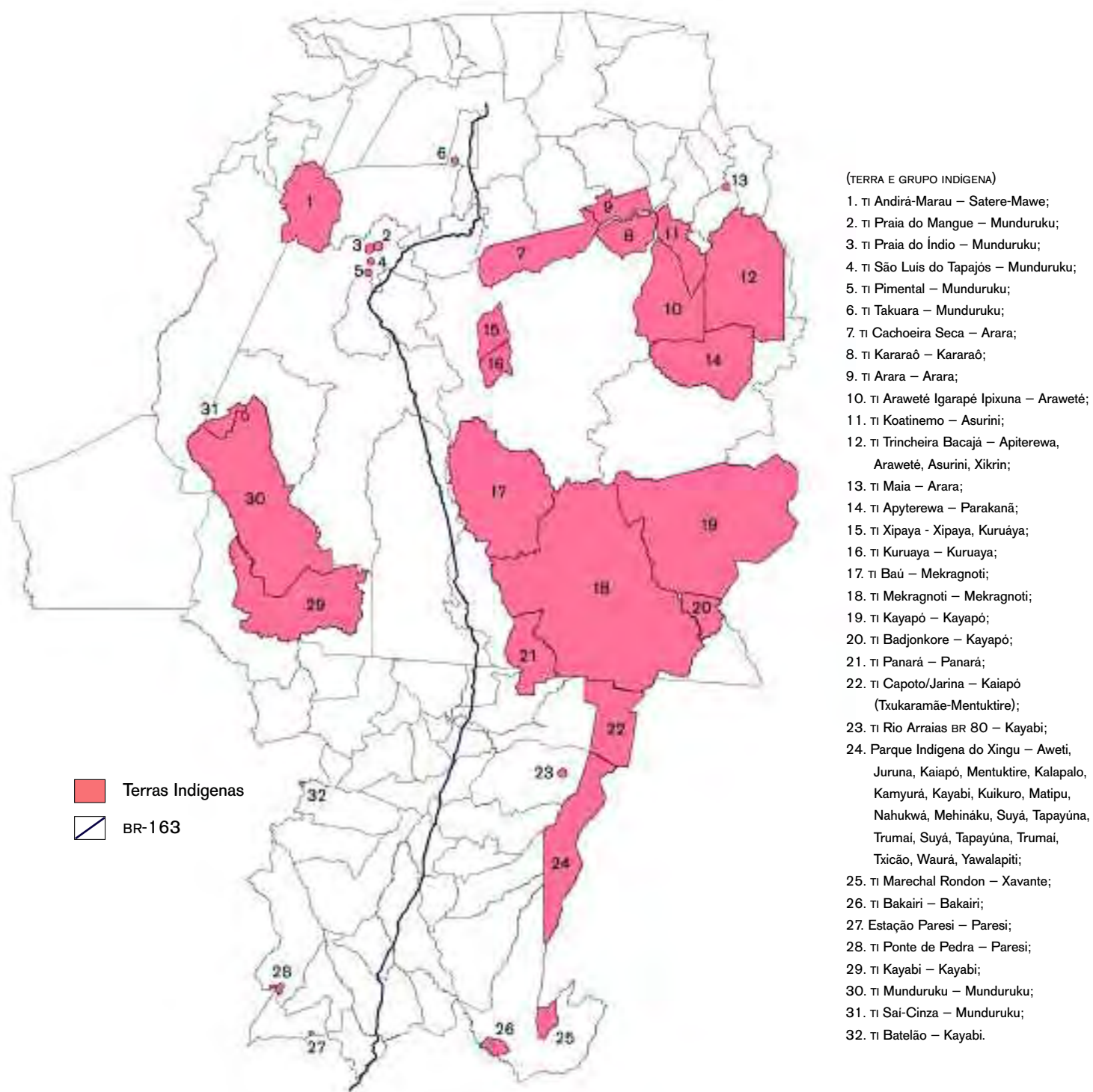
expectativas de consumo que jamais serão realizadas, iniciando um processo de degradação das relações sociais internas das comunidades.

Os conflitos relacionados com terras indígenas em Mato Grosso e Pará são decorrentes da irregularidade das formas de apropriação das terras nesses Estados, de uma política clientelista que envolve setores públicos e privados, impedindo uma ação governamental propositiva da questão fundiária. O problema de fundo está relacionado à posse da terra e a ele se sobrepoem o garimpo, a exploração madeireira, a pesca e os grandes projetos de hidrovias, rodovias, hidrelétricas, linhão e dutos, além do cerceamento do uso de recursos em áreas protegidas.

Se tomarmos como base a área de abrangência da BR-163, mais de 20% dela corresponde a terras indígenas. Segundo o “Relatório de impacto ambiental” apresentado pela Ecoplan Engenharia Ltda. (2002, p. 29), aparecem relatadas três etnias e seis terras indígenas: Kayapó – TI Baú e Mekrãgnoti no Pará; Panará – TI Panará em Mato Grosso e Pará; Munduruku – TI Praia do Mangue e Praia do Índio, também no Pará.

Considerando a área de abrangência do empreendimento, onde as áreas protegidas somam 974.572 km², sendo para as terras indígenas um total de 197.916,3 km² entre Mato Grosso e Pará, torna-se imprescindível a revisão das áreas impactadas que se somam além do que está descrito no EIA/RIMA.

Segundo levantamento feito no escritório regional da Funai-Belém, uma relação elaborada pela Diretoria de Assuntos Fundiários aponta 64 Terras Indígenas no Estado do Pará; dessas áreas, 41 serão impactadas pelo empreendimento, considerando os municípios da área de abrangência da rodovia. São elas:



TERRAS INDÍGENAS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BR-163.

Org. Maurício Torres sobre dados do Ministério do Meio Ambiente, Ibama e IPAAM

Terras indígenas no Pará

TERRA INDÍGENA	GRUPO INDÍGENA	MUNICÍPIO	UF	ÁREA/HA	SITUAÇÃO/ETAPA
TI Andirá-Marau	Satere-Mawe	Aveiro, Itaituba, Maués, Parintins, Barreirinha	PA AM	788.528	Ocupação tradicional – regularizada
TI Aningalzinho	Tupaiu	Santarém	PA	–	Confirmada – planejamento da delimitação
TI Apyterewa	Parakanã	Altamira, São Félix do Xingu	PA	773.000	Delimitada – exame do Ministério da Justiça
TI Arara	Arara	Altamira, Uruá, Medicilândia, Brasil Novo	PA	274.010	Ocupação tradicional – regularizada
TI Araweté Igarapé Ipixuna	Araweté	Altamira, São Félix do Xingu, Sen. José Porfírio	PA	940.901	Ocupação tradicional – regularizada
TI Badjonkore	Kayapó	São Félix do Xingu, Cumaru do Norte	PA	221.981	Ocupação tradicional – regularizada
TI Baixo Tapajós	Munduruku, Tupinambá, Cara Preta	Santarém	PA	–	Confirmada – planejamento da delimitação
TI Baixo Tapajós II	Munduruku, Cara Preta, Maytapu	Aveiro	PA	–	Confirmada – planejamento da demarcação
TI Baú	Mekragnoti	Altamira	PA	1.543.460	Declarada – demarcação física
TI Borari de Alter do Chão	Borari	Santarém	PA	–	Confirmada – planejamento da demarcação
TI Bragança	Munduruku	Belterra	PA	–	Confirmada – estudos antropológicos
TI Cachoeira Seca	Arara	Altamira, Uruará, Placas	PA	760.000	Declarada – planejamento da demarcação
TI Cayabi	Apiacá/Koyabi, Kayabi, Munduruku	Jacareacanga	PA	117.246	Ocupação tradicional – regularizada
TI Cobra Grande	Arapaiun	Santarém	PA	–	Confirmada – planejamento da delimitação
TI Kararaô	Kararaô	Altamira	PA	330.837	Ocupação tradicional – regularizada
TI Kayapó	Kayapó	Bannah, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu	PA	3.284.004	Ocupação tradicional – regularizada
TI KM 43	Munduruku	Itaituba	PA	–	Confirmada – planejamento da delimitação
TI Koatinemo	Asurini	Altamira, Sen. José Porfírio	PA	387.834	Ocupação tradicional – regularizada
TI Kuruaya	Kuruaya	Altamira	PA	166.700	Declarada – demarcação física
TI Maia	Arara	Sen. José Porfírio	PA	–	Confirmada – composição do GT

TERRA INDÍGENA	GRUPO INDÍGENA	MUNICÍPIO	UF	ÁREA/HA	SITUAÇÃO/ETAPA
TI Marituba	Munduruku	Santarém e Belterra	PA	—	Confirmada – estudos antropológicos
TI Mekragnoti	Mekragnoti	Altamira, São Félix do Xingu, Matupá, Peixoto de Azevedo	PA MT	4.914.254	Ocupação tradicional – regularizada
TI Mirixipi	Arapiun	Santarém	PA	—	Confirmada – planejamento da delimitação
TI Munduruku	Munduruku	Jacareacanga	PA	2.381.795	Certidão SPU – regularizada
TI Maratuba do Pará	Tupinambá, Cara Preta	Santarém	PA	—	Confirmada – planejamento da demarcação
TI Nhamundá/Mapuera	Hixkaryana, Wáiwái	Oriximiná, Nhamundá, Urucará, Faro	PA AM	1.049.520	Ocupação tradicional – regularizada
TI Nova Vista	Arapiun	Santarém	PA	—	Confirmada – planejamento da delimitação
TI Panará	Panará	Altamira, Guarantã do Norte, Matupá	PA MT	494.017	Ocupação tradicional – regularizada
TI Pimental	Munduruku	Itaituba, Trairão	PA	—	Confirmada – planejamento da delimitação
TI Praia do Índio	Munduruku	Itaituba	PA	31	Homologada – registro cartorial
TI Praia do Mangue	Munduruku	Itaituba	PA	—	Homologada – registro cartorial
TI Rio Maró	Arapiun	Santarém	PA	—	Confirmada – planejamento da delimitação
TI Rio Paru D'Este	Apalaí, Wayana	Alenquer, Almerim, Monte Alegre	PA	1.195.785	Ocupação tradicional – regularizada
TI Saí-Cinza	Munduruku	Jacareacanga	PA	125.552	Ocupação tradicional – regularizada
TI São João	Arapiun	Santarém	PA	—	Confirmada – planejamento da delimitação
TI São Luís do Tapajós	Munduruku	Itaituba	PA	—	Confirmada – planejamento da demarcação
TI Takuara	Munduruku	Belterra	PA	—	Confirmada – estudos antropológicos
TI Trincheira Bacajá	Apiterewa, Araweté, Asurini, Xikrin	Altamira, Sen. José Porfírio, São Félix do Xingu, Anapu	PA	1.650.939	Ocupação tradicional – regularizada
TI Zo'e	Zo'é	Alenquer, Óbidos	PA	664.465	Declarada – demarcação física
TI Xipaya	Xipaya, Kuruáya	Altamira	PA	199.640	Delimitada – contraditório
TI Trombetas Mapuera	Karafawana, Waiwái	Oriximiná, Nhamundá, Urucará, Faro, Caroebe, São João da Baliza	PA AM RR	—	Confirmada – estudos antropológicos

No caso de Mato Grosso, dentre um total de 77 TIs, treze áreas serão impactadas pelo empreendimento, inclusive o Parque Nacional do Xingu, conforme aparece na tabela a seguir:

Terras indígenas na área de influência da BR-163 em Mato Grosso

TERRA INDÍGENA	GRUPO INDÍGENA/POPULAÇÃO	MUNICÍPIO	UF	ÁREA/HA	SITUAÇÃO/ETAPA
TI Bakairi PIN Pakuera	Bakairi 571	Paranatinga	MT	61.405,4605	Homologada/regularizada Dec. 293 de 29.10.91 CRI 29146 em 08.04.87 SPU s/n em 18.05.87
TI Batelão	Kayabi	Tabaporã	MT	117.501,0000	Identificada/delimitada Despacho 066/Funai/ Presde 16.07.2003
TI Rio Arraías BR 80	Kayabi	Marcelândia	MT	—	Em identificação GT
TI Terena	Terena 280	Matupá, Peixoto de Azevedo	MT	52.226,0000	Em identificação
TI Capoto/ Jarina	Kaiapó (Txukaramãe-Mentuktire) 556	Peixoto de Azevedo, São Félix do Xingu, Marcelândia	MT	634.915,2256	Homologada/regularizada Dec. s/n de 25.01.91 CRI em 07.07.87 SPU em 18.05.87
TI Kayabi	Kayabi	Apiacás, Jacareacanga	MT PA	1.408.000,0000	Identificada/delimitada Portaria MJ de 13.03.00
TI Menkrangnoti	Kaiapó (Menkrangnoti, Kaiapó, Me.Ngra.Mrari) 498	Matupá, Peixoto de Azevedo, São Félix do Xingu, Altamira	MT PA	4.914.254,8206	Homologada Dec. s/n de 19.08.93 SPU 026 em 03.05.94 CRI 22341 em 05.02.96
TI Panará	Panará (Kren-akarôre) 164	Guarantã do Norte, Matupá, Altamira	MT PA	494.017,3477	Homologada Dec. de 30.04.2001 DOU 02.05.2001
TI Batovi	Waurá 236	Paranatinga	MT	5.158,9817	Homologada/regularizada Dec. s/n de 08.09.98 CRI 5356 em 07.10.98 SPU s/n em 22.03.99
Parque Indígena do Xingu	Aweti, Juruna, Kaiapó, Mentuktire, Kalapalo, Kamyurá, Kayabi, Kuikuro, Matipu, Nahukwá, Mehináku, Suyá, Tapayúna, Trumaí, Txicão, Waurá, Yawalapiti	Paranatinga, São Félix do Araguaia, Canarana, Querência, Vera, Marcelândia	MT	2.642.003,9374	Homologada/regularizada Dec. 89.618/84 CRI 3864 em 27.07.87 SPU em 18.05.87
Estação Paresi	Paresi 26	Diamantino, Nova Marilândia	MT	3.620,8818	Sub judice/delimitada Portaria/MJ/666 de 01.11.96
TI Ponte de Pedra	Paresi	Campo Novo dos Paresi, São José do Rio Claro	MT	17.000,0000	GT de Identificação Portaria/Funai/673 de 07.07.00
TI Marechal Rondon	Xavante 376	Paranatinga	MT	98.500	Homologada Dec. s/n de 04.10.96 CRI 3810 em 16.12.96 SPU 072 em 30.10.97

Há referências sobre índios isolados, que, numa relação de nove áreas, duas sofrerão impacto do empreendimento no Estado de Mato Grosso.

Referência de índios isoladas

REFERÊNCIA	LOCALIZAÇÃO (APROXIMADA)	MUNICÍPIO
Igarapé Anil/ rio São Tomé	Entre o igarapé Anil e rio São Tomé, afluente do rio Jurueña	Apiacás
Apiacás	Entre as cabeceiras do rio Apiacás, igarapés Coatá, Gavião e rio Batelão	Tabaporã/Juara

Fonte: Funai/AER, Cuiabá, 2004.

É necessário ressaltar a situação jurídica das terras indígenas nos dois Estados, de forma a demonstrar a fragilidade em que se encontram perante a violenta corrida pela tomada dessas áreas de abrangência da rodovia, seja por grileiros, madeireiras, mineradoras e mesmo pelo agronegócio, que encontram facilidades de acesso à terra e aos recursos naturais na Amazônia Legal.

Em Mato Grosso, das treze TIs na área de influência da rodovia, apenas quatro se encontram homologadas/regularizadas; três homologadas; duas identificadas/delimitadas; duas em identificação; uma com GT de identificação; e uma encontra-se *sub judice*.

No Pará, das 42 TIs na área de impacto do empreendimento, duas aparecem homologadas com registro cartorial; dezessete aparecem confirmadas – nove com planejamento da delimitação, quatro com planejamento da demarcação e quatro com estudos antropológicos. Quatro áreas são declaradas: três com demarcação física e uma com planejamento da demarcação. Entretanto, catorze TIs constam como sendo de

ocupação tradicional – o que atesta a posse e o uso do território indígena.

No caso do Pará, a situação das TIs é alarmante, não só pela insegurança jurídica do domínio sobre essas terras, como pela ameaça que representam os projetos de desenvolvimento econômico em tais áreas: das 41 TIs, não há uma única regularizada. Como essas terras são da União, sem nenhum decreto que as identifique como indígenas, portanto discriminadas e protegidas, são tidas pelos interesses privados como devolutas e passíveis de grilagem. Como mostra o depoimento:

Essas terras aí tem índios, mas o madeireiro conversa com o cacique que aceita negociar para tirar o mogno, calcula por metro cúbico quanto tem pra tirar, depois leva ele pra ver uma Hilux; e assim vai pegando a madeira. (Colono de Castelo dos Sonhos-PA. Depoimento em set. 2004)

E mais este:

Aqui, cada madeira tem uma formiga; pequeno não invade terra aqui, não. Um que tem recurso e costas quente pega a terra, traz os peão e começa a medição; aí vem os que se interessa para “tirar uma terra” e toma posse e começa a tombá a mata. (Morador de Garantã do Norte-MT. Depoimento em set. 2004)

Em trabalhos realizados sobre terras indígenas no Brasil (OLIVEIRA FILHO, 1998a e b) fica patente a utilização do hábitat indígena para outros fins que não o usufruto da comunidade, pois sobre elas recaem invasões, projetos e exploração ilegal de madeira e mineração.

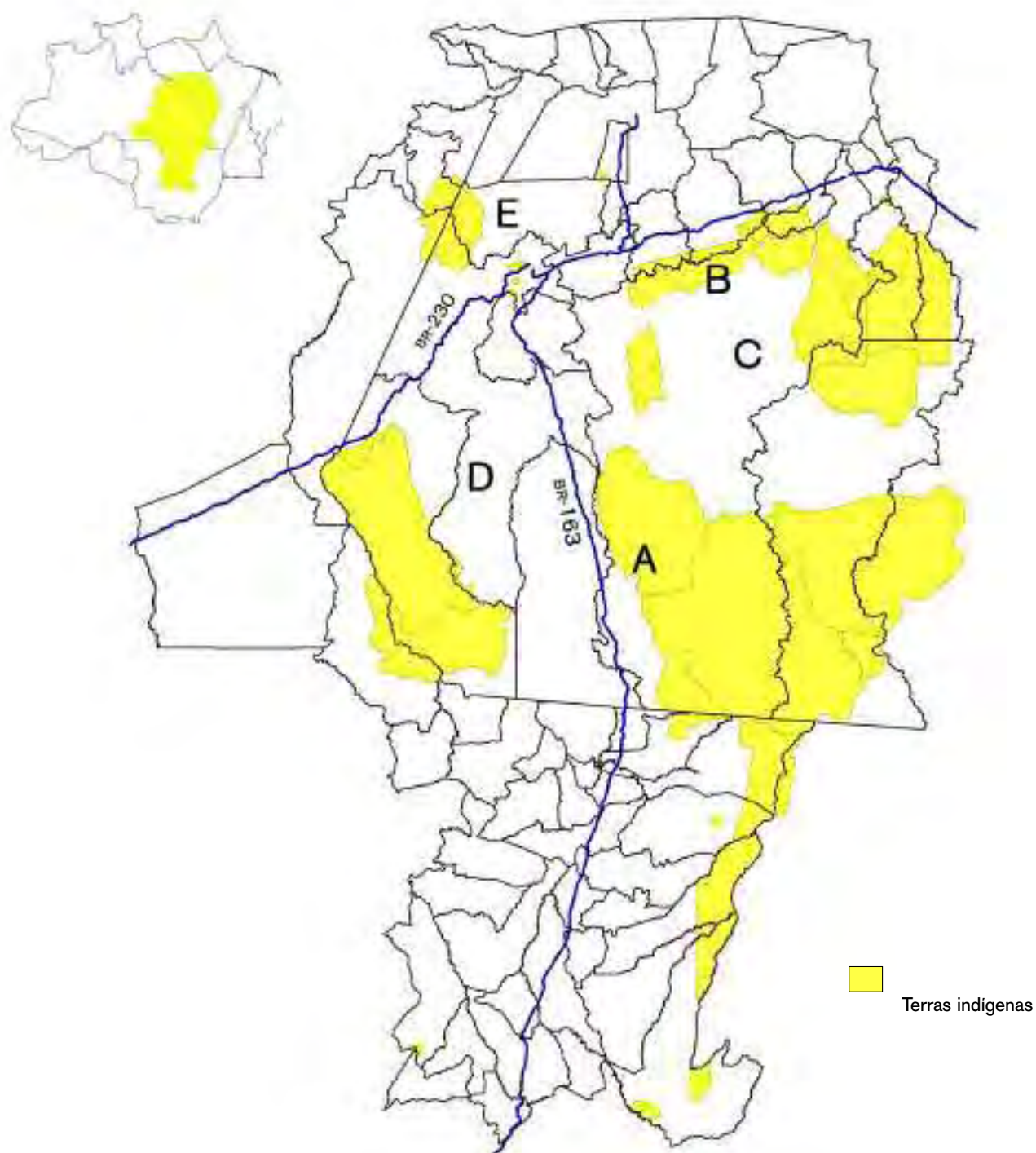


Figura 1. TERRAS INDÍGENAS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BR-163.
Org. Maurício Torres sobre dados do Ministério do Meio Ambiente, Ibama e IPAAM

Um exemplo disso ocorreu com a TI Baú, dos Menkrangnoti, município de Altamira, PA, invadida por garimpeiros, grileiros e madeireiros, que diante de grande pressão conseguiram junto ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a revogação da portaria declaratória 645/91, substituindo-a pela de nº 1487, de 8/10/2003, que reduz em 306.540 hectares o território de ocupação tradicional indígena. Em 15/7/2004 houve um evento para comemorar a decisão do ministro, ao qual compareceu o presidente da Funai, Mércio Gomes. Jornais de Rondônia e Roraima noticiaram a medida como um exemplo passível de ser tomado por outros Estados; houve manifestações de repúdio de entidades civis, religiosas e representações indígenas (CIMI, 2004a) (figura 1 – A).

Outro exemplo de rapinagem está ocorrendo no caso dos Macuxi, Wapichana, Taurepang, Ingari-kó e Patamona, da TI Raposa Serra do Sol/RR, onde a terra indígena foi invadida por fazendeiros que cultivam arroz, e que procuram expulsar as famílias indígenas das aldeias. Em 23/11/2004, fazendeiros e seus jagunços atacaram as aldeias Jawari, Homologação, Brilho do Sol e Retiro São José, destruindo 37 casas e deixando 131 pessoas desabrigadas. A Polícia Federal instalou um posto avançado de fiscalização em terra indígena na aldeia Placa, em 9/12/2004, região central da TI Raposa Serra do Sol (CIMI, 2004b).

Também em luta pela demarcação de suas terras está o povo Ugorogmo, os Arara do Pará, da TI Cachoeira Seca, nos municípios de Uruará, Altamira e Rurópolis, que desde 1970 sofrem os impactos de grandes projetos como a Transamazônica, cuja demanda ainda não foi atendida. Os Arara, povo nômade, de contato recente (aproximadamente dezessete

anos), têm seu território invadido por pescadores, madeireiros, fazendeiros e comerciantes da região, interessados nos “negócios de terras” e madeira. Ao Incra também cabe a responsabilidade de assentar colonos em terras indígenas, pondo em confronto famílias camponesas e indígenas (figura 1 – B).

A chamada Terra do Meio se caracteriza como típica área de impacto da rodovia BR-163, abrigando ações de violência contra índios, populações tradicionais e explorando trabalho escravo, mostrando a degradação ambiental e ilegalidade na apropriação de terras. Situada entre os rios Xingu e Iriri, bacia do Riozinho do Anfrísio, abrange 7,6 milhões de hectares nos municípios de Altamira e São José do Xingu. Possui uma população ribeirinha de aproximadamente 118 famílias e mais 5.000 migrantes recentes. Dentre estes, há os que implantaram atividades como pecuária, exploração madeireira e garimpo ilegal de ouro nas TIs Curuá e Baú (figura 1 – C).

Outro exemplo de desgoverno aparece no Estado do Pará, com o garimpo, onde um fluxo populacional intenso toma a Rodovia do Ouro, que liga a localidade de Moraes de Almeida, na Cuiabá-Santarém, até Mundico Coelho, dentro do município de Itaituba, de onde irradiam caminhos para uma grande província garimpeira do médio Tapajós, no município de Jacareacanga, confrontante com as terras indígenas Munduruku, Kayabi e Sal Cinza (figura 1 – D).

A questão mineral no Brasil sempre foi de extrema importância política, por envolver sociedade civil e Estado, principalmente as Forças Armadas. Esse conjunto de interesses conflitantes dificulta uma política de preservação e uso do patrimônio mi-

O conhecimento das espécies vegetais e animais do hábitat das terras indígenas pelas suas próprias comunidades representa prova concreta do domínio da biodiversidade e sua preservação.

neral que traga benefícios mais amplos para a sociedade brasileira, em se tratando de um recurso natural não renovável.

A expansão urbana de cidades como Itaituba, PA, atinge TIs como Praia do Índio, Praia do Mangue, que, homologadas, carecem de uma política voltada para a autodeterminação dos Munduruku, fortalecimento de sua cultura e subsistência, muitas vezes descaracterizados no seu pertencimento étnico como população não indígena ou “índio misturado” – relegados, enfim, à condição de marginalizados urbanos (figura 1 – E).

Recentes estudos sobre a saúde das populações indígenas tem demonstrado o empobrecimento de sua dieta tradicional e, conseqüentemente, desnutrição e doenças como o diabetes. Em pesquisas realizadas por especialistas da Unifesp foi apontado:

Contribuem para a epidemia de diabetes: as mudanças de estilo de vida; o Projeto Arroz da Funai, no passado, em que passaram a ingerir arroz até mesmo com açúcar na primeira refeição do dia; o consumo de açúcar na primeira refeição do dia; o consumo de açúcar cristalizado de absorção rápida; o consumo de refrigerantes; a menor atividade física; o abandono das roças de toco em que plantavam alimentos tradicionais, como a mandioca, a macaxeira, o inhame, o milho, a abóbora, o feijão... Já observei índios diabéticos Xavante, Galibi, Palikur e Assurini com amputações dos membros inferiores. (Dr. João Paulo Vieira Fº, apud VIEIRA FILHO, 2005)

As roças tradicionais, a coleta, a caça e a pesca permitem a provisão de alimentos, uma vez que possa ser assegurada a recomposição não apenas dos so-

los, mas também das espécies animais e vegetais que compõem o bioma. Um exemplo é a seleção das sementes dos cultivares nativos, que não só são fundamentais à sobrevivência física das populações indígenas, como também à sobrevivência das práticas simbólicas enquanto dinâmica cultural.

A utilização das espécies vegetais em rituais (nascimento, casamento, cura etc.) garante a sobrevivência de práticas que resguardam traços fundamentais da cultura, por meio dos quais é possível garantir a coesão do grupo, bem como assegurar a reprodução do patrimônio cultural aos descendentes.

O conhecimento das espécies vegetais e animais do hábitat das terras indígenas pelas suas próprias comunidades representa prova concreta do domínio da biodiversidade e sua preservação. A questão da sustentabilidade passa pela necessidade de criar políticas que lhes assegurem a preservação de seu patrimônio cultural e territórios. Alguns projetos e pesquisas em áreas indígenas têm demonstrado a urgência de alternativas direcionadas a elas, principalmente capacitando os índios como agentes e gestores das ações.

A possibilidade de diagnóstico etnoambiental em terras indígenas deve ter como objetivo a caracterização cultural, compreensão da organização social e realização de censo demográfico acrescido de informações básicas sobre a situação de saúde e educação das respectivas comunidades, cujas carências não têm sido supridas de forma satisfatória.

Outro ponto importante é identificar os agentes externos de degradação do solo, da fauna, da flora e dos recursos hídricos, identificando as áreas degradadas no interior e entorno da TI, pois o contex-

to socioambiental no qual a área está inserida faz parte das políticas públicas a serem adotadas.

As atividades produtivas e o uso histórico dos recursos naturais pela comunidade devem ser um referencial para as propostas de demarcação das terras indígenas, considerando o grau de vulnerabilidade a que a área está sujeita pelo tipo de uso do seu entorno.

A política indigenista tem se apresentado permeada de concepções teóricas e técnicas que nem sempre efetivam a defesa dos direitos dos índios no que diz respeito a medidas propositivas que resguardem seus territórios, que resultem em programas de saúde e educação ou mesmo políticas que permitam a segurança alimentar dessas populações em seu hábitat, minimizando a dependência externa do consumo.

Diante da execução de grandes projetos nacionais, como o caso do asfaltamento da rodovia BR-163 com o propósito de integração econômica da produção agropecuária ao mercado mundial, a questão das terras indígenas deve ter lugar privilegiado na pauta de negociações entre os setores privados e governamentais (figuras 2, 3, 4, 5).

Desse modo, se torna necessária a revisão das áreas de impacto direto e indireto no que se refere às terras indígenas, a fim de coibir as pressões de interesses empresariais e particulares sobre a área de influência da BR-163 que retardam as ações já iniciadas em benefício dessas comunidades e prejudicam as populações indígenas naquilo que é seu bem primordial – a terra.

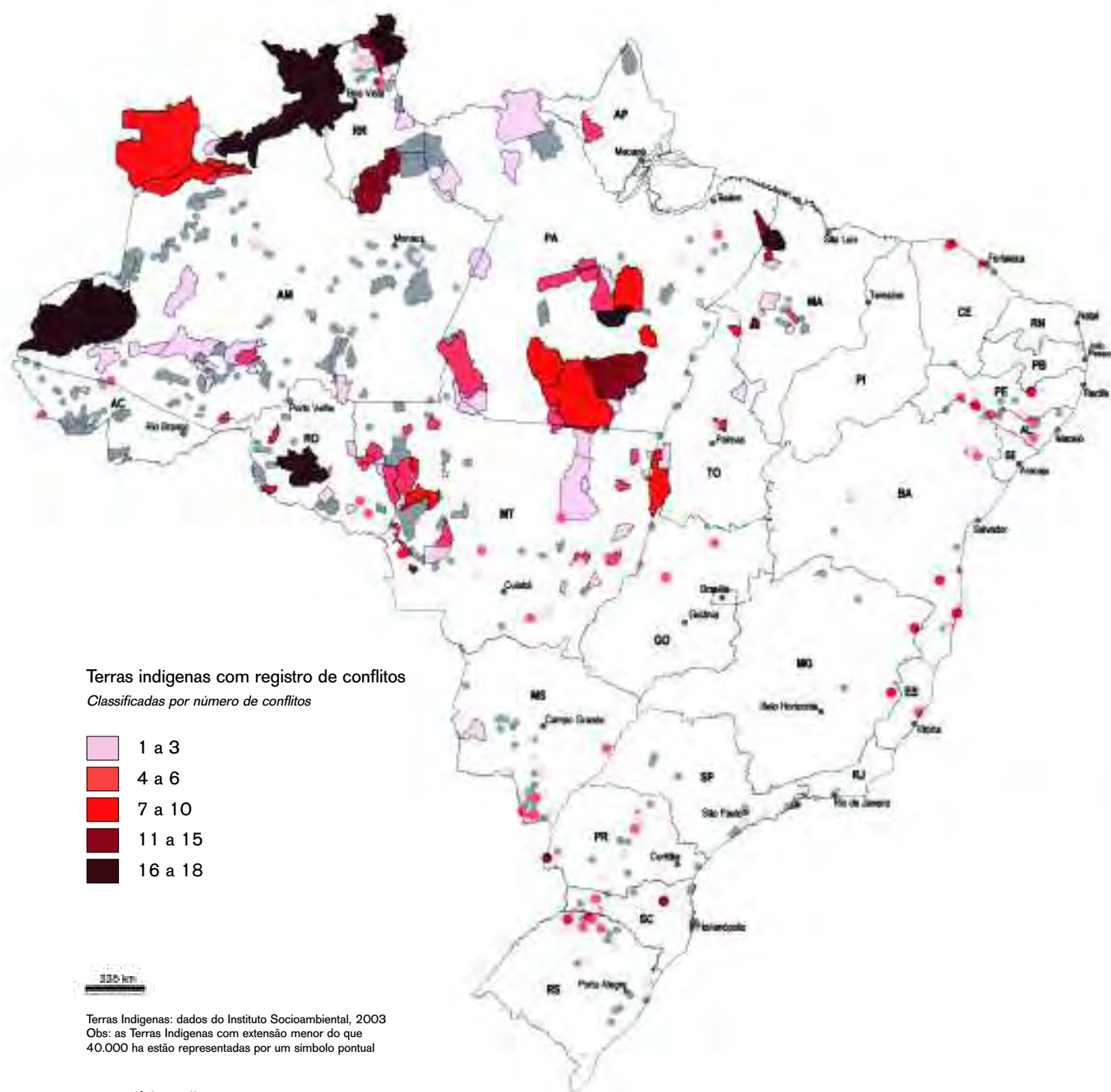


Figura 2. CONFLITOS EM TERRA INDÍGENA - 1991 a 2000.

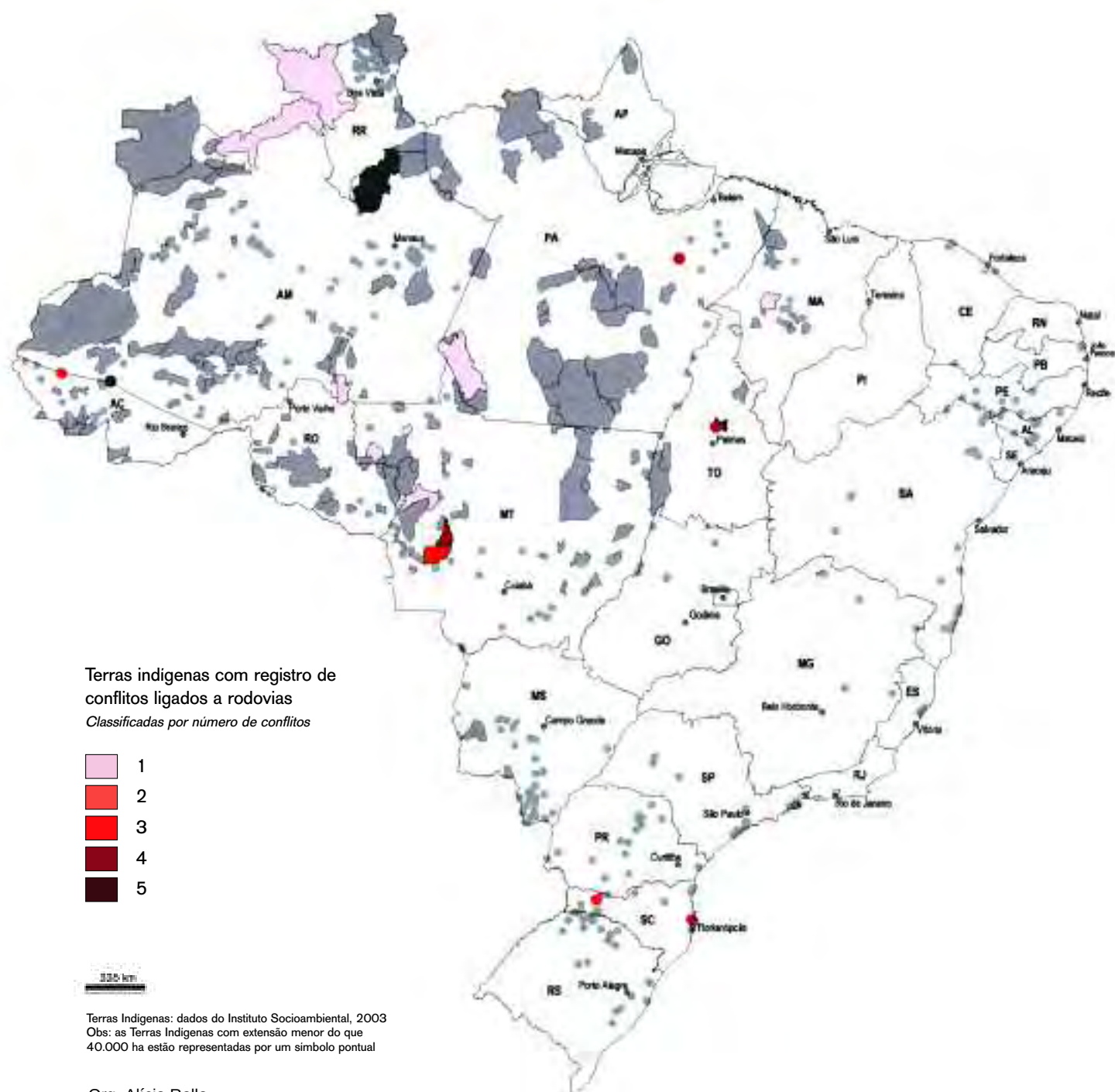
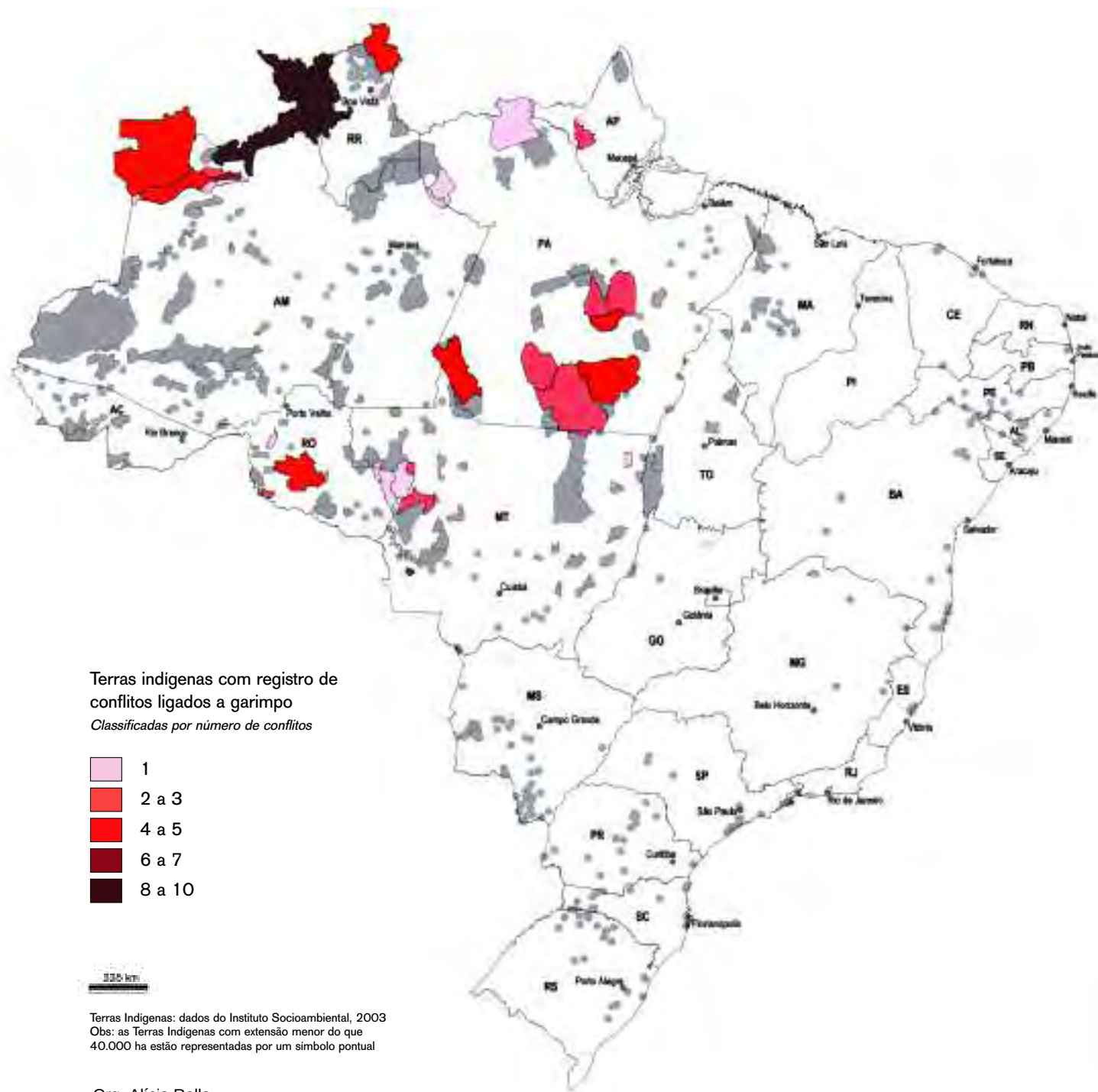


Figura 3. CONFLITOS EM TERRA INDÍGENA: Conflitos ligados a rodovias - 1991 a 2000.



Org. Alcía Rolla

Figura 4. CONFLITOS EM TERRA INDÍGENA: Conflitos ligados a garimpo - 1991 a 2000.

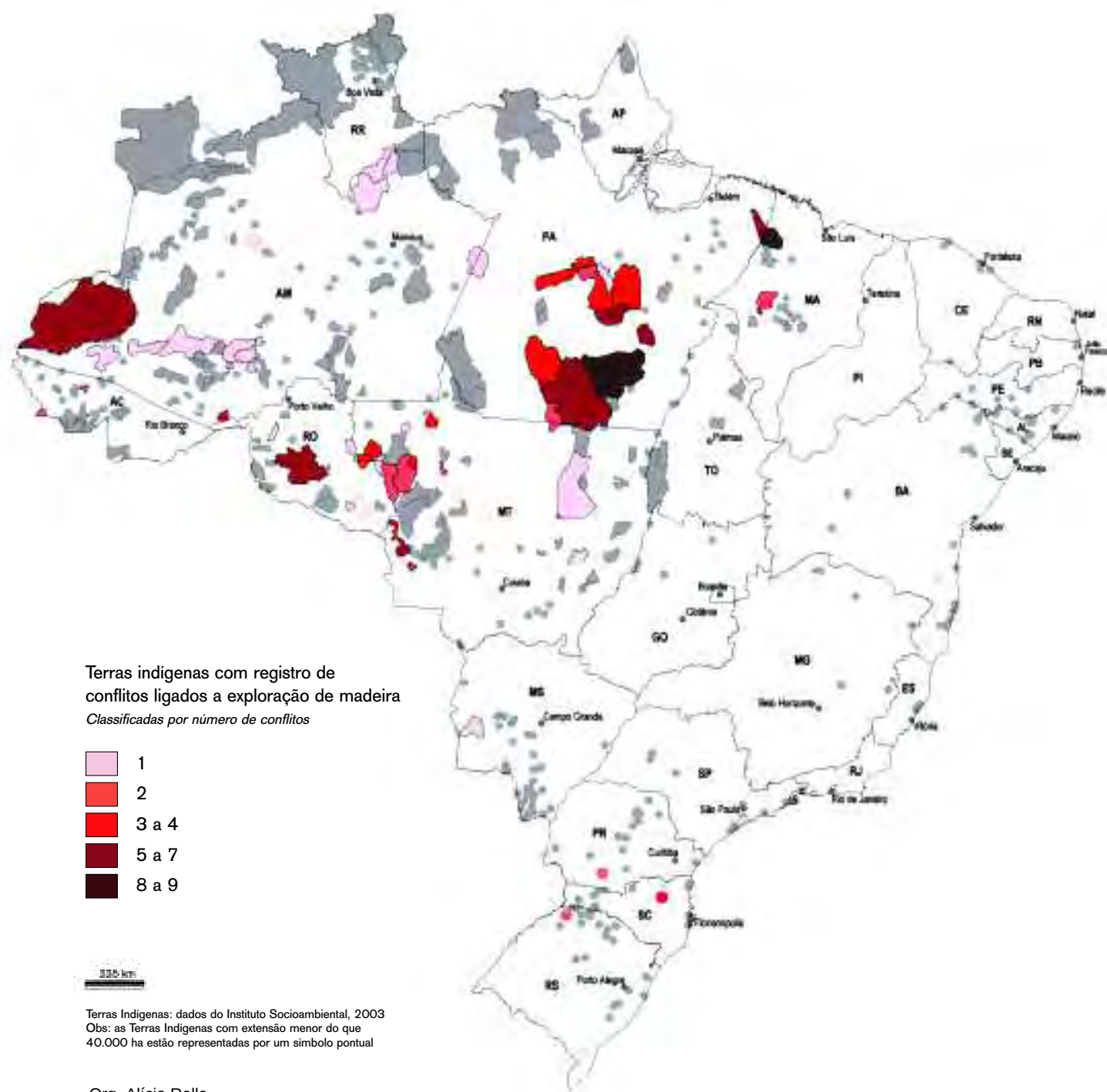


Figura 5. CONFLITOS EM TERRA INDÍGENA: Conflitos ligados a exploração de madeira - 1991 a 2000.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA JR., F.P.P. *A organização sócio-espacial dos índios Xavante da Terra Indígena Sangradouro/Volta Grande*. Rio Claro-SP: UNESP, 2002.
- ASSOCIAÇÃO XAVANTE WARÁ. Folder da Campanha *Salve o Cerrado*. São Paulo, 2000.
- _____; LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA-FFLCH-USP. *Plano de gestão ambiental em terras indígenas/ FNMA: diagnóstico etnoambiental da Terra Indígena Sangradouro e Volta Grande-MT*. São Paulo, 2002.
- BIASE, H.; RURIÓ, L. *A história da aldeia Abe-lhinha*. São Paulo: Master Book, 2000.
- BARBOSA, M.A. *Direito antropológico e terras indígenas no Brasil*. São Paulo: Plêiade; FAPESP, 2001.
- BASTOS, A. W. “As terras indígenas no direito constitucional brasileiro e na jurisprudência do STF”. In: SANTOS, S.C.; WERNER, D.; BLOEMER, S.N.; NACKE, A. (org.). *Sociedades indígenas e o direito: uma questão de direitos humanos*. Florianópolis: Ed. UFSC; CNPq, 1985. p. 85-98.
- BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial BR-163 Sustentável. *Plano de desenvolvimento regional sustentável para a área de influência da rodovia BR-163*. Brasília, 2004.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. *Os direitos do índio: ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARRARA, E. *Tsi tewara: um vôo sobre o cerrado Xavante*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. “Classificações êmicas da natureza: a etnobiologia no Brasil e a socialização das espécies naturais”. *Cadernos de Campo*, São Paulo: Depto. de Antropologia-USP, ano 6, n. 7, 1997.
- CASTRO OLIVEIRA, B.A.C. *Tempo de travessia, tempo de recreação: profecia e trajetória camponesa*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- CIMI (Conselho Indigenista Missionário), Regional Norte II e Regional Mato Grosso. “Ministro da Justiça e Presidente da Funai comemoram redução da T.I. Baú”. *Notas CIMI*, Brasília, 20 jul. 2004a. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=494&cid=293>>.
- _____. *Porantim*, Brasília, ano XXVI, n. 271, dez. 2004b.
- DALARI, D. “Índios, cidadania e direitos”. In: VIDAL, Lux (org.). *O índio e a cidadania*. São Paulo: Brasiliense; CPI-SP, 1983.
- ECOPLAN ENGENHARIA. “Relatório de impacto ambiental: pavimentação da BR163-BR230”. *Estudo de impacto ambiental*, v. VIII. Brasília, 2002.
- EMBRAPA. *Cerrado: matas de galeria*. Planaltina-DF, 1998.
- FRANCHETTO, B. “O que é ‘terra indígena’? Uma decisão do Supremo Tribunal Federal”. In: SANTOS, S.C.; WERNER, D.; BLOEMER, S.N.; NACKE, A. (org.). *Sociedades indígenas e o direito: uma questão de direitos humanos*. Florianópolis: Ed. UFSC; CNPq, 1985. p. 107.
- GIACCARIA, B.; HEIDE, A. *Xavante* (A'uwe up-tabi: povo autêntico). São Paulo: Salesiana, 1972.
- GIANNINI, I. “Os domínios cósmicos: um dos aspectos da construção da categoria humana Kayapó-Xikrin”. *Revista de Antropologia*, São Paulo: Depto. de Antropologia-USP, v. 34, p. 35-58, 1991.
- GULGEMIN, S. “Ecologia humana e antropometria nutricional de adultos Xavante”. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, mar.-abr. 2001.
- IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia). *O desenvolvimento que queremos: relatório do encontro de Santarém sobre ordenamento territorial da BR-163 - Baixo Amazonas, Transamazônica e Xingu*. Belém, 2004.
- ISA (Instituto Socioambiental). *Povos Indígenas no Brasil: 1991-1995*. Ed. Carlos Alberto Ricardo. São Paulo, 1996.
- ISA; ICV; FORMAD; UNEMAT; IPAM; WWF; CI; TNC (org.). *BR Sustentável: relatório do encontro sobre desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental ao longo do eixo da Cuiabá-Santarém*. Sinop, 2004.
- LANGDON, E.J.; GARNELO, L. *Saúde dos povos indígenas: reflexão sobre antropologia participativa*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Associação Brasileira de Antropologia, 2004.
- LEEUEWENBERG, F.; SALIMON, M. *Para sempre A'ŬWE: os Xavante na balança das civilizações*. Brasília, 1999.
- LOPES DA SILVA, A. *Nomes e amigos: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê*. São Paulo, 1980. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____; FERREIRA, M.K.L (org.). *Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001.
- MAYBURY-LEWIS, D. [1967]. *Sociedade Xavante* (Akwé Shavante Society, 1967) Trad. Aracy Lopes da Silva. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.
- MELATTI, J.C. *Índios do Brasil*. São Paulo: Hucitec; Brasília: UNB, 1987.
- MENDES JÚNIOR, J. *Os indígenas do Brasil: seus direitos individuais e políticos*. São Paulo: Hennies Irmãos, 1912.
- OLIVEIRA, A.U. *A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violên-*

- cia. São Paulo, 1997. Tese (Livre-docência em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____.; CASTRO OLIVEIRA, B.A. *Parecer técnico sobre desmatamento na TI de Sangradouro*. São Paulo: Associação Xavante Warã, jul. 1999.
- _____. et alii. “Diagnóstico etnoambiental da terra indígena Sangradouro e Volta Grande-MT”. In: ASSOCIAÇÃO XAVANTE WARÃ; LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA-FFLCH-USP. *Plano de gestão ambiental em terras indígenas/FNMA*. São Paulo, 2002.
- OLIVEIRA FILHO, J.P. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’?: situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. *Mana* (Estudos de Antropologia Social), Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1998a.
- _____. (org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998b.
- OPAN; CIMI. *Índios em Mato Grosso: dossiê*. Cuiabá, 1987.
- POSEY, D.A. “Introdução: etnobiologia, teoria e prática”. In: RIBEIRO, D. (org.). *Suma etnológica brasileira*. Petrópolis: Vozes; FINEP, 1986. v. 1.
- RUFFALDI, N. (org.). “Cosmologia Tenetehará”. *Caderno do Encontro Interestadual de Líderes Espirituais do Pará, Amapá e Maranhão*. In: *O Mensageiro*, Belém: CIMI Norte II, maio 2002.
- RULLI JR., A. “Sentença-Proc nº 907/84-R – IIIª Vara Cível Fórum Regional Santo Amaro-SP”. In: *Boletim Jurídico da Comissão Pró-Índio de São Paulo*, ano 3, n. 5/6, p. 7-14, jul. 1986.
- UICN; PNUMA; WWF. *Cuidando do planeta Terra*. São Paulo, 1991.
- VIEIRA FILHO, J.P.B. “Problemas de aculturação alimentar dos Xavante e Bororo”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 24, 1981.
- _____. *Epidemia de obesidade e diabetes Mellitus tipo 2 entre os Xavante de Sangradouro*. Texto em fax, Sangradouro-MT, 2005.
- WWF. *De grão em grão o Cerrado perde espaço: Cerrado, impactos do processo de ocupação*. Documento para discussão. São Paulo, 1995.

Trabalho escravo

JAN ROCHA

Presente, passado e futuro

O objetivo maior do Plano Amazônia Sustentável, PAS, é de implementar “um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia brasileira”. Mas isso só será possível quando o governo federal assumir plenamente o controle da região, enfrentando e enquadrando o poder paralelo que, de fato, é que controla a economia, os recursos naturais, a vida e a morte dos habitantes. A persistência da prática de trabalho escravo é totalmente inaceitável no século 21 em qualquer lugar, ainda mais dentro de uma região onde se pretende implementar um novo modelo de desenvolvimento. Sem dúvida, porém, enquanto esse poder paralelo não for encarado de frente, só será possível implantar melhorias sociais e ambientais superficiais.

A conclusão da BR-163 tem um importante papel nesse processo. Da mesma forma que o asfaltamento pode fazer presente o Estado e levar a um enfraquecimento das organizações criminosas, pode também, se implantado no atual contexto sem os de-

vidos cuidados, vir a fortalecer o atual contexto de ilegalidade.

Nesse pressuposto, toda e qualquer proposta de intervenção estatal que se pense para a região cortada pela rodovia Santarém-Cuiabá, a BR-163, tanto em Mato Grosso como no Pará, não pode ignorar um dos mais constrangedores problemas sociais da região: a manutenção de trabalhadores sob o regime contemporâneo de escravidão. Em 2003, os dois Estados cortados pela BR-163, Pará e Mato Grosso, foram respectivamente o primeiro e terceiro colocados em número de escravos resgatados pela fiscalização do Ministério do Trabalho. De acordo com a Delegacia Regional do Trabalho-MT, foram libertados 1.873 no Pará, a maioria no sul do Estado, e 675 em Mato Grosso. Em 2004, as colocações se repetem, com 1.572 trabalhadores libertados no Pará e 371 em Mato Grosso.

Castigadas pelo desemprego, pela impossibilidade de acesso à terra e por um sistema educacional precário que as coloca em posição extremamente desvantajosa no mercado de trabalho, as vítimas da escravidão partem de municípios do Maranhão, Tocantins, Piauí e também do próprio Pará e Mato Grosso, em busca de oportunidades para uma vida melhor. O destino desses homens sempre se entrelaça e se direciona pelo mapa do desmatamento.

O aumento dos índices de desmatamento é forte indicativo de que ali, também, se elevem os números referentes ao trabalho escravo. A área de influência da rodovia BR-163 é descrita no diagnóstico socioeconômico e ambiental como amplamente coberta por florestas (73%), estimando-se em 13% a área desflorestada. Esse desmatamento dissemina-se no norte de

Mato Grosso e, no estado do Pará, concentra-se às margens da Transamazônica (BR-230) entre os municípios de Altamira e Rurópolis, nos arredores de Santarém, nas proximidades da cidade de São Félix do Xingu e na margem esquerda do rio Amazonas. Via de regra, esses dados são indicativos da existência de trabalho escravo. Os mais de 20 mil quilômetros de estradas clandestinas, segundo o Imazon, abertas por madeireiros, grileiros e garimpeiros (somente na área de influência da BR-163) sugerem o quadro de ilegalidade da região. Por essas estradas trafega uma cadeia de ilícitos encadeados: crimes ambientais (desmatamento, extração de madeira, garimpos etc.), crimes e irregularidades trabalhistas (trabalhadores sem carteira, trabalho por dívida, condições subumanas etc.) e crimes contra a pessoa humana (maus-tratos, tortura, assassinato).

A derrubada da floresta, para dar lugar ao pasto ou ao cultivo de grãos, vale-se do trabalho escravo como “ferramenta” para as perigosas e difíceis etapas da derrubada, destoca e da catação de raízes. Hoje, assistimos a um deslocamento dos mais ativos pólos de desmatamento. Na medida em que esse eixo se desloca do sul do Pará para o oeste, rumo à divisa com o Amazonas, o trabalho escravo segue junto. Os indicadores crescentes na demanda internacional por carne bovina sugerem a ameaça de aceleração do ritmo de expansão das fronteiras agropecuárias. Segundo Judson Valentin, pesquisador da Embrapa do Acre, nos próximos vinte anos, quase 100 milhões de hectares podem ser desmatados com o objetivo de atender essa demanda¹. Como a grande maioria das terras ao longo da BR-163 no Pará é mais propícia à pecuária do que à plantação de grãos, devido à natureza acidenta-

da do terreno, grande parte da área de influência poderá se prestar aos prognósticos de Valentin.

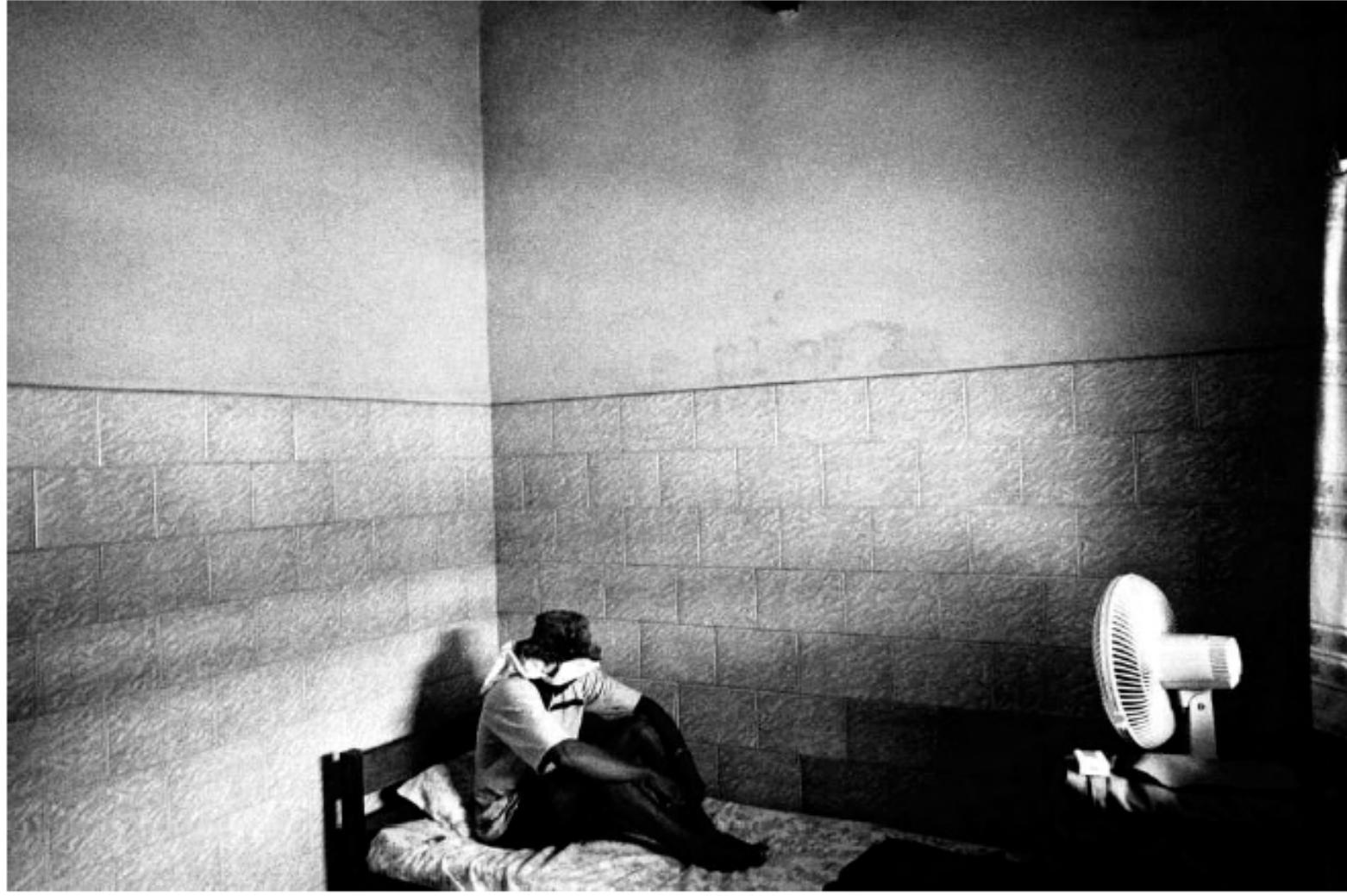
DENÚNCIAS

O desmatamento ilícito já não ocorre próximo às estradas e cidades. Primeiro, porque essas áreas, em geral, já estão desflorestadas; em segundo lugar, porque aí são maiores os riscos relacionados com alguma forma de fiscalização. Geralmente, os desmatamentos acontecem longe das estradas e cidades, em locais isolados, sem comunicação ou possibilidade de contato com outras pessoas. Essas condições propiciam e facilitam que se mantenham grupos de trabalhadores presos em condições degradantes. O quadro piora ao lembrarmos a baixa densidade demográfica da área de influência da BR-163 (1,79 habitante por km², e, mesmo assim, concentrada principalmente em Santarém, PA).

O isolamento tem função vital no processo. É necessário que o trabalhador não tenha acesso a opções de locais de comércio próximos para, assim, não ter como escapar do endividamento. Sem qualquer alternativa, é impossível ao trabalhador deixar de se submeter totalmente ao sistema de “barracão” imposto pelo “gato” (agente aliciador ou contratador de mão-de-obra) a mando do fazendeiro ou, até mesmo, diretamente pelo fazendeiro. Caso o trabalhador tente ir embora, será impedido sob a alegação de que está endividado e de que não poderá sair enquanto não pagar o que deve. Muitas vezes, os que reclamam das condições ou tentam fugir são vítimas de surras e, no limite, exemplarmente mortos.

Mesmo com o deslocamento dos pólos mais intensos de desmatamento para o oeste do Pará, o maior

Toda e qualquer proposta de intervenção estatal para a região, tanto em Mato Grosso como no Pará, não pode ignorar um dos mais constrangedores problemas sociais da região: a manutenção de trabalhadores sob o regime contemporâneo de escravidão.



*Trabalhador rural ameaçado de morte por demissão trabalho escravo e assaltos
na fazenda Saracoca, em Xinguanã, no sul do Pará, maio de 2002.*

FOTO: João Roberto Aguiar / Imagens Humanas

número de denúncias de trabalho escravo ainda provém do sul desse Estado e das imediações da Transamazônica, na área de Marabá. Isso não surpreende e deve-se, em grande parte, à atuação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) da Igreja Católica, que desde os anos 80 denuncia e luta contra o trabalho escravo na região. Nas proximidades do eixo da BR-163 não existem Delegacias do Trabalho, escritórios da CPT ou de outras ONGs envolvidas com a situação. As únicas possibilidades de encaminhamento das denúncias são os sindicatos de trabalhadores rurais e as agências do governo federal, sem responsabilidade direta com o problema. A escolha entre um ou outro depende muito da maneira como essas organizações ou agências são vistas pela população. As consideradas atuantes ao lado do povo são procuradas, não importando a sua área oficial de competência. Por exemplo, o Ibama em Itaituba, PA, recebe diversas denúncias de trabalho escravo e as encaminha para o Ministério de Trabalho, em Brasília. Em um desses casos, o denunciante foi o próprio trabalhador que conseguira fugir da fazenda onde estava cativo. Mas, na maioria das vezes, as denúncias partem de moradores locais que, por algum meio, souberam das condições aviltantes em determinada fazenda. Outras vezes, é o próprio Ibama que encontra trabalhadores escravizados durante a fiscalização de desmatamentos ilegais.

Também por não se ter a quem denunciar, são muito poucas as informações sobre trabalho escravo na área de influência da BR-163. Poucos são os registros oficiais desse crime. De todo modo, nada indica que o oeste do Pará já não esteja reproduzindo o processo de ocupação do sul do Estado, intrinsecamente ligado ao uso de trabalho escravo. No sul paraense, as

dinâmicas de ocupação recentes efetivaram-se com a instalação de grandes empresas agropecuárias vinculadas a grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, muitas vezes contando com subsídios estatais por meio de incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal. E esses subsídios vindos do dinheiro público não inibem a utilização de mão-de-obra escravizada. No processo de formação dessas fazendas, que geralmente implica derrubada de grandes áreas de florestas primárias, as empresas têm empregado sistematicamente a “peonagem”, que se baseia em “formas coercitivas extremadas de exploração do trabalhador” (MARTINS, 1997, p. 85). Trata-se de escravidão temporária em que os peões, submetidos a situações de superexploração, são mantidos cativos pelo mecanismo da dívida. Mais adiante, descrevemos os mecanismos de aliciamento e organização da peonagem por meio dos “gatos”.

O que podemos constatar, enfim, é a atuação parcial – e bastante contraditória – do poder público. Se é bastante comum a referência à sua ausência para fiscalizar e punir arbitrariedades e mediar conflitos, o mesmo não se poderia dizer de sua presença para favorecer os setores dominantes.

São grandes os níveis de dificuldade para obtenção e produção de dados sobre o trabalho escravo. Isso se deve a vários fatores. O primeiro deles é que se trata de algo que se quer esconder: situação de trabalho irregular, em condições degradantes, permeada pela violência, situações ilícitas associadas a desmatamento e comercialização ilegal de madeira etc. A ausência de fiscalização sistemática por parte dos órgãos públicos responsáveis acentua a dificuldade. Dessa maneira, as situações de trabalho escravo geralmente

só se tornam conhecidas quando são denunciadas, quase sempre pelas vítimas que se encontram sob grave ameaça. Sabe-se, no entanto, que esses casos são extremos e raros. A maioria das ocorrências não chega ao conhecimento público. Seja porque os trabalhadores têm medo de denunciar, seja porque não conhecem seus direitos ou, ainda, porque as relações de sujeição a que são submetidos não são consideradas por eles como situações de escravidão, apenas uma minoria dos casos é denunciada. Segundo o Ministério do Trabalho, para cada trabalhador resgatado, existiriam outros três em situação de escravidão que não são atingidos².

Os censos oficiais não oferecem dados sobre trabalho temporário, por empreita e migrações sazonais nas regiões em estudo³. A falta desses dados é outro empecilho para o dimensionamento do trabalho escravo. Essas informações permitiriam uma estimativa do montante de trabalhadores vitimados pela escravidão, já que eles realizam trabalhos temporários, empreitados por “gatos” que, muitas vezes, os recrutam ilegalmente em outras áreas e Estados. Outros dados que auxiliariam o combate ao trabalho escravo são o número de derrubadas ocorridas nas fazendas da região, especialmente nas áreas de expansão da fronteira, e a frequência do transporte de trabalhadores. No entanto, também essas informações não existem.

A própria definição, entre os atores envolvidos, do que pode ser ou não considerado escravidão, na qual ainda há muita divergência, acaba por constituir outro empecilho à sistematização de dados sobre o trabalho escravo. Na verdade, a escravidão tem se constituído, nos termos de Esterci, em uma categoria eminentemente política, utilizada para designar a

exacerbação da exploração e da desigualdade: “Determinadas relações de exploração são de tal modo ultrajantes, que escravidão passou a denunciar a desigualdade no limite da desumanização” (ESTERCI, 1994, p. 44).

No entanto, do ponto de vista empírico, uma ampla gama de situações e contextos pode caracterizar trabalho escravo. Isso inclui desde superexploração do trabalho, em que a legislação trabalhista é descumprida, até situações extremas de coerção e violência. Representantes do Ministério Público e da Justiça do Trabalho valem-se desse espectro mais amplo para tratar a questão. Nesse sentido, a caracterização de Jorge Vieira, titular da Vara do Trabalho em Parauapebas, Pará, para trabalho escravo, adapta-se bem:

O trabalho escravo, como eu tenho decidido nas minhas sentenças e também como tenho dito onde falo sobre esse tema, pode envolver uma série de situações diferentes. É o trabalho em que o empregador coloca o trabalhador numa situação degradante, sem pagamento de salário ou sem a possibilidade de ir embora seja porque tem dívidas, seja porque é distante do local onde foi recrutado, seja porque é vigiado por homens armados, ou porque foi colocado numa região de difícil acesso, de onde dificilmente poderia sair, embora não tenha nenhum tipo de vigilância ostensiva. Então, tudo isso caracteriza trabalho escravo: servidão, não pagamento de salários, não pagamento dos direitos trabalhistas, não reconhecimento de condições de medicina, higiene e saúde adequadas, e ausência de liberdade, seja porque é vigiado, seja porque está num local de difícil acesso, seja pela escravidão por dívidas.

Seria enganoso atarmo-nos a mensurar (e compreender) a situação do trabalho escravo considerando apenas os registros oficiais. Uma outra realidade se mostra além dos casos de ocorrência identificados, de modo que é necessário levantar informações sobre as condições que propiciam a sua existência, tais como: as atividades produtivas nas quais o trabalho escravo costuma ser utilizado, as condições nas quais ele costuma ocorrer – locais com ausência de fiscalização e dificuldade de comunicação – e a disponibilidade de força de trabalho excedente e vulnerável que favorece sua utilização. Houve nos últimos anos uma considerável ampliação da fiscalização. Mesmo assim, seria enganoso se apoiar em dados aí limitados.

Essa mais efetiva ação de fiscalização deveu-se fundamentalmente às ações do Gertraf (Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado), criado em 1995 pelo governo federal. O Grupo objetivou a implementação de ações articuladas entre as diversas áreas de governo. Assim, equipes montadas por representantes de áreas distintas do governo federal formavam grupos móveis de fiscalização atentos às áreas de maior incidência de trabalho escravo.

Muitos creditam ao trabalho das equipes móveis o grande crescimento das denúncias. Se isso for fato, há que se dar o mérito à presença e à atuação do poder público no combate ao trabalho escravo, pois essas ações estariam estimulando e encorajando os trabalhadores a recorrer às autoridades em busca da defesa de seus direitos. Na verdade, o aumento das denúncias estaria apenas dando mais visibilidade a um problema de proporções muito maiores que vinha sendo mantido oculto e agora começa a ser revelado. Essa é a opinião,

por exemplo, de coordenadores das equipes móveis, mas também de alguns agentes da CPT.

LOCALIZAÇÃO DAS DENÚNCIAS

Os municípios de Redenção, Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia (REZENDE FIGUEIRA, 1999), todos no sul do Pará, concentravam a maioria das denúncias de trabalho escravo na região durante a década de 70. O município de Santana do Araguaia, coincidentemente, sediou as maiores atenções do Estado ao receber o maior montante de recursos para projetos agropecuários. E, ao mesmo tempo, respondeu também pelo maior número de denúncias: metade das fazendas denunciadas.

Anos 80 e 90. A fronteira se expande e novos municípios surgem no cenário do trabalho escravo, descrevendo um movimento que parece acompanhar esse processo de expansão, e em 2002 há registros de denúncias de trabalhadores escravizados em quase todos os municípios do sul do Pará. Agrupando os dados, é possível observar algumas áreas de concentração, como mostra a tabela a seguir.

Esses dados permitem distinguir duas áreas de concentração. A primeira, de ocupação mais antiga, composta pelos grupos Sul II e Sudeste, destaca-se em relação ao número de fazendas denunciadas. A região Sul II abriga 20,5% dos casos e abrange os municípios localizados ao longo da PA-150 e suas proximidades (Água Azul, Bannach, Pau-d'Arco, Xingua-ra, Redenção, Rio Maria, Sapucaia). A região Sudeste responde por 17,1% das fazendas denunciadas e encampa a área de Marabá e municípios vizinhos (Eldorado, Curionópolis, Canaã, Brejo Grande, Palestina).

Fazendas denunciadas, trabalhadores envolvidos e libertados por município (2002)

MUNICÍPIO	NÚMERO DE FAZENDAS	%	TRABALHADORES ENVOLVIDOS	%	TRABALHADORES LIBERTADOS
Ourilândia	1	0,9	20	0,5	0
São Félix do Xingu (Iri)	1	0,9	250	5,8	0
São Félix do Xingu	13	11,1	394	9,1	34
Tucumã	2	1,7	46	1,1	0
REGIÃO DO ALTO XINGU	17	14,5	710	16,4	34
Itupiranga	6	5,1	254	5,9	55
Maracajá + 500 km	1	0,9	38	0,9	38
Novo Progresso	1	0,9	3	0,1	3
Novo Repartimento	9	7,7	280	6,5	81
Pacajá	12	10,3	691	15,9	80
REGIÃO NOROESTE	29	24,8	1266	29,2	257
Cumaru do Norte	6	5,1	299	6,9	88
Santana do Araguaia	6	5,1	423	9,8	300
Santa Maria das Barreiras	2	1,7	53	1,2	0
REGIÃO SUL I	14	12,0	775	17,9	388
Água Azul do Norte	7	6,0	131	3,0	31
Bannach	5	4,3	121	2,8	0
Pau-d'Arco	1	0,9	20	0,5	0
Redenção	1	0,9	10	0,2	0
Rio Maria	2	1,7	26	0,6	0
Rio Maria/Bannach	1	0,9	27	0,6	29
Sapucaia	6	5,1	104	2,4	11
Xinguara	1	0,9	9	0,2	0
REGIÃO SUL II	24	20,5	448	10,3	71
Piçarra	1	0,9	81	1,9	95
São Geraldo do Araguaia	3	2,6	97	2,2	0
REGIÃO SUL III	4	3,4	178	4,1	95
Brejo Grande do Araguaia	2	1,7	54	1,2	58
Canaã dos Carajás	1	0,9	25	0,6	0
Curionópolis	4	3,4	200	4,6	0
Eldorado dos Carajás	1	0,9	10	0,2	0
Marabá	11	9,4	206	4,8	75
Palestina do Pará	1	0,9	6	0,1	0
REGIÃO SUDESTE	20	17,1	501	11,6	133
Tailândia	1	0,9	8	0,2	0
Dom Eliseu	8	6,8	447	10,3	368
REGIÃO NORDESTE	9	7,7	455	10,5	368
TOTAL	117	100	4333	100	1346

Fonte: Declaração de vítimas da CPT e relatórios dos grupos móveis do Gertraf.

Apenas no município de Marabá estão 9,4% das fazendas denunciadas.

Ainda que nessa primeira área de concentração – regiões Sul II e Sudeste – esteja parte significativa das fazendas denunciadas (37,6%), lá se reúnem apenas 21,9% dos trabalhadores na situação de escravos. Uma explicação para essa disparidade é o envolvimento de pequenos grupos de trabalhadores que possuem mais facilidade de encaminhar denúncias em função de uma maior proximidade dos centros urbanos.

Situação diferente ocorre em outra área. A região Oeste, de ocupação recente, que inclui o Alto Xingu (Tucumã, Ourilândia e São Félix), tem 14,5% das fazendas denunciadas, e a direção Noroeste (Itupiranga, Novo Repartimento, Pacajá), 24,8%. Nessas duas áreas estão localizadas 39,3% das fazendas denunciadas e quase a metade (45,6%) dos trabalhadores envolvidos.

Nas áreas de ocupação mais antiga, cabe citar, ainda, que a região Sul I (Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Cumaru do Norte), que historicamente foi o grande foco de trabalho escravo no Estado, continua com uma expressiva proporção de trabalhadores envolvidos (17,9%) e fazendas (12,0%) denunciadas.

Finalmente, chama a atenção, na direção Nordeste, o município de Dom Eliseu, que, sozinho, é responsável por 10,3% do total de trabalhadores envolvidos na região.

Chama a atenção o grande número de denúncias – quase a metade do conjunto – em áreas de ocupação recente. Percebe-se que a expansão da fronteira carrega junto o trabalho escravo.

NOVAS ÁREAS DE EXPANSÃO DO TRABALHO ESCRAVO – RUMO AO OESTE DO PARÁ

Tanto o Alto Xingu como a direção Noroeste (municípios de Pacajá, Novo Repartimento) são locais de difícil acesso. A presença do Estado é praticamente nula. Nessa ausência, o que se faz presente são grandes derrubadas para abertura de, maiores ainda, fazendas. Esse processo vale-se do uso do regime de peonagem.

No Alto Xingu merece destaque a região da Terra do Meio, mais conhecida como Iriri, situada a oeste do Estado do Pará, entre a rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163), divisando com o rio Xingu até Altamira ao norte. Ao sul, divisa com o Estado de Mato Grosso. Abrange os municípios de São Félix do Xingu e Altamira, envolvendo áreas das bacias dos rios Xingu e Iriri, onde estão grandes áreas com terras indígenas. Saindo do Porto Xingu, a 130 km da cidade de São Félix do Xingu, e viajando 230 km pela estrada da velha mineradora Canopi (cassiterita), chega-se ao rio Iriri. Daí são 150 km para alcançar a BR-163. Essa é uma parte conflituosa do território amazônico, travam-se lá várias disputas: pela terra, com as frentes vindas da rodovia Santarém-Cuiabá com o objetivo de implantar grandes projetos pecuaristas e sojeiros; pelos recursos madeireiros e florestais; pela biodiversidade; pelos recursos hídricos. Os que atuam nessa área usam a estratégia da “terra arrasada”: derrubam o máximo de florestas para garantir a posse do território⁴. A devastação criminoso serve como atestado de “posse produtiva”. Não raro, o próprio grileiro se autodenuncia ao Ibama para ser multado e se valer do auto de infração como um documento comprobatório da ocupação.

O TRABALHO ESCRAVO NA REGIÃO DO IRIRI E PACAJÁ

“Muito perigosa, cheia de riscos, mas onde se pode ganhar mais, onde a diária é de uma vez e meia o que se paga nas outras regiões.” Assim a região do Iriri é descrita pelo peão José..., 52 anos, há trinta “no trecho”⁵, e que, no momento de buscar um trabalho, descarta a idéia de ir para São Félix do Xingu. Assim a região do Iriri se faz presente no imaginário social dos trabalhadores.

A região do Iriri e Pacajá assistiu a um considerável aumento nas denúncias de trabalho escravo entre os anos de 2000 a 2002, de acordo com os dados da CPT. Para os trabalhadores de outros Estados, que dispõem de menos informação sobre a região, ir para o Iriri ou para o Xingu pode ser um atrativo. De acordo com Francisco, 23 anos, maranhense, “peão do trecho” há seis anos, “na região do Iriri não tem justiça, lá peão sofre muita humilhação, é um lugar tão longe, que tem fazendas com serviço de derrubada localizada a 300 km de São Félix do Xingu. Lá, a mercadoria das cantinas chega de avião. Tem grupos de peões que ficam lá sem poder sair, três meses, seis meses”.

Em 2002, a quase totalidade das denúncias sobre trabalho escravo na região do Iriri foi feita em Marabá, através da CPT e da Polícia Federal.

A região situada na direção Oeste do Estado do Pará (municípios de Pacajá, Novo Repartimento, Novo Progresso e Maracajá) – vizinha da região do Iriri – é outra frente de expansão. Chega-se aí saindo de Marabá, seguindo pela estrada do Rio Preto e alcançando a estrada Transamazônica. Essa região guarda as mesmas características do Iriri, e em 2002 recebeu denúncias de

Chama a atenção o grande número de denúncias – quase a metade do conjunto – em áreas de ocupação recente. Percebe-se que a expansão da fronteira carrega junto o trabalho escravo.



Trabalho extensivo na fazenda Tirol, no município Senador José Porfírio, no vicinal principal da Transamazônica, Pará. Dezembro de 2002 – 226 trabalhadores escravizados na grilagem de 180 aldeamentos do fazendeiro e médico ginecologista José Nogueira e do empreiteiro Alberto Danga, auxiliados pelos garçons Roberto e Gica e pelo camareiro Raul.

NOTA: João Roberto Beyer / Imagem Hawaia

fazendas com prática de trabalho escravo. Essa região recebe trabalhadores de vários locais do Pará, Maranhão e Tocantins. Do Tocantins, muitos trabalhadores submetidos a situações de trabalho escravo foram levados por “gatos”, principalmente do município de Ananás.

TIPOS DE ATIVIDADES COMUNS À ESCRAVIDÃO E O DE TRABALHO NAS FAZENDAS

Formação de fazendas, desflorestamento e trabalho escravo: elementos encadeados e inter-relacionados nas regiões sul e sudeste do Pará. As primeiras atividades para a formação de fazendas são, quase exclusivamente, restritas ao desmatamento e formação de pastagens. Em uma segunda fase, o trabalho escravo é utilizado na conservação desses pastos. No Pará, entre 1999 e 2002, as equipes móveis de fiscalização encontraram catorze fazendas que mantinham trabalhadores escravizados para as atividades de desmatamento. Em outras dezesseis, para a conservação de pastagens. Nesse mesmo período foram identificadas apenas duas situações de trabalho escravo em madeireiras (no ano de 1999) e um caso em plantio de cacau⁶.

O trabalho é árduo e requer grande dispêndio de força física. Os riscos são inúmeros, especialmente nas derrubadas, quando são freqüentes os acidentes, principalmente entre os que utilizam motosserras. A derrubada é uma atividade relativamente rápida que demanda um grande número de peões. Nessas áreas de ocupação recente, as fazendas localizam-se em pontos de difícil acesso, distantes de qualquer recurso. E mesmo no interior da fazenda esses serviços são realizados em locais distantes da sede, o que dificulta ainda mais o socorro no caso de acidentes e doenças.

ATIVIDADES NAS FAZENDAS E PERÍODOS PREDOMINANTES

Os trabalhadores são recrutados quase sempre para a realização de trabalhos sazonais, que variam de acordo com a época do ano. As atividades de desmatamento e de retirada da juquira⁷ diminuem no período das chuvas, como mostra o quadro a seguir. O desmatamento se acentua de fevereiro a julho, e o roçar da juquira, de julho a setembro. De qualquer forma, há trabalho em praticamente todos os períodos do ano.

Calendário anual das atividades nas fazendas

PERÍODO	ATIVIDADE PREDOMINANTE
Fevereiro a julho	Desmatamento (brocar/roçar e derrubar)
Junho a agosto	“Pé de cerca” ou aceiro
Julho a setembro (se estende até jan/fev)	Juquira
Agosto e setembro	Queimadas e plantio de semente do capim
Outubro e novembro	Construção e reparação de cercas

De fevereiro a julho ocorre o desmatamento (brocar/roçar e derrubar). De junho a agosto faz-se o “pé de cerca” ou aceiro. A juquira começa a ser carpiada em julho, e o trabalho pode se estender até janeiro ou fevereiro. Nos meses de agosto e setembro há queimadas e plantio de sementes e pastagens. Em outubro e novembro fazem-se e reparam-se as cercas.

O desmatamento e o roçar da juquira são geralmente realizados por grupos de peões dirigidos por “gatos”. O “gato” empreita o serviço da fazenda e serve de fachada, acobertando o fazendeiro. Ele se res-

ponsabiliza por organizar e controlar o trabalho dos peões e fazer os pagamentos. Alimento e instrumentos de trabalho são vendidos aos trabalhadores nas cantinas que ficam nas próprias fazendas. A empreita é feita por alqueire de área desmatada ou de área de pasto limpo, no caso da juquirá. Os peões trabalham em grupos de aproximadamente cinco a oito pessoas (um “time”), coordenados por um trabalhador (“chefe de time”), e são encarregados de realizar o trabalho em um número determinado de alqueires.

Terminada a empreita, esses trabalhadores são descartados, uma vez que o manejo do gado nas fazendas de pecuária requer um número bastante reduzido de funcionários permanentes.

QUEM SÃO OS TRABALHADORES ESCRAVIZADOS

Na busca por uma vida melhor, muitos encontram no serviço temporário das fazendas a única possibilidade para a obtenção de renda. Quase sempre analfabetos, trazem apenas o histórico de trabalho na lavoura. A não ser a força do próprio corpo, esses trabalhadores não contam com qualquer outra qualificação. A falta de empregos regulares, tanto no campo como na cidade, tanto na região de destino como em seus locais de origem (no caso dos trabalhadores que vêm de outros Estados), vulnerabiliza esses homens, obrigando-os a aceitar condições extremamente precárias de trabalho. Essa vulnerabilidade é uma das principais condições a propiciar a prática do trabalho escravo.

De acordo com informações colhidas nas operações de fiscalização de 1999 a 2002, mais de 95% da mão-de-obra das fazendas é composta por peões. Geralmente jovens, com idade variando entre 18 e 40

anos, os peões combinam resistência e força física exigidas para as árduas atividades de desmatamento, preparo e manutenção de pastagens. Menos de 4% do quadro é composto por mulheres, que geralmente trabalham como cozinheiras e são esposas de trabalhadores ou do empreiteiro. É comum a essas mulheres se fazerem acompanhar de filhos menores, que as auxiliam nas tarefas de preparação e distribuição das refeições. A proporção de menores nos trabalhos temporários é mínima, não chegando a 1%⁸.

A migração é um componente nuclear da vida desses trabalhadores temporários, ainda que se faça presente de diferentes formas. Embora 34,7% dos trabalhadores resgatados residam atualmente no Pará, apenas 8,5% nasceram no Estado.

Distribuição dos trabalhadores resgatados por local de procedência (1997-2002)

PROCEDÊNCIA		Nº	%
Pará	Município da fazenda	51	6,7
	Municípios vizinhos da fazenda	78	10,2
	Outros municípios do Pará	136	17,8
TOTAL (Pará)		265	34,7
Outros Estados	Maranhão	168	22,0
	Tocantins	101	13,2
	Piauí	104	13,6
	Outros*	22	2,9
TOTAL (outros Estados)		395	51,8
Em trânsito (trecho)		103	13,5
TOTAL		763	100,0

*Outros: Goiás, Ceará, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco e Rondônia.
Fonte: Relatórios dos grupos móveis – Gertraf.

Tomando a procedência dos resgatados como parâmetro de comparação, seria possível caracterizar os trabalhadores em três grupos distintos:

- 1. os moradores – migrantes vindos de outros Estados, já se fixaram no Pará com suas famílias; alguns possuem filhos paraenses (34,7%);
- 2. os peões do trecho – migrantes que, sem residência fixa, vivem “no trecho”, transitam entre uma fazenda e outra, ou mesmo entre Estados (13,5%);
- 3. os trabalhadores de fora – migrantes procedentes de outros Estados que transitam entre o Pará e o Estado de origem (51,8%).

A maioria dos trabalhadores resgatados (93,3%) emigrou de seus municípios de origem em busca de trabalho. Destes, 10,2% vieram de municípios vizinhos, e 17,8%, mesmo morando no Pará, se deslocaram de outros municípios mais distantes do Estado. Apenas 6,7% dos libertados estava trabalhando no município de nascimento.

Os dados disponíveis dos relatórios não são apropriados para uma análise com rigor estatístico, pois apresentam tamanho amostral limitado. Ainda assim, parece razoável afirmar que os valores díspares encontrados para os diferentes grupos mencionados acima podem ser tomados como indicativos de um padrão social do trabalho escravo na região. Adicionalmente, com base nas entrevistas concedidas por peões resgatados pela equipe móvel, é possível esboçar um perfil preliminar de cada um dos grupos. Esse quadro deverá servir de base para estudos futuros de maior profundidade.

MORADORES

O grupo dos moradores é bastante heterogêneo. Parte deles, por exemplo, são migrantes mais antigos, pro-

cedentes do Maranhão, Tocantins, Piauí, que vieram tentar a sorte no Pará e trouxeram ou constituíram família na região. Alguns conseguiram comprar uma casa na cidade. Vivem basicamente do serviço temporário nas fazendas. Outros, mais velhos, têm como aspiração a aposentadoria, que lhes proporcionaria uma renda que se torna cada vez mais difícil de obter com o trabalho pesado nas fazendas.

Distribuição dos trabalhadores resgatados residentes no Pará, por município de procedência (1997-2002)

MUNICÍPIOS	NÚMERO	%
Redenção	86	32,5**
Santana	33	12,5**
Xinguara	23	8,7**
Curionópolis	21	7,9**
Conceição	19	7,2**
Marabá	14	5,3**
Sapucaia	15	5,7
Rio Maria	8	3,0
Ourilândia	8	3,0
Outros municípios*	38	14,3
TOTAL	265	100

*Tucumã (6), Eldorado (5), Piçarra (3), Itupiranga (2), Serra Pelada (2), São Geraldo (2), Parauapebas (2), Rio Vermelho (2), São Félix (1), Santa Maria das Barreiras (1), Cumaru (1), Água Azul (1), Belém (1), Campos Altos (1), São Domingos do Araguaia (1), Rondon (1) Novo Repartimento (1), Jacundá (1), Abaitetuba (1), Tucuruí (1), Pacajá (1), Novo Paraíso (1).
Fonte: Relatórios dos grupos móveis – Gertraf.

Na região da BR-163, as principais cidades fornecedoras de mão-de-obra escrava são Altamira, Santarém, São Félix do Xingu, Alta Floresta, Colíder, Diamantino, Guarantã do Norte, Matupá, Peixoto de Azevedo e Nova Canaã do Norte, de acordo com a mesma fonte.

É também interessante notar que os dados disponíveis sobre a procedência dos denunciante

tam uma distribuição diferente da já apresentada. Se a maioria dos resgatados no Pará (51,8%) é procedente de outros Estados, um número significativo dos denunciante (49,2%) reside no próprio Estado, como mostra a tabela a seguir.

Distribuição dos trabalhadores autores de denúncias, por Estado de procedência

PROCEDÊNCIA DOS DENUNCIANTES	TOTAL	%
Peão do trecho	31	16,4
Pará	93	49,2
Maranhão	43	22,7
Tocantins	16	8,4
Piauí	3	1,5
Outros Estados	3	1,5
Subtotal	65	34,3
TOTAL	189	100,0

Fonte: Denúncias apresentadas à CPT de Marabá e Xinguara em 2002.

PEÕES DO TRECHO

Além do grupo de residentes, que geralmente possuem família no Pará, há os que vivem “no trecho”, transitando entre as cidades e fazendas do mesmo Estado. Os “peões do trecho” correspondem a 13,5% dos trabalhadores resgatados, segundo os dados dos relatórios das equipes móveis. No entanto, a proporção de peões pode ser maior, tendo em vista que o registro nem sempre explicita se o trabalhador possui residência fixa.

Pode-se afirmar que os “peões do trecho” têm vida errante, não almejam fixar residência e negam possuir um lugar para onde retornar. Vivem sós, hospedando-se em pensões. Não mantêm um grupo de referência permanente. Possuem companheiros ocasionais, dos

quais se dispersam depois de um certo tempo. Gastam o que eventualmente ganham com consumo imediato nas pensões, com mulheres e bebida. Geralmente têm problemas com o alcoolismo. A maioria saiu há muitos anos de seus locais de origem e não tem contato com a família. Muitas vezes, suas histórias registram problemas familiares – desentendimento com padrastritos, pais, esposas. Outros saíram de seu círculo familiar em busca de uma vida melhor e se sentem constrangidos de voltar para casa de mãos vazias. Não procuram seus familiares e são dados como desaparecidos.

Os “peões do trecho” correspondem a 13,5% dos trabalhadores resgatados, segundo os dados dos relatórios das equipes móveis. No entanto, esse número pode ser maior, tendo em vista que o registro nem sempre explicita se o trabalhador tem ou não residência fixa.

De acordo com as entrevistas concedidas, podem ser observados dois perfis nos jovens que se encontram há pouco tempo no trecho. Essa definição é determinada principalmente pelas circunstâncias nas quais esses jovens partiram de seus locais de origem. Os que decidiram sair de suas casas insatisfeitos com seu círculo familiar e com as condições locais objetivavam melhores condições de vida e, comumente, mantêm algum vínculo com seu local de origem, visitam e/ou escrevem aos seus familiares e hesitam em voltar. O segundo tipo é de jovens que cortaram definitivamente os laços com sua origem, geralmente em função de conflitos familiares graves.

TRABALHADORES DE FORA

De maneira similar à do morador, o trabalhador de fora mantém vínculos sólidos e permanentes com seus

familiares e contribui financeiramente para seu sustento; na maioria das vezes, são jovens pais de família e retornam aos seus locais de origem após meses de trabalho. Contudo, após anos de ciclos alternantes de presença e ausência de sua cidade e de sua família, o trabalhador de fora eventualmente se move para outra categoria: ou muda-se para o “trecho” ou fixa-se no Pará, constituindo uma nova família.

Mais da metade (51,8%) dos resgatados pelas equipes móveis procedia de outros Estados⁹. Depois do Pará, o maior fluxo de trabalhadores vem do Maranhão (22%), Piauí (13,6%) e Tocantins (13,2%). Considerando apenas os migrantes que vieram de outros Estados, tem-se que quase a metade deles (42,5%) veio do Maranhão.

Procedência dos trabalhadores resgatados que vieram de outros Estados (1997-2002)

PROCEDÊNCIA	NÚMERO DE TRABALHADORES	%
Maranhão	168	42,7
Piauí	104	26,3
Tocantins	101	25,5
Outros Estados*	22	5,5
TOTAL	395	100,0

*Outros: Goiás, Ceará, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco e Rondônia.
Fonte: Relatório dos grupos móveis (1997-2002).

ROTAS E ESTRATÉGIAS DE ALICIAMENTO

De ônibus, parte de Teresina, PI, e ruma até Santa Inês, MA; daí, embarca no trem da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) até Marabá, PA. Eis a rota mais comum do trabalhador do Piauí que sai em busca de uma vida melhor. Existem também percursos alterna-

tivos. De Uruçuí, PI, adentrando o Maranhão, há dois trajetos: um deles passa por Balsas, Carolina, entra no Tocantins até Araguaína e segue para o Pará; o outro vai em direção a Imperatriz e entra no Pará pela Transamazônica, até Marabá.

Os trabalhadores do Tocantins são levados para as derrubadas em fazendas na região do Iriti, município de São Félix do Xingu, e para a área da Transamazônica, arredores de Pacajá, frente de expansão da atividade agropecuária. Grilagem de terras, violência e pouca ou nenhuma presença do poder público são os tradicionais ingredientes para a implantação dessas fazendas. Dentre elas, casualidade ou não, há várias cujos donos são políticos do Estado do Tocantins. Muitos trabalhadores, “gatos” e vários dos fazendeiros da região do Iriti e Pacajá (área de expansão) são também procedentes da mesma região do Tocantins, às proximidades de Araguaína.

DÉCADAS DE 70 E 80 – A AUSÊNCIA DA AÇÃO DO PODER PÚBLICO

Como visto, o trabalho escravo é integrante do processo de expansão da fronteira e da história da região. O poder público, quando não esteve ausente, foi na maioria das vezes conivente com os grupos dominantes, que quase sempre deram a palavra final nas disputas e nos conflitos. Por outro lado, a extrema fragilidade da sociedade civil dessas regiões impossibilitava que algo fosse feito no sentido de denunciar e deter a injustiça, violência, corrupção, impunidade e violação de direitos. No entanto, algumas vozes sempre se levantaram para trazer à tona o que ficava escondido no meio da mata, vindas principalmente de seto-

res da Igreja Católica que trabalhavam na região e que assistiam de perto a esses acontecimentos.

Pode-se dizer que, antes da década de 90, a atuação do poder público no combate ao trabalho escravo na região foi praticamente nula. Os fazendeiros contavam com a conivência das autoridades locais – prefeitos, policiais – e com segurança privada – pistoleiros – em suas fazendas. Além disso, muitos possuíam influência junto a políticos estaduais e federais, o que os mantinha impunes.

DÉCADA DE 90 – INICIATIVAS NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

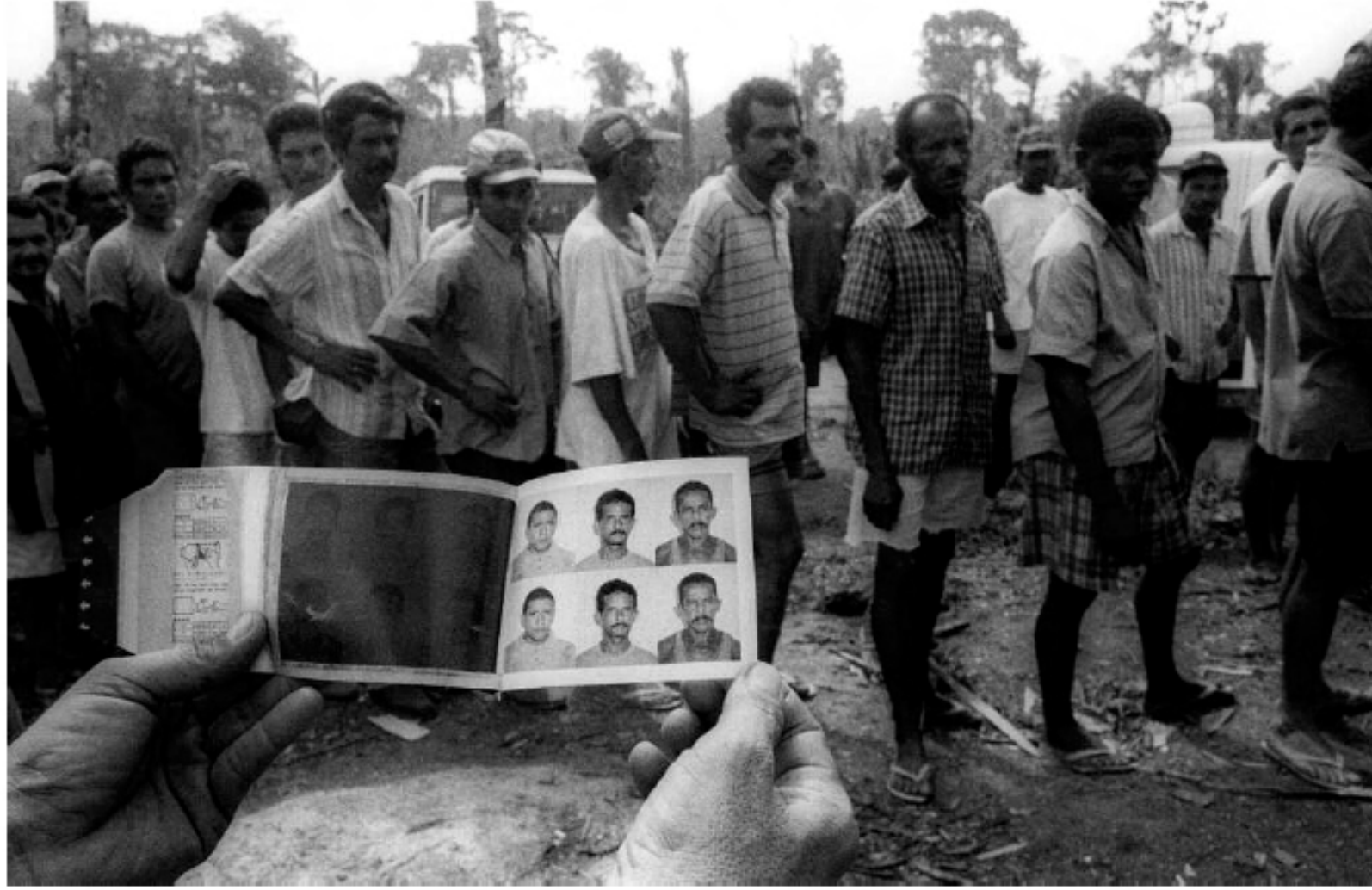
É possível falar em um avanço no combate ao trabalho escravo apenas a partir da década de 90. Nos anos 70 e 80, o grande esforço dos que encabeçavam essa luta era o de fazer com que fosse reconhecida sua existência. Nos anos 90, segmentos importantes tanto da sociedade civil como do poder público passam não só a reconhecer a existência e a gravidade do problema como a desencadear ações no sentido de combatê-lo.

Entidades da sociedade civil continuaram denunciando a situação de trabalho escravo em várias instâncias e planos. A CPT – apoiada por outras entidades como a OAB e a Contag – sempre liderou o combate ao trabalho escravo nos âmbitos local, nacional e internacional.

No nível local, a CPT continuou registrando as denúncias de fugitivos das fazendas e encaminhando-as às autoridades. Também acompanhou os trabalhadores, sobretudo os ameaçados por fazendeiros.

No plano nacional, a CPT participou da criação do Fórum Permanente contra a Violência no Campo,

O trabalho escravo é integrante do processo de expansão da fronteira e da história da região. O poder público, quando não esteve ausente, foi na maioria das vezes conivente com os grupos dominantes.



Trabalho escravo na fazenda Thier, dezembro de 2002.
FOTO: João Roberto Rapp / Imagens Humanas

que foi o espaço mais importante de denúncia e debate sobre a questão do trabalho escravo. Em 1994, o Fórum promoveu o seminário “Trabalho Escravo Nunca Mais”, que contou com a participação de diversos representantes do governo e da sociedade civil. O documento final do seminário apontou a grave omissão do Estado, além de propor ações para o combate ao problema. A proposta de número 16, em especial, sugere a “criação imediata de uma equipe especializada de agentes fiscais, policiais federais e procuradores para investigação e apuração de denúncias de trabalho escravo”.

Para prevenir e combater o trabalho escravo nos Estados de origem (Maranhão e Tocantins) e nos Estados receptores (Pará e Mato Grosso) de mão-de-obra escrava, a CPT da grande Região Norte criou, no início de março de 1997, a campanha “De Olho Aberto para Não Virar Escravo”. Foram realizados seminários para informar e sensibilizar trabalhadores, agentes e a sociedade sobre a importância da luta contra o trabalho escravo. Para potencializar as iniciativas da campanha, foi elaborado material de divulgação (cartaz, folheto e a “sanfoninha”) especialmente para os trabalhadores.

No plano internacional, em 1992 e 1994, apoiada por entidades de direitos humanos¹⁰, a CPT encaminhou à ONU denúncias sobre o trabalho escravo. Em 1993, Marcello Lavenère, então presidente da OAB nacional, subsidiado por um dossiê organizado pela CPT, fez um pronunciamento na ONU denunciando o governo federal pela omissão no combate ao trabalho escravo. Em 1994 e 1998, o governo brasileiro foi denunciado junto à OEA, acusado de omissão na proteção das vítimas e na apuração dos crimes de trabalho

escravo nas fazendas Espírito Santo e Brasil Verde, do sul do Pará.

As pressões, denúncias e propostas repercutiram junto ao poder público. Em março de 1994 publicou-se uma instrução normativa do Ministério do Trabalho, elaborada com base em critérios definidos pela CPT. Essa normativa, que dispõe sobre os procedimentos de inspeção do trabalho na zona rural, contribuiu para que se uniformizasse o entendimento sobre o trabalho escravo na esfera administrativa.

Em junho de 1995 criou-se o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (Gertraf). Constituído por representantes dos ministérios do Trabalho, Justiça, Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Amazônia Legal, o Gertraf modificou o combate ao trabalho escravo, criando novas condições para o processo de fiscalização, notadamente pela atuação de suas equipes móveis.

A responsabilidade pela fiscalização foi assumida diretamente pelo governo federal, com equipes de técnicos vindos de outras regiões do país. Isso possibilitou a isenção na fiscalização, evitando a corrupção e a conivência existentes nos planos local e estadual.

A disponibilização de recursos materiais e logísticos para as operações de fiscalização neutralizou alegações dos órgãos regionais do Ministério do Trabalho, que argumentavam que as distâncias e dificuldades de transporte na região demandavam maiores investimentos.

Cabe ressaltar o empenho pessoal e profissional dos técnicos das equipes móveis. Estes, inscritos voluntariamente, formavam grupos comprometidos com a causa e não se limitavam ao cumprimento de funções burocráticas.

No entanto, apesar desses progressos, a atuação do poder público está muito longe de ser funcional, abrangente e apropriada para combater o trabalho escravo na região, que não só continua existindo, como vem aumentando, principalmente nas áreas de expansão.

LIMITES DA ATUAÇÃO: FISCALIZAÇÃO DAS EQUIPES MÓVEIS, IMPUNIDADE E REINCIDÊNCIA – ATUAÇÃO DAS EQUIPES MÓVEIS

Apesar de terem ampliado sua atuação, as equipes móveis estão muito aquém das necessidades colocadas pela realidade, o que pode ser percebido através de alguns indicadores.

O primeiro diz respeito à incapacidade de atendimento da demanda. Existe uma grande defasagem entre as denúncias apresentadas e as fiscalizações realizadas. Segundo dados da CPT, em 2002, apenas 31% das denúncias se transformaram em fiscalizações efetivas.

Em segundo lugar, mesmo nas denúncias atendidas, observa-se falta de agilidade no atendimento. Segundo a CPT, o tempo entre uma denúncia e a operação de resgate é, em média, de 75 dias. Esse problema se torna mais sério quando se considera a necessidade de sigilo nas operações. Sabendo ou suspeitando da denúncia, o proprietário da fazenda e o empreiteiro podem começar a perseguir e ameaçar os supostos denunciante, e rapidamente eliminar os vestígios do trabalho escravo. Uma das estratégias adotadas pelos fazendeiros é a de retirar os trabalhadores da fazenda antes da chegada da equipe móvel.

Terceiro: ainda existem dificuldades relacionadas à falta de infra-estrutura e recursos humanos. Quanto

à infra-estrutura, se destaca a necessidade de veículos apropriados, helicópteros etc. Em relação aos recursos humanos, nem sempre a equipe é composta com todos os representantes dos órgãos envolvidos. Por outro lado, nem sempre todos os membros da equipe estão suficientemente preparados para atuar na questão do trabalho escravo, às vezes por ausência de compreensão do problema, outras, porque não dominam os mecanismos disponíveis para lidar com essas situações. Esses fatores costumam redundar na dificuldade de entrosamento dos representantes dos diferentes órgãos, essencial para uma ação eficaz.

Segundo a CPT, “no sul do Pará, o Grupo Móvel teve, de fato, em 1996 e 1997, uma atuação muito positiva e fez várias operações bem articuladas, rápidas e eficientes nas grandes fazendas”. No entanto, a partir da sua atuação, começaram a surgir entraves com a Polícia Federal e as Delegacias Regionais do Trabalho nos Estados, e pressões de grupos econômicos e políticos, persistindo a impunidade dos fazendeiros infratores. Nesse processo constatou-se uma política das autoridades federais e estaduais, pressionadas por poderosos grupos do Estado, para inviabilizar a atuação do Grupo Móvel, desencadeando um processo de recuo do governo no enfrentamento da problemática do trabalho escravo.

Outros fatores que evidenciaram essa postura do governo foram os seguintes: um acordo firmado em abril de 2001 entre o Ministério do Trabalho e Emprego e três grandes latifundiários do sul do Pará, e o parecer desse Ministério aprovando a redução do valor das multas aplicadas a fazendeiros que contratarem empregados rurais irregularmente, sem registro em carteira (*Folha de S. Paulo*, 16 jul. 2001).

A Justiça do Trabalho de Marabá, no sul do Pará, fixou a maior indenização por dano moral coletivo contra um fazendeiro acusado de manter 28 trabalhadores escravizados em suas terras.

IMPUNIDADE E REINCIDÊNCIA DOS INFRATORES

Ainda que o trabalho escravo seja considerado crime e, apesar do crescimento do seu combate e da libertação de trabalhadores, a quem imediatamente são pagas as verbas rescisórias, os infratores não são devidamente punidos.

A consequência dessa impunidade é a persistência na utilização da mão-de-obra escrava por fazendeiros já autuados e por novos fazendeiros. Os dados da CPT apontam “latifundiários” que reincidiram dez vezes em quinze anos. Os dez maiores reincidentes tiveram, em média, cinco reincidências. Em 2002, de 117 fazendas denunciadas no Pará, 27 reincidiram (nota da CPT ao ministro do Trabalho e Emprego, 6 fev. 2003).

O desconhecimento da legislação trabalhista é a alegação mais comum oferecida pelos fazendeiros. Para o coordenador de Fiscalização Rural da Delegacia Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso, Valdinei Arruda, a alegação de que o trabalho escravo persiste no Estado por essa razão é um contrasenso. De acordo com ele,

a legislação que rege as relações de trabalho no país é muito mais antiga que sementes transgênicas e os atuais métodos de inseminação artificial em bovinos.

Nas ações fiscais, nos deparamos com fazendeiros que dão verdadeira aula sobre climatologia, qualidade do solo e de sementes, rotação de cultura, cotação de produtos, insumos, defensivos agrícolas, tecnologia, condições de armazenagem. As fazendas se constituem em grandes empreendimentos, com a organização de uma empresa, com contadores e outros profissio-

nais especializados. Soa estranho dizerem que não conhecem a legislação.

O COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

De 1995 até 2003, 10.726 pessoas foram libertadas pelos grupos móveis de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. No total, 1.011 propriedades foram fiscalizadas em 243 operações. Ao final do governo Fernando Henrique Cardoso, uma comissão elaborou um conjunto de propostas que deu origem ao Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, do atual governo, anunciado em março de 2003. Isso foi possível graças à maior sensibilização e mobilização de vários órgãos públicos diante do trabalho escravo (nota da CPT ao ministro do Trabalho, 6 fev. 2003, p. 3).

Ao final do ano de 2002 implementou-se, no sul do Pará, uma nova estratégia no enfrentamento do trabalho escravo: uma ação articulada entre Equipe Móvel, MPT e Justiça do Trabalho, através da Vara Itinerante, que trabalhava encaminhando ações civis coletivas e bloqueando a conta da empresa infratora que se negasse a pagar as verbas rescisórias dos trabalhadores.

Nos primeiros dezenove meses do governo Lula, 6.465 pessoas foram libertadas da condição de escravo, segundo o balanço da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. Nesse período foram feitas 99 operações em 387 propriedades rurais que resultaram em 2.600 autuações e no pagamento de 8,7 milhões de reais em direitos trabalhistas.

INICIATIVAS RECENTES

O governo de Mato Grosso, por meio das secretarias

de Trabalho, Emprego e Cidadania (Setec) e de Desenvolvimento Rural (Seder), lançou a campanha educativa “Cidadania Sim, Trabalho Escravo Não” no Centro de Eventos do Pantanal, em Cuiabá. Um evento com a participação de representantes governamentais estaduais e federais, entidades sindicais, organizações não-governamentais, movimentos sociais e sociedade civil. O objetivo da campanha é implementar ações socioeducativas nas relações de trabalho em Mato Grosso, a fim de promover a conscientização de todos e combater a prática do trabalho escravo, que contraria os princípios de cidadania defendidos pela sociedade em geral. O lançamento da campanha incluiu a assinatura de um termo de cooperação para que as ações educativas sejam implementadas em Mato Grosso.

O governo do Estado conta com a Procuradoria Regional do Trabalho em Mato Grosso, a Delegacia Regional do Trabalho, entidades representativas laborais e patronais e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) na organização e execução dessa campanha.

Em julho, a Justiça do Trabalho de Marabá, no sul do Pará, fixou a maior indenização por dano moral coletivo contra um fazendeiro acusado de manter 28 trabalhadores escravizados em suas terras. Os lavradores dormiam em tendas de lona, não tinham água potável e compravam comida fazendo dívidas na cantina da fazenda. O pecuarista Euclebe Vessoni, dono da fazenda Ponta de Pedra, vai desembolsar 380.000 reais em doze parcelas. O eventual descumprimento do acordo firmado poderá sair mais caro – no caso, a dívida crescerá para 1,9 milhão de reais. O dinheiro será revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

PROPOSTAS PARA O COMBATE E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

No combate ao trabalho escravo faz-se necessário combinar ações repressivas e preventivas envolvendo, de maneira articulada e integrada, órgãos do Executivo, Judiciário, Ministério Público e sociedade civil.

As ações de combate podem ser pensadas em dois níveis: um, no plano imediato, com ações de repressão ao trabalho escravo; e outro, de ações mais amplas a médio e longo prazo, que incidam sobre as condições geradoras dessa prática.

REPRESSÃO AO TRABALHO ESCRAVO NO PLANO IMEDIATO – RESGATE DE TRABALHADORES

No plano imediato, é necessário promover a agilidade e eficiência às equipes móveis no resgate dos trabalhadores, garantindo-se o pagamento das verbas rescisórias e a prisão dos responsáveis, quando for o caso. A estratégia de atuação conjunta e coordenada dos órgãos envolvidos tem se mostrado eficaz.

Nesse sentido, é importante:

- garantir, ampliar, fortalecer a atuação dos grupos móveis;
- garantir uma atuação articulada do MPT, em conjunto com a Justiça do Trabalho e o MPF, apoiando os grupos móveis de fiscalização, com a participação também do INSS e Ibama;
- criar varas itinerantes da Justiça do Trabalho nas regiões de maior incidência de trabalho escravo;
- intensificar a formação/capacitação do grupo

especializado da Polícia Federal para agir também como polícia judiciária;

- ações mais amplas de repressão;
- punição rigorosa dos infratores e fiscalização preventiva em áreas de maior incidência.

É necessário agir também sobre as condições que geram o trabalho escravo. Uma delas é a impunidade, que estimula as reincidências. Para combatê-la, existem propostas no sentido de aumentar o rigor na penalização dos infratores, atuando nas várias frentes, priorizando a sanção pecuniária e tornando pública as informações sobre os fazendeiros que escravizam os trabalhadores. As principais são as seguintes:

- aplicar a sanção pecuniária (bloqueio de contas, ações civis públicas por danos morais, individuais e coletivos) com valores altos;
- elevar o teto das multas até o valor que possibilite a cobrança automática pelo Tesouro Nacional;
- suspender financiamentos públicos para os fazendeiros flagrados no uso de trabalho escravo;
- designar a competência da Justiça Federal para os crimes de trabalho escravo;
- modificar o artigo 149 do Código Penal – melhor tipificação do crime e aumento da pena;
- agilizar a votação da emenda constitucional que autoriza o confisco das fazendas flagradas com trabalho escravo;
- divulgar em nível local, regional e nacional as ações de fiscalização e as condenações, para que sirvam de alerta a outros fazendeiros e conscientizar a sociedade sobre o trabalho escravo.

Considera-se, ainda, que a ação repressiva não deveria acontecer apenas a partir das denúncias, mas ser acompanhada de ações preventivas de fiscalização em áreas de maior incidência. Como mostrou a pesquisa, as áreas de expansão da fronteira – São Félix do Xingu, Novo Repartimento, Pacajá e, ao que tudo indica, também o oeste paraense – são as que apresentam as condições mais propícias para a utilização do trabalho escravo. Cabe reforçar a necessidade de um trabalho conjunto com os órgãos que tratam do meio ambiente, uma vez que, na maioria das vezes, o trabalho escravo está acompanhado da devastação ambiental.

PROPOSTAS PARA O COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO NOS ESTADOS DE ORIGEM

Fiscalizar e proibir a saída de trabalhadores de seus locais de origem é insuficiente e impróprio. A questão não é impedir que saiam, mas garantir que saiam regularizados, com contrato e carteira profissional assinada, deixando endereço e telefone para contato, conhecendo as condições do local em que vão trabalhar – alojamento, alimentação etc.

É muito importante também o trabalho educativo, principalmente por meio dos sindicatos, esclarecendo os trabalhadores a respeito de seus direitos e da legislação trabalhista.

Por outro lado, há que se considerar a necessidade de uma atuação que permita modificar as condições de vida e trabalho nas áreas de recrutamento, reduzindo assim o fluxo de trabalhadores para outros Estados. Os atores envolvidos no combate ao trabalho escravo destacam a importância da formulação de políticas que viabilizem efetivamente a reforma agrária,

dando condições de sustentabilidade para os assentamentos, fornecendo subsídios técnicos e financeiros para os projetos. Ressaltam, ainda, a importância do desenvolvimento de projetos ligados à apicultura, caprinocultura, piscicultura e outros que se adaptem às condições das regiões em questão.

Ainda com relação aos pequenos produtores e assentados, é necessária a formação dos jovens para o trabalho agrícola, para garantir a continuidade dos projetos. Vale destacar a importância do projeto da Escola Família Agrícola, que, além da formação de jovens, possui junto ao Incra um programa de assistência técnica para os assentamentos.

Necessita-se também de um conhecimento mais aprofundado sobre a realidade dos trabalhadores migrantes temporários, através de pesquisas e levantamento de dados que possam subsidiar políticas voltadas para eles.

AÇÕES MAIS AMPLAS DE PREVENÇÃO – POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO E RENDA, INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Uma das razões da existência do trabalho escravo é a vulnerabilidade dos trabalhadores que, por vários motivos, a ele se submetem. Dentre eles, pode-se destacar:

- a falta de acesso à terra e de condições para se manter como agricultor familiar;
- o desemprego e a precariedade do trabalho temporário;
- a falta de formação escolar e profissional, especialmente para os jovens;
- a ausência de elementos mínimos de cidadania,



Trabalho escravo na fazenda Tuerê, dezembro de 2002.
FOTO: João Roberto Ripper / Agência Fimcom

como documentos pessoais e carteira de trabalho;

- a falta de informações sobre direitos trabalhistas e a ausência de formas de organização desses trabalhadores.

Por não haver outras possibilidades de garantir a sobrevivência, a maioria dos trabalhadores volta a buscar emprego nas mesmas fazendas de onde foram resgatados pelas equipes móveis. Esse fato alerta para a necessidade de ações que não se atenham simplesmente à repressão do trabalho escravo, mas que ofereçam alternativas aos trabalhadores, por exemplo:

- desenvolvimento e implementação de políticas públicas de geração de renda e emprego, saúde e educação que permitam criar um modelo de desenvolvimento sustentável nos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e nas regiões do Pará de onde partem os trabalhadores escravos; é essencial que os diferentes órgãos e programas envolvidos trabalhem de forma coordenada e articulada;
- desenvolvimento e fortalecimento de iniciativas de informação, sensibilização, conscientização e organização dos trabalhadores para estimular o seu protagonismo na conquista dos seus direitos e da cidadania.

TRABALHO TEMPORÁRIO

Pessoas submetidas ao trabalho escravo vivem em situações extremas e merecem atenção especial. No entanto, trabalhadores temporários/peões vivem em situações de superexploração bastante próximas e, por não se enquadrarem na definição de trabalho escravo,

podem ficar sem atendimento, sem previsão de fiscalização e de assistência jurídica.

É importante pensar em propostas de atuação para o conjunto dos trabalhadores temporários/peões. Pouco tem sido feito nesse sentido tanto pelos órgãos públicos como pelas organizações de trabalhadores¹¹. Há várias questões a discutir em relação ao trabalho temporário: regularização das relações de trabalho, fiscalização, legislação, assistência jurídica. Cabe destacar a importância da criação de varas fixas do trabalho na região e de uma sensibilização dos trabalhadores sobre legislação trabalhista e cidadania que os envolva como protagonistas na luta por seus direitos. Caso contrário, estes podem se opor às medidas de fiscalização, como já assistimos, por exemplo, no Piauí, onde protestaram quando os ônibus que os transportavam irregularmente foram apreendidos.

FORMAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL

Vários dos trabalhadores possuem um espectro muito limitado de possibilidades de trabalho, pois são analfabetos e não têm nenhum tipo de formação profissional. Como disse um dos entrevistados, “eu não tenho outro apelo, não tenho outra profissão, nem ler eu não sei, nem assinar meu nome eu não sei, eu vivo é dos meus braços”.

Esse problema é ainda mais sério quando se considera a situação dos jovens¹² que não são preparados para os trabalhos urbanos nem para um trabalho agrícola mais qualificado, seja para funções especializadas, seja para a pequena produção voltada para a comercialização. Essa situação coloca a necessidade de uma formação profissional que os capacite a assumir

projetos que possibilitem uma efetiva melhoria das condições de vida no campo.

INFORMAÇÃO, CIDADANIA E ORGANIZAÇÃO

Os peões dispõem de poucas informações sobre trabalho escravo, direitos trabalhistas e órgãos aos quais possam recorrer. Além disso, muitos deles não possuem carteira de trabalho ou qualquer outro documento pessoal, condições mínimas para o exercício da cidadania. Seria fundamental promover a emissão de documentos e influenciar os meios de comunicação – por exemplo, as rádios que são ouvidas na Amazônia – para que forneçam informações sobre direitos trabalhistas, situações de trabalho escravo, formas de denunciar etc.

É necessário organizar um serviço de busca e localização dos trabalhadores rurais desaparecidos nos principais locais de aliciamento e de incidência de trabalho escravo. As rádios também devem ser utilizadas nessas ações. A organização de um cadastro que permitisse às equipes móveis procurá-los durante a realização das operações também é uma proposta viável.

Também seria importante que os movimentos sociais e as organizações de trabalhadores se propusessem a elaborar estratégias de trabalho educativo/político junto aos peões, de maneira a favorecer oportunidades de organização e resistência.

É importante que os trabalhadores escravizados não sejam vistos apenas como vítimas que devem ser resgatadas, mas como sujeitos que desenvolvem uma luta surda pela sobrevivência e que devem, em primeiro lugar, ser ouvidos durante uma intervenção e, em segundo, devem e podem assumir nesse processo o pa-

**“Eu não tenho outro apelo,
não tenho outra profissão,
nem ler eu não sei, nem
assinar meu nome eu não sei,
eu vivo é dos meus braços”.**

pel de protagonistas, o que ocorrerá desde que lhes sejam dadas as condições para isso.

PROPOSTAS ESPECÍFICAS PARA O COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BR-163

Prevenção

1. Nas áreas de recrutamento (pensões e “vilas” nas cidades onde trabalhadores possam ser recrutados):

- providência de documentação para trabalhadores;
- fornecimento de informações sobre os direitos trabalhistas, trabalho escravo, endereços e telefones para fazer denúncias na forma de panfletos, palestras, visitas.

2. Nas rotas de transporte de trabalhadores:

- Polícia Rodoviária Federal – checagem dos ônibus vindos de Estados nordestinos e outras regiões do Pará. (A companhia Medianeira faz a linha Fortaleza-Teresina-Timon (PI)-Santa Inês (MA)-Marabá-Novo Repartimento-Medicilândia-Itaituba-Trairão-Novo Progresso).
- Rodoviárias – distribuição de panfletos e avisos.

Repressão

Nas áreas de desmatamento, principal foco de incidência de trabalho escravo, caberiam ações conjuntas

com o Ibama, com inspetores de trabalho acompanhando as fiscalizações de desmatamentos ilegais.

Informação

- produção e distribuição de panfletos e folhetos em linguagem acessível;
- produção e distribuição de fitas gravadas e informações escritas sobre o tema às rádios comunitárias e comerciais;
- transmissão de debates e discussões ao vivo sobre o tema com ex-trabalhadores escravos, delegados de trabalho, sindicalistas, inspetores, promotores, fazendeiros e madeireiros.

Capacitação

De líderes e membros de sindicatos rurais e dos movimentos sociais sobre a questão de trabalho escravo – o que é, como denunciar, como prevenir.

NOTAS

- 1 Judson Valentin no seminário Pecuária e Desmatamento da Amazônia Legal: tendências atuais e cenários alternativos, na Embrapa.
- 2 Ver documento do II Seminário de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo – PI, 2002, p. 2.
- 3 Sobre dificuldade para composição de uma estatística, ver ALMEIDA (1988).
- 4 O próprio Incra tem o desmatamento como evidência da posse da terra.
- 5 Ver adiante a definição de “peão do trecho”.
- 6 Quadros da Fiscalização Móvel 1999-2002.
- 7 Vegetação natural que brota depois da derubada da mata.
- 8 É possível que exista um número maior de adolescentes, especialmente entre 16 e 18 anos, que tenham sido retirados do local no momento da fiscalização ou, ainda, que hajam declarado ter mais idade, omitindo serem menores, dado difícil de confirmar, uma vez que não ter documento é coisa muito comum.
- 9 Esse percentual pode ser um pouco menor, por volta de 40%.
- 10 Federação Internacional dos Direitos Humanos, Américas Watch, CEJIL (Centro pela Justiça e Direito Internacional) e Anti-Slavery Internacional.
- 11 Cabe lembrar que um grupo significativo de peões resgatados (34%) é de trabalhadores que vivem no sul do Pará, o que demanda uma ação junto aos trabalhadores da região e não só em áreas de recrutamento em outros Estados.
- 12 Entre os resgatados, quase 30% têm menos de 25 anos e 60% menos de 35 anos.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Alfredo W. B. “O trabalho escravo como instrumento de escravidão”. *Revista Humanidades*, Brasília: UNB, ano V, n. 17, 1988.
- ESTERCI, Neide. *Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: CEDI; Koinonia, 1994.
- LE BRETON, Binka. *Vidas roubadas: a escravidão moderna na Amazônia brasileira*. São Paulo: Loyola, 2002.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (orgs.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.
- REZENDE FIGUEIRA, Ricardo. *Quão penosa é a vida dos senhores: discurso dos proprietários sobre o trabalho escravo*. Rio de Janeiro: 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Fronteira, um eco sem fim

MAURÍCIO TORRES

Considerações sobre a ausência do Estado e exclusão social nos municípios paraenses do eixo da BR-163

*“Papai Noel entrou pela porta dos fundos
(no Brasil as chaminés não são praticáveis)”*
Carlos Drummond de Andrade

Década de 1950. Ventos vindos do norte pareciam impulsionar, enfim, o governo brasileiro a se empenhar em uma verdadeira reforma agrária, segundo a lógica do desenvolvimento capitalista de então. Uma absurda concentração de terras com imensas propriedades não-produtivas ameaçava frear o desenvolvimento industrial, que exigia fornecimento abundante de alimento barato para os trabalhadores urbanos. Finalmente, o Brasil se defrontava com o “impasse histórico”¹ comum aos países antes que programas radicais de reforma agrária fossem introduzidos. Trabalhadores rurais começavam a se mobilizar. “Quando, em 1962, o presidente de centro-esquerda João Goulart, proprietário de terras, começou a falar sobre a divisão das grandes propriedades, parecia chegada a hora da reforma agrária.”²

Mas os caminhos seriam outros. Em março de 1964, as Forças Armadas detonam o golpe de Estado. Pior do que a repressão aos trabalhadores rurais talvez tenha sido o simulacro de reforma que se tratou de



A agricultura, o gado e o automóvel.

As facilidades de investimento, o lucro fácil e certo: informe publicitário da Sudam abre as portas e alardeia as vantagens para o grande capital na Amazônia. Na extinta revista *Realidade*⁵.



Grandes empresas e o agronegócio.

(*Realidade*, op. cit., p. 258).

aprovar rapidamente: um tal de Estatuto da Terra, que ia à contramão de qualquer noção de desenvolvimento. O estrategista militar e economista norte-americano Walt Rostow, alguns meses após o golpe, disse em palestra a grandes empresários em São Paulo que a reforma agrária iria “integrar a imensa população rural ao mercado e encorajar o desenvolvimento industrial”³. Depois da Segunda Guerra Mundial, a Coreia do Sul e o Japão, guiados pelos Estados Unidos, tiveram rápido crescimento industrial graças à divisão das grandes propriedades de terra. Tudo levava a crer na mesma pressão norte-americana sobre o Brasil. Porém, a estrutura fundiária que nascera com as capitâneas hereditárias e seus donatários alcançara a puberdade com as sesmarias, amadurecera com a Lei das Terras de 1850, e conseguiria chegar à senilidade sem se alterar.

A implantação de uma esdrúxula política de incentivos fiscais levou empresários da indústria a se tornarem grandes proprietários de terras e quebrou o impasse crescente entre o que José de Souza Martins chamou de “racionalidade do capital” e “irracionalidade da estrutura da terra no Brasil”. De forma retrógrada, industriais começaram a usufruir renda da propriedade rural e a defender a manutenção da estrutura concentradora das terras⁴. Anulava-se, assim, o interesse da indústria pelos agricultores pobres, aliança que, em muitos países abria a via para uma radical reforma agrária.

Fidel Castro em Cuba, a incipiente guerrilha do Araguaia e a histeria anticomunista frente ao fantasma de um levante na América Latina apavoravam as elites brasileiras. Como justificativa para as ações que desencadeariam, os golpistas serviram-se do clima

político internacional que começava a mudar: na esteira da crise dos mísseis em 1962, Havana desenvolvia relações cada vez mais estreitas com a então União Soviética. A descoberta do esboço de guerrilha no Araguaia acirrou a paúra anticomunista e serviu de pretexto para afastar de vez qualquer proposta de reforma agrária.

O discurso ideológico da “integração” e da “proteção contra o inimigo comunista” legitimava e camuflava a cópula obscena do grande capital com os planos governamentais de ocupação da Amazônia no período da ditadura militar pós-64. Como mostra o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira⁶, a terra abriu-se aos interesses dos grandes grupos econômicos. O álibi para o amparo estatal ao grande capital nacional e estrangeiro, além de usar a violência, muitas vezes ultrapassou os limites do ridículo: a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, nas estratégias para combate às ações do PCB e PC do B em certo ponto da Amazônia, classificava os indígenas e camponeses da região como “inimigos potenciais”, por julgá-los suscetíveis à influência e conseqüente adesão ao “inimigo externo”, o comunismo internacional. Os golpistas, assim, “protegeram” a nação desses ameaçadores “inimigos potenciais” e o território ficou “seguro” nas mãos de algumas poucas multinacionais. Curiosamente, naquela específica região amazônica fica a maior reserva de ferro do planeta (Eldorado de Carajás) e foi onde a Sudam subsidiou muitos projetos agropecuários⁷. Ronaldo Barata comenta a respeito:

[...] Se vês a história do mundo inteiro com relação a uma política de reforma agrária, tu vais encontrar um segmento que sempre foi favorável e nunca fez obje-

ções a essas mudanças. E esse segmento é o da indústria que sempre considerou que a riqueza gerada no campo seria consumidora de suas máquinas, insu-
mos, equipamentos etc. Mas no Brasil, não. E por quê? Porque, com a política de incentivos fiscais, indústrias que nunca se vocacionaram para a atividade agrícola passaram a comprar terras. Se isso não bastasse, praticamente todo o sistema bancário brasileiro é dono de imensas áreas de terras, e que por isso passou também a ser refratário à adoção de qualquer política de reforma agrária. Contrariando todas as experiências mundiais! [...] Esses setores passaram a ser, também, grandes proprietários agrícolas. Isso está muito bem caracterizado na Amazônia, onde podemos ver o Bradesco com terras, o Bamerindus com terras, as grandes indústrias, os meios de comunicação, as empresas de TV, todos têm terras.⁸

Entre as décadas de 1960 e 1980, o Brasil assistiu à formação dos maiores latifúndios que a história da humanidade conheceu. O efeito colateral foi simultâneo: aceleração das tensões sociais, principalmente no Sul e no Nordeste, agravadas por outros fatores que contribuíram para o aumento do número de expropriados rurais e da concentração de terras. Um desses fatores foi a construção de represas. De um momento para outro, expulsou-se uma legião de pessoas de seus lugares. Só com a construção da usina hidrelétrica de Itaipu foram 10.000 famílias deslocadas de suas terras ao lado do rio Paraná. Além disso, na década de 1960, a agricultura experimentava “o período mais rápido e mais intenso de mecanização em toda a sua história”⁹, com sérias conseqüências para a agricultura familiar.

Venha para a Amazônia.

Quando você for visitar seu imposto de Renda na Amazônia, não se esqueça de levar 500 projetos agropecuários e industriais já aprovados para Sudam.

E, para ajudar em seu projeto de desenvolvimento, procure os melhores negócios da Sudam.

Lá você encontrará projetos de projetos, manuais técnicos, informações, quem é quem e descobrir o negócio mais adequado à sua área.

O Banco da Amazônia dará todo o apoio financeiro das suas empresas locais.

E se quiser uma de suas agências, materiais pelo Brasil.

Venha logo para a Amazônia.
Metade do Brasil espera por você.



Em Belém
SUDAM - Trav. Antônio Baimão nº 1113 - tel. 1001
BASA - Trav. Francisco Guimarães nº 90 - tel. 4388 e 4473

Em Manaus
SUDAM - Rua Costa Azevedo nº 188 (CEAMBI) - tel. 5.4280
BASA - Av. São João nº 733 - tel. 2118 e 2189

Em Brasília
SUDAM - Edifício JB, 8º andar - tel. 2.1080
BASA - Av. W. J. G. 13, lotes 7, 8, 9A - tel. 40-2042 e 42-3880

Em Curitiba
SUDAM - Rua Del. Pedro Galvão nº 5 - tel. 2811
BASA - Praça da Pádua nº 32 - tel. 2281 e 2382

No Rio de Janeiro
SUDAM - Av. Franklin Roosevelt nº 125 - 10º andar - tel. 252-8828
BASA - Rua da Assembleia nº 62 - tel. 231-1860 e 231-3192

Em São Paulo
SUDAM - Av. São João nº 188 - tel. 282-9123
BASA - Rua José Bonifácio nº 182 - tel. 94-2878 e 32-8588

Em Porto Alegre
BASA - Rua Borges de Medeiros nº 644 - tel. 39-4988 e 34-1053

“Metade do Brasil quer metade do seu imposto de renda” é o slogan da campanha publicitária da Sudam para atrair investimentos do Centro-Sul para a Amazônia.

(Contra-capa de encarte da revista *Realidade*, op. cit.)

Tornava-se, então, necessário encontrar uma forma de esvaziar a inquietação social causada pela concentração fundiária, mas os interesses em jogo, amparados pelo Estado, não permitiam qualquer vislumbre de redistribuição da terra. Ou seja, havia que fazer reforma agrária mantendo intocada a “sagrada instituição” do latifúndio. É quando os militares anunciam um ambicioso projeto para ocupar a bacia amazônica. A reforma agrária do Nordeste e do Sul seria feita... na Amazônia. Passaram a chamar de “reforma agrária” os projetos de colonização implantados ao longo da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém. A essa estratégia geopolítica de ocupação/exploração da Amazônia, o professor Octávio Ianni chamou, com muita propriedade, de “Contra-Reforma Agrária do Estado Autoritário”.¹⁰

A década de 1970, notadamente a sua primeira metade, foi marcada por uma onda de doentio ufanismo. O “país que vai pra frente” integrava e “levava civilização e progresso” à Amazônia a partir de megalômanos projetos de rodovias. Tal clima é particularmente bem ilustrado na edição especial da revista *Manchete* de fevereiro de 1973, intitulada “Amazônia, um novo Brasil”. A edição é suntuosa e os títulos das matérias dão idéia do conteúdo ufanístico: “Os números do fantástico”, “Dinamo do desenvolvimento”, “A terra mais rica do mundo”, “O clarão da indústria”, “Votorantin, expansão de norte a sul”, “A hileia fabulosa”, “O rei dos rios”, “Em cada homem um herói”.

Percebe-se, mais viva que nunca, a concepção bandeirante da colonização: o homem (o branco, naturalmente) é o progresso; a natureza é o obstáculo a ser transposto, o lugar hostil “onde só existiam matas.

E lendas. O mito e o medo. E o recado foi dado...”¹¹. “[...] o gigante despertou e levantou disposto a transformar seu berço esplendido num país desenvolvido”¹². É a “Amazônia onde as motosserras não descansam”¹³. Tanto os textos da revista quanto os anúncios publicitários quase estouram de orgulho pelo “monumental” desbravamento.

Um dos maestros dessa tosca corrente que concebia a Amazônia como deserto a ser povoado foi o ditador Emílio Garrastazu Médici, autor de uma das mais emblemáticas “pérolas” que o Brasil foi obrigado a ouvir: “Homens sem terra à terra sem homens”. Sintomaticamente, o então presidente do Brasil, quinhentos anos depois, reproduzia com precisão milimétrica, sem o saber, o pior aspecto da mentalidade dos colonizadores, que relegavam à condição não-humana toda uma população. De fato, para os militares, aquela era uma terra sem homens. As inúmeras comunidades indígenas, bem como outras populações locais, não contavam, não eram seres humanos. Estavam – como permaneceram – muito longe de atingir tal *status*.

A legenda da foto de página dupla do número especial da revista *Manchete* representa a concepção de Médici: “O redescobrimento do Brasil” – “Nas agrovilas e agrópolis instaladas pelo Incra à margem da Transamazônica e das outras grandes estradas que estão sendo implantadas na região, já vivem mais de 50.000 pioneiros da ocupação da imensa planície deserta”.¹⁴

Um anúncio da construtora Queiroz Galvão retrata muito bem a decidida xenofobia do projeto. O texto anuncia o nascimento de Juarez Furtado de Araújo Transamazônico, o “primeiro menino a nascer naquele admirável mundo novo que estamos ajudando a construir”¹⁵. O pequeno Juarez é o primeiro “pioneiro”



“Em alguns trechos do maior canteiro de obras do mundo, nem mesmo as implacáveis chuvas do inverno amazônico detêm a ofensiva do exército da selva.” (*Manchete*, op. cit., p. 70).



“O redescobrimento do Brasil.” *Manchete*, op. cit., p. 78-79.



Manchete, op. cit., p. 61.



Manchete, op. cit., p. 60.

nascido na terra. A própria denominação de “pioneiro” já demonstra a carga discriminatória, tanto racial quanto social, sobre aqueles que os precederam, índios e posseiros, inequivocamente encarados como inimigos do progresso.¹⁶

A mídia governista da década de 1970 também se esmerou no tratamento dado à população indígena. A Operação Amazônia promoveu uma campanha de imagens onde se explorava ao máximo a “face humana” e familiar daqueles que estavam chegando à região, tendo como contrapartida imagens exóticas do índio, sempre apresentado como um ser estranho e temerário, absolutamente distante dos valores exaltados pela campanha. A Amazônia aparecia como algo ameaçador. Índios e antigas populações camponesas já haviam sido culturalmente eliminadas, antes de serem fisicamente atingidas. A invenção propagandística de uma “Amazônia exótica” para o resto do país foi fundamental no processo de desumanização dessa gente, ao ponto de um não reconhecer o outro como um ser igual.

José de Souza Martins, referindo-se ao processo de expansão na Amazônia, explica que

a fronteira, de modo algum, se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem domina, subjuga e explora.¹⁷

Esse esvaziamento cultural, e até humano, dos posseiros e indígenas justificaria que fossem massacrados e tomadas suas terras. Tal exclusão se deu por dois caminhos distintos, igualmente violentos, porém com diferentes graus de intensidade: de um lado, o processo de “assimilação” nas pequenas cidades; de outro, a tentativa de expropriá-los de suas terras por meio da violência física.

A citada revista *Manchete*, de 1973, reproduz esse preconceito sem a menor sutileza. A página 61 traz a imagem de um índio armado, pintado, com sua indumentária. Três páginas à frente, traz a imagem de belas moças num hotel de luxo na região. Tanto as moças de biquíni quanto o índio de cordão na cintura pouco cobrem o corpo. Ele e elas, sem as respectivas peças se sentiriam nus e envergonhados. Porém, a indumentária do índio não é reconhecida em seu papel primordial e ele é visto como nu e remetido, aos olhos do “civilizado”, exatamente ao papel de animal exótico. Já a aceitação da indumentária das moças é plena, jamais se diria que estavam despidas, e chegam a ser tomadas por modelo e referência de *status* a ser alcançado.

A noção de depredação era absolutamente seletiva e obedecia a critérios convenientes à política de então. A chamada de uma reportagem na página 53 da mesma revista diz: “Já não há lugar para os ‘gateiros’ nesta Amazônia onde as motosserras não descansam”¹⁸. Porém, a motosserra não é encarada como depredatória, o caçador sim. Aliás, por mais difícil que possa parecer, defenderam-se argumentos de que o desmatamento levaria progresso para a própria floresta: “A floresta amazônica não é apenas uma, mas duas: a que consegue alçar suas copas até o sol e a ou-



Peixoto de Azevedo, 1972.

“A terra sem homens”, de Médici. “Assustados, e curiosos, [...] os panarás não imaginavam que aqueles eram seus últimos momentos de paz. Alguns meses depois estariam na beira da BR-163 pedindo comida e morrendo de gripe.”²⁰

FOTO: Pedro Martinelli



Peixoto de Azevedo, novembro de 1995.

“No exato lugar onde ocorreu o contato com os panarás [...] a terra aparece devastada e comida pelo garimpo do ouro, que desflorestou e poluiu a área.”²¹

FOTO: Pedro Martinelli



Peixoto de Azevedo, novembro de 1995.

“Cidade fantasma. Em pouco mais de vinte anos, os índios foram expulsos, a floresta derrubada pela chegada de hordas de garimpeiros e a exploração do ouro. O ouro acabou, os garimpeiros foram embora, deixando para trás o maior índice de malária do Brasil, a prostituição, a miséria, uma terra com crateras imensas e um rio poluído com mercúrio, irrecuperável.”²²

FOTO: Pedro Martinelli

tra, ainda escondida na densa penumbra do fabuloso mundo vegetal onde em grande parte a luz solar só chega através das réstias verticais do meio-dia – espécie de selva-reserva à espera que as grandes árvores que a sufocam sejam derrubadas para que consiga também um lugar sob o sol pleno”.¹⁹ Enfim, o desmatamento corrigiria uma injustiça e beneficiaria os menos favorecidos.

Talvez, o fotojornalista Pedro Martinelli conheça como poucos o tamanho do equívoco que é o mito da Amazônia como um deserto de homens. Na ocasião da abertura da BR-163, houve necessidade de fazer contato com os índios panarás, mais uma das populações desse “vazio selvagem”. Martinelli acompanhou os irmãos Vilas Boas, encarregados da missão. E, numa belíssima cobertura fotográfica, fez os primeiros registros desse povo e sua cultura. Anos depois, de volta ao mesmo local, fotografou o caótico fruto da “Amazônia integrada”.

Durante esses trinta anos – e até hoje –, a ocupação da Amazônia desconsiderou também a presença centenária de um campesinato tradicional cuja terra e recursos concebidos como de uso comum estavam fundados em sistemas agroflorestais, nos quais se incluía a coleta de castanha e de seringa, a pesca e a caça. Os primeiros impactos das frentes de expansão incidiram sobre esses grupos, quase exterminando-os ou expulsando-os mais para a frente (na mata) ou para as cidades.

PIROTECNIAS FUNDIÁRIAS

Os programas de reforma agrária do governo eram tão megalômanos como falsos em suas intenções reais. A

imprensa governista, em 1973, anunciava grandiloqüente:

Com suas singelas casinhas cor-de-rosa, as agrovilas do Incra se sucedem à margem das grandes estradas da Amazônia, de 15 em 15 quilômetros, e cada uma delas é uma pequena e inquieta comunidade de cerca de 2.000 pessoas. Nos próximos cinco anos, com a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém definitivamente implantadas, mais de 400.000 pessoas estarão povoando áreas onde até meses atrás só havia desolação e abandono. Cada colono que chega à Amazônia recebe do Incra um lote, que será pago em vinte anos. Até o final desse ano ou princípio de 74, o Incra terá instalado na região da Transamazônica mais de trinta agrovilas, em volta das quais o chão recém-conquistado será dividido em lotes de 100 hectares cada.²³

A princípio, pode parecer incoerente a gênese da ocupação amazônica conter algumas iniciativas (desde a sua implantação fadadas ao fracasso) de assentamentos e agricultura familiar se o claro interesse era levar para a área o grande capital. Porém, a análise desse processo de colonização e “reforma agrária” apresenta contradições que clareiam as verdadeiras intenções daquele governo.

No discurso voltado à preocupação geopolítica, os militares falavam na “ocupação de espaços vazios”, mas o que a tática de ocupação incentivava era a agropecuária, “uma atividade econômica que dispensa mão-de-obra e esvazia territórios. No limite, previa-se a criação de apenas 40.000 empregos em toda aquela região. Sem contar que, em consequência da modalidade de ocupação proposta, tribos indígenas sofreriam,

como sofreram, pesadas reduções demográficas no contato com o branco e suas enfermidades.”²⁴ O critério de densidade de ocupação, mais do que quantitativo, foi qualitativo. Mais do que “quantos”, importava “quem” seriam os ocupantes da terra, e o indesejável era impreterivelmente associado ao habitante antigo. Nesse processo,

algumas tribos perderam até dois terços de sua população. Sem contar, também, que milhares de camponeses teriam de ser expulsos de suas terras de trabalho, como de fato o foram, para que nelas fossem abertas grandes pastagens. [...] As novas atividades econômicas instauraram o grande latifúndio moderno, vinculado a poderosos conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros.²⁵

O professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira²⁶ mostra como a instalação do grande latifúndio só seria viabilizada se precedida e acompanhada do plano de assentamentos. Na verdade, a “reforma agrária na Amazônia” encobria a intenção de levar os colonos a “abrir” a região e ocupar espaços com o contingente necessário de mão-de-obra para que, então, o grande capital pudesse instalar-se. Em muito pouco tempo passou-se, em caráter oficial, a oferecer a grandes grupos a ocupação de grandes áreas.

Enquanto discursavam em favor dos pequenos, os militares acenavam aos grandes com a implantação de uma política de generosíssimos incentivos fiscais (Fidam – Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia), que poderiam chegar a 100% de dedução em Imposto de Renda, e de um amplo suporte de recursos financeiros. Daí veio a adesão

do grande capital nacional e estrangeiro à Operação Amazônia, e dessa adesão nasceram os processos de expropriação dos índios e dos camponeses, bem como dos recursos naturais.²⁷

Uma propaganda do governo do Estado de Goiás numa edição especial da revista *Realidade* sobre a Amazônia, em outubro de 1971, revela a mentalidade da corrida estatal pelo investidor de grande porte. Ao título “Vende-se um estado rico”, segue uma enumeração das vantagens oferecidas pelo Estado ao investidor:

Terra virgem. Terra que precisa ser possuída. Agora. Urgente. Terra que dá arroz, algodão, soja, feijão, milho e tudo mais. Terra que é veio sem fim de amianto, níquel, ouro, diamante, cristal de rocha, manganês, mica – minérios que todo mundo está de olho neles. Terra que engorda gado bom o ano inteiro. Terra pra você trabalhar toda a vida e ganhar sempre. Trabalhar, ganhar e viver no conforto. Quem busca lucro e paz, o negócio agora é Goiás. Matéria-prima farta. Mão-de-obra barata. [...] Crédito fácil e a longo prazo. [...] Incentivos de toda a ordem dos governos federal, estadual e municipal. Você que é pecuarista, industrial, agricultor e comerciante saiba: Goiás se oferece a você com muito amor e riqueza. Venha para cá, com armas e bagagem. Traga seu capital e sua técnica pra ganhar bons lucros. Compre este Estado e ajude o Brasil a crescer nas mãos do presidente Médici, que também preferiu morar no Planalto.²⁸

No tom dos comercias de liquidação e ofertas, apresenta-se a oportunidade dos sonhos de qualquer investidor, à disposição de quem quiser, e puder,

“comprar”. Em meio às riquezas enumeradas, o governo de Goiás não se constrange em incluir “mão-de-obra barata”. A instalação do grande capital depende da existência de mão-de-obra, coisa impossível em uma “terra sem homens”. Teria sido curiosa a reação desses políticos se lhes fosse perguntado se “trabalhar, ganhar e viver no conforto” também se aplica àquele que faz parte da “mão-de-obra barata”. Da mesma forma, também caberia perguntar como há tanta disponibilidade de mão-de-obra a custos tão baixos se a terra é tão rica, barata, com urgência de “ser possuída” e com financiamentos fartos e generosos?

Arioaldo Umbelino de Oliveira registra como, para justificar esse generoso oferecimento de imensas extensões de terra e verbas aos grandes grupos, o governo não se constrangeu nem em lançar mão do argumento da “proteção ecológica”. Engrossou-se o discurso de que o caminho para o desenvolvimento da Amazônia seria pela adesão do grande capital privado (nacional e estrangeiro). Em função disso, foram criados três programas de desenvolvimento para a Amazônia Legal (todos financiados por grandes entidades financeiras internacionais): Poloamazônia, Polocentro e Polonoroeste. Outra medida, delituosamente esclarecedora, foi a autorização dada pelo Senado Federal ao Incra para “lotear a região em propriedades com mais de trinta vezes a dimensão expressa na Constituição Federal, que era de 3.000 hectares para as terras devolutas”.²⁹

Os estímulos do governo foram recebidos de bom grado, como registrou o semanário *Opinião* em agosto de 1973:

Uma viagem de três dias pela Amazônia de uma caravana integrada por três ministros (Planejamento, In-

terior e Agricultura) e vinte entre os maiores empresários sulistas que já investiram na região provocou o anúncio de grandes novidades. Um balanço dessa movimentada viagem mostra:

1. Os vinte empresários, divididos em dois grupos, um de colonização e outro de agropecuária, decidirão em menos de dez dias a compra de 2 milhões de hectares no entroncamento das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica, onde implantarão projetos ainda não claramente definidos, mas que aprioristicamente foram definidos pelo ministro Reis Velloso como dos maiores da região.

2. Essa tendência à formação de grandes consórcios empresariais na Amazônia, aceita e estimulada pelo governo com propriedades médias em torno de 100.000 hectares, não ameaçará o equilíbrio ecológico, ao contrário do que se poderia supor, mas será justamente uma garantia à preservação de áreas verdes, além de significar a auto-sustentação, em termos econômicos, de uma estrada até agora de valor reduzido como a Transamazônica, segundo disse o ministro do Planejamento.

3. Os três ministros promotores da viagem criarão uma comissão que vai institucionalizar onze áreas prioritárias para o desenvolvimento integral da Amazônia. [...] Na ocasião foi distribuído aos empresários um documento elaborado pelo IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas do Ministério do Planejamento –, onde estão escritas as atividades básicas mais aconselháveis para a região, com o objetivo de “facilitar a atração de empreendimentos privados”, mas com “preferência acentuada pelos grandes empreendimentos”. [...]

4. [...] abre-se uma nova era de ocupação da região.



Propaganda do Estado de Goiás.

(Realidade, op. cit., p. 232)



“Cada colono que chega à região recebe do Incra, para pagamento em vinte anos, um lote de 100 hectares e uma casa na agrovila.” (*Manchete*, op. cit., p. 80)



Manchete, op. cit., p. 147.

“Até aqui”, disse ainda Reis Velloso, “a Transamazônica deu ênfase à colonização, com um sentido social que se voltou para o pequeno colono, mas agora devemos entrar na fase dos grandes consórcios.”

5. Uma das justificativas para o ingresso nessa nova fase é aparentemente perturbadora: os grandes projetos, ao contrário dos pequenos, seriam essenciais “para evitar desmatamentos indiscriminados e assegurar o equilíbrio ecológico da região”, disse o ministro do Planejamento.³⁰

Segundo declaração da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –, em 1976, os projetos de colonização foram mais efetivos em enriquecer os latifundiários sulistas do que em resolver os problemas das famílias sem-terra do Nordeste.³¹

Ronaldo Barata, superintendente do Incra-PA entre 1985 e 1989, comenta a adoção da eficaz receita para um explosivo conflito social agrário na contraditória política de ocupação da Amazônia. Aponta o absurdo da simultânea adoção, de um lado, de projetos para aqueles que desejavam um pedaço de terra para trabalhar e, de outro, políticas de incentivos fiscais.

Ora, são duas coisas absolutamente contraditórias. O governo estabelece uma política agrária para o pequeno, e ao mesmo tempo atrai o grande capital para a Amazônia com o estímulo de incentivos fiscais e as garantias necessárias para a obtenção dos grandes financiamentos. E essas garantias tinham que ser reais. E, como as terras da Amazônia eram extremamente desvalorizadas, só tinham condições de oferecer garantias aos financiamentos aqueles que possuíam grandes propriedades. Na prática, isso significou que

o surgimento da grande propriedade foi estimulado pela própria política do governo, na tentativa de atrair os grandes capitais.³²

Analisando fatores como a situação fundiária da região, observa-se que os esforços do Estado em apoiar os assentamentos de colonização dirigida nunca foram acompanhados da necessária regularização – não é raro encontrar hoje colonos que ocupam o mesmo lote há trinta anos e ainda não têm o título da terra. Com a nova onda de ocupação, principalmente motivada pelos rumores do asfaltamento da BR-163, percebe-se que os grandes latifundiários que despontam como principais interessados em adquirir terras nessas áreas, na verdade, estavam amparados – para possuí-las – por uma política oficial e dissimulada.

A GESTÃO DA VIOLÊNCIA

A violência no campo no Estado do Pará (líder absoluto nesses índices) não deixa de ser um triste eco da dinâmica implantada no período da ocupação.

Os primeiros assentamentos não passaram de clareiras abertas na mata. As famílias não receberam auxílio, assistência técnica ou qualquer suporte que desse um mínimo de viabilidade à sua sobrevivência. As primeiras manifestações de descontentamento com tal tratamento foram respondidas, como de praxe, pelo governo militar, autoritário e avesso a qualquer tipo de oposição: com a violência e o encorajamento de seu uso por terceiros para reprimir as reivindicações.

A própria repressão militar abriu caminho para a proliferação de pistoleiros e capangas contratados por

proprietários de terras, em todo o país, na certeza de que não seriam punidos, pelo contrário, seriam vistos como aliados no uso da violência para manter a ordem. Nunca, na história do Brasil, o latifúndio fez uso tão descontrolado da violência privada como nos tempos militares.³³

Essas iniciativas tiveram profundas consequências para toda aquela região.

Uma vez estabelecido tal *modus operandi*, a truculência nas relações no campo encontrou, no Pará, grande palco de atuação. Isso porque alguns fatores específicos se somaram de forma a dar condições propícias aos mais sangrentos conflitos. A federalização das terras devolutas foi um dos principais desses fatores.

Em 1971, no sugestivo dia 1º de abril, Médici assina a lei 1.164, e uma faixa de 200 quilômetros ao longo das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém passa ao controle do governo federal, mais especificamente, do Incra. Ariovaldo Umbelino de Oliveira comenta:

Foi um verdadeiro confisco de terras devolutas que antes eram da alçada dos Estados. Ao mesmo tempo que o governo federal adquiria poderes pela nova legislação de terras, para autorizar o não cumprimento da dimensão dos módulos previstos em lei, quer para a empresa nacional, quer para a empresa multinacional.³⁴

O governo da época considerava essas terras essenciais à segurança e ao desenvolvimento nacional. Ronaldo Barata é ainda mais enfático ao afirmar que

“o Pará foi vítima do maior espólio que um Estado já sofreu” e complementa que o governo federal,

num passe de mágica e sem consultar o Estado, sem ouvir a classe política, transferiu para o domínio da União todas as terras situadas numa faixa de 100 quilômetros às margens das rodovias federais construídas ou em construção na Amazônia. Um segundo decreto assegurou para o domínio da União os 100 quilômetros laterais das estradas “projetadas”. Nesse dia, o Pará perdeu 70% do seu território, cuja administração evidentemente passou para os órgãos federais. E a inexistência do diálogo entre os órgãos federais e os estaduais gerou um caos na questão fundiária paraense.³⁵

Barata atribui a esses fatos um imenso número de conflitos, pois algo em torno de 6 milhões de hectares já tinham sido alienados pelo Estado do Pará entre 1955 e 1964³⁶. O governo estadual não tinha controle das terras que alienava e os adquirentes, em sua maioria do Centro-Sul, nem sequer imaginavam onde elas ficavam, então só lhes serviam como reserva de capital. Com a abertura das rodovias, a situação mudou, ocorreu valorização das terras e esses compradores foram atrás delas. E aí se estabelece um quadro tão kafkiano como trágico: deparam-se, frente a frente, os colonos, com títulos federais, e os investidores do Centro-Sul, com títulos estaduais. A lei do cão é o meio para resolver a demanda. E muitas vezes com o auxílio da própria Polícia Militar, que, a serviço dos grandes proprietários, passa a ser instrumento de opressão contra os posseiros.

A contribuição do Estado ao clima de violência não se limitou à criação de condições ideais para os

conflitos na região. Diante do caos e do ambiente tenso gerados pelo programa de “integração nacional”, sua própria consolidação requeria mais que financiamento e o Estado não hesitou em colocar suas agências e seu aparato policial do lado dos interesses privados dos grandes proprietários e contra os pequenos agricultores, ameaçadores do tão almejado “progresso”.

Nas disputas entre pequenos e grandes, a simples omissão do poder público estimulava e deixava vigorar a lei do mais forte. A pistolagem e a formação de milícias por latifundiários nunca foram reprimidas; fraudes na titulação de terras nunca foram coibidas, graças a ausência, impotência, descaso ou colaboração do poder policial e judiciário. Há, ainda hoje, uma enorme população sem direito algum, tendo a injustiça como regra.

Em 2001, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, debruçada sobre a violência no campo, encontrou um agravamento desse quadro, cujos responsáveis são, além de particulares, o próprio Estado, sempre a reafirmar suas preferências. Enquanto, das 534 execuções de trabalhadores rurais ocorridas entre 1971 e 2001³⁷, apenas duas foram julgadas³⁸, de abril a julho de 2001, somente nas regiões sul e sudeste do Estado do Pará, foco histórico da violência no campo, 126 lavradores foram detidos por ocupação de terras, a maior média já registrada:

O governo do Estado promoveu nesse período [abril a julho de 2001] uma ofensiva, por meio de diversas operações policiais de desocupação [...]. Grandes aparatos envolvendo dezenas de policiais, dotados de equipamentos novos (não disponíveis em outras áreas críticas de segurança pública no Estado), a um custo

de 100.000 a 120.000 reais cada operação, segundo informações obtidas na região, têm sido realizados para expulsar trabalhadores sem-terra acampados inclusive em áreas públicas reivindicadas por fazendeiros, cujos processos de desocupação no Incra em favor dos trabalhadores estão adiantados, pouco faltando para serem concluídos.

Muitas dessas operações são revestidas de crueldade, com emprego de violência desproporcional e injustificável pelos policiais contra agricultores...³⁹

A Segurança Pública, ao defender abertamente o interesse privado, conta com apoio de setores do Judiciário que ungem sua violência com a aura do “manter a lei e a ordem”. À aliança do Estado com o interesse privado são fundamentais as milícias particulares, que agem sob a guarida e em consonância com o poder público.

Essas milícias particulares, auto-intituladas “empresas de segurança”, fazem as vezes da Segurança Pública – organizam *blitze* em rodovias, exigem documentos de passantes etc. e atuam livremente, dentro e fora das fazendas: seqüestram, aprisionam, torturam, executam... Agem com a anuência da própria polícia, numa colaboração que parece ser muito bem recebida. A presença de tais “empresas” é particularmente notória nos despejos, “complementando” o trabalho da polícia. As ações da Delegacia de Conflitos Agrários do Estado do Pará, por exemplo, que não atua senão contra os sem-terra, são normalmente seguidas da entrada dessas “milícias de segurança” particulares nas áreas de conflito⁴⁰. Há casos em que participantes de ocupações são capturados e, depois de espancados e torturados, entregues por essas “fir-



Do nobre ponto ao mais humilde, a motivação do comércio sugere a cotidiana dinâmica de violência.

FOTOS: Mauricio Torres e Cecilia Gontijo

mas” à delegacia de polícia, que, sem mais, oficializa a prisão do “invasor”.

A título de exemplo, cabe lembrar o registro, nessa mesma Comissão de Direitos Humanos da Câmara, do episódio acontecido em 21 de setembro de 2001, quando foram presos dois empregados da fazenda Reunidas, de propriedade de Ângelo Calmon de Sá (ex-dono do Banco Econômico). Eles transportavam armamentos pesados e admitiram que pertenciam à fazenda, onde havia mais armas. Na delegacia apresentaram o cartão do delegado-geral da Polícia Civil do Estado do Pará, identificando-o como “o homem que vai nos ajudar”⁴¹. Os dois foram soltos no mesmo dia e não há confirmação de que o flagrante tenha sido lavrado.

É notável como a expansão de uma exacerbada lógica de mercado para o campo e a modernização das fazendas se completam na absoluta ausência de ética. A mais avançada tecnologia agropecuária convive e se ancora, sem constrangimento, no desmando da violência e no trabalho escravo. Para José de Souza Martins, a chegada do capitalismo nessa região sem lei teve efeitos desastrosos, não imaginados pela maioria dos teóricos do capitalismo:

Na Amazônia, o capitalismo em expansão se propôs negando a condição humana, realizando o extremo da coisificação da pessoa que lhe é própria. A ponto de que as novas empresas, não raro multinacionais afamadas, grandes bancos, grandes indústrias, grandes conglomerados comerciais, não tiveram qualquer problema em utilizar em suas fazendas, amplamente, a peonagem, a escravidão por dívida, nos demorados e penosos trabalhos de derrubar a floresta, limpar o

terreno e semear o pasto. Estima-se que nos anos 70 o número de peões escravizados por essas empresas modernas tenha chegado a 400.000 pessoas. A suposição corrente nas concepções evolucionistas do marxismo, de que o desenvolvimento das forças produtivas acarreta o desenvolvimento das relações de produção e a disseminação do trabalho assalariado, foi ali completamente negada na fase de implantação das fazendas. O tráfico de pessoas estava por toda parte, até mesmo os traficantes fornecendo recibo dos peões vendidos aos gerentes das fazendas, como se se tratasse de uma atividade lícita.⁴²

A FALA DO MEDO E O SILÊNCIO DO ESTADO

As frentes de expansão na Amazônia marcaram-se pela violência, abandono, ausência de órgãos e instituições reguladoras, e até pela reinvenção do trabalho escravo. O esdrúxulo timbre da colonização ainda perdura. Hoje, a mais ouvida reivindicação da população é “a presença do Estado”. Porém, o que se entende por “Estado” e o que se quer presente é o poder federal. Nem as representações estaduais, muito menos as municipais, são encaradas como “Estado”. Ao contrário. Geralmente são tidas como ameaça à população que reclama por um poder mediador e imparcial a protegê-la do governo local.

Um órgão que prima em mostrar a seriedade com que realiza seu trabalho é a base operativa do Ibama de Itaituba. A lisura do trabalho de jovens como José Karlson Correia da Silva, Livia Martins e Elza Silva marcou a população. Os habitantes vincularam diretamente esse posto à efetiva – e desejada – “presença do Estado”. A carência de entidades isentas tornou a

imagem desse posto do Ibama uma referência, a ponto de lhe serem costumeiramente encaminhadas denúncias das mais diversas naturezas. Pedem, por exemplo, providências quanto ao mau atendimento médico, a professores com conduta indevida etc.

Em razão de sua atuação, o posto enfrenta grande pressão de um poder até então absoluto e hegemônico na região. A força econômica amalgamada à autoridade política depara – ineditamente – com limites e regulamentação. Pequenas hostilidades até ameaças de morte são parte da rotina dos funcionários do posto.

Não só no caso do Ibama de Itaituba, mas também a qualquer menção de organização da população, os argumentos de intimidação usados pelos “coronéis” são convincentes. Seguindo um método secular, a resposta a qualquer esboço de mudança social é a execução, o assassinio das lideranças dos movimentos.

Castelo dos Sonhos, município de Altamira, é um exemplo paradigmático disso. Em 21 de julho de 2002, Bartolomeu Moraes da Silva, o Brasília, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais⁴³, é seqüestrado e assassinado. Antes, porém, quebram-lhe os ossos do corpo todo, arrastam-no vivo por vários quilômetros e, finalmente, matam-no crivando-lhe um número de tiros suficientes para executar dezenas de homens. Em 21 de julho de 2003, Joseane Pereira Ferreira, que encabeçava a luta de Bartolomeu, é assassinada com os mesmos protocolos usados exatamente um ano antes com ele, para dar caráter didático e exemplar aos demais militantes. E os dois não seriam os únicos. Do mesmo grupo, só em 2003, também foram assassinados Antônio Rodrigues Martins, o Antônio Guarda, em 22 de fevereiro, e Antônio Clealdo Bertolina, em 17 de junho.

Bartolomeu Moraes da Silva, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, é seqüestrado e assassinado. Antes, porém, quebram-lhe os ossos do corpo todo, arrastam-no vivo por vários quilômetros e, finalmente, matam-no crivando-lhe um número de tiros suficientes para executar dezenas de homens.



Trabalhadores exercendo na fazenda Su ruoca, em Xinguan, no sul do Pará, maio de 2002.

FOTO: João Roberto Ripper / Agência Havas

Iniciativas de organização social são extremamente malvistas pelo poder controlador local: muitos grileiros articulados com madeireiros, pecuaristas, comerciantes de maior porte trabalham, sistematicamente, no sentido de desmontar qualquer organização da população.

Uma conversa com Aluízio Sampaio dos Santos, conhecido como Alenquer, atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Castelo dos Sonhos, mostra a permanência da “doutrina do medo”. Após sucessivas ameaças – e tentativas – de morte, Aluízio é um rapaz circunspeto e receoso, que só após adquirir confiança fala com desconhecidos.

Aluízio hoje se entusiasma com a compra de três computadores e com o curso de informática previsto para breve. O espaço do sindicato também é regularmente usado para cursos de alfabetização de adultos. Pequenas iniciativas de organização social como essas são extremamente malvistas pelo poder controlador local: muitos grileiros articulados com madeireiros, pecuaristas, comerciantes de maior porte trabalham, sistematicamente, no sentido de desmontar qualquer organização da população. Até nos mais simples detalhes isso é demonstrado, como as sobras e aparas de madeira que são queimadas ou despejadas em bota-foras clandestinos, para não ser dadas às pessoas que as pedem. Ou, ainda, escolas construídas com recursos e esforços da própria comunidade e postas abaixo por “chefões” locais. É a lógica da cantina. Tudo tem de vir de fonte única. Um senhor de família pioneira na vila conta as dificuldades em construir, sem nenhum auxílio público, uma escola, e como teve de enfrentar a notícia de que o “patrão” ordenara a derrubada e queima da construção. Esse senhor relata as humilhações a que precisou se sujeitar para poder se instalar em Castelo dos Sonhos e diz como se calava frente aos agravos: “Ficava quieto: quem não é visto não é lembrado”. Enfim, pessoas sem condições de vida, de organização, e muito menos de oposição.

Outra realidade que chama a atenção é a repro-

dução da “lógica da fronteira”. Não raro, pequenos agricultores sulistas que rumaram ao norte nos programas militares de colonização passaram, já na primeira geração, por um abalo de valores. O código de ética e respeito da cultura camponesa que trouxeram sofre corrosão perniciosa e começa a ser substituído pela “mentalidade da fronteira”, de violência, de intimidação, de exploração ilícita e predatória dos recursos naturais, de apropriação de terras a qualquer custo e por quaisquer meios. O filho do senhor citado anteriormente é hoje um grileiro de projeção considerável, protagonista de tentativas de golpes e fraudes para grilagem de terras públicas e exploração de madeira, envolvido com garimpo em terras indígenas (TI Baú) e absolutamente integrado às formas de controle e poder das quais seu pai fora vítima. O modo de atuação da fronteira é tão presente e ostensivo que acaba por se fixar como um certo parâmetro de “normalidade”.

ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO: SEUS PESOS E MEDIDAS

O sindicalista Aluizio, ou Alenquer, é integrante do Conselho Deliberativo das Associações dos Movimentos Sociais do Eixo da BR-163 e participou dos encontros, fóruns e audiências que discutiram o asfaltamento da rodovia. Serve como retrato da sociedade civil organizada quando se mostra otimista e ansioso por informação: acredita que a conclusão da rodovia trará melhoria às condições de vida para a região, porém cita preocupado o RIMA (Relatório de Impactos Ambientais) da obra, na constatação de que o asfaltamento tende a aumentar os conflitos pela terra. O sindicalista sabe quem são as vítimas desses conflitos. Sabe – e teme

– o poder de fogo dos grileiros, sabe não ter a quem recorrer, e vê como solução a presença do Estado.

Como foi dito, a colonização da região deu-se sob o sotaque anticomunista da ditadura. Reações da população à vida que lhes impunham eram imediatamente identificadas como perturbação da ordem pública e recebiam o devido tratamento. Os militares muitas vezes se fizeram representar pelo potentado do latifundiário local na empreitada de reprimir qualquer ameaça de manifestação popular. José de Souza Martins comenta como essa aliança se abateu sobre os trabalhadores e camponeses:

[...] o poder pessoal do grande proprietário rural é ainda hoje um poder emblemático, um poder de vida e de morte, criou-se, assim, uma situação em que a exploração do trabalho ficava acentuada na dependência do arbítrio do fazendeiro ou de seus representantes. Na verdade, as instituições da justiça e da polícia foram severamente debilitadas, quando não se tornaram abertamente coniventes com a escravização de trabalhadores e com a expulsão de camponeses da terra, como é de tradição em muitas e remotas regiões do país. A grande propriedade sempre foi um enclave sujeito a critérios próprios de direito, embora legais; lugar do reino do arbítrio do senhor de terras, que se torna, por isso mesmo, ainda hoje, senhor de consciências e de pessoas.⁴⁴

A relação da população e dos pequenos movimentos sociais com os fazendeiros, e com a polícia local, tanto a civil como a militar, é de medo. Da grande maioria da população das cidades do eixo da BR-163 ouve-se que é à polícia que, muitas vezes, se delega o

serviço de pistolagem. Os próprios membros da população que tentaram esboçar qualquer mobilização afirmam já terem sido alvo de ameaças dessa polícia. Muito se fala, também, da participação da Polícia Militar na grilagem de terras. Ela se encarregaria, a serviço dos grandes, da expulsão de posseiros e outros ocupantes de pequenas áreas.

Além dessas acusações, que, apesar de conhecidas de todos, muitas vezes não foram provadas, há um vínculo comprometedor e promíscuo, relatado pessoalmente por policiais da região. Trata-se da tácita dependência da polícia aos fazendeiros da região. Desde o abastecimento de combustível da viatura à alimentação e moradia dos policiais, tudo depende dos “favores” dos vizinhos abonados. É inevitável e evidente que esse tipo de relação gere um comprometimento – entre a polícia e um setor específico da população – absolutamente incompatível com sua função. Um exemplo dessa promiscuidade: numa operação de fiscalização do Ibama de Itaituba a uma madeireira no Caracol, Trairão, a equipe que se deslocava de helicóptero, integrada por um fiscal do Ibama e um grupo de policiais militares de Minas Gerais, enfrentou um movimento de reação dos proprietários e funcionários de madeireiras e da própria população. O grupo foi cercado, num gesto de intimidação, para que abortasse a ação. A chegada da Polícia Militar local surpreendeu os oficiais que tripulavam o helicóptero (inclusive, um major) quando ela se pôs em posição de apoio aos manifestantes.

O Ministério Público do Estado do Pará, comarca de Itaituba, sabe do fornecimento de combustível à polícia por grupos da região em troca da prioridade de rondas em determinadas áreas. No limite, o que ocorre é uma apropriação privada do serviço e do equipa-

mento públicos. O promotor José Haroldo Carneiro Matos, dessa comarca, comenta que, quando ele próprio acompanha as diligências policiais, o registro de ocorrências é inúmeras vezes maior.

Ações conjuntas do Ministério Público com outros órgãos na região apresentaram resultados marcadamente produtivos. Felício Pontes Jr., procurador da República no Pará, lembra um exemplo claro de medidas efetivas com resultados enfáticos. Em meados de 2002, ele participou do Pólo Institucional de Novo Progresso, implantado pela Procuradoria da República. No mesmo prédio, instalaram-se Incra, Ibama, Receita Federal, Polícia Federal e Ministério Público. A operação durou dois meses, mas ainda hoje se ouve a população da cidade comentar que foram os únicos dias de paz havidos no lugar. O procurador diz que “a atuação conjunta de vários órgãos, no mesmo espaço físico, inibe a corrupção”⁴⁵. Mais de trezentas madeireiras foram então autuadas. Grande número delas usava “laranjas”. Chamou a atenção que a maioria dos laranjas vinha de Marília, interior de São Paulo. Pontes explicou o porquê: publicou-se num jornal de Marília um anúncio de emprego, as pessoas se apresentaram e preencheram cadastros para concorrer às vagas. De posse dos dados de tais cadastros – nome, RG, CPF etc. –, madeireiras foram abertas em nome dessas pessoas. Métodos parecidos são utilizados na grilagem de terras.

O Pólo Institucional de Novo Progresso, apesar das insistentes solicitações da população, não pôde ser reativado e, ainda pior, foi sucedido por um quadro de enorme retrocesso. Em Novo Progresso, meados de 2004, já nas operações de georreferenciamento promovidas pelo programa BR-163 Sustentável, o Incra instalou-se na sede do Sindicato dos Produtores Ru-

rais. Exatamente a instituição que aglutina os protagonistas das ocupações irregulares de terras da União. Por pressão dos poucos e ainda pequenos movimentos sociais da região e de algumas ONGs, o Incra se mudou para o prédio da prefeitura, o que não implica, necessariamente, grande avanço.

O poder público de vários dos municípios deixa clara uma posição: o “fazendeiro” (eufemismo de grileiro de vastas áreas) é sempre desejado, como sinônimo de progresso e riqueza para a região, e suas ações são amplamente facilitadas. Em oposição, os sem-terra, temidos e repudiados, são duramente hostilizados. Enfim, se é comum a referência à ausência do poder público na região para fiscalizar e punir arbitrariedades e mediar conflitos, o mesmo não se poderia dizer de sua presença para favorecer os setores dominantes.

Roberto Smeraldi faz denúncias diretas desse processo:

A atividade de grilagem ao longo da estrada avança de forma agressiva e rápida. Os principais centros da atividade são as cidades ou vilas de Novo Progresso, Moraes de Almeida, Castelo dos Sonhos, [...] Trairão, Miritituba, Rurópolis, Santarém e Belterra. [...] A prefeitura de Novo Progresso tem uma participação institucional no processo, promovendo ativamente e assumidamente a ocupação ilegal do território, com participação direta do prefeito e vice-prefeito. O Sindicato dos Produtores Rurais de Novo Progresso e a Associação dos Produtores Rurais do XV (Castelo dos Sonhos) estão entre as instituições que organizam seus associados para se instalarem nas proximidades, ou até em áreas mais afastadas, do traçado da rodovia, inclusive em terra indígena.⁴⁶

São fartos e contundentes os exemplos da sobreposição promíscua, e indicativa de graves irregularidades, entre poder público e poder econômico. Em julho de 2004, um trator da prefeitura de Trairão foi apreendido pelo Ibama quando desmatava e abria uma estrada clandestina na Floresta Nacional de Itaituba. Em setembro, foi apreendido um trator da prefeitura de Aveiros que fazia a mesma coisa no Parque Nacional da Amazônia.

Como se observa no mapa de “Distribuição de terras” do Incra (veja mapa 1), as terras do entorno da rodovia, no Pará, são da União. Aliás, são terras já discriminadas, ou seja, já delimitadas e registradas nos competentes cartórios de registro imobiliário em nome da União. No entanto, não há, em toda a extensão da divisa com Mato Grosso até Santarém, um só palmo de terra que não esteja ocupado. Até Trairão, encontram-se, majoritariamente, médias e grandes fazendas. Todas ocuparam terras da União e contaram com a cunivência, ativa ou por omissão, do poder local.

É importante ressaltar que a “cooperação” do poder público usou rigoroso “critério” para selecionar seus beneficiados. Critério diretamente determinado pelo perfil de quem pleiteia a terra. Àquele já capitalizado, o acesso à terra é incentivado e facilitado. E, mesmo sem que se faça nada, fica com a terra quem tem mais força. A omissão do Estado é – decididamente – uma forma de beneficiar o grande. Um quadro desses gera conflitos que se generalizam e tendem a se multiplicar na mesma proporção da demanda e da valorização da terra.

Bom exemplo de tal quadro pode ser encontrado na edição de 8 a 14/6/2002 do *Jornal de Santarém e Baixo Amazonas*, que noticia a prisão efetuada pela

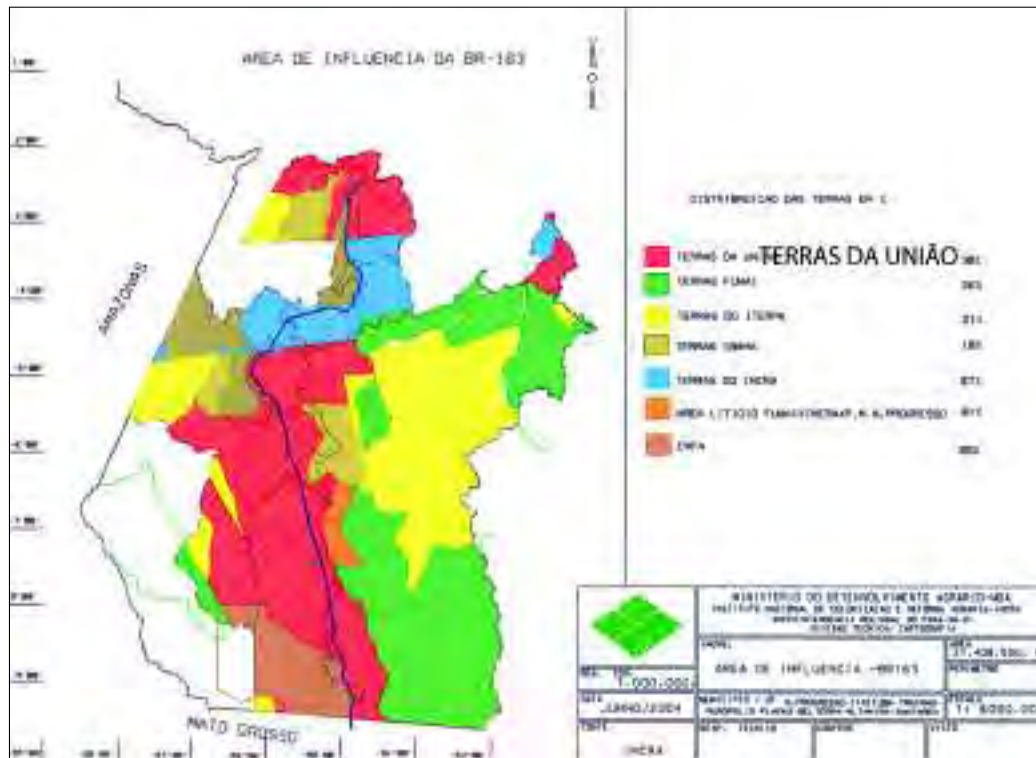


Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, 8 a 14 jun. 2002. p. 1.

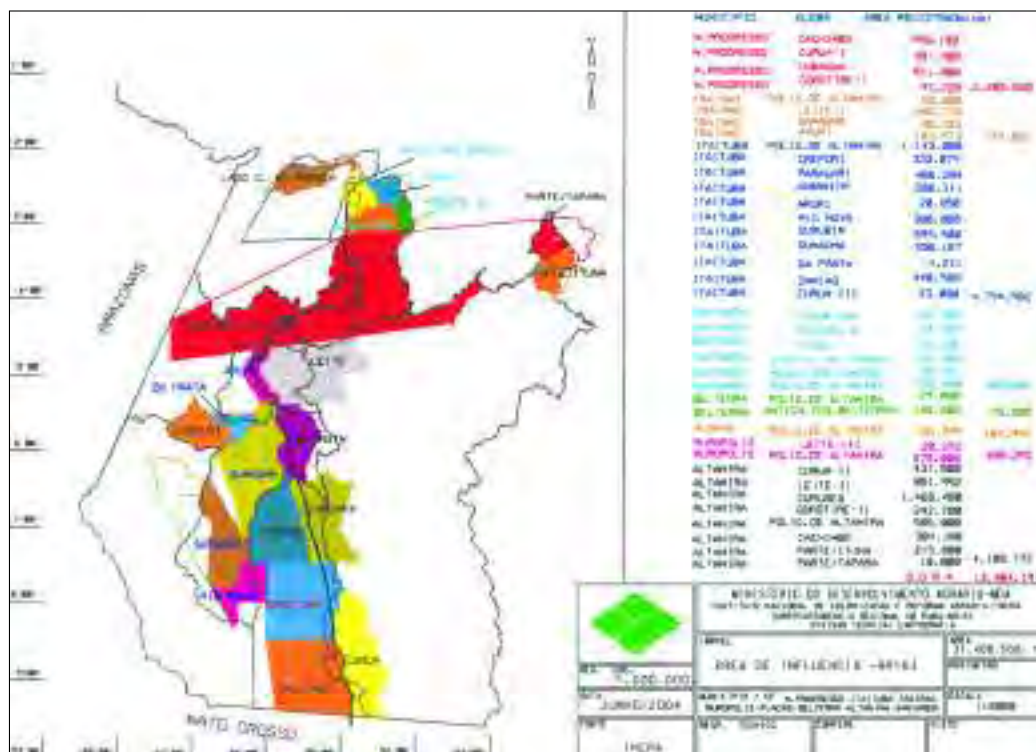
Polícia Militar de Castelo de Sonhos de dezenove trabalhadores rurais, que foram apresentados à Polícia Civil de Novo Progresso. O motivo da prisão era a tentativa de invasão de “terras da União”. “Em depoimento, um dos agricultores, Edson Ambrósio, fez as seguintes perguntas: ‘Eu e os outros companheiros não temos muito saber, mas, no meu entendimento, formação de quadrilha cabe a um grupo de cidadãos que têm em sua bagagem alimento e seu material de trabalho? E, quanto aos nossos trajes, são de pessoas que não querem trabalhar?’. E conclui: ‘Porque, no meu entender, formação de quadrilha cabe a tipos que não querem trabalhar e não para pessoas como nós, que queremos trabalhar, e que fomos presos justamente por causa disso’.”⁴⁷

No mesmo jornal, duas edições depois (22 a 28 de junho de 2002), o delegado de Novo Progresso, William Alexandre da Silva, que prendeu e autuou os dezenove trabalhadores, explicou que “a área invadida não é de propriedade da União. Trata-se da fazenda Serra Azul, localizada na gleba Gorotide, a 40 quilômetros de Castelo dos Sonhos. No local era praticada a pecuária, contando com um rebanho de 15.000 cabeças...”⁴⁸

Como se pode observar sobrepondo o mapa 2 ao mapa 1, a gleba Gorotide fica indiscutivelmente em terras da União. O fato, aliás, não fugia ao conhecimento do delegado: “[...] O delegado William garante que nenhum produtor, naquela região, possui título definitivo de suas propriedades, mas estão devidamente cadastrados e, assim, tais áreas não são devolutas, mas particulares”⁴⁹. Percebe-se que William Silva não prima pela coerência: sem o título, como pode ser proprietário?



Mapa 1



Mapa 2

Talvez o peso de 15.000 bois gordos dispense qualquer título e, aos olhos da polícia local, fixe o diferencial entre o “fazendeiro proprietário” (que se apossou de terras públicas) e os dezenove trabalhadores sem terra.

DE MARCOS E MARCAS, CERCAS E CERCOS

Como afirma Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a qual totalidade das terras no entorno da BR-163, no Estado do Pará, é da União. Praticamente todas as ocupações são irregulares. Até mesmo os assentamentos, alguns com mais de trinta anos, permanecem sem titulação. Edna Ramos *et alii* comentam o fato: “Analisando fatores como a situação fundiária da região de fronteira, observa-se que os esforços do Estado em apoiar os assentamentos de colonização dirigida nunca foram acompanhados da conseqüente regularização fundiária. Mesmo trabalhando por trinta anos nessas terras, os colonos continuam nas ‘terras da União’. Com a nova onda de ocupação das terras que incide sobre essas áreas, percebe-se que os grandes proprietários que procuram adquirir essas terras é que estariam predestinados a possuí-las, dentro da política oficial e não oficializada”.⁵⁰

Pode-se dizer que a atuação do poder público no combate à grilagem (e às suas conseqüências imediatas, como trabalho escravo e desmatamento) foi praticamente nula. Os fazendeiros da região valem-se da conivência das autoridades locais – prefeitos, policiais – e vários contam com o reforço de pistoleiros. Além disso, muitos usaram de influência junto a políticos estaduais e federais, o que os mantém impunes. Já em novembro de 2003, jornais da região anunciavam que:

“Órgãos ligados aos direitos humanos e à problemática fundiária alertam que a situação está no limite do suportável. Os colonos, ameaçados por grileiros sojeiros e madeireiros, ameaçam ir às armas e partir para um confronto armado. Cansados de esperar uma ação efetiva do Estado, eles sentem a necessidade de defenderem o direito à terra”.⁵¹

O domínio privado da terra é a grande “mercadoria” local. É esse o meio para obtenção de poder econômico e político. Poder sobre a vida – e sobre a morte – dos que dependem dela.

Pedro Gomes, morador do Projeto de Assentamento (Parque) Areia, em Trairão, aos 69 anos é um exemplo vivo disso⁵². Nasceu em um seringal onde hoje está instalada a “fazenda” Passabem. Seu pai e também seu avô nasceram no mesmo lugar. Eram seringueiros e caçadores. Há cerca de quarenta anos, conta ele, começaram os problemas: “Chegaram. Puseram os marcos de cimento. Disseram que a terra era deles”. Intimidado, Pedro Gomes se muda para perto da cabeceira do rio Branco, na sua margem direita. Começa do zero. Planta novo seringal e dele vive mais vinte anos, até que a antiga cena se repete. Voltam: marcos de cimento, “guaxebas”⁵³, ameaças... donos. Nova expulsão. Pedro já não é jovem, mas procura outro recomeço. Essa busca é mais difícil. Toda terra, agora, tem dono e ele aceita a “benevolência” da madeireira J.B. de Lima (instalada, polemicamente, dentro do Areia, um assentamento do Incra). A empresa se autoproclama dona das terras e permite a Pedro ocupar um certo pedaço. Essa estada é mais curta: nova expropriação, agora quem vem é o Incra. A área que Pedro ocupava não estava em conformidade com os parâmetros do assentamento que se instalava ali. O

velho seringueiro é agora “beneficiário” de um programa de reforma agrária. Retirado, mais uma vez, de sua morada, é assentado num módulo de 80 hectares predeterminedo. Agora, “regularizado e amparado” pelo governo, Pedro Gomes passa a depender dos favores do Incra e da madeireira. Ainda é forte, mas isso pouco lhe vale. Sua força de trabalho, seu modo de vida, sua tecnologia, tudo é condicionado à terra, ao seu espaço. Ele não se reconhece no lote do Incra que lhe foi designado. Ali não cabe o seu saber e o homem que por toda a vida sempre tirou da mata seu sustento e o de sua família depende, hoje, das sobras de madeira da serraria vizinha para manter em pé sua casa. Só uma coisa parece não ter mudado – assim como seus antepassados, Pedro Gomes não tem o título da terra onde vive e se sente ameaçado por um – sempre pendente – novo despejo.

Pedro confunde-se um pouco com datas e então sua mulher, sempre muito atenta, o corrige. Não se queixa. Não tem mágoas. Gostaria apenas de poder ver e, principalmente mostrar ao neto as seringueiras que plantou onde hoje é a fazenda Degredo. Diz, muito lúcido: “Aquele seringal é a história dele, ele precisava ver”.

Sim. Precisava. Mas não pode.

A entrada é proibida.

UM MOSAICO DE DOR E GENTE

No Estado do Pará pode-se fazer uma divisão das principais regiões de conflito, segundo o critério da grilagem às quais são submetidas. De forma genérica, as regiões seriam as seguintes: Castelo dos Sonhos, Novo Progresso, Moraes de Almeida, Trairão,

Ele não se reconhece no lote do Incra que lhe foi designado. Ali não cabe o seu saber e o homem que por toda a vida sempre tirou da mata seu sustento e o de sua família depende, hoje, das sobras de madeira da serraria vizinha para manter em pé sua casa.



Lista de “Espera por terra”, há anos nas paredes do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Castelo dos Sonhos.

FOTO: Mauricio Torres



O anúncio do asfaltamento da rodovia e uma febril expectativa do avanço da soja mato-grossense para o norte aquecem o mercado de terras e a violência nos processos de ocupação.

FOTOS: Mauricio Torres

Itaituba, Jacareacanga, Apuí, Planalto Santareno e Monte Alegre.

Cada um desses recortes possui peculiaridades distintas quanto ao agente e à forma de ocupação majoritários, porém todas registram o mesmo expropriado: o pequeno assentado ou o antigo posseiro. Também são comuns a todas essas regiões a vocação madeireira e a pressão dessa própria indústria, aliada ou sobreposta ao grileiro e ao pecuarista.

A divisão que segue é genérica – muitos dos agentes descritos como atores de determinada região são também encontrados em uma ou várias outras. São identificados aqui apenas os personagens mais marcantes no processo de ocupação de cada área.

CASTELO DOS SONHOS – Da divisa com Mato Grosso até o sul do município de Novo Progresso é possível identificar uma forma de grilagem “a distância”. Excetuando alguns poucos, grandes e publicamente conhecidos grileiros locais, a maioria comanda a invasão e permanece em Estados distantes do Centro-Sul. As áreas são, em geral, imensas, cercadas, desmatadas e a ocupação é mantida por grupos armados.

O clima tenso obedece ao método de ocupação utilizado pelos grandes grileiros. Como exemplo, podemos citar o registro do ocorrido na vicinal do quilômetro 955 da BR-163, onde

um grupo de pistoleiros a serviço de grileiros está espalhando o terror entre agricultores e assentados. É lá que fica o assentamento Brasília, na gleba Gorotide, motivo de disputa entre posseiros e um grupo latifundiário, liderado pelo senhor Niltom de Albuquerque Braga, conforme denúncias feitas por pequenos agricultores.

Há poucos dias, um dos posseiros denunciou que o bando armado havia torturado trabalhadores na frente de suas esposas e filhos. A reportagem teve acesso a um laudo pericial feito a pedido da polícia no hospital de Novo Progresso, que confirma a tortura sofrida por um dos agricultores, que levou coronhadas na cabeça, golpes de facão e pauladas. O agricultor não quis mais retornar à sua terra. Sua casa ainda foi incendiada e os animais foram mortos...⁵⁴

A baixa qualidade dos solos colabora com o perfil essencialmente especulativo da região. Mesmo os grupos locais que tomam grandes porções de terra são, na maior parte das vezes, capitalizados no garimpo e sem específica inclinação à terra que não a especulação, de modo que a única mão-de-obra empregada acaba por ser a dos pistoleiros que asseguram a posse do lugar. Isso, aparentemente, dispensa – nesse caso particular – a presença do colono e dos demais trabalhadores rurais no processo.

O reflexo de tal situação está colado nas paredes de entrada do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Castelo dos Sonhos: uma extensa relação de nomes sob o título “Espera por terra”. É resultado de uma visita do Incra, há oito anos, prometendo reforma agrária.

É curioso notar que os garimpeiros da região são, simultaneamente, filiados ao sindicato dos garimpeiros de Peixoto de Azevedo, em Mato Grosso, e ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, em Castelo dos Sonhos. Esse fato pode ser entendido como forte indicativo da transitoriedade da condição de garimpeiros, que agora reivindicam a volta à terra, um retorno à condição de camponeses.

A expropriação de colonos é pouco perceptível no pequeno perímetro urbano, não se vê, como em vários outros locais, um crescimento desordenado da periferia. Mas isso não pode ser tomado como indicativo do que se passa no campo. Paradoxalmente, numa região de terras da União, Castelo dos Sonhos tem o crescimento da área urbana cerceado pela ocupação ilícita da terra por um ínfimo número de pessoas, o que dispensa o estabelecimento de novos bairros.

NOVO PROGRESSO – Quase em sua totalidade, Novo Progresso é ocupado por grupos locais. O mercado é aquecido e comercializa-se a preços que vão de 1.500 reais/alqueire (2.400 m²) nas margens da rodovia a 20 reais/alqueire para terras mais distantes e sem acesso.

Boatos de que com o asfaltamento seriam realizados novos assentamentos desencadearam uma acelerada “corrida à terra” em todo o entorno da BR-163 no Estado do Pará. O mercado de terras se aquece e com ele os escritórios que prometem a regularização da documentação das terras.

Os inúmeros prestadores de serviço para “regularização fundiária”, longe de serem rústicos e desinformados, contam com boa infra-estrutura e equipamentos, como aparelhos e técnicos operadores de GPS, trabalham com imagens de satélite as mais atualizadas e aviões para sobrevôos e reconhecimento das áreas.⁵⁵

A pecuária extensiva é a principal atividade e, pela sua dinâmica própria, age ao lado das madeireiras na vanguarda da expropriação de pequenos grupos locais.

Os dois recentes projetos de assentamentos do Incra, Nova Fronteira e Santa Júlia, desde a sua origem foram relegados ao esquecimento e receberam infra-estrutura ainda menor do que os projetos mais ao norte. A pequena produção e a frágil organização como grupo expõem os colonos à pressão de grileiros e madeireiros. Ameaças, invasões e, muito comumente, o roubo de árvores dos lotes dos colonos integram o *modus operandi* da ostensiva coação para que abandonem ou vendam suas terras. Em relação aos projetos de assentamentos do Incra encontrados às margens da Transamazônica, “os colonos são menos organizados e, portanto, possuem mais dificuldades em permanecer em suas terras. O reduzido número de famílias, associado à desarticulação política dos pequenos produtores, torna instável a posse e a presença deles na terra”.⁶

MORAES DE ALMEIDA – Essa região é marcada pela presença de grandes madeiras, geralmente oriundas de cidades do norte de Mato Grosso, como Sinop, Alta Floresta, Itaúba etc., pólos madeireiros de colonização sulista em relativo declínio devido ao esgotamento da ocorrência de madeira nas florestas locais.

A necessidade legal de documentação da propriedade para obtenção de licença de manejo florestal e a instalação desses grupos madeireiros em áreas onde todas as terras são da União criaram um quadro peculiar. Madeiras não mais se limitam à abertura de estradas para extração de madeira que permitem o acesso de grileiros. Nessa região, os próprios madeireiros se tornaram grileiros. Esse mecanismo é detalhadamente discutido no capítulo que aborda a situação fundiária local.

TRAIRÃO – Atravessando o rio Aruri, indo para o norte, começa a área de assentamentos implantados há mais tempo. Encontra-se também maior número de remanescentes de populações de história bastante antiga, como descendentes de seringueiros e caçadores de peles (gateiros).

Os assentados, enfraquecidos pela situação de desamparo extremo, abandonam ou vendem seus lotes a alguns poucos que vão se tornando uma nova elite local. Segundo Cícero Ferreira da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trairão, a convivência da agência do Incra (Miritituba) permite a alguns acumular até catorze lotes e impede o assentamento de outras famílias. O “dono” contrata laranjas para morarem nos lotes e constarem como oficialmente assentados. Nesse caso, como aquele que se apropria é também morador, a vigilância é feita pessoalmente. No projeto de assentamento Ipiranga, na divisa de Trairão com Itaituba, isso é flagrantemente perceptível.

Um pouco mais ao sul, encontra-se outro tipo de personagem. Nas localidades de Santa Luzia, Vila Planalto e Três Bueiros, antigos projetos de colonização, grupos do Centro-Sul (principalmente São Paulo e Mato Grosso) apropriaram-se de imensas áreas e inviabilizam o acesso à terra a qualquer descendente dos colonos. O interesse dessas empresas é essencialmente a madeira. As terras que tomaram ficam na margem leste da rodovia e delas avançam estradas na direção do Riozinho do Anfrísio.

Na divisa com o assentamento Rio Bonito há uma enorme área cercada. Uma cooperativa anuncia-se dona do lugar e, além de impedir qualquer possibilidade de expansão do PA, força os vizinhos a abando-



Madeira em Moraes de Almeida, Novo Progresso, PA.

FOTO: Maurício Torres



A produção familiar de Itaituba sofre pressões de grileiros e grandes empresas mineradoras.

FOTO: Maurício Torres



Área de cultivo de arroz em Trairão.

FOTO: Maurício Torres

nar suas terras para se apropriar delas. Os cooperados são majoritariamente de Itaituba, entre eles vários políticos que tentam forçar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais a retirar os assentados da divisa para que possam expandir seus domínios.

As formas de pressão, muitas vezes, são sinuosas. Um morador da Vila Planalto expulso de sua terra conta como o “segurança” de um fazendeiro vizinho determinou que ele abandonasse seu lote imediatamente, caso contrário seria morto. O motivo “formal” da ameaça teria sido um suposto envolvimento da esposa do pistoleiro com o morador, que nem sequer a conhecia.

Os habitantes mais antigos, a maioria já expropriada de suas terras de origem por grandes grileiros, encontram-se realocados em assentamentos do Incra, têm sua cultura e modo de vida desestruturados e tentam sobreviver na difícil adaptação a uma nova realidade.

A indústria madeireira de Trairão é forte e coesa. Uma primeira observação faria deduzir que esse ramo acaba por garantir a sobrevida local. Mas a idéia não se sustenta além do raso verniz. A pequena cidade vê a formação de bairros em sua periferia. Rapidamente, barracos de madeira se aglomeram e agravam o quadro de quase inexistência de serviços sanitários, educação, saúde etc. Essa população vem majoritariamente dos assentamentos circundantes e as madeireiras não a “salva” oferecendo emprego. Ao contrário, são diretamente responsáveis (ainda que não as únicas) pela expropriação dos lotes desses colonos. Quase a totalidade dos grupos que invadem as terras e expulsam seus moradores é ligada às madeireiras. O PA Areia é um caso emblemático desse processo.

ITAITUBA – Itaituba também acolhe esse “pequeno” grileiro: sempre alguém instalado na região que, capitalizado no garimpo, comércio, ou até nos próprios assentamentos, passa a investir na compra de terras. Lotes nos entornos da área urbana são as áreas mais procuradas. A violência é método habitual para coagir os colonos a vender suas terras. Além do artifício da dissimulação para encobrir, frente à convivência de funcionários do Incra de Miritituba, o processo de concentração de terras. Nos assentamentos nos arredores da Flona Tapajós, por exemplo, pode-se notar grandes e autênticos simulacros: as famílias que se encontram instaladas nos lotes são, na realidade, prepostos desses grileiros.

À semelhança de Castelo dos Sonhos, Novo Progresso, Trairão etc., políticos locais, intrinsecamente ligados à indústria madeireira, concentram imensas áreas que hoje se encontram em franco processo de crescimento, avançando sobre terras de pequenos colonos.

Na divisa entre Itaituba e Trairão pode-se encontrar alguma atividade agrícola mecanizada realizada em platôs relativamente pequenos e desligados entre si. O cultivo do arroz é, de longe, predominante e os agricultores se dizem satisfeitos com os resultados. Alguns realizaram plantios experimentais de soja e o relato da experiência é extremamente contraditório. A colheita foi, em média, oito vezes menor que a expectativa baseada na produção mato-grossense. No mais bem-sucedido dos casos, cinco vezes menor. Ainda assim, esses agricultores dizem-se entusiasmados com o cultivo e garantem que já aumentaram a área plantada com soja, diminuindo a do arroz. Apuram-se em campo, porém, o aumento do plantio de arroz e a inexistência

de plantações de soja que não se limitem a pequenos “canteiros” experimentais de 5 a 10 hectares.

Existe entre tais agricultores a convicção absoluta de que, se houver da parte deles um comprometimento com o plantio de soja, haverá liberação de financiamentos pelo governo federal, e, principalmente, liberação da documentação da terra.

Esses agricultores, sem exceção, acumularam riqueza na atividade madeireira. Não raro, foram colonos vindos do Paraná que se iniciaram com um lote de 100 hectares e a compra da terra de vizinhos, acumulando hoje áreas que chegam a 20.000 hectares, a maioria em torno de 4.000 hectares.

Ainda nas cercanias de Itaituba há outro cenário de conflito. Grandes empresas de mineração disputam entre si e com o governo a propriedade de extensas áreas de jazidas minerais. Nesses casos, sempre se apresentam títulos de propriedade que se sobrepõem uns aos outros. Porém, em inúmeras dessas áreas existem comunidades bastante antigas e populosas, que vivem aterrorizadas com a iminência de um despejo. Algumas, mesmo instaladas dentro do Parque Nacional da Amazônia (Parna) – muitas, pelo próprio Incra –, permanecem inseguras sobre uma terra que é disputada entre a União e as mineradoras.

No interior da área do Parque Nacional da Amazônia são muitas as pressões, geralmente de grandes grileiros.

Segundo o procurador Nilo Marcelo, há grupos econômicos e políticos fortes dando apoio às quadrilhas especializadas na grilagem. [...] O procurador exemplifica que em Itaituba a recente luta de agricultores pela não demarcação do Parque Nacional da Amazô-

nia tem como pano de fundo a influência de empresários e políticos locais, que são os verdadeiros donos de grandes fazendas em áreas dentro do parque. A reportagem apurou junto a uma fonte do Ibama que a não demarcação do parque interessa principalmente a grandes empresários e políticos do município. Mesmo assim, a demarcação foi barrada.⁵⁷

JACAREACANGA – A grande faixa que se inicia após a Flona de Itaituba e se estende até as proximidades de Apuí prolonga o quadro de incertezas. Ali predominam os pequenos e médios especuladores de terras. Os preços ainda são baixos, em média, de 5 a 18 reais por alqueire (2.400 m²), e isso, de certa forma, “democratiza” entre atores pouco capitalizados a ocupação de terras públicas. Emblemático é o caso de um senhor vindo do Espírito Santo⁵⁸, morador de Itaituba. Fazendo fretes e carretos durante 23 anos, conseguiu somar uma pequena economia: 6.000 reais. Há dois anos, com essa poupança, comprou 1.000 hectares às margens da Transamazônica, próximo ao quilômetro 300. Desde então, segue o mesmo procedimento protocolar dos grandes grileiros de Castelo dos Sonhos ou Novo Progresso para “esquentar a terra”. E ainda mais preocupante: seu discurso afina-se na íntegra ao deles. Reforma agrária (exatamente o que o levou àquele lugar) ou a simples menção à regularização fundiária soam como ameaças a tudo o que ele conseguiu conquistar em 23 anos de trabalho. Ao sul do rio Aruri, indo até a divisa com Mato Grosso, região de “gerações” de grileiros mais antigas e que hoje passa por grande valorização em função dos rumores do asfaltamento, pessoas como esse senhor capixaba estão sendo, ou já foram, expulsas

exatamente pelos seus “aliados” latifundiários que se beneficiam, para isso, justamente da falta da regularização fundiária.

O preço ainda muito baixo das terras em Oriximiná, que chega a 5 reais por hectare, promove um movimento parecido com o de Jacareacanga. Acaba por ser uma opção aos assentados que vendem seus lotes para a expansão da soja em Santarém e Belterra.

Esse é o resultado do que chamamos anteriormente de “lógica da fronteira”: a dinâmica da apropriação do alheio incorpora-se ao cotidiano.

APUÍ – De Garantã do Norte a Novo Progresso, ouve-se muito de um intenso fluxo de grilagem voltado para Apuí. Aliás, é voz corrente que há terras para serem “cortadas” em Apuí. Segundo vários entrevistados, de setembro a novembro de 2004, entre Garantã do Norte e Novo Progresso, o poder municipal colabora com esse processo. Em vários escritórios que anunciam o serviço de regularização fundiária é perceptível o febril entusiasmo especialmente focado em duas regiões: Nova Aripuanã e Apuí, ambas no Estado do Amazonas.

Algumas pessoas que se deslocaram da região de Castelo dos Sonhos para “cortar” terra em Apuí foram impedidas, pois as áreas que lhes vendiam estavam, na verdade, dentro de uma Unidade de Conservação do Estado do Amazonas. Porém, correm nos escritórios de regularização fundiária de Novo Progresso grandes negociações de terras, com enormes áreas e cifras envolvidas. Transações profissionalizadas o suficiente para não caírem em enganos tão prosaicos. “Corretores” importantes já se haviam instalado na região.

PLANALTO SANTARENO – A maior área de expansão da soja no oeste do Pará oferece hoje um triste espetáculo. A extensão física do agronegócio e sua produção no planalto santareno não são grandes⁵⁹. A produção de soja é irrisória, considerando o fator econômico, e a área plantada é pequena, porém, se pensarmos que essa expansão se deu basicamente sobre áreas de assentamentos, suas proporções não são tão pequenas. Sob nenhum argumento explicam o imenso estrago na vida das famílias assentadas e a perda de diversidade cultural que promoveram. Os grupos que se instalam na terra são basicamente do sul, a maioria já sojicultores em Mato Grosso. Também se nota a presença de grupos uruguaio e paraguaio, como os que compraram praticamente todas as terras da comunidade Briosas.

Entre 2001 e 2003 houve crescimento das áreas de monocultura; em 2004 permaneceram praticamente estabilizadas. Porém, qualquer conclusão a partir disso seria precipitada. Se de um lado o mercado internacional traça prognósticos negativos para o agronegócio no próximo biênio, de outro encontramos em campo um mercado de terras aquecido, com fortes pressões para que assentados vendam seus lotes. Também chama a atenção a compra, por sojicultores, de áreas relativamente grandes já seladas, porém, ainda com matas e habitadas pelos antigos colonos. Pôde-se registrar que, em 2004, em várias das operações de compras, os adquirentes não exigiram de imediato a posse da terra, e até a ofereceram em comodato por períodos de dois a cinco anos.

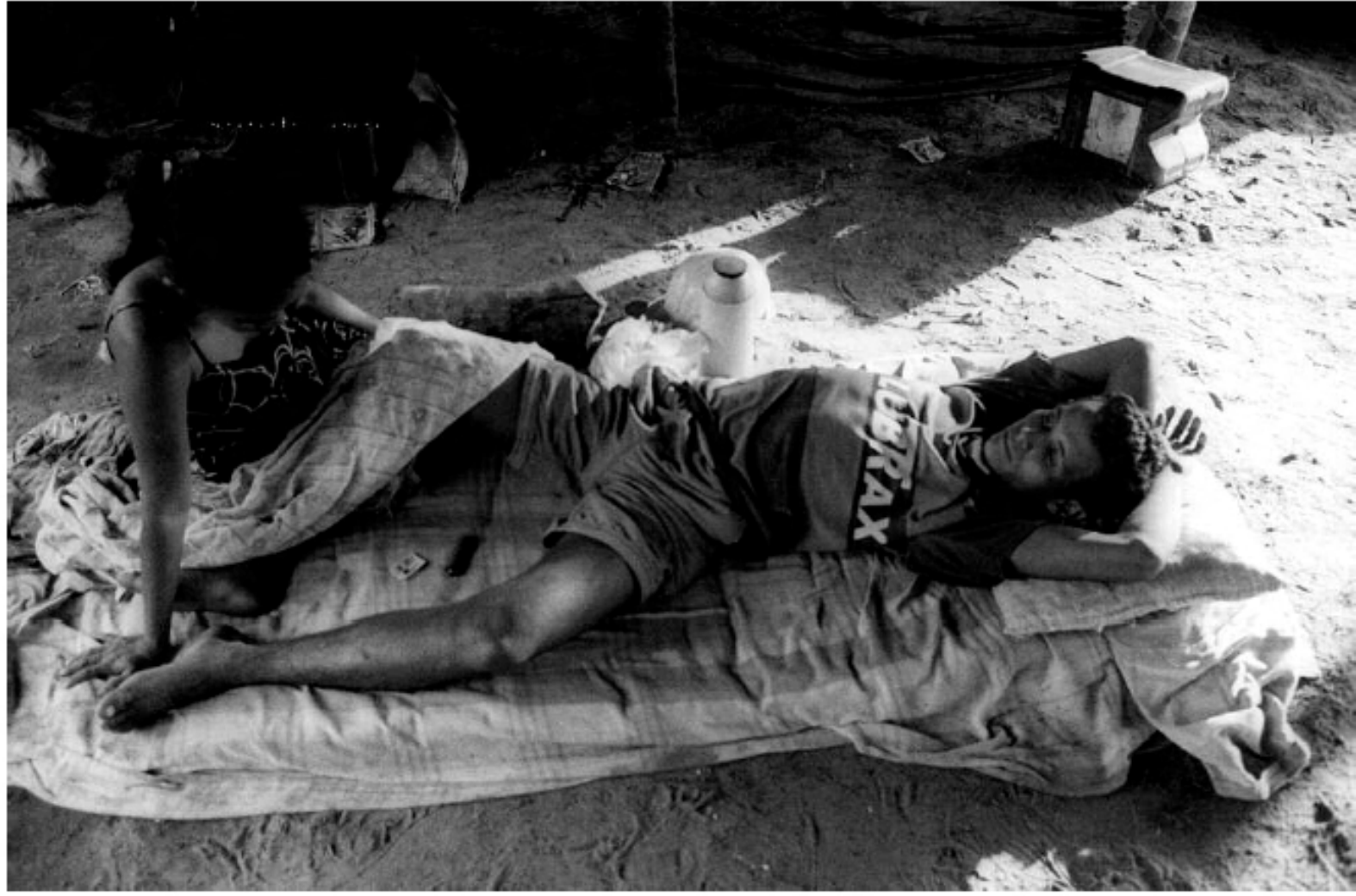
Percebe-se que a estagnação do tamanho das plantações pelo agronegócio camufla o aumento contínuo da concentração de terras nas mãos desse setor

(muito em decorrência da expropriação do pequeno colono). Se no último ano a área plantada permaneceu praticamente estável, o mesmo não se pode dizer da quantidade de terras compradas por grupos sojeiros. De modo que, mesmo sem haver aumento na extensão de cultivo mecanizado de grãos, o efeito nocivo do agronegócio se alastra.

Problemas como falta de financiamento, infraestrutura, assistência técnica etc. não são peculiaridade dos assentamentos do Planalto. Porém, a isso veio se somar uma seca de dois anos consecutivos, 1997 e 1998. Algumas famílias abandonaram seus lotes e deslocaram-se para as periferias das cidades. Foi essa a porta de entrada para a soja e a futura pressão sobre outras famílias.

A soja, que, como um cinturão, começava por envolver o perímetro dos assentamentos, encontrou nesses lotes vazios baixíssimos preços e terras com documentação menos embaraçada. O plantio imediato inviabilizava a vida dos vizinhos.

Silvino Pimentel Vieira é um caso exemplar. Em 1997 comprou 26 hectares na comunidade Tracoá, Belterra, então com 45 famílias, das quais restam apenas sete. Inscreveu-se num curso de agricultura orgânica promovido pelo Ceftbam – Centro de Formação de Trabalhadores do Baixo Amazonas – com apoio da Emater⁶⁰ e incorporou essa tecnologia ao seu trabalho. Vendia em Santarém sua produção de hortaliças e maracujá orgânicos. Empolgado com as melhorias que aos poucos conseguia implantar, entre elas, um poço de 95 metros de profundidade, Silvino resistiu ao máximo em vender suas terras para os sojicultores do grupo Irmãos Menóli, originários do Paraná, mas chegados recentemente a Mato Grosso.



*Trabalhador ferido e sem assistência ao lado de sua companheira
FOUO: foto Roberto Rapper / Imagens Finares*

Os primeiros a sentir os impactos dessa chegada foram os moradores fronteiros a terrenos vazios, logo vendidos. A alteração inicial no ambiente era o ruído das máquinas que derrubavam a mata e trabalhavam 24 horas por dia, todos os dias da semana. Dormir passava a ser um privilégio dos vizinhos mais afastados. Em seguida vinha o fogo. Os moradores viam-se, então, imersos em densa nuvem de fumaça, mas isso ainda era pouco perto do calor da imensa fogueira para a queimada, que se dá sempre durante a noite. Chegava então o agrotóxico: contaminação do ar (um cheiro insuportável invadia não só as casas, mas também o posto de saúde e a escola), contaminação da água, problemas respiratórios, infestação de pragas, como a marum, de dolorosa picada que levava gado e cavalos a, desesperados, passar o dia entranhados na mata. Na época da pulverização, pássaros e até animais domésticos mortos por envenenamento. Ainda havia as cobras e ratos, que, com o desmatamento dos arredores, se ilhavam nos lotes dos assentados. Famílias contam que chegavam a matar três cobras num só dia e praticamente dentro de casa. No caso específico de Silvino, seus cultivos orgânicos foram atacados por pragas da vasta vizinhança pulverizada, inclusive uma doença nos seus maracujás até então desconhecida. Não é difícil entender o porquê da venda da terra.

A diminuição do número de moradores enfraquecia ainda mais a parca infra-estrutura dos assentamentos, com a rápida desativação dos serviços sociais: fechava-se a escola, demitia-se o agente de saúde, as linhas de ônibus eram cortadas, as estradas ainda mais abandonadas etc. Para Silvino, a decisão de vender a terra veio com a ameaça à saúde de suas crianças.

O esvaziamento das comunidades segue acelera-

do. Segundo Laura Pinto⁶¹, ex-funcionária da Emater em Castanhal da Terra Preta, até 2001 havia 49 famílias. Hoje, dezenove. Em Castanhal dos Cavaqueiros restam cinco famílias.

Luiz Gonzaga de Oliveira⁶², tesoureiro da Amtab – Associação de Moradores e Trabalhadores da Região de Mojuí –, conta da campanha propagandística dos grupos de sojeiros: “Diziam que naquela terra não daria mais nada. Em 2000, compravam por até 25 reais o hectare”. Hoje, o preço do hectare gira em torno de 1.500 reais. As comunidades de Água Fria, Terra de Areia e Baixa d’Água, no Mojuí, são conhecidas como “Pólo do Abacaxi”. Têm produção significativa, que comercializam no Mercado 2000, em Santarém. Com auxílio do governo do Estado, construíram uma pequena indústria para processar polpas de frutas e licores. O prédio está praticamente pronto, mas não há a menor previsão de funcionamento: a prefeitura de Santarém não cumpriu a promessa de levar energia elétrica.

A comunidade perdeu muitas famílias (só em 2004 foram sete), mas os que ficaram selaram um pacto de resistência. Bem articulados, conseguiram, há pouco tempo, deter o grupo sojeiro que, ao abrir uma nova estrada, aterrava a nascente do igarapé Água Fria, a principal fonte de abastecimento de água da comunidade. Porém, nada conseguem contra o tráfego de maquinário dos vizinhos plantadores de soja que degrada a estrada usada para escoar sua produção de abacaxi.

A REPRODUÇÃO DO DESUMANO

Arioaldo Umbelino de Oliveira desenvolve a idéia de como o processo de ocupação da Amazônia na segun-

da metade do século 20 encarnou as contradições da estrutura fundiária brasileira. A implantação de grandes capitalistas, contraditoriamente, implicou a abertura dessa fronteira aos camponeses e demais trabalhadores do campo.

O enredo contemporâneo é fiel a isso. O mecanismo de expansão e avanço, de apropriação do “grande”, em todos os casos prescinde do “pequeno” e vale-se da reprodução da “lógica da fronteira”. O pequeno colono entende-se como aliado, colocando-se ao lado do capitalista, incorporando e reproduzindo seus valores e idéias forjadas na específica realidade da região de fronteira.

Não haveria como ser diferente. O simulacro de projeto de reforma agrária que levou essa população à Amazônia propositadamente relegava-a ao mais extremo abandono, para que, em pouco tempo, servisse de contingente à implantação do grande capital. Talvez a falta mais danosa tenha sido a de Estado, de limites e de leis.

Sem nenhuma instituição reguladora, as formas de autoridade que emergem desse contexto específico não foram outorgadas por ninguém além dos próprios interessados. José de Souza Martins comenta que, nas frentes de fronteira amazônicas, “é evidente, na ausência expressa e direta das instituições do Estado, o domínio do poder pessoal e a ação de forças repressivas do privado se sobrepondo ao que é público e ao poder público, até mesmo pela sujeição dos agentes da lei aos ditames dos potentados locais”.⁶³

Ao senhor fretista de Itaituba que investe em Jacareacanga, aos colonos expulsos da terra no planalto Santareno que compram terras em Oriximiná e a tantos outros, a reprodução da apropriação de terras e dos

A alteração inicial no ambiente era o ruído das máquinas que derrubavam a mata e trabalhavam 24 horas por dia, todos os dias da semana. Dormir passava a ser um privilégio dos vizinhos mais afastados. Em seguida vinha o fogo.



Covas recentes e anônimas em Moraes de Almeida, Novo Progresso, PA.

FOTO: Maurício Torres

recursos naturais disponíveis é a única possibilidade de ascensão social. Essa foi a realidade que se construiu. E a nova oligarquia que se forma, pequena e pobre, antevê em qualquer mudança dessa dinâmica a perda de tudo aquilo que foi construído com o único modo que a fronteira permitiu. Nada é mais útil à verdadeira oligarquia do que esse pensar. Os pequenos são vistos como “fundo de investimentos futuros”. Hoje estão em terras mais afastadas e menos valorizadas, mas, assim que houver maior demanda por elas, a situação de irregularidade é a garantia certa de que serão novamente engolidos.

Procederes do grande, ao ser reproduzidos pelo pequeno, sofrem curiosas adaptações. Até mesmo a exploração do trabalho escravo se torna prática desse “colonizado” a reproduzir o colonizador.

Em 19 de dezembro de 2004, João Jacson fugia de Jacareacanga com a família rumo a Novo Progresso. A trajetória da família é ilustrativa. Originário de Altamira, João fora a Jacareacanga trabalhar numa derrubada na fazenda de um morador de Itaituba (antigo migrante nordestino). Após quatro meses de trabalho, nem o primeiro dos salários – combinado em 500 reais mensais – havia sido pago e o trabalho terminava. O patrão autoriza, então, João a vender um pequeno motor (3,5 HP) para amortização do atrasado. Como o valor apurado com a venda foi apenas 800 reais, João solicita seu saldo ao contratante, que, em tom intimidatório, diz ter tido seu motor roubado e afirma ter feito um boletim de ocorrência. Em seguida, João é procurado pela polícia, que diz que irá prendê-lo caso não fuja imediatamente.

O primeiro ônibus a partir levava, assustados e nervosos, pai, mãe, três crianças e um tranqüilo gato,

emblematicamente batizado com o nome do patrão.

Essa forma de trabalho escravo dispensa a figura do “gato” e vale-se da própria polícia, que se põe a serviço do “cidadão de bem”. Na delegacia local não fora lavrado nenhum boletim de ocorrência.

Também é importante notar que um dos motivos que levaram a família a permanecer meses recebendo apenas um suprimento de alimento foi o acesso, quase inédito, a serviços públicos básicos como escolinha, creche e posto de saúde. Esses atendimentos acabaram por ser usados pelo contratante como modo de os manter sem salários e como argumento de que não teriam mais o que receber.

O mesmo ônibus levava outros três trabalhadores em situações absolutamente idênticas. A única diferença era o uso de gado no lugar do motor.

Quando perguntei a João se já se inscrevera em algum programa de reforma agrária, ele me olhou como se eu tivesse dito o maior disparate e respondeu: “Claro que não! Sou pobre. A terra a prefeitura dá pros ricos”.

ENTRE TORAS E COVAS

A autopromoção dos grupos madeireiros instalados no eixo da rodovia da divisa com Mato Grosso até Itaituba como “geradores de emprego” é o grande mote para pressionar o governo a conceder-lhes facilidades. Mas o argumento não resiste ao mínimo exame. Dificilmente se encontram, nos pátios das madeireiras, funcionários registrados e com direitos trabalhistas assegurados. A maioria dos trabalhadores é do Maranhão e Piauí. Dificilmente se vê alguém que more no lugar há mais de dois anos. Aliás, as princi-



Instalações da madeireira Tigrão, em Moraes de Almeida, e a “casa” de uma família de seus funcionários, em imensa área ocupada pela empresa, às margens da BR-163.

FOTOS: Maurício Torres

pais linhas de ônibus para a região despertam suposições: basicamente partem do Sul (o que se justifica pela maciça presença de migrantes dessa região) e do Nordeste, notadamente Imperatriz, MA, e Teresina, PI, tradicionais fontes de aliciamento de trabalho escravo. As rotas destas duas últimas linhas são traçadas de modo a evitar postos de fiscalização. O Pará, líder isolado nos índices de trabalho escravo, conhece bem tais itinerários.

É principalmente nas derrubadas e esplanadas que encontramos esses trabalhadores. Ali, a situação é ainda mais grave do que nos pátios das madeireiras. Relatos de ex-funcionários dessas empresas explicam a preferência por recém-chegados do Nordeste. Como é comum demitir sem o pagamento de encargos e mesmo salários atrasados, e as reclamações serem respondidas com ameaças e violência, pessoas sem familiares ou vínculos na região são sempre mais suscetíveis a tal coação.

Cemitérios nas margens da rodovia com covas recentes e anônimas são resultado disso. Apenas nos primeiros vinte dias de outubro de 2004, nas proximidades da vila Moraes de Almeida, seis trabalhadores morreram em derrubadas. O motivo do anonimato nas sepulturas se esclarece logo à frente, em um posto policial e em uma madeireira: as covas não tinham nomes porque, mesmo em vida, aquelas pessoas não tinham nome. Nenhum inquérito policial é aberto. Os familiares jamais saberão se, onde e como aquelas pessoas morreram e o empregador se isenta de se preocupar com qualquer tipo de indenização. Esses cemitérios são a imagem crua do ápice da exclusão. E a coisa não pára aí. Vários dos cemitérios estão praticamente sobrepostos ao leito da rodovia. Sem ter quem

reclame por eles, os corpos podem ser privados até de suas humildes covas.

Eis aí onde acabam muitos dos “empregos” oferecidos por esse setor. Os poucos empregos regulamentados oferecidos aos moradores da região não justificam a aura e ares de estandarte de assistência social exibidos pela indústria da madeira. E são essas mesmas madeireiras que participam de pressões e articulam *lobbies* para atravancar qualquer espectro de reforma agrária.

Não se trata de postura maniqueísta frente ao setor, mas não há como negar que essas empresas tiram fortunas, em toras, das terras públicas, enquanto trabalhadores se privam do mínimo, e entenda-se por mínimo, até, ter o que comer. Se já é questionável a extração da madeira, o que dirá essa atividade em terras da União e para o enriquecimento de meia dúzia em detrimento de tantos e do país?

A imprensa local compra e propaga o discurso do caos e miséria iminentes a uma imensa parcela da população caso o licenciamento do Ibama não reconheça o direito dos donos das serrarias sobre a madeira que está nas terras federalizadas para servir à reforma agrária. Curiosamente, nenhum veículo de comunicação faz as contas de qual seria a qualidade de vida de um número de famílias muitas vezes maior do que o empregado pela indústria madeireira, caso lhes fosse respeitado o direito à terra e revertisse a eles a renda hoje tirada do solo que lhes cabe por direito. Ou melhor, bastaria que se explorasse um décimo da madeira que se extrai hoje e ter-se-ia uma atividade sustentável aliada a um verdadeiro desenvolvimento social. Mas, ainda assim, há quem se ponha a bradar pelas “madeireiras honestas”, que na verdade se apropri-

am de terras alheias, enquanto aqueles aos quais essas terras foram destinadas são obrigados a assistir a seus filhos morrer de malária por falta de 40 reais para pagar o transporte até um posto de saúde.⁶⁴

No dia 29 de novembro de 2004, em visita ao assentamento Areia, em Trairão, conheci três crianças, três irmãos com 9, 12 e 13 anos. iam trabalhar carpindo juquirá nas terras de Jandir Baú. O carinho com que o menor deles carregava um pequeno cão era a única lembrança de que se tratava de crianças. Na casa da mãe dos meninos me surpreendi com uma senhora absolutamente consciente. Abandonada pelo marido havia dois anos, falava com dolorosa lucidez da tristeza de ver os filhos fora da escola e privados da própria infância e, além disso, não ter como alimentar outros cinco filhos menores. A madeira de seu lote havia sido cortada – e não paga – pela madeireira J.B. de Lima. Essa empresa chega a vender 300 metros cúbicos por dia de madeira nobre, o que, por baixo, significa 150.000 reais diários.⁶⁵

DE PÔNCIO PILATOS AO TSUNAMI: SIMULACROS E SIMULAÇÕES

Nas manifestações dos madeireiros contra o Ibama sempre foi utilizado, como principal trunfo, o risco iminente de desemprego em massa. No dia 7 de janeiro de 2005, o Simaspa – Sindicato das Indústrias Madeireiras do Sudoeste do Pará –, ao endereçar uma mensagem eletrônica à ministra do Meio Ambiente, encontra o tênue limite entre o ridículo e o absurdo:

O Ibama, órgão subordinado ao MMA e executor da política ambiental, para nós do Simaspa – Sindicato

das Indústrias Madeireiras do Sudoeste do Pará –, repito, o Ibama é como um tsunami, pois ele passa pela nossa região e não sobra nada, destrói indústrias, acaba com o emprego (270.000 pessoas dependem de empregos gerados pelo Simaspa), gera miséria e fome, cria seres humanos desesperados, crianças amedrontadas e sem direito de sonhar, e transforma a todos órfãos do meio ambiente, manchando a imagem do MMA e de V.Exa. que tem dispensado toda atenção ao setor.

[...] Fica a impressão de que na Amazônia só existem animais e árvores, é importante que saibam que somos 20 milhões de brasileiros que merecem a atenção do governo federal no sentido de solucionar o grave problema do desemprego e da fome que afetam esta região. [...]

Será que vamos ter que pedir ajuda humanitária à ONU? [...]⁶⁶

Essa é a forma encontrada para conseguirem um enganoso “apoio” da população carente nas suas manifestações. “Desemprego, fome e prostituição”⁶⁷ – as ameaças são estratégicas e já foram mais do que repetidas em Itaituba, em protesto às ações de fiscalização. Veículos foram espalhados pela cidade com as inscrições “Ibama, seja responsável. Libere o manejo ou o desemprego será inevitável”.

Em 23 de outubro de 2004, o posto de fiscalização do Trinta recebeu a seguinte carta:

Nós do Simaspa, Sindicato das Indústrias Madeireiras do Sudoeste do Pará, estamos como Pôncio Pilatos lavamos as mãos.

A situação na região é gravíssima e o conflito inevitá-

vel já avisamos todos os órgãos competentes desde o Presidente Lula até a Ministra do Meio Ambiente, e nada foi feito, o Ibama em greve e a fiscalização não está em greve, ninguém entende esta situação, não gostaríamos que nossa região virasse manchete e muito menos que o povo venha passar fome.

Gostaríamos de evitar o pior.

Impressiona, além do ostensivo tom de intimidação (com o requinte da referência bíblica), o fato de o próprio sindicato das indústrias madeireiras ter levado a imprensa para cobrir a entrega da carta. Em uma das emissoras de televisão locais afirmou-se claramente não haver na carta do Simaspa qualquer tom de ameaça e sim uma amigável “proposta de negociação”. A curiosa postura da imprensa local (os outros veículos não tiveram postura diferente) é muito bem explicada quando se abre qualquer jornal local e se vê no anúncio do grupo Climaco, de Walmir Climaco, candidato derrotado à prefeitura de Itaituba pelo PMDB, um conglomerado de empresas que incluem madeireira, fazendas e a TV Liberal. O dono da emissora local fora também, em agosto de 2004, multado em 1,2 milhão de reais por ter desmatado ilegalmente 746 hectares no Parque Nacional da Amazônia.⁶⁸

Em muitos e bons trabalhos publicados, expõe-se um percurso “clássico” da ocupação da terra pública:

1. GRILEIRO – “comprando” de um terceiro ou simplesmente ocupando a terra, demarcando-a por meio de uma picada aberta no perímetro da área.

2. MADEIREIRO – geralmente muito capitalizado (nessa ou em outra atividade), investe na abertura de estradas e acessos à terra para retirada de madeira.

3. PECUARISTA – valendo-se das estradas abertas

pelo madeireiro, faz a derrubada da mata, atea fogo e semeia pastagens.

Sem dúvida, a grilagem na região da BR-163 segue esse roteiro. Porém, percebe-se uma circunstancial fusão desses atores. Uma fiscalização mais rígida na madeira transportada para o Norte levou a uma demanda pela ATPF (Autorização de transporte de produtos florestais). Para a expedição dessa guia, é necessária a aprovação de um plano de manejo florestal e, para essa aprovação, é preciso apresentar a certidão de propriedade da terra, emitida pelo cartório de registro imobiliário competente. Como a imensa maioria das terras da região é da União, os madeireiros entram na atividade da grilagem e, conseqüentemente, da pecuária.

O Ibama se posicionara no sentido de abrir mão da certidão de propriedade para fins de aprovação de planos de manejo, bastando para tanto uma certidão de posse, emitida pelo Incra. Era suficiente declarar que a área na qual se desenvolveria o projeto estava de fato ocupada pelo requerente e não havia sobreposição de protocolos de declaração de ocupação daquela terra. Dessa forma, o madeireiro passa também a ser um agente da ocupação irregular de terras e, não raro, implanta a pecuária nesse processo de ocupação.

Na corrida pela terra, os madeireiros (muito bem articulados) mostram que tomaram a frente.

No escritório do Incra em Belém havia, em novembro de 2004, numa planta de terras vistoriadas (mapa 3), a marcação de áreas esparsas, longínquas umas das outras. O critério para definição da ordem das áreas a receber vistoria não seguia nenhuma programação de percurso, nem tampouco de data – priorizava-se uma relação de 28 requerentes encaminhada



Itaituba, PA, em setembro de 2004.

FOTOS: Maurício Torres



Mapa 3

pelo Ibama (ofício 361/2004) ao Incra. A lista das áreas vinha em papel timbrado do Simaspa e dizia: “Segue abaixo listagem de projetos prioritários indicados pelo Simaspa a serem vistoriados pelo Incra”.

Esse ofício nasceu de uma reunião em Itaituba em uma segunda-feira de agosto de 2004. O encontro, envolvendo madeireiros e o superintendente do Incra de Belém, dia 23 daquele mês, tinha como pauta a

grande manifestação dos madeireiros, planejada para dois dias depois, em protesto à atuação da base operativa do Ibama de Itaituba. O superintendente do Incra conseguiu acordar a suspensão da manifestação, porém, segundo participantes da reunião, o trunfo para o acordo foi, justamente, a tônica que seria dada ao andamento dos processos de “regularização fundiária”.

Em 22 de setembro de 2004, os diretores do Si-

maspa encaminham ao Ibama uma indicação de “projetos prioritários” a ser vistoriados pelo Incra. No dia 23 de setembro, o Ibama redireciona ao Incra a tal lista de áreas prioritárias (ofício 361/2004).

Dessa forma, não é difícil que, por certa fragilidade da postura governamental, as ações do Incra no plano de geocadastramento da ocupação do solo nas margens da BR-163, no Estado do Pará, se desviem de sua vital função e se ponham a favor da regularização de ocupações ilícitas. De fato, as equipes em campo não se atinham a nada além da vistoria das áreas de manejo e, se pensarmos também na valorização abrupta da terra após a vistoria, pode-se questionar a atuação do Incra do Pará.

Em 7 de dezembro de 2004, o superintendente do Incra em Belém, Roberto Faro, o mesmo da reunião em Itaituba, seria preso e exonerado sob a acusação de corrupção e formação de quadrilha para liberação de títulos de terras da União. Três dias depois, em 10 de dezembro, Antônio Carlos Hummel, diretor de florestas do Ibama – que, segundo o Simaspa⁶⁹, prometeria não tomar qualquer medida para suspensão dos projetos de manejo –, assina o memorando 619/2004/Diref, recomendando a todas as gerências executivas que suspendessem o licenciamento de projetos de manejo florestal que apresentassem “declarações de posse” expedidas pelo Incra como documento comprobatório da regularização fundiária.

Ao encerrar este texto, faço votos de que a sequência de todo o momento a que assistimos nascer (a discussão sobre a conclusão da BR-163) não se limite à abertura de fronteiras agropecuárias que tanto fomentam conflitos e divergências de interesses ligados à terra. Interesses que sempre implicaram diferentes con-

cepções de tempo, espaço e vida. Sempre se registrou e considerou muito mais “o heróico pioneirismo” do capitalista que chega do que se lamentou o genocídio daquele que lhe perdia espaço. O camponês sempre foi “subjugado por formas de poder e de justiça que se pautam por códigos e interesses completamente distanciados de sua realidade aparentemente simples, que mesclam diabolicamente o poder pessoal do latifundiário e as formas puramente rituais de justiça institucional”.⁷⁰

A rodovia asfaltada, por si, não representa em nada a presença do Estado. Não reduzirá desmatamento, grilagem, expropriação, trabalho escravo. Nas ações de combate ao desmatamento e, ainda mais, nas de regularização fundiária, o governo federal prova que não vem conseguindo se implantar na região. E, conclusivamente, qualquer obra que não venha precedida de ações que combatam a ilegalidade generalizada será muito bem recebida pelo crime local.

Não há como negar que assistimos ao processo de licenciamento da rodovia caminhar num quadro, muitas vezes, idêntico ao do passado. Porém, de outro lado, vemos movimentos sociais se mobilizarem dispostos a interagir nessa toada. E, sabe-se muito bem, toda e qualquer expectativa de mudança passa, necessariamente, pela participação ativa dos movimentos sociais.

AGRADECIMENTOS

Um particular agradecimento a Ariovaldo Umbelino de Oliveira, pela imprescindível orientação, a José Arbex Jr., pelo aval de confiança, e a Jan Rocha, pela especial ajuda e pelas críticas.

NOTAS

- 1 MARTINS, J. de S. “Reforma agrária: o im-
possível diálogo sobre a história possí-
vel”. *Tempo Social*, São Paulo: Depto. de
Sociologia-FFLCH-USP, fev. 2000. p. 105.
- 2 BRANFORD, S.; ROCHA, J. *Rompendo a cer-
ca: a história do MST*. São Paulo: Casa
Amarela, 2004. p. 24.
- 3 Apud MARTINS, J. de S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 78.
- 4 Martins, “Reforma agrária...”, p. 106.
- 5 *Realidade*, ano VI, n. 67, Especial “Amazô-
nia”. [São Paulo]: Ed. Abril, out. 1971. p. 277.
- 6 OLIVEIRA, A. U. de. *A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e vio-
lência*. São Paulo, 1997. Tese (Livre-do-
cência em Geografia) - Faculdade de Fi-
losofia, Letras e Ciências Humanas, Uni-
versidade de São Paulo. v. 1.
- 7 Cf. id.
- 8 BARATA, R. “O terror e as artimanhas da
contra-reforma agrária paraense”, in: CA-
RUSO, M. M. L.; CARUSO, R. *Amazônia, a
valsa da galáxia*. Florianópolis: Ed. da
Ufsc, 2000. p. 187.
- 9 STEDILE, J. P.; MANÇANO FERNANDES, B.
*Brava gente: a trajetória do MST e a luta
pela terra no Brasil*. São Paulo: Perseu
Abramo, 1999. p. 15.
- 10 Apud Oliveira, op. cit.
- 11 Anúncio da construtora Queiroz Galvão,
responsável pela construção do trecho
Altamira-Itaituba da rodovia Transama-
zônica (*Realidade*, op. cit., p. 316).
- 12 Anúncio do Montepio Nacional dos Ban-
cários (*Realidade*, op. cit., p. 325).
- 13 *Manchete*, Edição Especial “Amazônia: um
novo Brasil”. Rio de Janeiro: Bloch, fev.
1973. p. 53.
- 14 Ibid., p. 78-79.
- 15 Anúncio da construtora Queiroz Galvão
(*Realidade*, op. cit., p. 316).
- 16 Sobre a auto-denominação, por parte
dos “colonizadores” do programa de in-
tegração do governo militar, de “pionei-
ros”, são indispensáveis os estudos do
professor José de Souza Martins: *Expro-
priação e violência: a questão política no
campo*. São Paulo: Hucitec, 1980; e
*Fronteira: a degradação do Outro nos
confins do humano*. São Paulo: Huci-
tec, 1997.
- 17 Martins, *Fronteira...*, p. 13.
- 18 *Manchete*, op. cit., p. 52s.
- 19 Ibid., p. 23.
- 20 O texto citado acompanha a foto no livro
de MARTINELLI, P. *Amazônia: o povo das
águas*. 2. ed., São Paulo: Terra Virgem,
2000. p. 208.
- 21 Ibid., p. 211.
- 22 Ibid., p. 209.
- 23 *Manchete*, op. cit., p. 80.
- 24 Martins, *Fronteira...*, p. 86.
- 25 Id.
- 26 Oliveira, op. cit., p. 56s.
- 27 Cf. id.
- 28 *Realidade*, op. cit., p. 232.
- 29 Oliveira, op. cit., p. 95.
- 30 Apud ibid., p. 94.
- 31 CNBB. *Pastoral da Terra 2: posse e conflitos*.
São Paulo: Paulinas, 1977. (Estudos da
CNBB, 13). p. 156.
- 32 Barata, op. cit., p. 186.
- 33 Martins, *O poder do...*, p. 83.
- 34 Oliveira, op. cit., p. 87.
- 35 Barata, op. cit., p. 189.
- 36 Ibid., p. 190.
- 37 Dados da Comissão Pastoral da Terra
apud Comissão de Direitos Humanos da
Câmara dos Deputados. “Violência no
sudeste e sul do Pará”, in: REDE SOCIAL
DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS; GLO-
BAL EXCHANGE. *Direitos Humanos no
Brasil 2001*. São Paulo, 2001. p. 100.
- 38 “E ainda assim executores e mandantes fu-
giram das prisões pouco tempo depois ou
encontram-se gozando de regalias” (id.).
- 39 Id.
- 40 Ibid., p. 101.
- 41 Id.
- 42 MARTINS, J. de S. *O sujeito oculto: ordem
e transgressão na reforma agrária*. Porto
Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 218.
- 43 Apesar de esse ser o nome pelo qual o órgão
é conhecido e de na prática atuar de forma
independente, formalmente não se trata
de um sindicato, mas sim do subsindicato
de trabalhadores rurais de Altamira.
- 44 MARTINS, J. de S. “A reprodução do capi-
tal na frente pioneira”. In: Martins,
Fronteira..., p. 88s.
- 45 Entrevista concedida em 27 nov. 2004,
durante o “Encontro de Lideranças dos
Movimentos Sociais da BR-163”, em Alter
do Chão, Santarém, Pará.
- 46 Em palestra proferida à Universidade de
Tuebingen, Alemanha, no Fórum *Ama-
zônia Sustentável* – Workshop II – Resul-
tados. “Análise das principais grandes

- obras de infra-estrutura do PPA 2004-2007 na Amazônia”. Disponível em: <http://www.uni-tuebingen.de/egwin-fo/susam/ws2docu_roberto.html>.
- 47 RAMOS, E.; MONTEIRO, R.; CASTRO, C. P. *Atores e relações sociais em novas fronteiras na Amazônia*. Belém: mimeo, 2002. p. 24.
- 48 “Grilagem de terras: clima tenso em Castelo dos Sonhos”. *Jornal de Santarém e Baixo Amazonas*, 22 a 28 de junho de 2002. Caderno Município, Seção Itaituba, p. 24.
- 49 Id.
- 50 Ramos et al., op. cit., p. 4, nota 5.
- 51 *Jornal de Santarém e Baixo Amazonas*, 15 a 21 de novembro de 2003. p. 17.
- 52 Trabalho de campo em Trairão. Entrevista concedida em sua hospitaleira varanda, em 29 nov. 2004, ao lado de sua esposa e netos, no PA Areia.
- 53 Denominação local de pistoleiros.
- 54 AGÊNCIA AMAZÔNIA. “Clima na região é de extrema violência alerta procurador da República”. Santarém, s/d. apud *e-mail* (comunicação pessoal) recebido pelo autor em: 16 dez. 2004.
- 55 O aumento de oferta de serviço para a “regularização” fundiária deve-se também ao “congelamento” do licenciamento dos planos de manejo. Muitos que antes trabalhavam dando assistência a esses processos agora prestam serviço a fazendeiros.
- 56 Ramos et al., op. cit., p. 30.
- 57 AGÊNCIA AMAZÔNIA. “Grupos políticos e econômicos são apontados como financiadores da grilagem”. Santarém, s/d. apud *e-mail* (comunicação pessoal) recebido pelo autor em: 16 dez. 2004.
- 58 Trabalho de campo. Entrevista em novembro de 2004, em Itaituba.
- 59 Sobre isso, ver o capítulo de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, neste volume.
- 60 O curso com dois anos de duração, quatro módulos semestrais, começou e terminou com trinta alunos, não havendo uma única desistência, e pode ser tomado como modelo. Desses trinta, a maioria tornou-se monitora dos cursos seguintes. Frei Leão, em 15 de dezembro de 2004, comentou a respeito: “Isso nos indicou que estávamos no caminho certo”. Silvino chegou a construir em seu lote, sem nenhum recurso que não os seus próprios, um barracão coberto de palha medindo 40 m² (8 x 5 m), que servia de sala de aula e dormitório, para que as aulas práticas das turmas posteriores pudessem ser realizadas em suas terras.
- 61 Entrevista concedida em 14 dez. 2004, em Santarém.
- 62 Entrevista concedida em 14 dez. 2004, em Santarém.
- 63 MARTINS, *Fronteira...*, p. 40.
- 64 Maria R., funcionária de uma fazenda a 150 quilômetros de Moraes de Almeida, perdeu seus dois filhos de malária. Por oito dias ela esperou em vão uma “voadeira” que a transportasse sem cobrar o frete de 40 reais.
- 65 Wagner (não quis dizer o sobrenome), funcionário da empresa J.B. de Lima, em 29 nov. 2004, no escritório da serraria.
- 66 SIMASPA. *Ibama x tsunami*. Mensagem eletrônica enviada em 7 jan. 2005 para a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, entre diversos outros destinatários. Ao final, a mensagem abandona o dilema entre o ridículo e o absurdo para aderir, convicta, ao hilário: “Madeireiro que ama a mata, não mata a mata”.
- 67 Id.
- 68 Cf. “Ibama multa candidato a prefeito por extrair madeira em reserva”. *Folha de S. Paulo*, 26 ago. 2004.
- 69 Simaspa, op. cit.: “O diretor de floresta sr. Hummel nos prometeu em Brasília, em reunião realizada no dia 21 de dezembro de 2004, que não adotaria qualquer medida no sentido de suspender projetos de manejo florestal e mais uma vez fomos enganados”.
- 70 Martins, *Fronteira...*, p. 16.

Yellowstone Paroara

MAURÍCIO TORRES E
WILSEA FIGUEIREDO

Uma discussão sobre o papel das Unidades de Conservação e o exemplo do Parque Nacional da Amazônia

A Amazônia, campeã mundial em taxas de desmatamento, desperta fortes reações ambientalistas que culminaram no aumento da criação de unidades de conservação nos últimos anos. A área de influência da BR-163, em particular, sofre processos de devastação em taxas mais aceleradas quando comparadas às de outros lugares na Amazônia (vide Arnaldo CARNEIRO Filho, neste livro) e é esperado que as pressões ambientais se intensifiquem ainda mais depois do asfaltamento. Após o assassinato da missionária Dorothy Stang, acentuou-se um movimento de propagação de informações sobre o oeste do Pará e uma das ações do governo federal para se fazer presente na violenta região foi o anúncio da criação de várias novas áreas de proteção.

Porém, a simples decretação de áreas protegidas, por si, não garante efetividade na preservação ambiental. A expansão do latifúndio corre solta e a ocupação da região segue o tom de seus primórdios, notadamente dos anos 70: a abertura de fronteiras ao grande ca-

pital. Com o amparo do Estado, o capital privado, nacional e internacional, teve acesso aos recursos naturais da Amazônia (cf. OLIVEIRA, 1997, 1995 e neste livro). A expropriação da população camponesa e a procura desta por uma nova terra onde viver geram, inequivocamente, pressões sobre as unidades de conservação. De outro lado, paradoxalmente, como veremos, esse fato acaba, muitas vezes, por compor o obstáculo efetivo para deter o avanço das pastagens do latifúndio e da extração madeireira. Áreas protegidas, por ainda manterem quantidades consideráveis de recursos intatos e porções “desocupadas”, acabam tidas como fonte de enriquecimento fácil para o grande e possibilidade de espaço de vida para o pequeno.

Antes de traçarmos uma análise sobre as unidades de conservação na Amazônia e, em especial, na área de influência da BR-163, vale esclarecer alguns pontos gerais a respeito da legislação que versa sobre áreas protegidas no Brasil. De acordo com as atividades a serem desenvolvidas em uma unidade de conservação, as reservas podem ser classificadas em duas categorias principais: nas unidades de conservação de proteção integral, ou de uso indireto (por exemplo, parques, estações ecológicas, reservas biológicas), não é permitida a presença de moradores e nenhum recurso pode ser extraído do meio, exceto no caso de pesquisa científica; nas unidades de conservação de uso sustentável, ou uso direto (por exemplo, reservas extrativistas, florestas nacionais e estaduais, reservas de desenvolvimento sustentável e áreas de proteção ambiental), permite-se a presença de moradores, mas suas atividades deverão ser restritas e estar de acordo com regras estipuladas nos planos de manejo. Não raro, como veremos, tais restrições vão de encontro à

cultura da população à qual se aplicam. Comunidades inteiras, habitantes há gerações de determinado local, são pressionadas a abandonar atividades absolutamente indissociáveis não só da sua alimentação como do seu próprio modo de vida.

Se a criação e a gestão de unidades de conservação são, também, atividades de cunho político e social e influenciam de maneira drástica a vida das populações que residem em seu interior e em seu entorno, é necessário que, além de pautadas em critérios ecológicos, sejam politicamente justas e socialmente viáveis. Caso contrário, seu papel de promover a preservação ambiental e influenciar positivamente na qualidade de vida da população não será cumprido. Neste capítulo pretendemos analisar questões relevantes, sob os pontos de vista biológico e sociopolítico, relacionadas às unidades de conservação na Amazônia, com ênfase naquelas situadas na área de influência da BR-163. Primeiramente, nos deteremos em alguns critérios técnicos imprescindíveis na tomada de decisões para a escolha e o manejo de áreas protegidas.

Quando pensamos em uma reserva ambiental, imediatamente somos remetidos a imagens e sensações daquilo que referenciamos como natureza: aves de coloridas plumagens, frondosas e densas árvores, sons incessantes de exóticos animais. Dificilmente lembramos que o humano também é natureza. Na Amazônia, mais de 60% das unidades de conservação são planejadas para ser habitadas. Mesmo as concebidas para não o serem, por razões que veremos adiante, servem de moradia e sustento para várias populações. De modo que não haveria como falarmos de unidades de conservação sem abordarmos sua interação com essas pessoas. Assim, discutiremos questões sociais relacionadas às unidades

de conservação, enfocando, também, a posição dos órgãos e políticas ambientais em relação a essas pessoas.

COMO É O QUE PRESERVAR EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO?

O primeiro estágio do planejamento sistemático em conservação consiste no mapeamento da biodiversidade da região a ser protegida. Pesquisa-se, então, como as diferentes espécies locais se distribuem geograficamente e, também, os processos evolutivos e ecológicos responsáveis pela origem e manutenção dessas espécies no meio (MARGULES; PRESSEY, 2000). Alguns exemplos de questões a serem respondidas nesse momento e a aplicação dessas informações na tomada de decisões em conservação seguem abaixo:

- 1) Como os organismos se distribuem no espaço? Se as diferentes espécies de animais e plantas da região estão ampla e igualitariamente distribuídas, ou se diferentes áreas abrigam diferentes espécies. Neste último caso, unidades de conservação devem cobrir cada uma dessas áreas diferenciadas, para, adequadamente, abrigar todas as espécies da região a ser protegida. Em outras palavras, busca-se, com tal estratégia, a garantia de representatividade biológica às reservas ambientais.
- 2) Que funções ecológicas importantes são desempenhadas e em que porções específicas da região? Por exemplo, se determinado local abriga nascentes de rios que se espalham pelo resto da área, deve então merecer atenção especial de conservação por influenciar o funcionamento de outras partes do ecossistema.

- 3) Como os organismos se deslocam em um dado espaço? Quais organismos da região se dispersam por meio de diferentes habitats ou paisagens? Quais grupos mantêm padrões peculiares de mobilidade e dispersão? E quais outros se movem pouco no ambiente? Para cada uma dessas categorias de mobilidade deve haver uma abordagem diferenciada. Para as espécies que se movem ampla ou restritamente, deve-se pensar em “rotas” de dispersão entre diferentes áreas. Para as de baixa vagilidade, é necessário pensar em um espaço adequado e suficiente para que possam se reproduzir e manter tamanhos populacionais viáveis em longo prazo.

A questões 2 e 3 remetem a estratégias que visam maximizar a “persistência evolutiva” das espécies nas unidades de conservação. Para isso, a criação de reservas ambientais deve ser pensada de maneira a garantir a manutenção dos processos que criam e sustentam a diversidade. (Idem).

Um dos principais impedimentos para a manutenção e a viabilidade de reservas relaciona-se com os efeitos adversos da fragmentação de habitat. Fragmentação é o processo que causa o isolamento de áreas graças às transformações de paisagem. Por exemplo, a abertura de pastos ao redor de uma porção de floresta irá impossibilitar a moção dos organismos dessa área para outras porções florestadas. Os efeitos secundários dessa falta de mobilidade são sérios, principalmente para organismos que naturalmente reúnem população pequena: com poucos indivíduos, a população no fragmento pode sofrer extinção local. Se isso não se dá de imediato, é bastante provável que ocorra com um

pouco mais de tempo. Impedidos de se dispersar, os organismos presos no fragmento passam a se acasalar entre si, entre indivíduos aparentados, ampliando assim a consangüinidade do grupo e reduzindo a variabilidade genética. Isso expõe a população a sérios riscos de extinção, fragilizando-a frente a mudanças ambientais, epidemias e doenças infecciosas (LAURANCE; BIERREGARD JR., 1997; LANDE, 1999). Para minimizar, em áreas protegidas, os efeitos da fragmentação, tais áreas necessitam: 1) tamanho e desenho adequado de forma a permitir a manutenção de populações em longo prazo sem risco de extinção ou perda de variabilidade genética; 2) situarem-se próximas a outras áreas protegidas de modo a possibilitar a manutenção de fluxo gênico entre áreas adjacentes.

Vários métodos são propostos e utilizados para auxiliar o desenho de áreas de proteção a fim de que não sejam prejudicadas pelos efeitos da fragmentação (WILSON; WILLIS, 1975; International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources, 1980; SHAFFER, 1997). A biogeografia, por exemplo, estuda os efeitos da fragmentação de hábitat na biodiversidade, e métodos baseados em “biogeografia de ilhas” (MACARTHUR; WILSON, 1967) são vastamente utilizados para elaborar regras que auxiliam no desenho de áreas protegidas. Os métodos disponíveis determinam que a eficiência cresce na medida em que as áreas aumentam de tamanho, desenham-se mais próximas ao formato circular e localizam-se contigüamente a outras áreas.

Para planejar áreas protegidas levando em consideração a representação biológica e a persistência evolutiva, necessita-se de profundo conhecimento sobre quais espécies habitam que partes da região, ou seja, sobre taxonomia, distribuição geográfica e os fatores

determinantes da disposição espacial das espécies. Rude e parcial, o conhecimento sobre a Amazônia não é confiável para nortear as prioridades de escolha das áreas de preservação. Junta-se ainda o fato de as políticas ambientais para a Amazônia se pautarem por outro crivo: demografia e interesses econômicos são, na maioria das vezes, determinantes muito mais ativos do desenho espacial das áreas de preservação.

O Parque Nacional da Amazônia, em Itaituba, PA, é um exemplo particularmente ilustrativo da submissão dos valores ambientais aos interesses econômicos do grande capital. Essa reserva orgulha-se de ser o primeiro parque nacional criado na Amazônia, mas se contrange com um curioso “dente” entrecortando suas formas geométricas (figura 1). Em 1985, quase onze anos após sua criação, um decreto publicado durante o mandato do então presidente João Figueiredo redefiniu os limites do Parque, excluindo inexplicavelmente do perímetro uma área rica em calcário, de aproximadamente 6.000 hectares. Hoje, adjacente a essa área, está instalada uma fábrica de cimento do grupo João Santos, com licença para pesquisa mineral na área do “dente”. Casos como esse são absolutamente coerentes com o que Ariovaldo Umbelino de OLIVEIRA (1997, 1995 e neste livro) define como a dinâmica de controle da Amazônia calcada no monopólio da propriedade privada do solo e do monopólio sobre os recursos minerais do subsolo. Infelizmente, a conservação ambiental, ainda hoje, cede prioridade à instalação do grande capital.

Se por um lado urge transformar históricas e arraigadas estruturas político-econômicas, por outro precisa-se de algo não menos demorado: informações aplicáveis ao planejamento em conservação. As proporções da Amazônia atrasam o compasso do intrin-

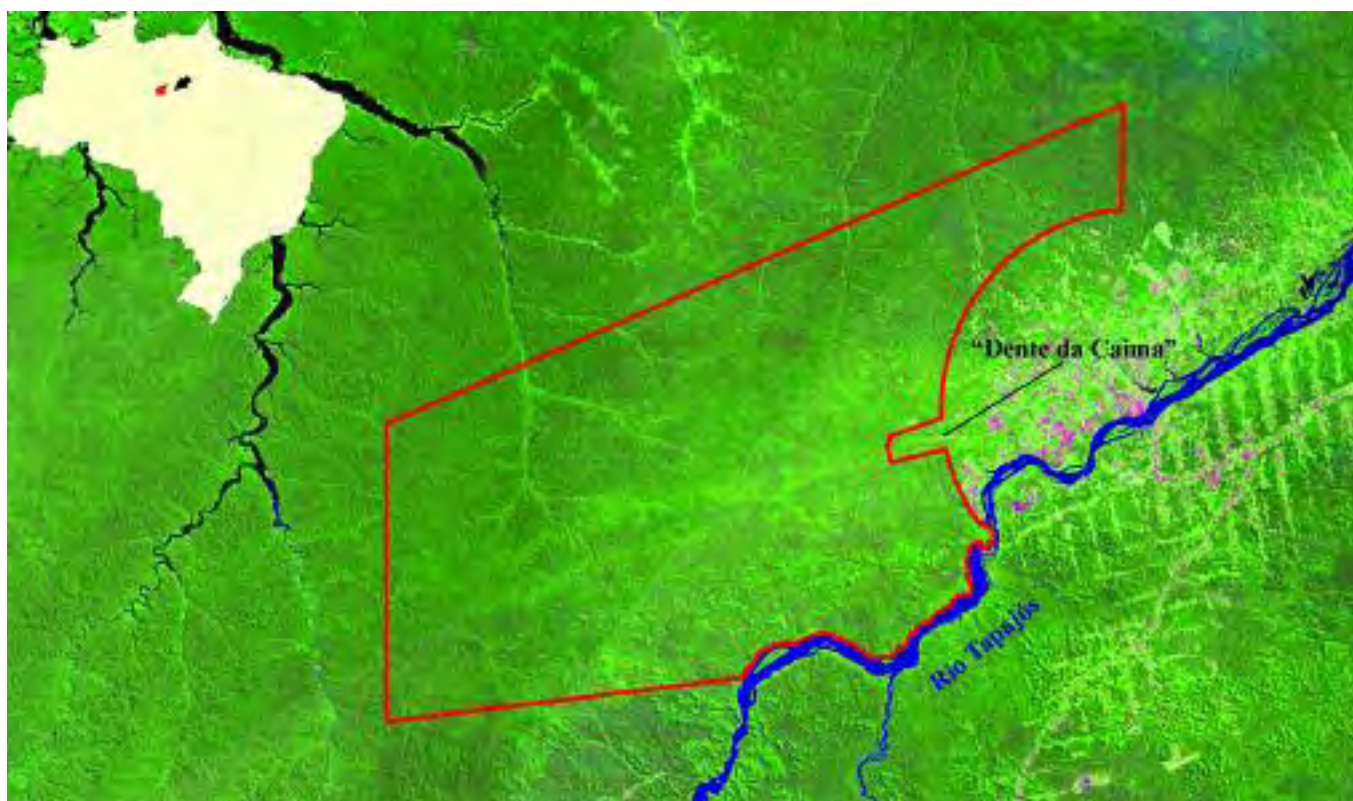


Figura 1. Mapa com localização geográfica do Parque Nacional da Amazônia. A área apontada com a seta corresponde ao que em Itaituba é denominado de "Dente da Caima", retirada da área da reserva pelo decreto 90.823, de 1985, assinado pelo então presidente João Figueiredo.

Elaboração dos autores

**A região amazônica
não é uniforme.
Não menos do que setenta
tipos nativos de florestas
foram identificados na região.
Formam paisagens que
incluem, por exemplo,
savanas, matas inundadas,
campos e florestas de
“terra-firme” de variadas
composições florísticas.**

secamente lento processo de conhecimento científico, que se dá em passos lesos quando comparado à velocidade da devastação. Na Amazônia, de modo geral, várias espécies contam com informações sobre distribuições geográficas restritas às localidades-tipo, ou seja, aos locais onde as espécies foram coletadas pela primeira vez. Os registros de coleta e avistamento são majoritariamente limitados às margens de grandes rios e próximos às grandes cidades da região, onde as condições logísticas e de deslocamento são mais favoráveis. Grandes extensões ainda não foram inventariadas (OREN; ALBUQUERQUE, 1991; HEYER et al., 1999) e a ampla maioria das espécies espera por uma revisão taxonômica (PATTON et al., 2000; SILVA et al., 2003).

Em especial, a área de influência da BR-163 é ainda menos estudada e conta com menores conhecimentos do que o resto da Amazônia. Conjuga dois perigosos pó-dios: desmatamento e falta de conhecimento sobre composição biológica. Tem-se aí o risco de não sabermos nem sequer o que foi perdido – e o que se poderá perder. Quase sua totalidade jamais foi alvo de, ao menos, uma expedição para levantamento de biodiversidade.

Os primatas, por exemplo, são o grupo taxonômico mais estudado, não só na Amazônia como em todo o mundo. Ainda assim, não há informações sobre a composição da fauna de primatas para vastas extensões da região, em especial para a área de influência da BR-163. Ali, os únicos lugares onde há registros satisfatórios situam-se nas proximidades do município de Santarém. Os restantes contêm poucos ou nenhum ponto de coleta para aqueles que são os mais conhecidos organismos amazônicos.

Dados coletados em recentes inventários biológicos no Parque Nacional da Amazônia também ilustram nossa ignorância em relação à composição da

fauna e flora. Pequenos mamíferos são relativamente bem estudados, ainda assim, 50% das espécies encontradas nessas expedições não tinham registro para a área, ou seja, não se sabia sobre a possibilidade de sua incidência na região. Em apenas quinze dias de coleta, entre setembro e outubro de 2004, duas das espécies capturadas eram desconhecidas para a ciência. Ironicamente, uma delas foi encontrada atropelada no meio da rodovia Transamazônica. Isso fala menos de acaso do que do completo desconhecimento da região.

Novos registros de ocorrência, assim como a descoberta de espécies ainda não catalogadas, dizem de uma biodiversidade até então desconsiderada e que pode estar restrita a uma determinada área. A existência de espécies que só podem viver em determinado local indica o nível de prioridade com que ele deve ser considerado quando se planejar a implantação de unidades de conservação. Sem um bom banco de dados sobre as distribuições das espécies, as políticas de priorização para a escolha de áreas de preservação são reconhecidamente limitadas.

Se, em curto prazo, é inatingível uma razoável compreensão da composição e distribuição da diversidade, não há outra escolha senão lançar mão de generalizações sobre a organização espacial da diversidade na Amazônia usando os resultados já obtidos. A seguir, um resumo do conhecimento atual sobre padrões e processos de distribuição da biodiversidade na Amazônia.

PADRÕES GEOGRÁFICOS DE DIVERSIDADE NA AMAZÔNIA

Há muito se reconhece: a região amazônica não é uniforme. Não menos do que setenta tipos nativos de flo-

restas foram identificados na região. Formam paisagens que incluem, por exemplo, savanas, matas inundadas, campos e florestas de “terra-firme” de variadas composições florísticas (IBGE, 1992). A Amazônia é formada por um grande mosaico de habitats com diferentes histórias evolutivas, cujas interações resultam em uma complexa distribuição de ecossistemas (PRANCE, 1987).

A diversificação em tipos de florestas (nas quais não só as plantas são diferentes, mas também os animais que lá se abrigam) é facilmente perceptível. Porém, há outro tipo de diferenciação entre as florestas, bem mais sutil e ainda pouco entendido. Grupos de vegetais e animais separados por barreiras geográficas não mais se reproduzem entre si e, conseqüentemente, tendem a acumular diferenças até que eventualmente possam vir a se tornar espécies distintas. Por exemplo, as florestas tropicais densas submontanas do Parque Nacional da Amazônia e as desse mesmo tipo das Florestas Nacionais de Itaituba são separadas pelo rio Tapajós, no caso, uma reconhecida barreira geográfica que impede a dispersão dos organismos (figura 2). Os macacos guaribas que vivem nas florestas da margem esquerda do Tapajós são de pelagem inteiramente negra e pertencem à espécie *Alouatta nigerrima*. Os que habitam a margem direita possuem pêlos avermelhados no dorso e fazem parte da espécie *Alouatta discolor*. Portanto, porções de floresta com um mesmo tipo de vegetação podem apresentar composições bióticas (diferentes espécies) bastante diferenciadas, dependendo da área onde estejam situadas.

A constatação de que as muitas espécies da Amazônia foram geradas por mecanismos de isolamento geográfico e reprodutivo remete, inevitavelmente, a



Figura 2. O rio Tapajós. Seu volume e a intensidade de descarga com que se dirige ao Amazonas o tornam importante barreira geográfica. À margem esquerda, o Parque Nacional da Amazônia; à direita, a Floresta Nacional de Itaituba II.
FOTO: Muriel Terra



Figura 3. Divisão proposta por PRANCE (1977), com base nas distribuições de plantas (retirada do original).

Elaboração Luis Barbosa



Figura 4. Áreas de endemismo propostas para a Amazônia, com base nas distribuições de aves. As áreas Tapajós e Xingu correspondem à área Pará, de acordo com CRACRAFT (1985) (retirada de SILVA et al., 2003).

Elaboração Luis Barbosa

outra questão: quais e onde estão localizadas as barreiras geográficas que separaram as espécies? Estendendo-se, ainda, esse raciocínio, pode-se concluir que, ao delimitar essas barreiras, identificam-se as áreas onde as espécies se diferenciaram.

Os poucos trabalhos sobre grandes áreas na Amazônia de composição de espécies altamente diferenciadas valem-se de metodologias distintas de análise de distribuições geográficas. PRANCE (1977), com base nas distribuições de um grande número de espécies vegetais, delimitou oito regiões diferenciadas (figura 3). CRACRAFT (1985), estudando a distribuição de aves, dividiu a Amazônia em sete áreas distintas, chamadas de áreas de “endemismo” (figura 4). Há pouca concordância entre os padrões geográficos de diferenciação detectados para plantas e aves. Nenhum trabalho se dedicou a avaliar os conflitos encontrados entre esses dois estudos. Contudo, SILVA e OREN (1996) e ÁVILA-PIRES (1995) analisaram a distribuição de primatas e lagartos amazônicos, respectivamente, e utilizaram seus resultados para testar a validade das áreas delimitadas para aves. Talvez porque os resultados obtidos tenham corroborado vários dos padrões encontrados por CRACRAFT (1985), a divisão da Amazônia nas áreas de endemismo é hoje a proposta biogeográfica mais aceita.

As implicações dos padrões de endemismo na Amazônia para a conservação são claras. A aceitação das áreas de endemismo indica que unidades de conservação deverão ser estabelecidas de modo a garantir a proteção de cada uma delas. Vale, porém, ressaltar que essas tais refletem padrões muito generalizados de diferenciação. Como dissemos, as informações sobre distribuições geográficas na Amazônia são escassas. Os estudos citados acima valeram-se de compilações sabi-

damente deficitárias, que impediram uma leitura mais precisa, que apuraria subdivisões no atual quadro de disposição das áreas de endemismo.

PROCESSOS DE DIVERSIFICAÇÃO NA AMAZÔNIA

O conhecimento sobre como e quando se deram os processos de formação da diversidade de espécies na Amazônia é importante para auxiliar na criação e gestão de unidades de conservação. Uma vez que raramente se pode delimitar com acurácia as barreiras geográficas que promovem a divergência entre espécies, é vital ter uma noção de como se deram os processos de especiação. Assim, sabe-se indiretamente sobre as barreiras e, também, pode-se avaliar onde se localizam as áreas diferenciadas que devem ser protegidas em reservas ambientais.

Durante um período acreditou-se no grande número de espécies da Amazônia como produto de suas marcantes estabilidades climática e geológica. Isso poria a floresta a salvo de desastres e condições extremas, geralmente responsáveis por eventos catastróficos, causadores da morte de populações naturais. Tal estabilidade promoveria um aumento gradativo de biodiversidade, ao levar as taxas de nascimento de espécies a superar as de extinção (SANDERS, 1969). Entretanto, evidências mais recentes demonstram drásticas mudanças geoclimáticas a pontuar o passado histórico da Amazônia (TUOMISTO; RUOKOLAINEN, 1997). Atualmente, é consenso que grande parte das espécies da Amazônia foi gerada por eventos históricos de separação geográfica (a formação dos rios, por exemplo) geradora da diferenciação das espécies. Estabelecer quais foram tais eventos é tarefa difícil. Existem várias hipóteses sobre quais processos e fatores de diversificação

ocorreram na região (uma ampla revisão e discussão sobre cada uma dessas hipóteses é encontrada em HAFER, 2001). Dentre elas, podem ser citadas:

1. a formação dos rios amazônicos (WALLACE, 1852; CAPPARELLA, 1991; AYRES; CLUTTON-BROCK, 1992), que separaram as espécies ao longo de suas margens;
2. drásticos eventos geológicos, como: movimentação de placas tectônicas (que ocasionam a formação de vales e cadeias de montanhas); flutuações no nível do mar (que provocaram grandes inundações e secas na Amazônia) (RÄSÄNEN et al., 1995; WEBB, 1995; NORES, 1999; BATES, 2001);
3. eventos climáticos causadores do isolamento (e conseqüente diferenciação de espécies) de florestas em lugares montanhosos durante períodos secos das glaciações (HAFFER, 1969; VANZOLINI; WILLIAMS, 1970).

Essas hipóteses, em geral, não se excluem mutuamente. Embora a investigação dos mecanismos geradores da biodiversidade amazônica seja um assunto que fascina gerações, estudos que amadureçam e aprofundem a aplicabilidade de cada uma das propostas acima ainda estão por vir. Uma das poucas informações que podem ser generalizadas a partir dos estudos disponíveis diz respeito ao fato de que as áreas de endemismo amazônicas, em geral, delimitam-se pelo curso de grandes rios. Isso fornece, portanto, fortes evidências da importância dos rios como agentes de diversificação. Contudo, a visão mais realista aponta que a diversificação na Amazônia não pode ser explicada por um único processo geológico ou climático.



Macaco caiarara (*Cebus albifrons*).

FOTO: Maurício Torres



Figura 5. A expansão do agronegócio em Mato Grosso converteu a maior parte das florestas em monoculturas de soja e algodão.

FOTO: Maurício Torres

Sem dúvida, uma contribuição recente e valiosa para o estudo da biodiversidade amazônica advém dos, cada vez mais comuns, estudos genéticos das populações naturais. Essa abordagem consiste na detecção de diferenciação entre populações com base na análise do DNA. Resumindo simplisticamente: se populações distintas possuem composição genética diferenciada, é razoável assumir que estão isoladas, podendo mesmo ser consideradas como diferentes espécies, a depender da magnitude das divergências genéticas encontradas.

Dados genéticos para a Amazônia estão sendo acumulados com rapidez nos últimos anos. Porém, devido às grandes dimensões geográficas, além das dificuldades em obter material biológico apropriado para análises moleculares, um dos principais problemas desses estudos reside no fato de não cobrirem uma grande área geográfica da distribuição dos organismos. Essa amostragem limitada geralmente impossibilita a delimitação geográfica precisa dos eventos de diferenciação genética. Entretanto, um levantamento dos resultados até então obtidos permite ressaltar pelo menos três de suas grandes contribuições para o nosso entendimento sobre a biota amazônica.

1. Em grande escala, padrões geográficos de diversificação obtidos com dados moleculares são em parte concordantes com estudos tradicionais sobre delimitação das áreas de endemismo para a Amazônia (COLLINS; DUBACH, 2000; PATTON et al., 2000; MARKS et al., 2002; CORTÉS-ORTIZ et al., 2003). Todavia, diferenças genéticas marcantes também são encontradas entre populações que habitam uma mesma área de endemismo, indicando um nível de complexidade e diversidade

ainda maior que o calculado anteriormente apenas com as distribuições geográficas dos animais. Tais resultados também revelam uma história dinâmica para a Amazônia, onde vários processos evolutivos podem ter influenciado a diversificação da biota em épocas diferenciadas (COSTA, 2003).

2. As divergências genéticas encontradas entre espécies ou populações são em geral profundas. Quando se empregam métodos para o cálculo de tempo de separação entre espécies com base na pluralidade genética, estima-se que a maioria das separações entre espécies aparentadas se deu há mais de 2 milhões de anos, indicando que as espécies que habitam hoje a Amazônia são fruto de uma longa história evolutiva (por exemplo: COLLINS; DUBACH, 2000; PATTON et al., 2000; CORTÉS-ORTIZ, 2003).

3. Análises genéticas também evidenciaram barreiras geográficas anteriormente desconhecidas, possibilitando o surgimento de novas hipóteses para a explicação de eventos de diversificação na Amazônia e a delimitação de novas áreas de endemismo ainda não reconhecidas. Por exemplo, estudos genéticos de pequenos mamíferos (PATTON et al., 2000) e anfíbios (LOUGHEED et al., 1999) ao longo do rio Juruá apontam para a existência, no passado, de uma barreira que cruzou o rio e separou populações da foz daquelas da cabeceira do rio. Esses resultados corroboram estudos feitos com borboletas (BROWN Jr., 1979) e répteis (ÁVILA-PIRES, 1995).

Apesar de apoiada em congruentes evidências, a divisão nas áreas de endemismo (figura 4), como evi-

denciado pelos resultados dos estudos genéticos, não permite uma apreciação detalhada da distribuição geográfica da biodiversidade amazônica. Essa falta de resolução se deve, mais uma vez, à enorme carência de dados sobre a composição biológica de extensas áreas na região. Para contornar tal lacuna, a ONG World Wildlife Fund (WWF) propôs uma divisão da Amazônia em ecorregiões. Uma ecorregião é “um conjunto de comunidades naturais, geograficamente distintas, que compartilham a maioria das suas espécies, dinâmicas e processos ecológicos, e condições ambientais similares nas quais as interações ecológicas são críticas para sua sobrevivência em longo prazo” (DINERSTEIN et al. 1995). A delimitação das ecorregiões não se vale apenas dos escassos dados de distribuição de organismos. Além de incorporar a divisão da Amazônia nas áreas de endemismo, a proposta parte do princípio de que topografia, clima, tipos de solo, variação no nível dos rios etc. também são fatores determinantes da distribuição e da diferenciação dos organismos. Dados como imagens de satélite, mapas de vegetação, precipitação, tipos de solo são incorporados às análises.

A área de influência da BR-163 estende-se sobre oito das 23 ecorregiões amazônicas. A sobreposição entre a ecorregião das várzeas do Marajó e a área de influência da rodovia não chega a 600 km² e não será aqui considerada. Cinco das ecorregiões situam-se totalmente no bioma Amazônia. As florestas secas de Mato Grosso compreendem um ecossistema denominado Ecótonos Cerrado-Amazônia, que representa a transição entre essas duas regiões. Finalmente, o extremo sul da área de influência compreende o ecossistema Cerrado.

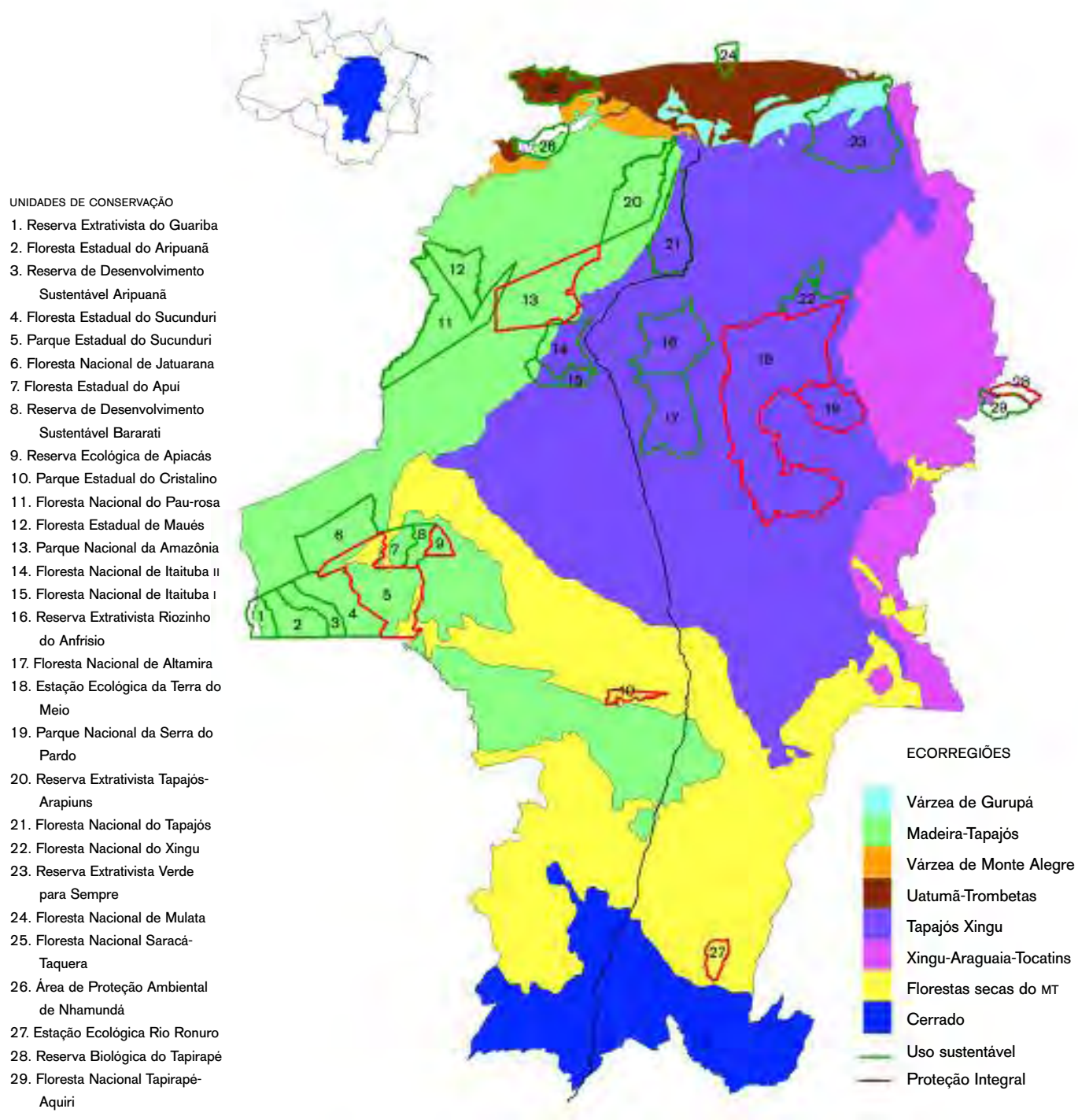


Figura 6. Distribuição das unidades de conservação nas ecorregiões, nos limites da área de influência da BR-163.

Elaboração dos autores sobre dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ibama e IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas)

Tabela 1. Porcentagem protegida, em unidades de conservação, das ecorregiões da área de influência da BR-163

ECORREGIÃO	% ÁREA PROTEGIDA EM UCS	% ÁREA PROTEGIDA EM UCS DE USO INDIRETO	% ÁREA PROTEGIDA EM UCS DE USO SUSTENTÁVEL
Florestas do Uatumã-Trombetas	15,6	0	15,6
Florestas do Xingu/Tocantins-Araguaia	0,4	0,1	0,3
Várzea de Gurupá	38,7	0	38,7
Várzea de Monte Alegre	5,9	0	5,9
Florestas do interflúvio Madeira-Tapajós	29,7	6,5	23,2
Florestas do interflúvio Tapajós-Xingu	22,0	10,7	11,3
Florestas secas de Mato Grosso	2,7	0,3	2,4
Cerrado	0	0	0

Organização de dados Luís Barbosa e autores

Na figura 6 apresenta-se a área de influência da BR-163 com a distribuição geográfica das ecorregiões em intercessão com as unidades de conservação existentes. Uma análise de lacunas foi elaborada para identificar o quanto de cada uma dessas ecorregiões está coberto por reservas de proteção ambiental. A tabela 1 apresenta tais dados.

AS ÁREAS DE VÁRZEA SOB INFLUÊNCIA DA BR-163

Duas ecorregiões compostas por ecossistemas de várzea, as matas inundáveis por rios de planície aluvial (figura 7), estão dentro dos limites da área estudada: as várzeas de Monte Alegre e as de Gurupá. Os ecossistemas de várzea, fundamentais no funcionamento de todo o bioma Amazônia, funcionam como sítio de reprodução de boa parte das espécies de peixes da região. Graças à acentuada fertilidade de seus solos (oriunda dos sedimentos dos rios), à sua localização ao

longo dos grandes rios da Amazônia e à riqueza e abundância de espécies de peixes comestíveis presos em lagos formados durante o período de seca, as várzeas figuram entre as ecorregiões com maior índice de ocupação e desmatamento e menor área protegida em unidades de conservação. Na área de influência da BR-163, as várzeas de Monte Alegre possuem apenas 5,9% de área protegida em unidade de conservação, majoritariamente representada pela Área de Proteção Ambiental de Nhamundá. Os cerca de 39% de área protegida da várzea de Gurupá estão sobre a recém-decretada Reserva Extrativista Verde para Sempre. As várzeas de Monte Alegre, além de figurar entre as ecorregiões menos representadas em unidades de conservação, estão entre as que possuem maiores taxas de desmatamento (11,43% da área já estava completamente desmatada em 2002. FERREIRA, 2002).

É interessante notar que em ambas as ecorregiões de várzea a área protegida se limita a uma única



Figura 7. No rio Amazonas, paisagem típica das várzeas de Gurupá.

FOTO: Maurício Torres

unidade de conservação. Ainda que possa proteger um percentual significativo, relativo ao total da área da ecorregião (no caso das várzeas de Gurupá), a falta de áreas protegidas adicionais limita a conectividade e a dispersão dos organismos entre reservas. De modo marcante, o futuro dessa biodiversidade depende de diálogo das numerosas populações ribeirinhas que vivem da pesca nas redondezas.

AS FLORESTAS DE TRANSIÇÃO E O CERRADO

A florestas secas de Mato Grosso e a ecorregião de cerrado estão muitíssimo mal representadas em unidades de conservação. Nenhuma área protegida se situa dentro dos limites da ecorregião Cerrado. Apenas 2,4% das florestas secas de Mato Grosso estão protegidas. A situação agrava-se nas duas ecorregiões pelo fato de ambas estarem com altíssimos índices de desmatamento (figura 8). Tal devastação também se estende às duas únicas áreas de proteção integral da ecorregião: o Parque Estadual do Cristalino (MT) e a Estação Ecológica Rio Ronuro (MT).

FLORESTAS DE TERRA FIRME

A distribuição de unidades de conservação nas quatro ecorregiões com paisagens majoritariamente compostas de florestas úmidas de terra firme (interflúvios Uatumã-Trombetas, Madeira-Tapajós, Tapajós-Xingu e Xingu-Araguaia/Tocantins) é bastante heterogênea. O interflúvio Tapajós-Xingu tem as maiores proporções de suas terras cobertas por unidades de conservação de uso indireto. A boa representação deve-se aos últimos atos governamentais que criaram várias reservas na

De modo marcante, o futuro dessa biodiversidade depende de diálogo das numerosas populações ribeirinhas que vivem da pesca nas redondezas.

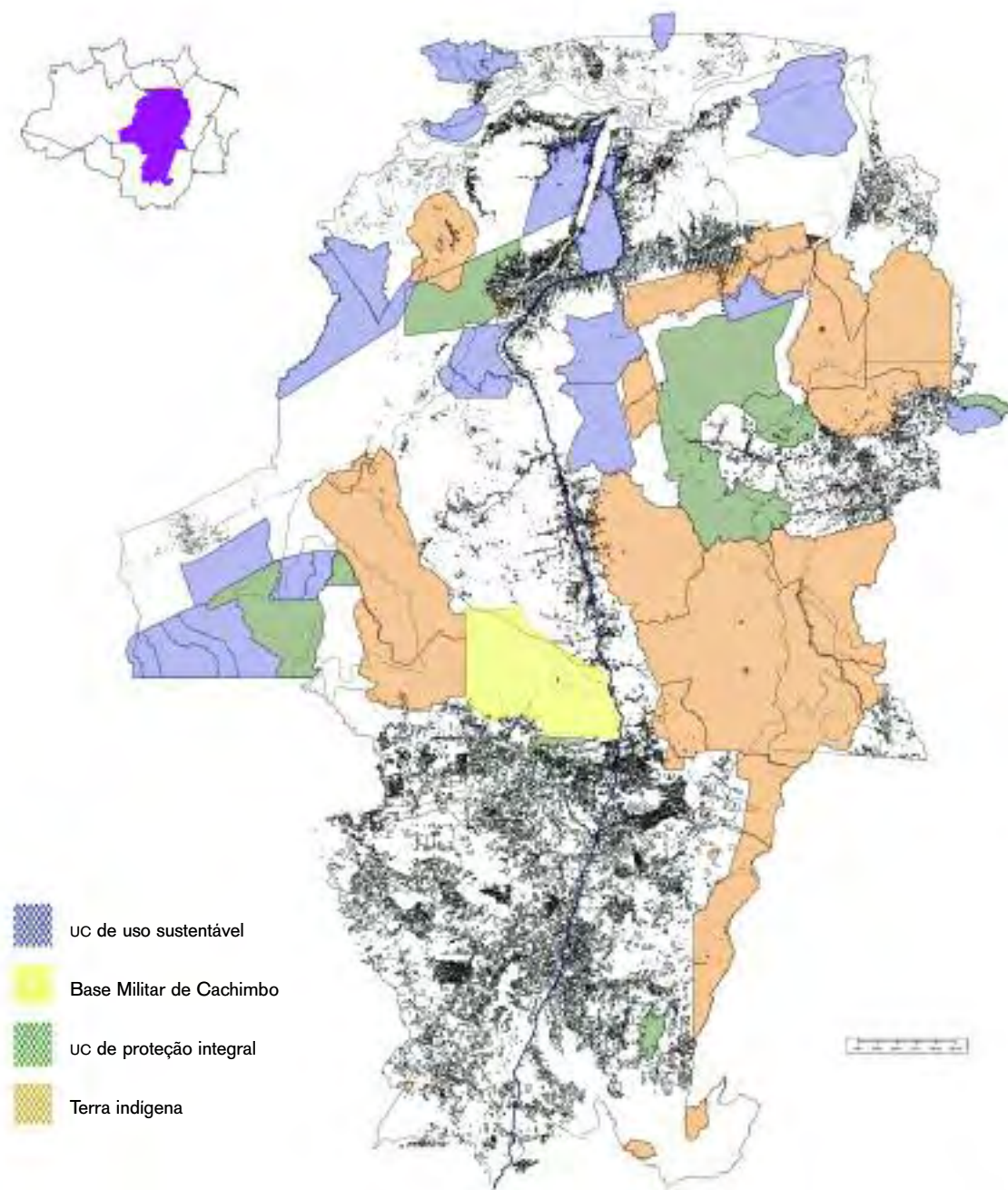


Figura 8. Desmatamento na área de influência da BR-163. Divisão por ecorregião e marcação de Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Área Militar. Nota-se a grande supressão da vegetação nativa, principalmente ao sul, no Estado de Mato Grosso, onde há a menor cobertura por Unidades de Conservação.

Elaboração dos autores sobre dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ibama e IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas)

Terra do Meio. Espera-se que a eficiência do Estado em decretar a criação de reservas ambientais seja proporcional à de implementar e gerir essas mesmas áreas. A Estação Ecológica da Terra do Meio, por exemplo, sabidamente enfrentará os velhos, porém, sempre renovados conflitos ocorrentes ao ser determinada uma unidade de conservação de proteção integral em área habitada, ainda que pouco e esparsamente.

O interflúvio Madeira-Tapajós também concentra porções razoáveis resguardadas por áreas protegidas. Como no caso do interflúvio Tapajós-Xingu, isso se deve às recentes criações de unidades de conservação. Principalmente o conjunto de reservas ambientais no Estado do Amazonas na sua divisa sul, criadas intencionalmente pelo governo do Amazonas para deter o vetor de desmatamento que parte de Mato Grosso.

As duas outras ecorregiões, Uatumã-Trombetas e Xingu-Araguaia/Tocantins, têm áreas insuficientemente protegidas por unidades de conservação. Isso é mais grave na primeira delas, uma vez que a segunda tem boas porções cobertas por áreas indígenas (ver figura 8 e Arnaldo CARNEIRO Filho, neste volume).

PROTEÇÃO E CONECTIVIDADE

A proposta mais aceita para a manutenção em longo prazo da biodiversidade amazônica e seus processos evolutivos é a contida no Projeto Parques e Reservas (AYRES et al., 1997). Esse plano prevê a criação de cinco corredores florestais conectando áreas protegidas (figura 9). O projeto obteve ampla aceitação e financiamento de governos, tanto o nacional quanto internacionais, e atualmente está em fase de execução. Embora elaborada com base em certos padrões biogeo-



Figura 9. Os cinco corredores de biodiversidade da floresta amazônica.

Elaboração Luis Barbosa sobre dados da Conservação Internacional

gráficos, a proposta considerou fortemente o aproveitamento de terras indígenas e de reservas já estabelecidas. A área de influência da BR-163 abriga dois desses corredores: o Sul da Amazônia e os Ecótonos Cerrado-Amazônia. As reservas dos interflúvios Madeira-Tapajós, Tapajós-Xingu e Xingu-Araguaia/Tocantins estão dispostas espacialmente, em conjunto com terras indígenas, de maneira a traçar um bom prognóstico de conectividade para o Corredor Sul da Amazônia. O ponto de maior suscetibilidade desse corredor fica exatamente na sua intercessão com a BR-163, onde processos de desmatamento estão mais acelerados e faltam unidades de conservação para conectar as florestas nacionais de Itaituba e do Tapajós com as áreas protegidas da Terra do Meio.

É importante ressaltar que a divisão da Amazônia em ecorregiões, assim como em áreas de endemismo, é uma tentativa de reunir o máximo de informações disponíveis para nortear urgentes tomadas de decisões. Uma compreensão mais rica e detalhada deverá emergir após compilações e análises de dados sobre a composição da biodiversidade de vários locais da região. Os dados desse trabalho, contudo, já enfatizam que a distribuição das unidades de conservação é extremamente assimétrica entre diferentes ecorregiões, e que considerável parte da biodiversidade existente na área de influência da rodovia está sob séria ameaça.

Graças ao reduzido número de unidades de conservação nas florestas secas de Mato Grosso, o corredor dos Ecótonos Cerrado-Amazônia necessita de muito mais áreas protegidas e um brusco freio nos processos de devastação para assegurar a dispersão dos organismos nos últimos remanescentes de vegetação nativa dessa ecorregião.

SERVIÇOS ECOLÓGICOS NA ÁREA DA BR-163

Ecorregiões ou áreas de endemismo falam muito pouco sobre serviços ecológicos. Áreas que desempenham papéis importantes no ecossistema nem sempre possuem composição biótica ou características geoclimáticas diferenciadas. Portanto, geralmente não se apresentam distintas em análises onde tais fatores são avaliados em conjunto.

Duas funções ecológicas desempenhadas em áreas específicas da região de influência da rodovia devem ser mencionadas:

1) Os ecossistemas aquáticos e as matas inundáveis

A biota aquática e os ecossistemas inundáveis da Amazônia são surpreendentemente negligenciados por estudos biogeográficos. Não se sabe quanto diferentes são as sub-bacias do Amazonas em termos de composição de fauna. Do mesmo modo, estudos para avaliar os padrões de endemismo nas áreas alagadas da Amazônia são praticamente inexistentes. Essa situação parece alarmante, uma vez que boa parte desses ecossistemas, sobretudo os localizados na área de influência da BR-163, encontra-se em estágio avançado de devastação e modificação de paisagem, apesar da sua grande importância ecológica para a reprodução e manutenção da fauna aquática.

Como visto anteriormente, o sistema atual de áreas protegidas para as várzeas de Monte Alegre e Gurupá não é suficiente. Piores são as situações das áreas inundáveis ao longo dos dois grandes rios da área de influência, o Tapajós e o Xingu. A vegetação das margens do Tapajós encontra-se protegida em cinco unidades de conservação: o Parque Nacional

da Amazônia, a Floresta Nacional do Tapajós, a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (onde a vegetação nativa às margens do rio foi quase totalmente suprimida) e as florestas nacionais de Itaituba I e II. Exceção feita a uma pequena faixa do recente Parque Nacional da Serra do Pardo, nenhuma unidade de conservação está estabelecida às margens do rio Xingu. Pelo contrário, fortes pressões são exercidas para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, que poderá implicar perdas ambientais e sociais de grande porte na região.

Os ecossistemas aquáticos são ainda mais negligenciados. As políticas de proteção das espécies em geral limitam-se às portarias de “defeso”, que consistem na proibição da pesca de determinadas espécies em sua época reprodutiva. De fato, os padrões de migração dos peixes amazônicos, considerados os principais habitantes dos rios, inviabilizam a criação de unidades de conservação aquáticas em trechos de grandes rios. Contudo, vale lembrar que a pesca predatória é prática comum na região, que também sofre com a poluição causada pelos inúmeros garimpos de ouro espalhados pelos afluentes dos rios da área, notadamente o Tapajós.

2) As nascentes

A política de gestão de águas e a preservação de nascentes dos rios da área de influência já foram discutidas por Arnaldo CARNEIRO Filho (neste volume) e não será tema repetido neste trabalho. Cumpriria apenas acrescentar que a área da serra do Cachimbo, onde se localizam as nascentes de vários dos rios da área de influência, não conta com proteção sob unidades de conservação.

O ALIENÍGENA NATIVO E A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Unidades de conservação arriscam-se, de muito perto, ao fracasso caso se ativerem apenas a critérios técnicos de localização, dimensões, formatos etc. e ignorarem a essência profundamente politizada da proteção à natureza. Decisões e medidas sobre preservação ambiental e uso do espaço fazem parte de processos sociais e políticos e devem ser avaliadas e discutidas nesse contexto. Isso, infelizmente, pouco acontece.

No mais das vezes, cientistas sociais furtam-se a participar das discussões e decisões em conservação. E, mesmo quando isso ocorre, “os pressupostos teóricos e científicos utilizados [em eventos para tomadas de decisão em políticas ambientais] são, na grande maioria, provenientes da biologia da conservação. A participação dos cientistas sociais consiste, em grande parte, em assinalar os impactos, sempre considerados negativos, da presença humana nos ecossistemas e suas formas de minimizá-los” (DIEGUES, 2000, p. 135).

Menos ainda participam os principais interessados e envolvidos no tema: as populações residentes e expropriadas das Unidades de Conservação. Com isso se mantém intocado e fora de pauta um dos cerne da ideologia protecionista: o argumento de que a proteção à natureza é um imperativo moral em relação a outros interesses humanos. De outro modo, as populações residentes em áreas transformadas em reservas ambientais muitas vezes não têm possibilidade de sobreviver segundo seu modo de vida, como também não têm para onde ir. Cabe, nessa situação, a discussão se esse imperativo é, então, comum a todos ou se é entendido dessa forma apenas por um grupo restrito da sociedade.



*Igarapé Mamore, Parque Nacional da Amazônia.
A vegetação de suas margens é uma das mais densas do interior da Madeira-Tapajós.*

FOTO: Maurício Torre

Das 32 Unidades de Conservação na área de influência da BR-163, 25 são de uso sustentável, admitindo a presença de moradores em seu interior. Sete são de uso indireto. A discussão sobre o modelo de proteção a ser adotado é acalorada. Em frontal antagonismo, de um lado os entusiastas pela implantação de áreas de proteção integral definem: para haver preservação, há que afastar a interferência humana. De outro, alega-se que isolar o homem do ambiente é muitas vezes danoso, tanto no aspecto social quanto no ambiental. Mais do que a ocupação, ou não, das reservas, essa pauta põe em jogo enormes interesses econômicos, pressões internacionais e políticas de expansão – e resistência – de uma ideologia hegemônica sobre outros modos de vida.

Debate-se qual o modelo, mas, em uníssono, aceita-se: unidades de conservação são a mais profícua forma de deter os processos de devastação ambiental. Se observarmos a evolução histórica do desmatamento, notaremos a eficácia das reservas ambientais.

Com o uso de imagens de satélite, BRUNER et al. (2001) fundamentam uma análise sobre unidades de conservação espalhadas pelo mundo e constataam que parques nacionais são freios fundamentais aos processos de devastação ambiental. Tais resultados ratificam o caráter vital e imprescindível das áreas de proteção estrita. Infelizmente, a onisciência do Landsat (ou seja lá qual o satélite) omite os conflitos sociais nesses parques e, mesmo, os danos ambientais gerados pelas populações, deles expropriadas, em seu novo destino. Cega-se, também, às conseqüências futuras dessa situação. Ainda que de um bem equipado laboratório, essa ausência de estudos *in loco* pode gerar impressões falsas a respeito da capacidade de proteção ambiental

de reservas de uso indireto. O caráter generalista do estudo ignora a grande variação da intensidade das alterações com as populações tradicionais e, também, da eficiência dessas reservas em proteger a biodiversidade. DIEGUES atenta a casos nos quais, com a supressão das populações humanas, reduziu-se a biodiversidade.

Nos parques do Serengeti e Ngorongoro, na Tanzânia e no Quênia, respectivamente, as tribos de pastores com atividades de pastoreio e queima de pasto permitiram que os rebanhos e os animais selvagens coexistissem, criando uma paisagem que até hoje é valorizada pelos conservacionistas. A constituição de parques nacionais e a exclusão dessas tribos levaram à conversão de pastos em arbustos, com impactos negativos sobre os animais herbívoros, que desempenham um papel fundamental para a biodiversidade da região (Colchester). (2000, p. 35)

ARARAJUBAS, CIENTISTAS, TURISTAS E... MAIS NINGUÉM

A idéia de estabelecer parques nacionais surgiu nos Estados Unidos, em meados do século 19, durante as guerras que se sucediam no período de colonização do Oeste americano. O primeiro parque nacional do mundo, Yellowstone, foi criado nas terras dos índios Crow, Blakfeet e Shoshone-Bannock, depois de duras batalhas que culminaram com a retirada dos indígenas de suas terras. O processo de retirada dos índios durou décadas e gerou conflitos históricos (muitos ainda não resolvidos) entre as populações indígenas e todos os outros envolvidos no uso e gerenciamento do parque (WORLD RAINFOREST MOVEMENT, 2004; DIEGUES, 2000).

O Parque Yellowstone não é caso único. Em sua grande maioria, os parques são estabelecidos em áreas onde já habitam populações indígenas ou tradicionais. Nos Estados Unidos, quase todas essas reservas ambientais são habitadas ou reclamadas judicialmente por indígenas (WORLD RAINFOREST MOVEMENT, 2004). No Brasil, a situação não é muito distante; estima-se que 85% dos parques nacionais sejam habitados (BENATTI, 2000). Enfim, na prática, tem sido de viabilidade discutível a operacionalização desse tipo de área de proteção. O que ocorre usualmente é a criação dessas reservas em áreas já habitadas e seus moradores acabam por não ser removidos, nem tampouco autorizados a ficar, levando essas pessoas a uma situação kafkiana. Ainda assim, há quem defenda a evacuação, a todo custo, de áreas populadas, em uma compreensão que isola hermeticamente homem e meio.

Segundo DIEGUES (2001), o Brasil adotou o modelo norte-americano para criação de unidades de conservação. O princípio que permeia esse paradigma vê como negativa toda intervenção humana na natureza. Os parques nacionais e outras áreas interditadas à ocupação humana seriam a única alternativa para salvar belezas cênicas dos efeitos do desenvolvimento capitalista.

Usando definições de LARRERE (apud DIEGUES, 2001), o “lugar”, entendido pelas sociedades ligadas à terra, como território, espaço de trabalho, de vida, de morte, de reproduções sociais é sobreposto pela concepção “das elites urbanas (políticas, ambientalistas) [que] tendem a privilegiar o estético, o paradisíaco, e também o ‘selvagem’” (p. 35).

Recentemente, quatro reservas de proteção estrita, a Estação Ecológica da Terra do Meio, o Parque Nacional da Serra do Pardo, o Parque Estadual de Sucun-

A idéia de estabelecer parques nacionais surgiu nos Estados Unidos, em meados do século 19, durante as guerras que se sucediam no período de colonização do Oeste americano.



Comunidade Vila Tapajós, margem esquerda do rio Tapajós, acima do limite do Parque Nacional da Amazônia. A terra, o forno de farinha e o poço são de uso coletivo. A repartição do espaço de plantio é definida conforme as necessidades eventuais dos moradores: “Tem anos que uns plantam mais e outros plantam menos, conforme a precisão”.

FOTO: Lee Harper

duri e a Reserva Biológica do Tapirapé, foram decretadas no Pará e Amazonas, dentro da área de influência da BR-163. Somando o Parque Nacional da Amazônia, PA, a Estação Ecológica do Rio Ronuro e o Parque Estadual do Cristalino, em Mato Grosso, completa-se o quadro de reservas de proteção estrita na área de influência da rodovia.

O Parque Nacional da Amazônia ilustra bem o funcionamento efetivo dessa categoria de uso. Assim como 85% dos outros parques nacionais no Brasil, esse também é habitado; assim como 100% dos outros parques, padece de deficiências no aparato de gestão e fiscalização; como os outros, o Parque Nacional da Amazônia sofre os problemas advindos da degradação e pressões do entorno; também assiste à devastação em seu interior; paga o preço de ser gerido por um plano de manejo elaborado sem o devido conhecimento do meio biótico e bastante inclinado à exclusão social; tem problemas de demarcação; abriga atividades criminosas etc.

RENOVANDO O ARCAICO

A criação do Parque foi iniciada pelo Grupo de Operações da Amazônia (GOA), organização governamental de consultoria com interesse na Amazônia que incluía vários órgãos, dentre eles INCRA, Sudam, Ministério da Agricultura (IBDF, 1979). A gênese do Parque veio atada aos projetos do governo militar de colonização e reforma agrária. Projetos marcados pelas alianças do Estado com o grande capital nacional e estrangeiro, de onde brotaram as expropriações das populações originais, bem como a exploração predatória dos recursos naturais (OLIVEIRA, 1995, 1997, e neste livro).

Em 1971, o INCRA desapropriou uma área de 6 milhões de hectares no Pará, designada Polígono de Altamira. O objetivo era estimular a ocupação de terras sob a influência da rodovia Transamazônica e estabelecer programas agropecuários. O GOA recomendou que 1 milhão de hectares do Polígono fossem destinados à preservação ambiental, especificamente na categoria de parque nacional. Em 1974, cria-se o Parque Nacional da Amazônia.

Na verdade, desde então, a criação dessa e outras unidades de conservação, na lógica das políticas de desenvolvimento e integração nacional dos governos militares, objetivou atender às pressões internacionais e encobriu tal intento sob o argumento da proteção ambiental (FOREST, 1991). Apenas dois anos antes, em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, o Brasil adotara uma postura marcada pelo louvor à “indústria da chaminé”. Defendeu que os países em desenvolvimento não deveriam sacrificar suas economias por questões ambientais. Esse arroubo rendeu ao país severas críticas (GUIMARÃES, 1991). Assim, com a criação (num determinado modelo e muitas vezes com poucos critérios e estudos) de várias unidades de conservação a partir de 1974, o Brasil mostraria adesão e endosso às determinações ambientalistas estrangeiras, na intenção de restauração de sua imagem no cenário internacional.

A influência estrangeira sobre as políticas ambientais no Brasil não se limitou a determinar a criação de áreas protegidas, mas também a reger os processos nos quais estas são concebidas e implementadas. Por exemplo, a legislação ambiental brasileira é muito influenciada pelas leis norte-americanas; a forma adotada para guiar a criação de unidades de conservação baseia-se nas



Ramal aberto por madeireiros no interior do Parque Nacional da Amazônia. O roubo da madeira ocorre na região de floresta ombrófila densa com dossel emergente. Há apenas uma pequena porção desse tipo de vegetação no Parque e é justamente o local mais degradado. Não por acaso, é também onde as comunidades se enfraqueceram e deram lugar à entrada de grileiros e madeireiros.

FOTO: Maurício Torres

idéias originadas nos Estados Unidos, fundamentadas na criação de reservas desabitadas, e “foi sendo imposta a outros países e sociedades com características ecológicas e sociais diferentes” (DIEGUES, 2000, p. 3).

O modelo de conservacionismo norte-americano espalhou-se rapidamente pelo mundo, recriando a dicotomia entre “povos” e “parques”. Como essa ideologia se expandiu sobretudo para os países do Terceiro Mundo, seu efeito foi devastador sobre as “populações tradicionais” de extrativistas, pescadores, índios, cuja relação com a natureza é diferente da analisada por Muir e pelos primeiros “ideólogos” dos parques nacionais norte-americanos. É fundamental enfatizar que a transposição do “modelo Yellowstone” de parques sem moradores vindos de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. Essa inadequação, aliada a outros fatores – como graves conflitos fundiários em muitos países, noção inadequada de fiscalização, corporativismo dos administradores, expansão urbana, profunda crise econômica e a dívida externa de muitos países subdesenvolvidos –, está na base do que se define como “crise da conservação”. (DIEGUES, 2001, p. 37)

No mecanismo de pressões aos governos e políticas dos países tropicais, megainstituições, como World Wildlife Fund (WWF), Banco Mundial, União Internacional pela Conservação da Natureza (IUCN), Greenpeace, agem como verdadeiros neocolonialistas,

impondo aos países do sul as concepções de conservação do norte (GUHA, 2000).

Antes de prosseguir, gostaríamos de esclarecer que não nos posicionamos contra todas as atividades desenvolvidas por essas organizações no tocante a conservação. São inegáveis, por exemplo, os feitos positivos dessas organizações, particularmente relacionados aos seus programas de apoio à pesquisa ambiental. Criticamos, aqui, especificamente, o modelo pretendido por essas entidades para a implantação de unidades de conservação e, também, os métodos usados para pressionar sua implementação. Antevemos nisso ações que consideramos contraproduativas ambientalmente.

Não raro, essas invasivas foram percebidas unicamente como um avanço das políticas ambientais brasileiras. Para LIMA e POZZOBON (2001), a partir da década de 90,

A construção do paradigma ambientalista é resultado de uma longa reflexão sobre as raízes éticas e ideológicas da crise ambiental que põe em xeque diretamente o modelo de desenvolvimento capitalista, questiona o lugar da espécie humana na natureza e sua responsabilidade pelo futuro da biosfera. Esta autocrítica era, até recentemente, impensável. (p. 197)

Não nos parece, de modo algum, que “a construção do paradigma ambientalista” tenha “posto em xeque diretamente o modelo de desenvolvimento capitalista”. Deu-se, sim, um “selo verde” ao capitalismo que, então, era aplicado na sua mais autêntica forma, valendo-se, inclusive, dessas políticas ambientais para o exercício imperialista. Em meio à intocada dominação ideológica, qualquer alternativa ao modelo é en-

tendida como poética e utópica, como um contrafluxo na linha natural da evolução socioeconômica. Assim, vemos, muitas vezes, a preocupação ambiental esmerar-se em promover o paradoxal “capitalismo sustentável”. Eis, então, a contribuição ambientalista ao mito do Brasil moderno que se fossiliza arcaico; que muda mantendo intocadas suas bases.

Esses autores enxergam a transformação gerada pelo que entendem ser a nova mentalidade ambiental, em quadros bastante questionáveis:

O reflexo da mudança de mentalidade se percebe claramente nos financiamentos internacionais para o desenvolvimento regional, no mais das vezes provenientes de acordos bilaterais com o Banco Mundial. Até a década de 80, eles não incluíam cláusulas ecológicas. Na década seguinte passaram a condicionar o desembolso e verbas para a infra-estrutura ao desembolso *pari passu* de verbas para a proteção ambiental e a demarcação de terras indígenas. (Ibid, nota 3)

Ora, incluir “cláusulas ecológicas” para financiar fábricas de alumínio, como vemos acontecer, seria de fato uma nova postura dos agentes internacionais? Podemos perceber, nesse tipo de financiamento, não um incentivo ao desenvolvimento, mas o deslocamento de um ônus ambiental em que as “cláusulas ecológicas” não passam de invólucro constrangedor e hipócrita. FEARNSIDE esclarece sobre a estratégia de construção de fábricas de alumínio nos países do Terceiro Mundo:

Um tipo de impacto ambiental que os países do Primeiro Mundo procuram passar para o Terceiro Mundo é a fabricação de alumínio. Essa atividade conso-

me grandes quantidades de energia elétrica, implicando a construção de grandes hidrelétricas que a maioria dos países ricos não aceitaria mais dentro das suas próprias fronteiras, devido aos pesados impactos ambientais e sociais que causam. O Brasil, no entanto, tem encorajado a implantação de fábricas de alumínio, com oferta de energia subsidiada e de outros incentivos. A hidrelétrica de Tucuruí foi construída para suprir a usina de Albrás, em Barcarena, Pará, e a Alumar, em São Luís, Maranhão. A Albrás, que foi formada por um consórcio de 33 firmas japonesas mais a Companhia Vale do Rio Doce, tinha uma parte vendida para empresas norueguesas em 2000, enquanto a Alumar foi montada com capital dos EUA que depois foi acrescido com capital do Japão. Dois terços da energia gerada são usados na fabricação de alumínio, que emprega menos de 2.000 pessoas. (2002, p. 172)

E, ainda mais, Lima e Pozzobon deslumbram-se com a postura e suposta preocupação ambientalista do Banco Mundial. Sucede, porém, que a atitude de atrelar financiamentos a cláusulas ambientais, mais uma vez, está muito longe de ser uma “mudança de mentalidade” política. Ao contrário: tinha-se aí, justamente, a penetração por mais uma forma de dominação neocolonialista. A inclusão, pelo Banco Mundial, de cláusulas ambientais nos contratos de financiamento seguiu-se ao “grande endividamento externo brasileiro, causado pela solicitação de financiamento a entidades bi ou multilaterais. Essas organizações, como o Banco Mundial e o BID, começaram a colocar e a fazer respeitar cláusulas de conservação ambiental para grandes projetos (criação de unidades de conservação,

áreas indígenas), sobretudo na Amazônia” (DIEGUES, 2001, p. 116). Nesse bojo, impôs-se ao Brasil inclusive a sujeição a políticas de implantação de unidades de conservação baseadas em

Soluções aplicáveis em todos os cantos do mundo, ainda que geradas por sociedades que tenham uma visão do mundo natural construída com base em princípios e representações simbólicas dificilmente aplicáveis às demais. Essas soluções mágicas para problemas como o desmatamento ou para a destruição de ricos ecossistemas costeiros são tidas como universais, pois parte-se do princípio de que as relações entre as diversas sociedades e o mundo natural são as mesmas em todos os lugares, sobretudo na chamada era da “globalização”. (DIEGUES, 2000, p. 28)

Ainda segundo DIEGUES (2001), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação: Aspectos Conceituais e Legais¹ (IBAMA/FUNATURA, 1989) incorporou os pressupostos da política para a criação de unidades de conservação dos países industrializados, à revelia das peculiaridades nacionais, entendendo-se, inequivocamente, só haver conservação separando o homem do meio exclusivamente biológico ou natural.

O homem é entendido como um ser alienígena e – sempre – nocivo à natureza. Pressupor o divórcio entre o homem e as outras formas de vida é a base para a crença da necessidade de cisão entre atividades humanas e áreas de proteção. Contudo, vale lembrar: essa dissociação muitas vezes intensifica a devastação e a degradação. O geógrafo David HARVEY aponta a unicidade natural entre o homem e as demais formas de vida:



Comunidade Três Irmãos, no projeto de assentamento Miritituba. O desentendimento entre o Ibama e o INCRA e as indefinições sobre os limites do Parque Nacional da Amazônia chegaram ao ponto de o Incra assentar colonos dentro da reserva.

FOTO: Maurício Torres

Todas as espécies (incluindo os seres humanos) afetam a evolução com seu comportamento. Todas as espécies (incluindo a humana) fazem escolhas ativas e mudam as condições físicas e sociais com as quais seus descendentes terão que lidar. [...] Os organismos não são simplesmente *objetos* das leis da natureza, alterando a si mesmos para curvarem-se ao inevitável, mas *sujeitos* que transformam a natureza de acordo com suas leis. [Grifos no original] (2001, p. 212)

Torna-se questionável, nesse entender, se a intenção de preservação das unidades de conservação não caminhará contra, mas sim ao encontro dos interesses e do fortalecimento das populações que habitam seu interior e seu entorno. A atual realidade, tomando como exemplo o Parque Nacional da Amazônia, fornece percepções antagônicas às das correntes ambientalistas que se opõem à presença humana em unidades de conservação.

As contradições vêm de longe. A ditadura militar mostrou seu talento ao encenar um simulacro de reforma agrária na Amazônia, seduzindo aqueles que sonhavam com um pedaço de terra para viver, quando a principal intenção era abastecer a região de um contingente de mão-de-obra suficiente para a instalação do grande capital. Esse veio logo, atraído por uma generosa política estatal de incentivos fiscais com todas as garantias necessárias para a obtenção de grandes financiamentos (OLIVEIRA, 1995, 1997, 2003; IANNI, 1989; MARTINS, 1980, 1981; BARATA, 2000). Da mesma forma, era questionável a coerência da política ambiental:

Um dos grandes paradoxos desse processo é que, a partir de 1967, coube ao IBDF [Instituto Brasileiro de

Desenvolvimento Florestal] – e a partir de 1973 também à Sema (Secretaria do Meio Ambiente Federal) – a implantação e a administração das Unidades de Conservação. Esse órgão federal era comprometido com o desmatamento de grandes áreas de florestas naturais para implantação de projetos de reflorestamento para fins industriais. (DIEGUES, 2001, p. 117)

O episódio ao qual nos referimos, da exclusão do “dente” de seis mil hectares do limite do Parque, é outro exemplo da incoerência do Estado que vem sempre a favor de grandes grupos econômicos. Anterior à decretação da exclusão da área, já havia moradores no local, que mais tarde viriam a formar a comunidade Novo Arixí (figura 10). A presença dessas famílias era entendida como incompatível com os ideais de conservação do Parque e sua permanência, proibida. Porém, os enormes impactos da exploração mineral foram bem-vindos, ao ponto de se tirar a unidade de conservação de cima do traçado da área de interesse.

Hoje, os comunitários de Novo Arixí vivem em constante apreensão e expectativa de serem expulsos de suas casas por entenderem-se habitando o “Dente da Caima”. O discurso da empresa (por meio da gerente administrativa que a representa no Conselho Consultivo do Parque) é ambíguo. Toleram-se os comunitários, oras até com certo assistencialismo, mas não se deixa de lembrá-los que estão sobre “propriedade” da Caima. Essa funcionária afirma que a área do “dente” é de propriedade do grupo João Santos, em função da doação por Decreto presidencial logo após o terreno ter sido excluído do perímetro do Parque. Ainda segundo ela, a doação intentava fornecer a fábri-

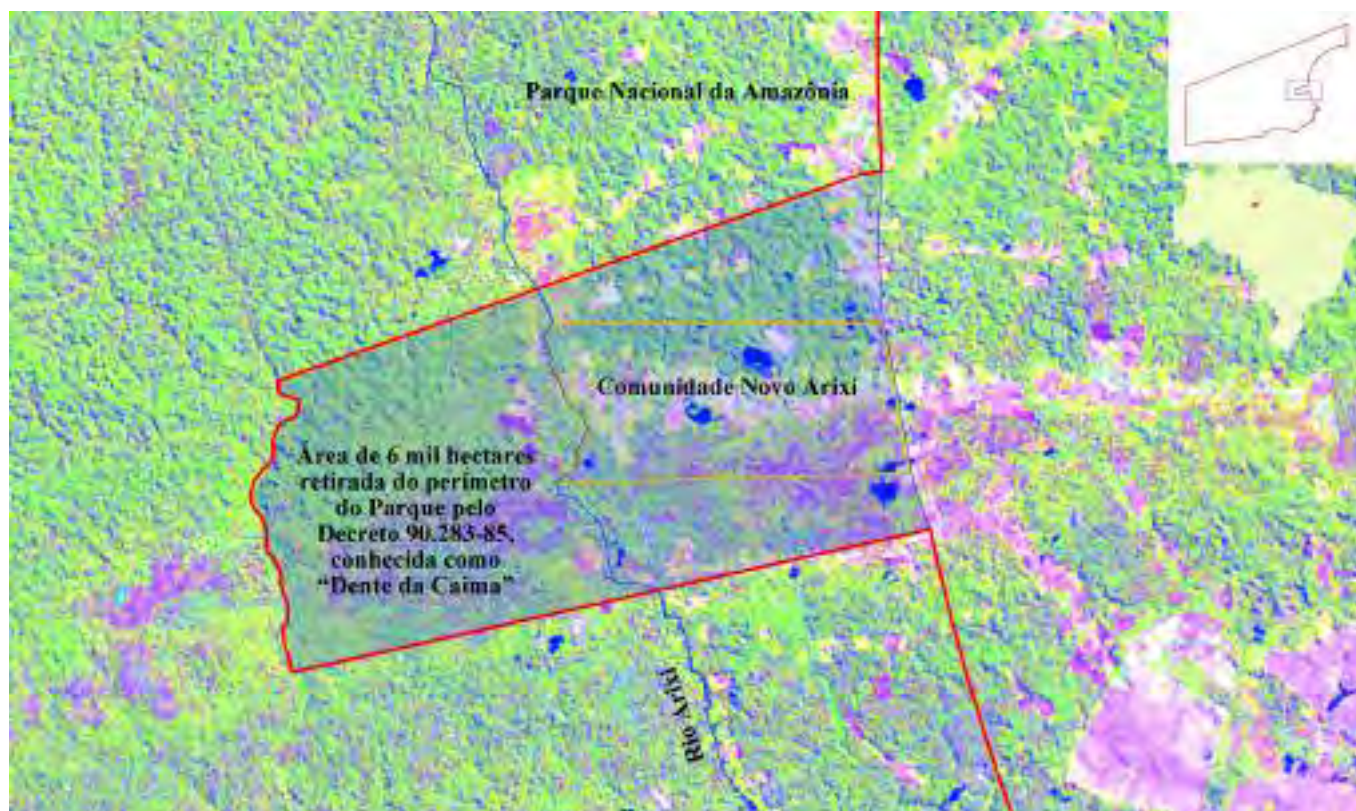


Figura 10. Localização da Comunidade Novo Arixí em relação à área excluída do Parque Nacional da Amazônia.

Elaboração dos autores

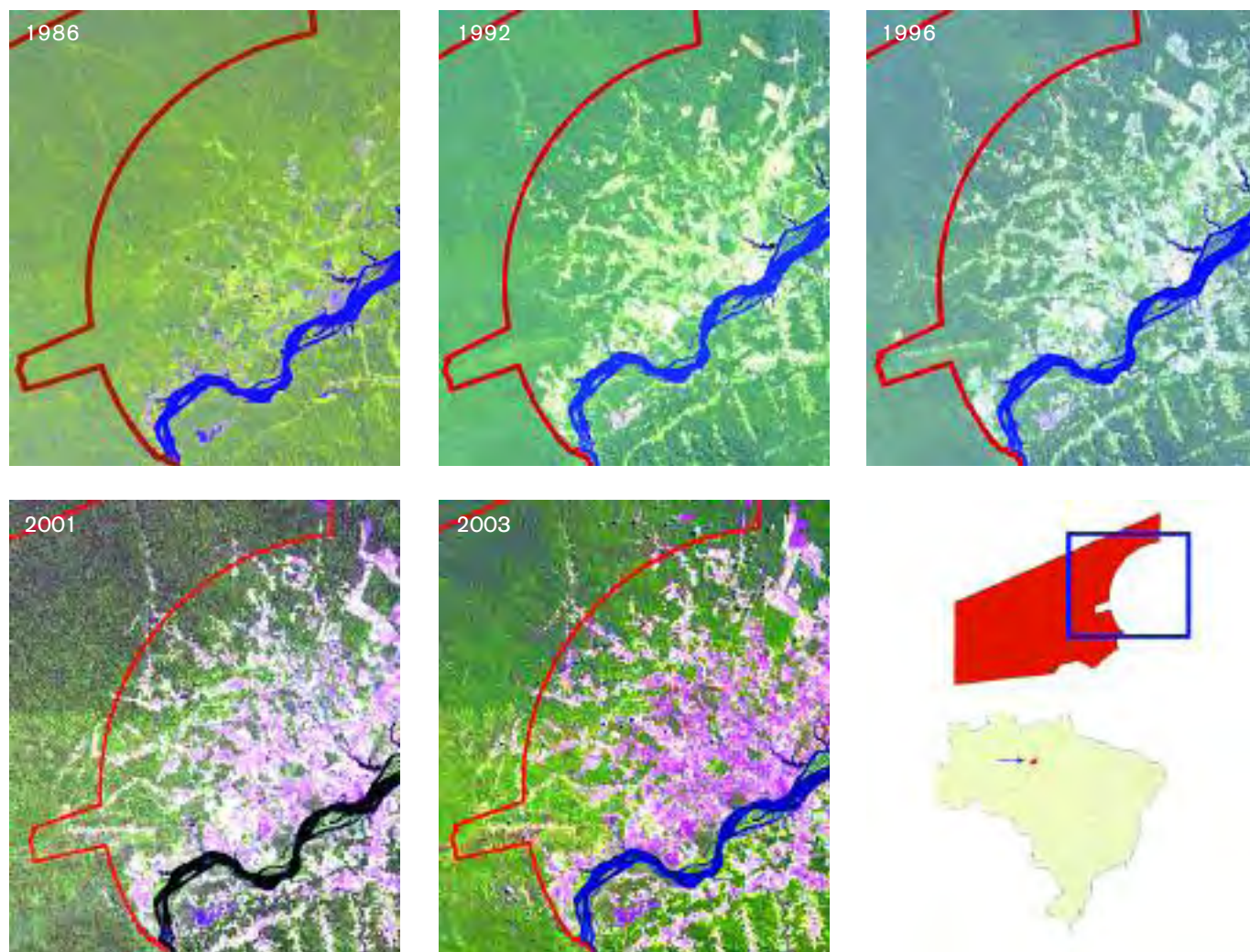


Figura 13. Evolução, entre 1986 e 2003, das pressões antrópicas sobre os limites do Parque Nacional da Amazônia.

A idéia da montagem comparativa dos quadros deve-se a José Karlson Correia da Silva, Livia Martins, Elza Silva e Alexandre Bezerra de Carvalho, funcionários do Ibama, Itaituba. Elaboração dos autores e Alexandre Bezerra de Carvalho.

ca com uma reserva de calcário e, assim, garantir o investimento da empresa na região.

Curiosamente, não encontramos nenhum decreto que concedesse qualquer direito sobre a área para o grupo e, no Cartório de Registro de Imóveis competente, não havia nenhuma matrícula que conferisse a propriedade da terra à empresa. A gerente não prima pela lógica ao dizer que o Grupo tem “escrituras públicas” da terra, mas que não é permitido o acesso a elas, pois as escrituras “públicas”, segundo ela, são sigilosas. Portanto, com a mentira de que a empresa é proprietária daquelas terras, relegam-se aqueles moradores a uma situação de medo, insegurança e privação de direitos.

CABOCLO, UM ESTRANGEIRO NA AMAZÔNIA

Ao timbre dos clarins e do autoritarismo da ditadura militar, determinou-se o mapa das grandes unidades de conservação. A criação por decreto do Parque Nacional da Amazônia deflagrou uma verdadeira barbárie, que se prolongaria até meados da década de 1980 e da qual foram vítimas as populações que havia gerações habitavam a área. O plano de manejo do Parque, publicado em 1979, ilustra o imaginário de então em relação às populações tradicionais e aos colonos que chegavam aos projetos de assentamento da região. Vale lembrar: o projeto de instalação de camponeses na terra (embrião da criação do Parque) é visto no plano de manejo como um incômodo à própria reserva. Aquelas populações são ostensivamente encaradas como uma ameaça à unidade de conservação:

A área reservada pelo Incra para colonização ao longo da rodovia Transamazônica representa uma grave

ameaça para a possibilidade de o Parque nacional funcionar dentro da concepção de uma efetiva unidade de conservação. A ocorrência de uma área agrícola habitada dentro do Parque conflita com seus objetivos essenciais e acarretará inúmeras implicações. A situação torna extremamente difícil o controle da caça, da exploração e extração de produtos (borracha, castanha etc.) das áreas adjacentes ao Parque. Os animais domésticos, em particular, os cães, da área colonizada, terão facilitado o seu acesso ao Parque nacional, colocando em sério risco a segurança e mesmo a sobrevivência da fauna selvagem lá existente. Prejuízos ecológicos resultarão da erosão de terras cultivadas. Há, ainda, um perigo potencial para a expansão do fogo usado nas técnicas de exploração à base de queimada e corte. [...] Finalmente, do ponto de vista dos próprios colonos, os solos inférteis e a íngreme topografia da área fornecem péssimas condições para atividades agrícolas, as quais não serão passíveis de sucesso a longo prazo. (IBDF, 1979, p. 28)

A aversão a esse pequeno camponês não é dissimulada e chega a lançar mão de um esdrúxulo argumento estético. Os assentados são, ainda por cima, feios:

Além disso, uma grande área de colonização ao longo da rodovia, que é o principal meio de acesso ao Parque nacional, reduzirá significativamente o seu valor, como um recurso estético de significância nacional. (Idem)

Essa pérola vai ao encontro da concepção norte-americana de unidades de conservação como algo voltado ao entretenimento do homem urbano. Mais adiante, retomaremos essa discussão.

A hostilidade dos atos da criação do Parque Nacional da Amazônia não se resumiu ao colono assentado nas proximidades. Os maiores afetados foram antigas populações que habitavam aquelas terras antes da criação da reserva. Formalmente, esses moradores deveriam ser indenizados e relocados após a criação da Unidade em 1974.

“Contra a força não há resistência: eu nunca fui homem de receber ordem duas vezes quando era pra tirar essa gente daqui.” Itaituba, fevereiro de 2005. Um funcionário aposentado² do IBDF lembrava, orgulhoso, os tempos de trabalho na expulsão dos moradores do Parque. Já estes últimos não se referiam com o mesmo sentimento ao episódio: a experiência de sujeição à intimidação e violência é protagonista comum dos discursos dos ex-moradores ao narrarem a imposição sofrida para que abandonassem não só a terra, mas todo um modo de vida. Comunidades inteiras foram removidas e poucas famílias foram indenizadas. A maioria das indenizações era de valor irrisório. Dona Suzana, ex-moradora de Mangueira, às margens do rio Tapajós, ainda hoje tem a máquina de costura que, com uma cama de casal, consumiu todo o valor da indenização (figura 11). O aposentado do IBDF explica: “Pagar indenização pra quem? Só se for pra Deus. Eles não tinham benfeitoria nenhuma, e viviam de tirar seringa que Deus plantava. Às vezes, a gente até ajudava, dizendo que eles tinham desmatado uma área maior, pra eles pegarem alguma coisa”. Ainda que com uma indenização razoável, o desrespeito seria muito grande. Seu Porcidônio Pereira, ao ser informado, em fevereiro de 2005, sobre seu direito à indenização pela expropriação que sofrera havia 25 anos, da localidade chamada Isfecho, correu interessado a saber



Dona Lausminda de Jesus. Nasceu na Maloquinha, hoje área desabitada no Parque Nacional da Amazônia. Mora na Vila Tapajós, entorno ao norte do Parque.

FOTO: Maurício Torres



Samuel, morador itinerante da ilha de Lorena, localizada no leito do rio Tapajós, em frente ao Parque Nacional da Amazônia. O lugar escolhido por Samuel para viver com sua mulher e filhos fica exatamente onde nasceu e foi retirado com a família após as expropriações.

FOTO: Maurício Torres

Galinhas no poço.
FOTO: Carla Brandão





Figura 11. Dona Suzana. Com a indenização, comprou uma máquina de costura e uma cama.

FOTO: Maurício Torres



Seu Jorge Araújo. Morador da Ilha do Montanha. Nascido na Repartição, hoje área do Parque Nacional da Amazônia.

FOTO: Maurício Torres

não sobre o dinheiro que o Estado lhe devia, mas a perguntar se, de algum modo, ainda poderia voltar para sua casa, às margens do rio Tapajós. Outros como Jorge, Samuel e Lausminda, depois de empurrados para a zona urbana, acabaram por voltar, o mais perto que puderam de seus locais de origem e hoje ocupam, respectivamente, a ilha do Montanha, a ilha de Lorena e a Vila Tapajós, no entorno imediato do Parque, de onde são freqüentemente ameaçados de novas expropriações.

Dos sinais, facilmente identificáveis, das alterações na vegetação em antigas moradas, avaliou-se o nível de impacto de seus modos de vida enquanto habitavam o que hoje é o Parque Nacional da Amazônia. Essas famílias de extrativistas regiam seu uso dos recursos naturais e a ocupação do espaço segundo um modelo voltado à subsistência, movido pela mão-de-obra familiar, de fraca articulação com o mercado e com tecnologias pouco impactantes, provindas de um saber antigo e hereditário.

As práticas de agricultura itinerante na Amazônia consistem geralmente no uso de pequenas faixas de terra para a agricultura e posterior abandono para regeneração florestal. Esse período de “descanso” da terra, também denominado pousio, geralmente dura vários anos e incorpora práticas extrativistas, tais como coleta de frutos e extração de seringa. Após cumprir-se o tempo destinado ao pousio, a floresta em regeneração é submetida ao chamado processo de corte e queima e em seguida recebe o plantio do cultivo de interesse (ANDERSON; IORIS, 2001).

A caça e a pesca participavam com o teor de proteína necessária para viabilizar o cardápio baseado, essencialmente, na farinha de mandioca. A extração de

seringa garantia o sal, querosene e outros produtos trazidos, em troca, pelo regatão. Os roçados variavam entre 2 e 4 hectares por família, e o método de itinerância, associando o corte e a queimada – tecnologias indígenas incorporadas àquela cultura –, garantia uma relação pouco impactante com o meio. Pode-se constatar na vegetação secundária em regeneração uma composição de flora similar àquelas encontradas em clareiras produzidas espontaneamente. Ou seja, as mudanças de paisagem causadas pelas atividades dos antigos moradores parecem gerar efeitos ambientais semelhantes àquelas produzidas por acidentes naturais³. Ainda hoje encontramos resquícios das casas, fornos para seringa, ferramentas... resíduos de um modo de viver e interagir com aquele espaço que, na grande maioria dos casos, não resistiu à expulsão sofrida.

A figura 12 mostra o lugar anteriormente conhecido como Morada do Maciel. Essa área, às margens do rio Tapajós, hoje dentro dos limites do Parque Nacional da Amazônia, foi desocupada no final da década de 1970. Em 2005, somente olhos treinados podem perceber que se trata de um lugar anteriormente habitado. Exceto pela abundância de palmeiras, característica frequente nas regenerações de vegetação às margens de rios, as espécies de árvores e arbustos presentes são as mesmas encontradas em áreas intatas. Esse padrão de recomposição é um espelho da relação dos antigos moradores com o meio. Um processo de regeneração florestal tão rápido e eficiente só foi possível porque grandes porções de floresta ao redor se mantiveram prístinas e áreas modificadas não eram extensas.

O destino imposto aos antigos habitantes do Parque Nacional da Amazônia surtiu um efeito bastante contrário às propostas da reserva. Os moradores



Figura 12A. Morada do Maciel, Parque Nacional da Amazônia (Itaituba, PA). Local habitado, antes da criação da reserva, por famílias extrativistas.

FOTO: Mauricio Torres



Figura 12B. Detalhe da foto anterior, onde se percebe o processo de regeneração da floresta. A abundância das palmeiras é resquício da ocupação humana.

FOTO: Mauricio Torres



A comunidade Vila Pimental nasceu da “folia” dos garimpos do Tapajós. A margem direita do rio, em frente ao Parque Nacional da Amazônia, recebeu várias famílias expropriadas da reserva. Muitas delas ainda sobrevivem da exploração dos recursos do Parque.

FOTO: Maurício Torres

foram para o entorno da unidade, na margem direita do Tapajós, ou povoados próximos (Pimental, São Luís do Tapajós, Vila Tapajós, periferia de Itaituba etc.), e se reestruturaram sob outro paradigma de relação com o meio.

Em entrevistas⁴ com antigas famílias do Parque, hoje residentes no perímetro urbano de Itaituba ou na comunidade Pimental (Itaituba), percebeu-se o quanto a expulsão alterou-lhes o modo de vida e, conseqüentemente, sua relação com o meio. Foram comuns à fala de todos a desestruturação da vida, as dificuldades de adaptação às cidades e, principalmente, à educação dos filhos. Aqueles residentes na comunidade Pimental, à margem direita do rio Tapajós, ainda mantinham alguma atividade ligada à terra, porém, agora, baseada na exploração ilícita de recursos do Parque: retirada de madeira a serviço de serrarias locais; captura de peixes ornamentais e arraias, sempre sob encomendas prévias; extração de palmito de forma predatória e indiscriminada etc. A exclusão dos moradores da unidade de conservação gerou uma séria situação conflituosa, resultando em hostilizações à reserva e à sua administração, chegando sempre à depredação do meio ambiente. Esse efeito não é particularidade do Parque Nacional da Amazônia. ARRUDA (2000) aponta-o como uma conseqüência relativamente comum a todas as iniciativas de implantação, no Terceiro Mundo, desse modelo de área de proteção. Para o autor, as populações atingidas

muitas vezes promovem maior degradação ambiental. Em muitos países do Terceiro Mundo tem crescido o nível de destruição florestal, à medida que a população expulsa passa a ocupar e derrubar novas áreas para

moradia. [...] Muitas vezes, passam a encarar os recursos naturais da área como perdidos para sua comunidade. Em função disso, pouco fazem em prol do manejo da Unidade de Conservação, desenvolvendo muitas vezes práticas clandestinas de superexploração no interior da própria área. (p. 28os)

Imagine-se a situação de famílias que nasceram e viveram, por gerações, naquele local, que lá tinham suas vidas – e também seus mortos: após a criação da Unidade de Conservação foram relegadas, da noite para o dia, a uma situação de irregularidade. Suas formas de explorar os recursos naturais e assegurar a própria reprodução sociocultural são criminalizadas. ARRUDA, ao falar da relação entre os modelos de unidades de conservação e as populações locais, comenta:

Quando as populações resistem e permanecem, suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu modo de vida e sobrevivência raramente são reconhecidas. Em vez disso, passa a ocorrer uma “criminalização” dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sociocultural destas comunidades. A caça, a pesca, a utilização de recursos da floresta para a manufatura de utensílios e equipamentos diversos, a feitura das roças, a criação de galinhas ou porcos, o papagaio na varanda, a lenha pra cozinhar e aquecer, a construção de uma nova casa para o filho que se casou etc., tudo isso é, de uma penada jurídica, transformado em crime e seus praticantes perseguidos e penalizados. Ao mesmo tempo, são instados a proteger e respeitar o meio ambiente, sendo encarados como os principais responsáveis (não o modelo urbano-industrial em expansão) pelo futuro da

humanidade, corporificado na preservação da área em questão (Idem).

Sob o aspecto estritamente conservacionista, também não se primou pela eficiência. Em uma postura preconceituosa e tecnocrata, elegeu-se o saber científico como o único e apto a direcionar o rumo da Unidade de Conservação. Ignorou-se que populações com formas de uso de recursos como as que ocupavam o Parque podem aliar-se a planos de preservação ambiental, funcionando como fiscais constantes contra a degradação do meio, uma vez que dependem da integridade do ambiente para a própria sobrevivência. Assim, negou-se um meio a pessoas que, com fluência e vocação, o integravam. Assim, negou-se ao meio aqueles que, por essência e por necessidade, poderiam ser seus maiores defensores.

XENOFOBIA CONSERVACIONISTA

Certas correntes de biólogos e cientistas da conservação arrogaram-se senhoras do saber passível de gerenciar as políticas ambientais. Como nova versão do colonizador hegemônico, esses cientistas atribuem-se a decisão sobre o espaço, a vida e a morte das populações nativas. Em alguns casos, isso chega a extremos hilariantes: Daniel Janzen calculou que US\$ 500 milhões seriam suficientes para “salvar virtualmente todos os problemas de conservação neotropicais” (JANZEN apud GUHA, 2000, nota 8). Para isso, obtém espaço no prestigiado periódico *Conservation Biology*, onde conchama estudantes e colegas a dedicar 20% de seu tempo e recursos financeiros para serem aplicados na conservação tropical (GUHA, 2000, nota 8). Janzen é claro

em suas intenções: “Nós temos a semente e o conhecimento biológico: falta-nos o controle do terreno” (apud GUHA, 2000, p. 85). O que o biólogo entende por controle do terreno baseia-se na aquisição de grandes extensões de terras nos países tropicais do Terceiro Mundo para “acomodar pessoas em busca de solidão, assim como onças, antas e tartarugas do mar”. Essas pessoas em busca de solidão, provavelmente incluem biólogos, ecologistas profundos, mas não, presumivelmente, agricultores nativos, caçadores ou pescadores artesanais” (Ibid, nota 8). O Parque Nacional da Amazônia não contou com os investimentos desse pesquisador, mas suas idéias quanto a modelos de implantação de reservas, notadamente no tocante às populações, vitimam a reserva e sua gente. Se o molde para conceber o Parque foi importado, o barro era o que poderia haver de mais nacional e conseqüente de quinhentos anos de latifúndio.

Simultaneamente à expulsão dos antigos habitantes e à imersão de toda a região na mais absoluta irregularidade fundiária, o grande capital comia o Parque pelas bordas. Seja pela invasão direta, seja indiretamente, em conseqüência da expropriação de posseiros e colonos de outras áreas, que migravam para dentro da reserva em busca de um lugar para viver (cf. Ariovaldo U. OLIVEIRA e Maurício TORRES, neste livro), o Parque sofria as depredações vindas de grandes grileiros e grupos econômicos. Enfim, enquanto se perseguia, a armas e dentes, o “tradicional”, fechavam-se os olhos, benevolmente, ao grande que, em nome do “progresso”, apropriava-se do solo e do subsolo da Amazônia (OLIVEIRA, 1997 e neste volume). Face a isso, poder-se-ia, inclusive, questionar a quais outros interesses também convinha o discurso



Localizada na margem direita do rio Tapajós, no limite do Parque Nacional da Amazônia, a comunidade de Vila Raiol faz uso coletivo da terra. A agricultura de subsistência, baseada no cultivo de mandioca, é hoje ameaçada pela invasão dos grileiros vizinhos sobre a pequena área da comunidade.

FOTO: Maurício Torres



Moradores da comunidade Cocalino, margem esquerda do igarapé Tracoá, interior do Parque Nacional da Amazônia. A área fora desocupada na década de 1980. Alguns dos antigos habitantes, sem indenização, vivem hoje na comunidade de Vila Raiol. No início da década de 1990, a área foi ocupada por novos contingentes em busca de terra, pessoas vindas para a região nas décadas de 1970 e 1980, atraídas pelos projetos de colonização e garimpos.

FOTO: Right Ball Washer



Em pleno interior do Parque Nacional da Amazônia, placa anuncia a tentativa de apropriação.

FOTO: Maurício Torres

ambiental (cf. OLIVEIRA, 1997 e Maurício TORRES, neste volume).

Além da demanda pela terra, as ocupações agravavam-se pela queda da produção e do preço do ouro na entredécada de 1980-90. Dos populosos garimpos do rio Tapajós partiam, então, inúmeras pessoas à procura de outro lugar para viver. Assim, antes de se acabarem as violentas ações de retirada dos moradores, a situação do largo entorno encarregava-se de pressionar novas famílias para dentro do perímetro da reserva.

Até hoje, o Parque Nacional da Amazônia não foi demarcado. Isso agrava, particularmente, a situação do arco que contorna o perímetro urbano de Itaituba e é a área de maiores pressões de madeireiros, grileiros e posseiros. A falta dos marcos colaborou para a ocupação do Parque nos últimos vinte anos. Os pioneiros de comunidades como Nova Conquista, Novo Arixí e Cocalino, localizadas sobre a linha limítrofe do Parque, foram unânimes em afirmar que sabiam haver uma reserva ambiental. Na falta de qualquer demarcação, entendiam como limite os igarapés Tracoá e Arixí, quase paralelos à divisa. De fato, os marcos naturais foram e são efetivamente respeitados como limite do Parque.

Em visitas às comunidades, em janeiro e fevereiro de 2005, foi feito o georreferenciamento dos limites de cada uma delas. Os pontos eram plotados sob uma imagem de satélite, com a marcação dos limites do Parque Nacional da Amazônia. Em diversas situações houve a oportunidade de expor e compartilhar com os moradores a imagem que marcava a posição deles em relação aos contornos da reserva. A avidez mostrada pela informação era compreensível: mais uma vez, essas pessoas assistem à ameaça não só ao seu

espaço, mas à sua subsistência e ao seu modo de vida. E acesso à informação é uma forma de alimentar a organização e a resistência a tal ameaça. Boa parte desses comunitários não sabe ao certo se mora ou não dentro da Unidade de Conservação. À grande maioria deles não é clara qual a finalidade de um parque nacional. Os moradores sempre se sentiram ameaçados de expulsão, e ainda mais agora, face aos rumores de demarcação. Porém, é desejo unânime ficar onde estão, mesmo cerceados do uso dos recursos naturais, desde que lhes fosse permitida a possibilidade de trabalhar.

Hoje, no Parque Nacional da Amazônia, há mais de uma dezena de comunidades instaladas, desde sua criação, em 1974⁵. Tem-se aí o resultado e a matriz geradora de sérios conflitos que falam não só da política específica para unidades de conservação, mas também da distribuição de terras, da irregularidade fundiária, do encontro de modos de vida e do avanço da fronteira do grande capital na Amazônia (MARTINS, 1997). Enfim, conflitos que ilustram políticas passadas – e também atuais – em relação ao acesso à terra e a um princípio de preservação ambiental que aparta o homem do meio. Mais do que a própria ocupação do Parque, as medidas ali adotadas comprometem o efetivo funcionamento dessa Unidade de Conservação e seu papel na preservação do ecossistema amazônico.

Sabe-se muito pouco sobre as comunidades do Parque e, ainda assim, o ranço de políticas passadas faz com que os órgãos administradores as vejam como a ponta-de-lança da devastação do meio. Alega-se que à presença das comunidades é inerente a degradação ambiental. Apregoa-se que mesmo as que se marcam pelo manejo sustentável e atividades de subsistência sofrerão a dissolução de seu modo de vida, dando lu-

Até hoje, o Parque Nacional da Amazônia não foi demarcado. Isso agrava, particularmente, a situação do arco que contorna o perímetro urbano de Itaituba e é a área de maiores pressões de madeireiros, grileiros e posseiros.

gar às atividades voltadas à produção para o mercado, e até abrirão caminho ao avanço do latifúndio.

Essa análise acaba por dizer mais dos seus sujeitos do que das próprias comunidades. Associa-se, sem o menor cuidado, a condição campestre a um estágio de evolução social pré-capitalista. A compreensão dos apossamentos desses camponeses é necessária para poder pensar essa forma de vida e ocupação territorial como, também, uma forma de proteção à floresta. Longe de ser a porta de entrada, essas ocupações representam, antes, e muito mais, um obstáculo para transformações de um modo de vida menos degradante em relação ao meio e ao avanço do latifúndio. O campesinato preza sua cultura, e essa resistência pode constituir uma significativa força de reação (MONTEIRO, 1974).

Na seqüência de imagens de satélite dos anos de 1986, 1992, 1996, 2001 e 2003 (figura 13) pode-se notar o avanço de pressões antrópicas sobre o limite do Parque Nacional da Amazônia. No limite que contorna em arco a cidade de Itaituba, percebe-se claramente quem exerce essa pressão: pequenos colonos. Porém, é importante notar que eles são “empurrados”, dia a dia, em direção à reserva. Quase a totalidade deles já esteve em outros pequenos lotes de terra nas proximidades. Nesses locais, hoje, só encontramos fazendas, a maioria delas de pecuária, com grandes extensões e altos índices de desmatamento. A figura 14 é bastante ilustrativa: pode-se perceber que, até o limite do Parque, quase a totalidade das terras está invadida por latifúndios (muitos, com titulação discutível).

Sem dúvida, as comunidades do interior do Parque Nacional da Amazônia geraram – e geram –, ainda que pequena, uma área de devastação ambiental.



Interior do Parque, próximo ao rio Mamuru.

O enfraquecimento da comunidade do local propiciou a entrada de ricos comerciantes de Itaituba, que se apropriam de grandes extensões de terra e implantam uma forma de uso muito mais degradante do que a dos colonos que ali estavam.

FOTO: Maurício Torres

Porém, a instalação de posseiros acaba por ser a efetiva força social capaz de se opor ao livre alastramento das imensas pastagens (cf. OLIVEIRA, 1997). Essa barreira de contenção à verdadeira devastação é, muitas vezes, derrotada pelos latifundiários e grileiros apoiados, via de regra, pelo Estado. Isso, realmente, vai muito na contramão da defesa ambiental. Segundo FEARNSTIDE (1993), a pecuária (principal atividade dos grileiros lindeiros ao Parque) responde por algo em torno de 70% do desmatamento da Amazônia; ao passo que a agricultura itinerante (dos moradores da reserva) é pouco impactante, desmata pequenas porções, e as populações nativas manejam as áreas de pousio.

Cria do extinto IBDF, o atual Ibama foi um órgão concebido, também, por correntes políticas que anteviam na defesa ambiental mais um viés de opressão popular. A herança deixada por essa política é ainda intensamente cultivada por antigos funcionários, que ainda vêem como ameaça os pequenos colonos que ocupam a linha limítrofe do Parque Nacional da Amazônia. Hoje, alguns funcionários do Ibama de Itaituba – principalmente a chefia do escritório e os analistas ambientais que empenham esforços contra isso, inclusive tentando uma efetiva aproximação com as comunidades – têm um discurso diferente daquele que vem sendo repetido desde épocas anteriores. Porém, enfrentam dificuldades ao tentar mover em determinada direção uma máquina pensada e parida para andar no sentido contrário. O princípio de reprodução dos agires do órgão parece ter seu fulcro na falta de informação, ou melhor, na divulgação de uma pequena quantidade de informações viciadas. Por exemplo, o primeiro contato com o Parque de qualquer funcionário recém-chegado é justamente a leitu-

ra da discriminação social contida no plano de manejo, que, como vimos, se omite em relação a qualquer ação de grileiros de grandes extensões e não se poupa ao prevenir quanto ao perigo dos pequenos colonos. Enfim, apesar dos esforços da atual chefia, não há como também ela deixar de se tocar pela antiga “ideologia” da preservação *versus* homem, que aqui criticamos e da qual só a passos lentos se pode esperar qualquer mudança. Porém, ainda mais lento e difícil será esse órgão tomar outra feição aos olhos daquela população: anos de desmandos, violência e humilhação não se apagam assim tão rápido da memória de uma gente.

Outros funcionários do órgão, porém, complicam o rumo das coisas. Esses não são tocados pelo dilema meio *versus* homem, mas pela contradição grande *versus* pequeno. A escolha é clara: põem-se a perseguir o pequeno camponês ainda que o preço disso seja a degradação do meio (justamente aquilo que são pagos para defender). Como dissemos, a ausência do campesino viabiliza a entrada da grande devastação vinda com o grileiro e o madeireiro. O dificultar a vida do camponês, no limite, vai ao encontro do interesse do grande. Mas a coisa vai além, a hostilidade desses servidores pelo pobre transborda por seu discurso e por suas ações. O pior é que os atos de violência e os mais exagerados abusos são, segundo eles, o mero cumprimento de seus deveres. O fato de a legislação proibir a habitação no interior do Parque, mesmo nesse caso no qual nada se faz para efetivar a remoção dos moradores, legitima as práticas de intimidação e terror.

Longe de ser privilégio do Parque Nacional da Amazônia, a postura repressiva e violenta das autorida-

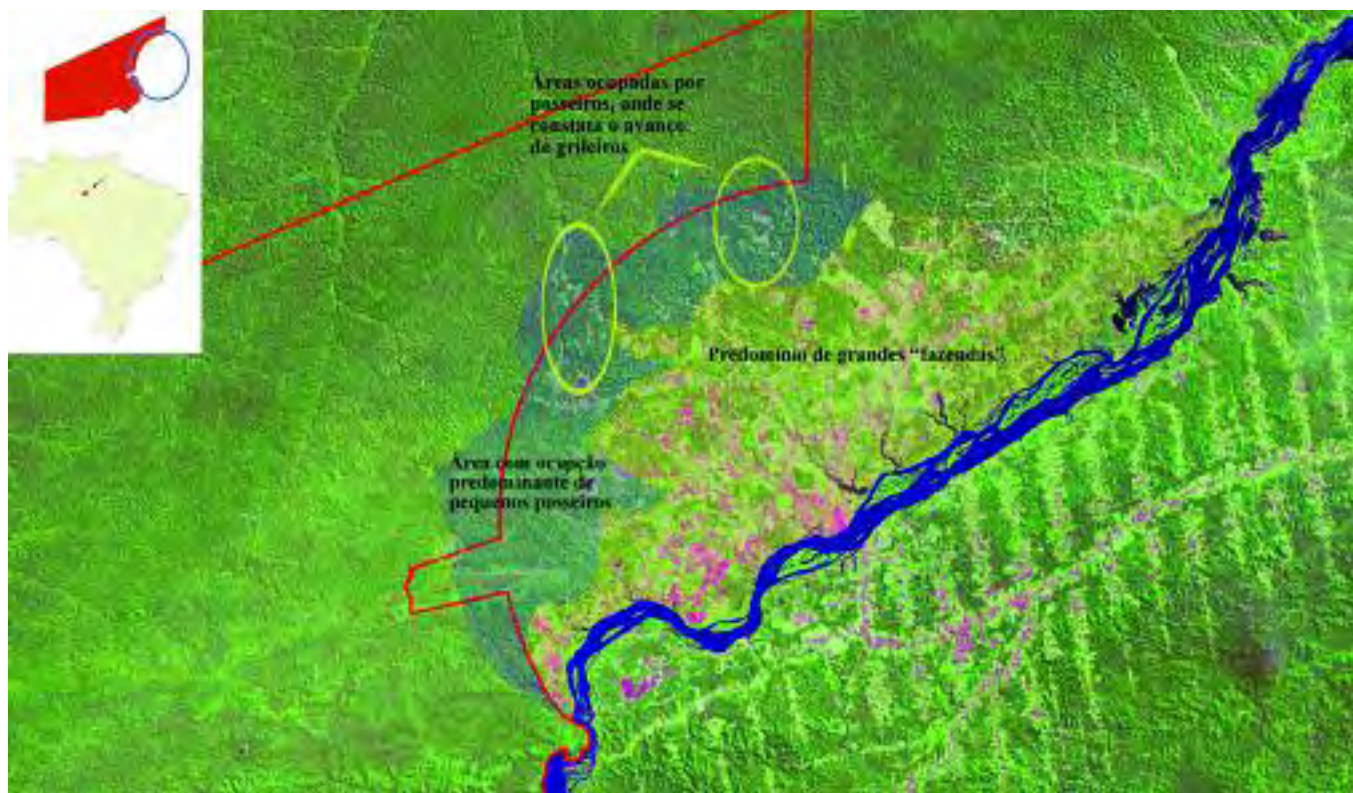


Figura. 14. Fronteira entre o latifúndio e os colonos nos arredores do Parque Nacional da Amazônia. A marcação em quadriculados amarelos corresponde à área ocupada por “fazendas”. Sob listas azuis, fica a área por onde se espalham assentamentos e comunidades.

Elaboração dos autores

des públicas de gestão de unidades de conservação sempre foi traço comum a todo o país. Funcionários e administradores de parques mantêm uma relação de domínio sobre o espaço protegido e, conseqüentemente, sobre as pessoas que ali vivem – uma autêntica atitude de “senhores feudais” (DIEGUES, 2000). Os antigos moradores do Parque Nacional da Amazônia são unânimes ao relatar as intimidações e restrições sofridas após a criação da reserva. Rinaldo Arruda comenta:

A política ambiental vigente, por outro lado, tenta se viabilizar por uma postura autoritária totalmente dependente de fiscalização repressiva, carecendo de embasamento técnico-científico e legitimidade social entre a população regional, fadada, na melhor das hipóteses, a uma preservação ao estilo “jardim zoológico”, resguardando apenas algumas áreas intocáveis, num recorte insuficiente para a reprodução integral dos ecossistemas, para a manutenção da biodiversidade e da pluralidade cultural.

As populações tradicionais são discriminadas por sua identidade sociocultural e impedidas de reproduzir seu modo de vida tanto pelo modelo de ocupação predatório que se expande como pelo modelo de conservação ambiental vigente. Assim, paradoxalmente acabam por desenvolver uma postura anticonservacionista, identificando o ambientalismo como o substituto dos antigos grileiros e passando a desenvolver práticas predatórias do meio ambiente como único meio de garantir sua subsistência e não cair na marginalidade ou na indigência. (ARRUDA, 2000, p. 287s)

A grande maioria das pessoas que hoje habitam o Parque tem um largo currículo de expropriações da

terra. A epopéia de um antigo morador da reserva é ilustrativa. Em meados da década de 1970, deixa o Maranhão após a chegada do “dono” do lugar onde vivia havia gerações. Intimidado, tenta o garimpo: dois anos e cinco malárias... não é garimpeiro, é um camponês. Sai à procura de um pedaço de chão, pára em Altamira. Três anos e nova chegada de um outro “dono”, com papéis na mão. Tenta Marabá, cinco anos, volta para Itaituba, quatro anos. Dessa vez vende a terra que ocupa, numa forma bastante comum de conseguir um dinheiro de giro, e tenta Santarém, daí para Novo Progresso, Castelo dos Sonhos, Moraes de Almeida, Trairão, novamente Novo Progresso e, de volta a Itaituba, compra um lote, há seis anos, em uma comunidade dentro do Parque Nacional da Amazônia. Agora, pela primeira vez, não se sente ameaçado pelo “fazendeiro vizinho”, é o Ibama que o avisa que terá de sair – e sem direito a nada.

É de uma ingenuidade sem tamanho crer na eficiência da fiscalização como garantia da conservação ambiental. A sucateada base do Ibama de Itaituba contava, em janeiro de 2005, com apenas um veículo e dois fiscais para cobrir, muito mais do que os 994.000 hectares do Parque, a imensa totalidade das áreas dos municípios de Itaituba, Trairão, Jacareacanga, Aveiros, Placas e Rurópolis. Porém, mesmo que contassem com bom equipamento só no caso da vigilância do Parque, dificilmente deteriam madeireiros e grileiros e as demais espoliações.

Por outro lado, é intrínseco às comunidades o controle territorial. A comunidade de Nova Conquista, por exemplo, situada na parte central do arco, teve maior sucesso ao frear o avanço das pastagens do latifúndio vizinho do que qualquer ação de fiscalização. O



Comunidade Nova Conquista. A organização dos moradores deteve o avanço de grileiros e proibiu a passagem de caminhões madeireiros pela estrada da comunidade.

FOTO: Maurício Torres



Comunidade São Luis do Tapajós, margem direita do rio Tapajós, proximidades do Parque Nacional da Amazônia. Era importante entreposto para os garimpos do Tapajós até a abertura da Transamazônica.

FOTO: Mauricio Torres

mesmo aconteceu em relação à entrada e passagens de madeiras por acessos ao Parque que atravessassem a comunidade. De forma oposta, a perspectiva de aliança de comunidades com grileiros e madeireiros acena com a possibilidade de uma parceria da maior eficiência na extração criminosa de recursos da reserva.

Enquanto a administração do Parque teme que a presença das comunidades seja a via de acesso para a extração de madeira, a reserva vizinha mostra como esse papel pode ser exatamente o contrário. A criação da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, na década de 90, foi fruto da organização das comunidades da margem esquerda do rio Tapajós para deter o avanço da madeira Amazonex e, posteriormente, unidas às comunidades da margem direita do rio Arapiuns, para enfrentar a madeira Santa Isabel (GDA – Grupo de Defesa da Amazônia, 1999).

Hoje, sem anuir com a permanência, nem vislumbrar qualquer medida para relocar os habitantes do Parque, e nem tampouco conseguir coibir a entrada de novos moradores, o Ibama limita-se a lhes impor restrições, que, se seguidas, tornariam impossível a sua sobrevivência. Há tempos, a mais completa falta de recursos e pessoal não permitiu ao órgão sequer pensar em qualquer ação de maior espectro em relação àquela população. Suas ações sempre se basearam em impedir as atividades extrativas e agrícolas, sem as quais se torna impossível a vida daqueles moradores. A conservação das estradas que ligam essas comunidades à cidade de Itaituba é proibida e isso casa com os interesses da fiscalização, por acreditar ela que, com más condições de vida no interior do Parque, os moradores irão preferir morar do lado de fora da reserva. A partir de uma lógica bizarra, deduz-se que, caso as

comunidades contem, por exemplo, com estradas para escoar o pequeno excedente de sua produção de subsistência, elas irão aumentar seus plantios e, com isso, degradar a área.

A diretoria do Parque procede absolutamente dentro da lei: atividades agrícolas, caça, pesca, estradas e a própria habitação dentro de parques nacionais são proibidas pelo Sistema Nacional de unidades de conservação (SNUC). Dos métodos pelos quais sempre se efetivou esse controle, porém, como dissemos, não se pode perceber a mesma legalidade. É voz uníssona entre os comunitários o relato de abusos sofridos por ocasião das incursões de fiscalização do Ibama. Segundo moradores de várias comunidades, foram freqüentes as invasões de domicílio (para procura de armas de caça), ameaças e outras hostilidades – chegam ao absurdo de furar as paredes das famílias, supondo que, sem ter onde cozinhar, elas não mais caçariam.

Deixando de lado a truculência e os critérios de legalidade do histórico das ações da fiscalização, pode-se dizer que essa estratégia é, no mínimo, infantil.

Ora, como já dito, é padrão no caso dos comunitários do interior da reserva um histórico de luta por acesso à terra. Se hoje vivem dentro do Parque Nacional da Amazônia não é por preferirem o *status* de moradores de uma unidade de conservação de proteção integral, mas, sim, por não haver possibilidade de acesso à terra em outro local. Na imensidão de terras da Amazônia, por incrível que pareça, não há lugar para viver. A absurda crença nas restrições impostas como motivadoras da evasão do Parque não considera a real situação de a questão não ser de “preferência”, mas de possibilidade. A chefia do escritório do Ibama

de Itaituba começa a se sensibilizar a respeito. Porém, atados à legislação e à falta de políticas adequadas, desdobram-se tentando agir numa tênue linha premiada entre essa realidade e a prevaricação.

Os comunitários do interior da reserva acabaram transformados em bodes expiatórios da ameaça ambiental, ao passo que os efetivos agressores do Parque, grileiros, madeireiros, políticos promiscuamente ligados a grupos econômicos, são ignorados. A soma do desmatamento de todas as comunidades nos últimos vinte anos é proporcionalmente ínfima se comparada aos números de uma única derrubada de Walmir Climaco, candidato derrotado à prefeitura de Itaituba pelo PMDB nas últimas eleições (2004), dono de um conglomerado de empresas que inclui madeireira, fazendas e a sucursal da TV Liberal (afiliada da Rede Globo) em Itaituba. Climaco, em agosto de 2004, fora multado em R\$ 1,2 milhão por ter desmatado ilegalmente 746 hectares no Parque Nacional da Amazônia⁶.

Se, de um lado, o Ibama e outras entidades interessadas na conservação do Parque vêm percebendo a contraproductividade de olhar seus atuais moradores como inimigos e perdê-los como valorosos aliados, de outro acenam com gestos que remontam constrangedoramente às políticas socioexcludentes da Operação Amazônia ao, diretamente ou não, participarem da elaboração de publicações que vão de encontro às metas que promulgam.

Materiais de divulgação sobre o Parque, pelas mais diversas formas e veículos, sempre de dispendioso acabamento e impressão gráfica, repetem e reproduzem a mesma desinformação. Em tom de deslumbre, mostra-se a magnânima natureza, as maravilhas da Amazônia; em tom curioso, incorre-se pela dife-



Milagreiro Guabiraba. “Vicente e João Guabiraba, dois escravos, durante a fuga, perdem-se na mata e morrem. Um doente encontra seus corpos, apieda-se de seus sofrimentos na mata escura e sepulta-os. Imaginando que os mortos também possam se compadecer de sua dor, promete oferecer-lhes luz em troca de sua cura. O doente se curou e, desde então, nunca falta querosene para manter acesa a lamparina no túmulo dos ‘Santos.’”

FOTO: Mauricio Torres

rente cultura indígena dos Sateré-Mawé; e, a completar essa Disneylândia tropical, em tom “democrático” fala-se, até, das familiares e acolhedoras comunidades do entorno do Parque. Porém, ao comentar a existência de populações indígenas e de algumas comunidades na área circundante ao Parque, conota-se, ostensivamente, não haver qualquer forma de ocupação humana em seu interior.

Novamente, os dizeres são coerentes com a legislação: parques são reservas de proteção integral. Não comportam moradores. No entanto, o material afina-se a uma gama de publicações que optam pela indefinição. Admitamos que se poderia optar pela defesa do modelo de unidade de conservação e pelo cumprimento rigoroso da lei, com a conseqüente remoção dos moradores. Ou, então, se poderia pensar em uma alternativa que viabilize a permanência deles, tirando, inclusive, proveito disso para a reserva. É despropositado, contudo, fazer de conta que não há ocupação e se limitar a cores alegres e de tom de reducionismo pictórico. Isso não convém aos interesses do Parque, nem das populações. Ao contrário, não reconhecer a existência dos moradores implica, de um lado, privá-los de seus direitos a quaisquer reivindicações e, de outro, a imediata negação de conflitos decorrentes dessa ocupação, e assim predispõe-se a reserva aos prejuízos oriundos de tais conflitos e perde-se mais uma oportunidade de abertura ao diálogo com aquelas pessoas. É certo, a intenção desses materiais de divulgação não é a de levantar qualquer discussão, nem tampouco promulgar informações sobre desarranjos da área. Porém, daí a conotar uma distorção de entendimento o caminho é longo. A inclinação por essa atitude não é nada inédita. Rinaldo Arruda comenta tal

postura em âmbito geral: “Parece que essas populações são invisíveis (além de indesejáveis) para o poder público que, preso a concepções ambientais tecnicistas e inadequadas, não vê outra saída fora do padrão vigente” (ARRUDA, 2000, p. 282).

Ignoradas por aqueles a quem caberia ouvi-las e criminalizadas pela defesa ambiental, as comunidades acabam por ficar cada vez mais reféns dos freqüentes assédios de madeireiros, por exemplo, ofertando manutenção de suas estradas em troca da madeira de seus quintais. Isso se reforça com o sentimento, entre os comunitários, de que a defesa do meio ambiente, no limite, é que lhes virá tirar o direito à terra. Se essa gente já fora expulsa da terra por grandes grupos econômicos em nome da produção, agora se vê sendo expropriada em nome da própria floresta.

Publicações que, mesmo indiretamente, expressem atos de não-reconhecimento dos moradores do Parque afastam ainda mais um consenso entre as entidades interessadas na conservação da reserva e as comunidades de seu interior. Isso é ainda mais grave se apartarmos o delírio autoritário de que com uma fiscalização repressiva se atingiria o ideal de “parque intocado” e aceitarmos que a única possibilidade de deter o movimento de degradação na reserva é, justamente, a adesão, a esse intento, das comunidades do interior e do entorno do Parque. Os moradores, não raro, se defrontam com materiais de divulgação sobre o Parque com representações tão exóticas, que eles, que habitam o lugar há vinte anos, quase não conseguem reconhecer traços familiares. A reação ao atentarem à omissão dessas publicações é, sempre, de consternação.

É a antiga repetição: em detrimento da população local, a Unidade de Conservação volta-se a aten-



A devoção ao Guabiraba alastrou-se. Os fiéis geralmente oferecem representações de madeira da parte do corpo a ser curada (muitas vezes, com chagas lavradas), a roupa usada na ocasião da promessa e querosene para garantir luz aos mortos. Os corpos estão sepultados na fazenda Guabiraba, margem direita do rio Tapajós, em frente ao Parque Nacional da Amazônia, limite com a Floresta Nacional de Itaituba II.

FOTO: Mauricio Torres



Colares de ouriços de castanha.
FOTO: Carlos Pimenta

Acaba-se por fazer uma propaganda que predispõe a reserva ao usufruto de classes sociais absolutamente distintas daquelas que vivem a expectativa da expulsão. Isso não fala de uma particularidade do Parque Nacional da Amazônia, mas do próprio modelo de parques nacionais importado dos Estados Unidos.

der o distante mundo urbano em busca do fantástico, do pitoresco e do exótico mundo selvagem. Acaba-se por fazer uma propaganda que predispõe a reserva ao usufruto de classes sociais absolutamente distintas daquelas que vivem a expectativa da expulsão. Isso não fala de uma particularidade do Parque Nacional da Amazônia, mas do próprio modelo de parques nacionais importado dos Estados Unidos. Desde a época de sua concepção, final do século XIX, “já se consolidara o capitalismo americano, a urbanização era acelerada, e se propunha reservarem-se grandes áreas naturais subtraindo-as à expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação” (DIEGUES, 2001, p. 24). Rinaldo ARRUDA comenta como a transposição desse modelo norte-americano para o Terceiro Mundo

mostra-se problemática, pois mesmo as áreas consideradas *isoladas* ou *selvagens* abrigam populações humanas, as quais, como decorrência do modelo adotado, devem ser retiradas de suas terras, transformadas de agora em diante em Unidade de Conservação para benefício das populações urbanas (turismo ecológico), das futuras gerações, do equilíbrio ecossistêmico necessário à humanidade em geral, da pesquisa científica, mas não das populações locais. (2000, p. 280)

E DIEGUES complementa:

A América Latina foi um dos primeiros continentes a *copiar* o modelo de parque nacional sem população residente. O México estabeleceu sua primeira reserva florestal em 1894, a Argentina em 1903, o Chile em

1926 e o Brasil em 1937, com objetivos similares ao de Yellowstone, isto é, proteger áreas naturais de grande beleza cênica para usufruto dos visitantes (de fora da área). (2001, p. 99)

Há que discutir se fomentar a expectativa desse desértico paraíso bucólico não afasta ainda mais o homem citadino da realidade do meio e, conseqüentemente, de sua relação e responsabilidade com o ambiente. O freqüente tom de propaganda turística do que é divulgado sobre o Parque vai ao encontro do interesse manifestado por pessoas e grupos envolvidos na implantação da reserva, incluindo administração pública municipal, pesquisadores, comunitários, empresários, Ibama e ONGs, que reclamaram a implementação do turismo ecológico. Incomodamente, as cores da negação da população local misturadas ao apelo turístico remetem ao livro de co-autoria da diretora do IBDF, *Os Parques Nacionais no Brasil* (1979). Em particular, quando tratam da preparação do Parque Nacional do Araguaia para o turismo e concluem que, para isso, seria vital que, antes, se retirassem os moradores do Parque:

Após o término do plano de manejo e a resolução dos problemas ainda pendentes, em especial no que concerne à demarcação definitiva entre o Parque Nacional [do Araguaia] e a Reserva Indígena, inclusive com a devida regularização fundiária, pretende-se retirar todos os posseiros do Parque Nacional [do Araguaia] e adequá-lo convenientemente para a recreação. (PADUA; COIMBRA, 1979, p. 59, apud DIEGUES, 2001, p. 116)

CULTURAS TRADICIONAIS: FÚTEIS SABERES, PERNICIOSAS PERSPECTIVAS

Os desgastes e as conseqüências sociais e ambientais desastrosos deixados pelos eventos de expropriação das populações de suas terras, assim como o crescente reconhecimento de que populações tradicionais e indígenas se utilizam de maneira mais sustentável dos recursos naturais, culminaram com mudanças nas políticas ambientais para a criação e implementação de reservas cujas categorias de uso permitem o manejo e a residência de populações humanas (WILSHUSEN et al., 2002).

Chegou-se, em 1986, na conferência da IUCN, em Ottawa, sobre “Conservação e desenvolvimento: pondo em prática a estratégia mundial para a conservação”, a discutir a relação entre populações tradicionais e unidades de conservação, recomendando-se

[...] de maneira mais incisiva, que os povos tradicionais não devem ter seu modo de vida alterado se decidirem permanecer na área do parque, ou que não sejam reassentados fora dela sem seu consentimento (IUCN, 1986). (DIEGUES, 2001, p. 103)

Vale lembrar que, na área de influência da BR-163, 25 das 32 unidades de conservação existentes pertencem à categoria de uso sustentável. Porém, mesmo nessas reservas onde se permite a ocupação, há como reproduzir formas de opressão sobre as populações nativas que, muito comumente, derivam em degradação ambiental.

Conservação intrinsecamente implica a restrição no uso dos recursos naturais. Não falamos apenas de

normas expressas em leis, mas de todas as formas de regulamentação de conduta em relação ao meio às quais as mais diferentes sociedades sempre se submeteram. Entendemos por “restrições”, por exemplo, um grupo proibir a caça de determinado animal, em determinada época, seja por força da legislação federal, seja por fundamentações míticas. Ambas regulam e controlam o acesso aos recursos naturais e, por vias várias, têm a intenção focada na preservação.

Índios, beiradeiros, caboclos etc. dependem da disponibilidade dos recursos para sua subsistência e, ao longo de gerações, desenvolvem complexos comportamentos e códigos de conduta para administrar esses recursos de modo a garantir equilíbrio entre o uso e a capacidade de regeneração do meio. Em geral, nas terras dessas sociedades mais ambientalmente sustentáveis, criam-se áreas de proteção. Ironicamente, tais populações, já ricas em práticas viáveis de uso de recursos, irão, então, se defrontar com restrições adicionais às que carregam culturalmente. Estas são contínuas, sucessivas, e aplicam-se ao coletivo. Enquanto as últimas são entendidas como legítimas, as “decretadas” e as vindas com os planos de manejo são impostas.

Steven BRECHIN et al. (2002, p. 46) lembram que “até a intervenção [conservacionista] mais bem-intencionada é, em determinado grau, uma imposição de conhecimentos e de práticas”. A natureza impositiva e a ausência de participação e negociação tingem as restrições com os tons da ilegitimidade aos olhos da população local, tornam-se fontes de conflito e tensão e culminam com o não-cumprimento das regras e leis ambientais. Quando também incongruentes com aquelas de seus costumes, fazem, ainda,

degenerar as práticas de manejo desenvolvidas ao longo de sua história.

Como estratégia para mitigar os efeitos dessa intromissão, ou minimizar as tensões associadas com a impossibilidade de uso de recursos de acordo com os costumes locais, governo e entidades ambientalistas oferecem às populações pacotes alternativos de “desenvolvimento sustentável”. Geralmente, nesse embrulho seguem ações assistencialistas, provendo as populações de unidades de conservação com serviços básicos de saúde e educação, por exemplo. Direitos mínimos ganham conotação paternalista e um certo tom de contrapartida. Ou, ainda, incentivos e compensações financeiras vêm a troco do cumprimento das “novas” regras de preservação da natureza.

Também, esses projetos importados, de feições bem ocidentais, visam, no limite, o aumento de renda (que não necessariamente indica melhoria de vida) das populações. Acabam por convidá-las a denegrir valores culturais originários ao introduzir conceitos, necessidades e costumes alheios ao seu modo de vida. Triste de ver, vítima de um desconcertante etnocentrismo, o entendimento sobre “melhoria de vida” da população local é referenciado pela concepção do, sempre urbano, formulador do plano. Implanta-se, aí, um processo que se esforça em demover um modo de vida para a chegada de outro, trabalha-se por implantar, na terra, um degradante princípio urbano-industrial. Populações que viam a terra e seus recursos, num todo coeso, como território de vida (subsistência, tradições, relações familiares, festas, educação, amor, morte etc.), começam agora a encará-los também como oportunidades de geração de renda e, no extremo, a estabelecer relações de produção.

Não questionamos a meta das unidades de conservação de uso sustentável. De fato, talvez essa seja a única alternativa a pôr em prática. Também é fato, a implementação de programas para o uso alternativo de recursos naturais é suscetível às falhas inerentes ao caráter recente desses programas. Contudo, é vital questionar pontos das atuais estratégias de conservação da biodiversidade usadas com populações das unidades de conservação de uso direto. As restrições ao uso de recursos devem respeitar as práticas da cultura local e, principalmente, ser extensivamente discutidas para ganhar um mínimo de legitimidade. Embora complexos e lentos, esses processos podem surtir efeito duradouro e produtivo em longo prazo.

De forma geral, as coisas parecem rumar nessa direção. Avançam processos onde se valorizam o saber nativo, discutem-se formas de lhes resguardar o direito à propriedade intelectual de suas tecnologias e, principalmente, as políticas públicas – ao menos em teoria e em alguns casos – já não vêem essas populações como ameaça, mas como fonte de tecnologias de conservação.

Há casos que parecem rumar nessa direção. Algumas reservas de desenvolvimento sustentável implantam processos onde se valoriza o saber nativo e discutem-se formas de resguardar, às populações originais, o direito à propriedade intelectual de suas tecnologias. Nestes casos, as políticas públicas não vêem essas populações como ameaça, mas também como fontes de conhecimento para a conservação.

Contudo, esse esboço de mudança, com gestos de reconhecimento e respeito, levanta, em certos meios, uma ativa reação. Recentemente intensifica-se um volume de publicações onde se argumenta que as estratégias de conservação que permitem a permanên-

cia de populações humanas em áreas protegidas falham vexatoriamente. Dadas as situações emergenciais de degeneração progressiva da estrutura e funcionamento dos ecossistemas, as áreas de proteção estrita são vistas como os últimos jardins do Éden para boa parte da biota tropical (TERBORGH, 1999; GALETTI, 2001). Juntamente com esse argumento, os autores reconhecem que as reservas nos países em desenvolvimento (coincidentemente, as zonas de maior biodiversidade) são gerenciadas sem eficiência e, portanto, não fornecem proteção adequada para a natureza que abrigam. Com base em tais asserções, parte da comunidade ambientalista propõe uma ênfase renovada às unidades de conservação de proteção integral, incluindo o uso de práticas autoritárias e repressivas.

Em outra esfera de debate, os que se colocam em favor da utilização de áreas protegidas onde populações humanas possam residir e fazer uso de recursos argumentam que áreas de proteção estrita falharão em longo prazo porque: 1) geralmente não possuem apoio político das comunidades locais; 2) forçam pressões de atividades humanas em seu entorno (graças, também, às expropriações). Argumenta-se ainda que reservas de uso sustentável podem ser mais efetivas porque: 3) são facilmente controladas e protegidas por seus próprios moradores; 4) promovem o uso sustentável das suas florestas e, finalmente, 5) não existem evidências contundentes de extinções expressivas em áreas que são manejadas tradicionalmente (SCHWARTZMAN, 2000a e b).

Voltando àqueles que argumentam que o futuro da biodiversidade pode estar em risco se mantido nas mãos de comunidades rurais, indígenas ou tradicionais, cujos estilos de vida podem eventualmente se

modificar em um futuro de globalização econômica e expansão do capitalismo (TERBORGH, 1999, 2000; REDFORD; SANDERSON, 2000; GALETTI, 2001), curiosa é a visão que apresentam sobre diferentes modos de vida e produção. Não entendem a cultura do camponês, do índio e do caboclo com sentido próprio e vêem no capitalismo um ponto de chegada, um topo de evolução para o qual rumariam todas as sociedades. Em uma visão simplista e reducionista, essas formas de vida e de ocupação do espaço são tidas como estágios de transição entre o feudalismo (ou qualquer outra organização socioeconômica “primitiva”) e o capitalismo. Mais do que rumar ao capitalismo, os valores do modo de vida ligados à terra podem agir em resistência a ele.

Para ilustrar o cerne ideológico desse movimento protecionista, é válido transcrever alguns trechos emblemáticos. Alan RABINOWITZ (1999, p. 70-72), conhecido cientista ligado à Wildlife Conservation Society, referindo-se ao livro de TERBORGH (1999), argumenta:

[...] Terborgh avisa, o desenvolvimento sustentável é inatingível... A conservação da biodiversidade está condenada à falência quando baseada em processos “de baixo para cima” que dependem em aceitação voluntária. Como ele, eu defendo uma abordagem “de cima para baixo” para a conservação da natureza... porque, na maioria dos países, é o governo, não as pessoas em torno das áreas protegidas, que decidem ultimamente o destino das florestas e da vida selvagem.

Na mesma toada, van SCHAIK e KRAMER (1997, p. 218-220) acreditam que:

Os governos das nações civilizadas têm o dever de pedir a seus cidadãos que aceitem restrições em suas liberdades de ação quando isto serve ao bem comum... No caso de parques de florestas tropicais, os governos podem tomar áreas de floresta como propriedade nacional porque elas servem a interesses nacionais e internacionais.

E SANDERSON e REDFORD (1997, p. 122) buscam o extremo:

A solução de longo prazo mais efetiva é a de fornecer ajuda com o objetivo de melhorar a infra-estrutura urbana que encoraja o desenvolvimento industrial. Esse desenvolvimento agiria como uma fonte de emprego para os supranumerários pobres da zona rural, da mesma maneira como no hemisfério norte a população rural extra foi absorvida nas cidades em desenvolvimento. A industrialização e a urbanização no mundo tropical estão se acontecendo segundo essa tendência histórica, e devem levar a reduções significantes de pressão, se as opções disponíveis para as pessoas são mais atraentes que a agricultura de subsistência ou extração.

Antônio Carlos DIEGUES contextualiza a aplicação dessa política à sombra do autoritarismo do regime militar, entre 1970 e 1986, período em que mais foram criadas unidades de conservação. Para o autor, “a criação dessas unidades era feita de cima para baixo, sem consultar as regiões envolvidas, ou as populações afetadas em seu modo de vida pelas restrições que lhes eram impostas quanto ao uso dos recursos naturais” (2001, p. 116).

A pesquisadora Edviges IORIS, durante contato com comunidades da Floresta Nacional do Tapajós (Flona Tapajós), registrou em campo a espoliação da população da Amazônia sob o argumento da preservação ambiental.

No caso da Flona Tapajós, embora prevendo a ausência de moradores, não foi realizado nenhum levantamento populacional ou fundiário previamente à sua criação. Mesmo assim, seus limites incidiram sobre a área de vários núcleos populacionais. Os limites da Flona Tapajós recaíram sobre as áreas de dezoito comunidades localizadas na margem direita do rio Tapajós; [...] Além das áreas destes núcleos populacionais, os limites da Flona incidiram também sobre parte dos lotes do Projeto Integrado de Colonização Itaituba (PIC-Itaituba), no qual, em 1973, já estavam assentadas 571 famílias (Ianni 1979: 62).

A imposição dos limites da Flona Tapajós sobre as áreas destas comunidades tem gerado um clima de instabilidade por conta de vários fatores. Primeiro, pela iminência em serem desapropriadas de suas terras. [...] Além disso, pela indefinição sobre as formas de utilização dos recursos naturais que elas vinham tradicionalmente desenvolvendo. [...]

Como a definição legal das Florestas Nacionais exigia a ausência de moradores no interior dos limites, a imposição dos limites da Flona Tapajós sobre a área destas comunidades gerou um intenso processo conflitivo. (IORIS, 2000, p. 4-6)

Vale lembrar, a criação de unidades de conservação, levando no bojo a negação da existência do habitante original, foi mais uma das táticas usadas pelo Es-

tado para tirar da região seus verdadeiros donos e promover a instalação de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais. A implantação de reservas de uso indireto era recomendada essencialmente, pela IUCN, para áreas desabitadas (ver X Assembléia Geral da IUCN, 1969, Nova Delhi, apud DIEGUES, 2001). Ainda assim, no Brasil, cinco anos depois, isso continuava não sendo aceito. A decretação da reserva de proteção integral sobre terra habitada não era por desconhecimento da existência de pessoas na região; mas, antes, integrava a estratégia de propagar a Amazônia como “a terra sem gente”, “o imenso vazio demográfico”, o lugar “onde só existiam matas. E lendas. O mito e o medo.” (Anúncio da construtora Queiroz Galvão, responsável pela construção do trecho Altamira-Itaituba da rodovia Transamazônica [*Realidade*, 1971, p. 316]). Era vital a construção de tal imagem para legitimar a entrega da Amazônia ao grande capital privado, sob o argumento de que esse seria o caminho para “transformar o berço esplêndido num país desenvolvido” (Anúncio do Montepio Nacional dos Bancários – MNB [*Realidade*, 1971, p. 325] cf. Maurício TORRES e José ARBEX Jr., neste livro).

O que hoje se determina como área de influência da BR-163 foi um paradigma desse processo. Só em 1974 se decretou mais de 1,6 milhão de hectares de área protegida integralmente: o Parque Nacional da Amazônia e a Floresta Nacional do Tapajós⁷. A localização dessas duas reservas indica a análise geopolítica que a precedeu:

O PIN também suportou a implementação de uma extensa rede de estradas para facilitar a ocupação dos espaços considerados “vazios”. Neste processo de ocu-

pação da fronteira amazônica, o traçado das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá apresentava uma importância estratégica fundamental para interconectar o país de norte a sul, de leste a oeste. É sugestivo que é precisamente neste ponto, onde estas duas rodovias interceptam-se, que a Flona Tapajós foi estabelecida. (IORIS, 2000, p. 4)

Essas políticas ambientais, mescladas a interesses econômicos e estratégias de opressão popular, arrogam-se o direito de decidir pela maneira como as pessoas que há gerações habitam a região irão gerir o meio – muitas vezes, sustentável, graças às formas pelas quais é manejado por essas mesmas pessoas. Porém, as autoridades responsáveis bravateiam que, sem a “douta ingerência” urbana, essas populações degradariam, ao limite da extinção, o espaço do qual depende sua própria subsistência. Crêem ser necessário tolhê-las e regulamentá-las por não terem competência para gerir seu antigo chão. Tamanha prepotência parte de um *modus operandi* bastante antigo, que irracionaliza certos grupos e classes sociais: as populações são vistas como doentes, inaptas a responder por si e por seu meio. Nada de novo, deficientes mentais, mulheres, minorias étnicas, homossexuais, pobres etc. sempre foram vítimas desse tipo de argumentação para que se legitimasse a coação sobre tais grupos e o direito de sujeitá-los às restrições do dominador.

Como dissemos, no caso das populações residentes em unidades de conservação, as medidas de regulamentação de suas vidas, despencadas após o decreto de criação da reserva ambiental, via de regra são conflitantes com seus modos de produção, sua cultura, e conflitantes até com suas próprias restringências ao uso dos

recursos do meio. Essas populações manejam seu espaço segundo restrições culturais, calcadas em um modo próprio de apreensão da realidade. Geralmente, os limites para o uso de recursos impostos aos residentes em unidades de conservação vão de encontro às normas de conduta, restrições e costumes construídos e transmitidos ao longo dos anos. Dificilmente essas normativas estabelecidas de “cima para baixo” terão legitimidade entre o grupo. Ainda mais, a imposição de limites às suas atividades socioeconômicas cerceia uma tecnologia e um conhecimento valiosos sobre o ambiente e as relações com seus diversos componentes.

Vale notar: restringir o uso dos recursos do meio implica, indefectivelmente, diminuição da interação do homem com esse espaço. Meio ambiente e homem. Uma triste cadeia se lhes anuncia: menor interação, menor conhecimento; maior distância, menor troca; sem consórcio, sem sustentante. Duas perdas, um ambiente se degrada; um modo de vida jaz. Um ambiente, muitas vezes, irrecuperável; uma cultura que representa eficaz ferramenta em conservação, a mais efetiva reação ao meio de vida urbano-industrial, esse, sim, devastador de fato.

Com constrangedora cotidianidade, isso se repete, reproduzindo um modelo que norteia desde antigas unidades de conservação até projetos contemporâneos. Novamente, colhemos o exemplo no trabalho de Edviges IORIS:

Não obstante a importância da mata para a unidade produtiva familiar, para os *caboclos* da Flona Tapajós, a criação da reserva afetou particularmente sua relação com as *áreas de mata*. [...] desde a criação da Flona, as atividades de caça e de extração de outros re-

ursos florestais foram severamente limitadas por conta dos regulamentos da unidade de conservação. Quando eu estava em campo, a atividade de caça era praticamente um tema tabu para ser comentado, pois as pessoas temiam repressões por parte de direção da Flona. Além disso, eles me mostraram diversas áreas no interior da mata que eles disseram que costumavam trabalhar, mas que haviam parado por proibição da direção da Flona. Embora estes aspectos ainda demandem mais investigações, é importante ressaltar que, em qualquer circunstância, o conhecimento sobre estas comunidades passa necessariamente pela compreensão da sua relação com a Flona Tapajós, cuja criação e regulamentação alterou profundamente suas tradicionais formas de organização social e manejo dos recursos naturais. É, principalmente, no embate entre suas diferentes formas de entendimento sobre os recursos naturais que a relação entre a Flona Tapajós e as comunidades que lá se encontram deve ser entendida [...]. (Ibid, p. 10)

Soma-se à discussão ambiental uma questão que vai além da justiça social e remete, antes, ao respeito aos direitos do homem em um dilema essencialmente ético. Porém, em detrimento de todo esse debate, vários – e bem financiados – ambientalistas entendem seus próprios valores e seu modo de vida urbano como uma espécie de cume da evolução cultural, para o qual convergiriam, invariavelmente, todas as mais diversas formas de desenvolvimento socioeconômico. Ao acreditar-se postado no vértice apical das transformações sociais, esse ambientalista entende a dissolução, em sua própria imagem, de qualquer diferente traço do “outro”, apenas como uma questão de tem-

Soma-se à discussão ambiental uma questão que vai além da justiça social e remete, antes, ao respeito aos direitos do homem em um dilema essencialmente ético.

po. Se, então, os caboclos, índios e camponeses aderissem a um modo de vida e produção insustentáveis ambientalmente, nada mais correto do que defender o isolamento entre homem e meio e, no caso da completa impossibilidade dessa separação, valer-se-ia do despotismo ambiental que se nutre da fantasia da eficácia do autoritarismo repressivo contra as populações que vivem da terra. Assim, se justificaria o controle opressivo da população em prol da defesa da natureza.

No Brasil, o argumento ambientalista, ao traçar estratégias de opressão popular, encontra acolhida junto a uma tradição que vem de longe. Rabinowitz e Terborgh, por exemplo, enquadram-se com precisão em correntes numerosas do pensamento brasileiro. Carlos Nelson COUTINHO, ao comentar “os efeitos da ‘via prussiana’⁸ sobre a intelectualidade brasileira” (2000), explica o processo de modernização econômico-social no Brasil como algo vindo de cima para baixo, oriundo das elites dominantes e alheio às classes populares. O autor determina o nosso desenvolvimento pela “via prussiana” como causa direta do não-desenvolvimento – como coletivo e não como valores isolados e individuais – de uma intelectualidade posta ao seu essencial papel: “expressar a consciência social das classes em choque ou de um bloco de classes sobre o conjunto de seus aliados reais ou potenciais” (Ibid, p. 52). Ou, ainda pior, como a “produção de conhecimento acadêmico” brasileira foi, em diversos momentos, favorável ao estado de dominação sobre o povo.

Van Schaik e Kramer propõem, sob a égide da preservação ambiental, a destruição do modo de vida do camponês, do caboclo, do índio etc. Sugerem a sua transformação em proletários, ignorando o potencial

dessas populações, como crítica opositora ao modo de produção capitalista, que, sabidamente, é a grande força motriz da degradação ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2004). A comunhão com as idéias de van Schaik e Kramer, no Brasil, ainda tem um adicional de absurdo que, infelizmente, é muito repetido por certas linhas de ecólogos: teme-se o pequeno camponês e conta-se, para detê-lo, com o Estado, que, ironicamente, sempre se aliou ao grande capital e promoveu os verdadeiros danos ambientais. Nada se comenta (como se não fosse da esfera desses cientistas, como se não fossem grandes devastadores do meio) sobre a miséria, a má distribuição de renda, o latifúndio e a estrutura concentradora de terras, que, quando não respondem diretamente pela agressão ao interior e entorno das unidades de conservação, respondem por dinâmicas que pressionam camponeses sobre os limites e recursos das reservas.

A posição desses cientistas da conservação vai ao encontro do autoritarismo elitista de pensadores brasileiros como Farias Brito, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Miguel Reale, Francisco Campos e outros. Leandro KONDER, referindo-se a falas desses e de outros, comenta:

O pluralismo da ideologia da direita pressupõe uma unidade substancial profunda, inabalável: todas as correntes conservadoras, religiosas ou leigas, otimistas ou pessimistas, metafísicas ou sociológicas, moralistas ou cínicas, cientificistas ou místicas, concordam em um determinado ponto essencial. Isto é: em impedir que as massas populares se organizem, reivindiquem, façam política e criem uma verdadeira democracia. (1979, p. 4)

IORIS mostra, na Floresta Nacional do Tapajós, um exemplo dessa organização e reivindicação popular que sempre desperta tanta paúra:

As primeiras informações sobre as comunidades que lá [Flona Tapajós] se encontravam foram produzidas somente em 1978, quando o IBDF começou um levantamento para desapropriá-las de suas respectivas áreas. O relatório contendo os resultados deste levantamento é o único documento que eu encontrei nos arquivos do Ibama que apresenta procedimentos adotados pelo órgão entre 1978 e 1983. Segundo as comunidades, foi através deste levantamento que elas ficaram sabendo da criação da Flona e, que elas seriam desapropriadas de suas terras [...]. As comunidades, por seu lado, não aceitaram as propostas de desapropriação e empreenderam um forte movimento de resistência. Em resposta a esta resistência, o IBDF, então, decidiu excluir uma área da Flona para as comunidades. A decisão de excluir uma área para elas foi apresentada para alguns de seus membros em uma reunião no dia 9 de maio de 1983, na sede do IBDF em Santarém. O relatório da reunião não informa o tamanho da área que seria destinada, apenas afirma que todas as pessoas presentes à reunião “foram unânimes em aceitar a proposta do IBDF” (IBDF/Flona Tapajós 1983). Segundo as pessoas das comunidades com quem conversei durante o levantamento em 1996, o IBDF havia promovido esta reunião com pessoas das comunidades convidadas aleatoriamente, que não eram reconhecidas como seus representantes e, portanto, não tinham legitimidade para negociar. Embora este encontro tenha ocorrido em maio, no mês anterior, em abril, o IBDF já tinha contratado os



Caixa medidora de castanhas.
FOTO: Carlos Pomaró

serviços topográficos do 8º Batalhão de Construção e Engenharia do Comando Militar da Amazônia (8º BEC) para excluir 27,600 ha da Flona para as comunidades. Esta área tinha uma extensão média de 4 km da beira do rio em direção ao interior da mata, menos da metade da área reivindicada pelas comunidades. Quando o 8º BEC estava executando os serviços de demarcação da área, em setembro, as comunidades foram até o local e impediram a continuação dos trabalhos. A paralisação dos trabalhos foi notificada pelo 8º BEC ao IBDF, através de ofício, o qual consta que: “Devido ao estado de tensão reinante na área, há preocupação deste Comando quanto à segurança dos funcionários desta Unidade” (BEC, ofício nº 11/STS). Segundo as comunidades, a demarcação dos trabalhos foi interrompida porque a área não contemplava suas reais necessidades [...]. (2000, p. 118)

Como ocorrido na Floresta Nacional do Tapajós e em curso no Parque Nacional da Amazônia e no resto do país, a tão temida mobilização dá as caras. Percebemos a reação das populações do campo, que vêm se organizando e começam a resistir à expulsão e à desorganização de seu modo de vida. Isso ganha viabilidade por meio de alianças com movimentos sociais como Movimento dos Seringueiros, MST, Atingidos pelas Barragens, Povos da Floresta na Amazônia Brasileira etc. Os movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra incorporam-se e são incorporados a movimentos de conservação. Mesmo quando não articulados com outros movimentos e, mesmo, entre si, pode-se ver o potencial de resistência dessas populações e o quanto colaboram na construção de um modelo de conservação que se liberte dos enlatados importados

dos países do norte, “que não refletem as aspirações e os conceitos sobre a relação homem/natureza nos países do sul” (DIEGUES, 2001, p. 38). Silenciosamente, essas populações constroem um paradigma de conservação ambiental com efeito mais profundo e estrutural do que todos aqueles pensados por cientistas, ONGs e governos. Engana-se quem vê neles pouca força.

* * *

Finalizando, gostaríamos de ratificar nossa posição quanto à importância das áreas protegidas nas estratégias de conservação. Não há dúvida: qualquer análise remete, sem muito esforço, à constatação de que unidades de conservação, de fato, são, ainda hoje, as formas mais eficientes para tentar deter a devastação. Curiosas são as vias dessa defesa ambiental: o respeito aos limites das reservas muitas vezes não se deve à eficiência da fiscalização, ou ainda, utopicamente, à aceitação da proteção ambiental como imperativo moral. Ao contrário, considerável fração da população da área de influência da rodovia vê as áreas de proteção como obstáculos ao tão sonhado desenvolvimento. Ironicamente, o grileiro de terras, agente altamente devastador da região, em geral respeita os limites geográficos das unidades de conservação. A especificação, por decreto, das reservas como áreas de domínio da União, sob jurisdição do Ibama, não passíveis de terem o domínio transferido, torna-as um espaço dificilmente “grilável”, e assim livra essas terras de algumas etapas da longa sequência de mecanismos para a apropriação ilícita da terra. Em terras passíveis de ser adquiridas do Estado, os grileiros desmatam, queimam e criam gado para demonstrar a “posse produtiva

va”, quesito valioso para a obtenção da documentação da terra (ver Maurício TORRES e Phillip FEARNSIDE, neste livro).

Tão importante e emergencial quanto a criação e implementação de unidades de conservação nas diversas ecorregiões, notadamente nas menos protegidas, é o combate aos vários fatores que as tornam tão vulneráveis. Certamente, esse caminho não pode deixar de passar pelo reconhecimento dos moradores como, eles mesmos, um recurso natural e pela reforma agrária, sem a qual não vemos como poderiam ser controladas as pressões sobre as reservas ambientais.

AGRADECIMENTOS

As entrevistas durante as visitas em campo contaram com o cativante auxílio de Judith Vieira. À montagem das figuras, foram fundamentais, a colaboração e a paciência de Luís Barbosa. Jan Rocha e Roberta Lima, gentilmente – e pontualmente britânicas –, enviaram-nos comentários incorporados à versão final deste trabalho. Também somos gratos pelas discussões com José Karlson Melo e Poliana Francis. Lee Harper cedeu algumas de suas fotos da região do Tapajós. E, por fim, devemos um especial agradecimento a Dona Suzana, Seu Porcidônio, Seu Jorge, Costaneira, Lourinho (Laurindo), João Tempero, Seu Antônio de Nova Conquista, Sidevaldo, Dona Lausminda e a todos os comunitários e moradores do Parque Nacional da Amazônia e de seu entorno que colaboraram não apenas com informações, mas, muitas vezes, nos acompanhando e nos abrigando em suas próprias casas.

NOTAS

- 1 Reavaliação realizada pela ONG Funatura, a pedido do Ibama, do Plano do Sistema de Unidades de Conservação de 1979 (DIEGUES, 2001).
- 2 Esse senhor que expulsara as populações do parque para o cumprimento da legislação ambiental (ainda que agindo à revelia dela), hoje exerce, no interior do parque, uma atividade não permitida por essa mesma legislação. As informações foram concedidas em entrevista durante trabalho de campo realizado em fevereiro de 2005.
- 3 Marinus Hoogmoed (com. pess.) comenta que, à primeira vista, os índices de diversidade encontrados em florestas secundárias podem ser equivalentes aos de florestas intatas. Quando existe uma matriz de vegetação intata ao redor da área impactada, a regeneração da flora se dá como em condições naturais.
- 4 Todos os trabalhos de campo referidos neste texto foram realizados em expedições ocorridas entre abril de 2004 e abril de 2005.
- 5 Não há precisão quanto ao número, também, em função da inexatidão das coordenadas por onde passara a linha demarcatória do parque.
- 6 Cf. "Ibama multa candidato a prefeito por extrair madeira em reserva". *Folha de S. Paulo*, 26 ago. 2004.
- 7 Ainda que, atualmente, as florestas nacionais integrem a categoria de uso sustentável, até 1994 (decreto 1.298), não era permitida a ocupação humana no interior das florestas nacionais, mesmo quando se tratava de habitantes anteriores à criação da Unidade de Conservação

(IORIS, 2000).

- 8 Conceito de Georg Lukács que, de forma redutível, pode ser entendido como "revolução passiva"; processo de restauração político-social que parte do alto, do poder constituído, e não das camadas populares (COUTINHO, 2000).

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, R. S. V. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação". In: DIEGUES, A. C. S. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2. ed., São Paulo: Annablume; Hucitec; NUPAUB-USP, 2000. p. 273-290.
- ÁVILA-PIRES, T. C. S. "Lizards of Brazilian Amazonia (Reptilia: Squamata)". *Zoologische Verhandelingen*. Leiden, v. 299, p. 1-706, 1995.
- AYRES, J. M.; CLUTTON-BROCK, T. H. "River boundaries and species range size in Amazonian primates". *American Naturalist*, Chicago: The University of Chicago Press, v. 140, p. 531-537, 1992.
- AYRES, J. M.; DA FONSECA, G. A. B.; RYLANDS, A. B.; QUEIROZ, H. L.; PINTO, L. P. S.; MASTERSON, D.; CAVALCANTI, R. *Abordagens inovadoras para conservação da biodiversidade no Brasil: os corredores das florestas neotropicais*. Brasília: MMA; Ibama, 1997. (Programa Piloto para a Proteção das Florestas Neotropicais: Projeto Parques e Reservas, v. 2: Amazônia)
- BARATA, R. "O terror e as artimanhas da contra-reforma agrária paraense". In: CARUSO, M. M. L.; CARUSO, R. C. (orgs.). *Amazônia, a valsa da galáxia*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.
- BATES, J. M. "Avian diversification in Amazonia: evidence for historical complexity and a vicariance model for a basic diversification pattern". In: VIEIRA, I. C. G.; SILVA, J. M. C.; OREN, D. C.; D'INCAO, M. A. (orgs.). *Diversidade biológica e cultural na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. p. 119-137.
- BENATTI, J. H. "Populações tradicionais e o manejo dos recursos naturais renováveis no Parque Nacional do Jaú: uma análise jurídica". In: *XXII Reunião Brasileira de Antropologia*. Fórum de Pesquisa 3: "Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação". Brasília, jul. 2000.
- BRECHIN, S. R.; WILSHUSEN, P. R.; FORTWÄNGLER, C. L.; WEST, P. C. "Beyond the Square Wheel: toward a more comprehensive understanding of biodiversity conservation as social and political process". *Society and Natural Resources*, Philadelphia: Taylor & Francis, v. 15, p. 41-64, 2002.
- BROWN JR., K. R. *Ecologia geográfica e evolução nas florestas neotropicais*. Campinas: Unicamp, 1979.
- BRUNER, A. G.; GULLISON, R. E.; RICE, R. E.; DA FONSECA, G. A. B. "Effectiveness of Parks in Protecting Tropical Biodiversity". *Science*, Washington-DC: American Association for the Advancement of Science, v. 291, p. 125-128, 2001.
- CAPPARELLA, A. P. "Neotropical avian diversity and riverine barriers". *Acta XX Congressus Internationalis Ornithologici*, v. 20, p. 307-316, 1991.
- CARUSO, M. M. L.; CARUSO, R. C. *Amazônia, a valsa da galáxia*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.
- COLLINS, A. C.; DUBACH, J. M. "Biogeographic and ecological forces responsible for speciation in *Ateles*". *International Journal of Primatology*, v. 21, p. 421-444, 2000.
- CORTÉS-ORTIZ, L.; BERMINGHAM, E.; RICO, C.; RODRÍGUEZ-LUNA, E.; SAMPAIO, I.; RUIZ-GARCIA, M. "Molecular systematics

- and biogeography of the Neotropical monkey genus, *Alouatta*". *Molecular Phylogenetics and Evolution*, Elsevier, v. 26, p. 64-81, 2003.
- COSTA, L. P. "The historical bridge between the Amazon and the Atlantic Forest of Brazil: a study of molecular phylogeography with small mammals". *Journal of Biogeography*, Oxford: Blackwell Publishing, v. 30, p. 71-86, 2003.
- COUTINHO, C. N. "Os intelectuais e a organização cultural". In: *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. 2. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- CRACRAFT, J. "Historical biogeography and patterns of differentiation within the South American avifauna: areas of endemism". *Ornithological Monographs*, v. 36, p. 49-84, 1985.
- DIEGUES A. C. S.; MOREIRA, A. C. *Espaço e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.
- DIEGUES, A. C. S. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2. ed., São Paulo: Annablume; Hucitec; NUPAUB-USP, 2000.
- DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed., São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.
- DINERSTEIN, E.; OLSON, D. M.; GRAHAM, D. J.; WEBSTER, A. L.; PRIMM, S. A.; BOOKBINDER, M. P.; LEDEC, G. *A Conservation Assessment of the Terrestrial Ecoregions of Latin America and the Caribbean*. Washington-DC: The World Bank, 1995.
- FEARNSIDE, P. M. "Deforestation in Brazilian Amazonia: the effect of population and tenure" *Ambio*, Stockholm: The Royal Academy of Sciences, v. 22, p. 537-545, 1993.
- _____. "Impactos sociais da barragem de Tucuruí". In: HENRY, R. (org.). *Ecologia de reservatórios: estrutura, função e aspectos sociais*. Botucatu: Edunesp, 1999. p. 219-244.
- _____. "Environmental impacts of Brazil's Tucuruí dam: unlearned lessons for hydroelectric development in Amazonia". *Environmental Management*, New York, v. 27, p. 377-396, 2001.
- _____. "A globalização do meio ambiente: o papel da Amazônia brasileira". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, série Antropologia, v. 18, n. 2, p. 167-181, dez. 2002.
- _____. "Conservation policy in Brazilian Amazonia: understanding the dilemmas". *World Development*, Amsterdam, v. 5, p. 757-779, 2003.
- FERREIRA, L. V. *O uso da ecologia de paisagem e análise de lacunas para a escolha de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no Bioma Amazônia: um instrumento de planejamento no Zoneamento Ecológico-Econômico*, 2002. Disponível em: <http://www.wwf.org>.
- Folha de São Paulo. "Ibama multa candidato a prefeito por extrair madeira em reserva". 26 ago. 2004.
- FOREST, R. *Amazon Conservation in the Age of Development: the limits of providence*. Gainesville: University of Florida Press, 1991.
- GALETTI, M. "Indians within Conservation Units: lessons from the Atlantic Forest". *Conservation Biology*, Chicago: Blackwell Publishing, v. 15, p. 798-799, 2001.
- GDA (Grupo de Defesa da Amazônia). *Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns: a história da luta dos comunitários pela defesa de sua terra*. Santarém: GDA, 1999. [Mimeo]
- GUHA, R. "O biólogo autoritário e a arrogância". In: DIEGUES, A. C. S. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2. ed., São Paulo: Annablume; Hucitec; NUPAUB-USP, 2000. p. 81-100.
- GUIMARÃES, R. *The Ecopolitics of Development in the Third World: politics and environment in Brazil*. Boulder: Lynn Rienner, 1991.
- HAFFER, J. "Speciation in Amazonian forest birds". *Science*, Washington-DC: American Association for the Advancement of Science, v. 165, p. 131-137, 1969.
- HAFFER, J. "Hypotheses to explain the origin of species in Amazonia". In: VIEIRA, I. C. G.; DA SILVA, J. M. C.; OREN, D. C.; D'INCAO, M. A. (orgs.). *Diversidade biológica e cultural na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. p. 45-118.
- HARVEY, D. *Spaces of Hope*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2001.
- HEYER, W. R.; CODDINGTON, J.; KRESS, W. J.; ACEVEDO, P.; COLE, D.; ERWIN, T. L.; MEGGERS, B. J.; POGUE, M. G.; THORINGTON, R. W.; VARI, R. P.; WEITZMAN, M. J.; WEITZMAN, S. H. "Amazonian biotic data and conservation decisions". *Ciência e Cultura*, v. 51, p. 372-385, 1999.
- IANNI, O. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- IBAMA; FUNATURA. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação: aspectos conceituais e legais*. Brasília: Ibama; Funatura, 1989.
- IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal). *Plano de manejo do Parque Nacional da Amazônia (Tapajós)*. Brasília: IBDF, 1979.
- INTERNATIONAL UNION FOR THE CONSERVATION OF NATURE AND NATURAL RESOURCES. *World Conservation Strategy*. Gland: IUCN, 1980.
- IORIS, E. "Conflitos em Unidades de Conservação com populações locais: o caso da Floresta Nacional do Tapajós". In: *XXVII Reunião Brasileira de Antropologia*. Fórum de pesquisa 3: "Conflitos socioam-

- bientais e Unidades de Conservação". Brasília, jul. 2000.
- KONDER, L. "A unidade da direita". *Jornal da República*, São Paulo, 20 set. 1979.
- LANDE, R. "Extinction risks from anthropogenic, ecological, and genetic factors". In: LANDWEBER, L. F.; DOBSON, E. P. (eds.). *Genetics and the Extinction of Species*. Princeton: Princeton University Press, 1999. p. 1-22.
- LAURANCE, W. F.; BIERREGARD JR., R. O. *Tropical Forest Remnants: Ecology, Management, and Conservation of Fragmented Communities*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.
- LIMA, D.; POZZOBON, J. "Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social". In: VIEIRA, I. C. G.; DA SILVA, J. M. C.; OREN, D. C.; D'INCAO, M. A. (orgs.). *Diversidade biológica e cultural da Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. p. 195-251.
- LOUGHEED, S. C.; GASCON, C.; JONES, D. A.; BOGART, J. P.; BOAG, P. T. "Ridges and rivers: a test of competing hypotheses of Amazonian diversification using a dart-poison frog (*Epipedobates femoralis*)". *Proceedings of The Royal Society of London, Series B, Biological Sciences*, v. 266, p. 1829-1835, 1999.
- MACARTHUR, R. H.; WILSON, E. O. *The Theory of Island Biogeography*. Princeton: Princeton University Press, 1967.
- MARGULES, C. R.; R. L. PRESSEY. "Systematic conservation planning". *Nature*, London: Nature Publishing Group, v. 405, p. 243-253, 2000.
- MARKS, B. D.; HACKETT, S. J.; CAPPARELLA, A. P. "Historical relationships among Neotropical lowland forest areas of endemism as determined by mitochondrial DNA sequence variation within the Wedge-billed Woodcreeper (Aves: Dendrocopidae: *Glyphorhynchus spirurus*)". *Molecular Phylogenetics and Evolution*, Elsevier, v. 24, p. 153-167, 2002.
- MARTINS, J. S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei 9.985)*. Brasília: MMA, 2000.
- _____. *Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade na Amazônia Brasileira*. Brasília: MMA-SBF, 2001.
- MORITZ, C. "Strategies to protect biological diversity and the evolutionary processes that sustain it". *Systematic Biology*, v. 51, p. 238-254, 2002.
- NORES, M. "An alternative hypothesis for the origin of Amazonian bird diversity". *Journal of Biogeography*, Oxford: Blackwell Publishing, v. 26, p. 475-485, 1999.
- OLIVEIRA, A. U. DE. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflito*. 5. ed., Campinas: Papirus, 1995.
- _____. *A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*. São Paulo, 1997. Tese (Livro-docência em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2 v.
- _____. "A inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial". In: ROSS, J. L. S. (org.). *Geografia do Brasil*. 4. ed., 1. reimpr., São Paulo: Edusp, 2003a.
- _____. "A mundialização do capitalismo e a geopolítica mundial no fim do século XX". In: ROSS, J. L. S. (org.). *Geografia do Brasil*. 4. ed., 1. reimpr., São Paulo: Edusp, 2003b.
- _____. "Agricultura brasileira: transformações recentes". In: ROSS, J. L. S. (org.). *Geografia do Brasil*. 4. ed., 1. reimpr., São Paulo: Edusp, 2003c.
- OREN, D. C.; ALBUQUERQUE, H. G. "Priority areas for new avian collections in Brazilian Amazonia". *Goeldiana Zoologia*, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 6, p. 1-II, 1991.
- OREN, D. C.; PARKER, T. A. III. "Avifauna of the Tapajós National Park and vicinity, Amazonian Brazil". *Ornithological Monographs*, v. 48, p. 493-525, 1997.
- PATTON, J. L.; DA SILVA, M. N. F.; MALCOLM, J. R. "Mammals of the rio Juruá and the evolutionary and ecological diversification of Amazonia". *Bulletin of the American Museum of Natural History*, New York: American Museum of Natural History, v. 244, p. 1-306, 2000.
- PERES, C. A.; ZIMMERMAN, B. "Perils in Parks or Parks in Peril? Reconciling conservation in Amazonian Reserves with or without use". *Conservation Biology*, Chicago: Blackwell Publishing, v. 15, p. 793-797, 2001.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- PRANCE, G. T. "A comparison of the efficacy of higher taxa and species numbers in the assessment of biodiversity in the neotropics". In: HAWKSWORTH, D. L., (ed.). *Biodiversity: measurement and estimation*. London: Chapman & Hall, 1995. p. 89-99.
- RABINOWITZ, A. "Nature's last bastions: Sustainable use of our tropical forests may be little more than wishful thinking". *Natural History*, v. 108, p. 70-72, 1999.
- RÄSÄNEN, M.; LINNA, A. M.; SANTOS, J. C. R.; NEGRI, F. R. "Late Miocene tidal deposits in the Amazonian foreland basin". *Science*, Washington-DC: American Association for the Advancement of Science,

- v. 269, p. 386-390, 1995.
- Realidade, [São Paulo]: Ed. Abril, ano VI, n. 67, out. 1971. Especial "Amazônia".
- REDFORD, K.; SANDERSON, E. "Extracting humans from nature". *Conservation Biology*, Chicago: Blackwell Publishing, v. 14, p. 1362-1364, 2000.
- SANDERS, H. L. "Benthic marine diversity and the stability-time hypothesis". *Brookhaven Symp. Biology*, v. 22, p. 71-81, 1969.
- SANDERSON, S. E.; REDFORD, K. H. "Biodiversity politics and the contest for ownership of the world's biota". In: KRAMER, R. A.; VAN SCHAIK, C. P.; JOHNSON, J. (eds.). *Last Stand: protected areas and the defense of tropical biodiversity*. New York: Oxford University Press, 1997. p.115-132.
- SCHMINK, M.; WOODS, C.H. *Frontier Expansion in Amazonia*. Gainesville: University Press, 1984.
- SCHWARTZMAN, S.; MOREIRA, A.; NEPSTAD, D. "Rethinking tropical forest conservation: perils in parks". *Conservation Biology*, Chicago: Blackwell Publishing, v. 14, p. 1351-1357, 2000a.
- SCHWARTZMAN, S.; NEPSTAD, D.; MOREIRA, A. "Arguing tropical forest conservation: people versus parks". *Conservation Biology*, Chicago: Blackwell Publishing, v. 14, p. 1370-1374, 2000b.
- SHAFFER, C. L. "Terrestrial nature reserve design at the urban/rural interface". In: SCHWARTZ, M. W., (ed.). *Conservation in Highly Fragmented Landscapes*. New York: Chapman & Hall, 1997. p. 345-378.
- SILVA, J. M. C.; OREN, D. C. "Application of parsimony analysis of endemism (PAE) in Amazon biogeography: an example with primates". *Biological Journal of the Linnean Society*, v. 59, p. 427-437, 1996.
- SILVA, J. M. C.; RYLANDS, A. B.; SILVA JR., J. S.; GASCON, C.; DA FONSECA, G. A. B. "Primate diversity patterns and their conservation in Amazonia". In: PURVIS, A.; GITTLEMAN, J.; BROOKS, T. (eds.). *Phylogeny and Conservation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- SILVA, J. M. C.; NOVAES, F. C.; OREN, D. C. "Differentiation of Xiphocolaptes (Dendrocolaptidae) across the river Xingu, Brazilian Amazonia: recognition of a new phylogenetic species and biogeographic implications". *Bulletin of the British Ornithologists' Club*, v. 122, p. 185-194, 2002.
- TERBORGH, J. *Requiem for Nature*. Washington-DC: Island Press, 1999.
- TERBORGH, J. "The Fate of Tropical Forests: a matter of stewardship". *Conservation Biology*, Chicago: Blackwell Publishing, v. 14, p. 1358-1361, 2000.
- TUOMISTO, H.; RUOKOLAINEN, K. "The role of ecological knowledge in explaining biogeography and biodiversity in Amazonia". *Biodiversity and Conservation*, Chapman & Hall, v. 6, p. 347-357, 1997.
- VAN SCHAIK, C. P.; KRAMER, R. A. "Toward a new protection paradigm". In: KRAMER, R. A.; VAN SCHAIK, C. P.; JOHNSON, J. (eds.). *Last Stand: protected areas and the defense of tropical biodiversity*. New York: Oxford University Press, 1997. p. 212-230.
- VANZOLINI, P. E.; WILLIAMS, E. E. "South American anoles: geographic differentiation and evolution of the *Anolis chrysolepis* species group (Sauria, Iguanidae)". *Arquivos de Zoologia*, São Paulo, v. 19, p. 1-298, 1970.
- WALLACE, A. R. "On the monkeys of the Amazon". *Proceedings of the Zoological Society of London*, v. 20, p. 107-110, 1852.
- WEBB, S. D. "Biological implications of the middle Miocene Amazon seaway". *Science*, Washington-DC: American Association for the Advancement of Science, v. 269, p. 361-362, 1995.
- WILSHUSEN, P. R.; BRECHIN, S. R.; FORTWANGLER, C. L.; WEST, P. C. "Reinventing a Square Wheel: Critique of a Resurgent Protection Paradigm in International Biodiversity Conservation". *Society and Natural Resources*, Philadelphia: Taylor & Francis, v. 15, p. 17- 40, 2002.
- WILSON, E. O.; WILLIS, E. O. "Applied biogeography". In: CODY, M. L.; DIAMOND, J. M. (eds.). *Ecology and Evolution of Communities*. Cambridge: Harvard University Press, 1975. p. 523-534.
- WORLD RAINFOREST MOVEMENT. "From Yosemite and Yellowstone to Kuala Lumpur". In: _____. *Protected Areas: Protected Against Whom?*, 2004. Disponível em: <<http://www.wrm.org.uy>>.

Carga pesada

PHILIP M. FEARNSIDE

O custo ambiental de asfaltar um corredor de soja na Amazônia

Projetou-se a pavimentação da rodovia Cuiabá-Santarém, BR-163, para que ela sirva de corredor de exportação de soja via rio Amazonas. O projeto ainda não recebeu as devidas licenças ambientais e a área a ser atravessada pela rodovia está, em grande parte, fora do controle do governo brasileiro, especialmente no que diz respeito ao meio ambiente e à posse da terra. O desmatamento e a exploração ilegal de madeira se aceleraram em antecipação ao asfaltamento da rodovia, alertando que isso vai resultar em mais perda ainda de floresta na área, assim como apressará a migração de grileiros para novas fronteiras. Aqui se argumentará que a aprovação para pavimentar a rodovia não deveria ser concedida antes que um estado de ordem esteja estabelecido na região, e que predomine um nível de governança para garantir a segurança das áreas sob proteção e fazer cumprir a legislação ambiental. Depois de alcançar esses avanços, um período de espera ainda seria necessário, antes de passar à pavimentação.



Figura 1 - O traçado da BR-163.

PENSAR NAS CONSEQUÊNCIAS

Projetos de desenvolvimento na Amazônia são frequentemente polêmicos, mas poucos tão polêmicos como esse de pavimentar a BR-163 de Cuiabá, MT, até o porto de Santarém, PA, no rio Amazonas (figura 1). A rodovia seria usada para transportar soja e ampliar rapidamente as áreas cultivadas, principalmente no norte de Mato Grosso (FEARNSIDE, 2001a). É alta prioridade para o atual Executivo desse Estado, encabeçado pelo governador Blairo Maggi, dono do Grupo Maggi, o maior produtor de soja do Brasil. Além disso, é prioridade dos ministérios de Integração Nacional, Planejamento, Transporte e da Agricultura.

A BR-163 existe como estrada de terra batida desde 1973, mas suas condições precárias de tráfego (especialmente na estação chuvosa) são significativo impedimento ao fluxo de migrantes e de investimentos. Rodovias pavimentadas agravam o impacto do desmatamento em sua área circunvizinha, como aconteceu em outras partes da Amazônia. O melhor exemplo é o da BR-364, em Rondônia, pavimentada em 1982 (FEARNSIDE, 1986). Financiada pelo Banco Mundial, logo se tornou o projeto mais constrangedor dessa instituição (veja FEARNSIDE, 1987; SCHWARTZMAN, 1986). O desmatamento excessivo ao longo da BR-364 levou à criação do Departamento do Meio Ambiente dentro do Banco Mundial, em maio de 1987 (HOLDEN, 1987).

A área a ser atravessada pela BR-163 é caracterizada por irregularidades e delitos impunes de todos os tipos, inclusive ambientais, e pavimentar a estrada neste momento traria consequências significativas mais adiante, por estimular ainda mais a destruição da

floresta. O caso da BR-163, ao revelar sérios problemas com o atual sistema de licenciamento ambiental no Brasil, indica maneiras de como ele poderia ser melhorado. A avaliação dos impactos ambientais em relação aos benefícios deve ser feita antes da construção da infra-estrutura, o que não foi providenciado no caso dessa importante rodovia.

IMPACTOS AMBIENTAIS DE ASFALTAR A RODOVIA

O principal impacto de pavimentar a BR-163 neste momento seria o de acelerar a destruição da floresta ao longo de seu traçado e em vários pontos fisicamente distantes da rodovia, mas sob sua influência. O caráter “fora da lei” da área atravessada por ela demonstra que as boas intenções do governo têm pouca relevância para o modo como o desmatamento, a exploração madeireira e o fogo podem se expandir.

A floresta remanescente próxima da rodovia seria desmatada, principalmente para o plantio de pastagens. Só uma fração minúscula da terra ao longo do eixo da rota entre a divisa Pará/Mato Grosso e a rodovia Transamazônica é apta para agricultura mecanizada (figura 2). Pode-se esperar que essas terras planas se tornem plantações de soja. Mais importante que o desmatamento à margem da estrada é a extensão do alcance de sua área de influência: a pavimentação leva à rápida expansão de estradas “endógenas”, e a exploração madeireira e de desmatamento para distâncias substancialmente maiores (ALENCAR et al., 2004; ARIMA et al., 2002; LAURANCE et al., 2002a). Isso estimula a procura dessas áreas por grileiros – ladrões de terra – que se apropriam ilegalmente delas e conseguem títulos legais freqüentemente baseados em documentos falsificados

e corrupção. O desmatamento é o meio mais efetivo de manter tais terras e justificar a documentação para “legalização” ou “regularização” exigidas pelas agências de assentamento do governo, como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o Iterpa (Instituto de Terras do Pará). Até mesmo multas do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) para desmatamento ilegal podem ser usadas para documentar a presença nas áreas, assim, ironicamente, levando alguns a quererem ser multados pelo órgão.

O preço da terra aumenta rapidamente quando uma estrada é pavimentada. Isso sustenta a motivação para desmatar a fim de assegurar as reivindicações de posse da terra, incluindo terras para propósitos especulativos. Tudo isso já está acontecendo, na expectativa da pavimentação, mas, se ela ocorrer de fato, acelerará ainda mais o processo. A quantificação desse efeito deveria ser prioridade máxima na avaliação do impacto ambiental. Cenários com e sem a realização da pavimentação precisam ser comparados para avaliar tal efeito. Contudo, o que vem acontecendo é uma série de comparações de cenários com e sem “governança”, sempre na suposição de que a rodovia será pavimentada. Como explicado mais adiante, novas simulações, sem a perspectiva de asfalto, foram realizadas em dezembro de 2004 (a pedido deste autor), agora permitindo a comparação.

O desmatamento na Amazônia brasileira tem sido em grande parte limitado ao “arco de desmatamento” ou “arco de fogo” que se estende, em forma de meia-lua, da rodovia Belém-Brasília, na Amazônia oriental, pelas florestas que formam a divisa entre a floresta amazônica e o cerrado em Mato Grosso, con-

*Áreas planas são preparadas para cultivo mecanizado de soja ao longo da BR-163.
O principal motivo do assilamento da região é o transporte de soja de Mato Grosso.*

10/12/2012, Márcio Trevis



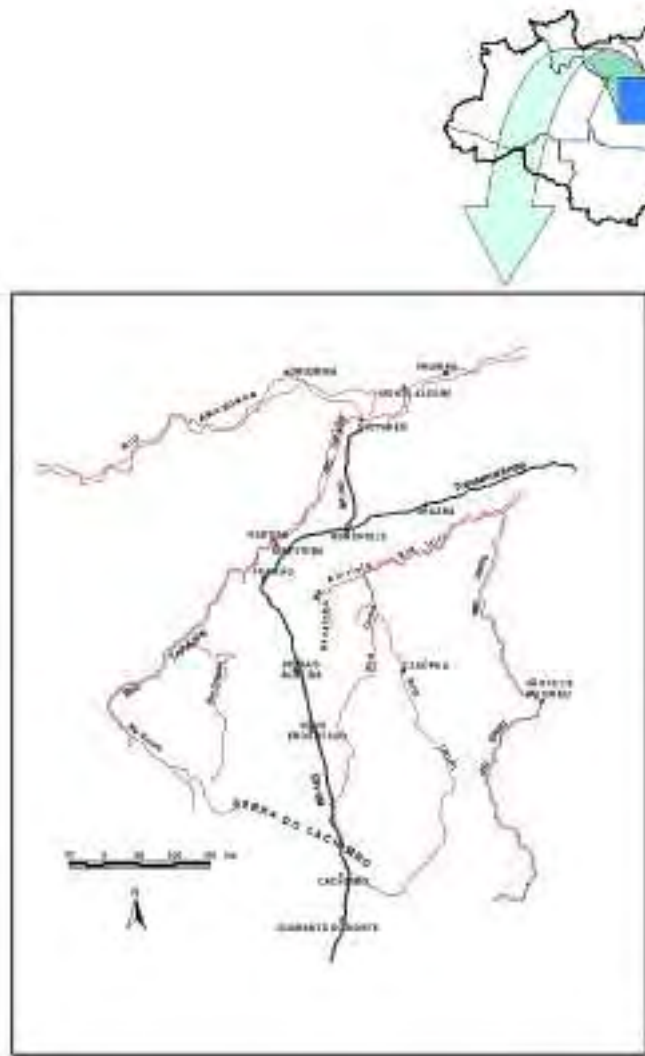


Figura 2 - O trecho Garantã do Norte a Santarém.

tinuando ao longo do eixo da rodovia BR-364, de Rondônia até a parte oriental do Acre. A BR-163 mudará esse padrão, com a região sendo cortada ao meio, do sul para o norte, até o rio Amazonas. Isso estenderia o desenho do desmatamento, originando um “W” em vez do arco.

Um importante aspecto da BR-163 é que a rota passa sobre uma faixa de clima mais seco do que a maioria das áreas florestadas na Amazônia. Esse corredor estende-se diagonalmente pela região, quase paralelo ao rio Tapajós, com a precipitação aumentando tanto no sentido oriental (para Belém) quanto no ocidental (para Manaus) dessa linha (NIMER, 1979; NEPSTAD et al., 2004), na qual se localizam Santarém e a rota da BR-163. O clima mais seco é benéfico para a agricultura e a criação de gado, aumentando a rentabilidade obtida pela conversão da floresta em cultivos ou pastagens (SCHNEIDER et al., 2000). Obviamente, o outro lado dessa moeda é que, caso o transporte melhore, a floresta pode ser destruída mais rapidamente. Outro efeito importante do clima mais seco seria o de facilitar a entrada do fogo na floresta em pé. Incêndios rasteiros tornaram-se fonte importante de impacto ambiental durante as últimas duas décadas (BARBOSA e FEARNSSIDE, 1999; COCHRANE, 2003; COCHRANE et al., 1999; NEPSTAD et al., 1998, 1999a e b, 2000, 2001). A flamabilidade da floresta é bastante aumentada por causa da exploração madeireira, atividade em franca expansão ao longo de toda a BR-163. Pode-se esperar que muito mais seja destruído pelo fogo, além do que já é derrubado deliberadamente para pecuária, agricultura e especulação.

A fronteira “fora da lei” é um fenômeno estreitamente ligado à BR-163. A história da rodovia é, no

mínimo, pitoresca. Inclui a febre da garimpagem de ouro dos anos 1980 (quando o preço do ouro era muito mais alto do que o atual). Isso incluiu a dominação violenta por “Márcio Rambo”, morto em uma invasão policial e ainda protagonista de lendas na região. Os antigos moradores adaptam-se ao ambiente sem lei e à impunidade que permeiam por praticamente todas as atividades econômicas e grupos sociais. Evento emblemático foi o assassinato ainda não solucionado de um grileiro em Novo Progresso, em julho de 2004, que havia denunciado vários grileiros e madeireiros da autoria de crimes que são comuns na BR-163, como a exploração ilegal de mogno, exploração madeireira em áreas indígenas, falsas reivindicações de terra e contratação de pistoleiros para executar oponentes (*O Liberal*, 2004). A lista de pessoas denunciadas inclui políticos e seus familiares (*O Estado de S. Paulo*, 2004).

A dúvida maior é se a “governança” será capaz de controlar a área sob influência da BR-163. O assunto tem sido debatido e largamente divulgado (LAURANCE e FEARNSIDE, 2002; LAURANCE et al., 2001a e b, 2004; NEPSTAD et al., 2002a e b; SILVEIRA, 2001). O efeito da governança foi simulado por Britaldo Soares-Filho (SOARES-FILHO, 2004a; SOARES-FILHO et al., 2004), comparando dois cenários: com e sem ela. No primeiro, o desmatamento ocorre muito mais lentamente. Porém, a pergunta é: como uma área notoriamente “fora da lei” pode ser transformada em exemplo de obediência a regulamentos ambientais? Marina Silva, a ministra do Meio Ambiente, descreveu o futuro da BR-163 como um “corredor de desenvolvimento sustentável” (palestra de abertura do Congresso Científico do LBA, Brasília, 27 de julho de 2004), mas a sucessão de

Os antigos moradores adaptam-se ao ambiente sem lei e à impunidade que permeiam praticamente todas as atividades econômicas e grupos sociais.



Árvores queimam na manutenção de pastagens, onde a derrubada completa não é necessária.

FOTO: Maurício Torres

eventos na área não referenda a predição. Ironicamente, na mesma semana em que a ministra mencionou o “corredor de desenvolvimento sustentável”, o Grupo de Assessoria Internacional (IAG) do Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) relatou uma situação de caos social:

A falta de confiança na capacidade de atuação do Estado gera freqüentemente um clima de desobediência civil aberta e declarada em relação ao Estado de direito. Tal desobediência se manifesta tanto em relação à legislação ambiental quanto à situação fundiária (IAG, 2004).

Em outras palavras, a área não tem a mínima chance de se tornar corredor de desenvolvimento sustentável antes que uma mudança maciça aconteça com relação à presença do Estado e antes que a população local se ajuste a viver sob um Estado de lei.

Governança é essencial. E a pergunta fundamental é: até que ponto os pronunciamentos públicos podem indicar que a governança foi estabelecida? O caso do prefeito de Guarantã do Norte, Mato Grosso, é exemplar. Ele se declarou “o prefeito verde” e anunciou uma série de planos que levaram NEPSTAD et al. (2002a) a usá-lo como evidência primária para prever que a governança reduziria o desmatamento ao longo da rodovia. Poucos meses depois, Raimunda Nonata Monteiro, a diretora do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), foi tomada como refém por madeireiros em Guarantã do Norte e retida até que o prefeito concordasse em não criar duas reservas propostas na área (ISA, 2003a). Em 23 de novembro de 2004, o escritório do Ibama em Guarantã do Nor-

te foi queimado, sendo os madeireiros locais os principais suspeitos (RADIOBRÁS, 2004). Claramente, há um caminho longo para percorrer até que se estabeleça a governança, mesmo na única cidade liderada por um prefeito “verde”.

NEPSTAD et al. (2002a) consideram “inevitável” a pavimentação da BR-163. Embora seja altamente provável que isso aconteça, como previsto no Plano Plurianual (PPA) de 2003-2007, não se deve tratar uma probabilidade alta como sinônimo de inevitabilidade (LAURANCE e FEARNSIDE, 2002). Não dá para comparar esse tipo de ocorrência com um evento natural, por exemplo, uma seca. Porque aquela probabilidade depende de decisões humanas, sempre sujeitas a mudanças. Tratando o projeto como inevitável, faz-se uma profecia que se auto-realizaria.

Sempre será controverso considerar algo como inevitável ou irreversível. Fomentadores considerarão coisas como inevitáveis desde o momento da idealização do plano. A história da hidrelétrica de Balbina é um bom exemplo da estratégia de proclamar tudo como “irreversível” desde o começo (FEARNSIDE, 1989a, 1990). Lançar essa opinião com antecedência pode deixar as pessoas bem-intencionadas em situação de dificuldade pelo lado ambiental. Isso ficou claro nas desventuras do Banco Mundial em Rondônia, quando seus funcionários justificaram o financiamento da BR-364 para o projeto Polonoroeste argumentando que a pavimentação da rodovia era inevitável desde antes do seu começo (FEARNSIDE, 2005).

Na BR-163, a realidade tem sido mais cruel do que o pior cenário simulado pelo Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) com e sem governança. O modelo foi escrito em 2000 usando parâmetros deriva-

dos do desmatamento nos anos 1990, quando as dificuldades econômicas no Brasil se traduziram em taxas mais baixas de desmatamento a qualquer determinada distância de uma estrada. A capacidade do processo de desmatamento, de pular para blocos previamente não afetados de floresta virgem, tem se mostrado ainda maior do que a indicada pelos parâmetros utilizados no modelo para simular esse fenômeno.

Uma avaliação quantitativa do impacto de pavimentar a rodovia requer uma comparação de cenários com e sem a pavimentação. Comparações de cenários com e sem a governança, embora forneçam informações importantes, não respondem àquela questão. A governança é como a maternidade ou o desenvolvimento sustentável: todo mundo é a favor. A pergunta pertinente com respeito à governança é se as suposições que constituem esse cenário são realísticas no contexto social da BR-163.

Simulações considerando pavimentação e governança foram realizadas recentemente usando o modelo Simamazônia, desenvolvido sob o Projeto de Cenários Amazônicos (SOARES-FILHO, 2004a e b). São comparados resultados simulados para os anos 2030 e 2050, presumindo ou que a rodovia esteja asfaltada em 2008, ou que não seja asfaltada. Os resultados – sem governança e com asfaltamento – indicam uma área adicional de desmatamento de 29.767 km² até 2030, ou uma média de 1.353 km²/ano entre 2008 e 2030. A influência do asfalto declina ao longo do tempo, na medida em que a área de floresta remanescente diminui: a taxa média adicional de perda de floresta diminui pela metade (653 km²/ano) se a análise for estendida até 2050. O declínio no efeito do asfaltamento ao longo do tempo implica que, nos primeiros anos depois da pavi-

mentação, a diferença entre os cenários com e sem asfalto provavelmente seria muito mais do que o valor médio de 1.353 km²/ano ao longo de 22 anos. Isso, por sua vez, representa uma área imensa (quase a metade da área do reservatório de Balbina por ano!) Os primeiros anos são críticos, tanto em termos da quantidade de desmatamento quanto em termos de localização das áreas derrubadas. A continuação do desmatamento sob as atuais condições “sem lei” fechariam rapidamente as oportunidades para criar áreas protegidas. Comparações de cenários com governança (SOARES-FILHO, 2004b) indicam um efeito crescente desta na medida em que o tempo passa: se o asfaltamento fosse postergado até 2050 (não é um cenário realista), a floresta poupada totalizaria uma impressionante área de 92.134 km², ou 2.194 km²/ano.

Os parâmetros usados para simular o desmatamento com e sem governança (SOARES-FILHO et al., 2004), e também em simulações substancialmente melhoradas usando o modelo Simamazônia (SOARES-FILHO, 2004a), calculam a probabilidade de cada célula (*i.e.*, cada hectare) ser desmatada baseados em “pesos de evidência” – que refletem fatores como a proximidade de uma estrada pavimentada ou de uma estrada sem pavimento e a proximidade para desmatamentos já existentes. “Pesos de evidência” recorrem a uma técnica comum em estudos geológicos para modelar os locais prováveis de jazidas minerais (BONHAM-CARTER, 1994). Para estudos de desmatamento, a técnica é aplicada dividindo a área em células (rasterização), imagens de satélite da área em duas datas distintas, possibilitando o cálculo da fração de células que sofrem transições (tais como o desmatamento) em cada faixa de distâncias a partir de uma



Estradas laterais, muitas vezes construídas por madeireiros, dão acesso para retirada de toras em um raio de até 70 km do eixo da rodovia.

FOTO: Maurício Torres

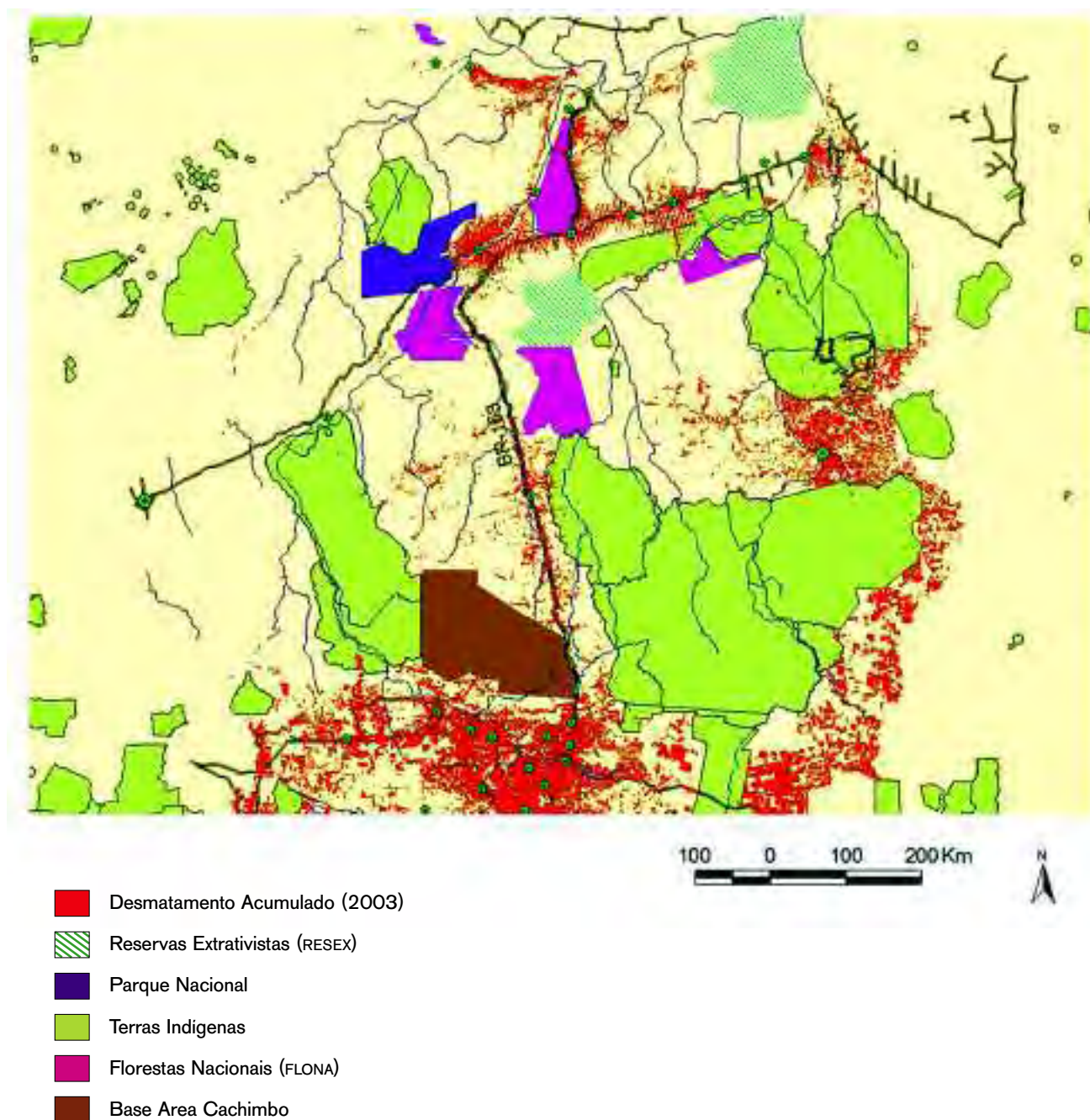


Figura 3 - A área de influência da BR-163 no Pará, incluindo a rodovia Transamazônica em direção oeste até Apuí, e a Terra do Meio, que se estende a leste até o rio Xingu, em São Félix do Xingu (mapa elaborado por Arnaldo Carneiro).

estrada. Relações estatísticas são estabelecidas com variáveis preditoras, tais como a distância de cada tipo de estrada (SOARES-FILHO et al., 2003, 2004, no prelo). A quantidade de desmatamento na área, em geral, é calculada em uma simulação não espacializada baseada em parâmetros econômicos, seguidos por uma alocação espacial do desmatamento simulado, baseada nos pesos de evidência.

Quando o peso de evidência para determinado fator é positivo (maior que zero), então o fator estimula o desmatamento, e quando é negativo o fator inibe o desmatamento. Um exame desses parâmetros com Britaldo Soares-Filho, autor do modelo, indicou que a faixa de distância a partir de uma estrada na qual ela afeta o desmatamento (baseado em imagens da região norte de Mato Grosso) é dez vezes maior no caso da asfaltada, comparado a uma sem asfalto. O peso de evidência é mais alto na margem da estrada, e diminui progressivamente à medida que se afasta do leito da estrada, caindo abaixo de zero à distância de 5 km de uma estrada sem pavimento e 50 km de uma estrada asfaltada. Ou seja, pavimentar a estrada aumenta a taxa de desmatamento em uma larga faixa de 45 km de cada lado dela.

O efeito da rodovia não se restringe à faixa de desmatamento. A influência pode saltar até para locais distantes, por meio de “teleconexões”, semelhantes às observadas na climatologia, onde eventos como o desmatamento em determinado lugar afetam o clima em outro lugar distante. Em 2004 havia um crescimento dramático da atividade de grileiros na BR-163 na área de Apuí, Amazonas, a mais de 1.000 km por estrada (figura 3). Situado na rodovia Transamazônica, no sudeste do Estado do Amazonas, Apuí foi durante muito tem-

po foco de desmatamento, principalmente pelos pecuaristas e colonos que migraram de Rondônia via Humaitá. O novo fluxo de pessoas vindas do leste, e sobretudo de investimentos, piora a situação. De acordo com grileiros na BR-163, os fluxos são encorajados pelo prefeito de Apuí, que ofereceu lotes gratuitos na cidade para induzir grileiros maiores a montar lá suas bases. Vários ônibus fretados com grileiros das cidades ao longo da BR-163, desde Castelo dos Sonhos até Caracol, fizeram a viagem. Uma empresa de Itaituba, com três microônibus de dezoito assentos, se especializa no ramo. Os grileiros não costumam abandonar as suas bases na BR-163, mas fazem visitas breves a Apuí e mandam para lá familiares ou empregados de confiança para estabelecer e manter novas reivindicações. Em dezembro de 2004, o governo do Amazonas criou um mosaico de 3,2 milhões de ha de reservas, principalmente florestas estaduais (para manejo de madeira) na porção sudeste do Estado (NINNI, 2004). O objetivo é frear a entrada de desmatadores provenientes de Mato Grosso, e de grileiros como os da BR-163.

Outro local distante que recebe contribuição da rodovia BR-163 é uma área de expansão de soja em Santarém, no Baixo Amazonas. Essa atividade ultrapassou o rio Amazonas e tem se expandido em municípios como Prainha, Monte Alegre, Alenquer e Oriximiná, na margem norte do rio. É provável que a migração de investidores nesse setor seja estimulada por uma rodovia pavimentada, com investimentos partindo de Mato Grosso, em direção ao norte.

O alcance de atividades baseadas ao longo da BR-163 já se expande a distâncias significativas da rodovia. A exploração madeireira está sendo feita a aproximadamente 70 km da rodovia e a floresta – nos dois la-



Gás de efeito estufa é liberado pela queimada da vegetação.

FOTO: Maurício Torres

dos da BR-163 – foi invadida por muitas estradas de exploração madeireira. Atualmente, apenas quatro espécies estão sendo exploradas em quantidades significativas: cumaru (*Dipteryx* spp.), jatobá (*Hymenaea* spp.), ipê (*Tabebuia* spp.) e cedro (*Cedrela odorata*) (MAURÍCIO TORRES, comunicação pessoal, 2004). O mogno (*Swietenia macrophylla*) também é retirado, embora sua exploração seja ilegal. Com a planejada pavimentação, a distância a partir dos pontos da estrada onde é financeiramente viável explorar a madeira será expandida. O número de espécies madeireiras financeiramente exploráveis aumentará, assim como o número de espécies que poderão ser exploradas a cada distância da rodovia (e.g., VERÍSSIMO et al., 2002).

Pelo menos duas rotas de penetração já são ativas ligando a BR-163 com a Terra do Meio, área de floresta relativamente intata entre o rio Xingu ao leste, o rio Iriri ao norte, a fila de reservas ao longo da rodovia ao oeste, e as áreas indígenas ao sul (figura 3). A primeira dessas rotas parte de Novo Progresso, de onde uma estrada secundária (“ramal”) conduz ao rio Curuá. Até mesmo o transporte público, na forma de caminhonetes *pickup*, faz a viagem até o ponto de embarcação. De lá, podem ser contratados barcos para descer o rio Curuá até outros destinos na Terra do Meio, ou pelo rio Iriri ou no Riozinho de Anfrísio. Mesmo equipamentos pesados, como tratores florestais (*skidders*), são transportados entre Novo Progresso e a estrada de Canópulo, que corta uma seção de 250 km da Terra do Meio, de leste para oeste.

A segunda rota é uma operação de exploração madeireira que atualmente penetra a área do Riozinho de Anfrísio a partir da BR-163, perto de Trairão (MAURÍCIO TORRES, comunicação pessoal, 2004). O acesso

é proibido, só entram pessoas envolvidas na exploração madeireira. Uma das principais famílias de grileiros de Castelo dos Sonhos reivindica parte dessa área.

A área de Riozinho de Anfrísio foi declarada reserva extrativista em 8 de novembro de 2004 (ISA, 2004). Ela estava sendo rapidamente fechada por madeireiros e outros grupos vindos dos dois lados: a nova rota a partir da BR-163 e a outra rota a partir da “Transiriri”, que é uma estrada endógena (espontânea) que une Uruará (na rodovia Transamazônica) e o rio Iriri (e.g., *Amazonas em Tempo*, 2004a; GREENPEACE, 2003; PONTES JÚNIOR et al., 2004). Defender essa reserva vai requerer mais do que um esforço simbólico.

No lado ocidental da BR-163, a principal estrada de penetração a partir de Moraes de Almeida (a “Transgarimpeira”) tornou-se uma frente ativa de especulação de terra e grilagem. Imagens Landsat indicam que o desmatamento já ultrapassou os rios Novo e Crepori, alcançando o rio Cururu na divisa da área indígena dos Mundurucu (figura 3). A frente poderia avançar ao norte para se unir com a rodovia Transamazônica em Jacareacanga. A Transgarimpeira representa o principal ponto de entrada no grande bloco de floresta, delimitado ao oeste pela BR-163, ao noroeste pela Transamazônica, ao sul pelo campo de provas do Exército, na serra do Cachimbo e ao sudoeste pela reserva dos Mundurucu (figura 3). Obviamente, a “reserva garimpeira”, que ocupa parte dessa área, não impede o desmatamento.

A exploração madeireira é uma das atividades mais importantes a controlar. Ela acontece de qualquer maneira, até mesmo na ausência de uma estrada asfaltada, e seu alcance e lucratividade seriam aumentados com a pavimentação da BR-163. Para controlar o transporte de madeira, o Ibama estabeleceu, em



A venda e a revenda de terras públicas, ilegalmente apropriadas por grileiros, aqueceram-se pelos rumores do asfaltamento da BR-163. Projetos de manejo florestal muitas vezes servem para “esquentar” (legalizar) madeira de fontes ilegais.

FOTOS: Mauricio Torres

2004, um posto de fiscalização no ponto onde a BR-163 se encontra com a Transamazônica, 30 km a leste de Itaituba (conhecido como “Trinta”), mas falta estabelecer um posto de fiscalização semelhante na ponta sul da rodovia no Pará, por exemplo, na serra do Cachimbo. O fluxo de madeira ilegal para o sul, então, continuou desimpedido durante toda a estação seca de 2004. Tanto no “Trinta” como na serra do Cachimbo são necessárias medidas que impeçam rotas alternativas de fuga de madeira, como acontece contornando o local do posto fiscal. Controlar o fluxo de madeira também exige que não haja a corrupção dos fiscais. Transporte de mogno ilegal, disfarçado de outras espécies, é prática comum. Além dos desafios de controlar o transporte de madeira, há problemas de projetos de manejo florestal e autorizações de desmate fraudulentos, e de exploração madeireira em áreas indígenas (frequentemente, com o consentimento de líderes indígenas locais).

Pode ser esperado um estímulo de migração para a área e para outros locais alcançados pela BR-163. O exemplo de Rondônia é pertinente: embora uma migração enorme para lá já tivesse acontecido antes que a BR-364 fosse pavimentada, o efeito da rodovia abrindo aquela parte da Amazônia à destruição era evidente (FEARNSIDE, 1986). Fato importante é que não são só os migrantes pobres que vão tentar a sorte nas áreas, mas também os investidores de grande porte.

O LUGAR DOS IMPACTOS AMBIENTAIS NA TOMADA DE DECISÕES

A história recente da BR-163 serve como alerta das deficiências do atual sistema de licenciamento ambien-

tal no Brasil. Um problema fundamental é que a avaliação do impacto sobre o meio ambiente e os procedimentos de licenciamento são sujeitos à forte pressão dos interessados em uma construção veloz e livre de obstáculos. Poucos dias depois do lançamento do grupo de trabalho para controlar o desmatamento, o presidente da República convocou seus ministros para exigir que encontrassem uma forma de contornar impedimentos ambientais a projetos de infra-estrutura protelados em todo o país, incluindo 10.000 km de projetos rodoviários (*Amazonas em Tempo*, 2004b).

Outro aspecto fundamental do debate sobre a BR-163 foi o esforço para suprimir qualquer discussão acerca da possibilidade de não pavimentar a rodovia como planejado, permitindo apenas sugestões de como mitigar ou minimizar os impactos do projeto. A discussão invariavelmente começa a partir da suposição de que a pavimentação é inevitável. Muitas das audiências públicas e outras discussões são explícitas quanto a isso ao permitir apenas comentários “positivos” do projeto. As discussões ficam limitadas, então, à questão de como minimizar os impactos negativos. O grupo de trabalho interministerial que elabora o plano de ação para prevenção e controle de desmatamento define o objetivo como a implementação de “medidas de prevenção, ordenamento e mitigação de efeitos socioambientais” na BR-163, sem mencionar se a rodovia deve ser pavimentada agora ou não (BRASIL, GT-Desmatamento, 2004, p. 31). A existência de rodovias e de outras infra-estruturas é que são os determinantes mais importantes do desmatamento, e não os detalhes sobre programas de mitigação que poderiam ser promovidos junto com os projetos.

O desempenho de ONGs ambientalistas nas reu-

niões tornou-se assunto polêmico. Em julho de 2004, quando ONGs protestaram que as reuniões públicas sobre os impactos da rodovia eram um meio de obter a imediata “liberação” da construção, a resposta oficial foi que as próprias ONGs haviam participado de reuniões prévias e, portanto, não deveriam se queixar dos procedimentos fora do contexto das reuniões (NUNOMURA, 2004). Desnecessário dizer que participar de reuniões não pressupõe acordo nem silencia divergências. Essa não é a melhor maneira de traçar um caminho para o desenvolvimento sustentável.

Tanto o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) quanto o Relatório sobre Impactos Ambientais (RIMA) são obrigatórios desde 1986 no processo de licenciamento. Ambos foram preparados em 2002 no caso do trecho da BR-163 no Estado do Pará, divisa com Mato Grosso até Rurópolis e Miritituba (na rodovia Transamazônica), mas ainda não foram aprovados. Estudos para os trechos em Mato Grosso e de Rurópolis até Santarém não foram ainda completados. O trecho para o qual foram completados o EIA e o RIMA é o mais controverso, pois os outros dois já são servidos por estradas melhores e sua pavimentação traria menos impacto.

A tendência do EIA e do RIMA para enfatizar os benefícios da rodovia e minimizar os seus impactos negativos é notável. O fato central com relação ao estudo ambiental da BR-163 é que ele não trata dos impactos principais do projeto, que são o estímulo ao desmatamento e à exploração madeireira em larga área influenciada pela melhoria de transporte, e a migração de grileiros e outros a partir da BR-163 para fronteiras novas, como Apuí, Terra do Meio, e a área da estrada “Transgarimpeira”. Projetos rodoviários têm “efeito de arraste”, que estimula atividades como a exploração

madeira e a pecuária, embora estas não façam parte do desenvolvimento planejado para a região (por exemplo, FEARNSIDE, 2001b, 2002; FEARNSIDE e LAURANCE, 2002). No EIA, a questão do desmatamento, eufemisticamente chamado de “substituição gradual das formações florestais por áreas abertas”, recebe apenas três páginas do relatório de sete volumes (ECOPLAN, 2002a, v. 4, p. 23-25).

O EIA e o RIMA listam vários impactos, na maioria relacionados diretamente com o próprio leito da rodovia. Os relatórios também incluem apresentação de “impactos positivos”, tais como “dinamização da economia local”, “barateamento do frete e dos custos de manutenção para transporte de produtos”, “melhoria da qualidade de vida para a população”, “expansão da fronteira agrícola e do potencial produtivo” e “potencialização da exploração dos recursos naturais” (ECOPLAN, 2002a, v. 4, p. 57).

O RIMA revela um enorme descompasso ao tratar dos impactos diretos da rodovia e a influência dela em acelerar a destruição da floresta circunvizinha. Para floresta removida diretamente pela construção de estrada, sob o título “O que deve ser feito?”; o RIMA afirma:

Para prevenir a eliminação de vegetação próxima à rodovia, a retirada deverá ser restrita ao máximo e deve ser feita apenas em locais realmente necessários. Caso seja necessária a remoção, verificar se os animais que habitam o local têm condições de se deslocar naturalmente para outras áreas e, caso não tenham, auxiliá-los no processo. (ECOPLAN, 2002b, p. 44-45).

Essa preocupação com os impactos diretos do leito da estrada contrasta nitidamente com os próxi-

mos três parágrafos que contêm as recomendações do relatório sobre a questão do desmatamento, que certamente afeta milhares de vezes mais a floresta (e a vida selvagem) do que o leito da estrada propriamente dito. Os parágrafos sobre o desmatamento:

Em relação ao desmatamento, são necessárias medidas de maior alcance do que as atividades normais do DNIT [Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes], assim será necessário que outras agências do governo juntem seus esforços ao Ministério dos Transportes e realizem estudos para definir um melhor uso de solo nas áreas próximas à rodovia, levando em consideração o Zoneamento Ecológico-Econômico, as diretrizes de desenvolvimento apresentadas no EIA/RIMA e as recomendações da Embrapa para sistemas alternativos de uso da terra que ajudem a conter o desmatamento.

Os órgãos governamentais de fiscalização das atividades extrativistas e poluidoras, como Ibama, devem ser adequados à nova situação.

Também devem ser implantados corredores ecológicos entre as manchas de floresta [...] garantindo a manutenção da biodiversidade. (ECOPLAN, 2002b, p. 45)

É evidente que os autores do EIA/RIMA não tiveram nenhuma idéia de como o impacto da rodovia no desmatamento poderia ser controlado, e simplesmente deixaram a responsabilidade para outro órgão, no caso o Ibama. Que o Ibama “deva” poder controlar a “nova situação” é óbvio, mas é igualmente claro que está longe de ser o caso, até mesmo para a situação “velha”, sem a rodovia pavimentada. O que seria feito para levar o Ibama a esse novo estado de adequação

não é especificado, embora o endosso explícito do RIMA para o projeto como um todo implique que essa transformação será automática. A afirmação adicional do relatório de que seguir o conselho (presumivelmente futuro) da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) para escolhas de uso da terra resultaria em “conter o desmatamento” não define quais seriam esses usos milagrosos da terra.

O RIMA culmina com a sua conclusão global:

Avalia-se que o prognóstico realizado aponta para a viabilidade ambiental do projeto, considerando, principalmente, que os principais processos que resultam em degradação ambiental e da qualidade de vida das populações residentes já estão instalados atualmente e que a obra, em si, pouco irá contribuir diretamente para a introdução de novos processos de degradação. Porém, a acessibilidade que a rodovia irá incrementar tornará disponível para as comunidades e grupos interessados na região recursos para a orientação sustentável de seu desenvolvimento. (ECOPLAN, 2002b, p. 72)

“Novos processos de degradação” não são necessários para que o projeto de pavimentação tenha grande impacto no meio ambiente. Estender o alcance dos “velhos” processos, como desmatamento, exploração madeireira e incêndios florestais, é mais do que suficiente. Infelizmente, a “acessibilidade que a rodovia irá incrementar” não só resultará em mais recursos para uma “orientação sustentável” do desenvolvimento, mas também acrescentará forças à destruição.

Tem havido enorme pressão para que se aprove o EIA e o RIMA, e a pavimentação da rodovia de imediato, talvez já na estação seca de 2005. Esse é exata-

**Infelizmente,
a “acessibilidade que a
rodovia irá incrementar”
não só resultará em mais
recursos para uma
“orientação sustentável”
do desenvolvimento,
mas também acrescentará
forças à destruição.**



Torais no pédo de uma serraria na BR-161. A exploração madeireira gera lucros que financiam o desmatamento. Os danos incluem o aumento dos riscos de incêndios florestais.

FOTO: Mariana Terra

mente um exemplo do que deve ser evitado no desenvolvimento amazônico, isto é, a transformação de projetos de desenvolvimento em rolos compressores irreversíveis por meio de uma decisão política de alto nível – depois da qual, todos os estudos ambientais e medidas mitigatórias se tornam mera decoração –, para dar ao projeto um selo de legalidade e uma reputação ambiental suficientes, para assegurar a liberação de qualquer financiamento internacional que seja necessário.

O QUE DEVERIA SER FEITO NO CASO DA BR-163

A necessidade de governança na BR-163 é óbvia. A pergunta é se deveria ser condição prévia para pavimentar a rodovia, ou se (como presumido no EIA/RIMA) virá automaticamente como resultado do asfalto. Infelizmente, a governança não vem automaticamente, e mesmo quando acontece, o descompasso de tempo é crucial, ao permitir que o desmatamento irreversível se expanda a partir da rodovia. Uma vez mais, Rondônia traz um alerta triste: no projeto Polonoroeste, que acompanhou a pavimentação da BR-364, a pavimentação da rodovia devia ocorrer simultaneamente à adoção de medidas como a criação de áreas protegidas e a demarcação de terras indígenas. O asfaltamento foi adiante a todo vapor (até mesmo com adiantamentos financeiros das empresas de construção), enquanto as medidas de mitigação ficaram para trás durante anos. Invasão e desmatamento de grande parte da área a ser protegida já era fato consumado até que as medidas fossem adotadas (FEARNSIDE, 1989b; FEARNSIDE e FERREIRA, 1985).

O esforço para estabelecer o Estado de direito tem de se estender além da vizinhança imediata da BR-163. Um programa efetivo deve ser implantado para

conter a migração da fronteira “fora da lei” para locais mais distantes na região. É impressionante a frequência de comentários feitos por grileiros e assemelhados insinuando que eles têm um direito dado por Deus para se apropriar de qualquer terra desocupada e depois conseguir a devida legalização.

Se considerarmos o futuro em uma escala de décadas, a pavimentação da BR-163 está praticamente garantida, mas a pergunta é se deve ser pavimentada agora, até 2007, ou se a pavimentação deveria ser adiada para que a região estivesse efetivamente sob o Estado de direito. Uma questão fundamental é se a governança só pode ser conseguida com o asfaltamento. Acredito que pode haver governança sem asfalto, desde que o governo esteja disposto a fazer um esforço sério para levar a lei à região. Só depois da certificação de que a área está sob controle, isto é, com governança, é que deveriam ser abertas as comportas com a pavimentação.

Outra medida necessária é neutralizar as atividades ilegais estimuladas pelas autoridades locais. Há muitos exemplos. Um deles o do trator de esteira da prefeitura de Trairão, que em 2004 foi apreendido pelo Ibama abrindo estradas ilegais para exploração madeireira dentro da Flona (Floresta Nacional) de Itaituba. A governança efetiva é necessária não só ao longo da BR-163, como nas áreas onde seus efeitos se expandem, inclusive Apuí e Terra do Meio.

Antes de abrir as comportas, é preciso também ter um programa acelerado para criação de áreas protegidas e de áreas de uso sustentável, como as Flonas. Nenhuma área pode ser deixada sem destinação específica, já que isso inevitavelmente conduz à grilagem. O Instituto Socioambiental (ISA) preparou uma proposta para um mosaico de reservas na Terra do Meio

(ISA, 2003b). Os planos do Programa Arpa (Áreas Protegidas na Amazônia), do Ministério do Meio Ambiente, refletem essa proposta. A criação da Reserva Extrativista do Riozinho de Anfrísio é um importante passo (ISA, 2004). Estes planos fundamentaram a criação da Estação Ecológica da Terra do Meio e do Parque Nacional da Serra do Pardo (também na Terra do Meio), em 17 de fevereiro de 2005 como parte das medidas anunciadas em resposta ao assassinato da freira Dorothy Stang em 12 de fevereiro.

A área sofreu retrocesso importante nos esforços para proteger povos indígenas e áreas florestadas. Por exemplo, a redução em 317.000 ha da Terra Indígena Baú, em 2003, para satisfazer fazendeiros grileiros da BR-163 que haviam invadido parte da reserva (ISA, 2003c). Isso constitui perigoso precedente, já que a maior proteção dessas áreas é a expectativa de que tentativas de invadi-las serão malsucedidas. Os fazendeiros e grileiros conseguiram a fatia da Terra Indígena Baú com um bloqueio da rodovia BR-163 perto de Novo Progresso. Um bloqueio da estrada no mesmo lugar foi usado em janeiro de 2005 para conseguir liberação de planos de manejo que haviam sido suspensos pelo IBAMA. Este revés foi parcialmente revertido poucos dias depois com a interdição temporária de 8,2 milhões de hectares no lado oeste da BR-163 como parte do pacote de medidas que seguiu o assassinato de Dorothy Stang (*Folha de S. Paulo*, 2005).

A Terra do Meio é uma autêntica área “fora da lei”, dominada por tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, grilagem e outras atividades ilegais (CASTRO et al., 2002; GREENPEACE, 2003; ISA, 2003b; SCHÖNENBERG, 2002). A atuação da polícia é semelhante à que ocorre nos morros do Rio de Janeiro, onde ela só en-

tra durante operações pontuais e os residentes têm de se acomodar à regra das gangues para sobreviver.

A urgência em controlar a Terra do Meio é ilustrada por um gigantesco desmatamento surgido em 2004 ao sul de Uruará, entre o rio Iriri e a estrada de Canópulo. Os funcionários do Ibama em Itaituba se referem à área como “o revólver”, devido à sua sugestiva conformação. Esse desmatamento abrange 6.185 ha, de acordo com medição do Ibama, e 6.239 ha, de acordo com o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), ambos a partir de imagens de satélite. A área desmatada apareceu nas imagens no curso de um único mês, demonstrando a impressionante velocidade com que esses madeireiros podem agir (VENTURIERI et al., 2004). De acordo com funcionários do Ibama de Itaituba que pousaram de helicóptero no local, mais de cem homens estavam trabalhando na operação de desmatamento em abril de 2004.

Para controlar a área, será preciso barrar numerosas operações como essa, inclusive pistas de pouso ilegais, garimpos de ouro (frequentemente, em áreas indígenas) e exploração de mogno. Isso vai requerer presença permanente de polícia armada, além de pessoal do Ibama. Funcionários jovens e dedicados do posto de Itaituba alcançaram progresso exemplar, apesar de ameaças e hostilidade dos madeireiros. Em novembro de 2004, ameaças mais fortes contra esses funcionários levaram a sede do Ibama em Brasília a mandar um helicóptero para evacuá-los do posto (que é um enclave cercado de arame farpado). Os funcionários dispensaram o socorro, para deixar claro aos madeireiros que não cederiam à intimidação.

Para patrulhar uma área do tamanho da BR-163 e da Terra do Meio, serão necessários vários postos do

mesmo calibre que o de Itaituba – só a Terra do Meio tem 7,6 milhões de ha de área, mais que o dobro da área da Bélgica. A tentativa de estabelecer um posto em Novo Progresso foi malsucedida até agora, já que a maioria do pessoal do Ibama acabou fugindo por causa das ameaças. Nenhuma tentativa foi tomada para montar um posto adicional em Vila Central, na Terra do Meio. Nem mesmo uma simples base de fiscalização foi estabelecida na serra do Cachimbo para inspecionar caminhões de madeira saindo da área na direção sul. Em outras palavras, embora o exemplo do posto do Ibama em Itaituba seja encorajador, a situação demonstra o tremendo descompasso entre falar dos problemas e agir para resolvê-los.

Pontos de vista diferentes existem sobre o quanto a governança – ou certos subconjuntos de medidas que poderiam ser incluídos sob essa rubrica – deveria estar concretizada antes da pavimentação da rodovia. Claramente, há forças poderosas desejando a pavimentação imediata da BR-163, não importa quais sejam os impactos. No entanto, as histórias de projetos rodoviários passados, onde com a construção das estradas as medidas mitigatórias supostamente iriam acontecer simultaneamente, oferecem ampla justificativa para rejeitar qualquer sugestão para a adoção de um plano desse tipo.

Outra visão é a do Grupo de Assessoria Internacional (IAG) do Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), que escreveu em seu 21º relatório: “O IAG sugere uma alternativa que permita um início relativamente rápido da obra, porém atrelada a uma condicionante essencial, isto é, a prévia solução da questão fundiária” (IAG, 2004). As palavras operativas aqui são “prévia solução”, signifi-

cando que o problema deve ser resolvido primeiro e não que seja assunto apenas de um anúncio oficial, de algum plano ou comitê. Até agora, praticamente nada aconteceu para lidar com a situação fundiária, mas certamente é essencial que o governo fique firme em não legalizar ações ilegais.

Este autor iria um pouco mais longe e esperaria até que outros aspectos da governança fossem implantados antes de pavimentar a rodovia. Afinal de contas, os custos de pavimentação da estrada hoje incluem diversos impactos adicionais, por exemplo, a invasão de terras indígenas, invasão da Terra do Meio, invasão da área ao oeste pela Transgarimpeira, invasão da nova reserva extrativista de Riozinho de Anfrísio, assim como Flonas e outras áreas, e a perda de oportunidades para estabelecer áreas protegidas adicionais.

Embora, numa escala de décadas, a existência da estrada asfaltada seja esperada, não significa que isso deva ser feito na próxima estação seca, nem no atual mandato do presidente da República ou dos governos estaduais. Um forte argumento é o de que o custo ambiental da pavimentação nos próximos anos será demasiadamente alto, e ela deveria ser adiada até que a área fosse trazida à regra da lei e um histórico de governança fosse estabelecido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pelo apoio financeiro para visitar a BR-163 (Proc. 52.0177/2003-7), e a R.I. Barbosa, P.M.L.A. Graça, B. Soares Filho e Maurício Torres pelos comentários.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, A.; NEPSTAD, D.; MCGRATH, D.; MOUTINHO, P.; PACHECO, P.; DIAZ, M. del C. V.; SOARES-FILHO, B. *Desmatamento na Amazônia: indo além da emergência crônica*. Belém: IPAM, 2004. 87 p.
- Amazonas em Tempo*. “Grileiros derrubam milhares de hectares de floresta no Xingu”. Manaus, 27 out. 2004a. p. B-8.
- _____. “Lula quer a retomada de obras paralisadas”. Manaus, 21 mar. 2004b. p. A-7.
- ARIMA, E.; VERÍSSIMO, A. *Brasil em ação: ameaças e oportunidades econômicas na fronteira amazônica*. Ananindeua-PA: Imazon, 2002. 22 p. (Imazon Série Amazônia, 19).
- BARBOSA, R. I.; FEARNSIDE, P. M. “Incêndios na Amazônia brasileira: estimativa da emissão de gases do efeito estufa pela queima de diferentes ecossistemas de Roraima na passagem do evento 'El Niño' (1997-98). *Acta Amazonica*, Manaus, v. 29, n. 4, p. 513-534, 1999.
- BONHAM-CARTER, G. *Geographic Information Systems for Geoscientists: Modeling with GIS*. New York: Pergamon, 1994. 414 p.
- BRASIL. GT-Desmatamento (Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para a Redução dos Índices de Desmatamento da Amazônia Legal). *Plano de ação para a prevenção e controle do desmatamento da Amazônia Legal*. Brasília: Presidência da República; Casa Civil, 2004. 156 p.
- CASTRO, E. R.; MONTEIRO, R.; CASTRO, C. P. *Atores e relações sociais em novas fronteiras na Amazônia; Novo Progresso, Castelo de Sonhos e São Félix do Xingu: estudo sobre dinâmicas sociais na fronteira, desmatamento e expansão da pecuária na Amazônia*. Trabalho de Consultoria prestado ao Banco Mundial (Contrato – 23584 e 388135 – de 18/01/2002). Brasília: World Bank, 2002. 141 p.
- COCHRANE, M. A. “Fire science for rainforests”. *Nature*, London, v. 421, p. 913-919, 2003.
- _____. ALENCAR, A.; SCHULZE, M. D.; SOUZA JR., C. M.; NEPSTAD, D. C.; LEFEBVRE, P.; DAVIDSON, E. A. “Positive feedbacks in the fire dynamic of closed canopy tropical forests”. *Science*, Washington-DC, v. 284, p. 1832-1835, 1999.
- ECOPLAN Engenharia Ltda. *Estudo de impacto ambiental: pavimentação BR 163-BR 230*. Porto Alegre-RS, 2002a. 7 v.
- ECOPLAN Engenharia Ltda. *Relatório de impacto ambiental: pavimentação BR 163-BR 230*. Porto Alegre-RS, 2002b. 74 p.
- O Estado de S. Paulo*. “Dossiê de pecuarista morto liga políticos a grilagem”. 27 jul. 2004. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=117451>>.
- FEARNSIDE, P. M. “Spatial concentration of deforestation in the Brazilian Amazon”. *Ambio*, Stockholm, v. 15, n. 2, p. 72-79, 1986.
- _____. “Deforestation and international economic development projects in Brazilian Amazonia”. *Conservation Biology*, Chicago, v. 1, n. 3, p. 214-221, 1987.
- _____. “Brazil's Balbina Dam: environment versus the legacy of the pharaohs in Amazonia”. *Environmental Management*, New York, v. 13, n. 4, p. 401-423, 1989a.
- _____. *Ocupação humana de Rondônia: impactos, limites e planejamento*. Brasília: CNPq, 1989b. 76 p. (Relatórios de Pesquisa, 5)
- _____. *A hidrelétrica de Balbina: o faraonismo irreversível versus o meio ambiente na Amazônia*. São Paulo: IAMÁ, 1990. 63 p.
- _____. “Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil”. *Environmental Conservation*, Cambridge-UK, v. 28, n. 1, p. 23-38, 2001a.
- _____. “Avança Brasil: consequências ambientais e sociais na Amazônia brasileira”. *Cadernos Adenauer*, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 101-124, 2001b.
- _____. “Avança Brasil: environmental and social consequences of Brazil's planned infrastructure in Amazonia”. *Environmental Management*, New York, v. 30, n. 6, p. 748-763, 2002.
- _____. “Conservation policy in Brazilian Amazonia: understanding the dilemmas”. *World Development*, Amsterdam, v. 31, n. 5, p. 757-779, 2003.
- _____. “Brazil's Samuel Dam: lessons for hydroelectric development policy and the environment in Amazonia”. *Environmental Management*, New York, v. 31, n. 1. No prelo.
- _____. FERREIRA, G. de L. “Roads in Rondônia: highway construction and the farce of unprotected reserves in Brazil's Amazonian forest”. *Environmental Conservation*, Cambridge-UK, v. 11, n. 4, p. 358-360, 1985.
- _____. LAURANCE, W. F. “O futuro da Amazônia: os impactos do programa Avança Brasil”. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 182, p. 61-65, 2002.
- Folha de S. Paulo*. “Lula cria pacote contra violência no Pará”. 18 fev. 2005, p. A-9.
- GREENPEACE. *Pará: Estado de conflito: uma investigação sobre grileiros, madeireiros e fronteiras sem lei no Estado do Pará*. Manaus, 2003. 59 p. Disponível em: <http://www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/para_estadodeconflito.pdf>.
- HOLDEN, C. “World Bank launches new environment policy”. *Science*, Washington-DC, v. 236, n. 769, 1987.
- IAG (International Advisory Group). *Programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil. O Plano BR-163 Sustentável no quadro das políticas governamentais para a Amazônia*. (Relatório da XXI Reunião). Brasília, 2004. 18 p.

- ISA (Instituto Socioambiental). “Marina Silva e Ciro Gomes encerram o *Encontro BR-163 Sustentável*”. *Notícias Socioambientais*, 24 nov. 2003a. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=1491>>.
- _____. *Realização de estudos preliminares e formulação de uma proposta técnica para implantação de um mosaico de Unidades de Conservação no Médio Xingu*. Relatório Final de Atividades. São Paulo, 2003b. 207 p. + anexos.
- _____. “Ministro da Justiça assina portaria reduzindo a Terra Indígena (TI) Baú”. *Notícias Socioambientais*, 9 out. 2003c. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=1437>>.
- _____. “Governo Federal cria Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio”. *Notícias Socioambientais*, 9 nov. 2004. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=1853>>.
- LAURANCE, W. F.; ALBERNAZ, A. K. M.; FEARNESIDE, P. M.; VASCONCELOS, H. L.; FERREIRA, L. V. “Deforestation in Amazonia”. *Science*, Washington-DC, v. 304, n. 1109, 2004.
- _____; _____. SCHROTH, G.; FEARNESIDE, P. M.; BERGEN, S.; VENTINCINQUE, E. M.; COSTA, C. da. “Predictors of deforestation in the Brazilian Amazon”. *Journal of Biogeography*, Oxford, v. 29, p. 737-748, 2002a.
- _____; COCHRANE, M. A.; BERGEN, S.; FEARNESIDE, P. M.; DELAMÔNICA, P.; BARBER, C.; D’ANGELO, S.; FERNANDES, T. “The future of the Brazilian Amazon”. *Science*, Washington-DC, v. 291, p. 438-439, 2001a.
- Idem. “Response [a J. P. Silveira]”. *Science*, Washington-DC, v. 292, p. 1652-1654, 2001b.
- _____; FEARNESIDE, P. M. “Issues in Amazonian development”. *Science*, Washington-DC, v. 295, n. 1643, 2002b.
- O Liberal*. “Solicitada a prisão temporária dos acusados de envolvimento na morte de Prestes”. Belém, 21 jul. 2004. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=116779>>.
- NEPSTAD, D. C.; CAPOBIANCO, J. P.; BARROS, A. C.; CARVALHO, G.; MOUTINHO, P.; LOPES, U.; LEFEBVRE, P. *Avança Brasil: os custos ambientais para Amazônia*. Belém: IPAM, 2000. 24 p. Disponível em: <<http://www.ipam.org.br/avanca/politicas.htm>>.
- _____; CARVALHO, G.; BARROS, A. C.; ALENCAR, A.; CAPOBIANCO, J. P.; BISHOP, J.; MOUTINHO, P.; LEFEBVRE, P.; SILVA JR., U. L.; PRINS, E. “Road paving, fire regime feedbacks, and the future of Amazon forests”. *Forest Ecology and Management*, Amsterdam, v. 154, n. 3, p. 395-407, 2001.
- _____; LEFEBVRE, P.; SILVA JR., U. L.; TOMASELLA, J.; SCHLESINGER, P.; SOLORZANO, L.; MOUTINHO, P.; RAY, D.; BENITO, J. G. “Amazon drought and its implications for forest flammability and tree growth: a basin-wide analysis”. *Global Change Biology*, Oxford, v. 10, n. 5, p. 704-712, 2004.
- _____; MCGRATH, D.; ALENCAR, A.; BARROS, A. C.; CARVALHO, G.; SANTILLI, M.; DIAZ, M. del C. V. “Frontier governance in Amazonia”. *Science*, Washington-DC, v. 295, n. 629, 2002a.
- Idem. “Response [a Laurance e Fearnside]”. *Science*, Washington-DC, v. 295, p. 1643-1644, 2002b.
- _____; MOREIRA, A. G.; ALENCAR, A. A. *Flames in the Rain Forest: origins, impacts and alternatives to Amazon fire*. Pilot Programme to Conserve the Brazilian Rain Forest (PPG7). Brasília: World Bank, 1999b. 161 p.
- _____; _____. VERÍSSIMO, A.; LEFEBVRE, P.; SCHLESINGER, P.; POTTER, C.; NOBRE, C.; SETZER, A.; KRUG, T.; BARROS, A.; ALENCAR, A.; PEREIRA, J. “Forest fire prediction and prevention in the Brazilian Amazon”. *Conservation Biology*, Chicago, v. 12, p. 951-955, 1998.
- _____. VERÍSSIMO, A.; ALENCAR, A.; NOBRE, C.; LIMA, E.; LEFEBVRE, P.; SCHLESINGER, P.; POTTER, C.; MOUTINHO, P.; MENDOZA, E.; COCHRANE, M.; BROOKS, V. “Large-scale impoverishment of Amazonian forests by logging and fire”. *Nature*, London, v. 398, p. 505-508, 1999a.
- NIMER, E. *Climatologia do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 422 p.
- NINNI, K. “A nova fronteira natural: o Amazonas cria a segunda maior reserva tropical do mundo para conter devastação de Mato Grosso”. *Época*, [São Paulo], 20 dez. 2004, p. 83.
- NUNOMURA, E. “Plano para BR-163 é alvo de ONGs: ambientalistas criticam o processo de consulta pública para obras em rodovia amazônica”. *O Estado de São Paulo*, 6 jul. 2004, p. A-10.
- PONTES JR., E.; CASTRO, E.; ARAÚJO, R.; MEINEZES, M. A. *Terra do Meio: poder, violência e desenvolvimento*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. 35 p. (MPEG Idéias e Debates, 7).
- RADIOBRÁS. “Incêndio em escritório do Ibama no Mato Grosso pode ter sido criminoso”. 23 nov. 2004. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=135400>>.
- SCHNEIDER, R. R.; ARIMA, E.; VERÍSSIMO, A.; BARRETO, P.; SOUZA JR., C. *Amazônia sustentável: limitantes e oportunidades para o desenvolvimento rural*. Brasília: World Bank; Belém: Imazon, 2000. 58 p.
- SCHÖENENBERG, R. “Drug trafficking in the Brazilian Amazon”. In: GEFFRAY, C.; FABRE, G.; SHIRAY, M. (eds.). *Globalisation, Drugs and Criminalisation: final research report from Brazil, China, India and*

- Mexico. Paris: Unesco, 2002. p. 172-207.
- SCHWARTZMAN, S. *Bankrolling disasters: international development banks and the global environment*. Washington-DC: Sierra Club, 1986. 32 p.
- SOARES-FILHO, B. S. *Simamazônia*. Belo Horizonte: Centro de Sensoriamento Remoto-UFGM, 2004a. Disponível em: <<http://www.csr.ufmg.br/simamazonia>>.
- _____. *Results for selected areas*. Belo Horizonte: Centro de Sensoriamento Remoto-UFGM, 2004b. Disponível em: <http://www.csr.ufmg.br/simamazonia/results/results_areas.html>.
- _____; ALENCAR, A.; NEPSTAD, D.; CERQUEIRA, G.; DIAZ, M. del C. V.; RIVERO, S.; SOLÓRZANO, L.; VOLL, E. "Simulating the response of land-cover changes to road paving and governança along a major Amazon highway: the Santarém-Cuiabá corridor". *Global Change Biology*, Oxford, v. 10, n. 5, p. 745-764, 2004.
- _____; CERQUEIRA, G. C.; ARAÚJO, W. L.; VOLL, E. "Modelagem de dinâmica de paisagem: concepção e potencial de modelos de simulação baseados em autômato celular". In: ALBERNAZ, A. L.; SILVA, J. M. C. da; VALERIANO, D. (orgs.) *Ferramentas para modelagem da distribuição de espécies em ambientes tropicais*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. No prelo.
- _____; CORRADI FILHO, L.; CERQUEIRA, G. C.; ARAÚJO, W. L. "Simulating the spatial patterns of change through the use of the DINAMICA model". In: *Anais XI SBSR*, Belo Horizonte, Brasil. São José dos Campos-SP: INPE, 2003. p. 721-728.
- SILVEIRA, J. P. "Development of the Brazilian Amazon". *Science*, Washington-DC, v. 292, n. 1651-1652, 2001.
- VENRURIERI, A.; AGUIAR, A. P. D.; MONTEIRO, A. M. V., CARNEIRO, A.; ALVES, D.; CÂMARA, G.; VIEIRA, I. C.; VEIGA, I.; ESCA-
- DA, I.; VEIGA, J.; GAVINA, J.; THALES, M.; OLIVEIRA, M.; FEARNside, P.; ARAÚJO, R.; KAMPEL, S. A.; CARNEIRO, T. G. *Sumário executivo da missão de campo na região de São Félix do Xingu-Iriri*, 13 a 18 de outubro de 2004. Dinâmica de uso e ocupação do território, dinâmica de população e assentamentos humanos e modelagem computacional. Dinâmica territorial da frente de ocupação de São Félix do Xingu-Iriri: subsídios para o desenho de políticas emergenciais de contenção do desmatamento. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia; Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento; Rede GEOMA, 2004. 18 p.
- VERÍSSIMO, A.; COCHRANE, M. A.; SOUZA JR., C.; SALOMÃO, R. "Priority areas for establishing national forests in the Brazilian Amazon". *Conservation Ecology*, Washington-DC, v. 6, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.consecol.org/vol6/iss1/art4>>.

Transporte e desenvolvimento

ROMULO ORRICO

Uma reflexão sobre a pavimentação da BR-163

A rodovia BR-163, por si só, é uma importante infra-estrutura de transportes que trará significativos impactos positivos e negativos de ordem econômica, social e ambiental a uma extensa área do território nacional. Este texto, como parte de um conjunto de reflexões sobre a rodovia, construída há trinta anos e hoje em péssimo estado no trecho paraense, visa um exame dessa infra-estrutura tendo em conta a perspectiva de pavimentação no contexto de um projeto de desenvolvimento regional.

Embora abordando os transportes, o texto aporta alguns elementos relativos à infra-estrutura de transportes como subsídio para a discussão dos aspectos da produção e consumo dos serviços de transportes em si, e estes últimos como parte integrante dos processos produtivos em geral.

Alguns tópicos ilustram a necessidade de distinguir esses dois elementos imbricados, a infra-estrutura de transportes e o transporte em si. Não seria pos-

sível, por exemplo, deixar de apontar a perspectiva adversa – e a necessidade de esforços para contê-la – de um eventual crescimento da área desmatada como resultante direta da redução dos custos de transportes de madeira em decorrência da pavimentação. Também seria enganoso acreditar que a área (pelo menos no trecho paraense da rodovia) seja um grande vazio humano e econômico, e por consequência desprovida de transporte. Suas articulações com o restante do país são surpreendentes, e mais ainda suas relações internas, seus processos de comunicação e de abastecimento, que são ricos e variados, apesar das grandes impedâncias existentes, sobretudo em tempos de chuva. A pavimentação – desde a simples perspectiva – trará enormes e importantes mudanças ao setor. Mudanças de acessibilidade e conseqüentes reduções de custos de transportes que não se processarão uniformemente no território.

A arquitetura empresarial vigente – os tipos de empresas que oferecem serviços de transporte de pessoas e de mercadorias –, por conseguinte, se transformará profundamente, dado que as oportunidades serão modificadas, enquanto as capacitações técnicas, econômicas e financeiras não são equânimes. Por exemplo, o transporte hoje realizado entre Itaituba e Santarém é quase que exclusivamente por via fluvial, por causa do estado em que se encontra a BR nesse segmento de cerca de 300 km que, em tempos de chuva, é praticamente intransponível. Com tempo seco, tal percurso dura cinco horas. Por via fluvial, treze barcos se revezam para oferecer uma viagem ao dia por sentido e, durante as férias e feriados, o dobro. É claro o excesso de oferta. Com a pavimentação da rodovia, para boa parte dos barqueiros restará o “beiradão”

(atendimento a cidades e vilarejos ribeirinhos isolados das rodovias) e algum transporte de mercadorias. Não é previsível que os atuais transportadores fluviais tenham recursos para substituir as embarcações por outras mais competitivas.

Este texto propõe então uma reflexão sobre os aspectos de infra-estrutura e operação de transportes ligados aos de caráter socioeconômico; e nessa perspectiva trazer subsídios para a formulação de um modelo de financiamento (espaço adequado para as discussões sobre concessionamento) e de gestão do projeto (espaço adequado para as discussões sobre gestão da rodovia), tendo em conta a enorme complexidade que apresentam as relações entre o transporte e o uso do solo, e a necessidade maior de acelerar os retornos sociais e difusos do projeto.

Nesse sentido, serão tratados os seguintes assuntos:

- O papel das infra-estruturas em rede, no caso transportes
- Impactos e interesses relacionados a infra-estruturas
- Um rápido exame da rede de transportes
- Financiamento, algo bem maior que crédito
- Benefícios, beneficiados e prejudicados pelas infra-estruturas de transportes
- Principais impactos relacionados aos transportes

INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES:

ASPECTOS RELEVANTES

O termo infra-estrutura tem uma acepção bastante ampla, que vai desde as grandes redes físicas de abastecimento (transporte, saneamento, telecomunica-

ção, energia elétrica etc.) até conjuntos de elementos fisicamente não integrados, porém oferecendo um sistema de serviços coordenadamente planejados, gerenciados e executados. Assim, podem ser enumerados diversos conjuntos de serviços como saúde, educação, previdência social etc., os quais se designam comumente como infra-estruturas sociais, em contraste às infra-estruturas técnicas, às quais as redes de abastecimento acima listadas podem ser agrupadas. (ARAGÃO et al., 1998)

As infra-estruturas possuem uma importância que transcende a mera satisfação das necessidades diretas dos usuários: elas exercem importante papel catalisador da produtividade e do crescimento do conjunto das atividades econômicas.

As infra-estruturas podem influenciar as atividades econômicas de uma área por diversos meios: a) como fator de produção não pago; b) alavancando produtividade de outros *inputs*; c) atraindo *inputs* de outros lugares; d) estimulando demanda para construção de infra-estrutura e outros serviços (EBERTS; MCMILLEN, 1999).

Outras características das infra-estruturas também merecem realce:

- durante sua própria construção, são importante instrumento de política industrial;
- impulsionam a independência estratégica (solidariedade nacional);
- são instrumento de política social (resgate dos ideais de equidade e participação);
- são elemento de conformação da cultura comum e da própria educação da sociedade;

- são questão central da política ambiental e de recursos naturais.

Esse conjunto de razões econômicas e extra-econômicas leva a um fenômeno bem conhecido e geralmente aceito até pelos defensores mais ferrenhos da livre iniciativa: a forte presença do Estado na regulamentação, no investimento e até na operação de serviços de infra-estrutura.

A oferta de um meio de transporte constitui, por si só, um processo de produção; mas também é um meio de circulação geral de toda a economia: ele abastece as empresas dos meios de produção e da mão-de-obra e, simultaneamente, encaminha o produto da empresa ao mercado (CHAPOUTOT; GAGNEUR, 1973).

Efetivamente, as infra-estruturas de transportes não podem ser vistas apenas como o suporte físico por onde passam veículos. Não podem ser desvinculadas de um complexo econômico de múltiplas ofertas de serviços (às vezes concorrentes, às vezes complementares), com demandas associadas a múltiplas atividades sociais e econômicas. Assim, os elementos de análise compreendem:

- as diversas demandas atendidas pela infra-estrutura:
 - transporte de pessoas (urbano, regional, rural, interurbano, internacional);
 - transporte de carga (urbano, regional, rural, interurbano, internacional; tipo de carga);
- os diversos tipos de oferta existentes na infra-estrutura:
 - autoprovimento (pessoas e cargas);
 - os diversos tipos de ofertas comerciais;



*Proximidades de Castelo dos Sonhos, Alvarina, BA.
NOTA: Mantendo Teve*

- arquiteturas empresariais e produtos associados;
- tecnologias e produtos associados;
- volumes atuais e previstos;
- geografia da demanda (origem e destino dos produtos).

E também, muito especialmente, a relação econômica entre a infra-estrutura e esses diversos setores, sobretudo se ela estiver sob gestão privada.

O conceito de economia de aglomeração é baseado na redução dos custos de transportes, na facilidade de envio de mercadorias, na comunicação de idéias e na partilha de inteligência e conhecimentos (EBERTS; MCMILLEN, 1999: 1486) – efetivamente, boa parte do que se espera obter com a implantação da BR-163. Tais conceitos podem ser úteis para o entendimento da infra-estrutura rodoviária, ainda que esta se situe em ambiente regional e não em metropolitano – ambiente privilegiado da economia de aglomeração.

Impactos e interesses relacionados a infra-estruturas

Face à magnitude dos recursos necessários, bem como dos impactos positivos potencializados, os investimentos em infra-estrutura se justificam em função do crescimento social e econômico que provocam.

Cabe ressaltar que os impactos provocados e potencializados pelas infra-estruturas são diferentes no tipo, tempo, espaço, magnitude e público atingido. Além disso, extravasam as fronteiras do próprio setor, alcançando, dentre outros, agricultura, meio ambiente, indústria, saúde, turismo, educação, desenvolvimento social e segurança. No mesmo sentido, os interesses relacionados às infra-estruturas são

múltiplos, distintos, nem sempre convergentes, quando não antagônicos.

Uma importante consequência das características expostas acima é o fato de que colocar a realização dos investimentos em infra-estruturas – e transportes é um dos melhores exemplos a respeito – sob o primado de um determinado setor ou segmento social, seja ele qual for, pode trazer sérios problemas, por vezes incontornáveis ou mais dispendiosos em termos de compensação e mitigação.

Como contraponto, é preciso considerar ao menos as duas diretrizes abaixo:

- necessidade de construção de pactos sociais em torno de projetos que atendam interesses de amplas camadas, das mais carentes a investidores de porte;
- fazer da infra-estrutura de transportes eixo de uma política de parcerias integradas ao contexto econômico e social do território, articulando a rede viária e demais infra-estruturas nos planos físico, tecnológico, operacional e institucional.

Financiamento

A noção de infra-estrutura acima delineada, com destaque para o papel catalisador da produtividade e do crescimento do conjunto das atividades econômicas, mostra o quanto ela se distancia do tradicional significado de financiamento, usualmente visto como crédito ou antecipação de recursos, desvinculado em grande parte dos benefícios gerados e, sobretudo, do seu posterior pagamento.

Financiamento é aqui entendido como a constituição do estoque de capital para viabilizar a implan-

tação de uma infra-estrutura, capital esse que se remunerará direta ou indiretamente pelos rendimentos possibilitados pela infra-estrutura. As infra-estruturas fundamentais ao desenvolvimento (humano, social e econômico) constituem-se, portanto, em objeto de provisão social.

Assim, devido à magnitude do caso, deverão ser comprovados ganhos realmente significativos, que possam ser contabilizados e canalizados para justificar a grande quantidade de recursos aplicados em sua construção e manutenção, bem como para compensar os importantes impactos e externalidades negativas que sem dúvida irão provocar.

Dessa forma, torna-se imprescindível, em qualquer estudo de financiamento de infra-estrutura de porte, um levantamento exaustivo dos aspectos relacionados aos benefícios e rendimentos que ela proporcionará; e, evidentemente, dos impactos negativos que ela causará e que deverão ser devidamente contabilizados – e não simplesmente esquecidos ou externalizados.

Objetivamente, em presença desses custos, é imperativo o direcionamento de parcela dos benefícios do projeto para compensar indivíduos e coletividades que sofrerão os custos decorrentes da implantação e mesmo do uso da infra-estrutura.

Benefícios, beneficiados e prejudicados

A quantificação dos benefícios e dos custos é complexa, polêmica e afeta diretamente a noção de rentabilidade ou não do empreendimento, na medida em que se trata de um projeto de grande impacto sobre um variado conjunto de setores e, em especial, sobre a sensível área das questões ambientais.

O conceito de economia de aglomeração é baseado na redução dos custos de transportes, na facilidade de envio de mercadorias, na comunicação de idéias e na partilha de inteligência e conhecimentos.

A título ilustrativo, as proposições iniciais divulgadas dão as seguintes informações (BRASIL, s/d.):

- Extensão rodoviária entre Cuiabá e Santarém: 1.850 km.
- Extensão proposta de concessão: 1.340 km – Nova Mutum (MT)-Rurópolis (PA).
- Extensão a ser tratada com recursos do Tesouro:
 - Rosário do Oeste-Nova Mutum (restauração): 136 km.
 - Rurópolis-Santarém (pavimentação): 213 km.
 - Cuiabá-Rosário do Oeste (hoje em bom estado): 136 km.
- Custos estimados das obras previstas:
 - trecho a ser concedido: US\$ 175 milhões (R\$ 525 milhões);
 - trecho a ser delegado: R\$ 31,1 milhões;
 - trecho a ser conveniado: valor a estimar; são 320 km, dos quais cerca de 100 pavimentados.

Estimativa de tráfego de caminhões

Os dados divulgados pelo DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – mostram também o porte do volume de tráfego (quadro a seguir). Esperam-se 3 milhões de t de soja por ano. O volume é muito significativo, sobretudo pelo fato de a safra estar concentrada em quatro meses por ano.

Se toda ela for transportada nesse período em veículos de 40 t, resultarão cerca de 20.000 viagens de caminhão por sentido no mês, apenas para a soja. Adicionem-se as 4.000 viagens/mês do Pólo Industrial de Manaus, o 1,2 milhão de t de combustível no sentido Manaus-MT (cerca de 2.000 a 2.500 viagens de caminhão) e mais 150.000 t de sal sentido Nor-

deste-MT (mais duzentas a trezentas viagens em caminhão por mês). Além dessas, o relatório fala de “atendimento da demanda de suprimento de arroz, algodão e milho para o Nordeste” e naturalmente se pode incluir madeira, fertilizantes, gado, carne processada etc. Ou seja, o volume, pelos dados do relatório/exposição, pode chegar a 40.000 caminhões por mês no período de safra, além dos automóveis, ônibus e caminhões de diversas outras atividades que serão naturalmente impulsionadas pela pavimentação da rodovia. Embora o volume diário, se comparado ao de outras rodovias brasileiras, não possa ser considerado muito alto, é preciso destacar que tal volume se processará por quase toda a sua extensão. Também nesse aspecto, a rodovia não é um investimento insignificante.

VIABILIDADE DA PAVIMENTAÇÃO DA BR-163

Incremento potencial:

- 3 milhões de t de soja/ano;
- 4.000 viagens/mês do Pólo Industrial de Manaus;
- 1,2 milhão de t de combustíveis sentido Manaus/MT;
- 150.000 t de sal sentido Nordeste/MT;
- Atendimento da demanda de suprimento de arroz, algodão e milho para o Nordeste;
- Redução média de três dias de custo de estoque das empresas do Pólo Industrial de Manaus.

Fonte: exposição do Ministério dos Transportes, out. 2003.

Como se pode observar, a primeira varredura mostra uma grande variedade de benefícios e de beneficiados; um levantamento mais apurado seguramente incorporaria uma gama ainda maior de elementos. Dois conjuntos de questões, então, exigem detalhamento:

- No lado da demanda: quem são os consumidores das infra-estruturas? Como se comportam? Como se beneficiam?
- No lado da oferta: quais são os custos e função de produção? Quais são as estruturas de mercado? Quais falhas apresentam?

Pode-se ainda adicionar:

- Que impactos negativos podem ser relacionados ao planejamento (em especial, inter-relação com o ambiente social e econômico) e projeto (em especial, traçado), construção e operação da rodovia?
- Que impactos podem existir relacionados ao uso efetivo da rodovia?

Por consequência, a repartição social dos encargos de financiamento não pode prescindir de uma boa discussão a esse respeito, tanto para uma definição (socialmente pactuada) dos beneficiados e prejudicados quanto para a pactuação da participação de cada um dos indivíduos ou categoria.

Essa repartição deve submeter-se ao princípio do benefício e/ou ao princípio da capacidade de pagar; daí, convocação dos diversos segmentos que se beneficiam de forma discriminada e indiscriminada. Assim, haveria:

- beneficiários indiscriminados: toda a sociedade (retribuição pelo Estado, mediante recursos gerais do orçamento);
- benefícios discriminados serão retribuídos conforme os benefícios de cada segmento.
 - usuário: beneficiário imediato da infra-estrutura, na medida em que a utiliza diretamente para a consecução dos seus fins (econômicos, sociais e culturais) imediatos;
 - outros beneficiários (auferem benefícios pelo consumo de outrem): empresas em geral, comércio, proprietários fundiários/imobiliários; além disso, esses grupos provocam outros custos, pelos quais devem compensação especial; sua retribuição pode dar-se por via voluntária ou compulsória;
 - transporte individual: (relevante para os casos urbano e metropolitano) beneficiário indireto dos investimentos em transporte público e provocador de custos (congestionamentos e danos ambientais).

O SISTEMA DE TRANSPORTES ATUAL

Infra-estrutura viária

O sistema de transportes é constituído de rodovias em condições precárias. As hidrovias estão em condições naturais, que se interligam somente em poucos pontos. Em condições operacionais, muitas vezes, desfavoráveis. O transporte aéreo é servido por aeroportos que servem à aviação regional e campos de pouso que são pontos fundamentais de apoio para localidades praticamente isoladas pelas grandes distâncias. (BRASIL, s/d.)

A citação acima apresenta uma interessante síntese da situação atual da infra-estrutura com ênfase nas condições físicas das vias. Ressalta-se, de início, a precariedade da infra-estrutura de transportes, em todas as modalidades. Alguns trechos desse documento, aqui transcritos, têm o intuito de facilitar o entendimento das condições de transporte da região, mormente da área mais próxima ao eixo da BR-163.

O texto de Bertha K. Becker, *BR-163 Infra-estrutura*, também aporta informações sobre o assunto, tentando “identificar o que existe de disponível na sua área de influência em termos de infra-estrutura”. O exame destaca a armazenagem como indicador da produção e revelador da logística do território. Ressalta que a conectividade na área é muito fraca, especificamente entre os lugares que fazem parte da área de influência da rodovia Cuiabá-Santarém. A malha é reduzida e sem pavimentação, até mesmo no eixo principal, exceto no trecho de Mato Grosso. Também aí se concentram as estradas secundárias da região, 3.600 km, quase nada pavimentado. No Pará, ao contrário, dos 1.243 km listados como rodovias estaduais da área de influência da BR-163, cerca de 850 km estão no entorno de Santarém; o restante (Altamira, São Félix do Xingu e Belo Monte) fica muito distante do eixo da rodovia. Em nada alteram a conectividade na área direta servida pela BR.

Enquanto a malha oficial se mantém reduzida, estão crescendo na área as estradas abertas para a exploração florestal ilegal. Nos últimos dez anos duplicou, segundo o Imazon, o crescimento médio dessas estradas no Pará, expressivo em Santarém, São Félix do Xingu e ao sul de Novo Progresso. [...] Nem mesmo as áreas pro-

tegidas têm conseguido barrar o avanço dessas estradas que chegam a invadir áreas indígenas. (BECKER, s/d.₂)

O transporte existente

Em uma visão rápida sobre os transportes de carga na região como um todo, de imediato chama a atenção a formidável logística implantada para o escoamento e a exportação da soja ali produzida. O contraponto seria o aparente e grande vazio no Pará, desde a divisa com Mato Grosso até o encontro com a rodovia Transamazônica. Sob certo olhar, seria sim um grande vazio; e a deficiente rede de transporte seria mais um elemento desse quadro. No entanto, um variado e complexo sistema de transportes – de pessoas e mercadorias – e comunicações está ali presente. É, portanto, imprescindível o entendimento desses sistemas, a compreensão das suas formas de produção, estruturas de mercado, de suas relações com a economia local, com vistas ao estabelecimento de políticas públicas necessárias ao desenvolvimento sustentável da região.

Sem dúvida, o asfaltamento da BR-163 trará fortes mudanças na estrutura econômica de produção em geral. Trará novas exigências, possibilidades e também novos atores na produção dos transportes e, conseqüentemente, na estrutura de produção desse serviço. Algumas categorias dentro do segmento transportes, ou a ele associadas, terão grandes benefícios, outras serão atingidas por “novos” modos de produção – mais econômicos e mais eficientes –, em face dos quais podem rapidamente sucumbir. As políticas públicas de caráter econômico e social não podem, desse modo, prescindir de examinar e apoiar esses outros segmentos produtores de serviços de transporte, sob pena de que as transformações vindouras pura e simplesmente os excluam do pro-

cesso produtivo, em benefício de novos atores, economicamente mais fortes e possivelmente ancorados em vínculos nacionais de maior envergadura.

A seguir, de forma sintética, os principais subsistemas de transporte de mercadorias e de pessoas da região:

- Transporte de mercadorias:
 - soja e outros da região da soja (algodão, milho, fertilizantes);
 - madeira em toras e em tábuas;
 - derivados de petróleo;
 - abastecimento em geral: alimentos, bebidas, produtos domésticos, utensílios, gás etc;
 - produtos da terra para abastecimento local.
- Transporte de pessoas:
 - linhas de transporte coletivo por ônibus: interestaduais, estaduais do PA e do MT;
 - linhas e deslocamentos para outros Estados (RS, SC, PR, SP, ES, MA, PI);
 - linhas e serviços regulares entre localidades ao longo do eixo da BR feitos com vans, caminhonetes D20 e microônibus;
 - serviços para localidades, povoados, colônias, garimpos e ex-garimpos fora do eixo da BR-163;
 - serviços entre cidades ao longo dos principais rios.

O transporte de mercadorias

Soja e outros produtos da região da soja (algodão, milho, fertilizantes).

Feito por empresas especializadas, com veículos específicos para embarque, desembarque e transporte den-

tro de uma concepção logística de alto padrão. Os operadores estariam entre os maiores do país. A produção está organizada em cadeias logísticas, com empresas articulando condições de transportes, armazenagem, comunicação em geral (e aí se inclui a construção de rodovias vicinais), energia voltadas para seu atendimento. A demanda é proveniente do conhecido bolsão da soja e se dirige às regiões Sul e Sudeste do país. A pavimentação da BR-163 visa, em primeira instância, oferecer uma alternativa a esse deslocamento. A integração de tais serviços com as cadeias logísticas de alto desempenho poderá implicar que tais empresas criem seus próprios sistemas de apoio (postos de abastecimento, oficinas, pontos de controle etc.) ao longo da BR-163 no Estado do Pará, em separado dos sistemas gerais e, no limite, com integração positiva apenas marginal.

Madeira em toras e em tábuas

Feito por caminhoneiros utilizando veículos de tipos e idades variados (caminhões simples, carretas e b-trens com carrocerias “originalmente para soja” adaptados ao transporte de tábuas).

Grosso modo, são dois tipos de transporte: a) para a busca de madeira em toras através das vicinais e ao longo da BR em direção às serrarias; b) o transporte de tábuas entre as serrarias e indústrias do sul do país e também para o porto de Itaituba/Miritituba. No primeiro caso, o comando está com as serrarias, são elas que entram em contato com o “proprietário”, que contratam a esplanada (retirada da madeira e embarque no caminhão) e os caminhoneiros para transportar as toras das matas até as serrarias. Mas são os caminhoneiros que assumem os riscos do transporte, in-



Em comboios, caminhoneiros auxiliam-se mutuamente para vencer os íngremes e escorregadios trechos da BR-163 na Serra do Cachimbo, próximos à divisa de Mato Grosso com o Pará.

FOTO: Maurício Torres

clusive o de não conseguir realizá-lo em razão das más condições das vias. No caso das tábuas, são os exportadores que comandam o processo, ainda que as serrarias escolham o transportador. O contrato do exportador com as serrarias atribui a estas a responsabilidade de levar o produto até o cais. Os riscos de transporte normalmente são assumidos pelos caminhoneiros e, somente em casos especiais, pelas serrarias. O pagamento é feito apenas quando as mercadorias são efetivamente entregues no porto.

Alguns dados reveladores do mercado de transporte de madeira e naturalmente de sua geografia de produção: as toras, em 2004, eram buscadas a cerca de 75 km de distância, sendo 5 km na BR-163 e mais 65 km em ramais. Em 2003 eram 45 km, 25 de ramal e 20 na BR. No ano anterior, eram apenas 20 km, todo trecho ao longo da BR. Há serrarias que estão buscando madeira a 130 km – 100 km de BR e mais 30 de ramal.

A expectativa de redução do custo do frete é muito alta, embora outros fatores possam entrar em jogo, em especial o excesso de oferta como carga de retorno – a exemplo do que acontece nas ligações SE-NE.

As serrarias enchem os pátios durante o período seco e trabalham durante todo o ano, inclusive nas chuvas, transformando-as em tábuas. Na localidade conhecida como Trinta (entroncamento da BR-163 com a BR-230), antes da fiscalização mais forte do Ibama, passavam cerca de sessenta veículos com madeira por dia, entre tábuas e toras. São muitos os riscos envolvidos nesse transporte.

Derivados de petróleo

De modo semelhante aos produtos em geral, também se encontram duas diferentes estruturas de aprovisio-

namento de derivados de petróleo na região. No trecho mato-grossense predominam as tradicionais e grandes distribuidoras do país, enquanto no trecho paraense elas são poucas, pequenas, de âmbito local, abastecidas em Santarém ou Itaituba. Um transportador de combustível informa que antes se podia comprar combustível em Paulínia, SP. Entretanto, a proibição de levar madeira sobre o tanque (ainda que vazio) inviabilizou a viagem. Mais ao sul, ainda é possível comprar em Guarantã do Norte, MT.

Outros produtos em geral

Os serviços ora existentes refletem as condições incipientes de economia e de rede viária da região. Os núcleos urbanos localizados no trecho paraense da rodovia têm seus próprios circuitos e condições de abastecimento, resultado de um certo isolamento em que vivem. Ao mesmo tempo, as relações sociais com o sul do país, trazidas com a migração, estabeleceram alguns canais de abastecimento extremamente particulares, em razão das viagens para os Estados sulinos. Assim, embora Cuiabá continue sendo a capital das compras, elas também são feitas em cidades muitíssimo distantes como Presidente Prudente, SP, cidades dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e algumas inusitadas, como Colatina, ES. A variedade de oferta de passagens rodoviárias para cidades dessas regiões é sintomática, são cidades de origem dos migrantes.

Tão pequeno mercado não impede que grandes grupos atacadistas, dos maiores do país, nele atuem, ainda que de modo diferenciado, utilizando parceiros locais. Representantes de atacadistas e mesmo de produtos isolados transitam ao longo da rodovia, conta-

tam os clientes e anotam as encomendas. Alguns dias ou semanas depois, passam os caminhões fazendo as entregas. Quatro grandes atacadistas atuam na área: dois de “produtos leves” (alimentos em geral, remédios, utensílios, cigarros etc.); e dois de alimentos “pesados” (feijão, arroz, farinha etc.).

A logística é intrincada, pois as condições viárias e de demanda não permitem sistemas de transporte de mercadoria mais organizados. Os veículos passam a cada quinze dias, se o tempo permitir. Se estiver chuvoso, passam no mês seguinte, ou simplesmente não passam. O provisionamento é, portanto, incerto. Dois dos atacadistas utilizam transporte de agentes locais para a distribuição de seus produtos. Dois têm uma central em Alta Floresta e dois em Cuiabá.

O fornecimento de refrigerantes, cervejas e água mineral é mais eficiente, pois os depósitos se encontram ao longo da rodovia e são de proprietários locais.

A dominância de Cuiabá se reflete claramente no abastecimento dos mercados da região sul do Pará, pelo menos até Morais de Almeida, onde já há alguma influência de Itaituba. O asfaltamento reforça portanto a influência de Mato Grosso nessa região do Pará, sobretudo se a ligação Rurópolis-Santarém ficar pendente. Vale notar que as vans e caminhonetes de Itaituba, organizadas em cooperativa junto com os compradores, também transportam com regularidade mercadorias (sementes, sal, adubo, material de garimpo etc.) para localidades em Trairão e Morais de Almeida nas viagens fretadas para loja e clientes. O risco é da cooperativa. Já houve roubo e a cooperativa teve de arcar com um prejuízo de R\$ 400,00. O preço é na “tora” (valor combinado).

Produtos da terra para abastecimento local

Produtos hortigrangeiros, carne e laticínios produzidos localmente têm circuitos próprios, pois se destinam ao consumo quase que limitado aos arredores. As condições de tráfego nas rodovias vicinais e endógenas também inibem iniciativas mais ousadas. Os produtos são trazidos em veículo próprio, porque não há transporte de e para as localidades afastadas do eixo da rodovia. São serviços eventuais, contratados como frete.

Na região de Itaituba, o transporte entre as comunidades locais e a cidade é feito por caminhonetes D20 e, evidentemente, por barcos.

Pequenos agricultores usam veículos muito antigos, que, por economia, tiveram os motores trocados por motores estacionários do tipo usado para bombas de água, conhecidos como “jerico”. Outra opção que perdura é o carro de boi.

Transporte de pessoas

Os transportes de passageiros e de mercadorias na área próxima ao eixo da BR-163 primam pela diversidade. A oferta, ainda que incipiente, existe e, pelas características geográficas e a insuficiência do sistema regular, diversas formas aparecem e se desenvolvem. Isso ocorre não por falta de ligações viárias (existem muitos ramais e vicinais), nem de linhas de transporte coletivo (é sempre possível comprar passagem rodoviária para quase todo o Brasil), mas por causa da instabilidade das condições viárias e baixa frequência dos serviços, que resultam em fraco volume de transporte entre as localidades da área.

No trecho mato-grossense (área de Sorriso), em razão do binômio agroindústria-rede viária, a expectativa de maior e melhor quantidade de serviços con-



Trecho da BR-230, a Transamazônica, em Rurópolis, PA. Maio de 2004.

FOTO: Maurício Torres

trasta com a incipiência do trecho norte da BR-163 no Pará, passando pela transição da área de Guarantã do Norte, MT, onde a rede viária básica não é asfaltada, nem a BR-163, nem as vias estaduais.

A rede hidroviária possibilita, naturalmente, a oferta de serviços feitos por barcos. O transporte rodoviário não deixa de ser um competidor, entretanto, as péssimas condições das rodovias associadas às condições climáticas terminam por criar sistemas intermitentes (linhas que não circulam o ano inteiro, serviços alternativos com vans ou caminhonetes, mototáxis e até mesmo caminhões “adaptados”, como os antigos “paus-de-arara”).

Seria enganoso acreditar que a área, mesmo no trecho paraense da rodovia, é desprovida de serviços de transporte. Como dito, sua articulação com o restante do país são surpreendentes e os seus processos de comunicação interna são variados, em que pesem as grandes dificuldades. Os transportes, como o artista, têm de ir onde o povo está.

Grosso modo, e tendo como referência as localidades no eixo da BR-163, os serviços de transporte de passageiros poderiam ser assim sintetizados:

- linhas estaduais de transporte coletivo por ônibus, internas no Pará e Mato Grosso;
- linhas de transporte coletivo por ônibus interestaduais entre o Pará e Mato Grosso;
- linhas e combinações de linhas entre localidades do Pará e Mato Grosso para outros Estados, em especial RS, SC, PR, SP, ES, MA e PI;
- linhas e serviços regulares (regulamentados ou não) entre localidades ao longo do eixo da BR feitos com vans, caminhonetes D20 e microônibus;

- serviços para localidades, povoados, colônias, garimpos e ex-garimpos e comunidades fora do eixo da BR-163, feitos com caminhonetes D20, “caminhões adaptados” (pau-de-arara), motocicletas e “jericos”;
- serviços para localidades, povoados, colônias, garimpos e ex-garimpos e comunidades feitos com barcos, canoas e voadeiras em serviços frequentes e razoavelmente regulares;
- serviços entre cidades ao longo dos principais rios feitos com médias e grandes embarcações (100-150 passageiros);
- transporte aéreo.

Desnecessário e fora do escopo deste texto descrever todos os serviços existentes: cabe apenas trazer os elementos relevantes para o entendimento do fenômeno e apontar os possíveis impactos decorrentes das mudanças propostas.

Deslocamentos em transporte coletivo no Pará e Mato Grosso

Os serviços de ônibus intermunicipais dentro dos Estados do Pará e de Mato Grosso, que atendem as localidades ao longo da BR-163 – reproduzindo a ausência do poder público na área –, são inexpressivos: de um lado sofrem a concorrência das linhas interestaduais e, de outro, das linhas de transporte alternativo operadas por vans e caminhonetes D20. Entre Castelo dos Sonhos e Itaituba, foram encontradas apenas duas empresas de transporte intermunicipal por ônibus sob jurisdição do governo do Pará. Uma delas tem apenas oito veículos. As péssimas condições da estrada obrigam-nas a determinadas estratégias, como re-

tirar pára-choques e pára-lamas e levantar a suspensão dos veículos.

No lado mato-grossense, duas empresas foram assinaladas, uma delas de grande porte, a Real Norte, que também atua no transporte interestadual.

Como regra geral, no Pará os ônibus são muito ruins, sem ar condicionado, e a tarifa é semelhante à dos transportes alternativos. Em época de chuva, só eles permanecem nas estradas.

Linhas de transporte coletivo por ônibus interestaduais

No anuário da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres – 2001 não existe referência de linhas que passem pela BR-163 nas tabelas 4.1.16 – 02 DRF – Pará/Amapá e 11 DRF – Mato Grosso. A rigor, apenas na tabela 4.1.21 – Movimento de passageiros em linhas interestaduais operadas por decisão judicial-2000, é encontrada uma linha que passa pela BR-163, a linha Imperatriz, MA-Peixoto de Azevedo, MT. Constam 1.526 viagens de ônibus (cerca de duas por sentido, por dia) no ano, transportando pouco mais de 25.000 passageiros por sentido. Trata-se da área garimpeira do norte de Mato Grosso.

No site da ANTT, passando em Santarém consta apenas a linha 11-0753-20, Cuiabá, MT-Santarém, PA, convencional, sem sanitário, com uma viagem de ida às quintas-feiras, às 18 horas, e duas de volta, às segundas e quintas, às 20 horas, operada pela empresa Expresso Maringá Ltda.

Nas estações rodoviárias de Castelo dos Sonhos, Novo Progresso, Moraes de Almeida e Itaituba, e mesmo em lugarejos como Riozinho, entretanto, há passagens para quase todo o país, em especial para os Es-



Pouco ao norte de Novo Progresso, PA, o que fora uma movimentada pista de pouso de garimpo, em outubro de 2004, é uma das paradas de ônibus da BR-163.

FOTO: Romulo Orrico

Castelo dos Sonhos, 25 de outubro, 2004

Sr. Sérgio, dono da rodoviária local. Era construtor no Paraná, trabalhou em várias empresas, tais como Camargo Corrêa, em diversas obras no sul. É proprietário de uma cerâmica e desenvolveu um negócio variado, casas de aluguel e uma pequena fazenda:

Há um movimento de cerca de doze ônibus por dia, para cada lado. Todos são interestaduais, vão para Santarém, Itaituba e Altamira, e para Guarantã e Cuiabá. O movimento na BR só existe quando ela é trafegável (sem chuvas). Fora desse período, os ônibus não passam. As vans ficam algum tempo, mas depois não conseguem. Só as D20 tracionadas conseguem manter o serviço por um tempo maior. No mais das vezes, não passa nada.



De Castelo dos Sonhos para o mundo: a simplicidade local esconde a conectividade das localidades ao longo da rodovia. Rodoviária de Castelo dos Sonhos, Altamira, PA. Outubro de 2004.
foto: Romulo Orrico

tados do sul e até mesmo para o Peru. Três empresas fazem os serviços de longa distância e atendem às cidades e povoados da região: Satélite Norte, Real Norte e Medianeira.

A título de exemplo, listam-se as localidades atendidas a partir de Castelo dos Sonhos, distrito de Altamira, situado a mais de 1.000 km da sede e com cerca de 20.000 habitantes, pela Empresa Satélite.

Campo Grande-MS	Morais de Almeida-PA
Dourados-MS	Novo Progresso-PA
Naviraí-MS	Alta Floresta-MT
Marechal Rondon-PA	Guarantã do Norte-MT
Cascavel-PR	Peixoto de Azevedo-MT
Pato Branco-PR	Cuiabá-MT
São José do Cedro-SC	Goiânia-GO
São Miguel d'Oeste-SC	Gurupi-TO
Chapecó-SC	Guaraí-TO
Cruz Alta-RS	Araguaína-TO
Presidente Prudente-SP	Imperatriz-MA
Osvaldo Cruz-SP	Açailândia-MA
Tupã-SP	Santa Luzia-MA
Ribeirão Preto-SP	Santa Inês-MA
Americana-SP	Bacabal-MA
Campinas-SP	Peritoró-MA
São Paulo-SP	Caxias-MA
Santarém-PA	Teresina-PI
Itaituba-PA	

O mapa na página seguinte, com as localidades atendidas pela Medianeira, que tem sede no Paraná, ilustra bem as conexões dos habitantes lindeiros à BR-163. Além das cidades do sul do país, destaca-se a liga-

ção para Fortaleza e Teresina. Com esta última, embora mal localizada no mapa, há forte relacionamento, com base em tratamentos de saúde.

Ligações rodoviárias entre localidades ao longo e fora do eixo da BR-163

A falta de condições mínimas na infra-estrutura viária nesses tipos de ligação é patente. Embora seja alardeada a grande extensão de ramais madeireiros e rodovias vicinais na região – ressalte se, feitos para ser usados por caminhões e não por veículos de passeio ou caminhonetes –, assim como a grande distância que separa esses povoados, tais deslocamentos são, em geral, feitos com caminhonetes D20, “paus-de-arara”, motocicletas, “jericos” e, em alguns casos, microônibus. Serviços regulares, só no entorno de Itaituba, centro comercial com mais de 100.000 habitantes.

Destaca-se, em meio à grande informalidade dos transportes, a organização da Cooperativa Buburé, em Itaituba, criada em 1988. São 68 veículos, dos quais 25 microônibus e um ônibus convencional. Os restantes 42 são caminhonetes D20. Fazem linhas regulares, com autorização da Arcon – Agência Reguladora do Pará –, ligando Itaituba a Novo Progresso (está solicitando autorização até Castelo dos Sonhos), a Jacareacanga (BR 230) e a Marabá, com escala em Rurópolis. O serviço para Santarém está suspenso por causa das condições das estradas.

Os preços e distâncias revelam duas faces difíceis: o alto custo de operação e o alto custo para os usuários.

Com o tempo ruim como esse, uma viagem para Novo Progresso termina custando muito mais. Gasta 300 reais consertando e trocando peças, 100 reais



Parte de um folheto distribuído nas localidades ao longo da BR-163 por uma empresa de transporte coletivo interestadual, coletado em Castelo dos Sonhos, Altamira, PA. Outubro de 2004.

pagando a um “jerico” para desatolar e, ainda por cima, o diesel nesses lugares é mais caro do que em Itaituba, aqui temos um contrato com um posto, termina gastando de 400 a 450 reais. O prato-feito na estrada está a oito reais e de balsa tem de pagar 22 mais 26. O diesel não tem qualidade, tem água. Financiamento não tem. É tudo banco GM com taxa de 3,5% ao mês. (Juvenal Soares da Silva, presidente da Cooperativa Buburé, Itaituba, PA)

Alguns dados a partir de Itaituba		
DESTINO	DISTÂNCIA (KM)	PASSAGEM (R\$)
Novo Progresso	385	60
Marabá	1.050	130
Jacareacanga	400	80
Moraes de Almeida	300	50

Notar que, a linha de transporte alternativo liga Itaituba a Trairão e, a partir daí, atende a diversos ex-garimpos transformados em colônias: São Francisco, São Domingos, 64, 140, Tripurizinho e Tripurizão.

Ligações entre cidades ao longo dos principais rios
Deslocamentos pelos rios são usuais em toda a Amazônia. Principalmente no trecho paraense de Itaituba a Santarém. Entre as duas cidades, atendendo também a outras menores e povoados ao longo do rio, o serviço regular é feito por embarcações que comportam de 100 a 150 passageiros. Barcos menores, canoas e voadeiras, em serviços freqüentes e razoavelmente regulares – e também em serviços fretados – atendem localidades, povoados, colônias, garimpos, ex-garimpos e comunidades da região. Em princípio, algumas dessas ligações

vão sofrer forte concorrência com os serviços rodoviários a partir do asfaltamento da BR-163.

Transporte aéreo

O documento do Ministério dos Transportes (BRASIL, s/d.) registra apenas a presença da aviação regular, mas informações colhidas no local indicam que esse tipo de transporte é da maior magnitude. A cidade de Novo Progresso tem três agências de aviação, todas em atividade. Nelas se informa a existência de algo como duzentas pistas de pouso nos arredores, a cerca de uma hora de voo. Quase impossível averiguar a veracidade desse número. O assunto é importante, mas aqui cabe apenas o registro.

Em Itaituba há seis empresas de táxi aéreo. Em Moraes de Almeida, na localidade conhecida como Aruri, há uma pista de pouso desativada, construída pelo garimpo ao lado da rodovia.

PRINCIPAIS IMPACTOS

Talvez a mais importante característica da infra-estrutura de transporte seja justamente a mudança da acessibilidade que ela provoca em seu entorno ao ser implantada, expandida ou melhorada. É justamente essa diferença de acessibilidade que permite mudanças significativas no âmbito da realização de atividades sociais e econômicas em geral. Os impactos diretos da pavimentação são muitos e também de natureza variada.

Considerando apenas os aspectos tidos, ao menos à primeira vista, como principais, temos:

- Redução do custo e do tempo de viagem, trazendo conseqüências diretas a três setores:

- SETOR TRANSPORTES EM SI Modificações profundas no mercado de transporte de pessoas e de mercadorias, hoje atendido por transportadores individuais, cooperativados e empresariais da região, assim como modificações profundas no âmbito do trabalho em todas as modalidades hoje presentes na região.

- NO MERCADO DOS PRODUTOS LOCAIS E EXTERNOS Evidentemente, também no mundo do trabalho envolvendo a produção de bens e serviços. Face às características próprias, merecem tratamento em separado os segmentos de extração de madeira, de minérios e o garimpo.

- NA VALORIZAÇÃO FUNDIÁRIA Face à peculiaridade e grande importância do tema, este setor merece tratamento diferenciado.

- Mudanças nos sítios de importância histórica, cultural, social e ambiental, que devem se processar tanto de imediato, nos momentos de execução das obras, quanto depois, especialmente em decorrência do uso da rodovia.

Tendo em conta o quadro anterior e as limitações quanto a informações e dados disponíveis, é apresentado a seguir um breve ensaio sobre os possíveis impactos nos elementos citados.

Redução dos custos e dos tempos de viagem

Espera-se, por decorrência do asfaltamento da rodovia, significativa redução dos custos e dos tempos de viagem em todos os modos rodoviários. Dado que o transporte é um serviço, e como tal a produção e o

Talvez a mais importante característica da infra-estrutura de transporte seja justamente a mudança da acessibilidade que ela provoca em seu entorno ao ser implantada, expandida ou melhorada.



BR-163, próximo à divisa entre Trairão e Itaituba, PA. Outubro de 2004.

FOTO: Maurício Torres

consumo ocorrem simultaneamente, cabe examinar como poderão se processar tais reduções relativamente a esses dois lados:

Do lado da oferta de serviços de transportes:

- no nível operacional direto: maior eficiência por gastar menos insumos, em geral para alcançar a mesma quantidade de produção;
- na redução dos preços dos insumos: sobretudo os provenientes de fora da região;
- decorrente do aumento na quantidade a ser transportada: possibilita economia de escala e de escopo, resultando em custos mais baixos;
- decorrente da possibilidade de inovações tecnológicas: novos tipos de veículos e de gestão de frota poderão ser introduzidos, reduzindo o custo de transportes, sobretudo para as commodities que farão uso intensivo desses serviços.

Do lado do consumo de serviços de transportes:

- decorrente do aumento da demanda: possibilitando o atendimento mais eficiente (por exemplo, maior quantidade de passageiros atendidos pelo mesmo guichê na rodoviária);
- decorrente do aumento da frequência: com perspectiva de aumento de regularidade implicando redução do tempo de espera (ou, mais importante para o caso, na drástica redução da incerteza quanto à viagem em si), no caso de transporte de pessoas e, no caso de mercadorias, redução de necessidade de estoque.

Em síntese, a expectativa com relação à redução

do custo de transportes é grande e deverá ter desdobramentos como:

- uma parcela da redução atingirá todos os usuários diretos e indiretos da via, e se processará em cascata sobre outros setores sociais e econômicos;
- uma parcela dessa redução, entretanto, poderá ser apropriada por segmentos mais bem estruturados que consigam mais captação de mercado, mormente aqueles que detiverem controle sobre alguns segmentos da cadeia produtiva;
- por outro lado, alguns segmentos poderão ser prejudicados pelo asfaltamento e ter sua parcela de mercado fortemente reduzida, e até eliminada; neste grupo se destacam os transportadores fluviais e os rodoviários autônomos de passageiros e de carga atuantes no Pará – coincidentemente, aqueles que hoje mantêm a conexão da rede local, por mais fraca que seja.

No setor de transportes de mercadorias

Como descrito anteriormente, o setor local de transportes é um mercado variado, geograficamente disperso, com fortes características de produção artesanal, hoje atendido por transportadores individuais, cooperativados e empresas da região.

As informações disponíveis são pouco precisas, mas, ainda assim, apontam que a redução do custo e do tempo de transportes deverá implicar importantes e profundas mudanças no próprio mercado de transportes, seja de pessoas, seja de mercadorias. Importantes mudanças também podem ocorrer no mundo do trabalho em todas as modalidades hoje presentes na região, sobretudo pelo fato de grande parcela desses

serviços ser feita por produtores artesanais. Mesmo no Estado de Mato Grosso é significativa a presença de autônomos, a serviço do transporte de pessoas.

No trecho paraense, essa predominância é quase total. Desde o transporte ribeirinho, passando pelo rodoviário de passageiros, de frete de pequeno volume e até do transporte de mercadorias industriais, as relações de produção ou são artesanais ou muito próximas disso.

A interferência será de grande magnitude e, em princípio, deveria ser precedida de conhecimento mais detalhado do setor transporte local. Saber, por exemplo, quais são as estruturas de mercado predominantes para os diversos segmentos. Que falhas possuem? Como garantir a sua eficácia? Como garantir equidade e inclusão social? Qual o papel do Estado e quais seus instrumentos? Qual roupagem jurídica assumir?

Embora as informações sejam muito fragmentadas, cabe aqui uma reflexão sobre as mudanças que podem vir a ocorrer. Face às características próprias, serão tratados em separado os segmentos de extração de madeira, de minérios e o garimpo, estes dois últimos fora do escopo do presente texto. Essas considerações devem ser tomadas com prudência, tanto pela pouca solidez das informações básicas quanto pela incerteza das variáveis consideradas.

Soja e outros produtos da região (algodão, milho, fertilizantes etc.)

Em princípio, o transporte desses produtos deverá se manter sob dominância das grandes empresas transportadoras. A pavimentação, para o caso, é só mais um elemento da cadeia logística tratado junto com diversos outros. Contratos de longo prazo lhes dão estabilidade.

As variáveis mais importantes que poderiam afetar esse mercado transportador estão fora do espectro de investimentos da rodovia e de análise neste texto. Referem-se à construção de outras alternativas logísticas de envergadura, como a melhoria das condições ferroviárias e de valor do frete para exportação por Santos e Paranaguá ou a construção de hidrovias concorrentes.

A expectativa para esses transportadores é de crescimento, com a conquista de novos mercados na área a partir dos elementos das estruturas logísticas que deverão construir ao longo da rodovia em vista dos contratos já existentes.

Produtos de Manaus

Tendo em conta o projeto logístico da BR-163, ligado à soja e a outras *commodities*, a redução do custo de transporte tem um significado especial, pois não se refere simplesmente à diferença de custo de uso dessa rodovia em diferentes situações de pavimento, mas a de uma nova alternativa de escoamento da produção frente à existente para os centros de consumo e portos do Sudeste.

Fora da área de influência direta da BR-163, encontra-se o Pólo Industrial de Manaus, que tem custos de transporte e armazenagem elevados, devido ao abastecimento e escoamento de sua produção ser por uma rota fluvial, via Belém, PA, e daí por rodovias até os centros consumidores do Sudeste. A Zona Franca poderá ser diretamente beneficiada com a pavimentação da BR-163 e o deslocamento de suas cargas para uma rota de menores custos. (BRASIL, s/d.)

A longo prazo também é preciso considerar a anunciada perspectiva de “agravo de custos logísticos para o escoamento de grãos para os portos de Santos, SP, e Paranaguá, PR”. (BRASIL, s/d.)

As mudanças que podem ocorrer na estrutura de mercado do setor de transportes de produtos de Manaus para o Sul-Sudeste também merecem estudos mais detalhados. As variáveis significativas, como no caso da soja, são maiores e por vezes inseridas em um contexto mais amplo da economia. Esse mercado tem importantes elementos de competição, como a rota fluvial anteriormente citada, a hipótese de melhoria na rodovia Belém-Brasília e mesmo o transporte aéreo, que se faz quando o mercado consumidor paulista está aquecido e os estoques em baixa.

Madeira em toras e em tábuas

Aparentemente, o transporte de madeira é bem diferente do transporte de soja, predominando transportadores autônomos pouco organizados em termos empresariais. Ainda assim, em Moraes de Almeida há uma “cooperativa de frete” (Cooperativa São Cristóvão) com instalações bem modestas e que, de certa forma, facilita a busca de frete para os transportadores. São cerca de 250 madeireiras operando na região. Em todo caso, é patente a diferença de poder de negociação entre as serrarias e os transportadores autônomos.

O asfaltamento do grande eixo rodoviário com a conseqüente redução dos custos de transportes deverá, ao menos inicialmente, criar forte pressão para a expansão da extração de madeira. As pressões relativas à mudanças nesse mercado de transporte podem vir de duas fontes principais. De um lado, o asfaltamento possibilita que novos transportadores disputem esse

No trecho paraense, desde o transporte ribeirinho, passando pelo rodoviário de passageiros, de frete de pequeno volume e até do transporte de mercadorias industriais, as relações de produção ou são artesanais ou muito próximas disso.

mercado, em especial os que não conseguiram se incluir no mercado de transportes de soja e correlatos; além disso, pode vir a interessar aos próprios transportadores de soja, sobretudo se em articulação com os *traders* da área.

Institucionalmente, o asfaltamento, espera-se, deverá possibilitar maior presença do poder público – Estado e União – e as ações para coibir a extração ilegal de madeira podem implicar mudanças significativas no mercado transportador em si.

Derivados de petróleo

A estrutura econômica do mercado transportador de petróleo e derivados responde às duas diferentes estruturas de aprovisionamento desses produtos na região. Novamente, o asfaltamento do trecho paraense, à primeira vista, deverá possibilitar que as empresas atuantes no trecho mato-grossense, onde predominam as grandes distribuidoras, também tenham condições de expandir seu mercado. As pequenas do trecho paraense, de âmbito local, deverão forçosamente desenvolver novos mecanismos e estratégias de sobrevivência.

Ressalte-se a importância que terá a cronologia do asfaltamento para os atacadistas em geral, e no caso em questão os distribuidores de derivados de petróleo situados nos extremos dos trechos em terra da rodovia: de Guarantã do Norte e Sinop e de Itaituba e Santarém. O trecho por onde começar o asfaltamento (sul ou norte) disporá inicialmente de importante diferencial competitivo de acesso aos mercados ao longo da rodovia; e de possibilidades de melhor e maior presença de seus produtos e serviços nesses mercados.

Os impactos acima também devem ser sentidos

pelos transportadores independentes, usualmente contratados pelos distribuidores.

Transportadores de produtos em geral

Nesse variado mercado de transporte de produtos locais e externos à região, nos mercados desses produtos em si e, evidentemente, no mundo do trabalho envolvendo a produção de bens e serviços, a expectativa é muito variada.

Embora sempre possa estar presente a diretriz econômica de que a redução nos custos de acesso aos produtos de fora resulta em mais baixos preços para a população, e, em sentido inverso, forte pressão sobre produtos substitutos locais, deve implicar redução da participação destes no mercado. É preciso reconhecer que tais previsões são algo simplistas. As condições são muito diferentes para cada área da região e para diferentes produtos; além disso, as relações nem sempre seguem as simplificadas diretrizes de análise.

Nesse sentido, nem sempre é possível pressupor que, em razão de uma expectativa de expansão do mercado das empresas do Sul e Sudeste, as transportadoras associadas a elas também teriam seu mercado expandido.

Estudos mais detalhados que busquem conhecer a cadeia produtiva dos principais produtos locais seriam imprescindíveis como subsídios a políticas públicas, em especial as voltadas para o desenvolvimento local integrado.

No setor de transportes de pessoas

Com o asfaltamento, é esperada nesse setor uma redução geral de custos com reflexos nas tarifas e nas “posições” relativas de mercado de seus participan-



Um dos portos de embarque de passageiros em Santarém, PA.

FOTO: Maurício Torres

A melhoria da BR deverá se traduzir na modificação do preço da terra e isso, por sua vez, poderá trazer importantes mudanças na produção e no consumo de bens a ela associados.

tes, com importantes conseqüências de caráter social e econômico. Como dito anteriormente, o mercado de transporte rodoviário de passageiros na região, em especial para o trecho paraense, é variado, complexo e está intimamente ligado ao modo local de produção.

A redução dos custos e a melhoria das condições de transportes em geral são, sem dúvida, as maiores expectativas dos habitantes da região. Entretanto, o que está em jogo tem um significado muito maior: uma virtual abertura do mercado dos sistemas locais para novos operadores, tecnológica e economicamente mais potentes, resultante da quebra da barreira representada pelas condições viárias adversas, *vis-à-vis* às estratégias de sobrevivência de uma parcela da população que hoje baseia no sistema de transportes o seu meio de vida. Essa parcela é representada pelas pequenas empresas locais de ônibus, por proprietários e operadores de caminhonetes D20, de microônibus, de vans, de “caminhões adaptados”, de motocicletas e, no transporte fluvial, por embarcações grandes e médias, barcos menores, canoas e voadeiras; em serviços frequentes, razoavelmente regulares e fretados, atendem localidades, povoados, colônias, garimpos, ex-garimpos e comunidades da região.

Em Itaituba dizem que as empresas estão solicitando registro de linhas, mesmo sabendo que no momento não há condições de tráfego, com o objetivo único de guardar mercado, na expectativa do asfaltamento da BR-163.

Espera-se uma redução da tarifa atual para cerca de 70%, talvez menos. Uma importante expectativa dos operadores locais é a concorrência das empresas de ônibus: acreditam que “as empresas vão en-

trar com força, com ônibus novos e ar condicionado, a gente espera ficar com pelo menos metade do mercado”.

A mudança também deverá atingir mais o transporte fluvial, que por sua vez é econômica, tecnológica e socialmente mais fragilizado.

Alguns problemas seguramente vão se agravar, ou mesmo surgir, dado que os trabalhadores poderão perder parcela significativa do transporte fluvial e, evidentemente, os empregos.

Como já foi dito, entre Itaituba e Santarém há treze barcos autorizados que se revezam, oferecendo uma viagem por dia por sentido. A tarifa é 45 reais. Se um segundo barco também oferece serviço, rompendo o acordo, outros encostam e baixam a tarifa para 15 reais de modo a pressionar o cumprimento do acordo.

A ausência de política pública no sentido de garantir a sustentabilidade das famílias aí envolvidas se traduz em sérios problemas, pois a significativa parcela de mercado que deverão perder será possivelmente a mais rentável, restando-lhes os trechos de leito em terra, íngremes e de demanda incerta. Uma política específica para esse segmento é, portanto, fundamental.

Em outro plano, e resultante da citada “abertura de mercado”, é previsível que haja interesse de empresas de transporte rodoviário estadual, do Pará e mesmo de Mato Grosso, em operar na região, entrando em confronto com o interesse das interestaduais hoje dominantes.

Valorização fundiária

No ambiente da BR-163, o principal insumo à produção é, sem dúvida, a terra. A melhoria da BR deverá se

traduzir na modificação do preço da terra e isso, por sua vez, poderá trazer importantes mudanças na produção e no consumo de bens a ela associados, com destaque para a madeira em toras e em tábuas, e reflexos posteriores nos outros produtos ligados à agricultura e pecuária.

Os preços de terra são muito variados. Informações dispersas – e sem rigidez estatística – indicam algo como 1.500 reais por alqueire (24.000 m²) em regiões do Pará, entre Castelo dos Sonhos e Novo Progresso, área ondulada, pouco propícia à mecanização da lavoura. Os locais mais afastados da BR são mais baratos, e mais caros para os terrenos planos, já que, em princípio, haveria a expectativa de usá-los na plantação de soja etc. Naturalmente, o preço depende do tamanho da área e do tipo de madeira ainda existente.

Informação direta dada por um “proprietário” com dois terrenos à venda: um com área de 144 alqueires, a cerca de 3 km da BR, já sem cedro, cujo preço é de 600 reais por alqueire. O outro terreno, um pouco menor (100 alqueires), mas que ainda tem cedro, está sendo oferecido por 1.000 reais o alqueire. Informou ele ainda que a extração do cedro deste último pode ser vendida por 40.000 reais. Alega que o preço está baixo porque ele precisa vender com certa urgência.

Expectativa também de importante valorização com relação às terras já cultivadas com soja *et alii* no Mato Grosso, em razão da esperada redução do custo de transporte desses produtos para exportação pelo Norte, bem como da redução do custo de transporte dos insumos (ao menos fertilizantes), impactando por sua vez a própria redução do custo de produção de tais produtos.



*Rio Apurimac, Bta. Desembro de 2004.
FOTO: Mauricio Torres*

A expectativa de valorização da terra é traduzida em geral por uma frase quase uníssona: “Pelo menos o dobro!”

Dois extratos do texto de Bertha Becker sobre a *Área de Influência da BR-163* ilustram o potencial de valorização decorrente da pavimentação:

Na área paraense da BR-163, que se estende da divisa de Mato Grosso até as proximidades de Itaituba, predominam pecuaristas com estabelecimentos médios (2.000 ha) localizados no eixo da estrada, e é muito pequeno o número de projetos de assentamentos. Caracteriza-se, ela hoje, pela forte expansão da grilagem de terras públicas acompanhadas por estradas madeireiras e desflorestamento nas áreas situadas para além do eixo rodoviário, e por violentos conflitos de terra. [...] O comando da área é realizado pelos fazendeiros e madeireiros sediados em Novo Progresso e Castelo dos Sonhos, e por madeireiras localizadas em Morais de Almeida.

[...]

Situada na divisa de Mato Grosso com Pará, em área de transição ecológica entre o cerrado e a floresta já bastante devastada, essa área é também herdeira do processo de colonização privada característica de Mato Grosso, mas da colonização realizada por empresas menos poderosas que as do centro do Estado, que não conseguiram assegurar aos colonos os títulos de suas terras, nem a extensão do asfaltamento até essa área.

[...]

Em termos de sua economia, a área apresenta uma dinâmica baseada na produção familiar de produtos agrícolas e na pecuária. Arroz e milho são os culti-

vos com maior área plantada, quantidade produzida e produtividade. A soja, presente na área, é cultivada em menor escala e é mais expressiva nos municípios mais próximos da faixa da rodovia. Os estabelecimentos apresentam um percentual variável de áreas de pastagens plantadas, mas os percentuais de 20% até 36% são os dominantes, revelando a importância assumida pela pecuária nessa subárea em que o rebanho bovino apresenta um número expressivo de cabeças.

É significativa a presença de estradas estaduais não asfaltadas, assim como a BR, o que prejudica muito a comercialização, razão pela qual a pavimentação é fundamental. (BECKER, s/d.,₁)

Entender de como se processará a apropriação dessa valorização é complexo e depende de um vasto conjunto de variáveis. Em princípio, deverá ser feito pelos “proprietários”, elevando o valor das terras, como resultado de melhor acessibilidade. É preciso considerar que, num cenário de pavimentação da BR e de ausência de ação do Estado na área para, dentre outras coisas, coibir a grilagem de terras públicas, é de esperar a incorporação de um grande contingente de terras ao “mercado” atual, com reflexos no seu preço.

Um importante cálculo é obrigatório:

- Em quanto se estima a valorização fundiária decorrente da pavimentação da rodovia?
- Como tal valorização se processará em termos geográficos e sociais, ao longo da via e do seu entorno?

Outras questões daí naturalmente decorrem:

- Qual o significado dessa valorização perante o valor estimado para o investimento na melhoria da rodovia?
- Quem se apropriará de tais ganhos? Que categorias sociais ganharão?
- Seria plausível utilizar uma parcela desses ganhos para pagar uma parte dos investimentos públicos, em especial o de melhoria da rodovia? Que significado político isso poderia ter?
- Teria o poder público como capturar uma parcela de tal benefício? Que mecanismo jurídico seria necessário para isso?
- Seria o pedágio suficiente e adequado para capturar tal valorização? O ITR – imposto territorial rural – teria potencial de uso para esse fim?

Sítios de importância histórica, cultural, social e ambiental na área da BR-163

São muitos os sítios de importância histórica, cultural, social e ambiental situados nas proximidades e às margens da BR-163. Isso vai exigir muito cuidado em todas as fases do projeto BR-163 Sustentável, tanto em relação ao planejamento, projeto, construção e operação, quanto, especialmente, em relação aos aspectos sociais, econômicos e culturais ligados ao uso da rodovia.

Embora a implantação física da rodovia já tenha ocorrido há trinta anos, no projeto de pavimentação, tanto no traçado final da via quanto no próprio processo construtivo a ser utilizado, haverá necessidade de ajustes do traçado, de terceiras faixas, de retificações, de rebaixamento de greides etc., ao menos para absorver o grande volume de caminhões, carretas e b-trens esperados: não se trata de simples lançamento de camada asfáltica sobre terraplenagem já pronta.

- Nascentes de rios – O traçado da BR foi claramente estabelecido próximo à linha divisora de águas das bacias dos rios Tapajós e Xingu. A simples observação em mapa é suficiente para destacar que, dirigindo-se em sentido sul-norte, ao lado direito se encontram nascentes de afluentes do Xingu e ao esquerdo do rio Tapajós. Em direção norte, a partir de Castelo dos Sonhos, o traçado se afasta um pouco dessa linha e corre de certa forma paralelo ao rio Jamanxim, sem contudo cruzá-lo. É possível que a idéia do projetista teria sido reduzir a quantidade de pontes e similares necessárias e, talvez, se afastar das terras indígenas que margeiam a rodovia.
- Terras indígenas – Não esquecer que as plantas utilizadas para construir os arcos para caça, se extintas, resultarão em perda de possibilidade de sobrevivência.
- Unidades de conservação ambiental – Há grandes áreas de proteção integral e de uso sustentável.
- Cemitérios – São mundialmente considerados terrenos sagrados. Há grande quantidade de cemitérios nas margens da rodovia, alguns muito próximos do leito carroçável.
- Cachoeiras, cascatas e corredeiras.
- Bosques de palmeiras e cocais – Existem em grande quantidade nas proximidades da estrada, e muitos deles, principalmente bosques de buri-tizais, são efetivamente cortados por ela. Sem mencionar o aspecto ecológico, o assunto remete aos famosos bambuzais, de grande importância turística na China.
- Complexos habitats da flora e fauna amazôni-

cas – Têm importância e valor histórico, mas também comercial imediato ou futuro, valor este de alto significado, seja pelo simples estoque físico das plantas, seja pelo ecossistema ambiental único ali existente e nem sempre reproduzível, ou, ainda, pelo capital social representado pelo conhecimento desenvolvido e acumulado pelos habitantes locais a respeito dessas plantas. Destaque-se que existe acirrada discussão relativa à propriedade e ao valor desses conhecimentos e em especial à perda desse valor pelas pessoas que os dominam.

O impacto da pavimentação da rodovia BR-163 sobre esses elementos (componentes do patrimônio cultural e histórico) não pode ser considerado pequeno, e muito menos irrelevante.

CONCLUSÃO: O CANTO DA ESTRADA

*Guarde sempre na lembrança que esta estrada não é sua
Sua vista pouco alcança, mas a terra continua
Segue em frente, violeiro, que eu lhe dou a garantia
De que alguém passou primeiro na procura da alegria
Pois quem anda noite e dia sempre encontra um companheiro*
(Sidney Miller, “A estrada e o violeiro”)

Hoje perdem todos. Perdem os que desejam uma floresta intocável e intocada, pela voracidade do desmatamento. Perdem os que desejam explorá-la à exaustão, pelo desperdício desse próprio desmatamento. Perdem os que desejam um desenvolvimento equilibrado com o meio-ambiente, pelo desequilíbrio do processo. E, sobretudo, perdem os povos da região, se-

jam indígenas, caboclos, gaúchos, maranhenses, migrantes, colonos, de pouco ou de muito tempo. Perdem os brasileiros que por ali moram, e perdem os brasileiros que nem mesmo ali moram.

Entre a estrada e seus passantes há um diálogo que nunca parou de existir. O diálogo dos que aprendem com a carência, dos que sofrem com a falta e não perdem a esperança. Um diálogo nunca escutado pelos surdos monólogos que há anos, há séculos, cantam soluções definitivas e salvadoras.

*Se esse rumo assim foi feito, sem aprumo e sem destino
Saio fora desse leito, desafio e desafino
Mudo a sorte do meu canto, mudo o norte dessa estrada
Em meu povo não há santo, não há força, não há forte
Não há morte, não há nada que me faça sofrer tanto.*

*Vai, violeiro, me leva pra outro lugar
Eu também quero um dia poder levar
Toda gente que virá
Caminhando, procurando
Na certeza de encontrar.*
(Sidney Miller, “A estrada e o violeiro”)

Asfaltar ou não asfaltar, não é mais a questão. Talvez nunca tenha sido! Hoje é o ponto de mutação. A oportunidade de um novo diálogo, um diálogo inclusivo que reconheça, sobretudo, o povo inteiro que vai na frente.

BIBLIOGRAFIA

- ARAGÃO, Joaquim; ORRICO, Romulo;
BRASILEIRO, Anísio; SANTOS, Enilson.
Transportes e Economia: uma introdução.
Rio de Janeiro: Reser, 1998.
- BECKER, Bertha K. *Plano de desenvolvimento
sustentável da rodovia Cuiabá-Santarém
(BR-163)*. Parte 2: Área de influência. Bra-
sília, s/d.₁.
- BECKER, Bertha K. *BR-163 – Infraestrutura* (4
mapas de armazenagem). Brasília, s/d.₂.
- BRASIL. Ministério dos Transportes. *BR-163
Sustentável: diagnóstico de infra-estrutu-
ra*. Brasília, s/d.
- EBERTS, R. W.; MCMILLEN, D. P. “Agglomera-
tion economies and urban public infras-
tructure”. In: CHESHIRE, Paul; MILLS,
Edwin. *Handbook of Regional and Urban
Economics*. Amsterdam: North Holland;
Elsevier Science, 1999. v. 3: Applied Ur-
ban Economics.
- CHAPOUTOT, J. J.; GAGNEUR, J. *Caratères Éco-
nomiques des Transports Urbains*. Gre-
noble, França: UER Urbanisation-Amé-
nagement, 1973.

Infra-estrutura de transportes e desenvolvimento

ROMULO ORRICO E
JOAQUIM ARAGÃO

Elementos para um modelo de gestão e mobilização da BR-163

As condições socioeconômicas brasileiras, premidas pelas desigualdades sociais e escassez de verbas, exigem da administração pública máxima eficiência no uso dos recursos e aproveitamento das oportunidades disponíveis. Assim, os investimentos na melhoria de uma rodovia com a magnitude que terá a BR-163 demandam da União estratégias específicas para produzir sinergias sociais, econômicas e financeiras entre a via e seu entorno social, econômico e ambiental de modo a acelerar os retornos sociais e difusos do projeto.

Nesse sentido, e sob uma perspectiva brasileira e regional, o objetivo central deste documento é elaborar uma reflexão sobre as inter-relações entre a concepção de um projeto de infra-estrutura de transportes de tal envergadura, seus mecanismos de financiamento e os objetivos maiores da sociedade em termos de desenvolvimento ambientalmente sustentável e contribuir para a formulação de um modelo de gestão e mobilização do Plano BR-163 Sustentável.

O texto parte de uma reflexão sobre a rodovia como articuladora do desenvolvimento e segue com um exame dos requisitos e componentes de um possível modelo de financiamento para o plano de desenvolvimento regional. Trata posteriormente dos componentes e requisitos básicos de um possível modelo de gestão, sintetizados na concepção de um projeto para a rodovia integrada ao desenvolvimento de sua área de influência; na adoção de um modelo sustentável de financiamento que inclua o largo espectro de benefícios, beneficiados e também das externalidades negativas provocadas pelo projeto; e conclui com um exame das potencialidades de uma entidade promotora participativa, gestora de um capital virtual representado pelo empreendimento.

Tal entidade poderá se constituir no elemento-chave para enfrentamento do conjunto de problemas associados à ocupação de terras públicas e à necessidade de solução positiva para a matéria.

A RODOVIA COMO ARTICULADORA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na maioria dos projetos desse tipo, a estratégia usualmente utilizada tem se mostrado insuficiente para garantir e acelerar os almejados retornos sociais. Via de regra, cabe ao poder público a tarefa de investir em determinada infra-estrutura e, dentro dos processos usuais da economia, aguardar que capitais privados reconheçam a viabilidade do projeto e também invistam.

Normalmente, tais investimentos, ao menos no montante originalmente apregoado, ou não se concretizam ou se materializam muito mais tarde do previsto, fazendo com que muitos benefícios ou se percam

ou sejam apropriados inadequadamente. Uma das possíveis razões para tal é que os processos financeiros, bem como os decisórios, são desarticulados entre si e também dos reais interesses dos setores sociais e econômicos atingidos pela infra-estrutura. Não são poucos os exemplos de rodovias, ferrovias, hidrovias e portos construídos com recursos públicos visando possibilitar investimentos privados nos mais diversos setores (industriais, agrícolas, minerais, energéticos etc.) em que esses investimentos de fato não aconteceram, provocando ociosidade da infra-estrutura e desperdício.

Há necessidade, portanto, de adequar o conceito de rodovia hoje em uso no Brasil às exigências de desenvolvimento sustentável, o que significa mudanças importantes referentes à natureza da concessão, e aos modelos de financiamento e de gestão.

A lógica adotada pela administração pública deverá ultrapassar a concepção tradicional de concessão como um negócio, uma simples busca de equilíbrio econômico-financeiro do investimento e a garantia da taxa interna de retorno, a lógica funcional deverá ser a de produzir sinergias sociais, econômicas e financeiras entre a via e seu entorno social, econômico e ambiental, de modo a:

- gerar e atender demanda por transporte;
- ressarcir os custos de construção;
- cobrir os custos operacionais;
- compensar externalidades negativas;
- ativar a economia geral da área servida.

É necessário que os elementos centrais do projeto de infra-estrutura estejam articulados e orientados para trabalhar em harmonia. A busca por otimizar o

uso dos escassos recursos públicos deixa claro que não basta dispor de bom projeto técnico e estimar os benefícios que ele iria gerar: é indispensável que o modelo de financiamento seja capaz de induzir a obtenção dos benefícios e de canalizar, ao menos, uma parcela de tais benefícios para o pagamento dos recursos desembolsados, sob pena de não viabilizar o investimento. Um segundo aspecto será, evidentemente, a natureza e a fonte dos recursos desembolsados, bem como a forma de coleta e canalização da parcela de benefício, seja ele de uma instituição privada (bancos, fundos etc.) ou pública.

No mesmo sentido, a canalização de parcela dos benefícios auferidos para o pagamento dos custos de implantação não é uma simples decisão administrativa, isenta de pressões e neutra quanto aos impactos. Ela se traduz efetivamente em captura de uma parte da estimativa de valor dos benefícios gerados e auferidos por diferentes categorias sociais, assim como dos prejuízos provocados, reais ou potenciais, presentes e futuros, muitos deles de difícil mensuração. Sua efetivação depende, portanto, da possibilidade de entendimento entre as partes envolvidas e de negociação social sobre a matéria. Do contrário, as dificuldades e os custos serão bem maiores, podendo até inviabilizar o projeto.

Assim, tendo em conta a aceleração dos retornos sociais e, em grau ainda mais sensível, a busca de sustentação técnica, econômico-financeira e política do projeto, é imprescindível que seus três elementos centrais estejam institucionalmente articulados:

- o projeto da rodovia, socialmente discutido e integrado ao desenvolvimento econômico e social do território;

- o financiamento, estruturado com base não apenas nas fontes de crédito, mas nos benefícios auferidos e potencializados;
- a gestão participativa de todas as atividades componentes do conjunto integrado de políticas públicas na área do projeto e não apenas com relação à implantação da infra-estrutura viária em si.

A articulação necessária deve envolver interesses sociais, políticos e econômicos da área em torno do projeto, reduzindo os riscos políticos e possibilitando ganhos de eficiência e eficácia.

O conceito a ser utilizado é uma adaptação do conceito de investimentos integrados em infra-estrutura e empreendimentos, ou simplesmente 3IE. Este último, inicialmente nomeado “projeto-empreendimento”, foi cunhado pelos membros do RESET⁴, com vistas a um modelo de financiamento de infra-estrutura e operação de transporte urbano de média e alta capacidade, em um estudo encomendado pelo BNDES. Ele reúne dois outros conceitos: transporte-empreendimento e agência de desenvolvimento transporte uso do solo, este rebatizado de EPP – entidade promotora participativa.

O conceito de transporte-empreendimento envolve, de modo ampliado, os diversos setores públicos e privados em grandes projetos de desenvolvimento do espaço urbano onde os investimentos em transportes se tornem necessários.

Ele deriva do conceito de captura de valor (*value capture*) ou de benefício decorrente da implantação, de expansão ou de melhoria de infra-estrutura de transporte, e tem longa história nas finanças públicas. A

palavra “valor” ou benefício provido a um consumidor ou proprietário como resultado de investimento público realizado nas adjacências ou vizinhança de uma propriedade e a palavra “captura” refletindo a idéia de o governo (ou sociedade) local receber de volta uma parcela do valor adicionado, para ajudar na cobertura dos custos desse investimento.

Visto sob uma ótica mais ampla, o conceito de transporte-emprego põe em relevo projetos de transporte conjugados a investimentos de risco, que proporcionem desenvolvimento das cidades e melhoria da qualidade de vida da população. Esses investimentos associados deverão trazer para o empreendimento receitas adicionais em setores diversificados, de forma a viabilizar o financiamento do projeto de transporte.

Também foi desenvolvido o conceito de agência de desenvolvimento transporte-uso do solo, que, de um lado, enfoca a inter-relação entre a infra-estrutura viária e a valorização comercial e fundiária, e a importância dessas implantações para o desenvolvimento econômico e social da região ou área urbana; de outro lado, baseia-se na participação de diversos setores da sociedade, tendo como objetivo a gestão dos recursos fiscais destinados a transporte. (ORRICO FILHO et al., 1999)

Nesse sentido, o modelo elaborado contempla aspectos referidos ao encaminhamento de soluções para o problema central de provisão de infra-estruturas, levando em conta não apenas o transporte em si, mas integrando as dimensões urbanística, ambiental, tecnológico-industrial e econômico-financeira.

Tratava-se de reunir dois focos: a realidade brasi-

leira, sua diversidade de experiências, sua prática e contexto socioeconômico; e o próprio desenvolvimento dos dois conceitos acima enunciados – TE (transporte-emprego) e EPP (entidade promotora participativa).

As carências brasileiras no tocante à infra-estrutura de transporte não se restringem ao ambiente urbano. No contexto de transporte regional de passageiros e de mercadorias, a diversidade de situações no Brasil é muito grande, em especial na Amazônia, território de inserção da rodovia BR-163: em que pese sua importância, sua (ainda) existente infra-estrutura viária, destaca-se a quase nula oferta de serviços, caracterizando também uma subutilização dos recursos e das vantagens competitivas de que dispõe o Brasil nesse setor.

CONSTRUINDO UM POSSÍVEL MODELO DE GESTÃO E MOBILIZAÇÃO

Estabelecemos aqui os elementos centrais de um possível modelo de gestão e mobilização específico para o Projeto BR-163 Sustentável a partir de uma leitura crítica do modelo de financiamento 3IE, tendo em conta as peculiaridades do projeto (como o fato de o modelo ter sido originalmente desenvolvido para ambiente urbano/metropolitano). Isso conduz à relativização de alguns resultados e proposições, estes, por sua vez, à necessidade de introdução de novos elementos e a estudos complementares, compreensivelmente fora do escopo deste documento.

Determinadas variáveis cruciais do modelo original perdem ou ganham posição relativa. Primeiramente, no ambiente regional, a valorização imobiliária

ria adquire outra dimensão: espera-se uma valorização fundiária sem a valorização correspondente dos imóveis construídos. Em segundo lugar, o desenvolvimento regional e industrial e de determinados tipos de serviços, como o turismo, ganha maior importância.

No tocante à estrutura industrial, o setor primário (extrativista e agrícola) e o agroindustrial assumem papel preponderante; e a estrutura institucional, ao envolver diversos municípios e o governo estadual, assim como uma composição diferente de atores da sociedade civil, será diferente.

Especialmente proeminentes, as questões ambientais e culturais, traço marcante da Amazônia, exigirão tratamento integrado – somente alcançável com equipe multidisciplinar.

Assim, um possível modelo para o ambiente regional terá de acentuar um determinado conjunto de elementos dedicados ao desenvolvimento agroindustrial, ao setor extrativista (por exemplo, madeireiro, fármaco-medicinal, mineral), e ao tipo peculiar de turismo (ecológico, científico, de lazer, aquaturismo, entre outros). O mercado imobiliário (no caso específico, o fundiário) deverá ter importante papel em razão da realidade concreta das terras públicas, ocupadas ou não.

Tendo em conta a realidade local, o modelo deverá contemplar os fatores relativos ao meio ambiente, com destaque aos sítios de importância histórica, cultural, social e ambiental na área da BR-163. Ressalta-se, desde já, a expectativa de que as externalidades negativas associadas aos elementos acima sejam muito altas, ensejando não apenas um cuidado maior no projeto, mas também a provisão de recursos para prevenção, mitigação e compensação. Nesse domínio, há

necessidade de pensar e elaborar respostas às seguintes questões:

- Como transformar a proteção ao meio ambiente e os correspondentes investimentos em poupança de mercado, em vez de poupança fiscal (impostos, taxas etc.)?
- Como tornar a preservação lucrativa?
- Como compatibilizar os anseios do agronegócio com a preservação ambiental, fazendo com que esta, por si só, se transforme em um negócio? Lazer, aquaturismo e pesquisa de biodiversidade são elementos de altíssima importância, mas, objetivamente, não são os únicos e têm limitações. Resta melhor pesquisar os chamados direitos de propriedade (*property rights*) como instrumento regulatório e mercado de investimento.

Além de alterar a importância de determinadas variáveis, no tocante ao empenho de recursos, os objetivos maiores de política governamental exigem uma visão ampliada do financiamento das infra-estruturas e do desenvolvimento.

O tradicional trinômio poupança-intermediação-investimento, que tem sido útil para fornecer soluções para o curto prazo, torna-se uma barreira ao aprofundamento da análise quando o horizonte se estende para o longo prazo, sobretudo se são procuradas novas estratégias de desenvolvimento, que substituam modelos esgotados (por exemplo, a industrialização pela substituição de importações ou a abertura de fronteiras agrícolas a grandes capitais). (ARAGÃO, 2005)



Barco de os índios - 2002
FOTO: Carlos Ferraz

O modelo de gestão e mobilização, portanto, deverá dar base a um modelo de financiamento que não se resume a facilitar a implantação do trinômio poupança-intermediação-investimento, dado que

o investimento não é fim em si mesmo, e sim um instrumento para o crescimento econômico. É instrumento para o desenvolvimento nacional, para aumento da renda e melhoria de sua distribuição. Tomando em conta os fluxos inversos, tem-se que o crescimento é sabidamente um importante fator na decisão de investir, a poupança não é apenas pressuposto para investimento, mas também é estimulada por esse, e que a poupança e o investimento são igualmente função da renda e de sua distribuição. [...]

Há de se completar, ainda, que a renda se distribui basicamente em consumo e poupança, e que as perspectivas de aumento do consumo, mesmo que concorram com a poupança, são um incentivo ao investimento e, portanto, ao crescimento econômico. (ARAGÃO, 2005)

Evidentemente, essa estrutura econômica terá como resultado colateral uma estrutura própria de atividades secundárias no campo dos serviços, mas também industrial e tecnológico e de sistema financeiro. Sem dúvida, o país precisa de novos mercados, serviços e produtos financeiros.

Por último, cabe repensar o próprio sistema de financiamento, os instrumentos, as instituições e os produtos aí envolvidos, tanto da parte do setor privado quanto do público.

A partir dessas considerações, entende-se mobilizar como sendo o conjunto de ações e mecanismos

que atraiam e induzam o capital social e econômico local e forâneo a atuar em determinado ambiente e a investir de modo sinérgico no variado espectro de atividades que gerem desenvolvimento, crescimento e melhoria na sua distribuição da renda, e promovam a cidadania.

O elenco a mobilizar é conseqüentemente muito grande e inclui pessoas, empresas e capitais, fundos públicos e recursos privados, materiais e equipamentos, conhecimentos e capacitações, lideranças, relações sociais e econômicas, culturais e ambientais, projetos, programa, planos etc.

Evidentemente, não basta apenas reconhecer as necessidades de mobilização, nem a simples enunciação das amplas possibilidades de empreendimento: é imprescindível ter um projeto de mobilização capaz de pôr tudo isso em marcha.

No que concerne ao Projeto BR-163 Sustentável, a mobilização deve ter em conta não somente o uso da rodovia, mas a implantação de um projeto integrado de rodovia.

Reitera-se que o ambiente em questão – importante para definir atores relevantes – não se refere apenas aos (grandes) usuários da via, porém a um amplo conjunto de atores, do qual os usuários também fazem parte. Esse conjunto diz respeito às categorias sociais, políticas e econômicas que, de alguma forma, podem ter interesse na implantação do projeto. A gama de atores – e, nesse caso, PORTER (1987) amplia também para os (ainda) não-presentes e/ou potenciais – é vasta e os interesses serão naturalmente conflitantes, sobretudo porque um projeto de tal envergadura modifica as regras de atuação hoje preponderantes, o que, evidentemente, pode causar apreensões e estas,

por sua vez, se traduzirem em reações contra mudanças no *status quo*.

O objetivo maior da mobilização está, portanto, relacionado à aproximação dos diversos segmentos sociais, políticos e econômicos relevantes para partilhar não só a concepção como a participação na implementação e na realização do projeto em si.

Nesse sentido, será necessário estabelecer um conjunto básico de objetivos específicos da mobilização tendo como referência um projeto preliminar – portanto, passível de sofrer mudanças, sem perdas políticas para seus líderes. Em seguida, e levando em consideração a magnitude dessa mobilização e sua inserção no quadro maior da gestão pública, será forçoso examinar os requisitos institucionais necessários e imprescindíveis à sua implementação.

Em seguida, poderiam ser examinados, um a um, os elementos a mobilizar – atores, capitais, competências etc. – e ser elaborado um plano estratégico para cada um, considerando os principais tópicos de mérito, o grau de poder decisório e de formação de opinião, o possível interesse direto ou indireto (inclusive, o financeiro) e a convergência ou oposição de interesses relativos ao projeto. Por fim, a seqüência de atividades dentro de uma estratégia de acumulação de forças.

Abaixo, os fatores que, numa análise preliminar, influenciam na mobilização:

- a qualidade do projeto, que vai se traduzir na confiança que os agentes a serem mobilizados depositam nele e na forma como se sentem contemplados;
- o conhecimento detalhado sobre esses agentes

– sociais, políticos e financeiros – de que dispõe a EPP, entidade responsável pela mobilização;

- os recursos disponíveis para mobilizar;
- a representatividade e capacidade de liderança da EPP;
- a gestão democrática e transparência da EPP.

A partir dessas considerações, é possível delinear um conjunto de grandes temas inerentes à gestão da infra-estrutura e dos serviços de transporte com vistas ao desenvolvimento regional e local, no âmbito do Plano BR-163 Sustentável. Os grandes temas seriam:

- o desafio da formulação de políticas de transporte que se compatibilizem com aspirações e objetivos sociais maiores da sociedade e a inclusão da rede de transporte (infra-estrutura e serviços) como o grande instrumento de combate à pobreza, de inclusão social e promoção do desenvolvimento;
- como estruturar e prover a organização gerencial técnico-administrativa e a capacitação do poder público para o exercício das funções relativas à rede de transporte;
- o emprego adequado de tecnologias que, integradas, possam propiciar o melhor atendimento técnico e econômico da demanda por passageiros e mercadorias;
- as responsabilidades institucionais dos agentes públicos, nas várias esferas de governo, relativamente aos compromissos de manutenção da rede viária e também de provimento de serviço público de transporte: a quem cabe a obrigação de garantir a sua prestação, cumprindo os preceitos

constitucionais, e como respeitar atribuições e competências legais provendo a coordenação e harmonia das ações e a compatibilização das políticas e objetivos estabelecidos aos níveis municipal e regionais?

- como prover efetivas políticas regulatórias que presidam a gestão do desenvolvimento, dado que o projeto de desenvolvimento terá importante base no relacionamento entre a oferta viária e de serviços de transportes e a realização de atividades sociais e econômicas e a preservação do meio ambiente;
- como elaborar e implementar um processo de mobilização em ambiente tão vasto e socialmente tão díspar;
- como criar modelos de financiamento de investimentos em infra-estrutura que se resolvam localmente e incentivem a captação, exclusivamente pelo mercado, de poupanças de outros lugares, e quais inovações financeiras seriam necessárias;
- como comprometer o governo consistentemente e em consonância com o arcabouço jurídico vigente. (ver BRASILEIRO, 2002)

As seções seguintes tratarão das diretrizes, dos elementos centrais e dos níveis do modelo de gestão.

Diretrizes específicas

O modelo de gestão, diferentemente do adotado nas recentes privatizações em concessões de rodovias no Brasil, não pode se restringir ao simples e imediato processo de transferência de responsabilidades financeiras e de gestão direta da operação da via a terceiros.

Dessa forma, ele deverá guardar as seguintes diretrizes específicas:

- construção de pactos sociais em torno de projetos que atendam interesses de amplas camadas, desde as mais carentes a investidores de porte, com redução do risco político que possa afetar a avaliação e implementação do projeto;
- inserção dos projetos em um planejamento regional (e, quando for o caso, urbano) mais amplo, para fins de maximização do bem-estar;
- mobilização dos mais diversos atores e recursos da sociedade, criando novos mercados e novas liberdades tanto para os capitalistas atuais quanto para os futuros e a população em geral;
- integração dos processos de concepção e de financiamento e implementação do projeto BR-163 Sustentável;
- coligação de interesses econômicos, políticos e sociais em uma organização capaz de coordenar políticas públicas e investimentos privados na forma de atuações da sociedade que visem a obter máximo benefício da integração da rede viária ao conjunto de atividades sociais e econômicas em seu entorno;
- criação de engenharias financeiras inovadoras, que construam um modo de financiamento auto-suportável, integrador do investimento na infra-estrutura, nos negócios conexos e na compensação das externalidades, além de produzir benefícios macroeconômicos (sobretudo, no que tange a responsabilidade fiscal, gestão de dívidas públicas e privadas, aumento da produtividade e crescimento econômico).

Elementos Centrais

Os elementos centrais para a construção de um possível modelo de gestão poderiam ser:

- potencialização da produção social dos benefícios: provocar a valorização mútua tendo, de um lado, infra-estrutura de transportes e, de outro, propriedades fundiárias e atividades econômicas em geral, apropriando-se a infra-estrutura de parte do valor que agrega ao solo e negócios e beneficiando-se dos fluxos circulatórios gerados pelas atividades;
- garantia de autofinanciamento: a sustentabilidade econômico-financeira definida para todas as atividades componentes do conjunto integrado de políticas públicas (e não apenas para a implantação da infra-estrutura de transporte em si), e o pagamento dos custos decorrentes da prevenção, mitigação e compensação das externalidades negativas provocados pela implantação e uso da infra-estrutura, com base nos recursos provenientes dos benefícios do projeto;
- definição da perspectiva socioambiental firmada num espaço sociopolítico de discussão: a EPP, que atua como elemento mitigador de riscos políticos e comerciais e, ao lado de ação pública concertada, garantidor da competitividade inerente ao projeto, distribuindo os ganhos de produtividade pela sociedade.

Detalhando alguns aspectos desses elementos centrais e associando ao conceito-chave alguns pré-requisitos, têm-se:

1. O auto-financiamento abrangeria: a) captação de poupanças de diversas origens, como a poupança fiscal local, as poupanças voluntárias das famílias e das empresas de dentro e de fora da área de influência do projeto; b) a construção de uma rede de instituições e serviços financeiros na área e fora dela (aqui me refiro aos serviços); e c) um conjunto integrado de projetos que produzam, conforme d) um planejamento estratégico, e) um crescimento financeiramente robusto, que proteja o ambiente e f) inclua, mediante respectivos projetos de negócios e de políticas públicas (estas referentes a serviços públicos e a uma política regulatória), os diversos atores locais e de fora. O resultado sinérgico de um conjunto de programas e projetos construídos a partir dessa filosofia deve produzir um crescimento robusto que sirva por fim de g) instrumento macroeconômico, produzindo choques de eficiência no circuito financeiro geral da sociedade. Trata-se, aqui, de garantir e aprofundar a responsabilidade e eficiência fiscal como meio de recuperar recursos, valorizar ativos públicos de diversas naturezas (reais e financeiras), sinalizar diretrizes para a reforma tributária e da reforma do sistema financeiro que reforcem mais ainda todos os efeitos já listados, usar os títulos de participação e crédito como moeda de troca para a gestão de dívida pública (e privada), e por fim garantir um longo ciclo de crescimento.
2. Aumento do valor adicionado pela rodovia à terra e aos negócios, resultante da maior qualidade e menor custo de transporte (diferencial de acessibilidade):

- dotação de demais infra-estruturas técnicas;
- adequação ao projeto de desenvolvimento regional;
- conectividade com a rede de serviços de transportes;
- aceitabilidade social e política do projeto;
- elevação e preservação da qualidade ambiental;
- contribuição à economia local, regional e nacional;
- sustentabilidade econômico-financeira e regional-ambiental;
- inovação financeira, com dinamização de mercados de poupança existentes e novos.

3. A maximização do potencial de adição de valor, por sua vez, deverá estar sujeita a atender:

- factibilidade de infra-estruturação técnica do entorno;
- integração ao sistema local de transportes;
- tecnologia de transportes adequada à região;
- geração direta ou indireta de emprego e renda local/regional;
- aplicação de tecnologias dominadas ou apropriáveis;
- envolvimento de capitais locais e/ou regionais;
- ampliação do acesso da população a bens e serviços;
- impactos positivos na qualidade de vida e no meio-ambiente;
- atratividade do empreendimento (demanda).

4. Numa visão mais ampliada para maximização desse potencial, ARAGÃO (2004), fazendo uso da concepção de cadeia de valor apresentada, defende os seguintes *value drivers* para os projetos e programas:

- fornecimentos;
- projetos;
- negócios conexos;
- crescimento econômico;
- aceitação ativa;
- criação de espírito de inovação;
- qualidade de vida;
- desenvolvimento econômico e social.

Eles reverteriam nos seguintes elementos concretos de agregação:

- processo de fornecimento;
- qualidade dos projetos;
- integração dos projetos com negócios conexos;
- política ativa de crescimento e competitividade industrial;
- aceitação política ativa dos projetos pela sociedade;
- criação de um espírito de inovação ;
- busca de melhoria contínua da qualidade de vida e do desenvolvimento econômico e social;
- aperfeiçoamento das capacidades de suporte.

Estas últimas (capacidades de suporte) incluem:

- sistema financeiro nacional;
- base organizativa das PPP;
- instrumentos de política de PPP;
- suportes governamentais;
- desenvolvimento do capital intelectual;

- desenvolvimento tecnológico;
- instrumentos de análise de projetos e de engenharia financeira;
- cultura de contratos;
- marketing dos programas e projetos de parceria;
- monitoramento estratégico das experiências internacionais.

5. Considerando o ciclo de vida do projeto, tais valores deverão implicar que:

- a soma do valor adicionado passível de captura com o valor presente (receita tarifária + receitas outras) seja maior que os investimentos em transporte somados ao valor presente dos custos operacionais (inclusive remuneração de capital) e aos custos (de prevenção, mitigação e compensação) dos impactos sociais e ambientais.

6. Em vista do exposto, a noção de receitas outras também é ampliada a partir de uma visão mais sistêmica e cientificamente fundamentada do processo de agregação de valor, abrangendo:

- receitas geradas pelos diversos processos de fornecimento ao projeto;
- receitas geradas pela própria feitura do projeto – os consultores profissionais contratados não poderiam investir, sobretudo adicionando conhecimentos e inovações, e também por meio de trabalho voluntário?;
- receitas provenientes de uma rede de negócios conexos;
- receitas advindas de inovações financeiras

produzidas em função do projeto a título do financiamento de sua implantação e da compensação de suas externalidades (títulos de dívida e participação e de direitos de propriedade, consolidados nos apropriados fundos de investimento);

- receitas fiscais advindas do crescimento propiciado pelo projeto;
- vários tipos de aportes voluntários da sociedade, seja em termos de trabalhos, discussões, mobilizações, idéias que mobilizem recursos;
- receitas advindas de ganhos de produtividade, e da própria venda da concepção do projeto como *know-how* no mercado de infra-estruturas.

E, mais, deve-se ainda reter forte preocupação com fluxos de caixa positivos para evitar problemas de ordem financeira, apontando então para elevação das parcelas do termo “receitas” e redução do termo “custos”. Neste caso, possivelmente em oposição à maioria de projetos de infraestrutura de transportes em ambiente urbano, a expectativa de externalidades negativas é muito alta e deve ser criteriosamente examinada.

7. A adequação dos elementos de custo sugere:

- minimização dos custos ambientais diretamente ligados ao leito da rodovia, não apenas menores investimentos, mas, em especial, menores custos de compensações;
- uso de tecnologia de alta eficiência técnica (menores custos operacionais);

- garantia de competitividade nas concessões e em seus processos licitatórios (maior produtividade e redução de margens).

8. A elevação das parcelas de receita sugere:

- larga utilização de instrumentos de captação de recursos (pedágio, adicional de imposto sobre a propriedade rural, imposto para desenvolvimento do turismo sustentável, destinação de receitas fiscais dos municípios associáveis ao projeto etc.);
- organização espacial das atividades no eixo com mix qualitativo e espacial:
 - atração de atividades com capacidade de valorizar as terras em adequação às vocações naturais, atividades geradoras de demanda de transporte de cargas (setores específicos da agroindústria e da indústria ecológica) e ativadores das cadeias produtivas locais;
 - atração de atividades geradoras de demanda de transporte de passageiros, com ênfase no turismo.
- inovações financeiras e atração de poupança local, nacional e internacional (em coerência com a noção de financiamento e de mobilização);
- em particular, aportes de capital dos próprios setores que serão contratados para a implantação dos projetos (empreiteiras, fabricantes de materiais e equipamentos, consultoras, financiadores, setores ligados aos negócios conexos etc.);
- geradas ou a serem geradas pelo projeto,

mediante reforma fiscal específica;

- disponibilização de bens públicos;
- cânones pagos para celebração de contratos administrativos (receita de licitações);
- contribuições voluntárias reais de diversa natureza (trabalho, bens etc.);
- venda de *know-how* de projeto e derivados de outros avanços tecnológicos decorrentes.

Pressupostos básicos de um modelo de gestão e mobilização

Os pressupostos poderiam ser sintetizados em:

- Adoção de arcabouço regulatório que, sob a égide da legislação pertinente, induza e estimule os interessados na rodovia a desenvolver e aplicar estratégias que se harmonizem com o desenvolvimento sustentado, financiando a implantação (no caso, a melhoria) por meio de recursos provenientes do uso da rodovia, como também das atividades econômicas beneficiadas por ela.

É preciso atentar para o fato de – ao contrário dos setores de energia e telecomunicações – as concessões rodoviárias não possuem marco regulatório unificado, construindo um novo marco a cada contrato, o que reflete a incoerente ausência de noção de rede infra-estrutural.

- Além do financiamento do projeto com base nos recursos provenientes do uso da rodovia e das atividades socioeconômicas beneficiadas por ela, deverá ser previsto o financiamento por meio de receitas de projetos implantados em conjunto com o projeto de transporte.

O complexo conjunto de externalidades negativas decorrentes do melhoramento, expansão e uso da rodovia deverá ser objeto de criterioso processo de exame e os encargos monetários de sua compensação ou mitigação deverão ser pagos com recursos provenientes dos benefícios auferidos pelo projeto.

- Uso de mecanismos incentivadores da otimização da produção de transporte e de outras atividades conexas – busca de ganhos de produtividade, redução de custos, melhoria na qualidade – e de modernas formas e técnicas de gestão empresarial.
- Adoção de mecanismos regulatórios dos serviços que incitem a competitividade, enquanto desenvolvimento da capacidade empresarial em elaborar estratégias de permanência e expansão em mercados competitivos.
- Estímulo permanente ao desenvolvimento tecnológico dos sistemas e dos equipamentos de transporte público, fomentando as vantagens da multimodalidade, em articulação com a política industrial para o setor.
- Garantia de transferência progressiva à sociedade dos ganhos de eficácia e eficiência produtivas, possibilitados por avanços e inovações tecnológicas e organizativas.
- Modernização, capacitação, estruturação e fortalecimento do poder público em todos os níveis, tanto para o exercício de suas responsabilidades no que se refira ao planejamento de infraestruturas e da rede de serviços, quanto no concernente ao seu papel em defesa do interesse público e da cidadania.

- Mobilização dos diversos atores da sociedade, na discussão da feitura do projeto e da respectiva contratação, com aporte de idéias inovadoras e de trabalho voluntário em prol do projeto.
- Inclusão da sociedade civil na implementação das ações de governo, ao menos no ambiente e no contexto do projeto BR-163 Sustentável.
- Reforma do sistema financeiro, com construção de redes de instituições e desenvolvimento de novos produtos do mercado financeiro.
- Desenvolvimento de uma indústria de consultoria a partir dos avanços e das inovações introduzidas no negócio da infra-estrutura e conexos.

Níveis de discussão

Antevê-se que o modelo em questão deverá ter diversos níveis de discussão (ARAGÃO et al., 2001), a saber:

- nível do projeto: aqui, será preciso conceber um projeto que una a exploração da rodovia à realização de outras atividades (não necessariamente pelos mesmos atores) que poderiam se viabilizar graças a essa infra-estrutura (a valorização fundiária, como dito, assume papel extremamente peculiar no contexto local);
- nível dos atores: diversos atores públicos e privados locais deverão se reunir em um fórum (denominado provisoriamente de EPP), para que, em trabalho cooperativo e participativo, acordem um projeto econômica e politicamente viável, menos sujeito a riscos políticos; partes do projeto podem ser concedidas pelo poder público a entidades privadas;

*Prainha da Comunidade de São Miguel, rio Arapicuan, na Reser-
va Tapajós-Arapicuan, Santarém, PA. Dezembro de 2004.*

JOÃO MARCELO TAVES



- nível das relações contratuais: evidentemente, o sistema de financiamento implica a produção de um grande número de relações contratuais entre os atores públicos e privados, especialmente entre o (possível) concessionário principal, empresas subcontratadas, o mercado financeiro, os agentes de fomento e o poder público local; e, por sua vez, entre os próprios agentes públicos das diversas esferas governamentais;
- nível legal: a situação jurídica do contrato não é informada apenas pelo documento do contrato, mas também por uma diversidade de normas do direito público e privado, que estão baixadas em diplomas legais e regulamentações nacionais, estaduais e municipais. Devem ser levadas em consideração, igualmente, diretrizes emanadas da EPP no tocante ao projeto, sua execução e financiamento;
- nível financeiro: da mesma forma, o projeto de financiamento que se vislumbra implica a edificação de um grande número de laços financeiros entre o poder público nacional e local, as agências de fomento, o setor financeiro, o eventual concessionário e seus subcontratados, outros setores econômicos e a população em geral, assim como no desenvolvimento dos produtos a partir de uma rede de instituições a ser concebida e implantada.

Tal complexidade de relações não poderia ser construída de uma só vez, e sim ao longo de um processo, o qual, segundo a experiência internacional, pode levar alguns anos.

As seções seguintes tratarão de cada um dos três elementos centrais anteriormente citados:

- Projeto integrado da rodovia
- Modelo sustentável de financiamento
- Entidade promotora participativa

PROJETO INTEGRADO DA RODOVIA

Este é um produto que ultrapassa os gabinetes governamentais e os escritórios de consultoria. Sua elaboração é tarefa árdua que, além do suporte técnico e científico, exige a discussão e a participação social, ao menos como meio para assegurar sua eficiência e sustentabilidade.

As seções seguintes não visam apresentar o projeto em si, mas pôr em relevo os conceitos centrais da expressão “projeto integrado da rodovia” aplicada a um projeto da envergadura do Plano BR-163 Sustentável.

O conceito de projeto integrado da rodovia

Não há futuro em um projeto isolado da rodovia, como se esta fosse um investimento separado da sociedade e tendo um fim em si mesma. Seria extremamente modesta, para não dizer simplória, uma política que se contentasse em construir a infra-estrutura para, em seguida, simplesmente aguardar que novas políticas públicas e privadas de investimento pudessem se interessar em utilizá-la.

É imprescindível que o projeto da rodovia seja integrado, eixo de uma política pública no contexto econômico e social do território com a rede viária e com outras infra-estruturas, nos planos físico, tecnológico, operacional, social e institucional.

Em plano mais elevado, será preciso conceber um projeto que também seja eixo de uma política in-

tegrada de parcerias sociais, articulada com o planejamento estratégico do território; que seja um elo de racionalização de políticas públicas, conjugando as ações e investimentos públicos e privados dispersos, conferindo-lhes maior eficiência.

E, mais, articulando-se e promovendo:

- novos subprojetos complementares;
- novas possibilidades de parcerias sociais.

Nesse sentido, o projeto da BR-163 Sustentável, ao contrário das diretrizes habituais relativas a investimentos públicos nesse setor, deverá ter:

- discussão social do projeto da rodovia em si, incluindo ajuste de traçado, impactos ambientais do manuseio do leito da via etc. e um relativamente vasto conjunto de impactos ligado ao entorno social, cultural etc.;
- discussão social dos projetos de desenvolvimento local integrado associáveis ao projeto da rodovia e que poderão ser implementados ou expandidos;
- discussão social dos projetos de desenvolvimento regional associáveis ao projeto da rodovia;
- elaboração de um grande projeto de desenvolvimento, articulando atividades ao longo do eixo viário e em seu entorno imediato.

Em todos os casos, para garantir que tal aumento de riqueza e benefícios realmente ocorra, será necessária uma justificativa de cada um dos projetos, uma criteriosa avaliação comparativa com outras opções, além da demonstração efetiva de que a opção se-

leccionada realmente oferece o maior ganho de valor para a sociedade em geral.

Será necessário ter muita clareza, quanto a um conjunto mínimo de informações e proposições, em que se destacam:

- a real necessidade de cada projeto no contexto do planejamento estratégico da rodovia BR-163 Sustentável;
- a consolidação dos objetivos, o detalhamento das necessidades que o projeto em si vai atender, a definição de resultados esperados, as necessidades de longo prazo e mesmo os espaços de inovação;
- avaliação das alternativas ao projeto em si, os impactos financeiros, os riscos e os outros impactos dessas alternativas. Em outras palavras, é preciso ficar muito claro e patente que a opção escolhida é realmente melhor que todas as possíveis outras existentes;
- uma proposição de negócios, a rigor, de uma rede de negócios, seus projetos, com a consolidação dos benefícios, a possível sinergia entre os projetos associados, a quantificação dos riscos e custos e suas análises financeiras;
- exame das possíveis modalidades de parceria público-privada, privada-privada e público-público, assim como o mapeamento das opções institucionais disponíveis. (ARAGÃO et al., 2004)

MODELO SUSTENTÁVEL DE FINANCIAMENTO

Componente central do processo, o modelo de financiamento do conjunto integrado de políticas públicas

deverá ser capaz de ativar a sinergia entre a infra-estrutura de transportes, no caso específico, a rodovia BR-163, e as atividades econômicas sociais e culturais beneficiadas por essa rodovia. É imprescindível que o modelo de financiamento seja também robusto o suficiente para compensar ou mesmo reverter efeitos sobre atividades negativamente impactadas pela implantação.

Os parágrafos seguintes apresentarão inicialmente uma visão global do modelo e, em seguida, um pequeno detalhamento do que seriam seus elementos centrais.

Visão global do modelo

Como visto, a noção de financiamento ultrapassa a visão tradicional que o vê apenas como crédito ou antecipação de recursos, desvinculada dos benefícios gerados e, sobretudo, do seu posterior pagamento. Financiamento, em sua noção sustentável, é a constituição do estoque de capital para viabilizar a implantação da rodovia, capital esse que se remunerará direta e indiretamente pelos rendimentos possibilitados e potencializados por ela.

A noção de financiamento sustentável, apoiada no conceito de projeto integrado de rodovia, traduz-se numa visão integrada do processo de financiamento do próprio desenvolvimento.

Chama-se atenção para a relevância e oportunidade do instrumento das parcerias público-privadas, a ser tomado sob a forma de parcerias sociais amplas, para as políticas públicas a serem implementadas no entorno e no ambiente da BR-163 Sustentável.

O conceito parcerias sociais parte do modelo britânico de PPP, porém se destaca ao propor a introdução de uma entidade promotora que articule os di-

versos atores em torno da definição da cada projeto e de seu processo, dando oportunidade a que os conflitos de interesse sejam previamente externados e conhecidos na discussão e resolvidos antes que se realizem. Com isso, os riscos políticos, que costumam ter um peso importante na montagem e na gerência de parcerias público-privadas e na própria atração de capitais, seriam mitigados, valorizando o projeto sob o ponto de vista dos investidores, e agregando a satisfação dos diversos setores sociais com sua realização. (ver ARAGÃO et al., 2004)

Com base nesse conceito, vê-se que o modelo de financiamento deverá dar sustentabilidade econômico-financeira a todas as atividades componentes do conjunto integrado de políticas públicas na área do projeto. É necessário, portanto, um sistema de financiamento para todo o conjunto de atividades, com suas possíveis fontes de crédito, orientações para uso e distribuição dos custos entre os diversos atores sociais.

O fluxo financeiro²

Impossível esquecer que o fluxo financeiro em uma economia se articula em diversas fases que têm de ser harmonizadas entre si. Na figura 1 representamos de forma bem simplificada esse fluxo, ressaltando as etapas de poupança e consumo, intermediação financeira, investimento, crescimento econômico (“resultado”), e a geração (e distribuição) de renda. Qualquer disfunção em algum desses elos ou na articulação entre os mesmos implicará danos para o processo do desenvolvimento sustentável.

Precisamente, no nosso sistema econômico, podemos assistir a diversas disfunções, tais como:

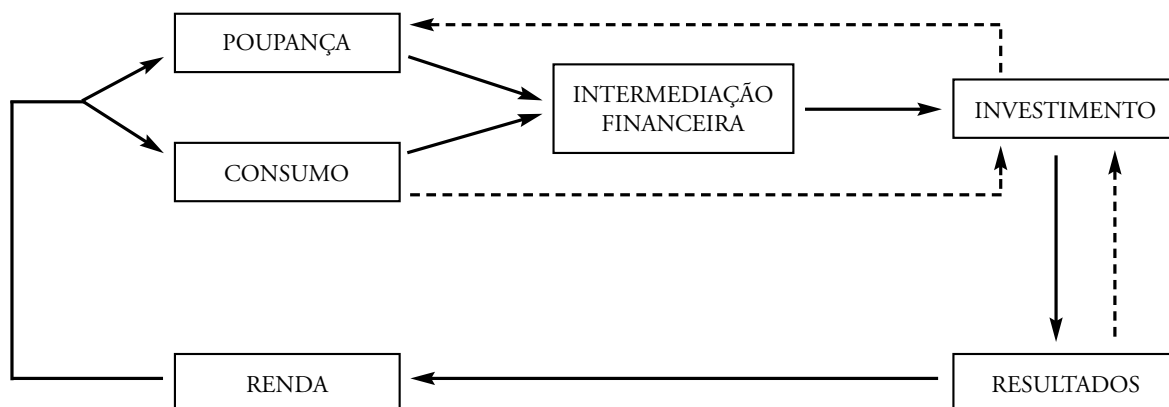
- escassez de poupança (por outro lado, constata-se recusa de inserir a poupança popular informal no processo da economia formal);
- desequilíbrio no consumo das diversas camadas sociais – luxo e concentração, de um lado; precariedade e distorções, de outro;
- mercado financeiro falho e incompleto;
- escassez e distorções no investimento e na formação de capital (excessivo investimento imobiliário);
- estagnação do crescimento;
- distribuição de renda escandalosamente injusta e disfuncional para assegurar a estabilidade do fluxo financeiro em geral.

O reparo das disfunções do fluxo requer medidas profundas em diversos setores da política pública. Mas pode-se ressaltar os benefícios esperados da

política de parcerias, desde que determinados princípios sejam atendidos nos desenhos dos projetos e da política:

- devem ser maximizados os efeitos das parcerias sobre o crescimento local, o que implica buscar o máximo retorno no desenvolvimento social, econômico e político, respeitadas as restrições de sustentabilidade ambiental;
- os projetos devem abrir amplas possibilidades para “negócios populares” e o florescimento de pequenas e médias empresas, com o intuito de distribuir renda (mais pelo lado da vara do que do peixe), induzir e consolidar hábitos de investimento e poupança das camadas de renda mais baixa, consolidar o retorno financeiro geral do projeto pelo aumento do fluxo de interações econômicas; e reduzir seu risco político, na me-

Figura 1. Círculo de causas e efeitos no processo de investimento e poupança



dida em que os interesses vinculados de uma vasta gama de pequenos investidores reforçarão a pressão política para a sua continuidade;

- evidentemente, os projetos devem ser maximizados no seu retorno financeiro, tornando-os atraente para os investidores, o que implica buscar uma estrutura financeiramente ótima de empreendimentos integrados;
- isso exigirá, acima de tudo, o desenvolvimento de uma nova cultura econômica e política, que induza a distribuição de oportunidades, a poupança por parte das mais diversas camadas, o consumo racional dirigido para o aumento das capacidades individuais de produção e enriquecimento cultural geral;
- o sistema local e nacional de intermediação financeira precisa estruturar-se para oferecer os produtos correspondentes às necessidades dos poupadores, dos investidores e de uma cultura racional de consumo, desenvolvendo os correspondentes serviços e buscando máxima eficiência em sua própria estruturação de mercado;
- no contexto desses esforços sistêmicos, desenvolver a competência para atrair capitais internos (locais e nacionais) e externos;
- o poder público assume importante papel no que tange à política tributária (especialmente a local), regulatória e de investimento/incentivo público; na medida do possível, o serviço de dívidas consolidadas deve ser inserido no fomento aos programas de parceria público-privada, usando-os para eventuais renegociações de débito; é também essencial o desenvolvimento das técnicas de planejamento e de processos de in-

formação e de previsão;

- os programas de parceria devem ser acompanhados por políticas paralelas e integradas no campo de outras infra-estruturas públicas (habitação popular, saneamento, educação, saúde etc.); grande esforço será exigido especialmente no campo da educação, no qual as camadas populares devem ser treinadas para assumir papel econômico ativo na viabilização do projeto (educação empresarial popular);
- buscar o máximo uso dos recursos locais, tanto no que se refere à poupança e aos capitais locais quanto aos recursos humanos, aos espaços livres e aos recursos naturais.

O que se procura, no plano geral, é que a mobilização dos atores e dos mercados otimize a produção, circulação, distribuição e aplicação dos recursos financeiros, otimizando e integrando os momentos de poupança, consumo, intermediação financeira, investimentos, geração e distribuição de renda. Mais analiticamente, poderíamos vislumbrar a otimização de uma função de mobilização financeira social (FMFS), que se possa representar por uma expressão do tipo:

$$FMFS^* = \varphi (C^*, P^*, IF^*, INV^*, GR^*, DR^*)$$

Onde:

FMFS* é a Função de Mobilização Financeira Social

C* é o consumo

P* é a produção

IF* é a intermediação financeira

INV* é o investimento

GR* são os resultados

DR* é a renda

Os grandes blocos do financiamento

Assim, o modelo de financiamento necessário ao caso deverá comportar sete grandes blocos indissociáveis:

- o bloco dos recursos e das fontes de crédito para a implantação e manutenção da infra-estrutura, bem como para todo o conjunto de atividades integradas na área do projeto, o que inclui os montantes em si, as entidades e investidores envolvidos, os papéis, as garantias, as taxas de juros etc.;
- o bloco das orientações para uso desses recursos, dado que não se trata de um único projeto apenas, mas de um conjunto de projetos articulados, embora independentes sob diversos aspectos; além do uso para a construção e manutenção da rodovia, destaca-se o Fundo para o Desenvolvimento Local Integrado, o Fundeli, resultante da canalização de parte da receita para investimentos sociais;
- o bloco relativo à distribuição dos custos entre os diversos atores sociais, que implica em mecanismos institucionais de captura de parte dos benefícios gerados para pagamento das referidas fontes, destacando-se, além de um possível pedágio incidindo diretamente sobre os usuários, o eventual uso de tributos, como a contribuição de melhoria etc.;
- evidentemente, o bloco dos mecanismos de compensações e ressarcimento de prejuízos e externalidades provocados pela implantação e uso da infra-estrutura;

- o bloco dos novos produtos do mercado financeiro, para fins de financiamento da infra-estrutura e do custeamento das externalidades;
- o bloco da política fiscal específica, para suporte do projeto envolvendo não só recursos financeiros do poder público, mas também de ativos reais;
- o bloco de atividades de trabalho voluntário e outras contribuições reais da sociedade.

As possíveis receitas de um projeto dessa envergadura poderiam ser classificadas nos seguintes tipos:

- receita tarifária;
- receitas extratarifárias;
- receitas provenientes de captura da valorização;
- direito de uso de terras públicas;
- receitas fiscais obtidas pelos mecanismos acima expostos;
- captações de poupança do mercado financeiro;
- ativos reais públicos e privados (terras, bens, capital, trabalho, inovações).

A seguir, alguns comentários sobre o uso dos quatro primeiros instrumentos no ambiente da BR-163.

Receita tarifária

Definida como a receita, advinda da cobrança de pedágio pelo uso da rodovia.

Tendo em conta os documentos já divulgados sobre a proposta de pavimentação da BR-163 e seu financiamento por meio de cobrança de pedágio, a prática recente de pedágio no Brasil e os elementos referentes ao modelo de concessão e de financiamen-

to, algumas questões requerem tratamento específico, por exemplo:

- Como associar o valor de pedágio ao benefício auferido pelas diversas categorias de usuários e a suas possibilidades de pagamento?

Objetivamente, comparando a movimentação de caminhões com soja e caminhões com produtos industriais de Manaus, o peso e o valor das cargas são diametralmente opostos, e diferentes também serão os possíveis ganhos logísticos advindos do uso da rodovia. Um rápido exame, a partir da proposição de valores de pedágio divulgados no documento do MT (BRASIL, 2003), estimada em US\$ 8.00/t, resultaria no seguinte:

- Um caminhão com soja, 40 toneladas de carga útil, resultaria em US\$ 320.00 por viagem. A carga, com valor estimado em cerca de US\$ 200.00/t, valerá algo como US\$ 8,000.00. O pedágio corresponderá então a 4% do valor da carga³.
- Um caminhão-baú, proveniente de Manaus, pode transportar 320 aparelhos de TV de 29" com cerca de 10 toneladas e valendo aproximadamente US\$ 100,000.00. Se seguido o mesmo padrão tarifário, ter-se-á US\$ 80.00 por caminhão, correspondendo a 0,08% do valor da carga.

Pergunta-se:

- Seria possível utilizar uma forma de pedágio que compensasse, ao menos em parte, esse diferencial?
- Que conseqüências teria esse tipo de tarifação sobre o valor de mercado de outros bens que circularão na rodovia?

E mais:

- Que categorias veiculares deveriam ou poderiam ser pedagiadas?
- Que função deveria associar o valor do pedágio à categoria veicular? Que valor de pedágio poderia ser atribuído a cada uma dessas categorias?
- Qual seria o mecanismo adequado de cobrança?
- Quantos seriam e onde se situariam os postos de pedágio, tendo em conta não apenas os custos associados ao posto em si (implantação, operação etc.), mas também os aspectos de equidade e de isonomia para com os usuários?

Como se vê, as questões são ainda amplas e abertas, e de suas respostas dependem o financiamento e, evidentemente, o sucesso do projeto.

Receitas extratarifárias

Seriam as receitas provenientes de direitos comerciais atribuíveis ao projeto da rodovia. As possibilidades são muitas e variadas, tais como:

- em projetos associados inerentes à faixa de domínio (por exemplo, postos de combustível, galerias técnicas para serviços públicos, entrepostos e centrais de carga);
- em projetos na zona lindeira e mesmo área de influência da rodovia (por exemplo, pólos de agroindústria, pólos turísticos, desenvolvimento urbano e entrepostos e centrais de carga).

Receitas provenientes de captura da valorização

A captura de valor é um mecanismo tributário para transferir parcela da valorização fundiária, comercial (e

a examinar, imobiliária) para financiar a implantação da rodovia; pode ser estabelecido como tributo específico, como adicional a um tributo já existente (ITR, por exemplo); embora de diferente caráter institucional, esta poderia ser interpretada como um tipo especial de receita extratarifária.

Destaque-se que o pedágio é um mecanismo privilegiado para captura de benefícios auferidos pelos usuários diretos da rodovia, mas também de usuários indiretos. No último caso, o pressuposto teórico é que a valorização comercial se transfere para os produtos transportados ao longo da rodovia. Assim, caberia examinar as possibilidades e os limites do uso de pedágio para, em coordenação com outros mecanismos tributários, capturar parcela da valorização fundiária e comercial decorrente da implantação e melhoria da BR-163.

As informações ora disponíveis não permitem avaliar o montante dessa valorização, que, por sua vez, não se processa uniformemente no território. Mas, seguramente, o valor não é desprezível.

Receitas provenientes do direito de uso de terras públicas

Especial destaque deve ser dado ao fato de que – contrariamente às situações usuais – a quase totalidade do território sob impacto direto da rodovia pertence à União. Este é, sem dúvida, um elevadíssimo patrimônio, que se valorizará ainda mais, e que pode e deve se constituir num dos mais importantes instrumentos da administração pública para implantação do Plano BR-163 Sustentável. É inegável o valor econômico desse patrimônio em mãos da União, que é o direito de poder atribuir a terceiros – evidente-

mente, sob os signos legais – o uso de suas terras para fins produtivos.

Tal direito não é necessariamente possibilidade, dado que significativa parcela dessas terras é e está sendo indevidamente ocupada e grilada. O fato de estarem ilegalmente ocupadas é o reconhecimento de que possuem importante valor econômico. Como agravante, tem-se que, se ações públicas de autoridade e tutela não forem tomadas (dentre elas, a possível implantação de um mecanismo de captura de valor), tais terras serão revalorizadas em decorrência dos investimentos na rodovia (ironicamente, em decorrência de investimento público) e os mecanismos de posse e grilagem se apropriarão desse patrimônio público pela segunda vez.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que “muitas terras são ocupadas por produtores familiares, quilombolas, populações tradicionais e indígenas – especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade perante as pressões de grilagem e outras formas de apropriação ilegal dos recursos naturais”.

Evidentemente, cabe à União a decisão e a responsabilidade quanto à aplicação de suas decisões sobre a forma de utilização dessas terras.

Um rápido ensaio sobre a potencialidade desse patrimônio no modelo de financiamento leva à formulação de algumas medidas alternativas que poderiam, talvez, ser úteis em situações específicas. Tais medidas não se aplicariam indiscriminadamente a todas as situações, muito variadas e complexas, e prescindem de uma análise de adequabilidade e de detalhado exame de viabilidade jurídica e política. Ressalta-se que não foi feito exame jurídico dessas medidas.



Preliminarmente, poder-se-ia estabelecer que a utilização de terras da União por particulares na área do Plano BR 163 Sustentável implicaria adesão compulsória ao plano de desenvolvimento e submissão a suas regras, inclusive para os que de alguma forma já estiverem ocupando terras públicas. E, evidentemente, seriam implantadas em coordenação com o plano de desenvolvimento e seu zoneamento socioeconômico e ambiental.

Assim, e em caráter exploratório, mereceriam ser examinadas, com vistas à inclusão no modelo de financiamento, ao menos as seguintes medidas relativas ao uso de terras da União:

- retomada de cobrança do ITR, com atualização de valores;
- implantação de um adicional sobre o ITR a título de contribuição de melhoria;
- cobrança de arrendamento sobre terras públicas ocupadas e produtivas;
- programa de arrendamento contra imediata desocupação e compromisso de preservação de elevada parte (por exemplo, 80%) da área hoje ocupada;
- cobrança de valor de outorga pela concessão de terras.

Em síntese, as terras públicas são um real patrimônio que pode ser importante instrumento para implantação do projeto. A não utilização desses recursos não significa que a valorização e a apropriação privada não acontecerão. Ademais, seu uso eficiente, além do valor econômico, tem forte significado político, demonstrando na prática a presença do Estado e da autoridade pública na região.

A ENTIDADE PROMOTORA PARTICIPATIVA

Neste capítulo é apresentada uma reflexão sobre a entidade promotora participativa, iniciando com um quadro conceitual sobre o ambiente em que se redefinem as relações público-privadas, seguido de um ensaio acerca da EPP.

O ambiente das relações público-privadas

Os objetivos de desenvolvimento social e econômico requerem, no âmbito das políticas de investimento e infra-estrutura, uma política que se constitua num elo de racionalização de diversas políticas públicas, reconstituindo as várias ações e investimentos que se encontram dispersos e conferindo-lhes maior eficiência sistêmica. Requerem uma política pública coadunada com o planejamento estratégico do território e que, efetivamente, integre seus diversos agentes sociais, políticos e econômicos.

Os elementos tratados nos dois capítulos anteriores mostram a importância da participação da sociedade civil na produção de melhores programas e projetos. O que ora se coloca são dois outros níveis: inicialmente, a imprescindibilidade da participação da sociedade civil na implementação das ações de governo; e, em nível ainda mais avançado, adotando o princípio da sociodiversidade de provisão, que, por sua vez, implica participação também empreendedora e voluntária.

São múltiplos os argumentos que sustentam a necessidade da participação. A síntese baseia-se no trabalho de Pedro BANDEIRA (1999: 9), que organizou os principais em apenas cinco linhas:

- a necessidade de consulta aos segmentos mais

afetados como meio de assegurar sua eficiência e sustentabilidade;

- a participação da sociedade civil para assegurar a transparência das ações e permitir o combate eficiente à corrupção no setor público;
- a participação promove o acúmulo de capital social, o que aumenta a propensão dos atores sociais para a colaboração e empreendimento de ações coletivas, importante fator para o nível de desenvolvimento;
- os mecanismos participativos fortalecem a competitividade sistêmica de um país ou região;
- facilitam a construção de consensos básicos entre atores sociais e são essenciais para o desenvolvimento;

BANDEIRA (1999: 12) ainda afirma que a literatura reconhece na ausência da participação da comunidade uma das principais causas do fracasso de políticas, programas e projetos de diferentes tipos. Nela também reside a dificuldade de muitos projetos em sobreviver às administrações que os lançaram.

Sebastião SOARES (2004) sintetiza os elementos para o controle social relativamente às políticas públicas:

- espaço de participação social na formulação e no acompanhamento da implementação das políticas públicas;
- pactuações formais entre os atores (poder concedente, prestadores de serviços, usuários, autoridades locais e outros), regulando a existência e o funcionamento desses espaços; os resultados a alcançar; os procedimentos para solucionar divergências; e outras questões pertinentes;

- a capacitação cidadã, especialmente dos usuários e das populações afetadas, para exercerem seus direitos e deveres, na formulação e no controle social das políticas públicas.

A participação da sociedade civil e a articulação de atores sociais nas ações voltadas para a promoção do desenvolvimento têm sido também a alternativa sugerida por organismos internacionais de fomento.

Seria ainda interessante acrescentar os comentários de Nuria GRAU (2001) sobre a construção de uma “institucionalidade de representação social” tendo em conta “as assimetrias na representação política que se expressam no fato de que quem mais necessitaria participar do sistema político sejam, exatamente, aqueles com menos oportunidade de fazê-lo dada sua inserção subalterna”.

Complementarmente, Ignacy SACHS, tratando de pactos para o desenvolvimento, mais especificamente da inclusão do dito terceiro setor nas negociações *vis-à-vis*, afirma:

Uma tal participação deve assumir a forma de um diálogo e negociação quadripartite [inclui governo, representações trabalhistas e patronais] em torno de estratégias de desenvolvimento e procedimentos de implantação escolhidos de comum acordo entre os participantes, convertido em conjuntos de contratos que estabeleçam as responsabilidades dos *stakeholders*, até se chegar a um pacto para o desenvolvimento.

Na esteira de argumentos, Sachs ainda alerta para a identificação de “áreas de consenso entre os *stakeholders*” e, para as “concessões recíprocas com relação a seus interesses, muitas vezes conflitantes”, podendo

apontar para uma economia negociada e contratual.

O entendimento do conceito de parcerias sociais, a busca de maior participação em todos os campos e setores, o que em especial inclui a produção, e o empreendedorismo popular observado no ambiente da BR-163 induzem a concluir que o conceito de *stakeholders* deverá ser mais amplo do que o usual.

ARAGÃO et al. (2004: 35), entendendo que

a provisão das necessidades coletivas não é, preliminarmente, tarefa do Estado, nem das grandes empresas comerciais e dos grupos financeiros, que têm tomado para si a designação de iniciativa privada, ela é tarefa, isso sim, da sociedade como um todo, [...] defende que, quanto mais diversificadas as formas de provisão das necessidades coletivas, mais robusta é a sociedade contra crises e impasses. Nesse contexto, tanto as soluções prioritariamente estatizantes quanto privatizantes – que, na verdade, nada mais têm feito do que entregar os bens públicos nas mãos de um grupo reduzido de “investidores”, tônica das políticas de privatização, pelo menos no Brasil – empobrecem o espectro social das soluções de provisão, ou, em outras palavras, são pobres em termos de “sociodiversidade”.

A participação, então, deverá não apenas ultrapassar a visão reducionista limitada à etapa de formulação de políticas públicas, mas também ultrapassar a própria visão moderna citada – defendida pelo Banco Mundial e por outras entidades internacionais de fomento que incluem a participação na implementação de programas que recebam seu apoio.

Nesse caso, há que ampliar o entendimento usual de *stakeholders*, ressaltado pela realidade local,

inserindo-o em um espectro muito largo de participantes, de modo a promover e consolidar a sociodiversidade de provisão. Os pactos deverão, portanto, ser inclusivos.

Conceituando a EPP

A entidade promotora participativa sem fins lucrativos é integrada por representantes dos três níveis de governo e de organismos da sociedade civil para:

- aumentar a participação dos atores sociais e do poder público na definição do projeto e das regras do jogo;
- desenvolver e implementar os projetos de parceria;
- reduzir os riscos políticos do projeto;
- gerenciar recursos.

O conceito de EPP enfoca a inter-relação entre infra-estrutura viária e valorização negocial e fundiária e a importância dessas implantações para o desenvolvimento econômico e social da região.

Baseia-se na participação de diversos setores da sociedade, tendo como objetivo a gestão dos recursos fiscais destinados à infra-estrutura específica de transporte e também na articulação de interesses na implantação, expansão ou intensificação de atividades sociais e econômicas em si.

Nesse contexto, a EPP emerge como agência *ad hoc* criada em função de um programa ou projeto integrado, que, visando implementar uma política pública definida pelo poder constituído eleito, mobilize os atores de forma a encontrar soluções dadas que maximizem o valor financeiro e social agregado.

Com seus múltiplos papéis e formas de atuar, a EPP também deverá ser:

- a gestora de um capital virtual representado pelo empreendimento com vistas à promoção do desenvolvimento econômico e social da região;
- o núcleo central de articulação de interesses sociais, econômicos e políticos capazes de reduzir riscos e custos a eles associados;
- núcleo ativador da mobilização e manutenção do clima de investimento e desenvolvimento.

É imprescindível destacar que alguns dos mais cruciais problemas da região e que têm fortes vínculos com os investimentos do plano são os de ordem fundiária e territorial, sobretudo na ocupação de terras públicas. Não sem razão, nas discussões levadas a termo pela administração pública federal, seja por especialistas, ou em audiências públicas, revelam recomendações de prioridade máxima ao ordenamento fundiário e territorial, traduzida pela intensificação de esforços para frear processos de grilagem de terras públicas e, concomitantemente, avançar em processos de regularização e destinação dessas terras.

Em face dessa situação, delineia-se um papel especialmente importante para a EPP, qual seja:

- Dar suporte às ações públicas relativas ao ordenamento territorial e fundiário e, quando necessário, coordenar tais ações. Por exemplo, na definição de critérios e procedimentos para a destinação de terras públicas; na discriminação, recadastramento e regularização fundiária; no atendimento das demandas de comunidades tradicionais e produtores fami-

liares, especialmente aqueles em situações de vulnerabilidade.

Dessa forma, a EPP será a responsável pela definição da configuração do projeto, construindo o consenso e a adesão política de diversos setores da sociedade (ORRICO FILHO et al., 1999). Além de ser integrado pelos representantes dos setores sociais, inclusive os concessionários, e pelo Poder Executivo, também poderá contar com o Poder Legislativo, para que, inteirado das necessidades do projeto, agilize o processo legislativo.

Cabe destacar que a EPP, de forma alguma, vai substituir o poder público. Assim, os atos centrais de contratação, legislação e regulamentação continuarão a ser intrinsecamente governamentais. A EPP deverá, por sua vez, definir as especificações do projeto, o desenho dos contratos e dos regulamentos, resultante do consenso entre as partes. A execução de suas deliberações caberá, entretanto, ao governo e, quando pertinente, à concessionária.

As opções de personalidade jurídica para a EPP são muitas: ela poderá se constituir como órgão colegiado, ou como uma sociedade de propósitos específicos sem fins lucrativos SPE (organização não-governamental), ou ainda em uma das novas entidades concebidas com a reforma do Estado, tais como as agências executivas e as organizações sociais, entes esses que podem se articular com a administração pública mediante contratos de gestão. Há também as OSCIP, organizações e sociedades civis de interesse público que podem assumir funções de interesse público mediante termos de parceria com a administração pública (ARAGÃO et al., 2005).

Para atuar de forma competente, a EPP precisará de um organismo que desenvolva as idéias e o desenho do projeto, especialmente para a fase da montagem. Uma empresa de consultoria poderá detalhar a configuração do projeto nos planos físico, contratual e financeiro (e, a título de sugestão, no plano regulamentar). A contratação deverá ser de competência governamental, enquanto a EPP irá especificar as características básicas do projeto e avaliar o produto do contrato com a empresa consultora.

Outro aspecto a ressaltar é que a EPP deverá ter existência permanente, pois o projeto estará sempre em evolução: como foi dito, os diversos negócios devem ser desenvolvidos paulatinamente, construindo uma perspectiva futura de crescimento capaz de valorizar os títulos de crédito e de participação.

Finalizando, e baseando-se em CASTELLS (2001), a EPP se inseriria no processo de redistribuição de atribuições e recursos da administração pública. Teria papel de coordenação de entes institucionais e simultaneamente papel de coordenação, em nome deles, de uma fantástica rede de entidades privadas e do terceiro setor.

A EPP, segundo a concepção aqui emanada, compartilha a autoridade na concepção do projeto, no acompanhamento da implementação e na parceria nos empreendimentos. Embora seja o centro – uma rede não tem centro, porém nós, ainda que com relações assimétricas –, a EPP objetiva relações com todos os outros participantes do projeto, reduzindo os riscos políticos e possibilitando ganhos de eficiência.

Nessa concepção de EPP, impõe-se sua articulação com outras redes sociais, técnicas, políticas e dela, inexoravelmente, participariam outras redes, inclusive as não-governamentais.

Assim, se entendida como centro e não como nó, não poderia a EPP, *stricto sensu*, ser caracterizada como entidade rede – análogo ao estado rede, definido por Castells –, embora tenha muitas características de uma rede. Relativizando o peso dessa centralidade, poder-se-ia vislumbrar melhor essas suas características, bem como examinar a aplicabilidade dos oito princípios de funcionamento administrativo (público) propugnados por Castells à concepção da própria EPP, abaixo sintetizados:

- subsidiariedade no âmbito mais descentralizado possível;
- flexibilidade na organização e atuação na administração;
- coordenação, incluindo hierarquias e regras de subordinação, com mecanismos de cooperação com outras administrações; participação cidadã, sem a qual não haverá legitimidade;
- transparência administrativa – utilizando as novas tecnologias da informação;
- modernização tecnológica;
- transformação dos agentes da administração, profissionalização e competência para um novo e desafiante conjunto de tarefas;
- possibilidade de correções na gestão, aprendendo com os erros em uma visão de médio prazo.

TÓPICOS CONCLUSIVOS

Há real necessidade de um modelo de gestão e mobilização. O modelo atual, que centra as ações públicas na concessão a um terceiro privado, se esgota e não atende a demanda de desenvolvimento. A concessão

da operação da rodovia pode ser parte do projeto, mas não é o projeto nem seu núcleo central.

O alvo deverá ser a aceleração dos retornos sociais por meio da produção de sinergia entre a via e seu entorno, em busca de desenvolvimento social, econômico e ambientalmente equilibrado.

Isso exigirá articulação institucional de um projeto de rodovia integrado ao desenvolvimento do território capaz de potencializar a produção social dos benefícios, um modelo de financiamento sustentado para o conjunto de políticas públicas e uma estrutura de gestão capaz de mobilizar os atores, pactuar ações, mitigando riscos e garantindo a apropriação dos ganhos de produtividade pela sociedade.

No conceito de projeto integrado da rodovia introduz-se o conceito de política integrada de parcerias sociais articulada com o planejamento estratégico do território que seja um elo de racionalização de políticas públicas, conjugando as ações e investimentos públicos e privados dispersos e conferindo-lhes maior eficiência.

No conceito de financiamento introduz-se o de mobilização financeira social, superando o trinômio poupança-intermediação-investimento e integrando os aspectos de renda e consumo, vitais para o desenvolvimento. Acentua-se o conceito também na distribuição dos custos entre os diversos atores, na compensação e no ressarcimento de prejuízos e externalidades provocados pelo uso da via e não apenas pela implantação de seu leito; na valorização aportada pelos pequenos e médios produtores; e, evidentemente, na articulação com o mercado financeiro. Especial destaque é dado à valorização fundiária, sobretudo em terras públicas, e ao significado político e econômico da

presença do Estado e da autoridade pública na região com relação a esse recurso.

Por fim, e em coerência com o entendimento de que um programa de desenvolvimento dessa envergadura não se faz sem a participação social e que os objetivos e interesses são por demais variados, quando não conflitantes, o modelo de gestão ensaiado introduz o conceito e a figura da entidade promotora participativa, núcleo central de articulação de interesses sociais, econômicos e políticos capazes de reduzir riscos e custos a eles associados; gestora de um capital virtual representado pelo empreendimento com vistas à promoção do desenvolvimento econômico e social da região; e núcleo ativador da mobilização e manutenção do clima de investimento e desenvolvimento.

Além disso, e com vistas à potencialização da produção social dos benefícios, atenta-se que é imprescindível a participação social se dar não apenas na concepção e no acompanhamento da implementação do projeto (esta última, por si só, já seria um enorme avanço), mas, em especial, na democratização das oportunidades de investimento, de oferta e de provisão, ou seja, na própria implantação em si, o que exige a criação de inovadoras formas de parceria e de inclusão da participação social também no rol de *stakeholders*.

Este texto, de certa forma, resgata o trabalho em equipe que se iniciou sobre a regulamentação dos transportes, enveredou no campo e nas relações entre financiamento e regulação das infra-estruturas e dos serviços de transportes, desaguando por fim no estudo e no entendimento do papel das parcerias sociais na provisão das necessidades humanas.

Dadas as limitações de tempo e de competência, o ensaio não abrange o vasto conjunto de campos do conhecimento com os quais este texto arrisca iniciar um diálogo. É, portanto, uma proposta em construção.

A realidade concreta e a coerência com os objetivos de aceleração dos retornos sociais ressaltam que mesmo áreas de conhecimento tradicionalmente utilizadas em projetos de rodovias – note-se que, na visão tradicional não passaria de uma simples pavimentação –, como a Engenharia de Transportes e a Engenharia Econômica, carecem de novas abordagens que podem e devem ser trazidas das ciências sociais aplicadas e das ciências humanas, em especial da antropologia.

De uma certa forma, a proposta vai ao encontro das teses de Boaventura Santos (2005), sobre a diversidade epistemológica do mundo, reafirmando a ecologia dos saberes (em contra-posição à monocultura do saber científico) e o conhecimento-emancipação (em substituição ao conhecimento-regulação). A busca de um modelo sustentável de rodovia aposta então na solidariedade e na articulação das riquezas dominadas pelo homem, orientadas para os objetivos de emancipação social.

Enfim, as necessidades tanto no campo das realizações quanto no das conceituações são vastas e exigem a ousadia de novas formulações.

Nada do que eu quero me suprime

Do que por não saber ainda não quis

(Sueli Costa e Abel Silva, “Jura Secreta”)

A complexidade das idéias e dos elementos do modelo envolvidos, seguramente, é menor que a com-

plexidade das relações sociais e vivenciadas pela população brasileira, mais especificamente, pelos habitantes da área do projeto. O rol das medidas a serem tomadas é realmente muito grande, e o binômio mobilização-partilha pode ser uma importante chave da atuação pública de um novo projeto de desenvolvimento parceiro e inclusivo.

NOTAS

- 1 O projeto *Experiências internacionais de financiamento à implantação de infra-estruturas e à operação de serviços públicos de transporte urbano* foi elaborado para o BNDES pela Fundação Coppetec com a participação de professores e pesquisadores da UFRJ, da UFPE, da UFRN e da UNB, constituiu-se em um módulo de investigação destinado a configurar um quadro de reflexão sobre os aspectos conceituais e as experiências práticas relativas ao *fun-ding* na área de serviços de transporte.
- 2 Toda a parte referente ao fluxo financeiro encontra-se em ARAGÃO et al., 2004.
- 3 Admitiu-se que o valor anunciado seria o *equivalente* a um valor de pedágio sobre a carga útil. Se, diferentemente, for por tonelada bruta, os percentuais mudariam para 5,5% e 0,17%, respectivamente.

BIBLIOGRAFIA

- ARAGÃO, Joaquim. “Considerações preliminares sobre o processo de financiamento de projetos do tipo transporte-empresendimento”. In: BRASILEIRO, A.; ORRICO FILHO, R.; SANTOS, E. (orgs.). *Transporte em tempos de desafio*. Natal: EDUFRN, 2005. No prelo.
- ARAGÃO et al. “Entidade promotora de projetos de parcerias: opções de organização”. In: BRASILEIRO, A.; ORRICO FILHO, R.; SANTOS, E. (orgs.). *Transporte em tempos de desafio*. Natal: EDUFRN, 2005. No prelo.
- ARAGÃO et al. *Parcerias sociais para o desenvolvimento nacional e fatores críticos para o seu sucesso*. Natal: EDUFRN, 2004.
- ARAGÃO et al. “Parcerias público-privadas no financiamento de eixos de transportes urbanos de massa: uma proposta para sua estruturação e operacionalização”. In: NASSI; BRASILEIRO; KAWAMOTO; LINDAU (orgs.). *Transportes: experiências em rede*. Rio de Janeiro: Finep, 2001.
- BANDEIRA, Pedro. *Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional*. Texto para discussão. Brasília: Ipea, 1999.
- BRASIL. Ministério dos Transportes. *BR-163 - visão geral do projeto*. Apresentação do Senhor Ministro Anderson Adauto. Brasília, 18 jul. 2003.
- BRASILEIRO, Anísio; LIMA NETO, Oswaldo. *Definição das estratégias e diretrizes de uma política de transporte municipal/metropolitana*. Recife: ATEP-UFPE, 2002.
- CASTELLS, Manuel. “Para o estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação”. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: ENAP, 2001.
- GRAU, Nuria Cunill. “Situando algumas das condições de um novo contrato social: a ruptura de mitos para a reconstrução e desenvolvimento de seus negociadores”. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: ENAP, 2001.
- ORRICO FILHO et alii. *Transporte público urbano de média e alta capacidade: proposição de novas estratégias de financiamento: uma proposta de operacionalização de um modelo de financiamento*. Rio de Janeiro: Fundação Coppetec, 1999.
- PORTER, M. E. *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- SACHS, Ignacy. “O Estado e os parceiros sociais: negociando um pacto de desenvolvimento”. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: ENAP, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula; NUNES, João Ariscado. “Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Semear outras soluções*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SOARES, Sebastião. “Prefácio”. In: ARAGÃO et al. *Parcerias sociais para o desenvolvimento nacional e fatores críticos para o seu sucesso*. Natal: EDUFRN, 2004.